

17

abril • 2015

# História da Historiografia

revista eletrônica quadrimestral



# História da Historiografia

issn 1983-9928

## Conselho Executivo

---

Fabio Wasserman (UBA . Buenos Aires . Argentina)  
Fernando Nicolazzi (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)  
Helena Mollo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)  
Rodrigo Turin (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)

## Conselho Editorial

---

Arthur Alfaix Assis (UnB . Brasília . DF . Brasil)  
Claudia Beltrão (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Durval Muniz de Albuquerque (UFRN . Natal . RN . Brasil)  
Fabio Wasserman (UBA . Buenos Aires . Argentina)  
Fernando Nicolazzi (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)  
Helena Mollo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)  
Julio Bentivoglio (UFES . Vitória . ES . Brasil)  
Lucia Maria Paschoal Guimarães (UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Pedro Meira Monteiro (Princeton University . Princeton . Estados Unidos)  
Pedro Spinola Pereira Caldas (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Raquel Glezer (USP . São Paulo . SP . Brasil)  
Rebeca Gontijo (UFRRJ . Seropédica . RJ . Brasil)  
Ricardo Salles (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Rodrigo Turin (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Sérgio da Mata (UFOP . Mariana . MG . Brasil)  
Temístocles Cezar (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)  
Tiago C. P. dos Reis Miranda (Universidade de Évora . Évora . Portugal)  
Valdei Lopes de Araujo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

## Conselho Consultivo

---

Astor Diehl (UPF . Passo Fundo . RS . Brasil)  
Carlos Fico (UFRJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Carlos Oiti (UFG . Goiás . GO . Brasil)  
Cássio Fernandes (UNIFESP . Guarulhos . SP . Brasil)  
Chris Lorenz (VU University Amsterdam . Amsterdã . Holanda)  
Denis Bernardes - *in memoriam* (UFPE . Recife . PE . Brasil)  
Edgar De Decca (UNICAMP . Campinas . SP . Brasil)  
Eliana Dutra (UFMG . Belo Horizonte . MG . Brasil)  
Estevão de Rezende Martins (UnB . Brasília . DF . Brasil)  
Ewa Domanska (Adam Mickiewicz University . Poznań . Polónia)  
Fábio Franzini (UNIFESP) . Guarulhos . SP . Brasil)  
Fernando Catroga (Universidade de Coimbra . Coimbra . Portugal)  
Francisco Murari Pires (USP . São Paulo . SP . Brasil)  
François Hartog (EHESS . Paris . França)  
Frederico de Castro Neves (UFC . Fortaleza . CE . Brasil)  
Guillermo Zermeño Padilla (Colegio del México . Cidade do México . México)  
Hans Ulrich Gumbrecht (Stanford University . Stanford . Estados Unidos)  
Hayden White (Stanford University . Stanford . Estados Unidos)  
Iris Kantor (USP . São Paulo . SP . Brasil)  
José Carlos Reis (UFMG . Belo Horizonte . MG . Brasil)  
Jörn Rüsen (KI/ UWH . Witten . Alemanha)  
Jurandir Malerba (PUC-RS . Porto Alegre . RS . Brasil)  
Keila Grinberg (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Luiz Costa Lima (PUC-Rio . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Manoel Salgado Guimarães - *in memoriam* (UFRJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Marco Morel (UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)  
Marlon Salomon (UFG . Goiânia . GO . Brasil)  
Pascal Payen (Université de Toulouse II - Le Mirail . Toulouse . França)  
Sanjay Seth (University of London . Londres . Reino Unido)  
Sérgio Campos Matos (Universidade de Lisboa . Lisboa . Portugal)  
Silvia Petersen (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

## Secretaria

---

Flávia Florentino Varella (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

## Editoração, revisão técnica e capa

Flávia Florentino Varella (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)  
João Carlos Furlani (UFES . Vitória . ES . Brasil)  
Juliana Prieto Bruckner

## Revisão de Língua Portuguesa

Adriana Carina Camacho Álvarez “Lectura traduções”  
Dermeval de Sena Aires Júnior

## Revisão de Língua Espanhola

Adriana Carina Camacho Álvarez “Lectura traduções”  
Dermeval de Sena Aires Júnior

## Revisão e Tradução de Língua Inglesa

Dermeval de Sena Aires Júnior  
Norah E. Coleman MA, PhD “Lectura Traduções”

## Realização

Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH)  
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO)  
Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

## Apoio

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)  
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ)  
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG)

## Contato

Rua Fernandes Vieira, 597/602 • Porto Alegre - RS • 90035-091 • Brasil  
www.historiadahistoriografia.com.br • historiadahistoriografia@hotmail.com • (31) 3557-9400

## Missão

*História da Historiografia* publica artigos, resenhas, entrevistas, textos e documentos historiográficos de interesse para os campos da história da historiografia, teoria da história e áreas afins. Tem por missões divulgar textos de teoria da história e história da historiografia, e promover o intercâmbio de ideias e resultados de pesquisas entre investigadores dessas duas áreas correlatas. Num momento em que, no cenário brasileiro, o crescimento do número de periódicos científicos apenas espelha (se bem que de forma algo distorcida) a ampliação dos programas de pós-graduação, é consenso que o próximo passo a ser dado é o da verticalização e especialização do perfil das publicações. *HH* foi fundada em 2008 exatamente a partir desse diagnóstico, e é hoje um periódico de referência para os especialistas das áreas de teoria da história e história da historiografia no mundo de língua portuguesa e espanhola. O periódico é uma publicação da *Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia*, do *Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro* e do *Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto*.

## Ficha Catalográfica

História da Historiografia. Ouro Preto / Edufop, 2015, número 17, abril, 2015, 492 p.

Quadrimestral  
ISSN 1983-9928

1. História - Periódicos

CDU 930(05)

EDITORIAL  
*EDITORIAL*

9

ARTIGOS  
*ARTICLES*

Anamorfose de um dia: o tempo da história e o dia 11 de dezembro de 1972  
*Anamorphosis of One Day: Historical Time and the 11<sup>th</sup> December, 1972*

**Daniel Faria**

11

Tradições de história global na América Latina e no Caribe  
*Traditions of Global History in Latin America and the Caribbean*

**Rafael Marquese**

**João Paulo Pimenta**

30

Um lugar para a América Hispânica na historiografia norte-americana: a fundação da *Hispanic American Historical Review* e as políticas da história  
*A Place for Hispanic America in North American Historiography: the Founding of the Hispanic American Historical Review and the Politics of History*

**Arthur Lima de Avila**

50

*Patria Suave*: uma análise das obras de divulgação sobre a história do México publicadas durante as comemorações do Bicentenário

*Patria Suave: an Analysis of Works on Mexican History for a General Audience Published During the Bicentennial Celebrations*

**Luis Guilherme Assis Kalil**

**Caio Pedrosa da Silva**

69

José Manuel Estrada (1842-1894) y su obra histórica en la Argentina de las décadas de 1860 y 1870  
*The Historical Work of Jose Manuel Estrada (1842-1894) in Argentina in the Decades of the 1860s and 1870s*

**Paula Bruno**

86

Azorín y la “historia menuda” de España: una lectura de *Los pueblos* (1905)  
*Azorín and the “historia menuda” of Spain: a Reading of Los pueblos (1905)*

**Francisco Fuster García**

105

Fontes literárias da cultura brasileira para a história dos saberes psicológicos  
*Literary Sources of Brazilian Culture for the History of Psychological Knowledge*

**Marina Massimi**

116

Problematização das relações entre História e Literatura na historiografia portuguesa actual: alguns exemplos

*Problematization of the Relationship between History and Literature in the Current Portuguese Historiography: Some Examples*

**Nuno Bessa Moreira**

135

La literatura como trabajo de memoria: disputas por la definición de pasados conflictivos en dos obras de ficción

*Literature as Work of Memory: Disputes over Conflictive Pasts in Two Works of Fiction*

**Sebastián Vargas Álvarez**

153

A <i>Confederação dos Tamoios</i> como escrita da história nacional e da escravidão <i>The Poem Confederação dos Tamoios as Writing of National History and Slavery</i> <b>Danilo José Zioni Ferretti</b>	<b>171</b>
Um corte radical no tecido da História: o livre uso do passado na narrativa biográfica de Paulo Leminski <i>A Radical Cut in the Fabric of History: the Free Use of the Past in the Biographical Narrative of Paulo Leminski</i> <b>Everton de Oliveira Moraes</b>	<b>192</b>
A Historiographical Approach to the Qur'an and Shari'a in Late 19 <sup>th</sup> Century India: The Case of Chiragh 'Ali <b>Carimo Mohamed</b>	<b>209</b>
A importância do método crítico na renovação dos estudos católicos em Portugal: o caso de Luís António Verney <i>The Importance of the Critical Method for the Renewal of Catholic Studies in Portugal: the Case of Luís António Verney</i> <b>Breno Ferraz Leal Ferreira</b>	<b>226</b>
A sabedoria bárbara e os limites da helenização: o mundo helenístico de Arnaldo Momigliano <i>Alien Wisdom and the Limits of Hellenization: Arnaldo Momigliano's Hellenistic World</i> <b>Thiago do Amaral Biazotto</b> <b>Pedro Paulo Abreu Funari</b>	<b>244</b>
Uma revisão crítica das fontes historiográficas para a história do Império Parto (247 a.C. – 228 d.C.): o caso de Apolodoro de Artemita e Arriano de Nicomédia <i>A Critical Review of the Historiographical Sources for the History of the Parthian Empire (247 B.C. – 228 A.D.): the Case of Apollodoros of Artemita and Arrian of Nicomedia</i> <b>Henrique Modanez de Sant'Anna</b>	<b>262</b>

## RESENHAS

## REVIEW ESSAYS

O desafio historiográfico: o estudo da <i>operação historiográfica</i> de Capistrano de Abreu <i>The Historiographical Challenge: the Study of Capistrano de Abreu's Historiographical Operation</i> OLIVEIRA, Maria da Glória de. <i>Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu</i> . Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. 144 p. <b>Aline Michelini Menoncello</b>	<b>275</b>
Sobre o futuro da filosofia da história <i>On the Future of Philosophy of History</i> ROHBECK, Johannes. <i>Zukunft der Geschichte: Geschichtsphilosophie und Zukunftsethik</i> . Berlin: Akademie Verlag, 2013. 202 p. <b>André de Melo Araújo</b>	<b>280</b>

## ENTREVISTA

## INTERVIEW

Debates sobre historia intelectual: un diálogo con Elías Palti <i>Debates About Intellectual History: a Dialogue with Elías Palti</i> <b>Sheila Lopes Leal Gonçalves</b>	<b>285</b>
--	------------

# TEXTO E DOCUMENTO HISTORIOGRÁFICO

## HISTORIOGRAPHICAL TEXT AND DOCUMENT

“Do método comparativo em história”, de Henri Pirenne  
*“The Comparative Method in History”, by Henri Pirenne*  
**Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva**  
**Andréa Reis Ferreira Torres** 297

Do método comparativo em História, discurso de abertura do V Congresso Internacional das Ciências Históricas  
*The Comparative Method in History, Opening Speech at the 5th International Congress of Historical Sciences*  
**Henri Pirenne** 308

## CADERNO ESPECIAL

### SPECIAL SECTION

Apresentação - Teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político  
*Introduction - Theory and History of Historiography: from the Linguistic Turn to the Ethical-Political Turn*  
**Marcelo de Mello Rangel**  
**Valdei Lopes de Araujo** 318

*Introduction - Theory and History of Historiography: from the Linguistic Turn to the Ethical-Political Turn*  
**Marcelo de Mello Rangel**  
**Valdei Lopes de Araujo** 333

¿Cómo reescribir la historia de la historiografía? Prolegómenos para una historia de la verdad en la historia  
*How to Rewrite the History of Historiography? Prolegomena for a History of the Truth in History*  
**Guillermo Zermeño Padilla** 347

*How to Rewrite the History of Historiography? Prolegomena for a History of the Truth in History*  
**Guillermo Zermeño Padilla** 362

A história da historiografia e o desafio do giro linguístico  
*The History of Historiography and the Challenge of the Linguistic Turn*  
**Rogério Forastieri da Silva** 377

*The History of Historiography and the Challenge of the Linguistic Turn*  
**Rogério Forastieri da Silva** 396

História, memória e ficção: que fronteiras?  
*History, Memory and Fiction: What Boundaries?*  
**Sérgio Campos Matos** 414

*History, Memory and Fiction: What Boundaries?*  
**Sérgio Campos Matos** 427

Hamlet Brasileiro: ensaio sobre giro linguístico e indeterminação historiográfica (1970-1980)  
*Brazilian Hamlet: Essay on Linguistic Turn and Historiographic Indeterminacy (1970-1980)*  
**Temístocles Cezar** 440

<i>Brazilian Hamlet: Essay on Linguistic Turn and Historiographic Indeterminacy (1970-1980)</i> <b>Temístocles Cezar</b>	<b>462</b>
PARECERISTAS DESTE NÚMERO <i>REVIEWERS OF THIS ISSUE</i>	<b>484</b>
NORMAS DE PUBLICAÇÃO <i>EDITORIAL GUIDELINES</i>	<b>487</b>
DIRETRIZES PARA AUTORES <i>GUIDELINES FOR AUTHORS</i>	<b>492</b>

# Editorial

editorial

O décimo sétimo número da revista *História da Historiografia* não traz um dossiê, mas instiga quanto à reunião de temas, e traz um Caderno Especial. Os artigos mostram uma rica variedade de possibilidades e temas do campo da teoria e história da historiografia, que, a cada dia, se mostra mais dinâmico.

Quais as modulações possíveis do tempo da história, a partir de um (único) dia? Essa é a questão de Daniel Faria, que abre o número. Outros desafios são lançados, como a constante visita à biografia, proposta por Everton Moraes, e a forma de se conceber o passado ou o método crítico, aqui sob o foco da obra de Verney, e os estudos católicos no setecentos português, de autoria de Breno Leal.

Nas sendas da literatura e sua constante retração e expansão em relação à narrativa historiográfica, Marina Massimi, Nuno Bessa, Sebastián Vargas Álvarez discorrem sobre as fontes para a história dos saberes psicológicos, os aspectos possíveis para pensar seu papel na historiografia portuguesa da atualidade, bem como os conflitos que nos colocam o passado. Esses temas figuram entre os movimentos da literatura e o seu avanço sobre a matéria da memória.

Em torno dos estudos sobre a América Latina, o número traz importantes contribuições ao estudo da história da América, nas reflexões encetadas por Rafael Marquese e João Paulo Pimenta, Arthur de Lima Ávila, Paula Bruno, Luis Guilherme Kalil e Caio Pedrosa, e Francisco Fuster García que giram em torno da fundação da Hispanic-American Historical Society, da historiografia argentina das décadas de 1860 e 1870 e sobre a história global na América Latina e no Caribe.

Sobre o oitocentos, ainda, e as feições da nação, vêm à luz duas perspectivas de revisão de pontos clássicos das historiografia da Índia e do Brasil, vistas nos artigos de Danilo Ferretti e Carimo Mohomed.

Vale ressaltar os artigos sobre a história da historiografia e os estudos sobre a Antiguidade, artigos de Pedro Paulo Abreu Funari e Thiago Amaral Biazotto, e Henrique Modanez de Sant'Anna.

Temos duas resenhas nesta edição. A primeira é dedicada ao livro de Maria da Glória de Oliveira, *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu*, escrita por Aline Menoncello. A segunda ao livro de Johanes Rohbeck, *Zukunft der Geschichte: Geschichtphilosophie und Zukunftsethik*, por André de Melo Araújo. Na seção Texto e Documento Historiográfico, o método comparativo de Henri Pirenne, por Andréia Cristina Lopes Frazão e Andrea Reis Torres.

A entrevista, com Elías Palti, feita por Sheila Leal mostra-se um momento interessante de balanço sobre a História Intelectual.

Em 2012 aconteceu a sexta edição do Seminário Nacional de História da Historiografia, que já comemorava as quatro décadas de publicação de *Meta-História: a imaginação histórica no século XIX*. Neste Caderno Especial da *HH* temos os textos derivados das conferências de Guillermo Zermeño Padilla, Rogério Forastieri da Silva, Sérgio Campos Matos e Temístocles Cezar, que se dedicaram ao giro-linguístico. Os artigos desse caderno tratam dos desafios colocados pela obra de Hayden White à história da historiografia; como se apresenta o problema da verdade; quais os limites entre história, memória e ficção; e a indeterminação historiográfica. O caderno conta com a apresentação de Marcelo de Mello Rangel e Valdeci Lopes de Araujo, organizadores deste conjunto de textos.

A partir desse número a edição da revista passa pelo iThenticate, assegurando a autenticidade dos artigos.

Desejamos a todos excelente leitura.  
Os editores.

# Articles

Articles

# Anamorfose de um dia: o tempo da história e o dia 11 de dezembro de 1972

Anamorphosis of One Day: Historical Time and the 11<sup>th</sup> December, 1972

---

## Daniel Faria

krmazov@hotmail.com  
Professor Adjunto  
Universidade de Brasília  
SQN 408, Bloco C, apto 210  
70856030 - Brasília - DF  
Brasil

---

## Resumo

Neste artigo são apresentadas uma narrativa historiográfica centrada num dia em particular, 11 de dezembro de 1972, e uma breve discussão teórica sobre as relações entre poética, tempo e história. A escolha desse dia se deu a partir da leitura de uma carta escrita por Honestino Guimarães, presidente da UNE na clandestinidade e desaparecido político, a seus familiares. A opção pelo conceito de anamorfose para a categorização deste relato, no lugar de simplesmente "história", deveu-se à percepção de que a estratégia narrativa necessitava de melhor explicitação conceitual. São dois os objetivos principais deste trabalho: em primeiro lugar, apresentar uma experiência de narrativa historiográfica ao leitor, na procura de uma nova perspectiva para se pensar a história contemporânea, em particular a história da ditadura militar no Brasil; em segundo lugar, elaborar algumas questões teóricas a partir dessa experiência, tendo em vista não apenas a experiência em si, mas também suas relações com a escrita da história.

11

## Palavras-chave

Poética; Tempo; Historiografia brasileira.

## Abstract

This article presents a historical narrative of a specific day, December 11<sup>th</sup>, 1972 and a brief theoretical discussion about the relations between poetics, time and history. The date was selected based on the study of a letter written by Honestino Guimarães, then underground president of Brazil's National Students Union (UNE), who suffered forced disappearance during the military dictatorship, to his family. The anamorphosis-concept was chosen for this account due to the perception that the narrative strategy needed a better conceptual approach. This work has two main goals: first, to present an experimental historical narrative to the reader, searching for a new way of thinking about contemporary history, more specifically the history of Brazil's military dictatorship; second, to elaborate some theoretical questions around this experience, bearing in mind not only the experience itself, but also its relations with history writing.

## Keywords

Poetics; Time; Brazilian historiography.

---

Recebido em: 23/7/2014

Aprovado em: 7/10/2014

Há urubus no telhado e a carne seca é servida. Escorpião encravado na sua própria ferida não escapa, só escapo pela porta da saída.  
Torquato Neto. *Todo dia é dia D.*

Após a apresentação da anamorfose do dia 11 de dezembro de 1972, o leitor encontrará algumas considerações teóricas que orientaram a produção deste artigo e outras que surgiram durante a realização do trabalho. Elas giram em torno dos modos de elaboração do tempo pela escrita da história e de alguns temas correlatos, tais como contextualização e poética. Além disso, o artigo contém uma explicação sobre a escolha do conceito de *anamorfose* para a categorização deste relato, em lugar da opção mais simples que seria a de denominar o que segue "*história de um dia*". Este texto traduz uma dupla ambição: de um lado, a de que sirva como experimento historiográfico, no sentido de uma tentativa um tanto incomum de que traga questões interessantes para além de seus limites mais imediatos; de outro, a de que seja um relato histórico que se sustente por si mesmo.<sup>1</sup>

### **Anamorfose de um dia: 11 de dezembro de 1972**

A foto mais conhecida do planeta Terra foi tirada a 10 de dezembro de 1972, por um astronauta da missão Apolo 17. Essa é, também, a última fotografia espacial de nosso planeta resultante da pressão realizada por uma mão humana sobre um aparelho. Se pensarmos em algo que garantiria alguma coerência para o propósito de escrever a anamorfose de um dia, essa imagem do planeta como um todo seria um possível suporte, algo como um contexto. Trata-se, porém, apenas de uma coerência possível e provavelmente ilusória, porque pessoas que vivem no mesmo tempo e lugar (qualquer que seja o recorte cronológico) não necessariamente habitam o mesmo mundo.

No dia seguinte ao dessa fotografia, 11 de dezembro de 1972, os astronautas pousavam na Lua e Honestino Guimarães, então presidente da UNE em clandestinidade, escrevia uma carta para sua mãe, escondido num apartamento no Rio de Janeiro (MONTEIRO 1998, p. 161-162); na madrugada, entre os dias 10 e 11, a banda Pink Floyd apresentava um espetáculo em Lyon.<sup>2</sup> Cada um desses personagens pode ser imaginado como encapsulado em seu destino, sem nada saber dos outros (provavelmente). É plausível supor que mesmo o vizinho de Honestino não soubesse que ele escrevia aquela carta – nem estivesse ciente de que o jovem que morava ao lado era presidente da UNE e foragido da ditadura. A mãe de Honestino, Maria Rosa, em Brasília, não sabia que seu filho escrevia uma carta que chegaria a ela dias, semanas ou mesmo meses depois. Talvez, cada um dos integrantes de Pink Floyd estivesse numa viagem muito pessoal, intransferível, mergulhado na pulsação de seu instrumento musical, captada por aparelhos especiais, no ritmo das luzes e no clima psicodélico, sobretudo durante a execução de "One of These Days" (viagem talvez interrompida pela única passagem

<sup>1</sup> Para a realização deste trabalho foi fundamental minha atuação na Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade da Universidade de Brasília. Embora seu teor seja estritamente individual, este texto seria impensável sem o trabalho eminentemente coletivo da comissão.

<sup>2</sup> A apresentação pode ser ouvida em: <http://www.youtube.com/watch?v=sXeeXRpQYLs>.

da música cantada por voz humana: “Um dia desses eu vou te cortar em pequenos pedaços”).<sup>3</sup>

No entanto, quando olhamos a fotografia de nosso planeta, acreditamos nos certificar de que todos eles estavam no mesmo lugar flagrado pelas lentes distantes. Mesmo que a foto, de aparência tão abstrata, pudesse ser até a de um planeta desabitado.

O fotógrafo, ao chegar à Lua, provavelmente não sabia nada sobre o espetáculo de Pink Floyd e certamente nada sabia sobre Honestino. Curiosa visão totalizadora essa. Mas, por outro lado, não é esse o caminho da abstração que possibilita alguma inteligibilidade à história? O fotógrafo, apenas um entre outros, fechado em seu mundo no dia 11 de dezembro de 1972, não se confunde com a fotografia e sua aparente objetividade de olhar neutro e inorgânico. A imagem captada dá a ver, com sua percepção inorgânica, um lugar compartilhado – passado o espaço que separa fotógrafo e planeta.

Mas será mesmo que a imagem mostra algo além de uma figura esférica meio azulada, com manchas que oscilam entre o róseo e o esbranquiçado? Ela apenas sugere, funciona mais como uma alusão de totalidade, não constituindo por si mesma um presente pleno – e se nos lembrarmos do que nos diz Hannah Arendt (2001, p. 169-180) sobre a alienação do mundo como projeção do desejo de um olhar externo à sua mundanidade, o famoso ponto arquimediano de onde o planeta seria observado como um *objeto*, a imagem pode ser vista como uma metáfora da condição alienada dos habitantes deste *mesmo lugar* (alienada no sentido mais básico de “cindida”, “separada”).

No desfecho da carta que escreveu à sua família – e que anos depois se tornou pública ao sair em livro, sendo hoje o mote da anamorfose de um dia –, Honestino citou os conhecidos versos de Drummond: “tenho duas mãos e o sentimento do mundo”.

\*\*

Com os depoimentos e informações disponíveis, podemos imaginar como poderia ser um dia na vida de Honestino em dezembro de 1972. Em primeiro lugar, ele morava num apartamento com outros militantes da Ação Popular (AP), no Rio de Janeiro. Em segundo lugar, os moradores do apartamento estavam preocupados com a aproximação violenta da repressão, visto que planejavam se mudar dali antes do final do ano. A repressão já se abatia sobre a AP, com raptos e assassinatos. Portanto, havia um clima de tensão no ar – para além da tensão “normal” da vida em clandestinidade.

Honestino costumava dormir pouco, por volta de quatro horas por noite. Praticava ioga, para se preparar para resistir à tortura. E vinha se dedicando a uma elaborada autoanálise – não apenas política, mas emocional, subjetiva. Deste último aspecto sabemos pelo teor da carta, em que Honestino assume a voz de irmão mais velho e se dirige aos seus dois irmãos, dando-lhes conselhos sobre a vida, indicando leituras etc. A carta de 11 de dezembro de 1972 pulsa solidão, saudade da família, mas, ao mesmo tempo, é uma afirmação ética da vida que ele escolheu para si.

<sup>3</sup> No original: “One of these days I’m going to cut you into little pieces”. Tradução nossa.

\*\*

Uma das leituras sugeridas por Honestino é *Demian* (HESSE 1993). Se abirmos o livro na página 19, leremos:

Os poetas, quando escrevem novelas, costumam proceder como se fossem Deus e pudessem abranger com o olhar toda a história de uma vida humana, compreendendo-a e expondo-a como se o próprio Deus a relatasse, sem nenhum véu, revelando a cada instante sua essência mais íntima. Não posso agir assim, e os próprios poetas não o conseguem.

\*\*

A rigor, porém, foi o seguinte trecho da carta de Honestino que deflagrou o projeto de pensar sobre a anamorfose deste dia em particular:

Tenho pensado bastante em vocês todos. E sinto que gosto muito da família que tenho. Nestas horas me dói profundamente não estar com vocês. Sei que seria muito bom a gente conviver um pouco. Quando há amor e uma vontade de transformação em nós e nas pessoas próximas e se leva isso na prática, não há nada melhor. Quando estive com os manos este ano senti que cada vez tenho maior amizade, carinho, ligação com eles. Me sinto amigo pacas destes dois. E quanto não pagaria para convivermos juntos e interagirmos uns sobre os outros! Vi que os dois estão muito inquietos, não estão acomodados dentro de si. E isso é muito bom. Lembra-me o Torquato Neto (não sei se vocês conhecem): "Não era um anjo barroco/ era um anjo muito louco/ com asas de avião/ que disse: Vai bicho/ desafinar o coro dos contentes". É isso aí. Enquanto não estivermos fazendo coro com os contentes, enquanto sentirmos a cuca quente e o sangue correndo, tá tudo azul. Não seremos mortos vivos dos tipos que o Henfil fala: não seremos os mesquinhos da vida. E vejam, meus caros, que a acomodação que eu tô combatendo é uma bem geral, e não apenas acomodação política. O negócio é cada um descobrir a própria medida dos seus passos. Ninguém tem o direito de se amesquinhar, de virar morto-vivo. Ou ainda, ninguém se transforma em morto-vivo sem deixar de ser vivo, de ser gente, e tudo o mais. Aí virado morto-vivo: contente beato, bobo alegre; aplaudidor dos poderosos, das leis morais que estão aí impostas e impositivas; aí, bem aí. Não sei se vocês estão com consciência disso. E isso é nada mais do que filosofia, rumo, perspectiva de vida. É verdade e verdade é coisa inquieta que mexe com a gente (MONTEIRO 1998, p. 161-162).

14

\*\*

Manhã de 11 de dezembro de 1972 (no horário do Rio de Janeiro). Em Houston os responsáveis pela comunicação entre o planeta Terra e a Apollo 17 tentavam contatar os astronautas. Sem resposta. O silêncio, porém, não preocupava: pulsações lentas e ritmadas de corações eram captadas por um aparelho especial – os astronautas dormiam (CORREIO DA MANHÃ 11 dez. 1972).

\*\*

Um telex enviado por adido da embaixada do Brasil no Uruguai chegou ao Estado Maior do Exército:

F conjuntas prenderam Flavia Schilling vg brasileira vg filha de Paulo Schilling et envolvida mln pt ao ser capturada vg tentou resistir vg sendo ferida a tiro no pescoço vg mas estah fora de perigo vg portava pistola

com vários carregadores et estava sendo procurada desde hah meses pt cel Moacy.<sup>4</sup>

Flávia Schilling, então com 19 anos de idade, foi baleada pela polícia uruguaia a 24 de novembro de 1972. Depois disso, ficaria presa até 1979 na penitenciária de Punta de Rieles, bairro da periferia de Montevideu. Um dia antes de esse telex chegar ao Brasil, ela escreveu uma carta a seu pai. Por essa carta podemos saber que no dia seguinte, 11 de dezembro, ela ainda se recuperava de uma traqueotomia (porque uma das balas tinha destrocado sua epiglote) e não podia comer. Ela diz que estava “uma magra cadavérica” (SCHILLING 1978, p. 12), que tossia demais e que tinha muita dificuldade de falar. Sentia muito calor devido ao pijama de flanela e acordara cedo, às 6 horas da manhã.

\*\*

Às 16:37 (horário do Rio de Janeiro), a nave Apolo 17 ocultou-se atrás da Lua, perdendo contato com a Terra (CORREIO DA MANHÃ 11 dez. 1972, p. 8). A alunissagem ocorreu às 16:55 no lugar correspondente ao que seria o olho da face esquerda da Lua. Às 20:33, Eugene Cernan e Harrison Schmitt passearam de jipe pela superfície lunar.

\*\*

Na internet, encontramos o depoimento de dois homens sobre um ambiente inóspito, numa paisagem de extrema brancura (CANTON s/d). Eles pensavam estar na parte chilena da Cordilheira dos Andes, mas o avião tinha caído em território argentino.

O texto se refere a Álvaro Mangino e José Inciarte, dois dos 16 sobreviventes do desastre aéreo ocorrido a 13 de outubro de 1972, desastre marcante para a memória coletiva por conta da sobrevivência no ambiente completamente hostil dos Andes (4 mil metros de altura, de menos 15 a menos 30°C de temperatura) e pelo fato insólito de os sobreviventes terem se alimentado da carne dos mortos. No avião, um bimotor Focker 27 que saíra de Montevideu rumo a Santiago do Chile, iam 45 pessoas, atletas e familiares, para a disputa de uma partida de *rugby*. Por conta de possíveis complicações com a crise do governo de Allende, o avião ia com muitos mantimentos – o que foi essencial para a sobrevivência de 16 pessoas (oito pessoas morreriam no acidente, e, até o dia do resgate, mais 21 morreriam).

No dia 11 de dezembro de 1972 os sobreviventes estavam nos Andes havia, praticamente, dois meses. Faltavam, ainda, 12 dias para o resgate (o que, com o perdão da obviedade, eles não tinham condição de prever). Dois meses depois do acidente, o momento mais drástico do choque, das mortes, do sangue nos ferros retorcidos, já era passado. Os sobreviventes tinham aprendido a transformar a neve em água – porque a neve não poderia ser ingerida para matar a sede, por queimar a boca e a garganta. Por outro lado, eles tinham conseguido sintonizar as rádios de Montevideu e tinham ficado sabendo por elas que as buscas tinham sido canceladas. E já estavam se alimentando dos corpos dos colegas mortos. Por fim, já tinham passado por uma terrível e mortal avalanche.

<sup>4</sup> Documento disponível no Arquivo Nacional. Memórias Reveladas, ACE 52546/72.

E foi então, a 11 de dezembro de 1972, quando da morte do último dos sobreviventes antes do resgate e depois de três dias de deliberações e planejamentos, que eles decidiram partir em busca de socorro. Nessa jornada, Roberto Unta e Fernando Dogay acabariam encontrando Sergio Catalán Martínez, um condutor de mulas. Como ele estava na outra margem de um rio, enviaram-lhe um bilhete com esta mensagem: "Vimos de um avião que caiu na montanha. Somos uruguaios. Há dias que caminhamos. No avião ficaram 14 pessoas feridas. Temos que sair rapidamente porque não temos o que comer e não podemos caminhar."

\*\*

No dia 11 de dezembro de 1972, Allende foi descansar no balneário de Varadero, perto de Havana, acompanhado por Fidel Castro (JORNAL DO BRASIL 12 dez. 1972, p. 13).

\*\*

Um certo J. William Back, de Los Angeles, deve ter ficado satisfeito ao ver que sua mensagem tinha sido publicada pela revista *Times*: "Richard Milhous Nixon é o Homem do Ano para nós – e o resto do mundo!"<sup>5</sup> (BACK 11 dez. 1972, tradução nossa).

\*\*

Ainda nessa mesma revista (TIME MAGAZINE 11 dez. 1972, p. 32) saía uma nota sobre a Guerra do Vietnã. Naquela mesma segunda-feira, Henry Kissinger se encontraria em Paris com Le Duc Tho, o conselheiro especial do Vietnã do Norte nas negociações para a paz. O tom da *Time* não era de otimismo, porque Nguyen Van Thieu, o presidente do Vietnã do Sul, segundo a revista, não estava satisfeito com os termos do acordo que se desenhou. Apesar disso, segundo a nota da revista, Kissinger teria recebido um apelido, dado pelos sul-vietnamitas em homenagem à sua atitude incansável de pacificador: "aquele que viaja à noite".

Já um leitor crédulo do *Jornal do Brasil* – e podemos supor que tal tipo de leitor existia nesse passado – começava o dia esperando que o tratado de paz fosse assinado "nas próximas horas", em Paris.

\*\*

V R S, um aposentado, foi preso na Praça Mauá, Rio de Janeiro, quando vendia uísque nacional em garrafas com rótulos de uísques importados. À polícia ele disse que apenas queria dar um Natal melhorado para a família, que o dinheiro seria usado para comprar castanhas, nozes, doces e brinquedos (JORNAL DO BRASIL 12 dez. 1972, p. 16).

\*\*

"Vai bicho, desafinar o coro dos contentes": na carta, Honestino não citou o poema/letra de música de Torquato Neto corretamente. Ele saltou alguns versos. Portanto, provavelmente ele tenha citado de memória – o que indica exatamente o oposto do descaso, isto é, como as palavras de Torquato tinham ficado gravadas em sua subjetividade. Existem duas possibilidades, não mutuamente

<sup>5</sup> No original: "Richard Milhous Nixon is the Man of the Year for us – and the rest of the world!"

excludentes, para o encontro de Honestino com o texto de Torquato Neto. A primeira é a de que ele tenha escutado o disco de Jards Macalé, lançado em 1972, em que a letra aparece musicada (na canção "Let's play that"). A segunda é a de que ele tenha lido ao menos uma de duas colunas de autoria de Torquato publicadas no jornal *Última Hora*.

O teor da carta, recheada de alusões literárias e de uma referência a Henfil (que indica que Honestino acompanhava as publicações mais alternativas, por assim dizer, da imprensa da época), sugere que é provável que ele lesse os artigos de Torquato Neto. A coluna "*Let's play that*" era bastante conhecida, tanto por sua força intransferível, quanto por ser um guia cultural, com sugestões de filmes, livros e discos.

Teria Honestino lido a coluna que saiu a 16 de dezembro de 1971 (TORQUATO NETO 2004, p. 304-306)? A carta, escrita num estilo despojado e cheio de vitalidade e voltada para uma ética da existência, apresenta ressonâncias que parecem provir desse texto (claro que com a diferença de que Torquato era mais marginal e aristocrático). Nele, Torquato apresentara uma espécie de guia de sobrevivência em tempos sombrios, em aforismos como: "Primeiro passo é tomar conta do espaço". "Não se esqueça de que você está cercado, olhe em volta e dê um rolê. Cuidado com as imitações." "Acredite na realidade e procure as brechas que ela sempre deixa. Leia o jornal, não tenha medo de mim, fique sabendo: drenagem, dragas e tratores pelo pântano. Acredite." "Poesia. Acredite na poesia e viva. E viva ela. Morra por ela se você se liga, mas, por favor, não traia. O poeta que trai sua poesia é um infeliz completo e morto. Resista, criatura." "Eu, pessoalmente, acredito em vampiros. O beijo frio, os dentes quentes, um gosto de mel."

Entre esses aforismos, Torquato incluiu o poema:

Quando eu nasci, um anjo louco, morto, curto, torto veio ler a minha mão. Não era um anjo barroco: era um anjo muito pouco, louco, solto em suas asas de avião. E eis que o anjo me disse, apertando a minha mão entre um sorriso de dentes: vai bicho, desafinar o coro dos contentes.

Ou teria Honestino lido a coluna do dia 19 de janeiro de 1972 (TORQUATO NETO 2004, p. 352-354)? Ela é um pouco mais sombria, tomada pela atmosfera asfíxica do início dos anos 1970, parecendo expressar uma espécie de fim de festa:

Agora não se fala nada  
Toda palavra guarda uma cilada  
E qualquer gesto é o fim no seu início.  
Agora não se fala nada  
E tudo é transparente em cada forma  
Qualquer palavra é um gesto  
E em sua orla  
Os pássaros sempre cantam no hospício.

Aqui, o poema citado por Honestino soa mais como um inconformismo que não cede, um hino de resistência; "quase um jogo entre desespero e esperança",

alguém de sensibilidade muito especial teria dito, e o historiador ouviria a frase como um eco de saudade nascida em poeira vermelha, numa noite de insônia, o coração preso como que numa gaiola.

\*\*

Nessa coluna, Torquato começa relatando uma conversa com Rogério Duarte em que estão embaralhadas alusões à loucura e à religiosidade: um amplo corredor, pessoas vestidas de branco, podendo ser um rito afro ou uma enfermaria. Era o mesmo Rogério Duarte que, anos depois, traduziria o Bhagavad Gita de uma maneira muito bonita e original. E neste ponto o tempo se embaralha como um novelo, uma rede sem causalidade, mas repleta de ressonâncias: lembremos que Honestino praticava ioga para se preparar para resistir à tortura.

No disco que acompanha a tradução de Rogério Duarte, com textos extraídos do Bhagavad Gita musicados, encontramos a canção "A visão do Yogui sincero", que nos dá uma imagem desse tempo mais sutil e enredado:

O yogui sincero vê  
todos os seres em mim  
vendo-me em todos os seres  
quem está unido a mim  
consegue-me ver em tudo  
para quem vê tudo em mim  
vendo-me também em tudo  
eu nunca fico perdido  
nem se perde ele de mim (DUARTE 1998).

18

"Ipanema ganha hoje sua primeira ótica realmente pra frente – a Style, que será inaugurada com um movimentado cocktail" (JORNAL DO BRASIL 11 dez. 1972, p. 3).

Será que Honestino sabia que Torquato Neto tinha se suicidado um mês antes do dia 11 de dezembro de 1972?

\*\*

"A lua está nos dando respostas para as quais ainda nem temos perguntas." A revista *Time* citava essa frase do geofísico Gerald Wasserburg (TIME MAGAZINE 11 dez. 1972, p. 24). A gigantesca diferença de composição química entre Terra e Lua colocara em xeque a tese de que a Lua seria um pedaço da terra expelido em alguma catástrofe cósmica, num passado remoto. Mas, ao menos, tinha-se uma datação para a origem da Lua, algo em torno de 4 bilhões e 600 milhões de anos, e uma constatação: a Terra e a Lua tinham sofrido um intenso bombardeio de asteroides nos seus primeiros 600 milhões de anos.

Dos inquéritos que os astronautas iniciaram no dia 11 de dezembro de 1972, a revista *Time* destacava: o estudo da atmosfera lunar; a pesquisa do subsolo da Lua à procura de calor; e, pelo uso de um espectrômetro capaz de captar as mais finas partículas da atmosfera, a captação de ondas sonoras geradas por explosões que os cosmonautas detonariam assim que decolassem da Lua.

Por outro lado, quando vemos os vídeos quase silenciosos dos astronautas na Lua, saltando lentamente, hasteando a bandeira dos Estados Unidos, aquilo parece abstrato, leve, lento. A leitura de *Cosmos*, de Carl Sagan, sugere ainda outro tempo para a Lua: em primeiro lugar, como, lá, os ciclos de exposição à luz solar são mais curtos, a temperatura muda mais bruscamente, saltando do extremo frio para o calor. Em segundo lugar, por quase não ter erosão, dada a baixíssima pressão atmosférica, sua paisagem é desenhada por eventos de grande impacto que ocorrem e ficam definitivamente gravados na forma de crateras. Dá-se assim a alternância, numa escala inimaginável de bilhões de anos, entre catástrofes cósmicas e tempos vazios, neutros (SAGAN 2002, p. 88).

\*\*

Um documento originado no Departamento Regional de Polícia de São Paulo Exterior (DOPS/DEREX) foi registrado pelo Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) a 11 de dezembro de 1972. Tratava-se de uma advertência sobre uma certa G P B:

G P B, intitulado-se agente de informações, costuma procurar as autoridades para denunciar possíveis crimes que estariam sendo praticados pelas mais diversas pessoas. Segundo apurações, a epigrafada não é vinculada a nenhum serviço de informações e ainda apresenta sinais de debilidade mental.<sup>6</sup>

\*\*

Neste mesmo dia, novos generais receberam suas espadas, em festa no Distrito Federal. O general Breno Borges Fortes, chefe do Estado Maior, disse na cerimônia que a missão do momento era a integração cada vez maior entre militares e civis.

Durante o evento, devido ao calor infernal debaixo da tenda no Quartel General do Exército, um dragão da independência desmaiou (JORNAL DO BRASIL 12 dez. 1972, p. 4).

\*\*

Segundo a revista *Time*, a viagem à Lua tinha um profundo efeito sobre a subjetividade dos astronautas: eles descobriam a poesia e a introspecção. Isso teria, inclusive, um nome: efeito lunar, o qual designaria o estranhamento em relação às atividades cotidianas anteriores à viagem e uma descoberta da humanidade (TIME MAGAZINE 11 dez. 1972, p. 24).

Jim Irwin, um astronauta de uma viagem anterior à Lua, disse que se tratara de uma experiência religiosa, que ele sentira a presença de Deus naquele ambiente inóspito.

Depois da viagem à Lua, os astronautas não se viam mais como apenas norte-americano, e sim como seres humanos – ao menos era o que você poderia ler, se tivesse comprado a revista *Time* no dia 11 de dezembro de 1972. E, por isso, muitos se engajavam em atos de generosidade e altruísmo.

O vídeo com os astronautas da Apollo 17 hasteando e saudando a bandeira dos Estados Unidos, disponível na internet, passa, contudo, uma impressão

<sup>6</sup> Documento disponível no Arquivo Nacional. Memórias Reveladas, BR AN BSB VAZ 008 0179.

ligeiramente diferente: pose para fotografia e comentários irrisórios, algo como um turismo cívico lunar.<sup>7</sup>

\*\*

Em Nova York, um sacerdote cujo nome não sabemos, numa igreja cujo credo desconhecemos, executou o tango *La cumparsita*. O dia 11 de dezembro de 1972 era véspera do aniversário de Carlos Gardel (CORREIO DA MANHÃ 11 dez. 1972, p. 9).

\*\*

Segundo documento enviado do Centro de Informações do Exterior (CIEEX) para o CISA, em que eram detalhadas as atividades ditas subversivas acontecidas no Uruguai entre 9 e 21 de dezembro de 1972, nenhuma ação desse tipo acontecera no dia 11.<sup>8</sup>

\*\*

Um relatório de sindicância, assinado pelo delegado de Polícia adjunto (DOPS – São Paulo) Bél. Edsel Magnotti, foi registrado pelo CISA. O tema era uma greve de fome de alguns presos políticos. O delegado afirmava que o objetivo desse tipo de greve era atingir a Segurança Nacional por meio de guerra psicológica e desmoralização da família brasileira e que, portanto, a continuidade do inquérito apenas serviria para causar comoção. Sugeriu, assim, que o inquérito sobre a greve de fome fosse arquivado, mas que ela ficasse registrada no histórico penitenciário dos grevistas.

20

Entre os nomes citados como testemunhas do inquérito o de Aurea Moretti foi o único a ser circulado com uma caneta (reconhecemos a marca da mão humana pela irregularidade do traço, em contraste com as letras impressas). Segundo um relato de autoria da própria Aurea, ela foi presa em 1969 e passou por violentas torturas, entre as quais se incluía a ameaça constante de estupro coletivo. Não fica claro se essa greve de fome teve alguma relação mais direta com tais torturas.<sup>9</sup>

\*\*

Quem lesse o *Correio da Manhã* naquele dia ficaria sabendo que o Papa João VI condenava o aborto e criticava o movimento *women's lib*. O Papa dizia simpatizar com as causas do feminismo, mas criticava as ideias "distorcidas" da emancipação feminina e defendia que a mulher devia assumir seu papel de mãe (CORREIO DA MANHÃ 11 dez. 1972, p. 9).

\*\*

O dia 11 de dezembro de 1972 foi, de certo modo, uma data comemorativa. Os dias em nosso calendário são únicos, irreversíveis; no entanto, as celebrações anuais dão um teor de circularidade ao tempo linear. Uma boa imagem para essa temporalidade seria a de uma espiral. "De certo modo" porque, para esse dia, temos apenas celebrações em potencial, datas que, num outro calendário, em outro dos mundos históricos possíveis, poderiam dar ensejo a festas, rememorações, lamentos ou lutos:

<sup>7</sup> Vídeo disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=zp1tGIXcuTI>.

<sup>8</sup> Documento disponível no Arquivo Nacional. Memórias Reveladas, BR AN BSB IE 010 002.

<sup>9</sup> Documento disponível no Arquivo Nacional. Memórias reveladas, BR AN BSB VAZ 127 0062.

Mil seiscientos e onze anos antes do dia 11 de dezembro 1972, Juliano, o Apóstata, tornava-se o último imperador pagão do Império Romano.

Trinta e oito anos antes, Bill Wilson, cofundador dos Alcoólicos Anônimos, tomava seu último drinque.

Se estivesse vivo em 1972, o Papa Leão X estaria comemorando seu quadringentésimo nonagésimo sétimo aniversário.

\*\*

O *Jornal do Brasil* anunciava para quarta-feira dia 13 de dezembro a apresentação do disco *Água e Vinho*, por Egberto Gismonti. Entre as músicas desse disco que hoje é considerado um clássico da música brasileira, uma das mais fortes é "Frederico" (sobre, García Lorca, o poeta assassinado pelas forças da reação, com letra de João Carlos Pádua):

Eram passadas, três horas depois  
 Das ave-marias  
 Quando o seu corpo de morte caiu sobre a terra fria  
 Eram passadas, três horas depois  
 Das ave-marias  
 Quando o silêncio das almas desceu sobre Andaluzia  
 Sim, contaram os homens  
 Assim, falaram teu nome  
 Te escuto ainda as palavras  
 Bailando no firmamento  
 Eram passadas, três horas depois  
 Das ave-marias  
 Quando o seu corpo de morte caiu sobre a terra fria  
 Eram passadas três horas depois  
 Das ave-marias  
 Quando o silêncio das almas desceu sobre Andaluzia (GISMONTI 1972).

21

\*\*

Quando comenta *Demian*, de Herman Hesse, em sua carta, Honestino se refere à passagem que compõe o mito central do livro. Num momento decisivo, Emil, o protagonista, desenha uma ave de rapina saindo de um ovo gigantesco (nas palavras do livro, "uma sombria esfera terrestre", um ovo gigantesco sobre um fundo azul celeste). A ave seria uma encarnação de Abraxas, deus de criação e destruição, abarcando bem e mal, desespero e esperança. Para alguma coisa nova nascer (no caso, o próprio desejo de Emil, que lutava por desabrochar), o mundo velho tinha de ser destruído. Pensando no desenho, em Abraxas, em Demian, Emil concluía:

E nesse ponto abrasou-me de repente como aguda chama a revelação definitiva: todo homem tinha uma "missão", mas ninguém podia escolher a sua, delimitá-la ou administrá-la a seu prazer. Era errôneo querer novos deuses, era completamente errôneo querer dar algo ao mundo. Para o homem consciente, só havia um dever: procurar-se a si mesmo, afirmar-se em si mesmo e seguir sempre adiante o seu próprio caminho, sem se preocupar com o fim a que possa conduzi-lo (HESSE 1993, p. 148).

## Algumas considerações teóricas

A ideia de escrever este texto surgiu de discussões, aulas e leituras que venho fazendo em torno do tema do tempo na escrita da história. Existe certo consenso acadêmico quanto à tese de que a estratégia narrativa adotada por um historiador corresponde, em grande medida, à interpretação que ele faz sobre o evento, tema ou problema por ele abordado. Evidentemente, em torno desse consenso mínimo formam-se algumas polêmicas, frequentemente mais estridentes do que produtivas. Exemplo disso é a polêmica sobre a natureza do texto histórico, se científica ou literária (quase sempre com pressupostos equivocados sobre o que seria a natureza de um produto do campo das ciências ou da literatura).

Tendo em vista o objetivo deste artigo, o conjunto de respostas oferecidas pela obra de Paul Ricoeur (2007) à polêmica supracitada é suficiente. Tomamos, como ponto de partida, a tese de que, por convenção, um texto histórico participa do amplo espectro dos gêneros narrativos. Admitimos, ainda, que um historiador não é apenas um narrador, uma vez que seu trabalho resulta da combinação de pesquisa com fontes e da adoção de conceitos e teorias. Esses pressupostos mínimos podem ser resumidos com a observação de Anthony Grafton (1998), segundo a qual um texto de história tem, ao menos, duas narrações: a do seu enredo principal e a da auto-história problematizada da elaboração desse enredo (concentrada nas notas de rodapé). Assim, o texto histórico é, convencionalmente, um relato elaborado segundo métodos e conceitos a partir de confrontos com vozes ou discursos exteriores ao próprio texto e, por isso, não é, apenas, uma narrativa.

22

Por outro lado, é notável constatar, em comparação com a intensidade das polêmicas em torno do tema da narrativa e do tempo e de suas implicações epistêmicas, uma certa timidez quando se trata de experimentos narrativos historiográficos propriamente ditos ("experimentação" no sentido científico ou literário do termo, como se quiser). Com efeito, se existem muitos e por vezes acerbos debates que acenam para um campo em ebulição, a prática historiográfica se mantém, em grande medida, pautada por padrões bem estabelecidos. Se concordarmos com Jacques Rancière (1994) quando afirma que os historiadores enfrentaram seus problemas teóricos poeticamente, essa constatação se torna inquietante. Por "poética" há de se entender aqui não a efusão literária subjetiva e romântica de um gênio e sim a elaboração de uma linguagem, de um regime de signos, de uma trama. De acordo com Rancière, portanto, seria no próprio traçado de sua escrita que o historiador lidaria com seus embaraços teóricos e conceituais. Um exemplo clássico disso é o de Braudel; ele procurou desbravar novas temporalidades e, se o fez em textos teóricos, deu substância e força à sua proposta ao elaborar relatos estruturados segundo tais temporalidades.

Pois bem, partiu-se, aqui, da decisão de se escrever algum tipo de "história de um dia", com um intuito bem aberto e experimental – o que não significa falta de rigor acadêmico. Mas não a história de um dia que fosse um marco histórico consagrado. Porque a opção não foi pautada pela decisão de se mergulhar numa

data marcante para um período já consolidado como “histórico” e sim pelo desejo de se pensar, na prática, ou seja, poeticamente, em que medida uma distorção do tempo mais habitual para os historiadores poderia produzir uma narrativa histórica interessante. Isso não implica nenhuma pretensão normativa, uma vez que todo discurso sobre “como se deveria escrever a história” esbarra e, em menor escala, ameaça uma das grandes virtudes da historiografia – a sua pluralidade.

É claro que este projeto tem forte inspiração no livro de Gumbrecht sobre o ano de 1926 (GUMBRECHT 1990). Contudo, observe-se, quase a contrapelo, uma vez que, logo no início de seu livro, Gumbrecht afirma que escolheu o ano como medida por se tratar de uma escala temporal razoável, suficiente para se construir um cenário, um mundo habitável, reconhecível. E é mais ou menos evidente que a escolha de um dia, como unidade temporal, cria problemas graves de verossimilhança, no sentido da quase impossibilidade de se construir qualquer coisa que se pareça com um mundo num espaço de tempo tão curto. Digamos o seguinte: exatamente pelo encurtamento temporal, a história de um dia é mais inverossímil do que a história de um ano (o que não desabona o projeto, uma vez que a verossimilhança diz respeito a padrões narrativos e a sua relação com a recepção, ao passo que o conhecimento é, muitas vezes, inverossímil).

Se tanto algo como a história de um dia quanto a história de um ano, quaisquer que sejam as datas escolhidas, são impossíveis no sentido ingênuo de história completa, porque o que o historiador pode compor são dias e anos virtuais, possíveis, em suma, narrados, a história de um dia traz, como resultado paradoxal do encurtamento temporal, uma abertura mais evidente para o ilimitado do tempo vivido frente aos limites do dizível. Isso, sobretudo, porque os historiadores trabalham com constructos temporais que são, ao mesmo tempo em que cronologias, delimitações de um problema ou uma intriga. Quando Gumbrecht se propõe a fazer um livro sobre o ano de 1926, é mais ou menos esperado – e o autor destaca isso – que o ano narrado seja fruto de uma composição e que, portanto, existam elementos, momentos ou situações nesse ano que possam funcionar como marcos ou balizas. Mesmo não optando, propositalmente, por um ano marcante, esse ano pode ser virtualmente construído porque o autor elenca códigos e dispositivos que o organizam como uma espécie de cenário. A história de um dia, pelo contrário, seria uma história fora dos eixos – exceto o caso de esse dia ser um marco consolidado na memória coletiva, no sentido de algo como “um dia que mudou o mundo”. Se um dia não é tempo suficiente para mudar nada, sua narração fica, para dizer o mínimo, comprometida – novamente, em termos de padrões de verossimilhança, dos quais, como pesquisadores, não podemos ser escravos.

Por outro lado, no aspecto mais mezinho do trabalho de pesquisa, a história de um dia lança as mesmas dificuldades apontadas por Gumbrecht para seu projeto sobre 1926 e que são praticamente universais quando o assunto é a escrita da história: como selecionar o que entra ou não na narrativa; o confronto com a inviável totalidade, que sempre lança a suspeita de parcialidade por parte do historiador – mesmo no sentido cultural e linguístico; as armadilhas do empirismo, da crença de que os fatos falam por si sós.

Essa história traz consigo, ainda, um aspecto de jogo aleatório possibilitado pela existência de um novo tipo de arquivo, bem mais desorganizado (ao menos na superfície) e abrangente do que os arquivos tradicionais: trata-se da internet e da possibilidade que ela abre de cruzamentos insuspeitados de informações as mais variadas. Mesmo uma pesquisa básica envolvendo o *Google* revela esse interessante e pouco explorado manancial: por ser um leitor acrítico, superficial, colado ao significante, o *Google* devolve informações sobre praticamente qualquer lance de dados que se propuser. Só a título de exemplo, para um contraste, como também pesquisei num arquivo institucional, ali encontrei resistência do atendente, que julgou meu projeto irracional (eu solicitei cópias aleatórias de documentos produzidos ou que se referiam ao meu dia de pesquisa). Mas que não se veja nisso qualquer pretensão de estar adequado a um suposto “espírito da época”, seja ela denominada de alta modernidade, tardia ou líquida – já foi dito que não se tem aqui qualquer pretensão normativa. Afinal de contas, a história de um dia se comunica bem com um gênero bastante tradicional: a crônica. Sendo assim, uma das virtudes, ou defeitos, deste projeto pode residir exatamente no seu anacronismo.

Pensemos um pouco mais sobre o que significa “um dia” como contexto histórico. Podemos notar, de saída, que um dia é menos fechado em si do que um ano, uma década ou um século, e isso, justamente, por ser mais efêmero. Em outras palavras, um dia funciona mal como unidade estruturante do tempo da narrativa organizada como começo, meio e fim. Um dia é pura abertura no tempo: se é uma unidade do calendário que se conclui em si mesma, simultaneamente não tem começo e fim palpáveis do ponto de vista narrativo – mesmo abstraindo a questão do fuso horário e de se saber em que horas, afinal de contas, um dia acaba de fato. Historicamente, portanto, um dia é mais um ponto de intersecção no tempo do que uma duração que permita que uma história se desenvolva, tal como estamos mais acostumados a concebê-la. Isso quereria dizer que não vale a pena nem mesmo tentar esse exercício, tendo em vista as questões que ele pode lançar? Ou, ainda, que a história de um dia nem mesmo história seria mais? Desconfiança previsível, sobretudo em tempos atuais, em que, depois de tanto se falar em retorno da narrativa, a coisa mais rara de se encontrar entre historiadores é justamente uma narrativa, uma vez que boa parte das pesquisas se volta para problematizações conceituais e para a história da história.

O interessante, portanto, é que a história aqui narrada também serve como laboratório teórico. Prosseguindo na questão do dia e de seu sentido histórico, temos aqui ainda questões sobre a noção e o uso do contexto. O dia escolhido seria um “contexto histórico”? Vivendo no mesmo dia, as pessoas, em sua grande parte, estão no mesmo tempo e não estão ao mesmo tempo. Existem múltiplas formas de relação e modos de as vidas interferirem umas nas outras, mesmo que, num mesmo dia, as pessoas habitem mundos diversos. Mais do que mera seção no calendário, um contexto é um horizonte de racionalidade, faz parte da ordem do possível em que certos acontecimentos se enquadram, na perspectiva do historiador. O contexto é o que torna verossímil a crença compartilhada ou ao menos subentendida de que “o real é racional”. O contexto seria algo como

aquele presente mais que presente equívoco, criticado por Agamben (2009) por ser uma espécie de tempo metafísico que dá sentido aos outros tempos, vividos, experimentados; o presente que, supostamente, *explicaria* os demais.

Acontece que, num tempo tão próximo ao imediato como um dia, a ordem do possível tende a se esfacelar, no sentido de que não temos campo suficiente, ou mundo narrado, para reconhecermos algum cenário. O muito próximo ofusca como o demasiadamente distante. Sobretudo se quisermos ter um alcance mais amplo do que o de um diário comentado (que seria a história de um dia tal como narrada por fulano). Nesse caso, temos de observar as relações que não se dão no plano consciente dos encontros, no plano verbal das conversas, ou que estejam permeadas por alguma lógica social bem definida. Por exemplo: não existe relação de causa e efeito entre o pouso na Lua e o ato de Honestino escrever sua carta, mas podemos anotar ressonâncias entre os diferentes eventos. Nesse sentido, viver no mesmo dia não deveria ser entendido como se o dia fosse um contexto e sim uma espécie de teia, formada por variados níveis e formas de intercomunicação, ressonâncias – ao menos na forma como o dia 11 de dezembro de 1972 foi tratado, sendo as conjunções mais evidentes substituídas por elipses e deslocamentos.

Mesmo no nível mais básico da pesquisa surgem dificuldades que podem se tornar boas questões. Por exemplo, tendo o jornal como fonte mais óbvia, é preciso ler no mínimo as notícias que saíram no dia estudado e as do dia seguinte; porque é no dia seguinte que um dia passa a contar como “história” ou, ao menos, como memória. É a partir do dia seguinte que as histórias de um dia passam a fazer parte do mundo vivido em comum, porque são relatadas e, por assim dizer, consolidam-se como fatos. Durante o próprio dia, o tempo é vivido nesse imperceptível e finíssimo fluir chamado presente. Sendo assim, estudar um dia é quase como observar num microscópio alguns dos temas mais recorrentes em discussões teóricas e metodológicas da história, como o da relação entre o vivido, o experimento e o lembrado; a memória e o instante – além da já comentada clivagem entre padrões de verossimilhança e conhecimento histórico.

Nova dificuldade: como um historiador não é um romancista, não podemos recorrer aos artifícios do fluxo de consciência ou da onisciência narrativa para conferir densidade ao texto. Se, ao contrário de Joyce em *Ulisses*, por exemplo, não é possível se adotar a estratégia de acompanhar as minúcias de um dia por meio das sensações e ideias de uma pessoa qualquer, o que se tem, ao final da pesquisa, é um conjunto desconjuntado de acontecimentos, fatos, dados mais ou menos relevantes e mais ou menos interligados entre si; momentos entrelaçados e ao mesmo tempo isolados, sem hierarquia de sentido, uma vez que não sedimentados pela memória ou pela historiografia como um período, uma época. Essa é mais uma característica que complica o propósito narrativo no aspecto do começo e do fim da trama. Porque é a continuidade que faz de um conjunto de eventos um mundo histórico reconhecível. Sendo assim, ao se reduzir a escala do tempo para um dia, é-se quase obrigado a pensar em vários mundos conectados entre si, às vezes de um modo sutil.

Julio Cortázar tem um livro com um título bem gracioso e que pode dar uma orientação ao propósito da escrita da história de um dia: *A volta ao dia em 80 mundos*. Isso não significa que se trate aqui de um artifício visando a qualquer viagem no tempo. Em contraste com o livro de Gumbrecht e outras teses similares, não se parte da tese de que vivemos numa era presentista, ou num momento em que a experiência social do tempo foi espacializada ou liquidada de qualquer forma. A leitura de livro de Peter Pal Pelbart (1998) sugere uma crítica pertinente a esse tipo de tese que, paradoxalmente, diagnostica um todo temporal, chamando-o de qualquer variante da modernidade: o problema é que o tempo não é homogêneo. Assim, a imagem do passado como presente a ser revisitado implica uma operação que tende a anular a diferença, a pluralidade dos tempos. Existe algo de irreversível no tempo que passa, que passou; embora, é claro, isso esteja longe de ser tudo o que se pode falar sobre o tempo, uma vez que o passado também retorna, seja como memória, trauma ou repetição, e assim segue operando na atualidade. Mas, enfim, não há nada de familiar nisso tudo, e o passado não é um mero presente passado.

Tudo parecia tão simples, no começo, mas eis que a redução da história para um dia em nada diminui a complexidade do entrelaçamento dos diferentes ritmos e temporalidades sociais, culturais, políticas, subjetivas e o trabalho historiográfico, porque o próprio dia tem em si essa pluralidade de tempos que apontamos. Nesse aspecto, um dia pode ser como um século, ou mesmo como algo mais, como aquilo que Pomian (1993) conceitua como “arquitetura temporal”, camadas e camadas de diferentes tempos sobrepostos, complementares, tensos, dando forma ao imenso edifício da modernidade. O tempo do calendário, o tempo social das comunicações, o tempo da política e das guerras, das relações pessoais etc., sobrepostos, justapostos, entrecruzados formando a arquitetura de uma catedral barroca, na melhor das hipóteses em termos estéticos, ou até mesmo uma Torre de Babel e, quem sabe, a casa muito engraçada da canção infantil de Vinícius de Moraes.

Foi devido a essa complexidade temporal que se optou, por fim, pelo conceito de anamorfose. Anamorfose e não apenas a história de um dia, porque provavelmente o leitor poderia pensar que se trataria de um projeto ingênuo de completude narrativa – como se fosse suficiente escandir um dia em horas e anotar acontecimentos, numa espécie de cronologia minimalista. Anamorfose porque essa história, não sendo “literatura”, é, como todas as outras, uma mescla de pesquisa e elaboração poética.

A anamorfose, como técnica de produção de artefatos culturais (CORREIA 1985, p. 192-193) corresponde a um conjunto de operações, a princípio das artes plásticas, que consistem em arruinar a perspectiva, deslocando as formas para além de si mesmas, distorcendo-as, alongando-as, encurtando-as. É como se um desenho fosse feito a partir da posição de um espectador numa situação extravagante qualquer, e não da perspectiva com a qual nos habituamos desde a Renascença. Uma torre desenhada segundo a perspectiva de alguém deitado a seu pé, em vez de por um observador numa posição dita razoável, seria um exemplo. Baltrusaitis observa que a anamorfose, com as imagens de corpos

distorcidos, não é mera diversão: há nela uma teoria sobre a realidade factícia, uma poética da abstração (BALTRUSAITIS 1977, p. 61-70). Trazendo o tema para o campo da escrita, Natalia Correia aduz que existe uma perspectiva mental habitual que se confunde, por vezes, com a perspectiva natural ou mesmo com a própria realidade, quando se trata apenas de bom senso, verossimilhança. A atenção intensiva sobre um detalhe, a ponto de agigantá-lo, não implica perda da realidade ou de objetividade, mas pode ser a descoberta de uma nova perspectiva. Obtém-se, ainda, uma desejável conquista ética com a opção pela anamorfose: trata-se da negação de todo sistema que pretenda ter um valor absoluto.

Última observação: como foi observado na própria anamorfose, foi a leitura de uma carta de Honestino Guimarães, que viria a ser assassinado por agentes da ditadura em 1973, o que pautou a escolha do dia 11 de dezembro de 1972. Com isso, o dia acabou ganhando uma atmosfera, um tema. Trata-se da solidão, da procura pelo outro, da comunicação. E se falamos em alienação e violência, sem dúvida é toda uma atmosfera da vida contemporânea que se elabora nesta anamorfose. É como se a perspectiva escolhida para a realização deste trabalho fosse próxima daquela a partir da qual Honestino poderia observar os acontecimentos do dia. Ao mesmo tempo, porém, essa escolha acaba resvalando na ideia de que, num mesmo dia, pessoas vivem em mundos diferentes. A imagem fotográfica do planeta, em seu elevado grau de abstração, sugere uma totalidade ausente, uma coleção de fragmentos. De alguma forma, esses diferentes mundos vivenciados num dia estão no mesmo mundo, ao menos quando passam a ser objeto de narração. Quanto mais nos aproximamos dos mundos vividos, porém, mais nos aproximamos da dor, que nos leva a um outro tempo, não o cronológico, e sim o tempo ontológico. E então a vida alienada adquire densidade existencial, porque ela é isolamento e dor, e luta contra o isolamento e a dor. Sobre esse tempo, em seu livro escrito na prisão, Antonio Negri diz que:

A concretude do tempo é declarada de maneira implacável pela dor, a sua sólida realidade é tão mais verdadeira, quanto mais é determinante o laço entre o tempo e a morte. Mas não é só isso. A morte é tão intrínseca ao ser, a todos os seres e a todo o ser, que ela estabelece a medida comum, a razão interna de constituição ordenada do mundo. Nesse percurso que vai da dor à morte constitui-se a possibilidade de uma ordem que não seja medida transcendente, mas atividade interior de ordenamento. Contudo, isso não basta. Se a universalidade da morte e do sofrimento nos faz reconhecer o tempo como manifestação do ser e realidade comum de nossa existência, ao contrário do que queriam os idealistas de todos os tipos, esse reconhecimento certamente não afasta a dor e a morte – ele funda antes a necessidade, a paixão de eliminá-los. O ser-para-a-morte é a base da vontade de potência. O ser na dor é o impulso para a ressurreição da vida, é a profecia da ressurreição dos corpos (NEGRI 2007, p. 132-134).

No final das contas, o dia escolhido para essa anamorfose não foi aleatório. Mais importante do que quaisquer reflexões derivadas do experimento, a história que abre esse artigo é a de um dia numa vida aberta para a dor e, portanto, para a redenção. O relato, portanto, não é mero pretexto para as teorizações que o seguem; a afirmação inversa está mais próxima da verdade.

## Referências bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo e outros ensaios**. Traduzido por Vinícius Nicastro Honesko. São Paulo: Argos, 2009.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- BACK, William. Richard Milhous Nixon is the Man of the Year for us – and the rest of the world. **Times Magazine**, New York, 11 dez. 1972. Letters.
- BALTRUSAITIS, Jurgis. **Anamorphic art**. New York: Harry N. Abrams, 1977.
- CANTON, Olides. **Os Sobreviventes dos Andes** - Texto completo. Disponível em: <http://www.deolhoseouvidos.com.br/artigos/sobreviventes.htm>. Acesso em: 17 jul. 2014.
- CORREIA, Natalia. As anamorfozes. In: HELDER, Herberto. **Edoi Lelia Doura**. Antologia das vozes comunicantes da poesia moderna portuguesa. Lisboa: Assírio e Alvim, 1985, p. 192-193.
- CORREIO DA MANHÃ. Apolo hoje em órbita da Lua. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 11 dez. 1972. Capa, p. 1.
- \_\_\_\_\_. Apolo 17 entra hoje em órbita lunar. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 11 dez. 1972. 1º Caderno, p. 8.
- \_\_\_\_\_. Carlos Gardel. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 11 dez. 1972. 1º Caderno, p. 9.
- \_\_\_\_\_. Paulo VI condena o aborto. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 11 dez. 1972. 1º Caderno, p. 9.
- DUARTE, Rogério. **Canções do divino mestre** (CD). Companhia das Letras: São Paulo, 1998.
- HESSE, Herman. **Demian**. Rio de Janeiro: Record, 1993 [1925].
- GISMONTI, Egberto. **Água e vinho** (CD). EMI/Odeon, 1972.
- GRAFTON, Anthony. **As origens trágicas da erudição**. Pequeno tratado sobre as notas de rodapé. Campinas: Papyrus, 1998.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Em 1926**. Vivendo no limite do tempo. São Paulo: Record, 1990.
- JORNAL DO BRASIL. Allende descansa em balneário em Cuba. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 dez. 1972. 1º Caderno, p. 13.
- \_\_\_\_\_. Novos generais recebem espadas em festa no DF. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 dez. 1972. 1º Caderno, p. 4.
- \_\_\_\_\_. Ipanema ganha hoje sua primeira ótica pra frente. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 11 dez. 1972. Caderno B, p. 3.
- \_\_\_\_\_. Vigarista é detido com uísque falso. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 dez. 1972. 1º Caderno, p. 16.

- MONTEIRO, Maria Rosa Leite. **Honestino**. O bom da amizade é a não cobrança. Brasília: Da Anta Casa Editora, 1998.
- NEGRI, Antonio. **Jó**. A força do escravo. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2007.
- PELBART, Peter Pal. **O tempo não reconciliado**. Imagens de tempo em Deleuze. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- POMIAN, Krzysztof. **Tempo/temporalidade**. Traduzido por Maria Bragança. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993 (Enciclopédia Einaudi, v. 29).
- RANCIÈRE, Jacques. **Os nomes da história**. Um ensaio de poética do saber. Traduzido por Eduardo Guimarães e Eni Puccineli Orlandi. São Paulo: EDUC/Pontes, 1994.
- RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: EdUnicamp, 2007.
- SAGAN, Carl. **Cosmos**. New York: Random House, 2002.
- SCHILLING, Flávia. **Querida família**. Porto Alegre: CooJornal, 1978.
- TIME MAGAZINE. The War: Paris round 3. Ready to wrap up the peace. **Time Magazine**, v. 100, n. 24, p. 32, 11 dez. 1972.
- \_\_\_\_\_. Space, Lunar Science: Light amid the heat. **Time Magazine**, v. 100, n. 24, p. 24, 11 dez. 1972.
- TORQUATO NETO. Literato cantábile. In: PIRES, Paulo Roberto. **Torquatália**. Geleia geral. Rio de Janeiro: Rocco, 2004, p. 304-306.
- \_\_\_\_\_. Let's play that. In: PIRES, Paulo Roberto. **Torquatália**. Geleia geral. Rio de Janeiro: Rocco, 2004, p. 352-354.

# Tradições de história global na América Latina e no Caribe

## Traditions of Global History in Latin America and the Caribbean

---

### Rafael Marquese

marquese@usp.br  
Professor Associado  
Universidade de São Paulo  
Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 - Cidade Universitária  
05508-900 - São Paulo - SP  
Brasil

### João Paulo Pimenta

jgarrido.pimenta@gmail.com  
Professor Associado  
Universidade de São Paulo  
Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 - Cidade Universitária  
05508-900 - São Paulo - SP  
Brasil

---

30

### Resumo

Neste artigo é feito um apanhado crítico de autores e correntes historiográficas que, nos séculos XIX e XIX, estiveram voltados para a história da América Latina e do Caribe e que de muitas maneiras podem, efetivamente, ser considerados representantes do que hoje se reconhece como uma chamada *história global*. Com isso, pretende-se matizar e relativizar os afãs renovadores daqueles historiadores que atualmente se identificam com tal postura, bem como valorizar a importância de olhares abrangentes e articulados sobre a história do continente americano.

### Palavras-chave

História global; Historiografia latino-americana; Historiografia caribenha.

### Abstract

This article presents a critical overview of 20<sup>th</sup>-century authors and historiographical trends on the history of Latin America and the Caribbean, which, in different ways, can be effectively considered representative of what is nowadays known as *global history*. With this effort, we intend to put in perspective and cast a light of relativity on the aspirations of renewal by historians who currently affirm their identity in terms of such stance and its potential innovations, and to emphasize the importance of wide-ranging and well-articulated views of the history of the American continent.

### Keywords

Global History; Latin American historiography; Caribbean historiography.

---

Recebido em: 3/5/2014

Aprovado em: 28/7/2014

**Introdução: o século XIX e as primeiras décadas do XX**

Em 24 de fevereiro de 1821, o comandante militar Agustín de Iturbide, protagonista da cena política do Vice-Reino de Nova Espanha, anunciava o famoso *Plan de Iguala*, por meio do qual se desenhava a independência daquela parte do Império Espanhol e a criação do Império Mexicano. Suas palavras iniciais, muito significativamente, dirigiam-se aos "Americanos! Sob cujo nome compreendo não apenas os nascidos na América, mas também aos europeus, africanos e asiáticos que nela residem" (ROMERO; ROMERO 1997, p. 283).

Nas últimas décadas do século XVIII e nas primeiras do século XIX, os processos de crise e parcial dissolução dos impérios ibéricos na América estiveram embasados em ideias, análises, discursos, conceitos e vocabulários que, como os que foram empregados por Iturbide, apresentavam os grandes acontecimentos da época, dos quais resultaria a criação de quase duas dezenas de Estados nacionais independentes e soberanos, como um capítulo fundamental da história da humanidade; uma história de americanos, europeus, africanos e asiáticos e que, para todos os efeitos, confundia-se com uma história concebida como de muitas partes do mundo relacionadas entre si e ao mesmo tempo. Um entendimento desse tipo era comum e generalizado já naquela passagem de século, tornando-se ainda mais comum nas primeiras décadas a ela subsequentes. Ele se configura como um fenômeno em si, passível de ser estudado como dimensão relevante da própria história das ideias da época. Mas tal entendimento também forneceria poderoso argumento analítico aos que, mais adiante, dedicar-se-iam a estudar como aqueles impérios desapareceram e como novas sociedades e organismos políticos tomaram seu lugar.

Os historiadores, contudo, nem sempre defenderam que as histórias de seus respectivos países ou das realidades específicas nelas inscritas eram parte de uma história mais geral que, supostamente as envolveria. O século XIX observou por toda a parte, *pari passu* ao surgimento de Estados nacionais modernos, a emergência de narrativas sobre o passado a desenharem as supostas singularidades – eventualmente, também as superioridades – de cada um desses Estados e das sociedades a eles correspondentes. Mesmo assim, o triunfo das histórias nacionais ensejava uma relação comparativa: cada uma delas só podia ser considerada única *em relação* a outras, forçosamente observadas. No entanto, a despeito de sua ampla prevalência, tais narrativas jamais impediram o surgimento de posturas críticas que, deliberadamente, expandiram os horizontes espaciais de suas observações, fosse em direção a uma história de vários países do continente americano, do próprio continente em si, ou de partes dele como integradas com outras partes do mundo.

Consideram-se aqui tais posturas como representantes pioneiras de uma atitude historiográfica que, hoje, deveria ser tida como menos inovadora do que muitos de seus atuais praticantes parecem dispostos a reconhecer. Nesta segunda década do século XXI, a história do mundo ibero-americano continua a possibilitar o exercício de uma chamada *história global*, a valorizar realidades e fenômenos específicos como partes de realidades amplas e a conduzir seus estudiosos por caminhos que vão muito além de tempos e espaços nacionais

específicos e isolados uns dos outros. Do fato de que a relatividade do ponto de observação do historiador se encarrega de renovar constantemente formas de concepção de seu objeto, desprende-se um problema, a ser apontado nas páginas seguintes: em que medida algumas variantes do que atualmente se classifica como *história global* – e muito comumente reivindicadas mais como *superação* do que como *renovação* de formas de escrita da história anteriores – já não foram praticadas antes, ao menos parcialmente?

Com o exame de tal problema a partir da observação de alguns casos voltados à história latino-americana e caribenha, pretende-se justamente valorizar procedimentos anteriores que podem ser hoje entendidos como ensaios de história global e que são capazes de subsidiar formas atuais dessa história menos pretensiosamente inovadoras e mais proveitosamente amparadas em tradições. Como pretendemos demonstrar neste artigo, a historiografia sobre a América Latina e o Caribe está recheada delas. Por essa razão, não faremos uma análise exaustiva, mas meramente exemplificadora. Para a seleção de tais exemplos, porém, e como logo se verá, buscou-se observar critérios coevos de relevância temática, densidade teórica e impacto historiográfico. Tampouco se trata de exemplos perfeitamente homogêneos ou coesos do ponto de vista da coerência analítica ou das intenções efetivas dos autores respectivos; mas simplesmente de esboços de agrupamentos que permitam a relativização dos afãs inovadores atuais que parecem obscurecer a história de uma história global, bem como limitar as potencialidades de seu exercício nos dias de hoje.

32

A tarefa de seleção de exemplos que possam fundamentar essa discussão se complica, desde o início, pelo reconhecimento de que muito do que se escreveu em termos do que poderíamos, hoje, considerar como história global, é de difícil classificação e agrupamento. Isso se deve não apenas ao fato de que, em geral, seus variados autores não se preocuparam em identificar-se como “globais”, mas também e principalmente a que se trata de obras com objetivos muito distintos entre si, trabalhos concebidos e escritos em contextos muito variados. De certo modo, porém, tal reconhecimento contribui justamente para diminuir parte das pretensões à inovação dos atuais historiadores globais, pois aponta para uma quase naturalidade de se pensar a história do continente americano como histórias não exclusivamente nacionais e também como parte de histórias que não se limitam a ele. Não está aqui, nesse tipo de recorte, o começo de qualquer história global?

Lembremos rapidamente alguns casos iniciais. Posicionado no centro dos debates que subsidiariam o estabelecimento de uma historiografia nacional canônica na ainda relativamente recente República Argentina e no mesmo ano (1887) em que se publicava a quarta e definitiva edição de sua *Historia de Belgrano y de la Independencia Argentina*, Bartolomé Mitre começaria a dar à luz sua outra obra centrada em próceres independentistas rio-platenses: a *Historia de San Martín y de la emancipación sudamericana* (DEVOTO; PAGANO 2009; WASSERMAN 2008). Significativamente, e em meio a polêmicas que ora afastavam, ora sintonizavam seu autor em relação ao que outros já tinham proposto, aqui um herói de estatura nacional é tomado como protagonista de uma

história que transcende à de sua nação para se tornar uma história continental. Esse procedimento é equiparável ao que, pouco depois (1895), faria também, a seu modo, Joaquim Nabuco. Em *Balmaceda*, o publicista brasileiro desenvolvia uma análise da guerra civil que ocorrera quatro anos antes no Chile e do papel nela desempenhado por seu presidente, mas com o olho no Brasil e em todo o continente americano. Para todos os efeitos, contudo, se queixava:

A América do Sul, seja-me lícito dizer de passagem, e sem aplicação ao Chile, não teve ainda um historiador; não existe esboço crítico completo da sua existência política; ninguém extraiu ainda do vasto material avulso enterrado em suas capitais longínquas um arcabouço de história. Não há nada escrito do ponto de vista universal (NABUCO 2008, p. 27).<sup>1</sup>

É possível concordar com Nabuco no tocante à ausência de uma perspectiva histórica universal *da América*; mas não há dúvidas de que, no final do século XIX, vários de seus historiadores pareciam ter em mente a necessidade de se pensar a história do continente como uma história para além dele.

Pouco mais de meio século após Nabuco, a lição fora devidamente aprendida: uma história da América como parte da história do mundo. Era o que praticaria, por exemplo, Antonello Gerbi, que em *La disputa del Nuovo Mondo* (1955) analisou um conjunto de elaborações intelectuais cujas múltiplas variações ao longo da história convergiriam, todas elas, para o reconhecimento de que a América (ou as Américas) integraram desde sempre uma mesma unidade histórica. Ou Edmundo O’Gorman, com sua *La invención de América* (1958), na qual a noção de “descobrimto” do continente, até então cara à imensa maioria de seus estudiosos, cedia lugar à de incorporação da América em uma visão de mundo europeia responsável, ela mesma, por ditar padrões longevos e inadequados de interpretação agora finalmente rompidos. E, finalmente, Sérgio Buarque de Holanda, cuja *Visão do paraíso* (1959) tomava a formação de imaginários coletivos em torno da colonização da América em uma perspectiva verdadeiramente global, ao mesmo tempo comparativa e integradora (GERBI 1996; HOLANDA 1992; O’GORMAN 1992).<sup>2</sup>

Os exemplos poderiam ser muitos. Até o momento, os poucos que oferecemos bastam para abrir um leque de possibilidades do qual surgem alguns agrupamentos de tendências que merecem ser observadas. No que segue deste artigo, iremos apresentar brevemente três delas que, ao longo do século XX, informaram parte de uma produção historiográfica relevante que, efetivamente, poder-se-ia classificar como história global.

### **James, Williams e a escravidão negra no Caribe**

A primeira tendência localiza-se em obras sobre a escravidão negra no Caribe inspiradas pelo marxismo, e seus pioneiros foram Cyril Lionel Robert

<sup>1</sup> Para um amplo estudo acerca da trajetória política e intelectual deste autor, ver SALLES 2002.

<sup>2</sup> A perspectiva comparativa e global de Sérgio Buarque de Holanda, em realidade, vinha de antes, de seu clássico *Raízes do Brasil*, editado inicialmente em 1936. Dentro de semelhante escopo, cabe inscrever a obra de Gilberto Freyre, bem mais conhecida pelo público anglo-saxão: ver, em especial, FREYRE 1933 (versão em inglês: FREYRE 1987), e FREYRE 1959.

James e Eric Williams, historiadores e políticos nascidos em Trinidad e Tobago. Tendo por foco, respectivamente, os impérios francês e britânico em sua base caribenha, seus livros publicados na virada da década de 1930 para a de 1940 trouxeram grande novidade em relação às formas anteriores de escrita da história da escravidão negra nas Américas, justamente por inscreverem-na em processos históricos mais amplos do hemisfério ocidental.

*The Black Jacobins* (1938), de James, continha já em seu título o enunciado de uma perspectiva abrangente. O autor analisou a história da revolução escrava de São Domingos em suas múltiplas intersecções com a dinâmica econômica, social e política europeia. Para ele, a exploração sistemática da colônia caribenha ao longo do século XVIII dera origem a poderosos grupos mercantis sediados em Nantes, Bordéus e Marselha; ciosos do monopólio sobre as colônias, tais grupos entraram em frequentes choques com os *planters* residentes no Caribe em torno do problema do contrabando e do comércio com os rivais da França, notadamente mercadores britânicos e norte-americanos. Na esfera local, a posição dos senhores de escravos residentes se via desafiada tanto por conflitos com o grupo dos colonos brancos pobres como por aqueles com a cada vez mais pujante comunidade de negros e mulatos livres da ilha. James apontou como todas essas tensões eram conformadas pela estrutura do colonialismo europeu no Caribe e pela dinâmica da competição interimperial. A rivalidade crescente entre a burguesia francesa e uma fração da burguesia britânica portadora de um novo projeto imperial com foco nas Índias Orientais e impulsionado pela crítica à escravidão negra fez o conflito entre suas respectivas Coroas crescer em direção à escala global. Após as guerras dos Sete Anos (1756-1763) e a de independência dos Estados Unidos (1776-1783), São Domingos – a principal rival das *West Indies* britânicas – tornou-se o lócus do próximo e decisivo *round* da disputa entre as duas potências. Nas palavras de James, “tais eram as forças que na década anterior à Revolução Francesa conectavam São Domingos à economia de três continentes e aos conflitos sociais e políticos daquela fértil era” (1989, p. 55).

Ao eclodir o levante escravo de 1791, os eventos do Caribe se revelariam cruciais para o curso da revolução na própria Europa, posicionando a questão colonial no cerne dos destinos políticos do Ocidente.<sup>3</sup> Mais importante, porém, teria sido o lugar ocupado por grupos subalternos – os trabalhadores escravizados de – São Domingos – que, aqui, emergem como sujeito histórico coletivo a partir da própria dinâmica de funcionamento da exploração colonial.<sup>4</sup> Se o título do livro – no qual a expressão “jacobinos negros” evocava a associação entre as

<sup>3</sup> James sugere, por exemplo, que o fracasso das intervenções militares francesa e britânica em São Domingos e a vitória dos ex-escravos comandados por Touissant L'Ouverture foram determinantes para impedir que a Grã-Bretanha atacasse o território continental francês entre 1793 e 1799.

<sup>4</sup> Em uma célebre passagem, James sustentou que os escravos das *plantations* americanas estavam mais próximos do proletariado industrial moderno do que do campesinato tradicional, e que isso teria favorecido sua organização revolucionária: “the slaves worked on the land, and, like revolutionary peasants everywhere, they aimed at the extermination of their oppressors. But working and living together in gangs of hundreds on the huge sugar-factories which covered the North Plain, they were closer to a modern proletariat than any group of workers in existence at the time, and the rising was, therefore, a thoroughly prepared and organized mass movement” (JAMES 1989, p. 84-86).

massas de Paris e os escravos negros das colônias – era impreciso do ponto de vista histórico, não deixava de expressar bem o tipo de abordagem trazida por James, para todos os efeitos *uma história global vista de baixo*.

A obra de Eric Williams pode ser considerada em estrita articulação com a de James, já que, em seu livro clássico de 1944, Williams voltou-se ao exame da escravidão negra no Caribe britânico valendo-se de um modelo explicativo bem próximo ao de *Black Jacobins*. Para comprová-lo, basta mirarmos alguns elementos da elaboração de *Capitalism and Slavery*, nascido de uma tese de doutorado defendida na Universidade de Oxford no mesmo ano da publicação do livro de James. Na década de 1930, a chamada “escola imperial britânica” dominava a escrita da história do colonialismo e da escravidão caribenha, servindo de muitos modos à legitimação do presente do Império Britânico.<sup>5</sup> Por isso, escrever a história a partir de pressupostos alternativos fazia parte da campanha pela própria dissolução do império.

O trabalho de Williams, ao focar fatores econômicos na abolição do tráfico transatlântico de escravos e da escravidão negra no império britânico, afastou-se dos cânones de interpretação da “escola imperial”. Tratava-se de uma obra que seguia à risca um padrão consagrado de tese acadêmica em História, sobretudo no que se refere ao rigoroso encadeamento cronológico da narrativa e ao domínio exaustivo que demonstrava sobre a documentação. A tese concentrou-se no período de 1783 a 1838, examinando o declínio da importância econômica das Índias Ocidentais para o Império Britânico após a Revolução Americana; o crescimento do tráfico negreiro e da escravidão em São Domingos; as tentativas de conquista britânica da colônia francesa durante o curso da revolução escrava; o impacto do fracasso dessa tentativa para a abolição do tráfico transatlântico em 1807; a decadência da produção açucareira do Caribe britânico em face dos demais competidores mundiais; as ameaças das rebeliões escravas de Barbados, Demerara e Jamaica e seus impactos sobre a opinião pública britânica; e os limites colocados pelo monopólio das Índias Ocidentais para o avanço das forças capitalistas na metrópole.

O malogro em publicá-la rapidamente e a dificuldade em encontrar um posto de trabalho no sistema universitário britânico levaram Williams a se mudar para os Estados Unidos, onde, na Universidade de Howard, encontraria condições estimulantes para a revisão do plano original de seu trabalho. O elemento mais importante para a reconfiguração do projeto tinha sido dado antes, com o aparecimento, justamente, da obra de Cyril Lionel Robert James. A interpretação de Williams sobre as relações contraditórias entre capitalismo e escravidão foi diretamente retirada de *Black Jacobins*; além disso, Williams adicionaria ao seu livro, finalmente publicado em 1944, três eixos ausentes na tese de 1938: os relativos à compreensão da escravidão negra como um fenômeno econômico, em uma elaboração da ideia do racismo funcional colocado a serviço da exploração de classe; à centralidade do complexo escravista atlântico para a formação do capitalismo industrial na Inglaterra; e ao papel da resistência escrava para a

<sup>5</sup> Sobre a escola imperial britânica, veja-se, com proveito, LOUIS 1999.

derrubada da escravidão – tema desenhado mas pouco desenvolvido na tese. Além disso, Williams inspirou-se no tom político de James e em sua escrita direta, ácida e envolvente, que expressava a concepção de que a prática do ofício do historiador deveria ser uma atividade eminentemente política (WILLIAMS 1944).<sup>6</sup>

James e Williams estiveram, assim, entre os primeiros historiadores a conectar a formação do capitalismo europeu à escravização em massa dos africanos no Novo Mundo. Com eles, a escravidão negra foi alçada à gênese do mundo moderno, abrindo caminho para toda uma linhagem de investigações sobre o problema do desenvolvimento desigual na arena da economia mundial capitalista. Foram também dos primeiros a apresentar um modelo de análise que encarava os processos históricos desenrolados em diferentes partes do espaço atlântico como constituindo uma unidade orgânica, com eventos do Velho Mundo (a Europa e a África) e do Novo Mundo (a América) em um jogo de determinações recíprocas.

### **Braudel e os *Annales***

A perspectiva global de James e Williams seria muito inspiradora para historiadores e cientistas sociais voltados, nas décadas de 1960 e 1970, para o passado colonial da América Latina. Outra fonte de inspiração viria de uma matriz bem distinta, mas fundada em experiências e investigações na região que se iniciaram também a partir dos anos 1930: os trabalhos vinculados à chamada segunda geração da escola dos *Annales*, capitaneada por Fernand Braudel. Como se sabe, o projeto coletivo desse notável grupo de historiadores foi vincado por uma preocupação comum em apreender os objetos investigados por meio de uma perspectiva abrangente e totalizadora da história, com forte diálogo com a geografia, a demografia e a economia. Outra marca distintiva do grupo estaria na atenção à dialética dos tempos históricos – na formulação braudeliiana, a percepção dos distintos ritmos temporais de estruturas, conjunturas e acontecimentos.<sup>7</sup>

Vale destacar um momento mais especificamente “latino-americano” das elaborações de Braudel. Sua formulação pioneira apareceu na primeira edição de *O Mediterrâneo*, defendida como tese de doutorado na Sorbonne em 1947 e na qual a equação sobre os diferentes ritmos do(s) tempo(s) histórico(s) se deu por meio de um esquema tripartido concernente a “um tempo geográfico”, “um tempo social” e “um tempo individual” (BRAUDEL 1983). Se ainda não se tratava da formulação final oferecida em seu ensaio sobre a “longa duração”, de 1958, esse esquema continha em si todo um programa de pesquisa que moveria historiadores associados aos *Annales* por cerca de um quarto de século. Como Braudel chegou a essa formulação? Na passagem de uma tese originalmente concebida nos anos 1920 dentro do campo da história diplomática

<sup>6</sup> Para as diferenças entre a tese e o livro, ver TEMPERLY 1987 e DARITY JR. 1997. Para uma exploração recente das proximidades e distanciamentos entre os dois historiadores e políticos, ver GARCÍA MUÑIZ 2011.

<sup>7</sup> Os escritos programáticos de Fernand Braudel foram reunidos em BRAUDEL 1959. O ensaio sobre a “longa duração”, publicado originalmente em 1958, recebeu recentemente nova tradução para o inglês a cargo de WALLERSTEIN 2009.

para o seu resultado final muito distinto vinte anos depois, e que traria um novo modo de compreender as relações entre tempo e espaço na escrita da história (focadas em complexos histórico-geográficos de longa duração), dois episódios foram cruciais para Braudel: o contato intelectual com a primeira geração dos *Annales*, sobretudo com Lucien Febvre; e sua experiência como docente da Universidade de São Paulo (Brasil), entre 1935 e 1937. Nos últimos anos de sua vida, Braudel afirmaria: “eu me tornei inteligente indo ao Brasil”. Evidentemente, tal frase pode eventualmente ser lida em tom de nostalgia pessoal; mas, como já foi demonstrado por especialistas na obra de Braudel, ela parece traduzir a importância da experiência brasileira – como experiência *global* – para a elaboração de suas noções acerca do(s) tempo(s) histórico(s) (AGUIRRE 2003; LIMA 2009).

Durante seu cativeiro na Segunda Guerra Mundial, Braudel pensou em escrever uma tese secundária (então uma exigência do sistema universitário francês para a obtenção do doutorado) sobre o Brasil do século XVI, mas não o fez. No entanto, em sua curta experiência como professor da Sorbonne, entre 1945 e 1946, ministrou um curso sobre a América Latina na virada do século XVIII para o XIX, atraindo alunos como Frédéric Mauro e Pierre Chaunu, que logo se envolveram com a perspectiva analítica de Braudel (DAIX 1999). Na década seguinte e em estreito diálogo com Braudel, Chaunu e Mauro elaborariam trabalhos matriciais para a compreensão da história colonial dos impérios de Portugal e da Espanha no contexto atlântico mais amplo, escorados no modelo geo-histórico inicialmente proposto para o Mediterrâneo. No caso dos muitos volumes da obra de Chaunu (cuja parte estatística foi preparada em parceria com sua esposa, Huguette) sobre as relações comerciais entre Sevilha e a América espanhola, a história era desenvolvida como meio de apreensão de invariâncias do tempo estrutural, bem como de suas inflexões. No caso de Mauro, a consideração de um espaço geográfico (o Atlântico Sul) comandado em suas margens por um único poder europeu resultaria em uma análise das formas de produção impostas pelos portugueses e do papel estrutural da escravidão negra para o funcionamento de todo um sistema imperial que, como bem sabia o autor, fora desde sempre um sistema também global (CHAUNU; CHAUNU 1955-1959; MAURO 1960).

Às perspectivas abertas por Braudel deve-se acrescentar, também, a obra do historiador português Vitorino Magalhães Godinho. Sua trajetória acadêmica começou em Portugal, no começo da década de 1940, com uma investigação sobre a expansão ultramarina portuguesa no século XV; diante das dificuldades de exercício de seu ofício impostas pelo salazarismo, Godinho buscou refúgio na França, onde encontrou guarida no grupo dos *Annales*. A partir de 1949, além de publicar considerável número de ensaios e de exercer a docência na Universidade de São Paulo (ocupando o mesmo posto que fora de Braudel na década de 1930), Godinho preparou sua monumental obra, *Os descobrimentos e a economia mundial*, apresentada na França em 1969 como tese de *Doctorat d'État* e cuja versão definitiva apareceria em português no começo da década de 1980. Trata-se de um exemplo eloquente de história da era inaugurada pelos

descobrimientos marítimos europeus como história global<sup>8</sup> que evitava uma perspectiva eurocêntrica ao avaliar cuidadosamente as múltiplas e complexas relações econômicas, sociais e culturais entre as forças do capital europeu em seu movimento de expansão pelas várias áreas do globo e os povos com os quais entraram em contato na Ásia, na África e na América. De particular relevo é a conceituação do que o autor denominou “complexos histórico-geográficos” da economia mundial entre os séculos XII e XVII, cuja moldura teórica lhe permitiu aquilatar como a história da América foi produzida pela história global e, reversivamente, a produziu (GODINHO 1981-1983).<sup>9</sup>

Ainda no campo da escola dos *Annales*, pode-se destacar um livro composto a partir das anotações de um curso ministrado na Sorbonne em fins da década de 1960, da lavra de autor reconhecidamente marxista e especialista na história da Catalunha moderna. *Oro y moneda en la historia*, de Pierre Vilar, apareceu inicialmente em espanhol em 1969 (VILAR 1980). Na obra, o autor caracteriza o lugar ocupado pela América Latina na história global da exploração do ouro e da prata e de suas implicações em termos de preços e valores de moeda no mundo moderno. Nela, temos o exame da exploração da prata em Potosí (ecologia, formas de trabalho envolvidas, implicações em termos de organização da sociedade indígena e de articulações mercantis regionais) e de suas relações com a expansão econômica global da segunda metade do século XVI, bem como uma análise da história financeira mundial dos séculos XVII, XVIII, XIX e começos do XX. Ao integrar os amplos circuitos de produção e circulação da prata e do ouro, Vilar tratou de forma substantiva as implicações, na longa duração, da integração da América ao espaço econômico europeu, antecipando muitos dos debates que mobilizam as discussões correntes sobre o papel dos metais preciosos americanos na conformação do capitalismo mundial.<sup>10</sup>

38

Por fim, não convém olvidar a *magnus opus* de Fernand Braudel, que pode ser considerada como uma espécie de síntese de boa parte desse esforço coletivo de pesquisa em perspectiva global até aqui sumariado. Em sua trilogia sobre a história do capitalismo entre os séculos XV e XVIII, as Américas portuguesa e espanhola e o Caribe desempenham papel de destaque como espaços privilegiados de atuação do capital europeu e, portanto, de “descolamento” do Ocidente em relação ao mundo asiático (fartamente tratado na obra) (BRAUDEL 1996). Mesmo os autores que, de alguma forma, associavam-se aos *Annales* mas que, após a publicação de *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XVI-XVIII* (entre 1966 e 1979), recusaram-se a encampar a conceituação braudeliiana de “economia-mundo capitalista” – caso de Ruggiero Romano, em seu livro sobre as conjunturas opostas da crise do século XVII na Europa e na América espanhola (ROMANO 1993) –, não deixaram de, em muitos momentos, valorizar

<sup>8</sup> Poderíamos citar, da mesma época, a obra de síntese de outro importante historiador, afastado dos cânones teóricos e metodológicos dos *Annales*, mas tão praticante de uma história global quanto Magalhães Godinho: BOXER 1969. Igualmente importante, mas a partir da história da Espanha: ELLIOTT 1970. Na mesma linha de preocupações e de escopo igualmente global, ainda que de uma geração posterior: PAGDEN 1982.

<sup>9</sup> Ver, também, os bons esclarecimentos sobre a obra desse historiador apresentados por TOMICH 2005.

<sup>10</sup> Nesse sentido, os trabalhos inovadores de FLYNN; GIRALDEZ (1995 e 1996) muito ganhariam com um engajamento mais próximo às implicações da perspectiva analítica de Pierre Vilar.

parte do arsenal teórico e metodológico desenvolvido pela escola e aplicá-lo em suas próprias investigações, o que só fez crescer, de modos variados, o prestígio de enfoques globais para a escrita da história da América Latina.

### **A teoria da dependência e o sistema-mundo**

Uma terceira vertente de estudos globais voltados à história da América Latina e do Caribe nasceu no campo do debate econômico sobre a problemática do desenvolvimento e do subdesenvolvimento na região. Se algumas de suas raízes podem ser buscadas em autores e obras como os que apresentamos anteriormente, ela teve também características específicas, pois foi elaborada como resposta direta (do ponto de vista latino-americano) ao contexto político e econômico mundial da Grande Depressão. Com efeito, foi como gestor público na Argentina nas décadas de 1920 e 1930 que Raúl Prebisch iniciou uma revisão crítica dos pressupostos da economia clássica e neoclássica sobre o comércio internacional, notadamente da teoria das vantagens comparativas. Em trabalhos concebidos como de circulação restrita, escritos quando era gerente geral do Banco Central daquele país e sob a inspiração de Keynes, Prebisch propôs, talvez pela primeira vez, categorias como as de *centro* e *periferia* do sistema econômico mundial. Ao ser nomeado secretário executivo da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), em 1948, Prebisch ampliaria o escopo teórico de sua obra com a formulação mais acabada de tais categorias, bem como das ideias de deterioração dos termos de troca, de estruturas duais na periferia e de desenvolvimento para dentro. Tais ferramentas analíticas, para serem devidamente exploradas, exigiam um mergulho na história da América Latina e do Caribe embasado em uma perspectiva verdadeiramente global (DOSMAN 2011).

É provável que a expressão máxima do emprego das categorias prebischianas para o estudo da história da região resida na obra do economista brasileiro Celso Furtado, outro destacado membro do quadro da CEPAL. Em sua obra mais importante, *Formação econômica do Brasil* (1959), Furtado inscreveu a análise da colonização ibérica do Novo Mundo dentro do contexto mais amplo da expansão comercial europeia, ressaltando a assimetria de fundo entre o que chamou "colônias de exploração" americanas (constituídas por zonas tropicais como o nordeste do Brasil, as Antilhas, as colônias do sul dos Estados Unidos, e por zonas de mineração como Nova Espanha e Peru, Minas Gerais) e "colônias de povoamento" (as do norte da América britânica continental).<sup>11</sup> A comparação sistemática entre essas duas experiências coloniais distintas indicava, para Furtado, o fundamento da cisão histórica entre o desenvolvimento econômico dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina e do Caribe. Nas "colônias de exploração", o trabalho compulsório (africano ou indígena), a alta mercantilização de uma produção destinada ao centro do capitalismo global, a concentração da propriedade fundiária e da renda e a atrofia dos

<sup>11</sup> Tais expressões não foram cunhadas por Furtado, tendo sido empregadas anteriormente por uma grande diversidade de autores por diferentes motivos. Entre eles, ressalta-se o político marxista Karl Kaustky, que, no ensaio *Socialism and Colonial Policy*, de 1907, propôs as categorias "work colonies" e "exploitation colonies" em termos bem próximos aos que seriam posteriormente desenvolvidos pelos cientistas sociais latino-americanos.

setores voltados ao mercado interno (marcados por baixa capitalização e produtividade) – suas características básicas – teriam travado o crescimento econômico autossustentável fundado na industrialização, a verdadeira marca do desenvolvimento. Já as “colônias de povoamento”, caracterizadas pelo trabalho livre, por uma economia voltada às necessidades locais e por uma distribuição mais equilibrada da terra e da renda, teriam tomado o caminho de “desenvolvimento para dentro”, baseadas que estavam em fortes mercados internos (FURTADO 1959; 1970).

Da crítica à eficácia do modelo da CEPAL para explicar a mudança histórica – e, também, para superar a condição de subdesenvolvimento após duas décadas de conversão de sua aplicação como política econômica em diversos países da América Latina – nasceria a chamada teoria da dependência. Ainda que desenvolvida basicamente por sociólogos e economistas menos afeitos ao trabalho de investigação empírica do que os historiadores, não se pode desconsiderar a relevância, em particular, de dois trabalhos dessa perspectiva para o estudo da história da América Latina nos quadros de uma história global: primeiro, o de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto, no qual a análise das relações de classe na periferia do sistema mundial capitalista foi convertida em elemento chave para a compreensão das barreiras historicamente impostas ao desenvolvimento; segundo, o de André Gunder Frank, que destacava a exploração sistemática das zonas satélites do sistema capitalista do século XVI ao século XX, supostamente voltadas em sua totalidade à acumulação de capitais nos centros metropolitanos, como o verdadeiro obstáculo ao desenvolvimento, independentemente das formas de produção e de trabalho empregadas na periferia (CARDOSO; FALETO 1969; FRANK 1967).

40

Cardoso e Falleto e Gunder Frank tiveram grande impacto na comunidade dos historiadores, tanto por reações positivas quanto por negativas. No que se refere aos estímulos positivos, Stanley e Barbara Stein publicaram, em 1970, um pequeno volume no qual examinavam as distinções entre o processo histórico da colonização espanhola e portuguesa (com metrópoles ainda presas às estruturas feudais) e o da colonização britânica e francesa, com metrópoles em franco processo de transição para o capitalismo industrial. Com esse livro, o casal iniciou um programa de investigação ambicioso, ainda em andamento, sobre a inscrição da Nova Espanha nos quadros do capitalismo global (STEIN; STEIN 1970; 2000; 2003; 2009). Também no plano da incorporação de pressupostos da teoria da dependência para a investigação histórica, pode-se mencionar o trabalho do historiador argentino Tulio Halperín Donghi, que, em dois livros publicados no intervalo de duas décadas (1968 e 1985), examinou de forma integrada as trajetórias históricas da América portuguesa e da espanhola, com ênfase em articulações entre base material e dinâmica social e política de cada zona, em uma longa duração a incluir história colonial e história nacional (HALPERÍN 1968; 1985). Na historiografia brasileira, o impactante livro de Fernando Novais (1979) sobre o colonialismo português na virada do século XVIII para o XIX mostra uma incorporação teórica simultânea do modelo explicativo de Eric Williams sobre as relações contraditórias entre capitalismo e

escravidão, da concepção braudeliana sobre a pluralidade dos tempos históricos e das formulações dependentistas sobre as relações entre centro e periferia do sistema mundial. Sua finalidade foi a de analisar as bases sobre as quais teria se assentado a exploração europeia sobre o Novo Mundo (com foco nas relações entre Portugal e Brasil) e os mecanismos geradores da crise de dissolução de um sistema colonial de abrangência global (NOVAIS 1979).<sup>12</sup>

No que concerne às reações negativas, sobrelevam-se os trabalhos de Ernesto Laclau e Ciro Flamarion Cardoso, que criticaram duramente os paradigmas cepalino e dependentista e seus desdobramentos historiográficos, ressaltando a necessidade de se conferir prioridade analítica às relações de produção coloniais, isto é, à história da América em seus graus de autonomia em relação ao restante do mundo. Cabe registrar que essa perspectiva, se por um lado concedia primazia explicativa à face “interna” do mundo colonial (concepção rejeitada pelos praticantes de uma concepção sistêmica de história, para os quais não há “internalidade” ou “externalidade” entre fenômenos, apenas sua integração), por outro ressaltava a necessidade de comparações abrangentes entre as diferentes formações históricas da América Latina e do Caribe, permanecendo, assim, aberta a abordagens de caráter global. É o que se observa, por exemplo, com a elaboração da categoria de “modo de produção escravista colonial” por Ciro Cardoso, que se fundou em uma ampla apreensão das diversas sociedades escravistas do continente americano, valendo-se igualmente de um diálogo cerrado com as tradições historiográficas dos autores marxistas caribenhos e da segunda geração da escola dos *Annales* (CARDOSO 1975; 1979; GORENDER 1978; LACLAU 1971).

41

Os debates críticos em torno dessas três heranças (marxismo, *Annales*, dependentismo) forneceram o contexto intelectual para a elaboração da perspectiva de análise dos sistemas-mundo. Como efeito, é possível identificar claramente os aportes de Eric Williams, Fernand Braudel, Raul Prebisch e André Gunder Frank na influente obra de Immanuel Wallerstein, cujo primeiro volume de 1974 seria seguido por outros três (WALLERSTEIN 1974; 1980; 1989; 2011). Seguindo passos desses autores, porém com um acabamento teórico e metodológico bastante original, Wallerstein apresentou fortes argumentos a respeito do papel crucial que a incorporação das Américas ao espaço da economia-mundo capitalista europeia teria tido para a gênese e desenvolvimento do chamado “sistema-mundo moderno”. Ironicamente, no entanto, uma das mais duras reações ao modelo de história global por ele proposto seria justamente a de um importante latino-americano, cuja crítica contribuiria significativamente para erodir durante um bom tempo a atratividade de perspectivas analíticas globais para a guilda dos historiadores da América Latina e do Caribe.<sup>13</sup> Noutras palavras, tendo-se em

<sup>12</sup> No tocante a essa abrangência, Novais reconheceu explicitamente sua dívida intelectual para com autores como Celso Furtado e, antes dele, Caio Prado Júnior, que em seu *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), afirmara: “Em suma e no essencial, todos os grandes acontecimentos desta era, que se convencionou com razão chamar ‘dos descobrimentos’, articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu. Tudo que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do século XV, e que lhes alargará o horizonte pelo Oceano afora” (PRADO JR 1989, p.22).

<sup>13</sup> Ver, a respeito, a troca de artigos entre Stern e Wallerstein (STERN 1988a; 1988b; WALLERSTEIN 1988).

vista o que foi predominante na escrita da história da região nos anos 1990-2000, a polêmica entre Steve Stern e Immanuel Wallerstein nas páginas da *American Historical Review* pareceu ter se encerrado com o triunfo de análises históricas formuladas em termos preponderantemente locais e de curta duração – à feição do que reivindicara Stern – por sobre a valorização da história da América Latina como componente ativo de uma história mundial – o que pareceria natural a partir de uma revisão (parcial) das propostas de Wallerstein.

### **Perspectivas atuais**

É possível afirmar que, não obstante uma considerável perda de terreno, a história da América Latina e do Caribe produzida sob uma perspectiva global jamais desapareceu por completo e até mesmo continuou a render bons frutos na virada do século XX para o XXI. Avaliar essa produção não é a intenção destas páginas, cujos objetivos foram tão somente anotar como em várias importantes obras que remontam a trajetórias historiográficas já de muitas décadas foram praticadas histórias globais sob diversos pontos de vista; da mesma forma, sugerir que parte da atual historiografia latino-americanista não tem sido indiferente a tais esforços anteriores que, não obstante, ainda mereceriam maior atenção.

A historiografia sobre a escravidão negra, por exemplo, tem demonstrado grande dinamismo ao perquirir as conexões econômicas, sociais e culturais entre a África e o Novo Mundo, em um crescente número de publicações inspiradas em matrizes teóricas e metodológicas bastante diversas.<sup>14</sup> No entanto, cremos que uma abordagem verdadeiramente global, que examine as mútuas e complexas determinações entre as unidades geográficas latino-americanas e caribenhas submetidas a escrutínio e as forças mais amplas do colonialismo e do capitalismo modernos, ainda carece de maior frequência e consistência. Assim, vale destacar que dois dos mais inovadores trabalhos relativamente recentes sobre a escravidão negra nas Américas em perspectiva hemisférica partiram justamente de diálogos diretos com Eric Williams e Cyril Lionel Robert James.

Em livro de 1988, Robin Blackburn examinou o conjunto dos espaços escravistas americanos de forma articulada, lançando luz sobre as proximidades e os distanciamentos de suas trajetórias no contexto da crise geral da escravidão negra e do colonialismo europeu durante a passagem do século XVIII para o XIX, com destaque para o entendimento das relações entre o processo de abolição do tráfico negreiro e da escravidão no Caribe britânico e a revolução escrava no Caribe francês (dois temas ainda frequentemente tratados de forma isolada). Posteriormente, Blackburn propôs as categorias *escravidão barroca* e *escravidão comercial* como chaves para compreender as disjunções entre a escravidão ibérica e a escravidão francesa/britânica, atrelando cada qual às distintas posições que suas respectivas metrópoles ocupavam no concerto europeu. Por fim, em volume mais recente, o autor propôs um modelo geral

<sup>14</sup> Dentre elas, destaca-se o que podemos chamar de “micro-histórias globais”. Para três exemplos recentes, dispares em seus resultados finais, ver: REIS; GOMES; CARVALHO 2010; SCOTT; HÉBRARD 2012; SWEET 2013.

para o que chamou de “três idades” da escravidão do Novo Mundo (escravidão barroca, escravidão comercial, nova escravidão oitocentista), bastante promissor para apreender a historicidade das relações entre capitalismo e escravidão em longa duração (BLACKBURN 1988; 1997; 2011; TOMICH 2004). Também buscando inspiração em Williams e James, mas seguindo trilhas da perspectiva analítica de Wallerstein, Dale Tomich apresentou, em ensaio de 1988, a categoria *segunda escravidão* para dar conta das profundas articulações entre a escravidão cubana, a brasileira e a norte-americana dentro dos quadros da economia-mundo industrial do século XIX. A categoria tem estimulado um bom número de publicações sobre a escravidão no continente americano a posicionarem-no em uma moldura analítica efetivamente global (BERBEL; MARQUESE; PARRON 2010; LAGO 2012; NOWARA 2011; TOMICH 2004).

No que se refere à herança da escola dos *Annales*, Serge Gruzinski, especialista em história colonial de Nova Espanha, publicou em 2004 um ambicioso livro no qual conceituou o período da União das Coroas Ibéricas (1580-1640) como o primeiro esforço genuíno de mundialização sob o signo de valores e práticas ocidentais. Vemos, aqui, uma tentativa em compatibilizar os rumos da virada da história em direção à antropologia, que tanto marcou a historiografia posterior à década de 1970, com os questionamentos totalizadores que haviam motivado anteriormente historiadores como Pierre Chaunu, Frédéric Mauro, Vitorino Magalhães Godinho e, sobretudo, Fernand Braudel (GRUZINSKI 2004; GRUZINSKI; SUBRAHMANYAN 2007; SUBRAHMANYAN 1993).<sup>15</sup> Por outro lado, as potencialidades não completamente exploradas da perspectiva geo-histórica dos *Annales* foram retomadas pelo historiador brasileiro Luiz Felipe de Alencastro ao analisar o papel crucial do tráfico negreiro no Atlântico Sul para a formação brasileira. Mais do que uma perspectiva de história atlântica, temos aqui um exercício que coloca os movimentos econômicos e políticos do Brasil e da África em um jogo de múltiplas determinações moduladas pelo quadro mais amplo das disputas coloniais europeias (ALENCASTRO 2000).<sup>16</sup>

Em diálogo crítico com a perspectiva do sistema-mundo, porém tomando-lhe de empréstimo o constructo analítico das “cadeias mercantis”, Steven Topik, Carlos Marichal e Zephir Frank editaram em 2006 uma importante coletânea de ensaios sobre o papel das mercadorias produzidas na América Latina para a conformação das redes da economia mundial, do início do século XVI ao final do século XX. É interessante registrar que, apesar de reiterarem algumas das críticas feitas àquela perspectiva (inclusive a de Steve Stern), os resultados a que os autores chegaram ao examinar as várias cadeias de mercadorias (prata, índigo, cochonilha, tabaco, café, açúcar, cacau, banana, guano, borracha, henequém, cocaína) que atavam a economia da América Latina à economia mundial parecem compatíveis com os postulados originais do moderno sistema-mundial (TOPIK;

<sup>15</sup> Há de se destacar que, para além de Magalhães Godinho, a historiografia de Portugal desde muito esteve vocacionada para a prática de uma história global; afinal, haveria outro modo de se escrever a história de seu império? Para um destacado representante dessa historiografia, ver, dentre outros, THOMAZ 1994.

<sup>16</sup> Assim sendo, em termos da abrangência dada a seu objeto, tal autor se insere em uma tradição, já citada anteriormente, que remonta a Fernando Novais e Celso Furtado, embora com eles não dialogue explicitamente.

MARICHAL; FRANK 2006). Seja como for, a fecunda agenda apresentada pelo volume oferece um amplo leque de possibilidades àqueles que pretendem explorar os vínculos entre as formas de produção presentes no mundo americano e as engrenagens da economia global.

Podemos, agora, retornar a nosso ponto de partida, isto é, ao momento em que a multiplicação de Estados e de sociedades nacionais surgidos com o fim dos impérios ibéricos na América impôs uma percepção coeva de que a história daquele momento só poderia ser compreendida em uma perspectiva global. A historiografia dos processos de independência na América, como já apontado anteriormente, jamais abandonou por completo essa premissa, que, aliás, parece bem consolidada na atualidade, como atesta uma numerosíssima produção.<sup>17</sup> Para todos os efeitos, continuam fortemente presentes inquietações como as que moveram o historiador francês Jacques Godechot há mais de cinquenta anos, cujas propostas em torno de uma história de “revoluções atlânticas” representaram um pioneiro esforço de conciliar a perspectiva dos agentes históricos com a dos seus historiadores.<sup>18</sup>

Em meio a esse panorama, emergem temáticas dinâmicas e multifacetadas, como a responsável por um dos mais criativos e fecundos esforços dessa historiografia, a reunir centenas de especialistas de diversos países em torno de uma perquirição integrada da história de linguagens e conceitos políticos utilizados na América Latina e no mundo ibérico entre as décadas finais do século XVIII e as iniciais do XIX, sob coordenação do historiador espanhol Javier Fernández Sebastián (2009). A originalidade de tal empreitada, assim como seus eloquentes resultados até o momento – disseminados em grande quantidade de trabalhos acadêmicos –, sugere um potencial de pesquisa ainda pouco explorado: a articulação de dimensões político-intelectuais, discursivas e simbólicas com dimensões materiais (economia, fluxos comerciais) das sociedades latino-americanas da época. Tal potencial poderia valer-se amplamente da recuperação de algumas das formas de história global aqui apontadas.

Como se vê, há muitas e muitas formas de se valorizar e de se praticar abordagens de história global a partir da América Latina. Retomando as queixosas palavras de Joaquim Nabuco escritas há mais de cem anos e mencionadas ao início destas páginas, poder-se-ia dizer, neste século XXI no qual a humanidade (e sua pequena parcela de historiadores) está mais globalizada do que nunca, que o continente americano já dispõe de uma história escrita “do ponto de vista universal”? É possível que sim. No entanto, tal resposta depende da realização

<sup>17</sup> Uma amostragem desse consenso pode ser obtida nas entrevistas com historiadores contidas em CHUST 2010.

<sup>18</sup> De início, Godechot desenvolveu a ideia em colaboração com o historiador norte-americano Robert Palmer, do que resultou um célebre *paper* apresentado ao International Congress of Historical Sciences de Roma, em 1955; contudo, diferentemente de Palmer – cuja obra magna seria *The Age of the Democratic Revolution: a Political History of Europe and America* –, Godechot conferiu grande ênfase ao papel da América ibérica e do Caribe em seu modelo de interpretação (GODECHOT 1956). Uma vertente crítica das elaborações de Palmer e Godechot resultaria na proposta em torno de uma “Era das Revoluções”; as formulações de seu principal difusor dariam grande ênfase ao desenvolvimento do capitalismo em escala mundial (HOBBSAWM 1962). Um paradigmático exemplo atual de exercício de história global altamente profissionalizada mas pouco disposta a dialogar com tradições anteriores como as aqui apontadas é a de Armitage e Subrahmanyam (2010).

de uma crítica historiográfica pormenorizada, exaustiva e propositiva que os historiadores latino-americanistas ainda não parecem ter realizado.

### Referências bibliográficas

- AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. **Braudel, o mundo e o Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2003.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ARMITAGE, David; SUBRAHMANYAM, Sanjay (eds.). **The Age of Revolutions in Global Context c. 1760-1840**. London: Palgrave, 2010.
- BERBEL, Márcia; MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. **Escravidão e Política: Brasil e Cuba, c. 1790-1850**. São Paulo: Hucitec, 2010.
- BOXER, Charles. **The Portuguese Seaborne Empire, 1415-1825**. London: Longman, 1969.
- BLACKBURN, Robin. **The Overthrow of Colonial Slavery, 1776-1848**. London: Verso, 1988.
- \_\_\_\_\_. **The Making of the New World Slavery from the Baroque to the Modern, 1492-1800**. London: Verso, 1997.
- \_\_\_\_\_. **The American Crucible: Slavery, Emancipation and Human Rights**. London: Verso, 2011.
- BRAUDEL, Fernand. **Écrits sur l'Histoire**. Paris: Flammarion, 1959.
- \_\_\_\_\_. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Felipe II**. São Paulo: Martins Fontes, 1983 [1949]. 2 v.
- \_\_\_\_\_. **Civilização Material, Economia e Capitalismo, séculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1996 [1979]. 3 v.
- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. Sobre os modos de produção coloniais da América. In: SANTIAGO, Theo (org.). **América Colonial**. Rio de Janeiro: Pallas, 1975, p. 61-132.
- \_\_\_\_\_. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependencia y desarrollo en América Latina**. Mexico: Siglo XXI, 1969.
- CHAUNU, Pierre; CHAUNU, Huguette. **Seville et l'Atlantique (1504-1650)**. Paris: S.E.V.P.E.N., 1955-1959. 8 v.
- CHUST, Manuel (ed.). **Las independencias iberoamericanas en su laberinto: controversias, cuestiones, interpretaciones**. Valencia: PUV, 2010.
- DAIX, Pierre. **Fernand Braudel: uma biografia**. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- DARITY JR., William. Eric Williams and Slavery: A West Indian Viewpoint? **Callaloo**, v. 20, n. 4, p. 800-816, autumn 1997.

- DEVOTO, Fernando; PAGANO, Nora. **Historia de la historiografía argentina**. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.
- DOSMAN, Edgar J. **Raúl Prebisch (1901-1986): a construção da América Latina e do Terceiro Mundo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.
- ELLIOTT, John H. **The Old World and the New, 1492-1650**. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.
- FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier (dir.). **Diccionario político y social del mundo iberoamericano**. Madrid: Fundación Carolina/Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales/Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009.
- FLYNN, Dennis; GIRALDEZ, Arturo Giraldez. China and the Spanish Empire. **Revista de História Econômica**, v. 14, n. 2, p.309-338, 1996.
- \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Born with a "Silver Spoon": The Origin of World Trade in 1571. **Journal of World History**, v. 6, n. 2, p. 201-221, 1995.
- FRANK, André Gunder. **Capitalism and Underdevelopment in Latin America**. New York: Monthly Review Press, 1967.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1933.
- \_\_\_\_\_. **The Master and the Slaves: A Study in Development of the Brazilian Civilization**. Berkeley: The University of California Press, 1987.
- \_\_\_\_\_. **New World in the Tropics: the Culture of Modern Brazil**. New York: Alfred Knopf, 1959.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 [1959].
- \_\_\_\_\_. **Economic Development of Latin America: Historical Background and Contemporary Problems**. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.
- GARCÍA MUÑIZ, Humberto. Eric Williams y C. R. L. James: simbiosis intelectual y contrapunteo ideológico. In: WILLIAMS, Eric. **El negro en el Caribe y otros textos**. La Habana: Editorial Casa de las Américas, 2011, p.419-450.
- GERBI, Antonello. **O Novo Mundo. História de uma polêmica, 1750-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GODECHOT, Jacques. **La Grande Nation**. Paris: Aubier, 1956.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. **Os Descobrimentos e a economia mundial**. Lisboa: Editorial Presença, 1981-1983. 4 v.
- GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1978.
- GRUZINSKI, Serge. **Les Quatre Parties du Monde: Histoire d'une mondialisation**. Paris: Éditions de la Martinière, 2004.

- \_\_\_\_\_.; SUBRAHMANYAM, Sanjay. Holding the World in Balance: the Connected Histories of the Iberian Overseas Empires, 1500-1640. **The American Historical Review**, v. 112, n. 5, p. 1359-1385, dec. 2007.
- HALPERÍN DONGHI, Tulio. **Storia dell'America Latina**. Torino: Einaudi, 1968.
- \_\_\_\_\_. **Reforma y disolución de los imperios ibéricos, 1750-1850**. Madrid: Alianza Editorial, 1985.
- HOBBSAWM, Eric J. **The Age of Revolutions, 1789-1848**. London: Weidenfeld and Nicolson, 1962.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.
- \_\_\_\_\_. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. Edição revisada. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- JAMES, Cyril Lionel Robert. **The Black Jacobins: Toussaint L'Ouverture and the San Domingo Revolution**. 2ª edição. New York: Vintage, 1989.
- KAUTSKY, Karl. **Socialism and Colonial Policy**. London: Athol Books, 1975 [1907].
- LACLAU, Ernesto. Feudalism and Capitalism in Latin America. **New Left Review**, 67, p.19-38, 1971.
- LAGO, Enrico Dal. **American Slavery, Atlantic Slavery, and Beyond: the U.S. 'Peculiar Institution' in International Perspective**. Boulder: Paradigm Publishers, 2012.
- LIMA, Luís Corrêa. **Fernand Braudel e o Brasil: vivência e brasilianismo (1935-1945)**. São Paulo: Edusp, 2009.
- LOUIS, W. Roger. Introduction. In: WINKS, Robin W.; LOW, Alaine (eds.). **The Oxford History of the British Empire**. Oxford: Oxford University Press, 1999, p. 1-42. v. 5.
- MAURO, Frédéric. **Le Portugal, le Brésil et l'Atlantique au XVIIe siècle (1570-1670)**. Paris: S.E.V.P.E.N., 1960. 2 v.
- NABUCO, Joaquim. **Balmaceda**. 4ª edição. São Paulo: Cosac Naify, 2008 [1895].
- NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1979.
- NOWARA, Christopher Schmidt. **Slavery, Freedom, and Abolition in Latin America and the Atlantic World**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2011.
- O'GORMAN, Edmundo. **A invenção da América**. São Paulo: Ed. Unesp, 1992.
- PAGDEN, Anthony. **The Fall of Natural Man: The American Indian and the origins of comparative anthropology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

- PALMER, Robert. **The Age of the Democratic Revolution: a Political History of Europe and America, 1760-1800.** Princeton: Princeton University Press, 1959-1964.
- PRADO JR., Caio Prado. **Formação do Brasil contemporâneo.** 21ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1989 [1942].
- REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus J. M. **O Alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro (c. 1822-1853).** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- ROMANO, Ruggiero. **Coyunturas opuestas: la crisis del siglo XVII en Europa e Hispanoamérica.** México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- ROMERO, J. L.; ROMERO, L. A. (orgs.). **Pensamiento político de la emancipación (1790-1825).** Caracas: Ayaucho, 1997.
- SALLES, Ricardo. **Joaquim Nabuco, um Pensador do Império.** Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.
- SCOTT, Rebecca J.; HÉBRARD, Jean M. **Freedom Papers: An Atlantic Odyssey in the Age of Emancipation.** Cambridge MA: Harvard University Press, 2012.
- STEIN, Stanley J.; STEIN, Barbara H. **The Colonial Heritage of Latin America.** New York, Oxford University Press, 1970.
- 48 ———; ———. **Silver, Trade, and War: Spain and America in the Making of Early Modern Europe.** Baltimore: The John Hopkins University Press, 2000.
- ; ———. **Apogee of Empire: Spain and New Spain in the Age of Charles III, 1759-1789.** Baltimore: The John Hopkins University Press, 2003.
- ; ———. **Edge of Crisis: War and Trade in the Spanish Atlantic, 1789-1808.** Baltimore: The John Hopkins University Press, 2009.
- STERN, Steve J. Feudalism, Capitalism, and the World-System in the Perspective of Latin America and the Caribbean. **American Historical Review**, v. 93, n. 4, p. 829-872, 1988.
- . Feudalism, Capitalism, and the World-System in the Perspective of Latin America and the Caribbean: 'Ever More Solitary'. **American Historical Review**, v. 93, n. 4, p. 886-897, 1988.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay. **The Portuguese Empire in Asia, 1500-1700: a Political and Economic History.** London and New York: Longman, 1993.
- SWEET, James H. **Domingos Alvares, African Healing, and the Intellectual History of the Atlantic World.** Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2013.
- TEMPERLEY, Howard. Eric Williams and Abolition: the Birth of a New Orthodoxy. In: SOLOW, Barbara; ENGERMAN, Stanley (ed.). **British Capitalism and**

**Caribbean Slavery: the Legacy of Eric Williams.** Cambridge: Cambridge University Press, 1987, p. 229-57.

THOMAZ, Luiz Filipe. **De Ceuta a Timor.** Lisboa: Difel, 1994.

TOMICH, Dale. Vitorino Magalhães Godinho. *Atlantic History, World History. Review: A Journal of the Fernand Braudel Center*, vol. XXVIII, n.4, pp.305-12, 2005.

\_\_\_\_\_. **Through the Prism of Slavery: Labor, Capital, and World Economy.** Boulder CO: Rowman & Littlefield Publ., 2004.

TOPIK, Steven; MARICHAL, Carlos; FRANK, Zephir (ed.). **Latin American Commodity Chains and the Building of the World Economy, 1500-2000.** Durham: Duke University Press, 2006.

VILAR, Pierre. **Ouro e moeda na História (1450-1920).** Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1980 [1969].

WALLERSTEIN, Immanuel. Fernand Braudel, "History and the Social Sciences: The *Long Durée*". In: **Review: A Journal of the Fernand Braudel Center**, v. XXXII, n.2, pp.171-204, 2009.

\_\_\_\_\_. **The Modern World System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century.** New York: Academic Press, 1974.

\_\_\_\_\_. **The Modern World-System II: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750.** New York: Academic Press, 1980.

\_\_\_\_\_. **The Modern World-System III: The Second Era of Great Expansion of the Capitalist World-Economy, 1730-1840s.** New York: Academic Press, 1989.

\_\_\_\_\_. **The Modern World-System IV: Centrist Liberalism Triumphant, 1789-1914.** Berkeley: University of California Press, 2011.

\_\_\_\_\_. *Feudalism, Capitalism, and the World-System in the Perspective of Latin America and the Caribbean: Comments on Stern's Critical Tests.* **American Historical Review**, v. 93, n. 4, p. 873-885, oct. 1988.

WASSERMAN, Fabio. **Entre Clio y la Polis: conocimiento histórico y representaciones del pasado en el Río de la Plata (1830-1860).** Buenos Aires: Teseo, 2008.

WILLIAMS, Eric. **Capitalism and Slavery.** Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1994.

# Um lugar para a América Hispânica na historiografia norte-americana: a fundação da *Hispanic American Historical Review* e as políticas da história\*

A Place for Hispanic America in North American Historiography: the Founding of the *Hispanic American Historical Review* and the Politics of History

---

**Arthur Lima de Avila**

arthurlavila@gmail.com

Professor Adjunto

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Rua Santo Antônio, 554/45 - Independência

90220-110 - Porto Alegre - RS

Brasil

---

## Resumo

O presente artigo trata da formação de um lugar específico para a veiculação da historiografia norte-americana sobre a América Hispânica, a *Hispanic American Historical Review*, na década de 1910 nos Estados Unidos. Tal processo, argumenta-se, consolidou a disciplinarização da área naquela conjuntura, assim como em algumas necessidades políticas maiores, como, por exemplo, a legitimação da crescente hegemonia estadunidense ao sul de suas fronteiras – o que a análise de artigos que tratavam da Doutrina Monroe e do suposto antiamericanismo das repúblicas hispano-americanas, veiculados pela revista em seus primeiros anos, procura explicitar. Nesse sentido, o texto busca inferir os modos pelos quais certas historiografias adquirem legitimidade não só a partir de imperativos disciplinares, mas também por conta de necessidades políticas mais amplas.

50

## Palavras-chave

Historiografia norte-americana; América Hispânica; *Hispanic American Historical Review*.

## Abstract

This article examines the establishment of a specific publishing place for the American historiography about the Hispanic America, namely the *Hispanic American Historical Review*, in the 1910s in the USA. The article points out that such process consolidated this field as a discipline in the context of the time and also in terms of a few broader political needs, such as the affirmation of the legitimacy of the increasing hegemony of the USA to the south of its borders – a process that the analysis of selected articles on the Monroe Doctrine and the alleged anti-American mood of the Hispanic American republics, as presented by the journal in its early years, seeks to portray. In this sense, this article analyzes the ways how particular forms of historiography attain legitimacy not only on account of imperatives of their disciplinary fields, but also as a consequence of wider political needs.

## Keywords

American historiography; Hispanic America; *Hispanic American Historical Review*.

---

Recebido em: 30/5/2014

Aprovado em: 31/8/2014

---

\* Trabalho realizado com o auxílio financeiro do CNPq. Todas as traduções são do autor.

Em 1915, um pequeno, mas determinado grupo de historiadores norte-americanos começou a articular a fundação de um novo periódico em seu país. A planejada revista seria voltada à história da “América Hispânica”, i.e. as terras ao sul do Rio Grande cujo passado, segundo eles, havia sido por muito tempo negligenciado por seus colegas. Tenazmente, estes intelectuais passaram a angariar apoio disciplinar, financeiro e político para o projeto, com o intuito de rapidamente colocar seu *journal* em circulação. Entre muitas idas e vindas, sucessos e insucessos, os planos terminaram se concretizando: três anos mais tarde, surgia a *Hispanic American Historical Review* (HAHR), a primeira revista acadêmica dedicada à história hispano-americana nos Estados Unidos.

Diante deste breve relato, algumas perguntas vêm à tona: por que, naquela conjuntura, a América Hispânica tornou-se um objeto legítimo de estudos para a disciplina histórica? O que permitiu a emergência de um lugar autorizado a tratar de sua história? Quais eram os tipos de história permitidos pelos organizadores e editores da revista – o que podia e o que *não* podia ser dito nas páginas da revista? Como, enfim, elas se articulavam com a(s) história(s) dos próprios Estados Unidos sancionada(s) pelo *establishment* profissional?

Ainda que todas estas questões demandem respostas, o foco do artigo é mais modesto e está nas maneiras como, durante o processo que levou à criação da HAHR, seus fundadores buscaram apoio tanto nas autoridades disciplinares, como a *American Historical Association* (AHA), quanto em uma articulação consciente com as “fontes determináveis do poder político” nos Estados Unidos de então, para citar uma expressão de Edward Said (2010, p. 38). Sob este ângulo, a fundação de um periódico destinado a lidar com a história do “Outro Americano da América”, nos termos de João Feres Jr. (2005, p. 82), significava não só o “amadurecimento institucional” de uma determinada área de estudos, como será visto, mas também o estabelecimento de uma competência “científica” para tratar das Américas Central e do Sul derivada de outras necessidades que não somente as da disciplina. Se, por um lado, houve, desde o início do século XX, um constante desenvolvimento na historiografia profissional sobre a América Hispânica, por outro, a crescente hegemonia estadunidense na região parecia exigir a criação de um lugar politicamente avalizado para tratar do passado e do presente hispano-americanos. Não quero, entretanto, reduzir a fundação da HAHR a um mero desígnio imperialista, o que seria profundamente simplista, mas sim manter em vista as imbricações mais amplas entre a historiografia acadêmica e o campo político naquela conjuntura, inferindo os modos como a primeira pôde adquirir legitimidade e visibilidade a partir do segundo.<sup>1</sup>

Nesse sentido, tratarei da revista como sendo aquilo que Michel de Certeau (2002, p. 77-78), em suas análises sobre a “operação historiográfica”, chamou de “lugar social de produção” do conhecimento histórico. Como colocou o intelectual

<sup>1</sup> É preciso destacar a importância que a revista teve na transformação da história da América Hispânica num campo de estudos legítimos dentro da historiografia estadunidense, especialmente o seu papel na divulgação do trabalho de autores do Sul hispânico nos Estados Unidos (como, por exemplo, o brasileiro Gilberto Freyre e o argentino Ricardo Levene, ambos colaboradores da HAHR). Neste caso, a HAHR foi não só uma publicação pioneira, mas continua sendo até os dias de hoje a principal publicação sobre o tema, estando, muitas vezes, no que os anglófonos chamariam de *cutting-edge* dessa historiografia nos Estados Unidos.

francês, o lugar age como o grande censor, por assim dizer, da historiografia, possibilitando algumas histórias e impossibilitando outras. De modo similar a outros lugares sociais, como as universidades e associações profissionais, a revista sancionava algumas escritas da história da América Hispânica ao concedê-las a devida chancela disciplinar e política. Desse modo, a HAHR se inseria num “labirinto de posições a respeitar e influências a solicitar”, para citar Certeau (2002, p. 76), que, por sua vez, não pode ser desvinculado daquela “dependência em relação a um poder estabelecido” que, segundo o mesmo autor (2002, p. 26), é uma característica dos lugares sociais de produção. Não parece ser uma coincidência, assim, que a historiografia sobre a América Hispânica se profissionalize no exato momento em que se pretende consolidar a hegemonia norte-americana na região, na medida em que, segundo Berger (1993, p. 4), o aparecimento da revista não só apontava para a posição complementar que ela ocupou em relação à hegemonia dos Estados Unidos na região, mas também apontava os modos como os discursos profissionais emergentes obtinham sua autoridade de sua proximidade com o governo do país.<sup>2</sup>

O artigo está dividido em três partes, além desta breve introdução e de algumas considerações finais. Na primeira, faço um curto apanhado da conjuntura disciplinar e historiográfica que possibilitou a criação da revista. A segunda parte, por sua vez, trata do processo mais específico de fundação do periódico, com destaque para a busca de apoio disciplinar e político para a empreitada. Por fim, no terceiro e último ponto, à guisa de exemplo da imbricação do político e do historiográfico em suas páginas, analiso rapidamente dois dos problemas recorrentes na revista em seus primeiros anos: o suposto antiamericanismo<sup>3</sup> das repúblicas hispano-americanas, entendido como um problema que exigia uma solução, e a Doutrina Monroe, cujas análises visavam a cancelar o direito “histórico” dos Estados Unidos a liderar seus vizinhos meridionais.

Antes de continuar, uma nota sobre terminologia se faz necessária: como o(a) leitor(a) perceberá, em geral, a ideia de “América Hispânica” corresponde à de “América Latina”. Optei por usar a primeira por se tratar da linguagem empregada pelas fontes e, como se verá, porque tal uso permite revelar a própria instabilidade dos conceitos sobre a região, conforme utilizados nos Estados Unidos do início do século XX.

<sup>2</sup> Cabe aqui ressaltar que, em termos políticos, as décadas de 1910 e 1920 consolidaram a transformação dos Estados Unidos em uma potência hemisférica, tanto por sua participação na Primeira Guerra Mundial quanto por um recrudescimento da política do *big stick* em relação aos países da América Latina, causado, entre outras coisas, pela Revolução Mexicana e o temor norte-americano de que tal processo pudesse ser repetido em outros países. Nesse contexto, como coloca Cristina Pecequillo (2005, p. 89), “a lógica da tutela do poder dos Estados Unidos como o ‘único’ caminho em direção à democracia e ao livre-mercado” converteu-se numa série de intervenções diretas nos assuntos internos das nações meridionais. Mesmo a política externa de Woodrow Wilson, em todo seu idealismo com apelos ao “pan-americanismo” e à “cooperação mútua” entre Norte e Sul, não diminuiu o padrão de intervenção direta e imposição da hegemonia estadunidense na América Latina: “entre 1898 e 1933, os militares norte-americanos intervieram na América Latina em mais ocasiões do que nos cem anos anteriores e mais frequentemente do que fariam nos setenta anos subsequentes” (BREWER 2006 p. 95).

<sup>3</sup> “Antiamericanismo” é aqui entendido como o sentimento de oposição exagerada e exacerbada contra os Estados Unidos da América.

### **De amadores a profissionais: disciplinando a história da América Hispânica**

Quando da publicação do primeiro volume da HHR, Charles Chapman (1918), um de seus fundadores, afirmou que a criação da revista fora consequência da “pujança” da historiografia sobre a América Hispânica das duas primeiras décadas do século XX. De fato, naquele contexto, a escrita da história sobre aquele “Outro Americano da América” estava deixando de ser a seara de amadores para se transformar em mais um dos campos da disciplina histórica profissional. Isso significava, de acordo com seus próprios praticantes, o abandono dos “exageros de imaginação” e das “especulações românticas” que haviam norteado a produção dos grandes escritores amadores do século XIX, como Francis Parkman, Hubert H. Bancroft e, em especial, William Prescott (EAKIN 1998, p. 540). Esses autores, em que pesem as diferenças entre eles, viam a conquista da América como sendo um grande épico, em que os súditos de Castela haviam submetido um continente inteiro a ferro, fogo e sangue. Apesar de brutal, a vitória dos espanhóis sobre as “raças nativas” fora um triunfo de uma civilização avançada diante de culturas “bárbaras” e “primitivas”, ainda que admiráveis em certos aspectos (EAKIN 1998, p. 540-542). Por outro lado, o impacto da conquista havia sido maléfico para ambos os lados: tanto europeus quanto indígenas haviam se “degenerado” em solo americano e, a partir daí, a história local era a da “regressão” da América Hispânica em direção ao “absolutismo”, à “superstição”, à “autocracia” e ao “fanatismo religioso” (a chamada “lenda negra”).

Esses *gentlemen historians*, chamados de “românticos” por seus sucessores profissionais, contribuiriam para a popularização da história entre o público culto nos Estados Unidos da segunda metade do século XIX, a partir de uma perspectiva que enquadrava a história nacional em um progresso inexorável em direção à democracia. Este avanço, contudo, dava-se a partir de uma luta de civilizações que era inerente ao próprio processo histórico: de um lado, estavam as civilizações que, como os Estados Unidos protestantes e democráticos, estavam destinadas a ser as vencedoras da contenda; de outro, estavam aquelas cuja decadência era inevitável diante do curso da história, como os países “absolutistas” e “católicos”, dos quais, talvez, a Espanha e suas antigas colônias fossem os maiores exemplos (BENDER 2011, p. 374).

Com a profissionalização da historiografia sobre a América Hispânica, ocorreu, segundo Benjamin Keen e Charles Gibson (1957, p. 858), a sua transformação em uma “entidade autóctone”, a disciplinarização de seu “método” e a educação dos outros historiadores sobre a sua importância. Houve, portanto, a sua “adequação”, por assim dizer, às normas que passaram a reger o conhecimento histórico nos Estados Unidos e consistiam, dentre outras coisas, na sacralização do ideal objetivista como sendo o credo dos historiadores: a história da América Hispânica deveria ser contada de modo “desinteressado”, “desapaixonado” e “científico”, para citar três palavras em voga no discurso profissional de então.<sup>4</sup> Isso levou os historiadores da América Hispânica à

<sup>4</sup> A melhor análise sobre a profissionalização da história nos Estados Unidos continua sendo a obra de Peter

adoção de uma postura que, se não se furtava a julgamentos similares àqueles emitidos pelos “românticos” do século anterior, abjurava seus “devaneios filosóficos” e “assomos ficcionais” em prol de versões “realistas” do passado hispano-americano: os historiadores deveriam narrar os fatos o mais “fielmente possível”, sem especulações desnecessárias ou estetizações exageradas.<sup>5</sup>

Ainda assim, em seu contexto maior, a profissionalização da história nos Estados Unidos servia a um propósito público, e político, maior (de resto, não muito diferente do que acontecia na Europa ocidental): formar uma consciência cívica na população e, sobretudo, servir como fonte de instrução para os estadistas do porvir.<sup>6</sup> Nas palavras de um de seus maiores entusiastas naquele momento, J. Franklin Jameson, a história deveria servir à boa formação dos cidadãos e líderes do Estado e da nação (BENDER 2011, p. 378). Uma “boa” historiografia deveria ser tanto objetiva e rigorosa em suas adjudicações quanto comprometida com os problemas e preocupações de seu tempo. Não haveria aqui, assim, uma necessária contradição entre uma historiografia que se postulava “científica” e “objetiva” e seu compromisso com seu tempo presente, como colocaram Thomas Bender (2011, p. 383) e Ian Tyrrell (1999, p. 1120-1121): mesmo os mais empiristas dos historiadores estadunidenses acreditavam que, quanto mais verdadeira a história, melhor ela poderia servir a este “interesse público”.

No caso específico da historiografia sobre a América Hispânica, isso significava uma atenção redobrada às relações entre os Estados Unidos e seus vizinhos meridionais e o diagnóstico dos supostos “vícios de origem” destes últimos. Aqui, os intelectuais dividiam-se em dois grandes grupos: de um lado estavam os “liberais internacionalistas” que advogavam a necessidade de cooperação mútua entre os países americanos, com a conseqüente conformação de um “pan-americanismo” sob a liderança norte-americana; de outro, estavam os chamados “anglo-saxonistas”, que enfatizavam a “hierarquia racial” entre os Estados Unidos anglo-saxões e protestantes e a América Hispânica mestiça e católica, e que compreendiam os problemas desta última através das lentes de um racismo científico amplamente aceito na academia norte-americana de então (BERGER 1993, p. 4).<sup>7</sup>

54

Novick (1988). Cabe aqui lembrar a colocação de Hayden White de que a disciplinarização da história envolvia, antes de mais nada, a disciplinarização da *imaginação* dos historiadores profissionais. Ver WHITE 1994, p. 157-172.

<sup>5</sup> Exemplos destas histórias profissionais “desinteressadas” podem ser encontrados nos trabalhos de autores como Edward Gaylord Bourne e Bernard Moses, que consideravam a conquista espanhola como o avanço da civilização em um continente “bárbaro”, mesmo que, no longo prazo, o catolicismo e a mestiçagem racial houvessem transformado a América Hispânica numa região “atrasada” e “reacionária”, especialmente se comparada à república do Norte (BERGER 1993, p. 2-3; TYRRELL 1999, p. 1026-1027).

<sup>6</sup> Como analisa Chris Lorenz (2010, p. 74): “*the methodological identification of academic history with ‘objectivity’ was implicitly connected to the political theory of the ‘supra-partisan’ nation-state*”. Desta forma, a história era também vista como uma disciplina voltada à formação de quadros para a burocracia estatal e para o campo político.

<sup>7</sup> Nas primeiras décadas do século XX, segundo Bender (2011, p. 381), boa parte dos historiadores aceitava, explícita ou implicitamente, este anglo-saxonismo e suas afirmações sobre a superioridade dos anglo-saxões e do protestantismo. Exemplo disso é a ampla aceitação das teses racistas de William Dunning sobre a história do Sul dos Estados Unidos e a “perversidade” da Reconstrução e da ideia de igualdade racial – que visava, em última instância, a neutralizar a luta política dos afro-americanos e a naturalizar o que era então chamado de “governo do homem branco”. O racismo científico só entraria em declínio a partir da década de 1930, mas continuaria perdurando em alguns bolsões disciplinares, mesmo que de forma tímida, até os anos 1960. Ver NOVICK 1988, p. 80-82.

Entre os críticos desses “anglo-saxonistas”, contudo, prevaleceu a visão inaugurada por Herbert Bolton, e depois promovida por vários de seus alunos, de que o anglo-saxonismo era uma visão “paroquial” da história dos Estados Unidos, já que não só ocultava uma parte fundamental dessa mesma história, como também não contribuía para uma aproximação efetiva entre as duas Américas.<sup>8</sup> Nesse sentido, a “escola” inaugurada por Bolton, cuja influência nos campos de história da América Hispânica e de história do Oeste seria enorme, colocava-se firmemente ao lado dos “pan-americanistas” – o que significava que, para o historiador e seus orientandos, os problemas de “desenvolvimento” da América Hispânica eram de origem cultural, mais do que qualquer outra coisa. Uma cooperação entre as duas Américas, portanto, poderia ajudar na resolução dessas dificuldades (TRUETT 2005, p. 231-235).

No que tange à institucionalização acadêmica da historiografia sobre a América Hispânica, Bolton foi um de seus agentes mais importante, se não o mais. Ele diligentemente perambulou por arquivos mexicanos catalogando e transcrevendo documentos sobre a história daquele país e do Sudoeste estadunidense; orientou mais de cem teses de doutorado, a grande maioria sobre as *borderlands* ou temas hispano-americanos; organizou a *Bancroft Library* em Berkeley, composta não só da antiga biblioteca pessoal de Hubert H. Bancroft, mas de diversas outras fontes seminais sobre a América Hispânica; e, finalmente, transformou o Departamento de História em Berkeley no principal lugar de produção dedicado à história hispano-americana nos Estados Unidos. Além disso, dentro do sistema “clientelista” que Ian Tyrrell (1986, p. 54-60) identificou como sendo a principal característica das universidades estadunidenses de então, Bolton indicou e obteve a nomeação de diversos de seus antigos alunos para postos importantes em várias instituições do país – não coincidentemente, dois dos fundadores da HAHR, Charles Chapman e William S. Robertson, eram ex-orientandos de Bolton. Portanto, a atuação de Bolton foi essencial para a legitimação da história da América Hispânica nas universidades norte-americanas e a profissionalização desta não pode ser separada de sua trajetória pessoal (TRUETT 2005, p. 213-247).

Por outro lado, o crescimento e a institucionalização dessa historiografia estavam, como coloca Mark Berger (1993, p. 3), vinculados não somente à dinâmica interna da profissão nos Estados Unidos nas duas primeiras décadas do século XX, com o crescimento do número de departamentos de história pelo país, de estudantes de pós-graduação, de revistas publicadas e da

<sup>8</sup> Professor das universidades do Texas e em Berkeley, nesta última por trinta e três anos, Bolton teve um papel fundamental não só na reescrita da história do Sudoeste dos Estados Unidos, mas também na institucionalização da história da América Hispânica. No primeiro caso, o historiador considerava os espanhóis como agentes da civilização nas *borderlands*, lutando contra o meio ambiente hostil e as tribos “selvagens” da região. Nesse sentido, por exemplo, aquela instituição tão condenada pelos historiadores “anglo-saxonistas”, a missão, não era um sinal de fanatismo religioso; muito pelo contrário, era um instrumento civilizacional que atestava a grandeza do projeto imperial espanhol na América do Norte. Inspirado na *frontier thesis* de Frederick Jackson Turner, com quem havia estudado na Universidade de Wisconsin, Bolton via a história do império espanhol no Novo Mundo como sendo um épico sobre a conquista de um continente inóspito e bravio pelas mãos de um valente povo de pioneiros. Ver TRUETT 2005, p. 223-227.

diversificação dos temas e objetos, mas também ao aumento da presença norte-americana ao sul. Sob este ângulo, a criação da HAHR parecia também dizer respeito ao estabelecimento de um lócus para a enunciação de discursos profissionais e “científicos” sobre a região. Neste caso, tal lócus era essencial para a conformação desse objeto: na medida em que a historiografia possuía um caráter pretensamente “científico” e “objetivo”, as suas representações do passado *hispano-americano*, sempre relacionado com sua contraparte *norte-americana*, possuíam uma autoridade magisterial, para usar o termo de Certeau (2002, p. 66), com ampla ressonância social. Isso significa que as produções historiográficas sobre a América Hispânica não só adquiriam um status de “verdadeiras” por serem escritas por historiadores, mas também podiam fornecer legitimidade “científica” às pretensões de outros campos, como o político. Assim, não surpreende o interesse de diversos homens de Estado norte-americanos na fundação e na consolidação da HAHR, como veremos no próximo ponto.

### De historiadores e presidentes: a construção de um lugar

Segundo Charles Chapman (1918, p. 8), então professor em Berkeley, o que levou à criação da revista foi justamente essa necessidade de organizar um campo aparentemente caótico e em franca expansão. Isto pareceu ficar claro para Chapman, segundo seu próprio testemunho, durante um painel realizado no encontro da *American Historical Association* (AHA) de 1915, em que a pujança da nova historiografia chamou-lhe atenção.<sup>9</sup> J. Franklin Jameson (1918, p. 6), então editor da AHR e um dos nomes mais poderosos da profissão, ecoou sentimentos semelhantes quando da publicação do primeiro número da HAHR:

[...] de todos os departamentos de história que a América possivelmente poderia premiar com um periódico histórico especial, não há nenhum outro que tenha feito maiores avanços em anos recentes, nenhum que esteja agora em curso de rápido desenvolvimento, como o que a HISPANIC AMERICAN HISTORICAL REVIEW tomou como seu território.<sup>10</sup>

Para Chapman e para mais alguns de seus colegas, portanto, ficava clara a demanda de um periódico capaz de organizar e veicular essa crescente produção historiográfica.

No ano seguinte, Chapman e William S. Robertson, professor da Universidade de Illinois, viajaram à Argentina para tomar parte nas atividades do Congresso Americano de História e Bibliografia, realizado em Buenos Aires em honra do

<sup>9</sup> A conjuntura disciplinar de fundação da HAHR, como colocou John Higham (1982, p. 33-34), era a de uma fenomenal multiplicação no número de periódicos dedicados aos mais diversos campos da historiografia profissional. Isso atestaria, segundo ele, a expansão da disciplina em direção a searas pouco ou nunca antes visitadas e, por consequência, a sua diversificação nas primeiras décadas do século XX. Fez-se necessário, assim, o surgimento de novas revistas que pudessem dar conta de todos os objetos e temas à disposição dos historiadores norte-americanos. Dentre os periódicos importantes fundados nesse período, podem ser mencionados, dentre outros, o *Agricultural History*, o *New England Quarterly*, *Journal of Economic and Business History* e o *Journal of Modern History*.

<sup>10</sup> No original: “[...] of all the departments of history that America might conceivably furnish with a special historical periodical, there is none that has made greater advances in recent years, none that is now in a course of more rapid development, than that which the HISPANIC AMERICAN HISTORICAL REVIEW has taken for its province”.

centésimo aniversário da independência da república platina. Durante o evento, os historiadores norte-americanos não só foram convencidos da obrigação de se ampliarem os intercâmbios intelectuais entre o Norte e o Sul, como também tomaram a decisão final de persuadir seus colegas estadunidenses a apoiar a criação de um novo periódico histórico nos Estados Unidos (CHAPMAN 1916, p. 83-86; 1918, p. 9).

Para além desse imperativo disciplinar, contudo, havia outro, igualmente importante e de particular urgência. De acordo com Chapman (1918, p. 8-9), a aproximação cada vez maior entre os Estados Unidos e seus vizinhos meridionais exigia um maior conhecimento destes por aquele, para que suas políticas para a região pudessem ser bem conduzidas.<sup>11</sup> Dito de outro modo, era necessário criar um lugar não só para organizar tal historiografia, mas para direcioná-la, autorizá-la e legitimá-la diante da profissão e do grande público, a partir de uma demanda que era também política.

Já em 1916, começaram a se estabelecer negociações com a *American Historical Association* (AHA) e com outras instituições para a criação da nova revista. Isso era necessário, principalmente, para trazer apoio profissional para o projeto, na medida em que a AHA era, então, o órgão que dava chancela aos periódicos de história nos Estados Unidos. Mesmo que ela não possuísse o poder legal de barrar esses empreendimentos, uma má vontade ou negativa explícita do presidente e dos conselheiros desta instituição em apoiar a criação da HAHR poderia significar o seu fracasso. Isso se refletiu na troca de correspondência entre Chapman e a direção da AHA, em que deixava explícita sua intenção e a de seus colegas de fundar uma revista dedicada única e exclusivamente aos temas "ibero-americanos" (CHAPMAN 1918, p. 10-11). A ênfase no "exclusivamente" não era gratuita: durante as primeiras décadas do século XX, o comitê editorial do veículo oficial da AHA, *The American Historical Review* (AHR), liderado pelo já mencionado J. Franklin Jameson, era extremamente cuidadoso com revistas que, porventura, pudessem se sobrepor aos seus interesses. Garantir que a HAHR não fosse competir academicamente com a AHR era, assim, um modo de angariar o apoio da AHA à sua criação.

Para além de seus contatos continuados com a AHA, Chapman e Robertson também tentaram convencer seus pares por meios mais diretos. A maneira encontrada por ambos para medir a aceitação do projeto por seus colegas foi por meio de um questionário enviado pelo correio a setenta e dois nomes importantes para a profissão (os nomes, contudo, permaneceram confidenciais). O sucesso de tal empreitada, a julgar pelo relato de Chapman (1918, p. 11), foi razoável. Dos setenta e dois historiadores contatados, sessenta responderam à inquirição, com quarenta e seis declarando-se amplamente favoráveis a criação da *Review* e enfatizando seu possível papel

<sup>11</sup> Charles Chapman mantinha uma relação próxima com o Departamento de Estado norte-americano, como coloca Berger (1995, p. 12), ainda que nunca tenha trabalhado diretamente para tal instituição. No entanto, um dos livros de Chapman, *A History of the Cuban Republic*, publicado em 1927, foi financiado pelo Instituto Carnegie, sob os auspícios do então embaixador norte-americano em Cuba, Louis Perez, Jr.

na criação de um “bom” relacionamento com a América Hispânica, diplomática e intelectualmente falando.<sup>12</sup>

Amparado por tal recepção, Chapman se reuniu com um seleto grupo de historiadores, cientistas sociais e alguns empresários no encontro da AHA de 1916, para discutir os rumos da futura publicação. Ao fim do conagraçamento, ficou decidido, no que tangia aos objetivos e temas principais da revista, provisoriamente chamada de *Ibero-American Historical Review*, que:

Deve-se prestar atenção à história social, econômica e política (incluindo a diplomática) tanto quanto à mera narração externa de eventos, e alguns materiais contemporâneos podem ser utilizados de tempos em tempos; a América Hispânica deve ser o campo principal, mas deve ser interpretada de modo a incluir todo o Caribe e as partes dos Estados Unidos que pertenceram um dia à Espanha e ao México antes de sua anexação por este país; artigos sobre as Filipinas, contanto que tratem de temas espanhóis, podem ser aceitos também (CHAPMAN 1918, p. 13).<sup>13</sup>

Este *outline* do programa historiográfico da revista é bastante revelador. Para além de um projeto historiográfico que se imaginava amplo, a definição de “América Hispânica” era suficientemente abrangente para incluir o Caribe inglês e francês, o Sudoeste norte-americano e, em menor escala, as Filipinas. Isto demonstra justamente o escopo temático pretendido pelos fundadores e sua busca pelo estabelecimento de um lugar de produção que pudesse dar conta do maior número de objetos e temas possíveis. Por outro lado, isso revela a própria instabilidade do conceito de “América Hispânica” naquela conjuntura, o que poderia levar a uma multiplicidade de representações sobre a região. Como veremos, contudo, tal situação seria logo resolvida com o recurso a uma definição muito mais limitadora da “América Hispânica”, baseada menos em questões espaciais do que em questões identitárias e raciais.

Como já foi dito, em paralelo à busca por legitimação disciplinar para a revista, Chapman e Robertson procuraram ancorar-se no poder político. Para tanto, escreveram cartas a diversas figuras importantes, incluindo o então secretário de Estado, Robert Lansing, um dos artífices da política “pan-americanista” do governo estadunidense; o secretário do Tesouro, William McAdoo; e o próprio presidente da República, Woodrow Wilson – ele mesmo, aliás, um historiador. A recepção dos três foi extremamente calorosa. Lansing louvou o projeto, afirmando sua importância para a aproximação entre as Américas:

Acredito que uma revista de história latino-americana seria de grande benefício, tanto para os estudiosos deste país quanto para os da América

<sup>12</sup> Dos doze que se opuseram, apenas três expressaram sua posição, afirmando que ainda não haveria material suficiente para a criação de uma revista do tipo nos Estados Unidos, o que demonstra que a visão sobre a “pujança” da historiografia sobre a América Hispânica não era unânime entre os historiadores norte-americanos (CHAPMAN 1918, p. 11).

<sup>13</sup> No original: “Attention should be paid to social, economic, and political (including diplomatic) history as well as to the mere external narration of events, and some contemporary materials might be used from time to time; Hispanic America should be the principal field, but that ought to be interpreted as including the entire Caribbean area and those parts of the United States formerly under Spain and Mexico for the periods prior to their annexation to this country; articles on the Philippines, in so far as they related to things Spanish, might also be accepted”.

Latina. Ela também serviria ao propósito pelo qual todos nós temos lutado, tanto no passado quanto especialmente no presente, isto é, a fundação de uma relação mais próxima entre todas as Américas (LANSING *apud* CHAPMAN 1918, p. 23).<sup>14</sup>

McAdoo, por sua vez, afirmou que tal empreendimento contribuiria substancialmente para a melhora das relações da América Hispânica com os Estados Unidos, já que criaria um veículo comum para a discussão de problemas históricos que, segundo ele, interessariam a *todos* os povos das Américas (McADOO *apud* CHAPMAN 1918, p. 23).

Wilson expressou seu apoio à revista em termos bastante parecidos. Numa carta que mereceu destaque no primeiro volume da HAHR, ele escreveu:

Fico sabendo com grande interesse dos planos de uma *Ibero-American Historical Review* e peço que expresse a todos os interessados minha mais sincera aprovação do projeto. Ele é deveras interessante e pode levar a resultados muito importantes tanto para o conhecimento quanto para o aumento do sentimento cordial através das Américas (WILSON 1918, p. 1).<sup>15</sup>

O suporte dado por esses nomes demonstra, assim, a proximidade existente entre o estudo do passado e a formulação de políticas no presente, mesmo que de forma tênue. Ainda que a HAHR não tenha sido pensada unicamente como um instrumento para a legitimação da hegemonia estadunidense na América ao sul de suas fronteiras, era possível, como indicam os documentos acima, que o periódico ajudasse neste processo.

Ademais, como o próprio Chapman (1918, p. 17) deixou claro, o aval dado por alguns dos mais importantes nomes da República era um instrumento de encorajamento para o apoio de outros setores da sociedade estadunidense ao periódico. Neste caso, o poder político funcionava como um avalista tão importante quanto a anuência acadêmica à fundação da HAHR.

### **De nomes, histórias e doutrinas: por que contar a história da América Hispânica?**

Como o(a) leitor(a) deve ter percebido, Lansing, McAdoo e Wilson usaram termos diferentes para se referir à América ao sul de suas fronteiras. Isso se devia, segundo Feres Jr. (2005, p. 72-74), à ausência de um significante estável para aquele "Outro Americano da América". Mesmo que se reconhecesse a diferença fundamental entre os Estados Unidos e aquele Outro coletivo meridional, ainda não existia um conceito unânime para defini-lo. Ainda que a ideia de América Latina circulasse nas Américas do Sul e Central, segundo Walter Mignolo (2005,

<sup>14</sup> No original: "I believe that a Journal of Latin-American History would be of great benefit, both to the scholars of this country and to those of Latin America. It would also serve the purpose for which all of us have been striving both in the past, and, particularly, in the present, namely the foundation of a closer relationship between all of the Americas".

<sup>15</sup> No original: "I learn with a great deal of interest of the plans for an Ibero-American Historical Review and beg that you will express to all those interested my very sincere approval of the project. It is a most interesting one and ought to lead to very important results both for scholarship and for the increase of cordial feeling throughout the Americas".

p. 82-83), desde meados do século XIX, nos Estados Unidos ela só seria incorporada à linguagem cotidiana em fins da mesma centúria e só substituiria completamente os outros termos depois da Segunda Guerra Mundial.

No caso da revista, o problema do nome a ser utilizado apareceu durante a captação de recursos. Em busca de dinheiro, Chapman e Robertson obtiveram uma doação de três mil dólares de um milionário espanhol residente nos Estados Unidos, J. C. Cebrián. Como coloca Feres Jr. (2005 p. 81-82), o patrocínio de Cebrián geraria uma intensa discussão sobre o nome da publicação. O espanhol estava incomodado com o nome *Ibero-American Historical Review*, sugerido pelos idealizadores, já que, segundo ele, o termo “ibérico” poderia ser igualmente utilizado em referência à França. O segundo nome pensado, *Latin American Historical Review*, era também problemático aos olhos de Cebrián, já que dizia respeito, além de Portugal e Espanha, à Itália e, novamente, à França. Como as Américas Central e do Sul haviam sido colonizadas quase que exclusivamente pelos dois primeiros,<sup>16</sup> o nome mais adequado seria *Hispanic American Historical Review*, já que o adjetivo “hispanico” era o “único adequado cientificamente” às nações portuguesa e espanhola. Para Cebrián, o termo “Latin America” não seria “científico”, além de “ambíguo” e “enganador”. “Hispanic America”, por seu turno, seria inapelavelmente “científico”, “claro”, “verdadeiro” e “justo”. Diante de tais argumentos, e necessitando do dinheiro, os editores terminaram aceitando o nome proposto pelo milionário espanhol (CHAPMAN 1918, p. 16-18).<sup>17</sup>

## 60

Com a anuência de seus pares e com o devido financiamento, os editores conseguiram publicar o primeiro número da HAHR em fevereiro de 1918. Sem exceções, os artigos desse primeiro número eram dedicados à história diplomática e política da região. Nas edições seguintes, e a despeito da vontade anteriormente expressada por Chapman, de privilegiar outros âmbitos, a história política se manteve dominante. De acordo com Mark Berger (1995, p. 31), isso seria reflexo de uma suposta baixa qualidade do conhecimento sobre a América Hispânica então produzido nos Estados Unidos. No entanto, tal historiografia deve ser avaliada diante de sua conjuntura disciplinar mais ampla. Ainda que a história social e a história econômica já tivessem um prestígio muito grande dentro das universidades do país, a importância institucional da história política e diplomática ainda era inegável, como demonstra Thomas Bender (2011, p. 377-381). Além disso, como o campo historiográfico profissional dedicado à América Hispânica ainda era muito incipiente, boa parte do material ainda era produzido por amadores, diplomatas e cientistas políticos – o que ajuda a explicar a opção

<sup>16</sup> Cebrián não se esqueceu do Haiti. No entanto, segundo ele, “os poucos milhares de negros e negróides que corrompem a língua francesa” naquele país dificilmente poderiam ser considerados latinos (CHAPMAN 1918, p. 17). Se por um lado a aceitação dos argumentos racistas de Cebrián é sintomática de uma conjuntura na qual o racismo científico ainda possuía credibilidade, como colocou Feres Jr. (2005, p. 83), por outro é preciso aventar se tal aceitação por parte de Chapman, reconhecido como um historiador não-racista numa resenha publicada no *Journal of Negro History* (1934, p. 198-199), não teria sido menos fruto de convicções pessoais do que da necessidade de angariar fundos para o projeto.

<sup>17</sup> De acordo com Peter Novick (1988, p. 65), doadores poderosos poderiam ter uma influência generalizada na definição dos limites do discurso acadêmico naquele período, principalmente nos conselhos de administração das universidades norte-americanas de então, públicas ou privadas. Aparentemente, em vista do exemplo acima mencionado, o mesmo podia ser verdadeiro para outros órgãos acadêmicos, como as revistas, por exemplo.

por um recorte político para a análise do passado da região.<sup>18</sup> A partir disto, pode-se entender melhor o privilégio obtido pela história política e diplomática da América Hispânica nas páginas da HADR em seus primeiros anos.<sup>19</sup>

No caso dos artigos voltados à história política hispano-americana dos séculos XIX e XX, os temas da Doutrina Monroe e do suposto “antiamericanismo” das repúblicas meridionais mereceram amplo destaque nos primeiros anos da revista.<sup>20</sup> É a partir destes textos que podemos inferir a dimensão política da historiografia veiculada na HADR e seu papel na construção de narrativas que legitimavam a hegemonia norte-americana na América Hispânica.

Em fevereiro de 1920, a HADR publicou um artigo em que Edward Perry (1920, p. 17-40) analisava as origens da propaganda antiamericana nos países hispano-americanos, justamente para, segundo ele, encontrar uma maneira de neutralizá-la. Em primeiro lugar, Perry retomava o tradicional tema da Lenda Negra, a ideia de que a Espanha era uma nação dominada pela ignorância e pelo fanatismo religioso, cronicamente incapaz de se modernizar, para traçar uma breve história política de uma América Hispânica, segundo ele, sufocada por trezentos anos de estagnação e autocracia. Esse despotismo, personificado na própria cultura da região, estava em evidente contraste com o espírito democrático do Norte anglo-saxão. Para Perry (1920, p. 17-18), esse era um antagonismo “natural” encarnado na própria História Universal:

Conservadores, reacionários e mercenários persistem em tentar impedir, mesmo que eles saibam que não podem parar o avanço da democracia por muito tempo. Esses oponentes demonstram não compreender que este avanço é um passo inevitável na evolução da humanidade, nem que aqueles que não podem ou não conseguem acompanhar esta marcha devem ser esmagados (PERRY 1920, p. 17).<sup>21</sup>

61

O cenário para sua análise estava dado, portanto. De um lado, a força inexorável da democracia e de seus aliados. De outro, seus inimigos. Partindo

<sup>18</sup> A fragilidade institucional da história da América Latina era clara nesses anos. Apesar do surgimento da HADR em 1918, a primeira associação profissional de estudos latino-americanos, a Conferência de História da América Latina, só surgiria no final da década de 1920 (BERGER 1993, p. 6-7).

<sup>19</sup> De acordo com uma pesquisa realizada por Lesley Simpson e publicada na comemoração do trigésimo aniversário da revista, 54% dos artigos publicados na HADR em suas primeiras décadas de existência estavam devotados a temas referentes aos séculos XIX e XX, com o século XVI em terceiro lugar. Nos três casos, contudo, os recortes eram eminentemente políticos. De acordo com Simpson (1948, p. 189-190), isso representaria uma “miopia temporal” dos colaboradores da revista, que “acreditavam” que os eventos mais recentes eram mais importantes do que os mais afastados temporalmente. Tal coisa era condenável aos olhos do autor, na medida em que, de acordo com ele, a história da América Latina só poderia ser entendida pelo estudo dos “padrões de longa duração” e não somente pela análise da história política e diplomática da região (SIMPSON 1949, p. 191-192). Desse modo, na postura de Simpson já fica nítida a reorientação da historiografia norte-americana ocorrida a partir de meados da década de 1930, quando a história social e a história econômica tornam-se institucionalmente mais importantes do que a história política e a história intelectual. Sobre esse processo, ver os seminiais trabalhos de Peter Novick (1988) e John Higham (1982).

<sup>20</sup> Dos cinquenta e oito artigos publicados na revista em seus primeiros quatro anos, trinta foram dedicados a temas diversos dos séculos XIX e XX. Destes, sete tinham por objeto a Doutrina Monroe e/ou o alegado antiamericanismo das repúblicas hispano-americanas – o que totaliza quase um terço dos artigos de “história recente” veiculados pela revista naquele contexto – um número nada desprezível. Ver <http://www.jstor.org/action/showPublication?journalCode=hispanamerhistrevi>. Acesso em: 23 maio 2014).

<sup>21</sup> No original: “Conservatives, reactionaries and mercenaries persist in striving to check, even if they know they cannot long stop democracy’s advance. These opponents do not show that they comprehend that this advance is an inevitable step in the evolution of mankind, nor that all who will not or cannot keep pace with that march must be trampled into dust”.

dessa premissa, Perry (1920, p. 28) argumentava que as “raças” que haviam perecido diante dos *pioneers* haviam morrido justamente por sua oposição a um processo histórico que era tanto inescapável quanto implacável:

Nenhuma raça morreu por causa da vinda dos pioneiros aos Estados Unidos; as raças que aqui morreram causaram sua própria extinção através de ataques repetidos e selvagens contra pessoas cuja meta era conquistar os obstáculos da terra bravia e converter seus materiais naturais para o conforto e o avanço da humanidade. Aqueles pioneiros combateram o indígena bárbaro assim como o mexicano de sangue hispânico [...].<sup>22</sup>

Sob esse ângulo, o destino da América Hispânica era profundamente ambíguo: se seu próprio caráter a forçava a uma existência condenada a sofrer com tiranetes e autocratas diversos, a intervenção norte-americana na região podia salvá-la de tal sina. Para tanto, era necessário analisar e neutralizar a propaganda antiamericana na região a partir de um esforço maciço do governo e dos intelectuais estadunidenses em convencer as “classes pensantes” da América Hispânica sobre a “verdadeira” natureza deste processo histórico, demonstrando os fatos “reais” com toda a “honestidade” possível e desmistificando as críticas “infundadas” que os Estados Unidos recebiam de seus vizinhos meridionais. Com a conquista dos corações e mentes hispano-americanos, Perry (1920, p. 39-40) considerava que, “naturalmente”, eles aceitariam o Norte como seu guia moral e econômico.

62

Seguindo uma linha similar de raciocínio, William Dunn (1920, p. 177-183), em artigo publicado na edição seguinte, explicitava a sua apreensão em relação ao surgimento de um “sentimento antiamericano” nas repúblicas hispânicas da região. Segundo ele, toda uma sorte de políticos e intelectuais estava explorando ou estimulando desavenças entre a “mais antiga república das Américas” e seus vizinhos meridionais. De acordo com ele, isso seria extremamente contraproducente para a consolidação de um “pan-americanismo saudável e responsável”. Dunn (1920, p. 178) certamente considerava o “passado imperialista” dos Estados Unidos como um entrave ao desenvolvimento de um relacionamento amigável entre as Américas, mas, na sua visão, o cerne do problema estava no “antagonismo natural entre dois povos de duas culturas diferentes”, repetindo, assim, o *topos* do conflito inevitável entre “hispânicos” e “anglo-saxões”. O autor julgava que o “pan-hispanismo” defendido por certos intelectuais latino-americanos era uma decorrência “natural” dessa oposição entre a América do Norte anglo-saxônica e a América Hispânica. A saída para esse impasse era justamente uma maior intervenção dos Estados Unidos na esfera cultural desta última, com o intuito de equilibrar e reverter essa suposta propaganda negativa (DUNN 1920, p. 178-179). Concluía ele:

Os Estados Unidos estão em julgamento diante destas repúblicas. Elas erguem suas mãos para nos receber como amigos e sócios, não em

<sup>22</sup> No original: “No race died because of the coming of the pioneers of the United States; the races that died here brought their own extinction by repeated and savage raids on people whose aim was to conquer the obstacles of the wilderness, and to convert its natural materials to the comfort and advancement of humanity. Those pioneers fought the barbarous Indians as the Mexican of Hispanic blood [...]”.

uma aliança desigual, mas em uma aliança de justiça imparcial para todos. Elas precisam de nosso capital e esperam que as auxiliemos no desenvolvimento de seus recursos. Nunca antes os Estados Unidos precisaram tanto de uma política hispano-americana consistente quanto no presente (DUNN 1920, p. 183).<sup>23</sup>

A “necessidade de desenvolvimento” inferida por Dunn aponta para um dos elementos constitutivos dessas representações do passado (e do presente) da América Hispânica, isto é, a *retórica da modernidade* que lhes dá sustentação. Aqui, há uma leve mudança de percepção em relação ao artigo de Perry. As terras ao sul dos Estados Unidos não seriam necessariamente “bárbaras”, mas somente “atrasadas” em relação ao Norte. Nesse caso, seria necessário seu “desenvolvimento” por meio da providencial ajuda do capital setentrional, fosse ele humano ou monetário. Como coloca Mignolo (2005, p. 36-38), a retórica da modernidade oculta, através de um salvacionismo “universalista”, justamente a lógica colonial que lhe é subjacente. Pode-se inferir, destarte, que a “política hispano-americana” consistente almejada por Dunn era nada menos do que a salvaguarda da hegemonia norte-americana na região, diante da competição com outras potências imperiais. E uma das formas históricas de justificar a “política consistente” aventada por Dunn era justamente a Doutrina Monroe e seu papel nas relações entre as repúblicas do Sul e o país do Norte.<sup>24</sup> Ela acabou sendo objeto de três artigos publicados na revista entre 1920 e 1921.

Em fevereiro de 1920, a *Review* publicou um artigo de William S. Robertson sobre as “apreciações hispano-americanas” do famoso credo do presidente James Monroe (1817-1825). Segundo o historiador, ao contrário do que era amplamente imaginado, a aplicação de tal doutrina não foi necessariamente atacada com hostilidade pelos “hispano-americanos”. Por meio da análise de fontes governamentais, especialmente documentos diplomáticos, Robertson considerou que, quando não utilizada para fins *unicamente* imperiais, a ideia de que os Estados Unidos deveriam tutelar e proteger seus “irmãos” do sul não fora rechaçada pelos habitantes das Américas Central e do Sul. Segundo o autor, a Doutrina Monroe não seria outra coisa além do “legítimo” reconhecimento de que Washington deveria “auxiliar” os hispano-americanos no seu desenvolvimento e na condução de seus negócios externos, tendo em vista a fragilidade institucional e internacional de tais países. Para Robertson, este reconhecimento deveria levar a um “pan-americanismo” liderado pelos Estados Unidos e sustentado pela Doutrina Monroe. Novamente, portanto, a retórica da modernidade dá suporte a

<sup>23</sup> No original: “The United States is on trial before these republics. They stand with outstretched hand to receive us as friends and associates, not in any inequitable alliance, but in one of impartial justice to all. They need our capital and they are expecting us to aid them in developing their resources. Never before has the United States been in greater need of a consistent Hispanic American policy than at the present day”.

<sup>24</sup> A “Doutrina Monroe” foi anunciada pelo presidente James Monroe (1817-1825) no contexto do processo de independência dos países da América Latina. Temendo uma recolonização da região por parte dos antigos impérios europeus, inspirada pela derrota de Napoleão Bonaparte e a consolidação da Santa Aliança, os Estados Unidos declararam seu franco apoio aos novos países e sua oposição a qualquer reimposição da autoridade colonial nas áreas recém-autônômas. Com isso, Monroe lançou ao mundo sua famosa consigna “América para os americanos”, afirmando, desse modo, que a América Latina estava sob a esfera de influência norte-americana e que Estados Unidos, se necessário, recorreriam à força para assim mantê-la.

uma interpretação do passado (e do presente) da América Hispânica que enfatiza sua necessidade de "orientação" e "proteção" pela potência setentrional.

Nos números seguintes, Julius Klein (1921, p. 248-255) e Samuel Inman (1921, p. 635-676) continuaram com a avaliação da doutrina. De acordo com Klein, a Primeira Guerra Mundial havia provocado um realinhamento das relações entre os países latino-americanos, levando-os a uma maior integração, especialmente no âmbito econômico (KLEIN 1921, p. 251). Tal situação levou os Estados Unidos a renunciar aos aspectos mais belicosos e intervencionistas da Doutrina Monroe, amplamente criticados por Klein (1921, p. 252) como sendo contraproducentes aos interesses de longo prazo dos norte-americanos. O reforço dos laços econômicos entre as Américas seria, assim, um dos pilares de sustentação de uma política pan-americana maior, sempre comandada pelos Estados Unidos. O outro seria a defesa das nações americanas, também liderada pelos estadunidenses, contra os "males do bolchevismo" e do "comunismo internacional" (KLEIN 1921, p. 254). Essas mudanças de conjuntura assegurariam a hegemonia dos Estados Unidos na região, sem a necessidade de intervenções militares, principalmente porque os países do Sul necessitavam da liderança do país do norte e, por isso, estariam "dispostos" a cooperar.

Tal diagnóstico era compartilhado por Samuel Inman (1921, p. 635-676). Assim como Klein, Inman repudiava as aplicações violentas da Doutrina Monroe como sendo antagônicas à sua intenção original, isto é, a preservação da forma de governo republicana nas Américas contra as ameaças do Velho Mundo. Recuperando o contexto histórico da anúnciação da Doutrina, logo após as independências das antigas colônias espanholas, Inman narra a história de uma América Hispânica presa entre duas possibilidades: o reconhecimento de seu pertencimento à esfera de influência dos Estados Unidos, o que garantiria sua liberdade, ou a recolonização, forçada e brutal, por parte dos impérios europeus. Por isso, diante dessa ameaça, a ajuda estadunidense seria:

[...] parcialmente egoísta e parcialmente altruísta, como todo princípio natural deve ser. Deve parecer bastante natural supor que os Estados Unidos, tendo sido uma nação fraca em seus primeiros dias, estavam particularmente interessados em se proteger e em avançar a grande ideia de democracia da qual foram pioneiros. O governo democrático que eles, egoísta e altruisticamente desejavam ver crescer – egoísta no sentido de que o desenvolvimento de tal governo no continente americano tenderia a fortalecer sua própria vida, e altruísta porque se desejava encorajar e ajudar outras pequenas nações a realizar esse mesmo ideal (INMAN 1921, p. 646).<sup>25</sup>

Repetindo o que já fora dito várias vezes antes, o problema das repúblicas latino-americanas, aos olhos de Inman (1921, p. 637-639), não era de origem

<sup>25</sup> No original: "[...] the doctrine is partly selfish and partly altruistic, as every natural principle should be. It seems very natural to suppose that the United States, being a weak nation in the early days, was particularly interested in protecting itself and also in advancing the great idea of democracy of which it was the pathfinder. Democratic government it selfishly and unselfishly desired to see grow - selfishly in that the development of such government on the American continent would tend to strengthen its own life, unselfishly in that it wished to encourage and assist other small nations to realize the same ideal".

racial ou institucional, mas sim de “maturidade política”. Sem essa maturação, as repúblicas hispânicas precisariam do auxílio de seus irmãos mais velhos do Norte na luta contra os perversos interesses imperiais dos europeus (e da Inglaterra, em especial). Recuperando a “lei histórica” que sanciona a influência do “mais forte” sobre o “mais fraco”, Inman (1921, p. 656) afirmava, portanto, ser “natural” a preponderância norte-americana na região:

Os Estados Unidos se desenvolveram cem vezes mais rapidamente do que qualquer outro país na América, e como consequência natural desse desenvolvimento, eles necessariamente assumiram a liderança das nações americanas. Esse é mais ou menos o enredo de toda a história. Se a América Hispânica gosta ou não disso, não há como prevenir que a nação mais avançada e poderosa do grupo exerça sua maior influência.<sup>26</sup>

Sob esse ponto de vista, a Doutrina Monroe era a expressão política da tendência histórica à preponderância estadunidense.<sup>27</sup> Neste caso, existiria uma inevitabilidade quase trágica nas ações dos Estados Unidos na América Hispânica:

Talvez nós pudéssemos tê-lo feito de outra maneira; melhores maneiras poderiam ter sido encontradas. Ainda assim, o fardo nos foi dado e não poderíamos escapar dele, então tomamos a liderança, assim como outras grandes nações fizeram em partes do mundo onde sua influência era dominante (INMAN 1921, p. 656).<sup>28</sup>

Essa “inevitabilidade” trágica, contudo, também impunha sua cota de sacrifícios aos norte-americanos: considerando a *noblesse oblige* de seu país, Inman (1921, p. 676), em sua conclusão, afirmava que, se necessário, os Estados Unidos derramariam até sua última gota de sangue em defesa da democracia e em proteção aos seus “irmãos” meridionais.

### Considerações finais

À guisa de conclusão, pode-se inferir que a fundação da HADR respondeu, assim, não só a necessidades disciplinares, mas também a demandas políticas: os dois âmbitos, nesse caso, não podem ser facilmente separáveis, já que a historiografia da América Hispânica parecia retirar parte de sua legitimidade justamente de sua dependência de um poder estabelecido, como atesta a busca de apoio dos criadores da revista junto a importantes nomes políticos daquele contexto, incluindo o Presidente da República. As fontes determináveis do poder

<sup>26</sup> No original: “The United States has developed a hundred times more rapidly than any other country in America, and as a natural outgrowth of that development it has necessarily assumed the headship of the American nations. It is more or less the story of all history. Whether we like it or whether Hispanic America likes it, there is no way of preventing the most advanced and most powerful nation in the group from exercising the greatest influence”.

<sup>27</sup> Evidentemente, nesta leitura existe uma relação entre a Doutrina Monroe e a formulação posterior conhecida como “Destino Manifesto”, criada na década de 1840, que imputava que a posse do continente que se estendia do Atlântico ao Pacífico havia sido concedida aos Estados Unidos pela Divina Providência. Na segunda metade do século XIX, a ideia do *Manifest Destiny* foi secularizada e a naturalização das conquistas e da hegemonia norte-americana era elaborada a partir de seu governo democrático, economia capitalista e espírito pioneiro. Sobre isto, ver a clássica obra de Richard Slotkin (1992).

<sup>28</sup> No original: “Perhaps we did not have to do it in quite the way we did; better ways could have been found. Nevertheless the burden was laid upon us and we could not get away from it, so we took the lead just as other great nations have done in other parts of the world where their influence was dominant”.

político, nesse caso, foram fundamentais para o sucesso da revista, que não pode ser compreendido somente como um resultado “natural” do desenvolvimento da disciplina, mas como consequência da imbricação entre o lugar social de produção do conhecimento histórico e suas influências labirínticas. Se não se pode resumir a criação da revista a um mero ato imperial, não se pode, igualmente, ignorar as ressonâncias do projeto norte-americano de hegemonia na América Hispânica em suas páginas. Como, então, poderíamos compreender as análises sobre a Doutrina Monroe expostas acima e a busca pelas raízes do, supostamente rampante, “antiamericanismo” hispano-americano?

Igualmente, se, parafraseando Berger (1995), o diagnóstico e a avaliação dos problemas regionais eram necessários para “civilizar o Sul”, a retórica de modernidade, entendida acima nos termos de Walter Mignolo (2005), era um dos *topoi* para se compreender a história do “Outro Americano da América”. Ambos, as necessidades de “modernização” e de “civilização”, eram entendidos como fundamentais para salvar a região de seu secular “atraso”, conformando-a, assim, ao rumo “natural” do processo histórico, encarnado nos Estados Unidos da América. Isto, evidentemente, poderia ser alcançado pela “aceitação”, por parte dos países meridionais, da preponderância da República do norte, refletida, para citar novamente Inman, na sua “disposição” em estender a mão e o capital aos seus vizinhos mais pobres. Nesse caso, parece-me, havia uma clara finalidade política em algumas das narrativas expostas nas páginas da HADR em seus primeiros anos: legitimar, justificar e naturalizar a hegemonia estadunidense em termos “científicos”, i.e. históricos.

66

### Referências bibliográficas

BENDER, Thomas. Writing American History, 1789–1945. In: MACINTYRE, Stuart; MAIGUASCHA, Juan; PÓK, Attila (org.). **The Oxford History of Historical Writing**: volume 4: 1800-1945. Oxford: Oxford University Press, 2011, p. 369-389.

BERGER, Mark. Civilizing the South: The US rise to hegemony in the Americas and the roots of “Latin American Studies”, 1898-1945. **Bulletin of Latin American Research**, v. 12, n. 1, p. 1-48, 1998.

\_\_\_\_\_. **Under Northern Eyes**: Latin American Studies and U.S. hegemony in the Americas, 1898-1990. Bloomington: Indiana University Press, 1995.

\_\_\_\_\_. Civilising the South: The US Rise to Hegemony in the Americas and the Roots of ‘Latin American Studies’ 1898-1945. **Bulletin of Latin American Research**, v. 12, n. 1, p. 1-48, 1993.

BREWER, Stuar. **Borders and Bridges**: A history of U.S.-Latin American relations. Wesport: Praeger, 2006.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHAPMAN, Charles. The American Congress of Bibliography and History at

Buenos Aires. **The American Historical Review**, v. 22, n. 1, p. 83-86, 1916.

\_\_\_\_\_. The Founding of the Review. **The Hispanic-American Historical Review**, v. 1, n. 1, p. 8-23, 1918.

DUNN, W. E. The Post-War attitude of Hispanic America towards the United States. **The Hispanic-American Historical Review**, v. 3, n. 2, p. 177-183, 1920.

EAKIN, Marshall. Latin American History in the United States: From gentlemen scholars to academic specialists. **The History Teacher**, v. 31, n. 4, p. 539-561, 1998.

FERES Jr., João. **A história do conceito de "Latin America" nos Estados Unidos**. Bauru: Edusc, 2005.

HIGHAM, John. **History**: Professional scholarship in America. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1982.

INMAN, Samuel Guy. The Monroe Doctrine and Hispanic America. **The Hispanic-American Historical Review**, v. 4, n. 2, p. 248-255, 1921.

JAMESON, J. Franklin. A new American Historical Journal. **The Hispanic-American Historical Review**, v. 1, n. 1, p. 2-7, 1918.

KEEN, Benjamin; GIBSON, Charles. Trends of United States studies in Latin American History. **The American Historical Review**, v. 62, n. 4, p. 855-877, 1957.

KLEIN, Julius. The Monroe Doctrine as regional understanding. **The Hispanic-American Historical Review**, v. 4, n. 2, p. 248-255, 1921.

LORENZ, Chris. Unstuck in time. Or: the sudden presence of the past. In: TILMANS, Karin; VREE, Frank van; WINTER, Jay (org.). **Performing the Past**: Memory, history, and identity in Modern Europe. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2010, p. 67-102.

MIGNOLO, Walter. **La idea de America Latina**: La herida colonial y la opción decolonial. Barcelona: Gedisa, 2005.

NOVICK, Peter: **That Noble Dream**: The "Objectivity Question" and the American historical profession. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

PERRY, Edward. Anti-American propaganda in Hispanic-America. **The Hispanic-American Historical Review**, v. 3, n. 1, p. 17-40, 1920.

ROBERTSON, William Spence. Hispanic-American appreciations of the Monroe Doctrine. **The Hispanic-American Historical Review**, v. 3, n. 1, p. 1-16, 1920.

- SAID, Edward. **Orientalismo**: O Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.
- SIMPSON, Lesley Byrd. Thirty years of the Hispanic American Historical Review. **The Hispanic American Historical Review**, v. 29, n. 2, p. 188-204, 1949.
- SLOTKIN, Richard. **The Gunfighter Nation**: The myth of the frontier in 20<sup>th</sup> century America. Norman: University of Oklahoma Press, 1992.
- TRUETT, Samuel. Epic of Greater America: Herbert Eugene Bolton's quest for a transnational American History. In: SCHMIDT-NOWARA, Christopher; NIETO-PHILLIPS, John M. (org.). **Interpreting Spanish Colonialism**: Empires, nations and legends. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2005. p. 213-247.
- TYRRELL, Ian. **The Absent Marx**: Class analysis and liberal history in 20<sup>th</sup> century America. Westport: Greenwood Press, 1986.
- \_\_\_\_\_. Making Nations / Making States: American historians in the context of empire. **The Journal of American History**, v. 86, n. 3, p. 1015-1044, 1999.
- WHITE, Hayden. **Trópicos do Discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Edusp, 1994.
- WILSON, Woodrow. A letter from President Wilson. **The Hispanic-American Historical Review**, v. 1, n. 1, p. 1, 1918.

# ***Patria Suave: uma análise das obras de divulgação sobre a história do México publicadas durante as comemorações do Bicentenário***

*Patria Suave: an Analysis of Works on Mexican History for a General Audience Published During the Bicentennial Celebrations*

---

## **Luis Guilherme Assis Kalil**

lgkalil@yahoo.com.br

Doutor

Universidade Estadual de Campinas

Avenida dos Pioneiros, 120/ 57, Condomínio das Gérberas - Villa Flora

13175-668 - Sumaré - SP

Brasil

## **Caio Pedrosa da Silva**

caiopedrosa@gmail.com

Doutor

Universidade Estadual de Campinas

Rua João Batista Botelho, 417 - Parque São Domingos

05126-010 - São Paulo - SP

Brasil

---

## **Resumo**

Em 2010, o México organizou uma longa série de cerimônias públicas, vídeos, músicas e discursos em comemoração ao Bicentenário de sua Independência e ao Centenário da Revolução Mexicana. O objetivo do presente artigo é analisar de que maneiras determinadas obras de divulgação sobre a história mexicana publicadas durante as celebrações representaram o passado mexicano a partir de dois eixos centrais: o período pré-colombiano e a Revolução Mexicana. Devido à profusão de discursos produzidos no período, centraremos nossa atenção nas obras voltadas ao público não especializado que alcançaram as maiores tiragens dentre as que foram organizadas durante as comemorações do Bicentenário ou mesmo como parte delas.

## **Palavras-chave**

História da América; Historiografia; México.

## **Abstract**

In 2010, Mexico organized an extensive series of public ceremonies, videos, songs and speeches on occasion of the Bicentennial celebration of its Independence and of the Centennial celebration of the Mexican Revolution. The aim of this article is to analyze in which ways certain works on Mexican History for general audience published during the celebrations represented the Mexican past with two central axes: the pre-Columbian period and the Mexican Revolution. Due to the profusion of discourses produced in the period, we focus our attention on the works with the largest print run aimed at the non-specialist audience, among all the works organized during the Bicentennial celebrations or as part of them.

## **Keywords**

Latin American History; Historiography; Mexico.

---

Recebido em: 12/5/2014

Aprovado em: 29/8/2014

Após alguns segundos de escuridão, a tela projeta uma rápida sucessão de imagens que vão de cidades atuais até antigas construções pré-colombianas, sugerindo uma viagem de volta no tempo. Uma data aparece em destaque: 1.200 a.C. Este é o momento escolhido como início da narrativa que pretende apresentar os principais eventos que caracterizariam a trajetória da história do México.

As enormes cabeças esculpidas pelos olmecas dão lugar a elaboradas construções indígenas, culminando com a imagem da águia com a serpente sobre o nopal; é então que surge uma segunda data na tela: 1325, acompanhada por recriações digitais das construções de Tenochtitlán.

Novo corte. Cenas de caravelas acompanhadas por explosões cenográficas precedem a terceira data destacada: 1521. Rápidas referências ao período colonial são cortadas por sinos e pela imagem do padre Hidalgo, o "pai" da Independência, que indicariam não o início, mas sim uma nova etapa na milenar trajetória do México.

Em seguida, sons de canhões e gritos são interrompidos pela imagem de Benito Juárez e por pombas da paz. A partir de então, encontramos em meio a trens, construções e máquinas. No entanto, a tranquilidade do Vale do México, observado por imponentes vulcões e presente na paisagem pintada por José Maria Velasco Gómez (1840-1912), indica que a pátria, ainda que em processo de modernização, é essencialmente a mesma.

70

Ruídos de tiros abrem caminho para o terceiro grande evento de ruptura no desenrolar da história pátria: a Revolução. A partir daí, a narrativa prossegue mostrando imagens de personalidades e eventos do passado recente que culminam com a pergunta "*¿Qué es México?*", respondida por uma sequência de rostos de mexicanos.

A descrição acima se refere à apresentação multimídia *200 años de ser orgullosamente mexicanos*, exibida gratuitamente na Cidade do México no dia 5 de maio de 2010.<sup>1</sup> Formulada a partir de conceitos propostos pelo historiador Enrique Krauze, a obra foi produzida pelo governo federal, que organizou e patrocinou sua exibição nas principais cidades do país ao longo do ano como parte das comemorações do Bicentenário da Independência do México e do Centenário da Revolução Mexicana.

Além dessa apresentação, houve inúmeros outros eventos em comemoração à dupla efeméride: apresentações artísticas, especiais nas emissoras de televisão e rádio, discursos e cerimônias oficiais, paradas militares, inauguração de monumentos<sup>2</sup> e a exumação dos corpos dos "heróis da Independência",<sup>3</sup> muitos deles patrocinados pelo governo federal ou estreitamente relacionados a ele.

O campo historiográfico também integrou essas comemorações. Ao longo do ano, dezenas de livros, artigos, ensaios e coletâneas foram produzidos tendo

<sup>1</sup> Data em que se comemora a vitória do exército mexicano sobre os franceses na Batalha de Puebla (1862).

<sup>2</sup> O principal deles é a Estela de Luz. Atrasos em sua execução, contudo, fizeram com que a obra só fosse concluída em 2012.

<sup>3</sup> No dia 30 de maio de 2010, em meio a honras militares, os corpos de 12 líderes do movimento de independência do México foram exumados sob o argumento de que seriam realizados estudos para confirmar a identidade dos restos mortais e sobre as condições de vida de cada um deles.

as duas datas comemorativas e, mais amplamente, a história do México, como ponto de partida para suas reflexões.

Assim como em outros casos, o governo federal também atuou intensamente dentro dos domínios de Clio. O exemplo mais evidente disso foi a republicação póstuma do *Álbum de historia de México*, na qual o renomado historiador Luis González y González traça pequenos retratos de personagens “relevantes em algum momento da história nacional sem importar suas qualidades morais” (GONZÁLEZ Y GONZÁLEZ 2010, p. 5). Apesar de ter sido composta na década de 1990, essa obra foi selecionada pelo governo mexicano para ser adaptada, renomeada<sup>4</sup> e enviada gratuitamente pelos correios para milhões de lares mexicanos, acompanhada por um exemplar da bandeira nacional.<sup>5</sup>

Um segundo exemplo de atuação do governo federal no campo historiográfico foi a publicação da *Historia de México*, em esforço conjunto com a Academia Mexicana de História. Organizada em capítulos escritos por reconhecidos historiadores mexicanos, a obra traça, didaticamente, o longo caminho percorrido pelo México desde a migração humana para o Novo Mundo até o século XXI.<sup>6</sup>

Em ambos os casos, as obras contaram não apenas com textos introdutórios assinados pelo então presidente da República, Felipe Calderón Hinojosa, como também foram lançadas em grandes eventos oficiais que integraram as comemorações do Bicentenário, onde foram apontadas como capazes de fortalecer o espírito de unidade e a identidade dos mexicanos (CALDERÓN 2010a; 2010c).

Outra obra que se destacou no período, embora não tenha recebido investimentos diretos por parte do governo federal, foi a *Nueva historia general de México*, produzida pelo Colegio de México como uma versão inteiramente renovada de seu sucesso editorial *Historia general de México*, lançado em 1976 e seguidamente republicado.

Ainda que possuam muitas características específicas e até antagônicas (abordadas ao longo do artigo), podemos identificar entre essas obras um aspecto em comum: a tentativa de sintetizar a história do México para um amplo público leitor não especializado no momento em que o país comemorava duas de suas mais importantes efemérides.<sup>7</sup> Esse objetivo era reforçado pelo baixo custo das edições (ou mesmo a sua gratuidade), pela grande quantidade de exemplares impressos e pela ampla distribuição alcançada. Por isso, tais obras irão balizar nossas reflexões acerca da questão central do presente artigo: de que forma

<sup>4</sup> A obra passou a ser intitulada *Viaje por la Historia de México*.

<sup>5</sup> Além dos mais de 25 milhões de exemplares distribuídos, a obra também foi disponibilizada integralmente no site do governo federal dedicado ao Bicentenário.

<sup>6</sup> Há na obra a indicação de que ela faz parte das atividades que o governo federal organizou em comemoração ao Bicentenário (WOBESER 2010, p. 6). Não por acaso, sua capa exibe a pintura do Vale do México feita por Velasco também presente no vídeo comemorativo citado acima. Para uma análise do conteúdo da coletânea, Cf. KALIL; SILVA 2013.

<sup>7</sup> No entanto, cada obra tem uma visão particular sobre qual seria seu público-alvo não especializado. González y González afirma ter pensado nos jovens, ainda que não desmerecesse a leitura por parte dos adultos. Já a *Historia de México* seria dirigida a “todos os mexicanos”. Quanto ao compêndio do Colegio de México, afirma que o intuito da obra era o de ser um livro de cabeceira para qualquer “leitor maduro” interessado pelo passado mexicano (GONZÁLEZ Y GONZÁLEZ 2010, p. 5).

as obras de divulgação publicadas durante ou como parte das comemorações do Bicentenário construíram suas representações sobre o passado “nacional” mexicano tendo em vista um público que transcendia a academia.

Com o intuito de aprofundar nossa reflexão, também utilizaremos outros materiais historiográficos, como coletâneas de artigos publicadas nesse período, voltadas para um público acadêmico (LEYVA 2010; MAYER 2007), e outros compêndios, não vinculados às comemorações, que tratam a história do México das suas “origens” até tempos recentes (ESCALANTE GOZALBO 2004; MEYER; BEEZLEY 2000; VILLEGAS 1973).

No entanto, não foram apenas historiadores profissionais os que deram seu “parecer” sobre o passado mexicano. Filmes, histórias em quadrinhos, músicas, programas televisivos etc., embora nem sempre elaborados a partir das mesmas premissas dos historiadores, também usaram eventos do passado e suas ressonâncias no presente como tema para reflexões sobre o México e sua história. Entre essas produções, destacamos os discursos proferidos por autoridades governamentais durante alguns dos eventos oficiais, bem como livros escritos por especialistas de outras áreas. Esse é o caso de *Ni Independência ni Revolución*, obra ilustrada que se define como uma leitura satírica da história mexicana, criada pelo ilustrador Rius (2010) e que também alcançou uma ampla divulgação no período.

Devido à impossibilidade de se analisar todos os períodos da história mexicana (que, como veremos adiante, poderia chegar, para alguns autores, aos milhares de anos), decidimos concentrar nossas atenções em dois momentos específicos, apontados por muitas das obras analisadas como sendo definidores da trajetória nacional: o período pré-hispânico, desde os primeiros grupos humanos a se fixarem na região até o desenvolvimento de uma “civilização mesoamericana”, e a Revolução Mexicana.<sup>8</sup> Os momentos selecionados permitem a análise de dois problemas centrais na tradição historiográfica mexicana e que apareceram com destaque durante o Bicentenário: a questão das “origens” da nação e a pluralidade de posições na história mexicana tendo em vista como são tratados os conflitos entre grupos antagonicos durante a Revolução.

Não é novidade que a narrativa histórica é um componente fundamental do discurso nacional e identitário mexicano. A produção de escritos sobre “a” história do México nos remete ao patriotismo *criollo* do século XVIII, de autores como o jesuíta Francisco Javier Clavijero, e passa pelas disputas entre as tradições liberais e conservadoras ao longo do século XIX. Com a consolidação do Estado liberal e revolucionário, a narrativa histórica foi usada como elemento de legitimação política das elites governantes naquilo que ficaria conhecido como história “oficial” ou de “bronze”, consolidada em monumentos, manuais escolares, entre outros espaços.

<sup>8</sup> Como pretendemos demonstrar adiante, a Independência do México, um dos objetos centrais das comemorações do Bicentenário, ainda que importante processo de ruptura, não marca o início da história nacional nas obras analisadas. Em linhas gerais, a Independência representaria uma ruptura política, que daria origem a um Estado nacional, formalizando uma nação mexicana dentro de um quadro político moderno e ilustrado que, entretanto, seria resultado de um processo muito anterior.

Essa história “oficial”, por sua vez, passou a ser bastante questionada pela historiografia acadêmica a partir de meados do século XX (FLORESCANO 1991).<sup>9</sup> Contudo, como pretendemos argumentar adiante, ainda que com exceções, alguns de seus elementos permaneceram exercendo um papel determinante dentro das narrativas reproduzidas em obras de divulgação, como os relativos à construção de um passado nacional muito anterior ao processo de independência política e a uma predileção pela identificação de grandes líderes que teriam comandado os rumos dessa nação “milênar”.

Acreditamos que as obras de divulgação sejam um dos principais pontos de contato entre a historiografia acadêmica e o público leitor não especializado, o que reforça a sua importância e a necessidade de se refletir sobre essa produção que é, muitas vezes, relegada ao segundo plano.

Nosso objetivo, dessa forma, não é analisar como a “historiografia mexicana”<sup>10</sup> retratou ou analisou as comemorações do Bicentenário e suas relações com a história nacional como um todo, mas sim as escolhas realizadas em um grupo específico de obras que buscavam “explicar” – de forma acessível tanto no preço quanto no conteúdo – o passado nacional para um amplo público leitor.

Por fim, consideramos importante realizar duas ressalvas. Embora não representem o todo das publicações lançadas durante as comemorações da dupla efeméride, as obras selecionadas neste artigo se destacam por sua amplíssima distribuição, pela importância dos nomes e instituições envolvidos nas publicações e, ao menos em dois dos casos analisados, pela atuação direta do governo federal.

Além disso, é importante observar que não pretendemos hierarquizar o conteúdo dos textos, identificando formas “melhores” ou mais “corretas” do que outras de se narrar os eventos selecionados. Nosso intuito é observar qual história mexicana e qual México foram apresentados nas obras historiográficas de divulgação produzidas durante ou como parte dos festejos do Bicentenário,<sup>11</sup> refletindo assim sobre o papel público exercido pela historiografia mexicana nesse momento.

### **A busca pela origem do México**

Quando se inicia a história do México? Esta pergunta, abordada, ainda que indiretamente, por todas as obras citadas até aqui, foi respondida por boa parte delas como: desde que há humanos nestas terras ou, mais precisamente, desde que eles desenvolveram uma “civilização”. A busca por uma origem da nação, tema que remete à historiografia mexicana do século XIX (Cf. FERNANDES 2012), preocupada em construir um passado nacional para o vice-reino recém-independente e marcado por intensos conflitos internos e externos, encontra

<sup>9</sup> Dois centros de excelência acadêmica em história foram fundados na década de 1940: o Colegio de México (1940) e o Instituto de Investigaciones Históricas da UNAM (1945).

<sup>10</sup> Consideramos problemática a adoção de conceito tão vago e abrangente, pois implicaria a identificação de discursos, posturas e interpretações comuns dentro de uma produção vasta e heterogênea.

<sup>11</sup> É importante salientarmos que a própria noção de bicentenário é questionada em algumas das obras abordadas. Para Rius (2010, p. 137), não teria havido “nem independência, nem revolução”, o que impediria comemorações em 2010. Já para Enrique Krauze (2010, p. 15; 127) havia uma efeméride mais importante do que as duas então celebradas: o “sesquicentenário esquecido” da Reforma.

nessas obras um lugar de destaque. Dessa forma, os primeiros capítulos de todas elas retornam ao período pré-colombiano em busca de algo que pudesse ser identificado como a raiz da qual o México se desenvolveria ao longo dos séculos.

Iniciando nossa análise pela obra de González y González, podemos observar um aspecto enfatizado por muitos autores: a identificação de uma civilização original desenvolvida em solo mexicano que diferenciaria positivamente o passado da região e marcaria a identidade mexicana até o presente. Para esse historiador (2010, p. 6-7), apenas seis partes do mundo teriam conseguido alcançar o estágio “superior” de desenvolvimento. Assim, o México se equipararia à China, Mesopotâmia, Índia, Egito e à região andina como os únicos locais “onde se originou a civilização”.

A tentativa de equiparar o passado mexicano a grupos do Velho Mundo considerados avançados já está presente em relatos do período colonial e permanece sendo apontada como base para as reflexões sobre a origem “nobre” do México e de seus habitantes. O capítulo de Miguel León-Portilla (2010, p. 49) na *Historia de México* é exemplar a esse respeito. Nele, o autor adota o conceito de “civilizações originárias”, as únicas seis regiões do mundo (as mesmas apontadas por González y González) que teriam desenvolvido sua civilização de forma independente.

A defesa de uma origem nobre, singular e equivalente ao que é interpretado por esses autores como o que houve de mais desenvolvido entre as primeiras civilizações do mundo – e que deveria ser motivo de orgulho para os mexicanos – está presente mesmo em obras que afirmam fornecer uma versão alternativa do passado “nacional”, como o livro de Rius. Nele, o escritor e ilustrador afirma que, a despeito dos conflitos que travavam entre si, os diferentes grupos indígenas que habitavam as terras mexicanas teriam criado uma civilização “tão *chingona* como a egípcia”<sup>12</sup> e chegado a superá-la em aspectos como o da construção de pirâmides (RIUS 2010, p. 14-16, grifos nossos).

À identificação de uma civilização original segue-se a busca por um ponto de partida de onde ela teria se disseminado. Retornando à apresentação multimídia descrita no início do texto, percebemos que a data eleita é a de 1.200 a.C., cabendo aos olmecas o papel de “*cultura madre*”. Esse conceito também se faz presente em outras obras, como a de González y González (2010, p. 6-7), para quem esse grupo indígena teria sido o responsável por assentar as bases da Mesoamérica.

Dessa forma, parte-se do princípio de que os grupos indígenas mesoamericanos, por possuírem uma “mãe”, compartilhariam características comuns entre si, discerníveis por suas construções, símbolos e crenças religiosas. Dos olmecas, essas características originais teriam percorrido um longo caminho, passando por locais como Teotihuacán e Tula, até alcançarem os astecas, e, destes, teriam se transmitido a todos os mexicanos atuais após o contato com os espanhóis.<sup>13</sup>

<sup>12</sup> *Chingona* é um termo de baixo-calão de difícil tradução para o português. Uma tradução aproximada, que mantém a vulgaridade do termo, seria “fodona”.

<sup>13</sup> Não por acaso, as duas outras datas selecionadas pelo espetáculo *200 años de ser orgullosamente mexicanos*,

Novamente, o texto de León-Portilla é exemplar. Nele, o autor afirma que, a partir de 1.500 a.C., a região olmeca começou a desenvolver uma série de criações artísticas notáveis (como as colossais esculturas de cabeças humanas em basalto, o calendário e a escrita) que irradiaram sua influência para diversos lugares do que hoje se conhece como Mesoamérica.<sup>14</sup> A marcha dessa civilização teria seguido, ainda que com percalços, até as comemorações do Bicentenário, pois haveria uma continuidade incontestável, fundamental para a compreensão do México atual e de seus habitantes.<sup>15</sup> A visão altamente positiva dada ao conceito de “civilização originária” por parte de León-Portilla faz com que ele tente “justificar” práticas como a dos sacrifícios humanos, vistas por muitos como uma “sombra que obscureceria a grandeza dos mesoamericanos em geral” (WOBESER 2010, p. 46-67).

A identificação de uma civilização original como ponto de partida para a história do México também pode ser observada em outras obras, como as duas versões da *Historia mínima de México*. Na primeira versão do manual, publicado na década de 1970, Ignacio Bernal afirma que a civilização mesoamericana se iniciara com os olmecas por volta do ano 1.000 a.C. (esta seria, para o autor, a primeira grande época mexicana), e suas características poderiam ser encontradas em muitas partes da Mesoamérica (VILLEGAS 1973, p. 14). Após o declínio olmeca, teriam surgido diferentes tipos de sociedades. Entretanto, diante da impossibilidade de abordar todas elas, o autor decide se ater à que se tornou “mais poderosa” e cujos efeitos ainda estariam presentes entre os atuais mexicanos: a teotihuacana, que herdou características dos olmecas e foi além, construindo uma civilização “completa” como nunca antes teria havido na América (VILLEGAS 1973, p. 18-29).

Processo semelhante encontra-se na *Nueva Historia mínima de México*, de 2004. Em seu artigo sobre o México antigo, Pablo Escalante Gonzalbo afirma que o “México é muitos Méxicos”. Contudo, a escassez de informações sobre muitos desses povos, bem como os limites físicos do livro o obrigavam a recuperar o fio condutor das histórias centrais, hegemônicas, que se encontrariam “no âmbito da civilização mesoamericana”, como a dos olmecas e a de Teotihuacán (ESCALANTE GONZALBO 2004, p. 11-20). Podemos observar que, em ambas as versões, a multiplicidade do passado indígena é deixada de lado em prol de uma “marcha da civilização” que parte dos olmecas e segue até o presente.

Como contraponto a essa visão linear e coesa dos caminhos percorridos por uma complexa civilização mexicana, podemos citar as proposições presentes nos artigos iniciais da *Nueva historia general de México*. Nesta obra, Erik Velásquez García problematiza a noção dos olmecas como “cultura madre”. Segundo o autor, a despeito de uma persistente linha de pensamento que atribui a tal grupo

1325 e 1521, referem-se, respectivamente, à fundação de Tenochtitlán pelos astecas e à conquista da mesma cidade por parte dos espanhóis liderados por Hernán Cortés.

<sup>14</sup> Para reforçar seus argumentos, o historiador inseriu dois mapas que indicam o “florescimento das civilizações originárias” e a “irradiação do foco inicial da civilização originária mesoamericana” (WOBESER 2010, p. 47-48).

<sup>15</sup> Os argumentos expostos por León-Portilla em seu artigo na *Historia de México* foram reproduzidos pelo presidente Felipe Calderón em discursos nos que buscava enfatizar a origem nobre e “civilizada” da nação mexicana (CALDERÓN 2010a).

o “berço” da civilização mesoamericana, novos estudos indicam que muitas das características relacionadas aos olmecas teriam se originado em outras regiões da Mesoamérica, ocupadas por sociedades igualmente complexas (VELÁSQUEZ GARCÍA 2010, p. 39-41).

Da mesma forma, Enrique Nalda, ao abordar o período “clássico” do México antigo, também defende uma interpretação que privilegia a noção de pluralidade. Para ele, o afã de construir uma visão “simplificada” e “coerente” sobre o período fez com que muitos estudiosos identificassem uma história comum aos povos da região mesoamericana, fazendo com que ela passasse a ser vista como uma “totalidade inevitável” com um “emissor central” (os olmecas) que daria coerência ao todo. Ainda segundo Nalda, essa visão do período pré-colombiano traria consigo uma infundada noção de progresso, de acordo com a qual cada novo “filho” da cultura original incorporaria os elementos herdados e os aprimoraria, chegando esse processo a seu ponto máximo com os mexicas e toltecas (VELÁSQUEZ GARCÍA 2010, p. 74).

Contudo, podemos observar que, seja reafirmando ou problematizando a visão de uma cultura mãe, todas as obras analisadas até o momento recuam a origem do México até as primeiras culturas desenvolvidas na região. É interessante compararmos a imagem da origem nacional proposta por esses autores com outras interpretações sobre a história do México. Por exemplo, podemos citar a de *The Oxford History of Mexico* (MEYER; BEEZLEY 2000). A coletânea de artigos em língua inglesa define a Espanha como o início de sua narrativa. Seguindo esta escolha, o capítulo de abertura (“The Spain that encountered Mexico”),<sup>16</sup> escrito por Helen Nader, aborda a história mexicana a partir de elementos como o imaginário europeu sobre os contatos medievais com o Oriente, o impacto da pequena era glacial e de epidemias como a da peste negra na Europa medieval, bem como a influência das organizações políticas existentes nas cidades espanholas durante o início da presença europeia no Novo Mundo. Esses conceitos e questões são ignorados ou, ao menos, minimizados pelas publicações mexicanas analisadas.

É evidente que não pretendemos estabelecer constantes, como a forma “mexicana” ou a “estrangeira” de se narrar a história do México, mas sim enfatizar as diferentes possibilidades de se abordar essa questão, bem como as escolhas realizadas por cada um desses autores e as implicações que elas trazem consigo. Com isso, observamos que, ainda que haja exceções (como os dois artigos presentes na *Nueva historia general de México*), há em boa parte dos compêndios de história do México produzidos nos últimos anos uma tentativa, comum a muitos autores do século XIX, de identificar uma trajetória linear e milenar da história do México.

Apesar de as comemorações girarem em torno dos duzentos anos da Independência, há uma busca por recuar o nascimento da nação até os

<sup>16</sup> No segundo capítulo da coletânea (“The Mexico that Spain encountered”), Susan Schroeder aborda o passado pré-colombiano da região. Contudo, ignora questões como as teorias sobre a origem dos indígenas (constantemente abordada nas obras publicadas em torno do Bicentenário) e centra sua atenção nos três séculos que antecederam o contato dos espanhóis com o Novo Mundo (MEYER; BEEZLEY 2000, p. 47-79).

primeiros povos que se fixaram nas terras mesoamericanas. Ora em passagens de discursos de Felipe Calderón, para quem a história do país “se funde no tempo” (CALDERÓN 2010b), ora em trechos das obras analisadas, o que se verifica é a construção de um México muito anterior a 1810 (Cf. ESCALANTE GOZALBO 2004, p. 58-61; WOBESER 2010, p. 16; 265). Trata-se de um México que possui uma trajetória que privilegia as relações de troca e as características em comum entre os diferentes grupos indígenas da região – em detrimento de outras leituras, que destacam as diferenças e a multiplicidade de culturas que coabitavam estas terras – e o desenvolvimento progressivo de uma civilização complexa e equiparável às mais desenvolvidas do mundo.

### Revolução pacificada

Quando se analisa a Revolução Mexicana, a continuidade da história pátria é, de saída, um problema, porque, como o próprio nome indica, trata-se de um movimento de ruptura. Ainda assim, contrariando o discurso revolucionário, parte importante da historiografia destacou a Revolução como um movimento essencialmente de continuidade. Nesse sentido, a Revolução se definiria pelo aprofundamento do estatismo centralista do regime de Porfirio Díaz.<sup>17</sup> Outros historiadores defendem que a Revolução rompeu com a lógica política elitista do regime anterior, trazendo outros grupos sociais para o centro do debate político – mesmo que nem sempre como protagonistas.<sup>18</sup> Além das fraturas historiográficas das quais já demos um exemplo, durante o período revolucionário surgiram diferentes grupos, em geral apelidados a partir do nome de seu respectivo líder (zapatistas, villistas, carrancistas, entre outros), que, além de combaterem o governo de Porfirio Díaz, também se enfrentaram entre si. De certa forma, é um lugar-comum dizer que a Revolução foi um movimento com distintas vertentes e lideranças; o problema é como essa variedade é interpretada em seu conjunto – se é que se aponta um conjunto possível – e na sua relação com seu antes e com seu depois. Felipe Calderón, em seu discurso de 20 de novembro de 2010 – centenário do início da Revolução –, apontou justamente a pluralidade como a maior riqueza da vida democrática conquistada pela Revolução, pois uniria os mexicanos (CALDERÓN 2010c). A pluralidade também é apontada por Álvaro Matute no capítulo dedicado à Revolução Mexicana da *Historia de México*. Segundo o autor, o chamado de Madero para derrubar o governo de Díaz, em 1910, foi atendido por uma grande variedade de grupos sociais (WOBESER 2010, p. 228).<sup>19</sup>

Apesar disso, não aparecem nas coletâneas reflexões sobre o viés pelo qual a Revolução é abordada. Não há referências a interpretações destoantes a respeito desse evento, especialmente no que se refere a enfoques historiográficos díspares. O mesmo não ocorre nas coletâneas publicadas para

<sup>17</sup> Porfirio Díaz (1830-1915) foi um general liberal que, nas décadas de 1850 e 1860, combateu grupos conservadores mexicanos e o Império de Maximiliano de Habsburgo estabelecido no México. Em 1876 Díaz assumiu a presidência e governou, com um pequeno intervalo, entre 1880-1884, até a eclosão da Revolução Mexicana.

<sup>18</sup> Para aprofundar o debate, entre outros, Cf. XAVIER-GUERRA 1988 e KNIGHT 1985.

<sup>19</sup> Na primeira versão do texto da *Historia mínima de México*, Eduardo Blanquel indica que a Revolução rompeu com a homogeneidade imposta pelo porfiriato (VILLEGAS 1973, p. 142).

o público especializado. Além de apresentarem artigos com visões diferentes a respeito da Revolução, apresentam também textos específicos sobre historiografia e interpretações.<sup>20</sup>

Escapar do dissenso quando se trata da Revolução é, como dissemos, muito difícil. Embora não apareçam os conflitos historiográficos, nas coletâneas estão presentes os conflitos entre grupos revolucionários. Veremos a seguir como os diferentes autores lidam com essa “pluralidade” de uma ou de outra forma assumida e, ao mesmo tempo, incluem a Revolução na continuidade da história nacional.

O texto de González y González apresenta uma sequência de páginas a respeito da Revolução, todas elas seguindo o estilo da publicação, com um breve resumo histórico do período e pequenas biografias de personagens considerados importantes. Alguns nomes recebem maior atenção, com uma biografia no alto da página, como é o caso de Francisco I. Madero; sua biografia é introduzida com as seguintes palavras: “Presidente do México chamado de Apóstolo da Democracia” (GONZÁLEZ Y GONZÁLEZ 2010, p. 51). Quanto a Francisco Villa, são destacados o que seriam seus dotes naturais como estrategista e militar (GONZÁLEZ Y GONZÁLEZ 2010, p. 52). As biografias mais descritivas e distanciadas de alguns personagens<sup>21</sup> destoam daquela dedicada ao general revolucionário e presidente (1921-1924) Álvaro Obregón, antes um brilhante militar e agora um político perspicaz, que se dedicou à pacificação e reconstrução do país (GONZÁLEZ Y GONZÁLEZ 2010, p. 55). O escritor Martín Luiz Guzmán e ex-revolucionário villista, autor dos romances históricos *La sombra del caudillo* e *El águila y la serpiente*, também é enaltecido nas páginas de González. Segundo o historiador (GONZÁLEZ Y GONZÁLEZ 2010, p. 55), Guzmán fez vivos testemunhos e plasmou em seus romances a crueldade da luta e a ambição desmedida pelo poder. Não há, contudo, referência ao fato de o ambicioso e cruel *caudillo* do romance de Guzmán ter sido inspirado em Obregón.

Alan Knight descreve certo hábito de alguns historiadores de dividirem os presidentes mexicanos entre os bons, os maus e os feios (MAYER 2007, p. 298). O texto de Matute confirma a possibilidade de organizar um *casting* de faroeste italiano com os presidentes mexicanos, mesmo que o formato do texto permita ora ou outra reflexões um pouco mais aprofundadas. Obregón é forte candidato para representar o bom – visto que teria pacificado o país, acabando com a dissidência (WOBESER 2010, p. 240). Mas Adolfo de la Huerta disputaria o papel, pois sua curta estadia no palácio presidencial é descrita como “excepcional”, dada sua capacidade de negociação com grupos rivais (WOBESER 2010, p. 236). Plutarco Elías Calles (1924-1928), devido ao seu “radicalismo” anticlerical que dividiu o país durante a Cristera, representa o mau. No pouco honroso papel de feio está escalado Ortiz Rubio, que até tentou

<sup>20</sup> Sobre a Revolução Mexicana, ver MAYER 2007, p. 409-420. Na coletânea de Leyva (2010), a presença do tema está mais difusa, distribuída entre vários artigos.

<sup>21</sup> Sobre Pascual Orozco, por exemplo, a obra aponta que ele primeiramente apoiou e depois rompeu com Madero, “acusando-o de não cumprir o *Plan de San Luis de Potosí*”. Nada é dito sobre qual aspecto do *Plan* não foi cumprido ou sobre quais eram as reivindicações de Orozco que o diferenciavam de Madero (GONZÁLEZ Y GONZÁLEZ 2010, p. 50).

imprimir traços técnicos ao seu governo, porém não fez nada digno de menção, sendo um homem de “caráter débil” (WOBESER 2010, p. 243-245). O enfoque nos grandes homens ocorre no capítulo de Matute, especialmente para o período a partir da Constituição de 1917, que marca o início de governos revolucionários institucionalmente constituídos. Antes disso, encontramos questões a respeito das ideias dos distintos grupos revolucionários e das suas origens abordadas de maneira rápida e resumida.

Também no livro pretensamente cômico e “politicamente incorreto” do cartunista Rius, são as lideranças que fazem a história, ainda que o autor se coloque na posição de defensor das classes pobres, especialmente dos indígenas – que, para ele, possuiriam uma “mexicanidade” maior que os demais. Porém, em sua obra, as classes populares são as grandes vítimas da história mexicana. Segundo o autor, todas as tentativas de transformação terminam falidas, inclusive a Independência e a Revolução. As histórias da Independência e da Revolução são resumidas ao movimento de seus líderes; alguns deles seriam genuinamente defensores dos interesses populares (como Hidalgo e Cárdenas), enquanto a maioria não passaria de novas versões das elites anteriores. Nesse sentido, aqui encontramos mais “maus” que nas coletâneas, sejam eles Santa Anna, Carranza, Calles, Salinas de Gortari ou qualquer um identificado como conservador. Já o “povo” mexicano – o “nós” do qual o branco e loiro Rius faria parte por ter sido amamentado por uma indígena<sup>22</sup> –, ainda que festejado como verdadeiro valor nacional, diante da história contada no livro é um sujeito inerte, sempre necessitando de lideranças que o guiem, o chamem para a luta e às vezes até o enganem. Em um dos momentos mais preciosos do texto de Rius, o esperto padre Hidalgo, aqui um personagem mais iluminista que Voltaire, notando o poder manipulador da fé, conseguiu um estandarte da Virgem de Guadalupe para atrair os indígenas para a luta independentista (RIUS 2010, p. 52).

Nesse sentido, resulta útil pensarmos como são tratadas as figuras de Emiliano Zapata e Francisco Villa, líderes da vertente “popular” da Revolução. Ambos aparecem nas coletâneas de forma rápida e sem o mesmo destaque dos seus rivais revolucionários constitucionalistas (Obregón, Carranza e os presidentes das décadas seguintes). Zapata recebe um pouco mais de atenção no que se refere ao caráter ideológico das suas requisições por reforma agrária, embora não seja lembrado como grande *caudillo* militar. No caso de Villa acontece o oposto: seus dotes militares são exaltados ao passo que as motivações específicas da sua luta, aquilo que o diferenciaria dos demais exércitos revolucionários, aparecem pouco – ainda que seu caráter “popular” seja notado (GONZÁLEZ Y GONZÁLEZ 2010, p. 52; WOBESER 2010, p. 228-233).

Atentemos para como González y González descreve a disputa entre villistas/zapatistas e constitucionalistas. Segundo o autor, prontamente teriam surgido discórdias entre os principais chefes revolucionários: Zapata e Villa exigiram uma solução imediata às demandas agrárias e populares, enquanto Carranza e

<sup>22</sup> Há no texto de Rius momentos de extrema racialização. Como na introdução, onde ele afirma que o fato de ter sido amamentado por uma índia o tornaria mais mexicano, apesar dele ser branco e loiro (2010, p. 8).

Obregón, as duas principais lideranças constitucionalistas, optaram pela criação de um governo estável e soberano baseado no cumprimento das leis (GONZÁLEZ Y GONZÁLEZ 2010, p. 53). Essa pequena passagem é uma das raras ocasiões em que aparece algum tipo de referência à diferença de concepção sobre a Revolução entre os grupos em disputa. Nas pequenas biografias, é possível pensá-las como lideranças complementares, já que são omitidos dados, por exemplo, sobre os mandatários das mortes de Zapata e Villa. À menção das mortes segue uma espécie de lamento a respeito do “caos” criado pelos dois “bandos”. A oposição entre o setor popular e o constitucionalista da Revolução é bastante simples: enquanto os populares “exigem”, os constitucionalistas “optam”; os populares defendem demandas agrárias, e os constitucionalistas, a estabilidade, a soberania e as leis. Os grupos de Zapata e Villa, derrotados por Carranza e Obregón, parecem se opor à ordem, ou ao menos não se preocupariam com a organização de um regime estável (GONZÁLEZ Y GONZÁLEZ 2010, p. 53). O trecho se assemelha ao de Álvaro Matute, que, ao tratar das disputas entre grupos revolucionários na década de 1920, também destaca o papel unificador dos governantes que dominaram a política mexicana do período (WOBESER 2010, p. 240).

Enquanto no texto de Rius os elogios às lideranças giram em torno da ligação do líder com uma “causa popular” permanente na história mexicana, nas coletâneas historiográficas de divulgação os elogios em geral se direcionam aos méritos militares dos personagens, ou, então, a suas características como lideranças estabilizadoras e pacificadoras. As disputas de interesses, a pluralidade da Revolução, são meros empecilhos para a estabilização do México, especialmente a partir do momento em que há um Estado controlado por um dos grupos revolucionários.

80

A pacificação das divisões fica clara na abordagem de Álvaro Matute sobre o conflito religioso. O autor afirma que, depois dos acordos entre a Igreja Católica e o Estado mexicano, que colocaram fim à Guerra Cristera (1926-1929), a “normalidade” das práticas religiosas foi um fato (WOBESER 2010, p. 244). Com os acordos, as atividades religiosas, suspensas pela Igreja em protesto contra a legislação anticlerical aplicada pelo governo mexicano em 1926, voltaram a ser realizadas. No entanto, não faltam referências historiográficas aos conflitos entre revolucionários e católicos na década de 1930. Os trabalhos de Adrián Bantjes, para destacar apenas um dos historiadores que trata do tema, apontam especificidades e complexidades da questão religiosa durante o período revolucionário que não aparecem nas amenas histórias das coletâneas.<sup>23</sup> O lugar das religiões no México foi uma questão debatida continuamente desde a Independência até, poderíamos dizer, hoje. Entender a lógica e as atividades de anticlericalismos, catolicismos e protestantismos no México é um caminho para compreender uma pluralidade religiosa que constituiu a história do país e que vai além da ideia de uma matriz cristã “gravada na alma” do povo mexicano “desde o século XVI” (KRAUZE 2010, p. 29).

<sup>23</sup> Segundo Bantjes (1997, p. 92-93), a descristianização da sociedade mexicana, nos termos nem sempre claros dos revolucionários do México, foi um dos projetos da Revolução. Essa ideia também está presente em um artigo do próprio Álvaro Matute, escrito para o público especializado (SAVARINO 2008, p. 29-38).

Nessa revolução, que, desde o princípio, anseia a estabilidade de um regime coeso, os “derrotados” – “derrota” no sentido de não terem governado o país – são atropelados por um discurso nacional linear centrado no Estado. Mas não somente eles. Nos textos de González y González e Matute, outra questão também fica sombreada pela ênfase na estabilização e pacificação: os aspectos de rompimento, principalmente, mas também os de continuidade com o porfiriato.

Nesse sentido, a diferença com o capítulo de Garciadiego e Ficker em *Nueva historia general de México* é chamativa. Os autores recuperam o sentido do termo “revolução” como uma mudança transformadora, indicando quais foram as transformações pelas quais o país passou durante a Revolução Mexicana. Para esses autores, a Revolução modificou “inquestionavelmente” a estrutura social do porfiriato (VELÁSQUEZ GARCÍA 2010, p. 581).<sup>24</sup> Embora não encontremos no capítulo um estudo aprofundado sobre as motivações do engajamento popular na Revolução,<sup>25</sup> os historiadores fazem pequenos apanhados explicativos que auxiliam o público a fazer uma leitura que possa ir além da citação de fatos e feitos de grandes personagens.

Uma diferença importante quanto aos textos de Matute e González é o balanço feito a respeito dos problemas econômicos do país durante os anos da revolução armada (década de 1910). Afastando-se da ideia de uma desordem generalizada no período revolucionário,<sup>26</sup> Garciadiego e Ficker dedicam um aparte a essa questão – lembremos que, neste livro, os capítulos sobre a Revolução são muito mais volumosos – com o qual tentam desfazer a ideia de “caos” generalizado, apontando que não houve uma destruição total do equipamento produtivo do país, mas modificações importantes na atividade econômica que se vinculou à luta armada (VELÁSQUEZ GARCÍA 2010, p. 567-577).

No capítulo seguinte da *Nueva historia general de México*, “La Construcción del nuevo Estado, 1920-1945”, de Luis Aboites e Engracia Loyo, dedicado ao período de 1920-1945, o enfoque sobre o Estado fica evidente já no título. Contudo, não se estabelece uma oposição entre caos e ordem, pacificação e guerra, como nas demais obras. O Estado que se formou no período da Revolução foi resultado de um dos projetos revolucionários e não do único possível diante do caos revolucionário. Governantes como Calles e Obregón aparecem em muitos momentos tendo de enfrentar distintas forças sociais do país, como a oposição interna – rivais revolucionários – e externa – católicos. Segundo os autores, o Estado formado a partir da Revolução se caracteriza pelo seu poder centralizador e autoritário, dominado pelo Partido Revolucionário, e pelo modelo econômico apoiado na propriedade privada e na crescente classe empresarial (VELÁSQUEZ GARCÍA 2010, p. 648-649).

<sup>24</sup> A questão da ruptura é uma marca também da análise de Garciadiego da Revolução Mexicana na *Nueva Historia mínima de México* (ESCALANTE GOZALBO 2004, p. 225).

<sup>25</sup> Ainda que apontem “diferenças essenciais”, os historiadores acabam não dedicando explicações às distinções entre os grupos revolucionários (VELÁSQUEZ GARCÍA 2010, p. 556).

<sup>26</sup> Matute (WOBESER 2010, p. 232) e González y González (2010, p. 53) afirmam que o campo mexicano estava cheio de bandoleiros que assolavam e destruíam povoados e que, no país, vivia-se um “caos” durante as lutas revolucionárias.

## Considerações finais

A análise das representações sobre o passado pré-hispânico e sobre o período da Revolução mexicana presentes nas obras de divulgação sobre a história do México publicadas durante o Bicentenário permitem a identificação de alguns elementos em comum. Em primeiro lugar, podemos observar o que Marc Bloch definiu como o "ídolo das origens" que, muitas vezes, acaba se entrelaçando com a "mania do julgamento" e trazendo consigo a noção de que "as origens são um começo que explica" (BLOCH 2001, p. 56-58).

Essa preocupação com as raízes milenares da identidade nacional, que já despertava intensos debates desde finais do século XVIII, permaneceu como um elemento central em várias das reflexões que permearam as comemorações da dupla efeméride. Ainda que alguns textos questionem a visão dos olmecas como "*cultura madre*" e a noção de uma marcha linear da civilização, o ídolo descrito por Bloch permanece intacto em boa parte dos casos analisados.

A Independência, evento central nas comemorações do Bicentenário, não ocupa o espaço de origem primordial da nação nas coletâneas analisadas. Ao enfatizarem as continuidades e rupturas entre o regime colonial e independente, essas obras, guardadas as proporções e formatos dos textos, aproximam-se da interpretação identificada por Elías J. Paltí a respeito da produção historiográfica mais recente sobre o período.<sup>27</sup> A origem da nação pode não estar na Independência, mas segue presente a ideia de origem, deslocada para um passado remoto, como fundamental para a história nacional.

82

O pequeno espaço dedicado à problematização de conceitos como o de "México" e de "mexicano", bem como a análise de diferentes interpretações sobre eventos ou personagens históricos, reforçam uma longa trajetória de construção do México como uma nação atemporal.<sup>28</sup>

A identificação de uma origem traz consigo a noção de identidade e, ao mesmo tempo, de alteridade. Assim, o passado mexicano reproduzido nas obras analisadas não se confunde com os de outros povos ou países americanos, sendo equiparado, quando muito, apenas às outras poucas "civilizações originárias".

Outro elemento em comum que podemos observar entre as obras é o da identificação da trajetória do México com a atuação de grandes personagens. Nesse sentido, com certas exceções (como o livro organizado pelo Colegio de México), tanto as obras de divulgação quanto leituras que se propõem alternativas ou iconoclastas, como a obra de Rius, trabalham com a mesma concepção de história como uma longa sucessão de líderes (sejam eles indígenas pré-colombianos, vice-reis, presidentes ou lideranças políticas dos mais variados matizes) que ditam os rumos de uma nação mexicana atemporal. Não há uma

<sup>27</sup> Para Paltí, a historiografia sobre os movimentos de independência no México encontrou nas últimas décadas certa unanimidade no que se refere à crítica às perspectivas românticas nacionalistas surgidas no século XIX que, em uma leitura teleológica, centravam o estudo da Independência no seu ponto de chegada: a nação (LEYVA 2010, p. 174). Já o livro de González y González (2010, p. 29) se aproximaria mais de uma visão romântica tradicional da independência ao afirmar que os três séculos de domínio espanhol deram origem a uma "nova nação".

<sup>28</sup> Como apontado por Benedict Anderson (2008, p. 38), esse processo não se restringe ao México, mas foi e, em alguns casos, continua sendo reproduzido em vários países por construções do passado que visam edificar uma imagem de uma comunidade nacional.

reflexão sobre o processo de construção do passado nacional em si, mas sim uma disputa em torno dos homens, eventos e ideias que seriam ou não dignos de fazer parte do panteão nacional.<sup>29</sup> Dessa forma, podemos observar que há nessas obras de divulgação uma continuidade marcante com uma visão de história política como a trajetória dos grandes líderes, processo esse que fica evidente seja na busca pela raiz da civilização, seja nas divisões dos presidentes entre “bons” e “maus”, ou nas mais variadas posições sobre quais seriam os principais líderes da Independência ou da Revolução.

Durante a segunda metade do século XX, a história política passou a ser repensada a partir de questões como o papel da participação popular e a forma como se dava a comunicação política. A utilização do vago, porém útil, conceito de cultura política fez com que os bares, igrejas e praças passassem a ser vistos como lugares da política assim como os palácios e tribunas. Com isso, o Estado e as lideranças, ainda que fundamentais, deixam de ser o eixo hegemônico. Retornando às obras analisadas, observamos que essa tendência de renovação dos estudos da história política,<sup>30</sup> com raras exceções,<sup>31</sup> passa longe das análises sobre o passado mexicano presentes nos casos analisados.<sup>32</sup> Assim, o *caudillismo* ou o *caciquismo*, por exemplo, são vistos como o motor da narração histórica e não como um tema ou conceito capaz de produzir uma reflexão histórica sobre determinada cultura política.

Por fim, observamos que a ideia de uma trajetória linear e particular de um México guiado por grandes líderes está atrelada à visão de uma história que privilegia as continuidades em detrimento dos conflitos, o que poderíamos denominar como uma história “suave”.<sup>33</sup> Como vimos nas abordagens da Revolução Mexicana, por exemplo, muitos dos autores analisados enfatizam a importância da pluralidade, mas relutam em incluir os conflitos como parte da história da nação.<sup>34</sup>

É evidente que não podemos deixar de ter em mente as especificidades de cada uma das obras e dos interlocutores que pretendem atingir, sejam eles “leitores maduros”, jovens leitores ou mesmo todos os mexicanos. Por outro

<sup>29</sup> Como exemplo, podemos citar o papel central atribuído a Lazaro Cárdenas na obra de Rius, enquanto na *Historia de México* e na obra de González y González a ênfase recai sobre Obregón, descrito como um pacificador.

<sup>30</sup> A renovação da história política a que nos referimos foi uma movimentação historiográfica que se deu em diferentes sentidos e por diversos autores que buscaram pensar a análise política para a história. Entre outros, podemos citar Remond e Furet na França e Skinner, Pocock e os representantes do contextualismo linguístico na Inglaterra. No México, as crônicas de Carlos Monsiváis sobre as dinâmicas de grupos urbanos, ainda que não estritamente historiográficas ou políticas, são exemplo de uma visão sobre a sociedade que vai além do ponto de vista somente do Estado e de suas lideranças. Para uma interpretação das mudanças na história política durante o século XX, ver ROSANVALLON 2010.

<sup>31</sup> O texto *Nueva historia general de México*, mais longo e aprofundado, destoa neste ponto ao produzir mais explicações ainda que sem uma reflexão definida sobre a “operação histórica” (VELÁSQUEZ GARCÍA 2010).

<sup>32</sup> Esta tendência de renovação, no entanto, ocupa papel central dentro da produção historiográfica mexicana atual, que apresenta leituras e interpretações inovadoras, algumas delas produzidas pelos próprios autores de textos presentes nas obras de divulgação analisadas. Porém, em geral, esses textos se restringem ao público especializado. Um exemplo, entre vários outros, da riqueza e variedade desta historiografia é a coletânea organizada por Leyva (2010) sobre temas relacionados à história do México independente.

<sup>33</sup> A referência a uma pátria “suave” está presente num poema de Ramón Lopez Velarde; partes do conteúdo desse poema foram projetadas no vídeo *200 años de ser orgullosamente mexicanos*.

<sup>34</sup> Essa visão fica evidente não apenas nos livros promovidos (WOBESER 2010) ou distribuídos (GONZÁLEZ Y GONZÁLEZ 2010) pelo governo federal, mas também em muitos dos eventos e discursos proferidos durante as comemorações. Não por acaso, a Estela de Luz foi erigida no *Paseo de la Reforma*, continuando um secular processo de construção da memória nacional (Cf. KALIL; SILVA 2013)

lado, referências à falta de espaço ou a busca por um público mais amplo não podem ser apontadas como argumentos para discursos que reproduzem uma leitura unívoca e “suave” da história nacional. Como Michel de Certeau (1982, p. 66-67) nos alerta, ligar ideias a lugares é o gesto do historiador. O processo de produção da história não está descolado de relações de poder que definem a relevância de determinados temas e eventos em detrimento de outros. Os textos publicados com apoio do governo federal optam por não apontar conflitos, sejam eles teóricos ou em relação a eventos do passado mexicano.<sup>35</sup> No entanto, ainda que não explicitada, a seleção de personagens e acontecimentos que seriam representativos do passado nacional implica uma série de posicionamentos e silêncios.

Acreditamos que a crítica, o debate de ideias e as interpretações sobre o passado, e não somente a elaboração de uma sequência linear e coerente de fatos e o enaltecimento de personagens, são parte essencial da “operação histórica” como discurso que pode integrar o debate público em sociedades plurais. Apresentar o passado sem conflitos contrasta com o presente mexicano, marcado por divisões políticas, sociais e culturais que certamente estão presentes no cotidiano de seus habitantes – afinal, o público-alvo almejado, ao menos retoricamente, por essas obras. Dessa forma, podemos concluir retornando à apresentação *200 años de ser orgullosamente mexicano* para ressaltar a relevância e a necessidade constante de se refazer a pergunta que luziu na tela pouco antes do final do espetáculo: “¿Qué es México?”.

## 84

### Referências bibliográficas

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Cia das Letras, 2008.
- BANTJES, Adrián. Idolatry and Iconoclasm in Revolutionary Mexico: The De-Christianization Campaigns 1929-1940. **Mexican Studies/Estudios Mexicanos**, v. 13, n. 1, p. 87-120, 1997.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história**, ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CERTEAU, Michel de. **Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CALDERÓN, Felipe. Discurso - 23/04/2010.
- \_\_\_\_\_. Discurso - 05/05/2010. Disponível em: <http://calderon.presidencia.gob.mx/prensa/discursos>. Acesso em: 06 fev. 2014.
- \_\_\_\_\_. Discurso - 28/06/2010. Disponível em: <http://calderon.presidencia.gob.mx/prensa/discursos>. Acesso em: 06 fev. 2014.

<sup>35</sup> Por outro lado, obras como *México en tres momentos* foram criticadas no sentido oposto: por estarem demasiadamente centradas em debates teóricos acadêmicos. Para Enrique Krauze (2010, p. 48), essa obra mostra a fragilidade da história acadêmica atual, que teria se tornado um discurso teorizante de colegas falando para e sobre colegas, com enfadonhos debates historiográficos e teóricos.

- ESCALANTE GOZALBO, Pablo et al. **Nueva historia mínima de México**. México: El Colegio de México, 2004.
- FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira. **Patria Mestiza**: a invenção do passado nacional mexicano (séc. XVIII e XIX). Jundiaí: Paco, 2012.
- FLORESCANO, Enrique. **El Nuevo Pasado Mexicano**. México: Cal y arena, 1991.
- GONZÁLEZ Y GONZÁLEZ, Luis. **Viaje por la Historia de México**. México: SEP, 2009.
- KALIL, Luis Guilherme Assis; SILVA, Caio Pedrosa da. Resenha de Historia de México. **Varia História**, v. 29, n. 49, p. 361-365, 2013.
- KRAUZE, Enrique. **De héroes y mitos**. México: Tusquets, 2010.
- LEYVA, Gustavo et al. **Independencia y Revolución**: pasado, presente y futuro. México: FCE/UAM, 2010.
- MAYER, Alicia (coord.). **México entre dos momentos**: hacia la conmemoración del Bicentenario de la Independencia y del Centenario de la Revolución Mexicana. México: UNAM, 2007.
- MEYER, Michael C.; BEEZLEY, William H. (ed.). **The Oxford history of Mexico**. New York: Oxford University Press, 2000.
- KNIGHT, Alan. The Myth of the Revolution. **Past & Present**, v. 209, p. 223-273, 2010.
- \_\_\_\_\_. Caudillos y Campesinos en el México revolucionario, 1910-1917. In: BRADING, David (comp.). **Caudillos y campesinos en la Revolución Mexicana**. México: FCE, 1985 [1980], p. 32-85.
- RIUS, Eduardo del Rio. **2010, ni independencia, ni revolución**. México: Planeta, 2010.
- ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010.
- SAVARINO, Franco; MUTOLO, Andrea (coords). **El anticlericalismo en México**. México: Porrúa, 2008.
- VELÁSQUEZ GARCÍA, Erik et al. **Nueva historia general de México**. México: El Colegio de México, 2010.
- VILLEGAS, Daniel Cosío et al. **Historia mínima de México**. México: El Colegio de México, 1973.
- XAVIER-GUERRA, François. **México: del Antiguo Régimen a la Revolución**. México: FCE, 1988.
- WOBESER, Gisela von (coord.). **Historia de México**. México: FCE/SEP/Academia Mexicana de Historia, 2010.

# José Manuel Estrada (1842-1894) y su obra histórica en la Argentina de las décadas de 1860 y 1870\*

The historical work of Jose Manuel Estrada (1842-1894) in Argentina in the decades of the 1860s and 1870s

---

**Paula Bruno**

pbruno@conicet.gov.ar  
Investigadora  
Universidad de Buenos Aires  
25 de mayo 221, 2º piso  
1002 - Buenos Aires  
Argentina

---

## Resumen

En este artículo se analiza la trayectoria pública e intelectual del argentino José Manuel Estrada (1842-1894) como historiador entre las décadas de 1860 y 1870. Para ello se repasan en primer lugar las obras que, aunque parcialmente, se han detenido en esa faceta del letrado. Luego se examinan los principales problemas que guiaron sus indagaciones en el pasado: los legados del período colonial y de la revolución, las relaciones entre caudillos y sociedad, la centralización del poder, el estado de la campaña y las formas de escribir historia. Son presentadas, asimismo, algunas evaluaciones de contemporáneos sobre la obra de Estrada y se hace hincapié en las particularidades de ese corpus que pueden explicar la poca atención que recibió posteriormente, a pesar de haber sido valorado en su tiempo.

86

## Palabras clave

Historia de la historiografía; Siglo XIX; Argentina.

## Abstract

This article analyzes the public and intellectual trajectory of Argentine author José Manuel Estrada (1842-1894) as a historian in the decades of the 1860s and 1870s. It first examines the texts that, albeit partially, have looked into this facet of his work. Then, it considers the main problems that guided his inquiries into the past: the legacies of the colonial period and of the revolution, the bonds between caudillos and the society, the centralization of power, the state of the countryside and the ways of writing history. The article also presents the evaluations of some of Estrada's contemporaries regarding his work, and emphasizes the particularities of his writings that may explain the lack of attention they have received subsequently, despite the fact that they were valued in their time.

## Keywords

History of historiography; 19<sup>th</sup> century; Argentina.

---

Recibido el: 14/7/2014

Aprobado el: 23/10/2014

---

\* Investigación financiada por el Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas - CONICET.

José Manuel Estrada<sup>1</sup> nació en Buenos Aires en 1842 y falleció en Asunción, Paraguay, en 1894. Fue miembro de una familia con una historia enraizada tempranamente en la ciudad de Buenos Aires: biznieto del Virrey Santiago de Liniers, hijo de José Manuel de Estrada Barquín y de Rosa Perichón de Vandeuil y Liniers y familiar de otras figuras destacadas de la cultura argentina, como Santiago y Ángel Estrada. Su educación formal, que finalizó en 1858, tuvo lugar en el Colegio de San Francisco, donde recibió una sólida y completa formación humanística. Nunca circuló, en tanto estudiante, por las aulas universitarias.

Como periodista, sus escritos ocuparon las columnas de diversos órganos y fue director y fundador de los periódicos *El argentino* (1873-1874), *La unión* (1882-1889) y de la *Revista argentina* (1868-1872 y 1880-1882).

Como hombre político, ocupó diversos cargos e intervino en debates centrales de la Argentina post-Caseros. Fue parte, desde 1871, de la Convención Provincial, diputado de la Legislatura entre 1873 y 1876 y diputado por la Provincia de Buenos Aires entre 1886 y 1889. Participó en los mítines de 1890 y formó parte de la Unión Cívica. Fue subsecretario de Relaciones Exteriores durante la presidencia de Domingo Faustino Sarmiento y, años más tarde, ocupó durante el gobierno de Luis Sáenz Peña el cargo de ministro plenipotenciario en el Paraguay.

Estrada hizo despuntar muy tempranamente su veta polémica. A comienzos de la década de 1860 rebatió a Gustavo Minelli y Francisco Bilbao, quienes habían puesto en duda algunos principios explicativos de la religión católica. Más adelante, desde *La unión*, voz de los católicos en el marco de las reformas laicas de la década de 1880, devino polemista de pluma incansable.

Como hombre del catolicismo argentino, su labor fue comprometida. Desde sus años juveniles dictó varias conferencias sobre religión, teología e historia en diversos espacios de reunión del catolicismo y por largos años fue secretario de la Conferencia Vicentina de la Parroquia San Ignacio. En la década de 1880 fundó el ya mencionado periódico *La unión*, realizó campañas por el interior del país y Uruguay para organizar a los adeptos de la causa católica, presidió la Asociación Católica —por él mismo reorganizada— y el Comité Central del partido Unión Católica Argentina.

Su performance como educador fue notable. En 1866 y 1868 dictó famosas lecciones de historia argentina en la Escuela Normal. Durante la presidencia de Sarmiento fue nombrado jefe del Departamento General de Escuelas y presidente del Congreso de Instrucción Pública y, en 1874, fue director de Escuelas Normales. En el Colegio Nacional de Buenos Aires fue docente de las asignaturas Instrucción Cívica e Historia Argentina y rector entre 1876 y 1883. Se desempeñó asimismo como catedrático de Derecho Constitucional y Administrativo en la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires y el Congreso Pedagógico Nacional de 1882 lo tuvo como uno de sus vicepresidentes.

---

<sup>1</sup> Para un desarrollo exhaustivo de la trayectoria vital e intelectual de Estrada me permito remitir a BRUNO 2011. Por motivos de espacio, no puede presentarse aquí extensamente dicha trayectoria y se ha optado por una semblanza en la que se trazan características generales de su figura.

Como promotor cultural, Estrada fue fundador, junto a Lucio V. Mansilla, del Círculo Literario (1864-1866) (BRUNO 2014); participó, a comienzos de la década de 1860, de las tertulias de la Librería del Colegio, de Paul Mortá; y asistió a diversos eventos de sociabilidad intelectual. Fue traductor de *Examen crítico de la "Vida de Jesús" de M. Renan*, de Carlos Emilio Freppel, y de varios textos en italiano de los padres Gervasoni y Cattaneo. Junto con su hermano Santiago tradujo *Los miserables* de Víctor Hugo y realizó una comentada y reconocida edición de *María*, de Jorge Isaacs, acompañada por los poemas del mismo autor.

Pese a ser un polígloto y un personaje de múltiples mundos (BRUNO 2011), en este artículo se analiza, en particular, el rol de Estrada como historiador. En 1865 escribió su *Ensayo histórico sobre la revolución de los comuneros del Paraguay* y su pasión por la historia se convirtió en uno de los pilares de su trayectoria pública y docente. Dictó numerosas conferencias y clases de historia argentina que fueron editadas en varios volúmenes: *Fragmentos históricos* (1866, publicados póstumamente),<sup>2</sup> *Lecciones sobre la historia de la República Argentina* (1868) y *La política liberal bajo la tiranía de Rosas* (1873). Existen, además, consideraciones históricas en varios de sus artículos y conferencias. Sin embargo, como se verá en el siguiente apartado, ese perfil de Estrada ha sido fragmentariamente explorado.

### José Manuel Estrada como historiador

88

En el marco de la primera obra sobre la historia de la historiografía argentina, Rómulo Carbia reconoce a Estrada como el fundador de una corriente historiográfica poco fructífera y sin un método: la "historiografía filosofante" (dentro de la cual también menciona a Lucio V. López). Así, el tratamiento de fuentes y los modelos explicativos habrían quedado subsumidos, en su obra, a una filosofía ordenadora de la historia, que avanzó en detrimento de un aparato erudito y una clara organización de argumentos (CARBIA 1939, p. 139-147). Estrada estaría así en la vereda opuesta a la de la "escuela erudita", tendencia en la que, como es sabido, Carbia ancló una tradición de continuidad y legitimidad que ligaba a los miembros de la Nueva Escuela Histórica con el ilustre ancestro Bartolomé Mitre (PAGANO; GALANTE 1993).

Ya para fines de la década de 1950, Raúl Orgaz retomaba en parte esa definición y mencionaba a Estrada como el pionero de la "historia filosofante" o la "historiosofía" argentina (ORGAZ 1960, p. 23, 57 y 59). Contemporáneamente, Barager también lo inscribió dentro de un grupo opuesto a la escuela erudita, conformado por Alejandro Magariño Cervantes, considerado el fundador de esa contraescuela, Lucio V. López y Mariano Pelliza. A diferencia de Carbia, sin embargo, Barager señala que esos escritores adhirieron a la mirada general de Bartolomé Mitre, pero se distinguieron de él por su énfasis en el punto de vista subjetivo. Por otro lado, ese autor señala que la obra de Estrada

<sup>2</sup> Se encuentra una lista completa de estas conferencias en el Archivo General de la Nación/Universidad Católica Argentina, Fondo Manuel Estrada (en adelante: AGN/UCA, *FDJME*). Signatura. Top: 337. Folios: 6 a 9.

respondía a formas ancladas en la oralidad (discursos, conferencias, lecciones, intervenciones públicas) y por eso lo caracteriza como un "historiador orador" (BARAGER 1959, p. 593).

Por su parte, promediando la década de 1970, Miguel Ángel Scenna ubicaba a Estrada en "la segunda generación" de historiadores argentinos, integrada por Mariano Pelliza, Paul Groussac, Adolfo Saldías, Clemente Fregeiro y Ernesto Quesada, cuya originalidad es desdibujada cuando el autor señala que su principal característica fue seguir los pasos de la generación anterior (SCENNA 1972). Scenna suma a Estrada en las filas de la escuela filosófica y guizotiana y lo compara con Vicente Fidel López, pero precisando que contó con menos talento que este. Sostiene, además, la posibilidad de que Estrada mismo no se considerara historiador, sino solo educador histórico.

Más allá de esos panoramas generales, algunas pocas contribuciones se detienen específicamente en las obras históricas de Estrada. Por ejemplo, Enrique de Gandía se refiere a ellas como piezas injustamente desconocidas y rescata los contenidos y el plan del *Ensayo sobre la revolución de los comuneros del Paraguay*. El autor traza una genealogía de desacreditadores del texto, inaugurada por Pedro Goyena y continuada por Juan Garro y otros biógrafos de Estrada y argumenta que esa campaña desprestigiadora habría estado dada por las observaciones críticas sobre la Compañía de Jesús manifestadas por Estrada. De Gandía destaca, además, la labor documental de Estrada y reivindica las *Lecciones sobre la historia de la República Argentina* como "un punto de partida, un modelo admirable", "uno de nuestros primeros ensayos de historia patria" y "manuales de historia integral" (DE GANDÍA 1943, p. 145, 149 y 153; 1962).

Otro breve aporte de Pedro Murúa define la manera de hacer historia de Estrada como la de un "Michelet con resonancias criollas" (MURUA 1942, p. 290). Justifica, además, sus formas rudimentarias de documentarse, destacando que, en la época, no se habían consolidado aún las escuelas históricas que hacían de la erudición y la crítica documental su quintaesencia (se refiere a la heurística alemana).

Ya en la década de 1960, un artículo de Rosa Zuluaga centrado en Estrada se encarga de señalar que *Lecciones de historia de la República Argentina* y *La política liberal bajo la tiranía de Rosas* son las dos obras que "encierran el primer intento de una síntesis filosófica del pasado nacional, formulada desde la perspectiva típica del liberalismo democrático de su época" (ZULUAGA 1960-1961, p. 229). Según esa autora, Estrada habría sido el primer "historiador oficial", escritor de la versión del pasado compartida por la generación que ocupó el escenario público luego de Caseros (ZULUAGA 1960-1961, p. 253).

Otros textos presentan señalamientos generales acerca de alguno de los escritos históricos de Estrada o de alguna de sus ideas, pero sin pretensiones interpretativas sobre su producción en el largo plazo. Es el caso de contribuciones en las que, por ejemplo, se aborda el tema de la historia de las misiones jesuíticas (MARI 2005) o se plantea algún tipo de enfoque panorámico sobre las ideas de revolución vigentes en los estudios históricos sobre América Latina (LINARES QUINTANA 1951).

Entre la década de 1970 y la actualidad, no se encuentran estudios que focalicen su mirada en la obra de Estrada. De hecho, aunque una cantidad significativa de sus páginas históricas están destinadas a la época de Rosas, estudios que centran la atención en ese tópico de la historia nacional no se detienen en su obra (CLEMENTI 1970; QUATTROCCHI-WOISSON 1998).

Por su parte, dentro del marco más específico de la historiografía del campo católico argentino, la obra de Estrada fue más bien minimizada. Su primer biógrafo, Juan Garro, criticó severamente el *Ensayo sobre la revolución de los comuneros* y lo consideró obra de una "exaltada imaginación juvenil" que condujo a su autor a magnificar "aquella revolución local asignándole móviles grandiosos y proyecciones trascendentales que los hechos no confirmaron" (GARRO 1899, p. XVIII). Además, señaló que, aunque hubo en Estrada un "historiador concienzudo y brillante", sus opiniones negativas sobre el pasado colonial y la Compañía de Jesús fueron desmesuradas (GARRO 1899, p. XXIII). En otras biografías, que siempre retoman las apreciaciones de este último autor como punto de partida, la obra histórica de Estrada es también considerada poco representativa y casi no recibe atención (DE PATAGONES 1938; TESSI 1928). El Estrada historiador, en suma, no se ha convertido en una figura recuperable para quienes vindican al Estrada católico. Paradójicamente, en la obra panorámica más reciente sobre historiografía argentina, Estrada es considerado un exponente central de una incipiente historiografía católica argentina (DEVOTO; PAGANO 2009, p. 30).

## 90 Estrada y su obra histórica: períodos, tópicos y problemas

Puede que el interés histórico de José Manuel Estrada haya despuntado cuando escribió una monografía sobre Cristóbal Colón que fue premiada en 1858 por el Liceo Literario. Ya para comienzos de 1862, además, dictó varias conferencias históricas en la Sociedad de San Francisco Javier.<sup>3</sup> Pero si esas incursiones en los terrenos del pasado depositaron su atención en temas universales y portaron consigo un tono general, más cercano a la "divulgación", para comienzos de la década de 1860, Estrada se interesó de manera decidida por la historia nacional.

En el marco de *La revista de Buenos Aires*, empresa editorial que acompañó de cerca su carrera ascendente, apareció en 1863 un cuidadoso estudio sobre las ediciones existentes de la obra del padre Guevara (ESTRADA 1863). Se trata de un trabajo erudito sobre cómo realizar ediciones documentales y sobre su utilidad para reconstruir el pasado. Además de criticar las ediciones del padre Guevara realizadas por Pedro de Angelis y Félix de Azara y de señalar detalladamente alteraciones, el joven devenido casi metodólogo *avant la lettre* manifestó allí sus preocupaciones por el estado de los documentos y los repositorios del país. Además, postuló por primera vez sus ideas acerca de la utilidad de la historia y esbozó un doble programa: reconstruir el pasado por medio del tratamiento sistemático de fuentes y cumplir con una misión

<sup>3</sup> AGN/UCA, *FDJME*, Cuadernillo de conferencias de historia dictadas en la Sociedad San Francisco Javier. Signatura. Top: 3372. Folios: 609 a 676, 08/12/1861.

patriótica. Desde su perspectiva, la historia podía movilizar “el espíritu del país, que debe tener hambre de conocerse a sí mismo, para aprender a amarse. No hay prédica más eficaz de amor a la patria, que la historia bien estudiada” (ESTRADA 1863, p. 156).<sup>4</sup>

Luego de la aceptación generada por la lectura de fragmentos de su obra en el Círculo Literario (BRUNO 2014), Estrada publicó, en 1865, *Ensayo histórico sobre la revolución de los comuneros del Paraguay en el siglo XVIII*.<sup>5</sup> En el momento de aparición de ese volumen, su autor ocupaba el cargo de secretario de la Comisión Sanitaria de Hospitales Militares, presidida por Juan Montes de Oca, y seguía atentamente los ritmos de la guerra de la Triple Alianza. En esos años participó también en el diario de Bartolomé Mitre, *La nación argentina*, justamente en el momento en el que el presidente de la Argentina se convirtió en la figura central en tiempos del conflicto.

En las interpretaciones de Estrada, Paraguay era una nación enemiga y escribir su historia asumía una contemporaneidad indiscutida. Estrada asumió esa urgencia combinando su tarea periodística con su labor como historiador. Los antecedentes narrados en los capítulos del ensayo sobre la revolución de los comuneros permitían conocer “el terreno en que vino a plantear sus trabajos de zapa y corrupción el Dictador perpetuo, y las esperanzas que la marcha ulterior impresa a la política ha defraudado para el mismo pueblo y para la América liberal” (ESTRADA 1899, p. 352), mientras que el apéndice que narraba la historia del Paraguay y su decadencia hasta 1865 propiciaba una comprensión particular del conflicto.

El entusiasmo que le generó la contienda es contundente en ese apéndice. A tono con otras lecturas contemporáneas sobre la Guerra del Paraguay (BREZZO 2006), Estrada planteó la guerra en términos duales de civilización-barbarie, tiranía-libertad:

La guerra [...] está trabada entre la civilización y la barbarie. Representa la lucha de todos los pueblos del Plata en defensa propia y en prosecución de un objetivo inspirado por la generosidad del corazón democrático, que palpita vigorosamente en las tres naciones aliadas (ESTRADA 1899, p. 351).

En el registro histórico del libro, Estrada recorre la historia colonial y juzga negativamente a la monarquía española y a la Compañía de Jesús por sus acciones centralizadoras. Los levantamientos comuneros son narrados por medio de personajes históricos que considera centrales: el índice se organiza sobre los nombres de Don José de Ábalos, Don Diego de los Reyes, Don Tomás de Cárdenas, Don José de Antequera, Don Fernando Mompo, Don Ignacio Sorotea

<sup>4</sup> Cabe destacar que, aunque algunas de las intervenciones de Estrada estaban en sintonía con discusiones que mantenían sus contemporáneos, él no participó activamente en los debates centrales de esas décadas sobre metodología ni vinculados a los “mitos fundantes” de la nación y la nacionalidad. Para un análisis sobre el contexto de producción en el que se inscribe la obra de Estrada remito a DEVOTO; PAGANO 2009, p. 13-72 y EUJANIAN 2003, p. 17-42.

<sup>5</sup> Supuestamente, el contenido de este texto formaría parte de una más ambiciosa *Historia de la provincia de Misiones*, que nunca fue concretada. Pueden verse borradores de la obra en AGN/UCA, *FDJME*, Capítulo primero de la obra “Historia de la Provincia de Misiones”, referido a la conquista de América. Signatura. Top: 3370. Folios: 570 a 593.

y Barreyro, entre otros. Apunta que los comuneros “galvanizaron un pueblo aletargado para llevarlo a sofocar la voluntad vehementemente manifestada de otro pueblo viril, que reclamaba a todos los usurpadores del derecho una limosna de libertad y una migaja siquiera de justicia y decoro político” (ESTRADA 1899, p. 51). Encuentra en la revolución loables motivos: rescata que las ciudades (el poder local) se enfrentaron en la revolución a la injusticia de la monarquía (el poder centralizado). Se concentra, además, en la figura de los caudillos, preguntándose si ellos son manifestaciones naturales del pueblo o simples líderes políticos oportunistas. Esos interrogantes sobre las tensiones entre centralismo y localismo y los caudillos en relación con las fuerzas sociales atravesaron su lectura del pasado nacional en los años posteriores.

En relación con la concepción de historia de Estrada, en el mismo texto señalaba que era necesario contar el pasado con grandes trazos y con tono interpretativo: “abrazar los conjuntos, descuidando los detalles, y narrar sintéticamente los hechos para someterlos a juicio y discurrir sobre su carácter y significación” (ESTRADA 1899, p. VII). Quizás fue esa concepción histórica la que condujo a los autores de los textos historiográficos reseñados a caracterizar la obra de Estrada como filosofía de la historia.<sup>6</sup>

La recepción de ese ensayo entre sus contemporáneos fue amplia. Pedro Goyena describió el texto como fruto de un desmedido fervor juvenil (GOYENA 1965, p. 122). Aunque reconoció que el plan de la obra respondía “a todas las exigencias de un espíritu anheloso de información”, criticó los excesos: “el señor Estrada exagera la importancia de los hechos que forman materia de su libro”. A partir de ese argumento, señaló que Estrada le había dado demasiada centralidad a “un pueblo inculto que se levantaba estremecido por la atracción fascinadora de un caudillo (Fernando Mompó)” y definió el levantamiento como “sublevación de esclavos” (GOYENA 1965, p. 123). En un tono más elogioso, Nicolás Avellaneda y Bartolomé Mitre<sup>7</sup> hicieron llegar sus felicitaciones al autor del *Ensayo*. Mitre no dudó en marcar su paternidad a la hora de hablar del Estrada historiador:

Siga Ud. adelante que suyo será el tiempo [...] Mi aplauso será el más sincero de todos, porque además de ser hijo de la amistad, se revelará en él la satisfacción propia de haber sido uno de los primeros que presenté el rico germen que encerraba su corazón y su cabeza.<sup>8</sup>

Aunque no se encuentran evidencias acerca de las opiniones de Mitre sobre el apéndice que Estrada sumó a su libro —conformado por la reescritura de sus artículos periodísticos de *La nación argentina*—, quizás la lectura sobre la guerra y su rol civilizador fue por él bien recibida. Desde la perspectiva del propio Estrada, su pluma había prestado un servicio al país en el contexto de la

<sup>6</sup> Para consideraciones sobre las posibilidades de desarrollo de ideas históricas en el siglo XIX puede verse PRADO 1999.

<sup>7</sup> AGN/UCA, *FDJME*, Cuadernillo de copias de correspondencia de Nicolás Avellaneda y Bartolomé Mitre dirigida a José Manuel Estrada. Signatura. Top: 3366. Folios: 173 a 177, 1865.

<sup>8</sup> AGN/UCA, *FDJME*, Carta de Bartolomé Mitre a José Manuel Estrada. Signatura. Top: 3366; Folio: 178, 15/06/1865.

Guerra del Paraguay: “podré no adquirir reputación literaria, pero conquistaré seguramente algo que debe estar más arriba en la conciencia del ciudadano: la satisfacción de haber cumplido; y porque este libro, bueno o malo, representa un esfuerzo en servicio de mi país” (ESTRADA 1899, p. X).

También en 1865 Estrada publicó traducciones de cartas de los padres Gervasoni y Cattaneo en la *Revista de Buenos Aires*. Los textos están precedidos por una carta-introducción destinada a Vicente Quesada. En ese escrito se muestra como un conocedor de los debates acerca del método histórico vigentes. Menciona las formas de pensar la historia de Thomas Macaulay en términos ejemplares (especialmente su forma de organizar el relato histórico en *Historia de Inglaterra desde el advenimiento de Jaime II*) y plantea programáticamente su forma de hacer historia:

el hombre serio que aspira a apoderarse de los secretos históricos de un pueblo, y dominar su genio y resolver los problemas de su destino (noble y altísimo objeto de la historia) debe explorar cuidadosamente sus rumbos, analizar los resortes de su vida y leer, por decirlo así, las pasiones que lo han perturbado, los vicios que lo tiranizaron, y las ideas que germinaban en su espíritu retemplando o relajando su nervio (ESTRADA 1865, p. 553).<sup>9</sup>

Esa propuesta, ya antes esbozada, guió a Estrada en su trabajo como historiador de la Argentina. Luego del estudio sobre los comuneros, abandonó el camino de la recopilación de documentos y se alejó cada vez más de las formas “mitristas” de hacer historia. Definió así un perfil de historiador que interpretaba las relaciones entre pasado, presente y porvenir en detrimento de un historiador erudito.

Gracias a su trabajo sobre los comuneros, Estrada fue convocado por Luis Peña, Director General de Escuelas, para dictar un curso de historia en la Escuela Normal de Buenos Aires. En la correspondencia intercambiada por ambos respecto de ese curso, Estrada señaló ejemplos de textos históricos que le resultaban útiles para pensar la forma de dictar sus lecciones (incluyó a François Guizot, Frédéric Ozanam, Edgard Quinet, Édouard Laboulaye) y propuso:

estudiar grandes grupos de hechos, el análisis de diversos estados sociales recorridos por la República, desde el descubrimiento hasta nuestros días, del espíritu que los ha precedido y de las consecuencias que han entrañado; estudiar decía el desarrollo de las ideas, de los principios y de la riqueza pública, terminando por el examen de la actualidad y los presentimientos del provenir.<sup>10</sup>

Con esas pretensiones en mente, dictó en 1866 sus lecciones.<sup>11</sup> Los tópicos centrales de las conferencias fueron: los vicios “antidemocráticos” legados por la sociedad colonial y el poder centralizador de la monarquía española; las

<sup>9</sup> Las traducciones continuaron apareciendo hasta el Tomo XI de la revista y se reprodujeron en ESTRADA 1901.

<sup>10</sup> AGN/UCA, *FDJME*, Carta de José Manuel Estrada a Luis De La Peña; Signatura. Top: 3371. Folios: 1 y 2, 17/10/1865.

<sup>11</sup> Existe una publicación póstuma de algunas de las veintiocho conferencias que dictó y que fueron seleccionadas por su hijo Alberto Estrada: ESTRADA 1901.

potencialidades del poder municipal como base de la organización de una nación, la "tiranía" de Juan Manuel de Rosas y la Constitución de 1853, entre otros.

Otro grupo de lecciones estuvieron destinadas a repasar la historia desde 1492, deteniéndose en el virreinato. En esas conferencias sostuvo una mirada entusiasta ante los destinos históricos de Estados Unidos y la figura del *pioneer*. Cumplida su tarea, él mismo se percibió como un "laborioso obrero del progreso nacional" (ESTRADA 1901, p. 46). Este primer ciclo de conferencias fue excelentemente recibido por diferentes medios de circulación periódica. Rezaba *La revista de Buenos Aires*:

El interés que inspiran sus serias investigaciones está justificado por la inmensa concurrencia que lo escucha [...] Estrada inicia con sus lecturas un nuevo rumbo a las ocupaciones serias de la juventud: sus lecciones obligan a meditar y a darse cuenta del origen y causas de males que nos trabajan, sembrando los buenos principios, con prescindencia del interés de partido que tan deslealmente ha falseado a veces lo que ha llamado historia (QUESADA 1866, p. 158 y 160).

Sin embargo, no fueron esas conferencias las destinadas a trascender sino las pronunciadas en la Escuela Normal en 1868 y publicadas primero en *Revista argentina* y luego en dos volúmenes como *Lecciones de historia de la República Argentina*. Estrada asumió una vez más la preparación de esas lecciones como un trabajo precursor: "la primera exposición científica de la generación democrática del pueblo argentino" (ESTRADA 1896a, p. VI). Las lecciones recorren la historia desde la conquista hasta la época de Juan Manuel Rosas. En cuanto a las fuentes, se encuentran referencias a los cronistas y a las Leyes de Indias, a los escritos del Deán Gregorio Funes, Juan Ignacio Gorriti, Esteban Echeverría, Domingo Faustino Sarmiento y Bartolomé Mitre, entre los más destacados; además de algunas referencias a diversos documentos oficiales (decretos, proclamas, oficios, actas, como las de la Asamblea de 1813 y las del Congreso de 1816) y fuentes periódicas (especialmente la *Gaceta*, para los tiempos de la revolución).

Estrada termina de condensar allí sus ideas sobre el despliegue histórico de estas tierras: el poder absoluto de la monarquía hispánica fue ilegítimo porque se dedicó a aplastar y destruir las libertades. La usurpación, la violencia, el fanatismo, las jerarquías obtusas, la enfeudación y la decadencia fundaron "a la sociedad argentina sobre una absoluta y múltiple negación de la libertad" (ESTRADA 1896a, p. 105). Pese a ese estéril cuadro, se sembraron las semillas de la nacionalidad argentina, que encontrarían un paulatino desenvolvimiento luego de la revolución de 1810, momento de inicio de "la verdadera historia de los pueblos" y del "desarrollo político y moral" (ESTRADA 1896a, p. 72).

A tono con los trabajos de publicistas de las décadas anteriores (WASSERMAN 2004; 2008) y con algunos de sus contemporáneos (EUJANIAN 2003; PRADO 1999), para Estrada los legados coloniales fueron difíciles de administrar en los procesos históricos argentinos; y, desde su perspectiva, dado que la revolución fue obra del pueblo, la anarquía se manifestó como una expresión

de la democracia. Reaparece así una preocupación ya presente en el ensayo sobre los comuneros: ¿los caudillos eran la encarnación de una fuerza legítima? Ya en estas lecciones realiza una semblanza de Rosas en varios trazos: “lo vimos crecer a la sombra de los desórdenes y gracias a funestos errores de los partidos civilizados” (ESTRADA 1896b, p. 403-404); y señala que ese personaje representó a una fuerza social. Años más tarde retomó esas ideas en *La política liberal bajo la tiranía de Rosas*.

### **La campaña: una maqueta de observación sociohistórica**

A lo largo de esos años, Estrada analizó el pasado nacional argentino con una pregunta rectora: ¿cómo encontrar un orden para la nación en el cual la política y la sociedad fueran dos esferas mutuamente acompasadas? Desde sus primeras lecciones históricas postuló que la revolución de mayo de 1810 había marcado un doble destino para la Argentina, ya que había sido una revolución política y a la vez social (ESTRADA 1917, p. 38; 1904). A partir de entonces, las relaciones entre política y sociedad condicionaron momentos problemáticos o armónicos para el país.

En esos encuentros y desencuentros entre la sociedad y la política, el rosismo fue un período histórico particular. A diferencia de quienes sugerían que el “tirano” era una emanación monstruosa, Estrada pensó en Rosas en términos de un “producto de la sociedad de su tiempo” que había sabido conciliar, tiránica pero efectivamente, las necesidades de la sociedad con los intereses políticos (ESTRADA 1903, p. 75). Ninguna de las experiencias desplegadas entre 1810 y fines de la década de 1820 había conseguido ese objetivo.

Ahora bien, ¿cómo recrear la alianza sociedad-política que el rosismo había conseguido pero bajo formas democráticas, civilizadas y ordenadas? En ese punto, Estrada señaló que Esteban Echeverría y los hombres de la “generación del 37” habían realizado un pronóstico errado. Habían creado una serie de proyectos nacionales a la sombra del odio al tirano y desde el lugar del discurso enemigo. Era necesario revisar esas propuestas para establecer de manera menos apasionada las prioridades y pensar en las lecciones del rosismo. A su vez, se imponía la necesidad de observar la realidad social argentina. Los proscritos unitarios y los hombres del 37 no habían estado en condiciones de hacerlo (ESTRADA 1917, p. 324-339), pero la “nueva generación democrática” debía asumir esa observación de la sociedad como un mandato patriótico (ESTRADA 1896a, p. VI).

La tarea de los hombres que ocuparon el escenario post-Caseros era para Estrada doble: alcanzar la conciliación al interior de la arena política entre las facciones y reconstruir el lazo entre la esfera política y la social. Así,

derrocar a Rosas era nada. A lo sumo importaba remover un estorbo vivazmente arraigado por el terror y la corrupción, imperante por la fuerza que disciplinaba sobre una sociedad descompuesta. [...] su caída habilitaba al pueblo para continuar la elaboración revolucionaria en el fondo de la sociedad y en el terreno de las instituciones. Tal era la misión histórica de los hombres traídos al gobierno después de la batalla de

Monte Caseros: purificar al país, adelantar su organización, restablecer y vigorizar la unidad de la patria (ESTRADA 1904, p. 40-41).

El año de 1852 habría generado un escenario desierto: "un tirano caído y un pueblo incompletamente rehecho para la libertad: una nacionalidad en vía de reorganizarse y ningún elemento positivo para constituirla" (ESTRADA 1904, p. 45). Urquiza, considerado "hombre educado en las tiendas de las montoneras y engreído por un largo ejercicio de la tiranía" (ESTRADA 1904, p. 45), no había estado a la altura de las exigencias de la conducción de ese proceso. Bartolomé Mitre, figura en la que Estrada depositó su confianza juvenil, había tratado de reconducir el proceso por medio de la guerra.

Como se ha sugerido, la fascinación de Estrada frente a la Guerra del Paraguay se tradujo en un respeto solemne por la figura de Mitre. El fervor bélico, sin embargo, fue breve y Estrada entendió que más que solucionar los problemas estructurales de la Argentina, la guerra los había postergado: la política y la sociedad continuaban siendo dos esferas escindidas luego del mandato de Mitre.<sup>12</sup> Estrada cerró su ciclo de expectativas en el mitrismo con una reflexión: "el sable mutila, pero no regenera" (ESTRADA 1903, p. 94).

En el contexto de la candidatura de Domingo F. Sarmiento a la presidencia, Estrada planteó un giro hacia una solución destinada a perdurar en su ideario: era necesario un equilibrio entre "la moral y la democracia", fórmula en que encontraba la traducción del maridaje necesario entre la sociedad y la política (ESTRADA 1903, p. 74). Ese equilibrio, según él, podía llegar con la conducción de Sarmiento, menos propenso a guerrear y más volcado a diseñar programas de progreso social.<sup>13</sup>

Con ese principio en mente, durante las décadas de 1860 y 1870, Estrada pensó los problemas de la Argentina a partir de un objeto-tópico: la campaña.<sup>14</sup> Observándola en el largo plazo detectó principalmente tres desbarajustes. En primer lugar, la vida de sus habitantes dejaba en evidencia una desigualdad social estructural entre el campo y la ciudad (ESTRADA 1903, p. 87) que propició el surgimiento de caudillos. En segundo lugar, la centralización política y económica no atendía las demandas de los hombres de la campaña (ESTRADA 1903, p. 103).

La Argentina anhelada por Estrada debía dar respuesta a esos desequilibrios. Las soluciones que propuso variaron con el tiempo. Hacia 1868, encontraba la solución en la fórmula sarmientina: "educación para todos, educación común, educación igual, educación republicana" (ESTRADA 1903, p. 94). Esta educación acortaría los plazos para llegar a la alberdiana república verdadera. Afirmaba que era una falacia pensar que el pueblo no estuviera preparado para la democracia.

<sup>12</sup> Para una mirada retrospectiva y más distante y cautelosa respecto de la guerra y sus costos, véase ESTRADA 1904, p. 243-245.

<sup>13</sup> Aunque, como ha sostenido Botana, el Sarmiento de la presidencia se volcó por las ideas de la necesidad de una "república fuerte", Estrada vio durante su mandato al Sarmiento de las virtudes cívicas (BOTANA 1991).

<sup>14</sup> Halperin Donghi presentó este tópico de Estrada deteniéndose en el artículo más tardío, de 1873, sobre el tema (HALPERIN DONGHI 1995). Se recupera aquí el despliegue de algunas ideas que Estrada trató en escritos de 1868, 1869 y 1873.

Solo era necesario “moralizar al pueblo (y) poner a la universalidad de los individuos en la aptitud de ejercitar todos sus deberes” (ESTRADA 1903, p. 88).

Apenas un año más tarde, sumó una resolución económica para encarrilar los males sociales. En ese sentido, elogiaba el programa de colonización agrícola pensado por Sarmiento para ordenar la vida de “nuestros nómades pastores”. Si las soluciones indicadas (educación popular y colonización agrícola) no se hacían efectivas a la brevedad, podría tomar forma aquella “ecuación patológica” de la sociedad argentina: “un engendro liberal, más una superfetación de barbarie” (ESTRADA 1903, p. 121).

Poblar no era para Estrada la solución más contundente para erradicar el desorden. Así lo expresó en sus críticas a Juan B. Alberdi en el marco de su comentario de 1875 a *Peregrinación de luz del día* (ESTRADA 1904). Para gobernar era necesario resolver problemas intrínsecos de la sociedad heredada, ya que, si antes se le sumaban nuevos conflictos, el resultado sería una superposición de tipos sociales que solo generaría más tensiones:

el propietario que aplica a su manera las doctrinas que prevalecen en las instituciones, y que para cultivar eficazmente su propio y directo interés, rechaza al paisano que va a pedirle trabajo [...] busca al extranjero, hecho dueño del país por la imprevisión de nuestras leyes, que lo protege, lo mimas, lo enriquece; y mientras el gaucho guerrilea en la frontera y su triste hogar se apaga, el vasco se familiariza con el chiripá y pastorea los rebaños del irlandés adusto, que a su regreso lo recibe con la escopeta bajo el alero del rancho, o de la limosna cuando el aguardiente lo pone expansivo (ESTRADA 1903, p. 113).

97

Sarmiento y sus proyectos descentralizadores —de educación y colonización— podrían haber encauzado más ajustadamente el proceso de regeneración. Sin embargo, hacia 1873, Estrada regresó a mirar la campaña y una vez más sus reflexiones eran amargas (ESTRADA 1904, p. 60). No se habían atendido las urgencias y la campaña había sido “suprimida del vocabulario político de este país” (ESTRADA 1904, p. 59). Los sucesores de Rosas no habían dado respuestas efectivas a los desequilibrios intrínsecos.

La confianza en los hombres políticos descollantes comenzaba a resultarle a Estrada una opción ociosa y empezó a ser reemplazada gradualmente por una fuerte crítica a los usos que esas figuras hacían de las formas y prácticas democráticas. Estrada vio particularmente a la política de facciones como la responsable de “la inmoralidad cívica” (ESTRADA 1904, p. 291) y la corrupción. Mientras tanto, se profundizaba la centralización de las atribuciones del Estado, que, para Estrada, aislaba cada vez más a la política de la sociedad: “si un pueblo incide en la locura del centralismo, no gozará jamás de las ventajas del gobierno de la sociedad para la sociedad, es decir, de una vida orgánica perfecta” (ESTRADA 1904, p. 294).

Retomando su interés por el régimen municipal, Estrada asumió para mediados de la década de 1870 que la puesta en práctica de programas descentralizadores no solo permitiría una mejor administración del poder y todas sus expresiones, como las judiciales (ESTRADA 1904, p. 102-109), sino también

una más sana reconfiguración de las estructuras sociales viciadas. Solo si el Estado omitía sus responsabilidades a la hora de propulsar una regeneración social, otras instituciones podían cubrir las demandas insatisfechas (ESTRADA 1904, p. 306).

### Las repercusiones de las “lecciones históricas” de Estrada

Las lecciones e intervenciones históricas de Estrada fueron aclamadas por los hombres de cultura de manera recurrente. Sobre ellas, señaló Groussac que “sin aparato erudito, esta revista de la historia patria contiene más sustancia medular, más enseñanza efectiva que muchas compilaciones ambiciosas e inventarios del pasado” (GROUSSAC 1897, p. 2).

Otros juicios fueron menos halagüeños. Entre ellos, se lee que, en sus *Lecciones*, “las palabras son más grandes que los personajes, y los párrafos más complicados que los acontecimientos” (CONGRESO DE 1886, p. 121). Por su parte, Rómulo Avedaño escribía en las páginas de *La revista de Buenos Aires* que el conferencista se había encargado de ensuciar el nombre de prohombres patrios —se refería a la Sociedad Lautaro— mientras “que tuvo bastante calor en defender la figura raquítica y defectuosa de don Santiago de Liniers y Bremont” (AVEDAÑO 1869, p. 441).

Aunque la observación es maliciosa, ya que se juzga a Estrada por reivindicar a su bisabuelo, el virrey Liniers, habilita a una observación interesante acerca de su obra histórica: a lo largo de sus escritos, no tuvo una preferencia por los grandes hombres, sino por los que entendió como emanaciones de fuerzas sociales. De allí su atención por personajes como Fernando Mompou para analizar el levantamiento de los comuneros y, aunque con otro tono, por Rosas.

Luego del éxito de las lecciones de la Escuela Normal, Estrada recibió una designación de Sarmiento para estar al frente de la Cátedra de “Historia Argentina e Instrucción Cívica” en el Colegio Nacional de Buenos Aires. Su performance docente en ese establecimiento fue ampliamente reconocida. Su poder oratorio y su carisma son elementos reiterados en el marco de evocaciones como la que realizó Martín García Mérou:

José Manuel Estrada fomentaba en los alumnos del colegio la inclinación a los estudios literarios. La austeridad de su carácter y de su indiscutible talento inspiraba a todos respeto y simpatía [...] Jamás ha llegado Estrada a un grado más alto de elocuencia arrebatadora que aquella noche inolvidable en que hizo temblar y vibrar como sacudidos por una corriente eléctrica (GARCÍA MÉROU 1973, p. 39-40).

Desde su cátedra del Colegio Nacional de Buenos Aires fue que dictó en 1873 lecciones que se publicaron bajo el título *La política liberal bajo la tiranía de Rosas*. Se trata de un comentario sobre el *Dogma socialista*, pero basado en una revisión general de la historia argentina. Al escrito de Echeverría lo considera fruto de la “política militante” (ESTRADA 1917, p. 181) y juzga algunas interpretaciones como erradas. El autor de *La política liberal...* se muestra capaz dar cuenta de las novedades intelectuales (Tocqueville, Guizot, Taine), de los clásicos (Beccaria, Montesquieu, Rousseau, Kant), así como

también de las ideas positivistas y científicas (menciona a Auguste Comte, Stuart Mill, Charles Darwin, Michel Serres). No duda en afirmar la utilidad de las leyes para entender la sociedad y subraya que “el progreso es la ley de la vida; y el progreso es desarrollo y construcción” (ESTRADA 1917, p. 68-69). De todas formas, manifiesta los límites de esa máxima señalando que las teorías científicas son útiles para pensar “al conjunto de la naturaleza, (pero) no a los individuos” (ESTRADA 1917, p. 103).

En la primera lección Estrada sistematiza ideas ya expresadas: “la tiranía de Rosas (fue) la forma de la democracia bárbara en sus degeneraciones naturales y el nudo histórico de la revolución nacional” (ESTRADA 1917, p. 60). Asimismo, presenta una lectura más contundente de la revolución de 1810, a la que considera una “doble revolución”: por un lado “obra del pueblo” y, por otro, de una “clase pensadora” (ESTRADA 1917, p. 38). Critica la visión del partido federal y del partido unitario y postula duros juicios sobre la capacidad del “elemento pensador” a la hora de interpretar al “elemento popular” (ESTRADA 1917, p. 46). Esos desdoblamientos se tradujeron en la bifurcación de intenciones y demandas que explicarían los posteriores problemas argentinos.

En la Lectura XI, retoma un tema que ya se subrayó: el valor del municipio como la base de la organización democrática de la sociedad y, en esa dirección, critica ferozmente la supresión de los cabildos de 1821 (ESTRADA 1917, p. 254).<sup>15</sup> Entiende ese hecho como una oportunidad perdida para organizar la nación en términos realmente democráticos y progresistas (ESTRADA 1917, p. 263). Posteriormente, aborda la cuestión del federalismo y del sistema federal y lamenta, en varias páginas, el error de cálculo que implicó en la historia de la Argentina que los gobiernos nacionales intervinieran constantemente en “los asuntos interiores de las provincias” (ESTRADA 1917, p. 283).

### Consideraciones finales

Rótulos como los de “historiador-orador”, “historiador oficial”, “educador histórico”, “historiósofo” fueron utilizados para pensar el perfil de Estrada como historiador. Alejado de la erudición documental, no ingresó al panteón de los historiadores más reconocidos. La historiografía católica, por su parte, no recuperó al Estrada historiador por diversos motivos: él criticó a la Compañía de Jesús, evaluó en términos peyorativos a España, exaltó la revolución contra la opresión, simpatizó con la guerra civilizadora, coqueteó con la idea de la ley del progreso como ordenadora de la historia e hizo de los Estados Unidos un modelo a la hora de entender las formas de convivencia entre la libertad y la fe. Pese a ello, a juzgar por las opiniones de sus contemporáneos, Estrada fue percibido como una promesa para la cultura nacional y cada una de sus actividades se consideró un aporte a la vida del país.

La trayectoria personal de Estrada, leída en paralelo a sus estudios históricos, muestra una serie de particularidades interesantes en relación con la de varios

<sup>15</sup> Años más tarde, el debate acerca del rol de los cabildos fue tema de interés para figuras como Rodolfo Rivarola y José Nicolás Matienzo (TERNAVASIO 2006).

de sus contemporáneos. A diferencia de otras familias patricias de hombres que ocuparon la escena pública en la segunda mitad del siglo XIX, como Héctor Varela, Miguel Cané, Eduardo Wilde, Eduardo Holmberg o Lucio V. López, la familia de Estrada no fue perseguida durante el rosismo ni sufrió la experiencia del exilio. Sin embargo, Estrada es quizás quien legó, tanto en sus *Lecciones de historia de la República Argentina* como en *La política liberal bajo la tiranía de Rosas*, las lecturas más críticas sobre el pasado rosista, aunque siempre entendió el fenómeno como resultado de las dinámicas sociales y políticas del país. Ese hecho explica, quizás, su paulatino alejamiento de quien había sido su amigo y guía intelectual en su temprana juventud, Lucio V. Mansilla (quien era, como es sabido, sobrino de Rosas). En sentido inverso, aunque su bisabuelo, el virrey Liniers, fue víctima de la revolución de 1810, Estrada reivindicó los sucesos revolucionarios.

A juzgar por esos indicios, no fueron móviles o deudas familiares los que lo condujeron a pensar el pasado. Sus relatos históricos pueden inscribirse, sin demasiados problemas, en la tradición abocada a narrar la nación y dotarla de una identidad. Varias de las interpretaciones de Estrada coinciden con las de Bartolomé Mitre. Sin embargo —y este es un interesante rasgo de su lectura sobre el pasado—, su interpretación sobre la etapa prerrevolucionaria se distancia de las propuestas por el historiador de Belgrano y San Martín. No encontró en el pasado colonial ningún tipo de preconfiguración de un destino democrático para la Argentina. De hecho, si hubiese que buscar un continuador de la obra de Estrada en lo que respecta a su opinión sobre la sociedad prerrevolucionaria, podría pensarse en el Juan Agustín García de *La ciudad indiana*.

100

Por su parte, Estrada pensó el rosismo como parte de la autobiografía de la nación y no como un paréntesis en su devenir, y eso no fue moneda corriente para la época. Lo que lo diferencia de autores que luego se ocuparon del rosismo, como Ernesto Quesada en *La época de Rosas* y Adolfo Saldías en *Historia de la Confederación Argentina: Rosas y su época*, es que, para la época en que se propuso pensar el rosismo, los balances sobre este todavía organizaban las pasiones políticas. Pese a ello, su interés por las relaciones entre caudillos y fuerzas sociales y sus preguntas sobre el origen de las tiranías, como es sabido, fueron tópicos que numerosos intelectuales reconsiderarían a la luz de las novedades de las ciencias sociales en las décadas posteriores. El ejemplo obvio es el de *Las multitudes argentinas* y de *Rosas y su tiempo*, de José María Ramos Mejía.

Respecto de la lectura negativa sobre la tradición hispánica, la propuesta de Estrada se encuentra bastante cercana a las postuladas por Vicente Fidel López en *Historia de la República Argentina: su origen, su revolución y su desarrollo político hasta 1852* y replanteada más tarde por Agustín Álvarez en *La transformación de las razas en América*. Se puede situar, por su parte, en la vereda opuesta a las claves interpretativas del Francisco Ramos Mejía de *El federalismo argentino*, sostenedor de una vindicación de la tradición hispano-católica y de la recuperación de España para trazar los orígenes de la nación. Sin embargo la mirada positiva sobre los cabildos como germen y pilar de la organización federal de la Argentina puede acercarlo al mismo Francisco Ramos Mejía.

Así, pese a que varios de los tópicos expuestos desde mediados de la década de 1860 y comienzos de la década de 1870 en la obra histórica de Estrada estuvieron destinados a ser puntos de interés clásicos, su legado no llamó ampliamente la atención a la posteridad. Entre sus pares, por su parte, solo el poco afecto a reconocer guías intelectuales Paul Groussac, refiriéndose al Estrada historiador, lo recordó como “maestro mío en la materia” (GROUSSAC 1919, p. 5). Es quizás la preferencia por elegir figuras históricas que no encajan en el perfil del gran hombre lo que permite trazar una continuidad entre Estrada y Groussac (BRUNO 2005; 2011). De todas maneras, aunque no fue reconocido como padre fundador de una escuela fructífera, existen indicios para pensar que las *Lecciones de historia de la República Argentina* tuvieron cierto efecto en la redacción de otros libros destinados a la enseñanza de la historia.<sup>16</sup>

### Referencias bibliográficas

AA.VV. **Estrada**: centenario de su nacimiento. 1842-13 de julio-1942. Buenos Aires: Libro de Edición Argentina, 1943.

**ANUARIO bibliográfico de la República Argentina**. Director: Alberto Navarro Viola, a. 2, 1880.

**ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN**. Universidad Católica Argentina, Fondo Manuel Estrada.

AVEDAÑO, Rómulo. La Sociedad Lautaro. Refutaciones históricas, al Señor José Manuel Estrada. **La revista de Buenos Aires**, t. XIX, p. 129-141, 1869.

BARBANO, Filippo et al. **Sociologia, storia, positivismo**. Milán: Franco Angeli, 1992.

BOTANA, Natalio. Sarmiento y el orden político: libertad, poder y virtud. In: \_\_\_\_\_. **La libertad política y su historia**. Buenos Aires: Sudamericana/Instituto Torcuato Di Tella, 1991, p. 199-216.

BREZZO, Liliana M. La guerra del Paraguay a través de la memoria de sus actores: el proyecto historiográfico de Estanislao Zeballos. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Coloquios, 2006. Disponible en: <http://nuevomundo.revues.org/index1677.html>. Consultado el: 30 jun. 2014.

BRUNO, Paula. **Pioneros culturales de la Argentina**. Biografías de una época. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.

\_\_\_\_\_. El Círculo Literario, 1864-1865/6: entre la conciliación de intereses y las tensiones de la hora. In: \_\_\_\_\_ (dir.). **Sociabilidades y vida cultural, Buenos Aires 1960-1930**. Buenos Aires: Editorial de la Universidad de Quilmes, 2014, p. 27-58.

---

<sup>16</sup> En este sentido, por ejemplo, véase en el *Anuario bibliográfico* la reseña de las *Lecciones de historia nacional* de Agustín Pressinger (catedrático del Colegio Militar de la Nación y del Colegio Nacional de Buenos Aires) publicadas por Imprenta Ostwald en 1880; allí se lee: “El compendio de historia del Sr. Agustín Pressinger difiere fundamentalmente de los compendios que conozco [...] el autor ha tenido que consultar su capacidad general, y ha hecho un trabajo sencillo y claro, [...] pero a la vez de un método que abre vastos y profundos horizontes a la enseñanza de la historia patria, y acusa, aunque el autor no lo confiese, la preferencia que ha dado en sus estudios a las lecciones de D. José Manuel Estrada” (ANUARIO 1880, p. 146).

- \_\_\_\_\_. **Paul Groussac**: un estratega intelectual. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.
- CARBIA, Rómulo. **Historia crítica de la historiografía argentina**. Desde sus orígenes en el siglo XVI. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 1939 [1925].
- CLEMENTI, Hebe. **Rosas en la Historia Nacional**. Buenos Aires: Editorial La Pleyade, 1970.
- CONGRESO DE 1886**. Siluetas parlamentarias. Buenos Aires: Edición de *El Nacional*, 1886.
- DE GANDÍA, Enrique. Conferencia pronunciada en el Círculo de la Prensa, el 10 de julio de 1942. In: AA.VV. **Estrada**: centenario de su nacimiento. 1842-13 de julio-1942. Buenos Aires: Libro de Edición Argentina, 1943.
- \_\_\_\_\_. La herencia de mayo en Echeverría y Estrada. **Boletín de la Academia Nacional de la Historia**, t. XXXIII, segunda sección, p. 403-420, 1962.
- DE PATAGONES, Carlos. **José Manuel Estrada**: El hombre-El apologista-El Santo. Buenos Aires: Talleres Gráficos Argentinos L. J. Rosso, 1938.
- DEVOTO, Fernando; PAGANO, Nora. **Historia de la historiografía argentina**. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.
- ESTRADA, José Manuel. Historia del Paraguay, Río de la Plata y Tucumán por el P. José de Guevara (Don Pedro de Angelis y Don Félix de Azara). **La Revista de Buenos Aires**: Historia Americana, Literatura y Derecho, t. I, p. 139-141 y 562-572, 1863.
- \_\_\_\_\_. Los PP. Gervasoni y Cattaneo. Carta-introducción. **La Revista de Buenos Aires**, t. VIII, p. 552-560, 1865.
- \_\_\_\_\_. **Obras completas. Tomo II**: Lecciones sobre la historia de la República Argentina. Tomo I. Buenos Aires: Librería del Colegio, 1896a.
- \_\_\_\_\_. **Obras completas. Tomo III**: Lecciones sobre la historia de la República Argentina. Tomo II. Buenos Aires: Librería del Colegio, 1896b.
- \_\_\_\_\_. **Obras completas. Tomo I**: El génesis de nuestra raza; El catolicismo y la democracia; Los comuneros del Paraguay. Buenos Aires: Librería del Colegio, 1899 [1865].
- \_\_\_\_\_. **Obras completas. Tomo V**: Fragmentos históricos. Buenos Aires: Librería del Colegio, 1901.
- \_\_\_\_\_. La moral y la democracia. In: \_\_\_\_\_. **Obras completas. Tomo IX**: Miscelánea. Estudios y artículos varios. Tomo I. Buenos Aires: Compañía Sud-Americana de Billetes de Banco, 1903 [1868].
- \_\_\_\_\_. La campaña. In: \_\_\_\_\_. **Obras completas. Tomo IX**: Miscelánea. Estudios y artículos varios. Tomo I. Buenos Aires, Compañía Sud-Americana de Billetes de Banco, 1903 [1869].

- \_\_\_\_\_. La Educación Común en la Provincia de Buenos Aires. In: \_\_\_\_\_. **Obras completas. Tomo IX:** Miscelánea. Estudios y artículos varios. Tomo I. Buenos Aires, Compañía Sud-Americana de Billetes de Banco, 1903 [1870].
- \_\_\_\_\_. Once de septiembre. In: \_\_\_\_\_. **Obras completas. Tomo X:** Miscelánea. Estudios y artículos varios. Tomo II. Buenos Aires, Librería del Colegio, 1904 [1873a].
- \_\_\_\_\_. Una palabra suprimida. La campaña. In: \_\_\_\_\_. **Obras completas. Tomo X:** Miscelánea. Estudios y artículos varios. Tomo II. Buenos Aires, Librería del Colegio, 1904 [1873b].
- \_\_\_\_\_. La negociación en el Paraguay. In: \_\_\_\_\_. **Obras completas. Tomo X:** Miscelánea. Estudios y artículos varios. Tomo II. Buenos Aires, Librería del Colegio, 1904 [1874a].
- \_\_\_\_\_. Reformas judiciales. In: \_\_\_\_\_. **Obras completas. Tomo X:** Miscelánea. Estudios y artículos varios. Tomo II. Buenos Aires, Librería del Colegio, 1904 [1874b].
- \_\_\_\_\_. 24 de mayo de 1810. In: \_\_\_\_\_. **Obras completas. Tomo XI:** Miscelánea. Estudios y artículos varios. Tomo III. Buenos Aires: Compañía Sud-Americana de Billetes de Banco, 1904 [1874c].
- \_\_\_\_\_. Peregrinación de Luz del Día. Examen crítico. In: \_\_\_\_\_. **Obras completas. Tomo X:** Miscelánea. Estudios y artículos varios. Tomo II. Buenos Aires, Librería del Colegio, 1904 [1875], p. 275-329.
- \_\_\_\_\_. **La política liberal bajo la tiranía de Rosas.** Buenos Aires: Librería La Facultad, 1917 [1873].
- EUJANIAN, Alejandro. El surgimiento de la crítica historiográfica. In: CATTARUZZA, Alejandro; \_\_\_\_\_. **Políticas de la Historia. Argentina 1860-1960.** Buenos Aires: Alianza Editorial, 1999, p. 17-41.
- GARCÍA MÉROU, Martín. **Recuerdos literarios.** Buenos Aires: Eudeba, 1973 [1891].
- GARRO, Juan. José Manuel Estrada. Noticia Biográfica. In: ESTRADA, José Manuel. **Obras completas. Tomo I:** El génesis de nuestra raza; El catolicismo y la democracia; Los comuneros del Paraguay. Buenos Aires: Librería del Colegio, 1899, p. V-CIV.
- GOYENA, Pedro. José Manuel Estrada. **Crítica Literaria.** Buenos Aires: Eudeba, 1965.
- GROUSSAC, Paul. Lecciones de Historia de la República Argentina, por José Manuel Estrada. In: **Prospecto de las Obras Completas de José Manuel Estrada.** Buenos Aires: Librería del Colegio, 1897.
- \_\_\_\_\_. Noticia del padre José Guevara y estudio crítico de la historia del Paraguay. **Anales de la Biblioteca Nacional**, t. V, 1908, p. VII-X.
- \_\_\_\_\_. **Los que pasaban.** Buenos Aires: Jesús Méndez, Librero Editor, 1919.

- HALPERIN DONGHI, Tulio. **Proyecto y construcción de una nación (1846-1880)**. Buenos Aires: Ariel, 1995.
- LINARES QUINTANA, Segundo. The Etiology of Revolutions in Latin America. **The Western Political Quarterly**, v. 4, n. 2, p. 254-267, 1951.
- MARI, Óscar. Las Misiones Jesuíticas en la historiografía argentina entre la segunda mitad del siglo XIX y principios del siglo XX. **Revista Complutense de Historia de América**, n. 31, p. 101-114, 2005.
- MURUA, Pedro Oscar. José Manuel Estrada y la democracia liberal. **Universidad, Publicación de la Universidad Nacional del Litoral**, Separata, 1942.
- ORGAZ, Raúl. **Ensayos históricos y filosóficos**. Córdoba: Assandri, 1960.
- PAGANO, Nora; GALANTE, Miguel. La Nueva Escuela Histórica: una aproximación institucional del centenario a la década del 40. In: DEVOTO, Fernando (comp.). **La historiografía argentina en el siglo XX (I)**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1993, p. 45-78.
- PRADO, Gustavo. Las condiciones de existencia de la historiografía decimonónica argentina. In: DEVOTO, Fernando. **Estudios de historiografía argentina (II)**. Buenos Aires: Editorial Biblos, 1999, p. 37-74.
- QUATTROCCHI-WOISSON, Diana. **Los males de la memoria**. Historia y política en la Argentina. Buenos Aires: Emecé, 1998.
- 104 QUESADA, Vicente. Bibliografía y variedades. Bosquejo histórico de la civilización política en las provincias del Río de la Plata (Conferencias públicas) por Don José Manuel Estrada. Noticia de estas conferencias. **La Revista de Buenos Aires**, t. IX, p. 135-137, 1866.
- SCENNA, Miguel. Los que escribieron nuestra historia. **Todo es Historia**, n. 65, p. 66-92, 1972.
- TERNAVASIO, Marcela. ¿Política municipal o municipios apolíticos? Un debate en la *Revista Argentina de Ciencias Políticas*. In: ROLDÁN, Darío (comp.). **Crear la democracia: la Revista Argentina de Ciencias Políticas y el debate en torno de la república verdadera**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006, p. 137-186.
- TESSI, Francisco. **Vida y obra de José Manuel Estrada**. Buenos Aires: Talleres de Jacobo Peuser, 1928.
- WASSERMAN, Fabio. **Conocimiento histórico y representaciones del pasado en el Río de la Plata (1830-1860)**, 345 p. Defendida en 2004. Tesis (Doctorado en Historia). Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Entre Clio y la Polis: conocimiento histórico y representaciones del pasado en el Río de la Plata (1830-1960)**. Buenos Aires: Teseo, 2008.
- ZULUAGA, Rosa. El primer ensayo de una filosofía de la historia nacional. Las lecciones de José Manuel Estrada, 1866-1868. **Revista de Historia Americana y Argentina**, Mendoza, n. 5-6, p. 237-298, 1960-1961.

# Azorín y la “historia menuda” de España: una lectura de *Los pueblos* (1905)

Azorín and the “historia menuda” of Spain: a Reading of *Los pueblos* (1905)

---

**Francisco Fuster García**

francisco.fuster@cchs.csic.es

Doctor

Instituto de Lengua, Literatura y Antropología (CCHS-CSIC)

C/Albasanz, 26-2828037 - Madrid

España

---

## Resumen

El propósito de este trabajo es proponer una lectura de *Los pueblos* (1905) desde el punto de vista del historiador; concretamente, desde la perspectiva de dos corrientes historiográficas —la microhistoria y la *history from below*— surgidas en Europa durante los años setenta con el objetivo fundamental de recuperar al individuo anónimo como sujeto histórico, prestando atención a las “clases subalternas” de la sociedad. Mediante el análisis de dicha obra, mi intención es demostrar que la concepción que tiene Azorín de la historia de España responde a una idea fundamental: la necesidad de conceder la atención que merecen a los pequeños hechos y sucesos de la vida cotidiana protagonizados por individuos anónimos que no forman parte de la historia.

## Palabras clave

Microhistoria; Historicidad; Literatura.

## Abstract

The aim of this paper is to propose a reading of *Los pueblos* (1905) from the point of view of the historian, specifically from the perspective of two historiographical trends – microhistory and history from below –, which emerged in Europe during the 1970s with the fundamental objective of reinstating the anonymous individual as a historical subject, paying attention to the “subaltern classes” of society. By analyzing this work, my intention is to show that Azorin’s conception of the history of Spain meets a fundamental idea: the need to give due attention to small events and episodes of everyday life featuring anonymous individuals who are not recognized as part of history.

## Keywords

Micro-history; Historicity; Literature.

105

---

Recibido el: 17/11/2013

Aprobado el: 10/3/2014

Juan Luis Vives ha sentido acaso mejor que nadie la eterna poesía de lo pequeño y cotidiano. Y he aquí por qué, entre toda su obra, tal vez viene a prevalecer y dominar, como siempre acontece, aquello que el autor reputó por más frívolo, pero en que llegó, inconscientemente, por vías indirectas, hasta el nexa secreto de la vida. Hablo de los *Diálogos* que el gran filósofo escribió para ejercicio de la lengua latina: acaso no hay libro en nuestra literatura tan íntimo y gustoso. Abridlo: ved cómo pasa la existencia menuda y prosaica de los pueblos en una serie de pequeños cuadros auténticos...

José Martínez Ruiz. Filósofos españoles: Vives. *Los Lunes de El Imparcial*, 23 nov. 1903.

### Una filosofía azoriniana de la historia

En un excelente ensayo de interpretación escrito en 1913 bajo el revelador título de "Azorín o primores de lo vulgar", José Ortega y Gasset llegaba a la conclusión de que existía en la producción literaria de Azorín<sup>1</sup> un rasgo que la caracterizaba más que ningún otro. Para el filósofo madrileño, aquello que diferenciaba a este escritor del resto era su especial habilidad para fijarse en esos pequeños detalles que pasan inadvertidos en la vorágine del día a día:

En Azorín no hay nada solemne, majestuoso, altisonante. Su arte se insinúa hasta aquel estrato profundo de nuestro ánimo donde habitan estas menudas emociones tornasoladas. No le interesan las grandes líneas que, mirada la trayectoria del hombre en sintética visión, se desarrollan serenas, simples y magníficas, como el perfil de una serranía. Es todo lo contrario de un "filósofo de la historia". Por una genial inversión de la perspectiva, lo minúsculo, lo atómico, ocupa el primer rango en su panorama, y lo grande, lo monumental, queda reducido a un breve ornamento (ORTEGA Y GASSET 2004, p. 293).

106

Desde el punto de vista de lo que podríamos llamar su "filosofía de la historia", su forma de entender lo que es —y lo que debería ser— la historia, la predilección por la "eterna poesía de lo pequeño y cotidiano", que nuestro autor decía haber aprendido en los *Diálogos* de Vives, se materializa en una doble fijación: su interés por lo que él mismo denominaba "pequeños hechos" y, ligado a ese interés, su atracción por las "vidas opacas" de aquellos individuos anónimos que viven al margen de la "historia oficial".

Por lo que se refiere a la primera de esas dos preocupaciones, resulta sintomático el hecho de que hace ya más de cuatro décadas —cuando todavía no existía la *microstoria* italiana como corriente historiográfica—, José Antonio Maravall defendió en un pionero estudio que, por el énfasis puesto en "esos hechos pequeños en su aparente figura externa, que hacen tan lento el ritmo del tiempo" (MARAVALL 1968, p. 51), la idea azoriniana de la historia podría responder bien

<sup>1</sup> José Augusto Trinidad Martínez Ruiz (Monóvar, Alicante, 1873 - Madrid, 1967), más conocido por el pseudónimo de "Azorín", fue un destacado escritor y periodista español que formó parte de la llamada "Generación del 98". Ejerció el periodismo y la crítica literaria durante siete décadas —publicó alrededor de cinco mil artículos entre 1895 y 1965— y colaboró en algunos de los periódicos españoles más importantes de la primera mitad del siglo XX (*ABC*, *El Imparcial*, *La Vanguardia*, etc.), así como en el diario argentino *La Prensa*, de Buenos Aires. Entre los géneros literarios que cultivó destacan la novela, el ensayo, el teatro y las memorias. Aunque en su juventud fue anarquista y regeneracionista, a partir de 1905, y coincidiendo con su llegada al periódico *ABC*, adoptó un ideario conservador que mantuvo durante el resto de su vida e, incluso, llegó a participar en la política española siendo varias veces diputado en las Cortes representando al Partido Conservador.

al nombre de “microhistoria”. Sin embargo, y por tratar de ayudar en lo posible al lector menos familiarizado con el vocabulario de la disciplina histórica, conviene precisar que la *petite histoire* a la que se refiere Azorín en varias ocasiones y la “microhistoria” en el sentido actual de la palabra no son estrictamente la misma cosa. Cuando Azorín habla de la *petite histoire* o de la “historia menuda” en alguna de sus habituales —pero muy poco conocidas— reflexiones sobre la historia, se refiere sobre todo a lo que la historiografía moderna llamaría “historia local”: la historia limitada a un espacio geográfico reducido y a un período de tiempo acotado. Aunque es verdad que en esto el enfoque de Azorín coincide con el método microhistórico, lo cierto es que la microhistoria es una modalidad de la historia distinta, en sus objetivos y métodos, de la historia local propiamente dicha. Como sabemos, la microhistoria es una propuesta metodológica que se caracteriza fundamentalmente por proponer una reducción en la escala de análisis del historiador, que pasa de fijarse en las masas sociales o los grandes acontecimientos históricos a tomar lo particular (lo específico e individual, no lo típico) como objeto de estudio para tratar de entenderlo y situarlo en su contexto. La aplicación de ese método de análisis dio lugar a una corriente historiográfica homónima —nacida en Italia y desarrollada en el resto de Europa a partir de la década de los años setenta— que tiene su punto de partida en la publicación de la obra del historiador italiano Carlo Ginzburg, *El queso y los gusanos* (1976).

Junto con esa capacidad de observación y esa voluntad de captar lo minúsculo, la otra gran característica de la aproximación azoriniana al pasado es el hechizo que ejercen sobre el escritor las vidas aparentemente irrelevantes de esos personajes que conforman la masa anónima de la historia. Como explicó Ortega, “Azorín ve en la historia no grandes hazañas ni grandes hombres, sino un hormiguero solícito de criaturas anónimas que tejen incesantemente la textura de la vida social, como las células calladamente reconstruyen los tejidos orgánicos” (ORTEGA Y GASSET 2004, p. 317). Es a esas existencias modestas que tanto le atraían a las que se refería nuestro autor en un capítulo de *Las confesiones de un pequeño filósofo* titulado “Las vidas opacas”:

Yo no he ambicionado nunca, como otros muchachos, ser general u obispo; mi tormento ha sido —y es— no tener un alma multiforme y ubicua para poder vivir muchas vidas vulgares e ignoradas; es decir, no poder meterme en el espíritu de este pequeño regatón que está en su tiendecilla oscura; de este oficinista que copia todo el día expedientes y por la noche van él y su mujer a casa de un compañero, y allí hablan de cosas insignificantes; de este saltimbanqui que corre por los pueblos; de este hombre anodino que no sabemos lo que es ni de qué vive y que nos ha hablado una vez en una estación o en un café [...] (AZORÍN 1990, p. 118).

En ese interés por las “clases subalternas” de la historia, Azorín se adelanta en varias décadas a otra corriente historiográfica surgida en Inglaterra durante los años sesenta: la llamada “historia desde abajo” o *history from below*; esto es, la historia que —como su propio nombre lo indica— quiere rescatar el protagonismo de las clases populares o trabajadoras que ocupan los estratos más bajos de la sociedad. Como sucede con la microhistoria, al

señalar esa coincidencia de enfoques no estoy queriendo decir que el escritor alicantino practicara la historia desde abajo; primeramente, porque todavía no existía como tal y, en segundo lugar, porque Azorín no fue ni quiso ser nunca historiador. Lo que pretendo hacer ver al lector es que existe una confluencia entre los motivos de interés de nuestro autor y los que, años más tarde, serán objetos de estudio de dos tendencias historiográficas surgidas muchas décadas después. En el caso concreto de la historia desde abajo, son varios los textos en los que Azorín advierte en el discurso hegemónico ese sesgo sobre el pasado que excluía las referidas clases y denuncia, a su manera, la invisibilidad de quienes no formaban parte de la historia:

Las catedrales y los palacios son grandes y ostentosos; los nombres de quienes han levantado las catedrales y de quienes han morado en los palacios, tal vez han pasado a la Historia. Pero en estas casas humildes, a lo largo de los siglos, han vivido generaciones de gentes que han trabajado y sufrido en silencio. Y estas paredes blancas y estas maderas ahumadas, anodinas, sin primores artísticos, vulgares, llegan acaso a producir una emoción más honda, más inefable que los maravillosos monumentos (AZORÍN 1957, p. 72-73).

Lo que a continuación pretendo explicar es cómo se materializa la teoría en la práctica y cómo se plasma esa personal manera de entender la historia —y en particular la historia de España— en *Los pueblos*, un título fundamental para entender no solo la filosofía azoriniana de la historia, sino el conjunto de la obra de un escritor cuya estética se consolida de forma definitiva a raíz, precisamente, de la aparición de dicho libro.

108

### **Vindicación de la “historia menuda”: a propósito de *Los pueblos***

*Los pueblos* se publicó por primera vez a principios de 1905, en la colección “Biblioteca Nacional y Extranjera”, reuniendo un total de 18 artículos aparecidos con anterioridad —entre abril y noviembre de 1904— en el periódico *España*, seleccionados y ordenados por el propio Azorín. Como prueba del éxito fulgurante del libro, ese mismo año, y en el mismo sello del editor inglés Leonardo Williams, el volumen fue reeditado por primera vez, respetando su contenido original. Fue con ocasión de su tercera edición (Renacimiento, 1914) que la obra sufrió su primera modificación, al incorporarse los cinco artículos publicados por Azorín en *El Imparcial* bajo el epígrafe de “La Andalucía trágica”. Cuando aparecieron las *Obras Selectas* de nuestro autor (Biblioteca Nueva, 1943), el responsable de la edición, Ángel Cruz Rueda, añadió al contenido de esa tercera edición dos nuevos textos aparecidos en *España*: “La muerte de un amigo: Sarrió” (20 enero 1905) y “Confesión de un autor” (6 feb 1905). Esta edición es la que se recogió en las *Obras Completas* de Azorín publicadas por Aguilar a finales de los años cuarenta y la que se suele seguir en las ediciones más recientes de la obra, aunque en este trabajo voy a usar la versión de *Los pueblos* incluida en el volumen II de las *Obras escogidas* de Azorín coordinadas por Miguel Ángel Lozano Marco, donde se reproduce la primera edición del libro y se incluyen en un apéndice final los textos que se fueron añadiendo en esas ediciones posteriores.

Dejando al margen ahora las reediciones, quiero reparar en la primera de 1905 por la importancia que reviste su aparición en esa fecha concreta, pues se trata del momento decisivo en el que José Martínez Ruiz abandona definitivamente tanto los seudónimos que había utilizado en su juventud, como su nombre de pila, y pasa a firmar sus colaboraciones en la prensa y sus libros con el seudónimo de “Azorín”. Como se ha encargado de señalar la crítica, la adopción de esa firma no será un simple cambio de nombre, sino toda una declaración de principios que lleva implícita y representa, además, el inicio de una nueva etapa en la trayectoria azoriniana. En ese sentido, coincido con Ramón Jiménez en que *Los pueblos* —primer libro que Azorín firma con ese seudónimo— es una “obra gozne” que “sella la época de juventud del artista y da paso a otra, mucho más serena, al margen de los pujos anarquistas e ímpetus reformistas que le acompañaron en su juventud” (JIMÉNEZ MADRID 2002, p. 13); o, en palabras de José María Valverde, “si *La voluntad* fue la mejor obra de J. Martínez Ruiz, *Los pueblos* es la mejor obra de Azorín” (VALVERDE 1974, p. 26). Como ha señalado Miguel Ángel Lozano Marco, esa obra marca una especie de transición estética entre novelas como *Antonio Azorín* (1903) o *Las confesiones de un pequeño filósofo* (1904), donde ya encontramos prefigurados algunos temas presentes en *Los pueblos*, y los libros que le seguirán —*La ruta de Don Quijote* (1905), *España. Hombres y paisajes* (1909) y *Castilla* (1912)—, que forman una especie de ciclo inaugurado precisamente con este volumen de 1905 (LOZANO MARCO 1998, p. 38-39).

Desde el punto de vista de su estructura interna, *Los pueblos* está compuesto por dieciocho capítulos —estampas o cuadros— de naturaleza heterogénea (cuentos, ensayos, poemas en prosa, etc.) que, sin embargo, comparten un mismo hilo conductor: la existencia aparentemente tranquila y vulgar en esos pueblos de la España rural y provinciana de principios del siglo XX. Y es justamente ese deseo de Azorín de retratar la “historia menuda” de los hombres y las mujeres en su vida cotidiana lo que me interesa destacar en mi lectura. Ante la imposibilidad de realizar un análisis pormenorizado de cada uno de esos cuadros, destacaré unos pocos pasajes de la obra en los que creo que se resume bien esa filosofía azoriniana de la historia que he tratado de sintetizar en la introducción.

Tanto el capítulo titulado “Sarrió” como el artículo “La muerte de un amigo: Sarrió”, que es continuación del anterior y que fue añadido a *Los pueblos* en 1943, constituyen, a mi juicio, una buena muestra de esa atracción de nuestro autor por esos individuos anónimos a la que ya me he referido. Se trata de dos textos en los que el protagonista de *Los pueblos* —que en la mayoría de capítulos es el propio Azorín— narra su encuentro con un viejo amigo ciego que, ya al final de su vida, regresa a su pueblo después de una temporada fuera para morir en paz entre los recuerdos del pasado y rodeado por los suyos. El caso de Sarrió se nos presenta como el de “uno de estos hombres, de estos artistas maravillosos que viven y se extinguen sin que el mundo se percate de su existencia” (AZORÍN 1998, p. 1606). Recordando, quizá, su propia experiencia autobiográfica en los pueblos alicantinos de Monóvar y Petrer, donde pasó buena parte de su

infancia, Azorín ve en los vecinos de Sarrió ejemplos de esas “vidas opacas” que parecen no interesar a los historiadores de su tiempo y que, sin embargo, también son, a su manera, héroes: “hay en los pueblos hombres y mujeres, vulgares, anodinos, insignificantes, que os han encantado con su afabilidad, con sus palabras sencillas, y cuya desaparición os causa tanto pesar como la de un héroe o la de un gran artista” (AZORÍN 1998b, p. 309).

En “Una elegía”, esa mirada sobre las clases trabajadoras se centra en el mundo de esos oficios antiguos de pueblo que se mantienen a lo largo de los siglos pasando de generación a generación. Por medio de lo que puede parecer una reflexión sobre un tema muy concreto, Azorín nos da su personal opinión sobre el secular conflicto entre tradición y modernidad, oponiendo el trabajo industrial de la civilización urbana al trabajo artesanal de los pueblos de España en los que todavía se conserva la tradición:

Yo pienso que todas estas cerraduras, estos pasadores, estas fallebas, fabricadas en grande, mecánicamente, en los enormes talleres cosmopolitas, entre la multitud rápida y atronadora de los obreros, no tienen alma, no tienen ese algo misterioso e indefinible de las piezas forjadas en las viejas edades, que todavía en los pueblos se forjan, y en que parece que el espíritu humano ha creado una polarización indestructible, vulnerable [...] (AZORÍN 1998b, p. 338).

110

Otro de los temas muy presentes en las estampas que integran *Los pueblos* —y, por extensión, en todo el conjunto de la obra azoriniana— es la reflexión sobre el transcurrir del tiempo. Para Azorín, la historia tiene un sentido cíclico que recuerda en mucho a esa idea nietzscheana del “eterno retorno”: todo se repite una y otra vez en la existencia de esos individuos que viven su propia y lenta “intrahistoria”, al margen del correr de esa otra “historia oficial” en la que todo se desarrolla muy rápido. Son esos fragmentos de vida que la historia no ha retratado los que más curiosidad le suscitan: “los *intersticios* del tiempo, los espacios vacíos, esto que no puede ser materia de la historia, porque no ocurre nada, y que, sin embargo, es la esencia de la vida, lo principal de las cosas, han quedado suprimidos, ocultos” (AZORÍN 2012, p. 95). En ese sentido, y salvando las distancias, se puede decir que Azorín tiene una concepción braudeliana de la historia. Y me explico. En el célebre ensayo en el que acuñó el concepto de *longue durée*, el historiador francés Fernand Braudel denunciaba que la “historia tradicional, atenta al tiempo breve, al individuo y al acontecimiento”, nos había habituado a un relato histórico “precipitado, dramático, de corto aliento”; frente a esta historia episódica o de los acontecimientos (*histoire événementielle*), el por entonces director de la revista *Annales* proponía “una historia de aliento mucho más sostenido”, “una historia de larga, incluso de muy larga, duración” que se fijara en los procesos históricos de amplitud secular (BRAUDEL 1995, p. 64). Azorín no escribe sobre esos largos procesos a los que se refiere Braudel; escribe sobre los pueblos españoles y sobre esos labriegos y herreros que viven al margen de la historia, pero lo hace poniendo un especial énfasis en la continuidad de la historia de España y en cómo esa continuidad se manifiesta

en la aparente inmovilidad de esas existencias insignificantes que permanecen ajenas a los grandes sucesos de la historia. En el capítulo “Un hidalgo: las raíces de España”, el escritor reconstruye la vida de un hidalgo del siglo XVI, personaje del *Lazarillo de Tormes*, y reflexiona sobre los valores que han caracterizado a España y que se han mantenido a lo largo de esa historia de gran recorrido: “ésta es la grandeza española: la simplicidad, la fortaleza, el sufrimiento largo y silencioso bajo serenas apariencias; ésta es una de las raíces de la patria que ya se van secando” (AZORÍN 1998b, p. 372).

En definitiva, y como vemos en el texto que lleva por título “En Urberuaga” (una crónica de la visita de Azorín al balneario del pueblo guipuzcoano de Cestona), lo que evidencia el conjunto de esas escenas que componen *Los pueblos* es la atracción estética y sentimental que siente Azorín hacia lo provinciano:

Y de cuando en cuando, en el silencio, oís una tos breve, seca, o una larga, pertinaz. Y sentís que hay algo en este ambiente de íntima y profundamente provinciano: por el enredijo de salas y pasillos con pisos desnivelados, por la simplicidad del mobiliario, por los alterones y honduras de las camas, por la llaneza e ingenuidad de la servidumbre, por el prosaísmo castizo de la cocina [...] Mas vosotros, como yo, estáis en un momento en que gustáis de todas estas cosas tan españolas. Dentro de poco, cuando llevéis una hora más en el hotel, vuestro gusto va a ser plenamente satisfecho. Porque os percataréis de que el ambiente que respiráis, no solo es hondamente provinciano, sino que, por una concatenación lógica y necesaria, está también saturado de un romanticismo soñador y melancólico (AZORÍN 1998b, p. 363-364).

111

La trascendencia de *Los pueblos* en la evolución estética de su obra fue reconocida por el propio Azorín en un artículo elocuentemente titulado “Confesión de un autor” en el que explicó a los lectores de *España* (el texto fue publicado con posterioridad a la aparición de la primera edición de *Los pueblos* y luego fue incorporado como un capítulo más) qué mensaje había querido transmitir con aquella obra miscelánea. En el párrafo central de esa confesión, que constituye, al decir de Miguel Ángel Lozano Marco, todo “un verdadero ensayo de estética de tal alcance que viene a ser una especie de manifiesto —un original manifiesto— del «nuevo arte» logrado en ese libro” (LOZANO MARCO 1998, p. 38), Azorín sintetizaba las claves de ese principio rector —la búsqueda del alma de las cosas en los pequeños hechos de la vida cotidiana— que guiaría en adelante su creación como artista:

¿Por qué tratáis vosotros, hombres superiores, con un desvío benévolo, compasivo, a don Pedro, a don Juan, a don Fernando, a don Rafael, a todos los que viven en estos pequeños pueblos? ¿Por qué escucháis sonriendo, con una sonrisa interior, mayestática, lo que os dicen doña Isabel, doña Juana, doña Margarita, doña Asunción, y doña Amalia? Todo tiene su valor estético y psicológico; los conciertos diminutos de las cosas son tan interesantes para el psicólogo y para el artista como las grandes síntesis universales. Hay una nueva belleza, un nuevo arte en lo pequeño, en los detalles insignificantes, en lo ordinario, en lo prosaico; los tópicos abstractos y épicos que hasta ahora los poetas han llevado y han traído ya no nos dicen nada; ya no se puede hablar con enfáticas generalidades del campo, de la Naturaleza, del amor, de los hombres; necesitamos

hechos microscópicos que sean reveladores de la vida y que, ensamblados armónicamente, con simplicidad, con claridad, nos muestren la fuerza misteriosa del Universo, esta fuerza eterna, profunda, que se halla lo mismo en las populosas ciudades y en las Asambleas donde se deciden los destinos de los pueblos que en las ciudades oscuras y en las tertulias de un Casino modesto donde D. Joaquín nos cuenta su prosaico paseo de esta tarde (AZORÍN 1998, p. 1609-1610).

Pero *Los pueblos* no solo es una obra fundamental desde el punto de vista de su renovadora propuesta estética. Estos ensayos sobre la vida provinciana —y en general la obra de Azorín— ofrecen otra posible interpretación no contemplada hasta la fecha por la crítica. Me refiero, por supuesto, a la lectura que se puede hacer desde la perspectiva de ese historiador de España que puede aprender en Azorín una lección valiosa: la de que las “vidas opacas” de esas clases subalternas también forman parte de la historia y merecen por ello nuestra atención. Aunque la suya sea una “historia menuda” de España, es una historia necesaria que, además, se debe hacer “con el mismo rigor con que se hace la grande” (AZORÍN 2012, p. 212).

### **Azorín como historiador; Azorín para historiadores**

En un capítulo de su libro de recuerdos *Madrid*, Azorín decía haber pertenecido a una generación de intelectuales y escritores que compartieron su interés común por el conocimiento de la historia de España:

112

La Historia nos tenía captados. Nos diéramos de ello cuenta o no nos diéramos. Para los resultados finales ha sido lo mismo. Baroja ha escrito una extensa historia de la España contemporánea. Maeztu acopiaba quizás entonces los hilos invisibles con que había de tejer su teoría histórica de la hispanidad. En cuanto a mí, el tiempo en concreto, es decir, la Historia, me ha servido de trampolín para saltar al tiempo en abstracto. La generación de 1898 es una generación historicista (AZORÍN 1952, p. 58).

En el caso concreto de la obra que me he propuesto analizar aquí, esa mirada hacia atrás no es un relato ortodoxo sobre la historia de España; *Los pueblos* es más bien una obra miscelánea en la que conviven géneros y se combinan registros que sirven al autor para “pintar” esos pequeños cuadros de la vida provinciana española. Sin embargo, parece una obra acabada, un todo coherente que tiene en la sensibilidad de su autor por esa “historia menuda” el elemento cohesionador que impregna el conjunto de ese “aire de familia” azoriniano que lo hace reconocible. Desde esa perspectiva, *Los pueblos* es quizá el libro que ejemplifica mejor la teoría orteguiana según la cual, “Azorín es todo lo contrario de un filósofo de la historia: es un sensitivo de la historia”; mientras que el primero “se complace en ordenar, como en procesión o cabalgata, las variaciones de la humana existencia, el siglo opulento y glorioso tras el humilde y sin destellos”, el arte de Azorín —insiste Ortega— “consiste en revivir esa sensibilidad básica del hombre a través de los tiempos” (ORTEGA Y GASSET 2004, p. 296-297).

Esta sensibilidad de Azorín hacia las “vidas opacas” no es incompatible con la atracción que nuestro autor sintió por los grandes personajes de la historia.

De hecho, y en honor a la verdad, hay que decir que el escritor también dedicó algunos textos a recordar —para ensalzarlos o para criticarlos— distintos períodos de la historia de España (la época de los Trastámaras, el reinado de los Reyes Católicos, la rendición de Granada, etc.) y a trazar retratos —unas veces más hagiográficos, otras más neutrales— de algunos personajes históricos por los que sentía interés y, en algún caso, cierta simpatía (Fernando el Católico, Carlos I, Felipe II, José Antonio Primo de Rivera).<sup>2</sup> A mi juicio, no son intereses contradictorios ni necesariamente excluyentes, pues una cosa es querer conocer bien —como lo quería Azorín— el pasado de su país y otra muy distinta es ser consciente de que la historia no acaba ahí, en ese relato canónico, sino de que hay otra realidad oculta de la que no se han ocupado los historiadores.

Seguramente, esa dualidad en los gustos guarda relación con dos aspectos importantes: en primer lugar, la evolución ideológica de un Azorín que, como es sabido, abandonó muy pronto su anarquismo de juventud para adoptar —ya para el resto de su vida— una postura inequívocamente conservadora; en segundo lugar, tiene que ver —y no en menor grado— con el contexto cultural desde el cual se juzga al autor y con la *intentio lectoris* con la que se han interpretado sus obras.

Como ha explicado Francisco José Martín, durante la posguerra franquista nuestro autor fue “víctima” —como otros miembros de su generación— de un intento de apropiación por parte de una serie de intelectuales falangistas —encabezados por Pedro Laín Entralgo y su ensayo *La generación del 98* (1945)— que trataron de aprovechar el prestigio alcanzado por esos escritores para ponerlo al servicio de la causa franquista. En el caso particular de Azorín, esa maniobra consistió básicamente en silenciar su etapa juvenil de actividad más crítica con la sociedad y su labor política e intelectual en favor de la modernización de España, con el objeto deliberado de:

[...] levantar la imagen del “escritor puro”, del estilista por antonomasia, preocupado por la perfección de la página, por el fluir temporal y por la evocación de España, índice todo ello, a la postre, de un patriotismo rancio, pero muy eficaz, sobre todo a la hora de mostrar su aval al nuevo régimen (MARTÍN 2007, p. 15).

Lo que he querido proponer aquí es una lectura de *Los pueblos* que fijara la mirada en esa faceta menos conocida de la obra de Azorín como historiador de lo menudo. En resumen, he pretendido llamar la atención sobre la potencialidad de la obra azoriniana como objeto de estudio y reflexión para los historiadores, especialmente para aquellos que todavía se empeñan en subordinar el interés de ciertas metodologías —microhistoria, historia desde abajo e historia local— en favor de la historia política y socioeconómica tradicional, atenta a las grandes estructuras y a los personajes más relevantes. Aunque no figure en la historia de España que se cuenta en los libros y se enseña en la universidades, nos viene a decir el escritor

<sup>2</sup> Varios de esos artículos, publicados todos ellos en periódicos de ideología conservadora, fueron reunidos por José García Mercadal en una antología publicada con el título *Historia y vida* (Madrid: Espasa Calpe, 1962).

alicantino con su mensaje que la vida de cualquier individuo es digna de ser tenida en cuenta como materia histórica: desde la de Felipe II o Carlos V, hasta la del más paupérrimo labriego de la Mancha quijotesca o de los pueblos de esa Andalucía trágica que él mismo describió. A mi juicio, esa es la principal aportación de Azorín al concepto de la historia que se tenía en España y esta es la necesaria y oportuna pregunta que sus reflexiones nos dejan sobre la mesa:

¿Cómo explicaréis mejor las vicisitudes de España: leyendo los libros de historia o charlando con los tipos de los pueblos, los tipos más castizos, los menos internacionalizados? Todo es necesario. Pero la charla y el trato de estos hombres nos ahorra muchas horas de lectura y nos aclara problemas que parecían inextricables. D. Manuel, D. Pedro, D. Leandro [...], cada uno lleva su marcha y es un pedacito de historia patria. Tratemos de comprenderlos. Y no afectemos desdén, superioridad respecto a hombres que, tal vez sin erudición, ni sin haber dejado su casa ni una hora, pudieran tener de las cosas una visión más exacta que la nuestra de hombres eruditos, cultos y mundanos (AZORÍN 1917, p. 83).

### Referencias bibliográficas

AZORÍN. **Páginas escogidas**. Madrid: Editorial Calleja, 1917.

\_\_\_\_\_. **Madrid**. Buenos Aires: Editorial Losada, 1952 [1941].

\_\_\_\_\_. **Una hora de España (entre 1560 y 1570)**. Madrid: Espasa Calpe, 1957 [1924].

114 \_\_\_\_\_ . **Las confesiones de un pequeño filósofo**. Madrid: Espasa Calpe, 1990 [1904].

\_\_\_\_\_. La muerte de un amigo: Sarrió. In: LOZANO MARCO, Miguel Ángel (coord.). **Obras escogidas**. Madrid: Espasa Calpe, 1998. V. II.

\_\_\_\_\_. **Los pueblos**. In: LOZANO MARCO, Miguel Ángel (coord.), **Obras escogidas**. Madrid: Espasa Calpe, 1998b. V. II.

\_\_\_\_\_. La historia. In: FUSTER GARCÍA, Francisco (ed.). **¿Qué es la historia? Reflexiones sobre el oficio de historiador**. Madrid: Fórcola, 2012.

BRAUDEL, Fernand. La larga duración. In:\_\_\_\_\_. **La historia y las ciencias sociales**. Madrid, Alianza, 1995 [1958].

GINZBURG, Carlo. **El queso y los gusanos: el cosmos de un molinero del siglo XVI**. Barcelona: Península, 2011 [1976].

\_\_\_\_\_. **Ninguna isla es una isla: cuatro visiones de la literatura inglesa desde una perspectiva mundial**. Villahermosa: Universidad Autónoma Juárez Tabasco, 2003 [2000].

\_\_\_\_\_. **Historia nocturna: las raíces antropológicas del relato**. Barcelona: Península, 2003 [1989].

JIMÉNEZ MADRID, Ramón. Introducción. In: AZORÍN. **Los pueblos (ensayos sobre la vida provinciana)**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2002.

- LOZANO MARCO, Miguel Ángel. Introducción: los ensayos de Azorín. In: LOZANO MARCO, Miguel Ángel (coord.). **Obras escogidas**. Madrid: Espasa Calpe, 1998. V. II.
- MARAVALL, José Antonio. Azorín: idea y sentido de la microhistoria. **Cuadernos Hispanoamericanos**, n. 226-227, p. 28-77, 1968.
- MARTÍN, Francisco José. Introducción. In: AZORÍN. **El político**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2007.
- ORTEGA Y GASSET, José. Azorín o primores de lo vulgar. In: **El Espectador II, Obras Completas**. Madrid: Taurus/ Fundación Ortega y Gasset, 2004. V. II.
- SERNA, Justo; PONS, Anacleto. **Cómo se escribe la microhistoria**: ensayo sobre Carlo Ginzburg. Madrid: Cátedra/PUV, 2000.
- VALVERDE, José María. Introducción crítica. In: AZORÍN. **Los pueblos, La Andalucía trágica y otros artículos (1904-1905)**. Madrid: Castalia, 1974.

# Fontes literárias da cultura brasileira para a história dos saberes psicológicos

## Literary Sources of Brazilian Culture for the History of Psychological Knowledge

---

**Marina Massimi**

mmassimi3@yahoo.com

Professora titular

Universidade de São Paulo - *campus* de Ribeirão Preto

Rua Américo Brasiliense, 1340/ 111

14015-050 - Ribeirão Preto - SP

Brasil

---

### Resumo

Neste artigo é discutida a utilização das fontes literárias no âmbito da história dos saberes psicológicos. Em primeiro lugar, apresenta-se a contribuição de Dilthey e de Huizinga na discussão das interfaces entre história, psicologia e literatura. Em segundo lugar, apresenta-se um exemplo de análise de fonte literária no âmbito da história dos saberes psicológicos: o estudo da novela alegórica do jesuíta Alexandre de Gusmão, *História do Predestinado Peregrino e de seu irmão Precito* (1682). Aponta-se que a fonte literária pode ser enfocada da perspectiva da história dos saberes psicológicos, seja por ser transmissora de conceitos e práticas psicológicos, seja pela ação exercida no dinamismo psíquico dos destinatários por meio de sua construção retórica.

116

### Palavras-chave

História cultural; Retórica; Historiografia jesuítica.

### Abstract

This article discusses the use of literary sources in the context of the history of psychological knowledge. Firstly, it presents the contribution of Dilthey and Huizinga in the discussion of the interfaces between history, psychology and literature. Secondly, it presents an example of a literary source analysis in the context of the history of psychological knowledge: the study of the allegorical novel written by the Jesuit Alexandre de Gusmão, *História do Predestinado Peregrino e de seu irmão Precito* ("History of the Predestined Pilgrim and his Reprobate Brother") (1682). It points out that the literary source can be approached from the perspective of the history of psychological knowledge both on account of its ability to transmit psychological concepts and practices and to exert effects on the psychic dynamism of the recipients by means of rhetorical construction.

### Keywords

Cultural history; Rhetoric; Jesuit historiography.

---

Recebido em: 24/4/2014

Aprovado em: 16/6/2014

A utilização de fontes literárias no âmbito da investigação histórica é um caminho que tem sido apontado e recomendado pelos filósofos e percorrido por vários historiadores contemporâneos. As fontes literárias documentam a historicidade da experiência humana na medida em que, entre outras funções, desempenham aquela de elaborar e transmitir conhecimentos utilizando-se dos procedimentos textuais que lhes são próprios. Desse modo, nelas podem-se encontrar saberes que dizem respeito à experiência humana em suas dimensões temporais. Assim acontece no campo de atuação da história dos saberes psicológicos, parte da história cultural que, inspirada nas perspectivas apontadas por De Certeau (1975/2000) e Chartier (1985/1990), busca reconstruir a gênese e as diferentes significações de conceitos e práticas psicológicos em diferentes contextos espaço-temporais. A partir dessa perspectiva metodológica é que iremos discutir, neste artigo, as interfaces entre história, psicologia e literatura. Apresentaremos a seguir as contribuições de alguns autores que foram pioneiras quanto à abordagem metodológica de análise e interpretação das fontes focando as importantes relações entre os domínios da história, da psicologia e da literatura. E, num segundo momento, colocaremos um exemplo concreto de utilização de uma fonte literária produzida no âmbito da cultura brasileira colonial da perspectiva da história dos saberes psicológicos.

### **Interfaces possíveis entre história, psicologia e literatura no horizonte da epistemologia não reducionista de Wilhelm Dilthey**

Pioneiro na tematização da relação entre história, psicologia e literatura é W. Dilthey (1833-1911). Este autor, ao romper com a imposição positivista quanto a um método único para o conhecimento dos fenômenos, discute de uma maneira inovadora as relações entre história, literatura e psicologia, tendo em vista a compreensão da experiência em sua complexidade e unidade vital.

Dilthey (2006) distingue entre os domínios das ciências da natureza e os das ciências do espírito, fundamentando-se na consideração da multiplicidade dos sentidos do conceito de experiência. Tal multiplicidade exige modalidades diversas de abordagem; assinala-se assim a necessidade de demarcar as diferenças entre os dois domínios metodológica e conceitualmente. Desse modo, Dilthey afirma que os dois domínios diferem seja quanto ao ideal metodológico, seja quanto ao objeto de investigação, seja quanto ao tipo de teorização possível.

No que diz respeito às ciências do espírito, com elas visa-se à compreensão do processo de individuação do ser humano do ponto de vista histórico-social; elas têm por objeto os fatos assim como se apresentam no interior, ou seja, como uma conexão vivente, de modo que, se nas ciências da natureza se alcança a explicação dos fenômenos, pelas ciências do espírito se compreende a vida interior. As ciências do espírito investigam a realidade histórico-social, sendo elas: a história, a economia, o direito, a ciência do Estado, a teologia, a literatura, a arte, a filosofia, a psicologia. Para referir-se à experiência consciente da conexão vital, que é o objeto das ciências do espírito, Dilthey introduz a categoria epistemológica da vivência, em oposição à categoria da representação, de matriz kantiana.

Com base nesses pressupostos, uma essencial convergência entre história, literatura e psicologia (e as demais ciências do espírito) é preconizada por Dilthey na medida em que esses saberes buscam apreender as vivências do homem real em sua concretude, unidas por “conexões vitais” (DILTHEY 2006, p. 252). Toda conexão vital é significativa: “onde quer que a vida tenha passado e tenha ganho a compreensão, há história. E onde há história, a significação se faz presente em sua multiplicidade” (DILTHEY 2006, p. 253).

No que diz respeito à ciência histórica, Dilthey aprofunda o estudo da natureza das conexões entre os eventos do universo histórico, evidenciando que elas diferem das conexões causais: enquanto estas se referem à existência de causas capazes de produzirem efeitos necessários, “a história não conhece senão as relações próprias ao agir e ao sofrer os efeitos do agir” (DILTHEY 2006, p. 175). Tomando o exemplo do gênero autobiográfico, Dilthey observa que as conexões tematizadas pelos autores desse tipo de narrativas se referem sempre à articulação “entre as partes da vida e a concretização de um valor absoluto” (DILTHEY 2006, p. 177) reconhecida como sentido da vida em sua totalidade. Trata-se de “conexões significativas” (DILTHEY 2006, p. 178).

Entre as ciências do espírito, existem, porém, diferenças de abordagem: por exemplo, a psicologia descreve as funções da vida psíquica, ao passo de que a antropologia descreve os conteúdos dos estados psíquicos. Psicologia e antropologia constituem-se em fundamento da história, que é a ciência do espírito mais completa, pois só por ela é possível apreender de modo completo a experiência do homem. De fato, o conhecimento histórico revela o que o homem é ao longo do tempo: na dimensão da temporalidade é “possível ler, em letras maiúsculas, os motivos, os destinos interiores, as relações vitais da natureza humana” (DILTHEY 1880 *apud* AMARAL 1987, p. 19). Da afirmação de que a consciência humana se desenvolve historicamente decorre que só é possível conhecê-la focando o processo histórico vivo. Assim, segundo Dilthey, na apreensão da subjetividade, é preciso substituir o “cogito” cartesiano e o “eu penso” kantiano pela unidade do “eu penso, eu quero e eu temo” que é dada na nossa consciência e se revela na história.

118

A análise psicológica é essencial para a compreensão das vivências. A psicologia que tem por objeto as vivências conscientes é do ponto de vista metodológico uma ciência descritiva e analítica. A construção da “psicologia descritiva” encontra-se no texto *Ideen Über Eine Beschreibende und Zergliedern de Psychologie* (1894). Cabe assinalar que a proposta da psicologia descritiva de Dilthey se origina na negação, por um lado, de uma psicologia fundada na metafísica e, por outro, de uma psicologia fundada no modelo das ciências naturais (“psicologia explicativa”, ou psicologia tradicional), resultado da transposição dos métodos científico-naturais para a psicologia.

De modo complementar à psicologia, a literatura, a arte e a poesia são formas de conhecimento importantes do mundo interior do indivíduo: “Quão pobre e mesquinho seria o nosso conhecimento psicológico dos sentimentos sem os grandes poetas que expressam toda a variedade dos sentimentos” (DILTHEY *apud* AMARAL 1987, p. 36).

Na perspectiva de Dilthey, portanto, a colaboração entre história, psicologia, literatura e as demais ciências humanas revela-se essencial. Se, por um lado, o universo histórico refere-se a fatos materiais, exteriores, por outro lado, as ciências humanas buscam nesse universo o sentido e a significação que tais elementos materiais assumiram “a partir da atuação do espírito”. E é a “compreensão que apreende nesses estados de fato essa significação, esse sentido” (DILTHEY 2010, p. 71). Desse modo, no âmbito da discussão filosófica, Dilthey é pioneiro na tematização da fecundidade heurística proporcionada por abordagens que contemplem os aportes metodológicos históricos, literários e psicológicos.

### **Interfaces entre história, psicologia e literatura no âmbito da historiografia: a contribuição de Johan Huizinga**

Vários historiadores contemporâneos exploram as ricas interfaces entre história, psicologia e literatura em seu fazer histórico (CHARTIER 1990; CERTEAU 2000; DOSSE 2004). Diversas são as contribuições à construção das interfaces entre análise historiográfica e análise literária das fontes: dentre elas destaca-se o aporte de LaCapra (1985a; 1985b; 1992; 2004). Pinto e Valinhos colocam que LaCapra busca “construir um discurso histórico que não se dissolva na literatura, mas que ao não evitar o contato com ela propicie estudos” mais criativos (PINTO; VALINHOS 2010, p. 5). De fato, segundo as autoras, “a problematização de LaCapra a respeito de noções caras à historiografia, tais como a de documento, de texto, de contexto e linguagem, permite pensar de maneira instigante a relação entre escrita e história” (PINTO; VALINHOS 2010, p. 5). Bariani assim sintetiza a visão desse autor: “O texto – para ele – está em relação com outros textos, difere e aproxima-se destes, está indefectivelmente permeado pelo contexto [...] e não é redutível à condição de ‘simples’ documento, artefato, registro do passado”. Com efeito, “há dimensões no texto [...] insubmissas ao mero inventário”. Portanto, exige-se uma “atitude crítica e transformadora” que realize um “diálogo crítico com o texto e os problemas que levanta” (BARIANI 2006, p. 2).

Aqui queremos mencionar a contribuição de um pioneiro: Johan Huizinga (1872-1945). Este autor, ao definir a história como “a forma do espírito (da cultura) em que uma civilização toma conta de seu passado” (HUIZINGA 2013, p. 17, tradução nossa)<sup>1</sup> estabelece de modo definitivo o nexos entre a indagação histórica e as culturas na multiplicidade de suas expressões. Com efeito, assim como a história, a literatura é uma forma cultural: a diferença é que a história se interessa pelo passado e exclusivamente por ele; e que ela não possui o elemento lúdico presente na literatura. A história, segundo Huizinga, é a menos independente dentre as demais áreas do saber por ter constante necessidade do auxílio das demais para dar forma aos seus conceitos, para definir suas unidades de medida, para preencher seu pano de fundo. Além do mais, o historiador lida com acontecimentos que são por sua natureza fenômenos não

<sup>1</sup> No original: “la forma dello spirito (della cultura) con cui una civilizzazione assume il suo passato”.

submetidos a leis deterministas: de fato, os fatores presentes num dado tempo passado permitiriam possibilidades diferentes das que ocorreram efetivamente. Inevitavelmente, portanto, o historiador acaba ordenando os fatos históricos segundo categorias derivadas de sua visão do mundo e formação cultural. Nesse sentido, a representação e a narrativa histórica dependem da civilização e da cultura de pertença do historiador.

O historiador pode reconhecer formas culturais em ato no passado na medida em que ele as compreende em seu presente. Isso não significa que a história se reduza à história romanceada, na qual é amplificado um fator também presente na narrativa histórica: a imaginação, a fantasia. A história romanceada, segundo Huizinga, diferencia-se do romance histórico, “gênero literário irrepreensível” (HUIZINGA 2013, p. 101, tradução nossa)<sup>2</sup> que “atinge da história seu material, usa o pano de fundo de um dado passado histórico, mas como puro exercício de belas letras, sem pretensão de ser considerada uma verdade rigorosa”.<sup>3</sup> Por contra, segundo Huizinga, “a história romanceada contemporânea pretende fazer história”, mas “esses autores não cuidam da sobriedade da verdade a ser conhecida”. Introduzem detalhes fantasiosos de tipo psicológico, com mais cores das que seria permitido usar. Os autores da história romanceada – ainda segundo o autor –, não tendo a humildade de reconhecer a própria ignorância, ignoram “que é mais conveniente renunciar a dizer coisas que não se conhecem” (HUIZINGA 2013, p. 102, tradução nossa).<sup>4</sup> De modo nenhum, portanto, o “historiador rigoroso deve ceder à tentação de embelezar literariamente a história” (HUIZINGA 2013, p. 102, tradução nossa).<sup>5</sup>

120

A maneira de Huizinga entender os documentos literários como expressões da historicidade da experiência humana e, portanto, auxiliares do historiador em suas pesquisas evidencia-se numa de suas obras mais importantes, *O outono da Idade Média* (2010), na qual ele utiliza obras literárias, como as poesias de Deschamps, Meschinot, Chastellain, Chartier etc., para descrever as formas de vida e de pensamento dos séculos XIX e XV na França e nos Países Baixos.

### **Um exemplo de conexão entre teoria literária e história da cultura: a contribuição metodológica de Alcir Pécora**

Na busca da apreensão do eixo unitário que perpassa os sermões de Antônio Vieira, Alcir Pécora (1994) encontrou um método de análise que se revela fecundo no que diz respeito à apreensão do conteúdo da fonte literária e não anacrônico do ponto de vista historiográfico. Pécora parte de uma crítica acerca de algumas análises e interpretações dos sermões vieirianos que observa terem sido construídas “sobre bases largamente anacrônicas, isto é, em torno de formulações que parecem incapazes de interrogar o seu objeto a partir [...] de

<sup>2</sup> No original: “genere letterario irrepreensibile”.

<sup>3</sup> No original: “Attinge il suo materiale alla storia, dá um quadro di um determinato passato storico, ma come puro esercizio di belle lettere, senza pretendere che lo si consideri uma verità rigorosa”.

<sup>4</sup> No original: “ignorano quanto sia di buon gusto rinunciare a dire cose che non si conoscono”.

<sup>5</sup> No original: “Lo storico deve resistere alla tentazione di abbellire leterariamente la storia”.

um tempo passado que seja mais do que pura arbitrariedade de sua enunciação” (PÉCORA 1994, p. 40). Isso produziria, entre outros resultados, uma anacrônica “estetização da experiência estética como esfera autônoma”. Segundo o autor, é preciso “evitar a cada passo a tentadora substituição do enigma histórico pela originalidade anacrônica com que se o resolve” (PÉCORA 1994, p. 43, nota 14). Pécora propõe a “reposição do contexto histórico em que se inscreve e constitui a produção discursiva de Antônio Vieira” (PÉCORA 1994, p. 41), incluindo-se, por exemplo, “a concepção que preside o uso que faz da linguagem” (PÉCORA 1994, p. 41). Assim, é necessário entender “a maneira de ver” do autor “para se chegar a conhecer o significado do que diz” (PÉCORA 1994, p. 41). Nesse sentido, Pécora realiza a busca da “lógica de base” que perpassa a obra analisada inserindo-a numa “totalidade com a qual mantém uma relação essencial” (PÉCORA 1994, p. 42). Procura assim “levar a sério as formulações de base que articulavam as significações discursivas da época e, especialmente, as que forneciam a Antônio Vieira os lugares comuns de *sua invenção*” (PÉCORA 1994, p. 43). Em suma, “trata-se, em termos metodológicos da análise do discurso, de investigar os parâmetros de significação prévia presentes nas condições de produção dos sermões” (PÉCORA 1994, p. 44), ou seja, seguindo a indicação de Pêcheux, apreender o “conjunto das representações que delimitam as possibilidades de significação no interior de uma situação dada de interlocução” (PÉCORA 1994, p. 4, nota 16). Desse modo é possível, no conjunto da obra analisada, “detectar a recorrência complexa e sistemática de alguns de seus elementos essenciais em uma representação articulatória de base” (PÉCORA 1994, p. 67).

O método proposto por Pécora para a análise da obra sermonária de Antônio Vieira pode ser aplicado também ao estudo de fontes do mesmo gênero ou de gêneros próximos e constitui-se num interessante enfoque ao mesmo tempo histórico e teórico literário.

### **Um exemplo do uso de fontes literárias na história dos saberes psicológicos: a novela do jesuíta Alexandre de Gusmão**

Na história dos saberes psicológicos, área de nossa atuação, é frequente o recurso às fontes literárias. No universo espaço-temporal da cultura brasileira colonial, por exemplo, destacamos as peças de oratória sagrada de Antônio Vieira, objeto de várias pesquisas voltadas para a apreensão dos saberes psicológicos (MASSIMI 2002a; 2005; 2009a; 2009b); bem como duas novelas alegóricas: uma de Alexandre de Gusmão, publicada em 1682 (MASSIMI 2012) e uma de Nuno Marques Pereira, publicada em 1728 (SILVA; MASSIMI 1997).

Os saberes psicológicos não dizem respeito apenas aos conteúdos das fontes mas também ao gênero em que elas se inscrevem: com efeito, seja no caso dos sermões como das novelas, a estrutura retórica de composição das fontes é construída de modo a produzir efeitos nos destinatários. Eles são obtidos pela mobilização do dinamismo psíquico realizada pela palavra (seja oral, seja escrita) ordenada, com os recursos de que a retórica dispõe (metáforas, evidência, composição de lugar, etc.). A definição dos efeitos desejados depende dos objetivos da obra.

Tomemos aqui como exemplo a novela alegórica de Alexandre de Gusmão SI. A análise da obra foi desenvolvida por nós (MASSIMI 2012) utilizando o método de Alcir Pécora acima descrito, ou seja, buscando identificar a “lógica de base” de sua construção a partir da evidência das formulações discursivas presentes no texto e da apreensão de sua significação à luz do universo histórico-cultural em que a obra foi redigida. No âmbito do arcaísmo conceitual que foi possível reconstituir a partir da identificação da lógica de base do texto e dos *topoi* nele recorrentes, buscamos apreender os saberes psicológicos, não baseados nas categorias da psicologia contemporânea (pois isso seria anacrônico), mas a partir das formulações discursivas presentes no texto e dos significados por elas assumidos, próprios do universo cultural do período histórico a que pertencem. Utilizando uma expressão de De Certeau, trata-se de identificar os saberes psicológicos no universo do pensável de um dado tempo histórico (CERTEAU 2000), ou seja, no campo das possibilidades conceituais disponíveis naquele momento.

Gusmão, educador jesuíta e diretor do Seminário de Belém em Cachoeira (Salvador), escreve este texto quase que paralelamente ao tratado pedagógico *A arte de educar bem os filhos da idade da puerícia*, publicado em Lisboa em 1685. A ênfase na relevância da atuação da Companhia de Jesus para o trabalho educativo da sociedade perpassa todo o tratado. Na novela, também, o papel da escola se revelará decisivo.

### **Lógica de base, tópicos recorrentes e conceitos psicológicos na novela**

122

O motivo central da novela é a história de dois irmãos que, de modo diferente, vivenciam seus percursos existenciais, sendo esses percursos qualificados como peregrinações.

O tema da peregrinação possui significados conceituais que pertencem a um amplo domínio espaço-temporal. Trata-se de uma temática persistente na longa duração do tempo e em diferentes pontos do espaço geográfico, com conotações diversificadas e específicas em diversas épocas históricas e em diferentes tradições culturais, sociais e religiosas. No caso específico da novela de Gusmão, a peregrinação é tida como metáfora da vida humana entendida como percurso no tempo moldado por uma origem e uma direção a seguir em busca de um destino final. Nesse sentido, são propostos valores inerentes a essa orientação do tempo humano, assinalando-se condutas a serem encarnadas para que o destino possa ser alcançado com proveito. Evidenciam-se na leitura da novela dois valores fundamentais: a ação decisiva da liberdade como condição da ordenação da pessoa ao seu Destino; e a afirmação do papel da educação para a formação da pessoa.

Com efeito, o autor, ao construir a metáfora base do texto, é movido por uma intenção teológica e filosófica que é a de assinalar o papel decisivo do livre-arbítrio no delineamento da história pessoal, acento propositalmente colocado com o objetivo de contrapor-se à leitura teológica do tema realizada pelo protestantismo e condensada na análoga obra *O peregrino: a viagem do cristão à cidade celestial*, de 1678 (2004), de John Bunjam (1628-1680?). Além do mais, a imagem da peregrinação em Jerusalém é muito cara ao próprio fundador

da Companhia, Inácio de Loyola (1991). Do objetivo visado por Gusmão de, por meio da novela, adentrar nesse debate teológico, são sinais os nomes dos dois protagonistas: Predestinado e Precito. A caracterização da diferença entre os dois irmãos, nascidos da mesma mãe e cuja origem assinala a condição universal do ser humano como peregrino, é dada, não somente pelo nome, mas pelo fato de que "Predestinado era casado com uma Santa e honesta virgem, chamada Razão. Precito era casado com uma ruim e corrupta fêmea, chamada Própria Vontade" (GUSMÃO 1685a, p. 7). Em suma, o eixo da personalidade de cada um é diferente: no primeiro caso, trata-se do uso da racionalidade; no segundo, é a afirmação da própria vontade.

O pleno entendimento do significado dessa diferença pode se obter lembrando o que Inácio de Loyola coloca em sua autobiografia, narrada em terceira pessoa; ao relatar os inícios de sua conversão, lembra que "notou [...] esta diferença: quando pensava nos assuntos do mundo, tinha muito prazer; mas quando depois de cansado, os deixava, achava-se seco e descontente". Pelo contrário, "quando pensava em ir a Jerusalém descalço [...], não se consolava só quando se detinha em tais pensamentos, mas ainda, depois de deixá-los, ficava contente e alegre". Essa experiência proporcionara a Inácio um maior conhecimento de si mesmo ("discernimento"): "colheu, então, por experiência, que de uns pensamentos ficava triste e, de outros, alegre. Assim veio pouco a pouco a conhecer a diversidade dos espíritos que o moviam" (LOYOLA 1991, p. 23). É justamente discutir essas diferenças nas figuras dos dois protagonistas o propósito da novela de Gusmão (MASSIMI 2012).

Apesar de tais diferenças, porém, Gusmão busca frisar que a condição humana é dotada das mesmas possibilidades: ambos os irmãos preparam-se para o caminho de sorte, que costumam empreender os peregrinos, tendo os mesmos hábitos e dotados das mesmas potenciais virtudes (graça e proteção divina, fortaleza, constância, conforto espiritual, etc...), metaforizadas pelas roupas utilizadas (hábito, capa de pele de cordeiro, chapéu, bordão de peregrinos, alparcatas, alforje, cinta, bolsa). Assim Gusmão ressalta que o exercício da liberdade humana ocorre no impacto com a realidade, ou seja, diante das circunstâncias da vida (metaforizadas pela imagem da floresta e da mata) (MASSIMI 2012).

O outro valor destacado na novela é a importância da educação para a formação da pessoa. Sabemos que Alexandre de Gusmão foi fundador de um Colégio e autor de um tratado pedagógico. Já dissemos que, na novela, o papel da escola dos filhos é decisivo: a escola a ser escolhida pode ser a da verdade ou a da mentira. Conforme a opção feita, abre-se um diferente aprendizado: "eis que chegam das escolas os filhos de ambos referindo as lições, que naquele dia aprenderam. Os filhos de Predestinado referiam as excelências, que da santa Cidade de Jerusalém apregoavam os Profetas. [...]. Os filhos de Precito repetiam as grandezas, que de Babilônia referiam as escrituras" (GUSMÃO 1685, p. 13). Assim, a escola proporciona o direcionamento de intenções e desejos de cada um em relação a um horizonte último, que é o próprio sentido da vida, metaforizado pelas duas cidades de Jerusalém e Babilônia. Ao longo da

viagem, o discernimento acerca do melhor rumo depende da decisão acerca de uma meta reconhecida mais consoante ao desejo de felicidade e de realização que caracteriza o ser humano: ambos os peregrinos aspiram a ser felizes: tudo se joga na diferença que há entre amar a si mesmo como destino (destinado) e amar a si mesmo naquilo em que imediatamente nos espelhamos. Análogo é o percurso que ocorre nos *Exercícios espirituais* inicianos, onde, a partir da segunda semana, o sujeito é provocado a ler seu próprio desejo e nesse momento se faz presente a possibilidade do engano no discernimento (LOYOLA 1982). Ambos os protagonistas irão empreender um processo trabalhoso, mas cada um se posicionará conforme o que ama. Desse modo, Predestinado chega a Jerusalém por um caminho de purificação enquanto Precito chega a Babilônia e termina tragicamente sua jornada.

O que está em jogo é o destino da pessoa, tópico característico da tradição ocidental que sintetiza o dinamismo humano nas suas dimensões corporal, espiritual, psicológica, segundo as matrizes conceituais postas por Agostinho (1994), Aristóteles (2006) e Tomás de Aquino (2001). As três dimensões desse dinamismo compõem unitariamente a pessoa, mas possuem movimentos próprios (MASSIMI 2010a). O tema da pessoa e de sua educabilidade é central para Alexandre de Gusmão, conforme revela análise de suas outras obras. Com efeito, na *Arte de criar bem os filhos na idade da puerícia* (1685b), Gusmão compara os caracteres dos meninos aos metais das minas, os quais, mesmo tendo valor e consistência diferente, podem todos ser lavrados pela arte: "assim não há condição de menino tão ruim, que não possa ser domada pela boa educação". (GUSMÃO 1685b, p. 4). Em outra obra, *Eleyçam entre o Bem e o Mal Eterno* (1720), Gusmão recomenda o cuidado para com a alma por meio de seu conhecimento, pois "do conhecimento que tivermos das nossas almas depende o amor, que lhe devemos" (GUSMÃO 1720, p. 341). Neste contexto, pode-se entender que a *História do Predestinado Peregrino e de seu irmão Precito* (1685a) tem a função de evidenciar a importância desse cuidado de si e de propor alguns métodos para atuá-lo, assim como de descrever os efeitos nocivos do descuido: a pessoa realiza-se a si mesma somente na medida em que se desenvolve de modo ordenado conforme o seu destino último. Conhecimento da pessoa e prática de orientação da pessoa para que o seu ser em potência se atue coincidem na novela.

No que diz respeito aos saberes psicológicos, evidencia-se na novela um eixo importante e derivado da concepção antropológica dos jesuítas: para que o ser humano seja íntegro e realize seu destino, é preciso que a razão ordene o dinamismo pessoal; que a existência seja conforme à razão; e que a vontade seja submetida a uma alteridade e não se afirme por ela mesma. Há, com efeito, duas possibilidades inerentes ao ser humano e que colocam para ele constantemente uma escolha: ele pode viver conforme a razão ou conforme a própria vontade. Por sua vez, essas conformidades originam duas posições diferentes, metaforizadas pelos filhos dos dois casais: Predestinado tinha dois filhos de sua esposa Razão, Bom Desejo e Reta Intenção. Precito também tinha dois filhos de Própria Vontade: Mau Desejo e Torta Intenção (GUSMÃO 1685a, p.

7). Em suma, o desejo ou apetite (afeto) e o movimento da vontade (intenção), podem ser orientados pela razão e, então, são bons e retos; ou pela vontade própria, sendo assim maus e tortos. E isso depende da educação na primeira infância, conforme assinala o autor: “sabia de quanto dano era criarem-se os filhos de sua primeira idade com Vontade Própria” (GUSMÃO 1685a, p. 8).

Na novela evidencia-se assim a concepção jesuítica acerca das interações entre dinamismo espiritual e dinamismo psíquico, ou seja, sobre o funcionamento das potências da alma, suas operações, suas doenças e seus remédios. Tais potências constituem-se na interface entre o corpo e o espírito. Com efeito, a ordenação da pessoa como um todo demanda um funcionamento saudável do dinamismo psíquico indicado pelo rótulo de “potências da alma”. É a partir da ocorrência de alguma desordem nessas potências que se instalam as “más inclinações” nas pessoas. Na viagem dos dois peregrinos, as potências são metaforizadas pela imagem de um aparelho hidráulico composto por fontes de água (estas podendo, ou não, estarem limpas), canais e regatos. Segundo o relato, “estas fontes não são outras que as duas potências principais de nossa alma, Entendimento e Vontade, donde todo o bem e todo o mal provêm” (GUSMÃO 1685a, p. 260). As operações das duas potências principais ocorrem pela mediação de outras potências anímicas: as fontes correm por “dois canos que chamam Apetites Sensitivos”, o cano Irascível e outro Concupiscível. Ambos os canos “se deságuam por onze regatos que chamam Paixões”, isto é, os afetos. São eles: cinco paixões do Concupiscível (Amor, Ódio, Desejo, Abominação, Deleite, Gozo e Tristeza); e cinco paixões do Irascível (Esperança, Desesperação, Ousadia, Temor, Ira e Indignação) (GUSMÃO 1685a, p. 260).

Análoga concepção do psiquismo de matriz aristotélico-tomista pode ser encontrada nos tratados jesuítas rotulados de “Conimbricenses”. Tais tratados, manuais escolares utilizados no Colégio das Artes de Coimbra, constituem-se nos alicerces fundamentais da formação dos jesuítas em Portugal e em suas colônias. O nome “Conimbricenses” deriva do fato de terem sido redigidos pelos professores do referido Colégio. Tais manuais foram utilizados para os estudos filosóficos nos colégios da Companhia no Brasil (GIARD 1995; MASSIMI 2002a). Trata-se de comentários dos textos gregos de Aristóteles. No caso do estudo antropológico e psicológico, destacam-se os seguintes textos: o comentário ao tratado *De Anima* (*Sobre a alma*; GÓIS 1602), o comentário ao tratado *Parva Naturalia* (*Pequenas coisas naturais*; GÓIS 1593a), o comentário ao tratado *Ética a Nicomaco* (GÓIS 1593b), o comentário ao *De Generatione et Corruptione* (*Sobre a geração e a corrupção*; GÓIS 1607).

Há também uma profunda analogia de visão entre tais tratados e a novela de Gusmão no que diz respeito à concepção do nexos entre apetites e valores espirituais. Quanto ao apetite intelectual ou vontade, nos tratados Conimbricenses, sobretudo na *Primeira disputa da ética*, escrita por Góis em 1593 (1957), afirma-se que o ato de apetecer evidencia a inclinação de todas as coisas para o bem. Todavia, no caso dos seres humanos, esse bem pode ser por eles identificado com um objeto não apropriado à reta razão e à lei divina. Assim, quando ao bem natural se opõe um bem maior, o homem deve ser

capaz de discernir e optar por ele. Disso decorre que o sujeito que faz o mal, não quer o mal como tal, mas “enquanto aparece bem”, orientado por “alguma imagem imperfeita de bem” (GÓIS 1957, p. 83). Gusmão parece aderir a essa posição ao apresentar o dinamismo de Precito: a causa de seus desvios não é o exercício da vontade por si mesma, mas o fato de ela ser mal direcionada, por não estar submetida à razão. De certo modo, a vontade de Precito regredira ao nível das paixões, dos apetites sensitivos. Por isso, para o bem viver, torna-se decisivo o trabalho do cultivo dos apetites e das demais potências, bem como a identificação das “enfermidades” da alma, cujo desenvolvimento é descrito em pormenores por Gusmão. Ele retrata o adoecimento anímico, em analogia com as doenças do corpo, como uma “infecção” decorrente do fato de que nas águas das fontes (potências) se infiltram as “más inclinações” (MASSIMI 2012).

No que diz respeito à concepção do nexos entre apetites sensitivos (afetos) e valores espirituais, encontra-se também convergência entre a visão dos Conimbricenses e a novela de Gusmão: os afetos são inclinações do apetite sensitivo que movem a vontade. Todavia, em conformidade com a teoria aristotélica, “o apetite não move a vontade imperando-lhe” (GÓIS 1957, p. 159), mas por “por intermédio da notícia intelectual” do objeto, já que, por tratar-se de uma faculdade psíquica inferior, ligada ao órgão corporal, que é material, como tal não pode obter o domínio sobre uma potência superior e imaterial. Se, porém, a vontade for arrastada pelo apetite de modo tal que não tenha poder para lhe resistir (quando esse apetite “for tão veemente que absorva absolutamente o uso da razão”), o afeto tornar-se-á uma inclinação intensa e desordenada que “perturba [...] e absorve o juízo”. Eis aqui explicado pelos filósofos de Coimbra o processo vivenciado por Precito na novela: levado para Samaria por Engano, seu conselheiro, primeiro ele se hospeda na “casa da Vaidade” e, depois, por estímulo dos seus dois filhos Mau desejo e Torta Intenção, resolve seguir o caminho da Vaidade e adentra numa terra regida pelo velho “Vício”, onde dissipa sua vida governado pela “concupiscência da carne, concupiscência dos olhos, soberba” (GUSMÃO 1685a, p. 247). Da união com a esposa Própria Vontade, Precito gera outros dois filhos Desprezo às coisas eternas e Estimação das coisas temporais. Como consequência dos rumos escolhidos por Precito, ocorre um desequilíbrio interior das potências psíquicas, “de tal sorte que não parecia homem de razão” (GUSMÃO 1685a, p. 247). Resulta, no fim, a “confusão” que o atormenta “com mil tristezas, desgostos e inquietações” e uma “serpente de terrível aspecto” metáfora da “própria Consciência”.

Em suma, Precito é o caso exemplar do desvio da vontade em relação ao seu alvo, desvio esse que acarreta a desordem dos atos humanos. A desordem da experiência humana assim configurada é a “doença” que a formação jesuítica proposta por Inácio e por seus seguidores busca “remediar” por meio de um trabalho sistemático de ordenação das dimensões pessoais. Não se trata de neutralizar ou desconsiderar a ação das potências psíquicas, já que elas são elementos constitutivos da experiência humana, mas cabe aprender a lidar com esses fenômenos de modo a torná-los fatores construtivos do desenvolvimento da pessoa para que ela possa atingir “a moderação e o equilíbrio” (GÓIS 1957, p. 199).

O caminho do Predestinado é exemplar desse processo: os remédios a ele propostos ao longo da jornada correspondem aos grandes pilares da pedagogia jesuítica; trata-se do bom uso da razão, orientada em sua busca da verdade e do bem pela moralidade (reta intenção e bom desejo). Esta, por sua vez, saberá ordenar bem vontade e afetos. Ao Predestinado é aconselhado entregar-se ao “cuidado da esposa Razão e dos dois filhos Bom desejo e Reta intenção” (GUSMÃO 1685a, p. 261). Um alimpará o entendimento, outra “terá cuidado de ordenar bem a vontade” (GUSMÃO 1685a, p. 261). Na tradição jesuítica e, de modo geral, no cristianismo da Idade Moderna, esse exercício interior é chamado de “desengano”.

Na novela, o Desengano é uma personagem que aconselha Predestinado e é caracterizado como aquele que “fixa os olhos em Verdade”. Junto aos conselhos de Desengano, o peregrino recebe por um anjo uma tocha, feita de cera muito pura, “fabricada por umas abelhas, que chamam Potências da alma” com o pólen de “flores trasladadas do Paraíso ao jardim da Igreja Católica” e que metaforizam a Graça divina (GUSMÃO 1685a, p. 261). Isso significa que o desengano é proporcionado, por um lado, pelo dinamismo anímico (as abelhas, a saber, as potências da alma, que têm um papel ativo no processo) e, por outro, por algo dado (as “flores” provenientes do Paraíso, ou seja, a Graça). Aqui transparece a posição teológica dos jesuítas acerca da relação entre liberdade humana e iniciativa divina, relação essa questionada pela doutrina do protestantismo que reafirma com força a predominância da Graça (BUZZI 2000).

A crença na função decisiva das potências da alma no percurso do desengano demanda o conhecimento de sua atuação, e isso justifica a atenção reservada à dimensão psicológica na antropologia jesuítica. A articulação entre as potências anímicas no exercício do desengano é ilustrada por Gusmão ao retratar o “Palácio do Desengano”. Em primeiro lugar, destaca-se a memória: todos os acessos ao Palácio correspondem a atividades da memória aplicada a objetos específicos (eternidade, morte, juízo, interno, paraíso, lembranças do passado presente e futuro). Outra potência anímica envolvida no processo é o entendimento: o trono do Desengano no Palácio é a esfera do mundo girando por volta de dois polos, a vida e a morte, num movimento constante entre eles; a tomada de consciência da mutabilidade da condição humana consiste na apreensão desse movimento constante de alternância entre dimensões opostas da realidade. Os atos da memória e do entendimento são eficazes desde que sejam acompanhados pelo uso correto dos sentidos, que, por sua vez, depende da decisão da vontade. Esta é exercitada por meio de três práticas, que são a Lição, a Oração e a Meditação, exercícios expressivos do carisma jesuítico. Gusmão descreve em pormenores cada uma das três práticas e os recursos a elas inerentes, representando-os sempre por meio de metáforas topológicas e de personagens alegóricas. Destaque especial é dado ao bom uso dos sentidos internos (memória, imaginação, senso comum e *vis cogitativa*), proporcionado pelo método inaciano da *Compositio Loci*, que Gusmão retrata em detalhes (LOYOLA 1982). Tal método consiste em representar-se na imaginação o mistério a ser meditado, colocando-se mentalmente no lugar onde o fato aconteceu. Na

novela, o uso desse método é descrito quando Predestinado, entrando numa sala do Palácio de Desengano chamada de Composição de Lugar, recebe um quadro pintado representando uma cena evangélica e oferece-o para três virgens chamadas Memória, Inteligência e Vontade (GUSMÃO 1685a, p. 80).

A ordenação dos afetos (apetites sensitivos) e da vontade (apetite intelectual) abre o acesso à virtude central para os jesuítas, a obediência. Conforme a visão inaciana, a obediência encontra fundamento na filosofia humana (aristotélica) e confirmação no preceito divino, sendo a virtude fundamental para ordenar a vida espiritual, social e política. Na novela, Gusmão apresenta, em pormenores, outras práticas da tradição jesuítica, úteis para a ordenação da pessoa e especialmente para adquirir a virtude da obediência: o exame de consciência e o recurso à direção espiritual (metaforizada pela figura do médico espiritual).

O último tópico importante no que diz respeito à visão antropológica e psicológica presente na novela de Gusmão é o do coração: ao retratar a longa jornada de Predestinado e de Precito, Gusmão disserta sobre o coração humano e sua identificação com o coração divino. Segundo o autor, essa união ocorre numa das etapas finais da caminhada, como resultado do processo de aperfeiçoamento do ser humano em vista de seu Destino e em coincidência com a representação da via dolorosa transitada por Cristo a caminho do Monte Calvário. Essa via, marcada por sete passos, é percorrida por Predestinado em companhia de figuras alegóricas representando as virtudes, e, a cada passo, seu coração sofre uma transformação decorrente da contemplação da representação do Cristo sofredor. Ao termo do percurso, tais figuras, “estendendo o coração do Peregrino fortemente na própria Cruz do Senhor, o pregaram nela com os próprios cravos com que o mesmo Cristo estava crucificado” (GUSMÃO 1685a, p. 237). O *topos* da impressão, a estampa no coração, remete a outro mais antigo, o da escritura no coração (BOLZONI 2010). O tema do retrato da pessoa amada pintado ou esculpido no coração é presente na tradição lírica ocidental desde a Idade Média. Segundo Bolzoni, não se constitui apenas uma metáfora linguística, mas adquire também consistência material; não se trata de simples analogia, mas de um trânsito entre o espírito e a carne, entre a palavra e o corpo. O coração, lugar da interioridade, possui também evidência exterior: pode-se dizer que é o lugar de trânsito entre interioridade e exterioridade (BOLZONI 2010). Ainda segundo essa autora, tal concepção deve ser entendida a partir de uma tradição muito antiga que atribui dimensão espacial às potências anímicas como, por exemplo, a memória. O coração torna-se o repositório das imagens da memória, de modo que se diz que a imagem do objeto amado se imprime no coração (BOLZONI 2010; CARRUTHERS 2006).

Em suma, podemos identificar os *topoi* principais da novela, suas matrizes conceituais e o conjunto de saberes psicológicos que ela elabora e transmite.

### **Recursos retóricos e efeitos psicológicos na construção da novela**

Os saberes psicológicos são propostos na novela mediante recursos literários como alegoria e metáfora. Sabe-se que a utilização de imagens do mundo da natureza para metaforizar situações morais, interiores, ou referentes ao sagrado

é comum no período da Idade Moderna e na tradição jesuítica (MASSIMI 2007; 2008). O amplo uso de tais recursos pode ser explicado em função das finalidades pedagógicas da novela. Em sua composição, Gusmão inspira-se em gêneros literários análogos e utiliza-se de conhecimentos de retórica e especialmente de retórica jesuítica (como, por exemplo, a composição de lugar, o uso de metáforas e alegorias). Na perspectiva da história dos saberes psicológicos, buscamos compreender, pela análise da novela, o efeito da narrativa alegórica no dinamismo psíquico dos destinatários, efeito visado pelo autor mediante o uso de recursos próprios do gênero literário.

A palavra retoricamente ordenada, a construção da metáfora base (a partir da qual se desenvolve o enredo da novela) e a disposição das alegorias são todos elementos que agem com eficácia no dinamismo psíquico dos destinatários, realizando os objetivos pretendidos, a saber: deleitar, mover, ensinar. Tais efeitos são obtidos pela mobilização das potências anímicas: os sentidos (externos e internos) evocam afetos e provocam as operações do entendimento e da vontade (MASSIMI 2005; 2008b; 2009a). Focamos o funcionamento desses aspectos na novela de Gusmão.

Em primeiro lugar, a palavra pode ser disposta segundo os ditames da arte retórica na transmissão oral (pregação) e na transmissão escrita (novela). Em ambos os casos, a dinâmica de ação da palavra retoricamente ordenada assemelha-se. Além do mais, possivelmente, a novela foi construída para ser não apenas lida como também ouvida, tendo por destinatários não apenas leitores como também ouvintes; devendo, portanto, suscitar efeitos similares aos proporcionados por um sermão devido à composição ordenada de palavras e imagens segundo os ditames da arte retórica. A eficácia de sua ação junto aos destinatários é determinada pela mobilização articulada das potências do dinamismo psíquico, que, por sua vez, permite o processo de conhecimento visando à transmissão de determinados valores.

Em segundo lugar, deve ser destacada a função da metáfora base do texto, a da peregrinação. Na peregrinação dos protagonistas da novela, o itinerário, os lugares e as imagens encontradas pelos transeuntes adquirem um significado alegórico. Santos (2004) frisa a importância da metáfora da peregrinação no horizonte da tradição ibero-lusitana, comentando que nas primeiras décadas do século XVII, em Portugal, na literatura do movimento da Arcádia, o tema da peregrinação era recorrente: "a viagem, [...] contribuía para a organização deste modelo narrativo" (SANTOS 2004, p. 588). O mesmo ocorre "com o uso da alegoria ou de processos alegóricos, nas variadíssimas tipologias discursivas que, prolongando filões que a Idade Média tinha desenvolvido, atravessaram os séculos XVI e XVII". Segundo a mesma autora, a essa tradição se remeteria inclusive Inácio de Loyola: "a provável matriz alegórica dos *Exercícios Espirituais* teria "como marca impressiva" a "leitura de *El Pelegrino de la vida humana* (Toulouse, 1490) por Inácio de Loyola" (SANTOS 2004, p. 588).

Em terceiro lugar, vejamos os demais dispositivos retóricos utilizados pelo autor: as imagens linguísticas em forma de emblemas, empresas e alegorias. Na Idade Moderna, as imagens (pinturas, estátuas, emblemas,

empresas, metáforas e alegorias...), além de serem empregadas nas práticas culturais e religiosas tendo em vista sua eficácia em comunicar conceitos, agem como dispositivos retóricos que provocam nos destinatários diversos modos de elaboração. A eficácia dessa elaboração, por sua vez, depende da ativação das potências psíquicas, especialmente da atividade sensitivo-imaginativa (sentidos internos), ordenada para alcançar o fim último. A retórica da Idade Moderna sugere o uso dos emblemas e das empresas, dois gêneros alegóricos que contêm ora a imagem ora o texto escrito. Gusmão (1685, p. 135) faz uma referência explícita no texto da novela à arte da emblemática de Alciati e, sobretudo, conforme ressaltado por Santos (2004, p. 592), utiliza-se na construção da obra do “conjunto de saberes tributários da emblemática”. Desse modo, “o fundamental caráter alegórico” da obra “lhe advém do persistente recurso à explicação pormenorizada de pequenos quadros, formados, sobretudo, por ‘figuras’” com base nos “conhecimentos em áreas dependentes do complexo e afortunado filão constituído por emblemas, hieróglifos e empresas”. E, como ainda evidencia Santos, “tal opção não se reveste de qualquer singularidade, se enquadrada no apreço que a Companhia votou à Emblemática e no peso e importância que os jesuítas concederam aos ‘*libri figurati*’” (SANTOS 2004, p. 592).

## 130

A imagem é utilizada como emblema e empresa quando representa objetos ilustrativos de um conceito, sendo acompanhada por uma escrita explicativa. No caso do emblema, a escrita chama-se “lema”; no caso da empresa, o escrito chama-se “termo”. Por emblema entende-se um símbolo, composto por figura e palavras, a ser usado como decoração de salas, de aparatos, ou nos livros de imagens e explicações destinados ao ensino. A empresa originariamente era uma figura simbólica que ornava as vestes ou as armas dos cavaleiros, acompanhada por uma frase alegórica; a partir do século XVI, configura-se como representação simbólica de um propósito ou de uma linha de conduta por meio de uma palavra e de uma figura que se interpretam uma à outra. Por fim, o epigrama apresenta um conceito (referente ao lema ou termo) que ilustra os objetos representados. A suma dessas imagens alegóricas encontra-se numa obra muito especial, a obra acima citada de Andrea Alciati (1492-1550), *Emblemata* (1531) – protótipo absoluto dessas produções.

Na tradição cultural dos jesuítas, o uso de emblemas e empresas é decorrente de duas características espirituais e pedagógicas do carisma inaciano. Em primeiro lugar, a imagem veicula a mensagem sagrada, como o próprio Inácio frisa nos *Exercícios*. Em segundo lugar, Inácio considera a imagem como eficaz do ponto de vista de sua ação na subjetividade da pessoa, especialmente na memória e na imaginação, de modo a facilitar a meditação e, como vimos, nessa perspectiva define o método da *compositio loci*. Seguindo tal orientação, no final do século XVI, o jesuíta Jerônimo Nadal realiza o projeto de construção de um método ótico e intuitivo de oração com a publicação do livro *Adnotationes et meditationes in Evangelia quae in sacrosancto missae sacrificio toto anno leguntur cum eorum Evangeliorum Concordantia* (Antuérpia, Moretum, 1593) (INSOLERA 2004).

No ensino dos Colégios da Companhia, utilizam-se também esses recursos numa ótica mais propriamente cultural e menos espiritual, na perspectiva do saber humanista, literário, filosófico: a composição dos emblemas torna-se assim um dos exercícios didáticos propostos aos estudantes. Na edição de 1591 da *Ratio Studiorum*, as regras para os professores de retórica e de humanidades sugerem que os alunos sejam ensinados a fazer desenhos para ilustrar os emblemas. Além do uso das imagens voltado para a direção espiritual, vários jesuítas professores de retórica e de humanidades nos colégios publicam textos de emblemas, seguindo a tradição clássica, mas com matriz cristã, operando assim uma sorte de cristianização da tradição da emblemática clássica (INSOLERA 2004).

Na perspectiva dos jesuítas, a função pedagógica dos emblemas era a de materializar o sobrenatural de modo a torná-lo compreensível para todos (INSOLERA 2004, p. 52). Em conformidade com essa tradição de pertença, Alexandre de Gusmão parece ter construído a novela visando, pela mobilização articulada das potências do dinamismo psíquico, promover um processo de conhecimento voltado à transmissão dos valores e conteúdos que acima assinalamos. De modo especial, o uso da emblemática e de saberes afins envolve a mobilização da potência anímica da memória com objetivo pedagógico e persuasivo: trata-se do uso de “estratégias propiciadoras da ‘memória’, como formas privilegiadas da persuasão”. De fato, “as entidades alegóricas cumprem a sua função de ‘auxiliares’ da memória, preenchendo uma relevante dimensão pedagógica” (SANTOS 2004, p. 595).

Em suma, o objetivo pedagógico a ser alcançado na composição da “peregrinação” narrativa de Gusmão realiza-se por meio de recursos da retórica que promovem a articulação da memória com a imaginação, a sensibilidade, o afeto, o pensamento e a decisão. Para o entendimento da construção do arcabouço do texto, arcabouço ao mesmo tempo conceitual e retórico, revelou-se essencial o uso de uma abordagem que combinasse a história dos saberes psicológicos com a história dos gêneros retóricos e da literatura.

131

## Conclusão

A análise do texto de Gusmão foi possível pela intersecção das perspectivas literária, histórica e psicológica. Por meio do emprego do método de análise sugerido por Pécora, pudemos identificar os *topoi* presentes na novela e as articulações pelas quais o autor construiu o texto. Ao buscar entender os efeitos comunicativos pretendidos pela novela, detivemo-nos na construção do arcabouço retórico da obra, especialmente no emprego dos recursos da arte retórica como alegorias, metáforas e emblemas e em certo uso da palavra retoricamente ordenada visando o efeito de transmitir conhecimentos e de promover, pela persuasão, mudanças de conduta. A fonte é expressiva, portanto, de um universo multifacetado que, por sua natureza, exige abordagem multidisciplinar por se situar num tempo histórico em que não há solução de continuidade entre o âmbito teológico, filosófico, retórico e psicológico. Desse modo, foi possível apreender aquela “conexão viva da experiência” a que se referia Dilthey, na qual as diversas dimensões (histórica, psicológica, antropológica, cultural, etc.) se

apresentam de forma unitária. O exemplo proposto evidenciou que a literatura como “forma cultural” (empregando a expressão de Huizinga acima citada) pode ser utilizada para descrever as modalidades de vida e de pensamento próprias de um dado tempo histórico.

### Referências bibliográficas

- AGOSTINHO DE HIPONA. **A Trindade**. Traduzido por A. Belmonte. São Paulo: Paulus, 1994 [414].
- ALCIATI, Andrea. **Emblemata**. Paris: Edições Steyner, 1531.
- AMARAL, Maria N. C. P. **Dilthey**: um conceito de vida e uma pedagogia. São Paulo: EDUSP/Perspectiva, 1987.
- BARIANI, Edison. D. Dominick LaCapra: tecendo textos e contextos. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 61, 2006. Disponível em: [http://www.espacoacademico.com.br/061/61bariani.htm#\\_ftn4](http://www.espacoacademico.com.br/061/61bariani.htm#_ftn4). Acesso em: 4 jun. 2014.
- BOLZONI, Lina. **Il cuore di cristallo**. Torino: Einaudi, 2010.
- BUNJAM, John. **O peregrino**: a viagem do cristão à cidade celestial. Traduzido por A.H. Silva. São Paulo: Editora Martin Claret, 2004 [1678].
- BUZZI, Franco. **Teologia e cultura cristiana tra XV e XVI secolo**. Genova: Marietti, 2000.
- 132 CARRUTHERS, Mary. **Machina memorialis**: meditazione, retorica e costruzione delle immagini (400-1200). Traduzido por L. Iseppi. Pisa: Edizioni della Normale, 2006 [1998].
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Traduzido por M. L. Menezes. São Paulo: Editora Forense, 2000 [1975].
- CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Traduzido por Manuela Galhardo. Lisboa: editora Difel, 1990.
- DILTHEY, Wilhem. **Ideen über eine beschreibende und zergliedernde Psychologie**. Sitzungs-berichte Akademit der Wissenschaften 2. Berlin, 1894.
- \_\_\_\_\_. **A construção do mundo histórico nas ciências humanas**. São Paulo: Editora da Unesp, 2006 [1970].
- DOSSE, François. **História e ciências sociais**. Baurú: Editora Edusc, 2004.
- GIARD, Luce. **Les jésuites á la Renaissance**: système éducatif et production du savoir. Paris: PUF/ Bibliothèque d’histoire des sciences, 1995.
- GÓIS, Manuel. Commentarii Collegii Conimbricensis Societatis Iesu. In: \_\_\_\_\_. **Libros Aristotelis qui Parva Naturalia appellantur**. Lisboa: Simão Lopes, 1593a.
- \_\_\_\_\_. Commentarii Collegii Conimbricensis Societati Iesu. In: \_\_\_\_\_. **Tres libros de anima**. Veneza : Tipografia Vincenzo Amadino, 1602.

\_\_\_\_\_. Commentarii collegii conimbricensis Societatis Iesu. In: \_\_\_\_\_. **Libro de generatione et corruptione Aristotelis Stagiritae nunc recens omni diligentia recogniti et emendati.** Veneza: Tipografia Vincenzo Amadino, 1607.

\_\_\_\_\_. **Disputas do curso sobre os livros da moral da ética a Nicomaco, de Aristóteles em que se contêm alguns dos principais capítulos da Moral.** Traduzido por A.B. Andrade. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1957 [1593].

GUSMÃO, Alexandre. SI. **A arte de criar bem os filhos da idade da puerícia.** Lisboa: Deslandes, 1685.

\_\_\_\_\_. **História do Predestinado Peregrino e de seu Irmão Precito.** Lisboa: Deslandes, 1685 [1682].

\_\_\_\_\_. **Eleyçam entre o bem e o mal eterno.** Lisboa: Oficina Da Musica, 1720.

HUIZINGA, Joannes. **La scienza storica. Il suo valore, la sua attualità.** Traduzido e organizado por Ovidio Capitani. Milano: Editora *Res Gestae*, 2013 [1934].

INSOLERA, Luisa. S. **L'ímago primi saeculi (1640) e il significato dell'immagine allegorica nella Compagnia di Gesù. Genesi e fortuna del libro.** Roma: Editrice Pontificia Università Gregoriana, 2004. (*Miscellaneae Historiae Pontificiae* v. 66)

LACAPRA, Dominick. **Rethinking intellectual history; texts, contexts, language.** 2<sup>nd</sup> ed. Ithaca: Cornell University Press, 1985a.

\_\_\_\_\_. **History and criticism.** Ithaca: Cornell University Press, 1985b.

\_\_\_\_\_. **History and criticism.** 3<sup>d</sup> ed. Ithaca; London: Cornell University Press, 1992.

\_\_\_\_\_. **History in Transit: Experience, Identity, Critical Theory.** Ithaca: Cornell UP, 2004.

LOYOLA, Inácio. **Obras completas, n. 86.** Madrid: Bibliotecas Autores Cristianos, 1982.

\_\_\_\_\_. **Autobiografia.** Traduzido por A. Cardoso. São Paulo: Edições Loyola, 1991 [1555].

\_\_\_\_\_. **Cartas.** Traduzido por A. Cardoso. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

MASSIMI, Marina. A Psicologia dos jesuítas: uma contribuição à História das Idéias Psicológicas. **Psicologia. Reflexão e Crítica**, v. 14, p. 625-633, 2002a.

\_\_\_\_\_. **Palavras, almas e corpos no Brasil colonial.** São Paulo: Edições Loyola, 2005b, p. 330. v. 1.

\_\_\_\_\_. Imagens da natureza na pregação jesuítica em Terra Brasilis In:

- BAPTISTA, Ana Maria Haddad. (org,) **A natureza nos Novos Mundos**. 1ª ed. Lisboa: Apenas, 2007, p. 28-47. v. 1.
- \_\_\_\_\_. Imagens da natureza e afetos humanos em sermões brasileiros dos séculos XVII e XVIII In: Haddad, A. **Imagens da Natureza**. Lisboa: Apenas, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Deletare, movere et docere*: retórica e educação no Barroco. **Per Musi**, UFMG, v. 17, p. 54-59, 2008b.
- \_\_\_\_\_. Estudos sobre a contribuição da antiga Companhia de Jesus ao desenvolvimento dos saberes sobre o psiquismo. **CLIO. Série História do Nordeste**, UFPE, v. 2, p. 163-191, 2009a.
- \_\_\_\_\_. Imagens, dinamismo sensorial e elaborações retóricas no Brasil colonial. **Interamerican Journal of Psychology**, v. 43, p. 374-382, 2009b.
- \_\_\_\_\_. A pessoa e o seu conhecimento: algumas etapas significativas de um percurso. **Memorandum**, Belo Horizonte, v. 18, p. 10-26, 2010a.
- \_\_\_\_\_. **A novela História do Predestinado Peregrino e de seu irmão Precito (1682). Compêndio de saberes antropológicos e psicológicos dos jesuítas no Brasil colonial**. São Paulo: Editora Loyola, 2012.
- PÉCORRA, Alcir. **Teatro do sacramento**. São Paulo: Editora Edusp/Editora Unicamp, 1994.
- 134 PINTO, Aline Magalhães; VALINHAS, Manuella Luz de Oliveira. Historicidade, retórica e ficção: interlocuções com a historiografia de Dominick La Capra. **Revista Rhêtorikê**, n. 3, p. 1-18, 2010.
- SANTOS, Zulmira. **Emblemática, memória e esquecimento: a geografia da salvação e da condenação nos caminhos do "prodesse ac delectare" na História do Predestinado Peregrino e seu Irmão Precito (1682) de Alexandre de Gusmão SJ [1629-1724]**. Porto: Universidade do Porto, 2004.
- SILVA, Paulo José Carvalho; MASSIMI, Marina. A construção do conhecimento psicológico na obra *História do predestinado peregrino e seu irmão Precito* (1682) de Alexandre de Gusmão S. J. [1629-1724] **Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência**, 17, p. 71-80, 1997.
- TOMÁS de Aquino. **Suma Teológica**. Traduzido por C. P. de Oliveira. São Paulo: Edições Loyola, 2001 [1273].

# Problematização das relações entre História e Literatura na historiografia portuguesa actual: alguns exemplos

Problematization of the Relationship between History and Literature in the Current Portuguese Historiography: Some Examples

---

**Nuno Bessa Moreira**

knunoclio@gmail.com

Doutor

Universidade do Porto

Via Panorâmica Edgar Cardoso

4150-564 - Porto

Portugal

---

## Resumo

Este artigo trata o tema da narrativa historiográfica, relacionando-o com a literatura, desde os anos 1980, e na virada do século XX para o XXI, em Portugal - assunto escassamente abordado. Situamo-nos numa História da Historiografia comparativa, salvaguardando um enquadramento sintético da evolução desta área durante o século XX, considerando-se uma perspectiva internacional da *História Narrativa*. Serão analisados três textos específicos, da autoria de Fátima Bonifácio, Rui Bebiano e Luís Adão da Fonseca. Projetando conclusões, defende-se que a *História Narrativa* não alberga uma realidade una e homogénea. Enquanto Maria de Fátima Bonifácio parece pugnar pelo retorno da *velha História*, Rui Bebiano entende-a como poética, sem abdicar do rigor na pesquisa de fontes. Luís Adão da Fonseca defende a manutenção da história científica, mas considera que esta deve se conjugar com um estilo literário.

135

## Palavras-chave

História narrativa; Pós-modernismo; Historiografia portuguesa.

## Abstract

This article concerns the theme of the historiographical narrative, relating it with literature, since the 1980s and in the turn of the 19<sup>th</sup> to the 20<sup>th</sup> century in Portugal – a barely addressed theme. It focuses on comparative History of Historiography and provides a synthetic framing of the evolution of this area during the 20th century, considering an international perspective of *Narrative History*. Three specific texts, written by Fatima Bonifácio, Rui Bebiano and Luís Adão da Fonseca, will be analyzed. The article concludes that Narrative History does not harbor a single and homogeneous reality. While Maria de Fátima Bonifacio seems to strive for narrative history through the return of the old history, Rui Bebiano understands it as poetics, without sacrificing the rigor of source research. Luís Adão da Fonseca, on his turn, defends scientific history while considering that it should be combined with a literary style

## Keywords

Narrative history; Postmodernism; Portuguese historiography.

---

Recebido em: 3/8/2014

Aprovado em: 5/11/2014

A história da historiografia vive na actualidade um momento de particular efervescência no Brasil, sendo que em Portugal se encontra em vias de desenvolvimento. A aferição circunstanciada destas afirmações e da comparação que delas pode resultar não cabem nesta pesquisa (MOREIRA 2012, p. 17-47). Ainda assim, um exercício deste tipo pode subordinar-se a critérios diversos que são passíveis de incluir o rastreio de autores e obras (artigos em publicações periódicas, participação em empreendimentos de natureza coletiva, monografias, dissertações académicas de mestrado e doutoramento), consignando, igualmente, em trabalhos futuros, a inventariação de universidades e faculdades nas quais a disciplina de História da Historiografia seja lecionada. Importa igualmente enumerar centros e linhas de investigação, sublinhando a existência ou não de agremiações científicas, colóquios e congressos especificamente dedicados a esses assuntos.

João Paulo Avelãs fez um balanço bastante desenvolvido da Historiografia Portuguesa desde finais do século XIX até hoje. A acuidade e relevância das suas palavras reclamam que as retomemos:

Por seu lado, a historiografia e, de forma mais sincrética, a “memória histórica”, terão evoluído de uma fase de abertura a diversas correntes intelectuais mas na qual se verificava o predomínio das concepções da “escola metódica”, do historicismo romântico e do positivismo (até ao início da Primeira Grande Guerra) para uma etapa de acrescido pluralismo científico-cultural e de reforçado envolvimento político-ideológico (1914-1930). Seguiram-se a etapa de construção e imposição coerciva do “historicismo neo-metódico” (1930-1974); o período do regresso a uma lógica de pluralismo científico-ideológico e da internacionalização – da comunidade de historiadores e dos públicos –, baseada no predomínio da “nova história” até hoje (NUNES 2013, p. 59).

136

Tal como o historiador citado, utilizaremos, neste artigo, a expressão *Historiografia Portuguesa* para designar historiadores nascidos em Portugal, sem qualquer intuito nacionalista.

Nesta ocasião, interessa sublinhar o pioneirismo de Vitorino Magalhães Godinho (GODINHO 1946; 1971) e da geração à qual pertenceu, a de 1939-1945, na qual se destacou também o seu aluno Joaquim Barradas de Carvalho, que esteve exilado no Brasil e era, pela sua ideologia marxista, um firme opositor do Estado Novo. Tal oposição foi prodigalizada pelo mestre referido, ainda que Magalhães Godinho não tenha seguido, em nosso entender, a mesma ideologia, aproximando-se de uma matriz socialista. A. H. de Oliveira Marques também teve que partir para o exílio, primeiro para a Alemanha, e depois para os Estados Unidos da América. Estes cultores de Clio lançaram as bases da História da Historiografia em novos moldes, neomodernos, assentes na problematização historiográfica e já não centrados na historiografia neometódica, conjugando o rigor científico com um empenhamento cívico inquestionável.

Na mesma linha, compaginando-a com uma abordagem inovadora da História Política, Armando Carvalho Homem desenvolve, desde os anos 80, uma obra muito importante em qualidade e extensão no âmbito da História da

Historiografia, dedicando-se ao estudo do percurso de diversos historiadores, como, entre outros, Gama Barros, António Cruz, Oliveira Marques (HOMEM 2008, p. 393-398), Luís Ferrand de Almeida e José Sebastião da Silva Dias. Armando Carvalho Homem tem se dedicado, de modo pioneiro, em diversas ocasiões, à história da Faculdade de Letras do Porto, onde rege e lecciona actualmente, entre outras, as cadeiras de *História da Historiografia* e *Historiografia Portuguesa*, sendo esta última uma novidade nas Universidades Portuguesas, que passou a existir em 2007.

Por seu turno, Oliveira Marques publicou em 1988 os *Ensaios de Historiografia Portuguesa*, onde reafirmou a matriz neomoderna que Godinho tanto cultivou, unindo a crítica de fontes à problematização historiográfica (MARQUES 1988). Nesse mesmo ano, José Mattoso deu à estampa a *Escrita da História*, com enfoque bem diverso, essencialmente teórico, centrado na temática que o título indicia e nas questões relacionadas com o discurso historiográfico, indagando acerca de assuntos caros à pós-modernidade e o *Linguistic Turn*. O foco da *Escrita da História* de José Mattoso é parcialmente outro, provavelmente mais especulativo e teórico-reflexivo, ainda que este historiador convoque a realidade exterior ao cultor de Clio e a verdade histórica como características indispensáveis ao trabalho historiográfico, que cumpre obrigatoriamente três etapas. Na primeira, os historiadores selecionam e organizam as marcas, os vestígios e os traços do passado, patentes mormente em fontes de variada natureza. Em seguida, os estudiosos constroem representações mentais interiores acerca da realidade histórica, mas partem sempre desta. As categorias que materializam são fruto de aturada contemplação; todavia, esta se nutre da observação das "coisas", não a dispensando, ainda que esta seja maioritariamente indirecta e dificilmente penetre o "âmago" dessa realidade. Num terceiro momento, ocorre a escrita da história, que não renega a necessidade de objectivação daquilo a que se refere, nem ludibria a importância de um estilo que salvasse uma indeclinável dimensão estética, sem que esta seja autossuficiente ou demande uma atenção exclusiva. No entanto, no trabalho de José Mattoso, a intuição, devidamente informada e fundamentada, parece possuir um valor mais primacial do que na obra de Oliveira Marques.

Em *A escrita da História*, os excessos de academismo, enciclopedismo e retórica são verberados. Contudo, o historiador salvasse a necessidade de utilização moderada destes requisitos, de forma a concretizar um encontro, tão *impossível* quanto desejado, entre a ciência e a arte: "[...] neste impossível encontro entre a ciência e a arte [...], para denunciar os vícios de certas escritas históricas deturpadas pelo academismo, o enciclopedismo ou a retórica [...]" (MATTOSO 2002, p. 20-21).

A obra de José Mattoso obedece a uma estrutura que abarca os seguintes tópicos de análise: a escrita de História, o ensino, os materiais e os temas. Mattoso indaga: *que história ensinar?* As respostas que ensaia não são definitivas e comportam margem considerável de incerteza, apontando para a compaginação do rigor científico com uma divulgação atractiva e necessária.

Em 1996 foi publicada a primeira (e única até o momento) *História da História* em Portugal, obra em cuja introdução os seus autores Luís Reis Torgal,

José Maria Amado Mendes e Fernando Catroga defendem que a história é uma ciência especial, tratando-se de Literatura (de expressão) científica, ainda que este empreendimento pioneiro, partindo de princípios metodológicos comuns, saia enriquecido das metodologias particulares e dos estilos de cada um dos historiadores responsáveis (TORGAL; MENDES; CATROGA 1996, p. 9).

Sobretudo a partir dos anos 1990, ou talvez dos finais da década anterior, existe uma tendência na história da historiografia portuguesa, em nosso entender minoritária em termos quantitativos, mas muito relevante no plano teórico-metodológico, que poderíamos denominar de *História Narrativa*. Foi problematizada, de modo pioneiro e decisivo, ainda nos anos 80 por António Manuel Hespanha e tem vindo a ser desenvolvida sobretudo por Maria de Fátima Bonifácio ou, de modo diverso, por Rui Bebião (HESPANHA 1986, p. 5-83; BONIFÁCIO 1993; 1999a, p. 11-28; BEBIANO 2000a, p. 59-86), mas também por Luís Adão da Fonseca, ainda que este historiador mantenha uma defesa mais clara da História como ciência.

### **Implicações da *história narrativa* na narrativa historiográfica: um enquadramento internacional**

A escrita historiográfica pode envolver um esbatimento, sem dissolução de fronteiras, entre a história e a ficção. Esta é maioritariamente entendida pelos historiadores analisados neste trabalho como seleção e reconstrução de dados, transformados em fatos históricos, deixando-se parte considerável da criatividade, da invenção ou da fantasia para a literatura, pelo menos no que tange à vertente mais livre e incondicionada de cada uma dessas dimensões (MOREIRA 2012, p. 17-47).

No imediato, apresentamos um contexto internacional sumário de historiadores que, antes dos cultores de Clio que nos vão ocupar, terão reagido contra os Annales, ou que lhes foram pelo menos paralelos e, eventualmente, indiferentes.

Recusamos o relativismo puro, que tudo reduz à subjetividade dos historiadores, preocupados em perscrutar o carácter lógico e quase sublime dos textos, configuradores de uma realidade que sem eles não existe, como parece transparecer de alguns trabalhos de Frank Ankersmit (ANKERSMIT 1983) ou adquire uma intangível espectralidade *traumática* (veja-se, para o efeito, alguns estudos de Dominick LaCapra (LACAPRA 1985).

Nos seus momentos mais extremos, como em *The Content of the Form* (WHITE 1983), ou já antes, talvez menos, na *Metahistory* (WHITE 1973), também Hayden White defendeu a especificidade linguística do discurso historiográfico, portador de figuras de retórica diferenciadoras, dado que, em última análise, caberia ao historiador não a representação do passado e sim uma reconfiguração imaginativa, devedora, quase em exclusivo, ao cultor de Clio, normalmente alguém provindo das áreas de Literatura das universidades americanas, nas quais a História se reduzia, e continua a limitar-se, a um género literário. Convém não esquecer que, desde os anos 1960, nas universidades americanas, o pós-modernismo começou a ter capacidade de penetração e fortuna intelectual, entrando no respectivo meio graças à conjugação de diversos fatores: o mundo

continuava dividido em dois blocos políticos, a *Guerra Fria* protagonizada pela URSS e pelos Estados Unidos da América; estes últimos encontravam-se a braços com um profundo conflito bélico no Vietname; e os movimentos de libertação dos negros e de emancipação das mulheres ou das minorias sexuais estavam em efervescência. Todos esses acontecimentos favoreceram a recomposição das elites universitárias e a afirmação de novos temas, erguidos como causas. Todavia, antes deste quadro, no interior do continente europeu, o estruturalismo e o pós-estruturalismo receberam notório acolhimento, através da afirmação de autores ligados a uma epistemologia ou filosofia crítica da história. Aliás, ainda antes, o sociólogo Raymond Aron publicara *Philosophie de L'Histoire* (ARON 1950). Em 1954 foi a vez de ser dado à estampa o estudo de Henri-Irenée Marrou intitulado *De la connaissance historique*. Em ambos os trabalhos se destaca a defesa da subjetividade historiográfica, que não deixa de se sintonizar com a procura de objetividade.

Nos anos 70 deu-se o *Linguistic Turn* que, no âmbito historiográfico, sublinhou a reação ao estruturalismo braudeliano, protagonizada previamente pela maioria dos autores e obras antecitados. Michel Foucault debruçara-se, ainda na década anterior, sobre *Les Mots et les Choses* e desenvolveu, em 1969, uma *Archéologie du Savoir* defendendo também a existência do poder mais enquanto relação, sem um centro, do que como um atributo (FOUCAULT 1966; 1969). Roland Barthes concentrou-se no *Dicours de l' Histoire* (BARTHES 1967) destacando: *o enunciado, a enunciação, o enunciador e o destinatário* do discurso historiográfico. O historiador que mais terá seguido Foucault foi Paul Veyne (VEYNE 1971), para o qual a História é apenas uma narrativa de factos verossímeis, abrindo caminho para o pós-modernismo, sobretudo numa das suas vertentes que, em nosso entender, tende a confundir a relatividade do conhecimento histórico, por nós desejada, com um perigoso relativismo infrene.

Na revisão bibliográfica, Maria de Fátima Bonifácio, Rui Bebiano e Luís Adão da Fonseca assimilaram, de modos diversos, o *Linguistic Turn* e o Pós-Modernismo, entrando em diálogo com autores e obras representativos de ambos, mas pertencendo, em nosso entender, a algo mais vasto e difícil de conter em limites muito estritos ou restritivos.

Maria de Fátima Bonifácio parece mais sensível à *História Narrativa* tradicional, conjugando-a com algumas ideias de Lawrence Stone, Paul Ricoeur (RICOEUR 1981) e o *narrativismo*, apontando a *teoria dos tropos* de White, sem subscrever as concepções deste de modo global. Rui Bebiano analisa a perspectiva nietzschiana, mas relaciona-a com os pontos de vista de Lawrence Stone e as análises ricoeurianas, destacando trabalhos de Georges Duby e Eric Hobsbawm. Por seu turno, Luís Adão da Fonseca segue bastante Krzysztof Pomian, entre outros (FONSECA 2004, p. 275).

### **A história narrativa portuguesa na actualidade e suas relações com a literatura**

Entre 1971 e 1990, o historiador Keith Thomas (THOMAS 1988) e os estudiosos da literatura Asa Briggs (BRIGGS 1978) e Lionel Gossman escreveram estudos, muito diferentes entre si, sobre as relações entre a história e a literatura,

sendo que este último pesquisador reuniu, em 1990, ensaios escritos entre 1971 e 1988 (GOSSMAN 1990).

A partir dos anos 1990 do século passado, a prestigiada revista *Annales* publicou dois números sobre as relações entre as duas áreas referidas. Na introdução ao primeiro, de 1994, Christian Jouhaud reconhece que os cultores de Clio interessam-se menos no cruzamento dessas temáticas do que os *littéraires*, clamando por uma história das práticas culturais. Este investigador francês defende uma ampliação e o cruzamento de escalas de análise, e problematiza a alegada transparência da noção de contexto (JOUHAUD 1994, p. 271-276).

Em 2010, Étienne Anheim e Antoine Lilti, na sua apresentação ao número dos *Annales* intitulado significativamente *Savoirs de la littérature*, congratulam-se com o facto de os historiadores terem alegadamente aprendido a lição e considerarem o conhecimento científico do passado ilusório (ANHEIM; LILTI 2010, p. 253-260).

Entre essas duas datas, a linguista Régine Robin punha, de algum modo, em causa autonomias entre a história e a literatura, defendendo uma abordagem linguística da história (ROBIN 1995). Num artigo publicado em 2012, o historiador François Hartog pergunta-se sobre *o que a literatura fez da história e à história*, referindo-se a polémicas e à recepção do número dos *Annales* de 2010, anteriormente aludido (HARTOG 2012).

Os estudos de cultores de Clio portugueses foram publicados depois do primeiro número monográfico dos *Annales* citado e antes do segundo, perfilando retoricamente a possibilidade de *jogos* de escalas, sem abdicarem de uma concentração prática no seu ponto de partida historiográfico. Pode aplicar-se ao inventário que se segue a questão colocada por Hartog, invertendo-lhe o sentido, interrogando *O que a história faz da literatura e à literatura?* A narrativa historiográfica pode ser, em nosso entender, mais bem compreendida se integrada num conspecto mais vasto, incidente sobre o ofício do historiador no campo historiográfico e nas diversas esferas do social. Nesta pesquisa, esse exercício não será sempre possível, projetando-se um trabalho mais aprofundado para ocasiões futuras. Toda a escrita da história envolve uma componente narrativa, tantas vezes multimodal. Contudo, reservamos a expressão *História Narrativa* para abranger, sob um signo e denominador comuns, de teor discutível, uma parte da historiografia portuguesa, provavelmente minoritária, que se aproxima da abordagem e problematização de dimensões artísticas, indagando formas extremamente controladas de ficção, entendida esta maioritariamente enquanto construção narrativa de acontecimentos, assente num estilo próximo do literário, questionando-se a *rigidez* que alguns cultores do *paradigma neomoderno* dominante alegadamente demonstram.

Os estudos efectuados em Portugal sobre as possíveis relações entre a história e a literatura são escassos e por vezes versam a temática de modo indirecto, em função de um dos pólos da equação, surgindo o outro subsidiariamente, como acontece no artigo de Fátima Bonifácio *A narrativa na "época pós-histórica"*, dado à estampa em 1999.

A autora nasceu em Lisboa em 1948. Licenciou-se em 1977, na Faculdade de Letras de Lisboa e, no ano seguinte, tornou-se investigadora do GIS,

Grupo de Investigações Sociais, fundado e dirigido por Adérito Sedas Nunes. De 1980 até 2006, deu aulas de História na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Em 1981 passou a pertencer ao Instituto de Ciências Sociais. Destacou-se nos Estudos sobre o século XIX Português, aos quais continua a dedicar-se. Concluiu a tese doutoral em 1990, na qual a historiadora se debruçou sobre *A via proteccionista do liberalismo português: política e economia nas relações luso-britânicas, 1834-43*. Esta tese inscreve-se na história econômica, mas nela já pulsa a história política. A própria historiadora admite, numa entrevista (RIBEIRO 2014), que a sua actividade de historiadora foi sempre norteadada pela vontade de canalizar para Clio o gosto pela política. Este espírito e as ideias que contempla presidiram à redacção de *O abençoado retorno da velha história*, publicado em 1993, não por acaso na Revista *Análise Social* (e, em nosso entender, influenciado pela historiadora britânica Gertrude Himmelfarb), estudo no qual a historiadora lançara as bases especulativas do tipo de reflexão historiográfica que viria a reiterar alguns anos volvidos.

O artigo *A narrativa na era pós-histórica* foi publicado ainda em 1999 e voltou a merecer guarida na publicação do Instituto de Ciências Sociais, resultando essencialmente teórico-reflexivo. A historiadora começa por elaborar um diagnóstico sobre a história (como disciplina) no final dos anos 90 do século XX, sintetizando brevemente as perspectivas de José Mattoso, François Furet ou John Elliott (BONIFÁCIO 1999a, p. 11). Enquanto o primeiro se mostra inquieto e perplexo face à variedade e minudência na investigação historiográfica contemporânea, o segundo apelida-a de “vagabundagem”, deplorando-a, e o terceiro sublinha uma fragmentação tendencialmente anárquica.

A história na época pós-histórica caracteriza-se, alegadamente, pela inexistência de unidade (temática e de propósitos) e de compartimentações, fronteiras ou hierarquias. No entanto, a história científica, triunfante entre os anos 1950 e 1970, terá preparado este quadro, mas ainda se movia num espectro assente na modernidade historiográfica, promovendo, no entender da historiadora em análise, uma supressão do referencial humano em favor de uma elucidação ou lógica abstracta entre estruturas, radiografando processos objectivos e desmontando a sua lógica interna (BONIFÁCIO 1999a, p. 15).

Maria de Fátima Bonifácio constata que as estruturas braudelianas tinham uma duração, ao contrário da desintegração total presente na actualidade. A historiadora sublinha que o modo dominante de história científica nos anos 1950 a 1970 não terminou nos dias de hoje; sobrevive, mas perdeu o seu estatuto: “A História cientista [...] não acabou. Mas o que sem dúvida acabou foi o privilégio que ela reivindicava [...]” (BONIFÁCIO 1999a, p. 17).

Maria de Fátima Bonifácio prefere claramente a *História Narrativa*, defendendo que desde os anos 80 até a actualidade na qual escreve concretizou-se, alegadamente, uma fragilização do discurso historiográfico científico, entrando-se naquilo que A. M. Hespanha chama *niilismo epistemológico, assente numa proliferação de assuntos, métodos, géneros, escalas*, assistindo-se a uma pulverização da verdade, da moral e da consciência do homem.

A historiadora expõe as descrições do historiador referido, mas também demonstra actualização bibliográfica assinalável, citando as discussões em torno da pós-modernidade historiográfica efectuadas na *American Historical Review*, entre outros, por John Toewes, Lawrence Levine e David Harlan, todos publicados em 1989, sem esquecer o trabalho de Lawrence Stone, dado à estampa em 1992 na *Past and Present*, na sequência de uma investigação seminal do mesmo autor, de 1979, intitulada *The Revival of Narrative* (BONIFÁCIO 1999a, p. 18). Na *época pós-histórica* concretizou-se a dupla impugnação da história científica e, com ela, do real como objecto de estudo bem como das formas desse estudo ligadas à prova, à verificação, à imparcialidade e aos códigos de inferência contra a arbitrariedade.

A autora aceita a diversidade de formas de conhecimento historiográfico possíveis como inevitabilidade e algo que pode ser positivo, desde que os historiadores procedam a uma autocrítica dos seus processos:

Já noutro lado me alonguei sobre a utilidade explicativa da narrativa histórica, na linha, expressamente citada, dos contributos dados pela filosofia analítica da história nos anos 60, e, por outro lado, na linha de um entendimento da narrativa bebido em Ricoeur e que a toma pela tradução, ou reflexo, ao nível da linguagem, da temporalidade, como estrutura básica da existência humana. [...] já em 1994 escrevi que entendia a história como um género literário, sujeito [...] a regras determinadas e específicas. Entre elas [...] a de justificar o enredo escolhido (BONIFÁCIO 1999a, p. 20).

## 142

Essa citação demonstra que Maria de Fátima Bonifácio silencia de propósito os filósofos analíticos avessos aos narrativismos, como Hempel e as suas *covering laws*, dado que este e os seus seguidores procuraram, de modos diversos, graus de generalidade para a história próximos da procura de leis alegadamente das ciências naturais. A historiadora em consideração parece adversária dessas inquirições. Por outro lado, salvaguarda e destaca o carácter narrativo da experiência humana, dado que a narrativa organiza a temporalidade - daí a referência a Ricoeur.

Maria de Fátima Bonifácio concretiza, em nosso entender, neste passo, a inserção numa *história narrativa*, implícita em todo o seu artigo intitulado *A narrativa na era pós-histórica*, que se assume como género literário, na sua vertente não-ficcional.

No plano da representação, Maria de Fátima Bonifácio rejeita a procura da realidade *tal como ela é*, preferindo apresentar uma versão plausível de um mundo possível. A historiadora partilha a visão de Oliveira Martins sobre a história no que tange a assumi-la como género literário, portador de uma moral, mas não se coíbe de admitir insuficiências na investigação empírica e na visão teórica concretizadas pelo historiador oitocentista, apontando-lhe possíveis excessos na presença do narrador e defendendo a importância de outras visões sobre o século XIX português (BONIFÁCIO 1999a, p. 25).

Todavia, em nosso entender, a autora, parcialmente por se dedicar aos estudos sobre a época histórica referida, parece admirar uma historiografia

que reclama uma matriz romântica, com algumas ressonâncias de cunho *micheletiano*, na qual a vivacidade do relato é fundamental, socorrendo-se de recursos ficcionais, mas sempre apenas ao nível da expressividade literária.

A cultora de Clio termina *A narrativa na época pós-histórica*, opondo-se ao consumismo dominante na sociedade de massas (BONIFÁCIO 1999a p. 27-28). Torna-se curioso verificar que alguns dos debates patentes em *Sur la Crise de l' Histoire* encontram aqui profícuo acolhimento, sendo assimilados articuladamente (NOIRIEL 1995).

Do nosso ponto de vista, esta historiadora defende, em diversos estudos e em entrevistas, uma matriz ideológica conservadora não-reacionária, em diálogo com um liberalismo moderado. Todavia, esta mera intuição pode conter perigosa generalização, que exige aprimoramentos críticos futuros.

Por seu turno, Rui Bebiano, no seu artigo intitulado *Sobre a História como Poética*, publicado em 2000, no número consagrado pela Revista de História das Ideias da Universidade de Coimbra às relações entre a história e a literatura (BEBIANO 2000, p. 59), percorre caminhos bibliográficos alternativos à reflexão sobre o trabalho citado de Noiriél ou os *Passés Recomposés*, obra dirigida por Jean Boutier e Dominique Julia (BOUTIER; JULIA 1995). Em nosso entender, essa situação talvez se deva ao facto de Bebiano não encarar como *crise* o momento vivido pela historiografia a partir dos anos 80 do século passado, considerando natural o aparecimento de alternativas à história canónica e que implicaram a fragmentação do campo historiográfico. Segue na linha de Fátima Bonifácio, alinhando pela valorização da narrativa historiográfica como género literário, no qual se registram e organizam eventos, mas manifesta menor inquietação face à questão da renovação da escrita da história (BEBIANO 2000a, p. 60).

Rui Manuel Bebiano Nascimento nasceu em Castanheira de Pera em 1952. Desde cedo, manifestou o gosto pela comunicação, também patente no estudo em análise, escrevendo para o suplemento juvenil do Jornal República e para o quinzenário da sua terra, o *Castanheirense*. Esta actividade começou um ano depois do Maio de 1968 em Paris, coincidindo com a Crise Estudantil em Coimbra, sobre a qual veio a debruçar-se enquanto historiador algumas décadas volvidas, interessando-se pelas questões do imaginário e das representações dos estudantes. Em 1970, influenciado e marcado por todo este ambiente de contestação e oposição ao Estado Novo, também agiu em conformidade com os ideais oposicionistas que perfilhava, tendo sido detido pela polícia política duas vezes (BEBIANO 2011).

A tese de Doutoramento de Rui Bebiano, defendida em provas públicas a 26 de junho de 1997, foi posteriormente publicada em 2000, no mesmo ano do artigo em vertente análise, sob o título *A Pena de Morte, Escrita de Guerra em Portugal e na Europa, séculos XVI- XVIII*. Trata-se de um estudo alicerçado em extenso trabalho de arquivo e crítica de documentos, mas debruçando-se sobre a escrita e o discurso no que tange a assuntos militares da Restauração - uma abordagem inovadora (BEBIANO 2000b, p. 13-60). Não admira, portanto, que as questões da escrita e do discurso sejam alvo de uma atenção mais alargada e genérica, essencialmente reflexiva, no artigo *Sobre a História como Poética*.

Este trabalho dialoga com Aristóteles desde o título e centra-se no estatuto da escrita da história (ciência ou arte) e na narrativa, enquanto núcleo à volta do qual gravitam as questões da verdade historiográfica e da reconfiguração disciplinar.

Antes de refletir sincronicamente sobre a actualidade, e em defesa da dimensão artística da história, o autor descreve, de forma sumária e acutilante, um percurso de cerca de mais de dois mil anos, sustentando que de Tucídides e Tácito até Gibbon e Michelet, no século XIX, a história sempre conjugou conhecimento, destreza e arte. Foi exactamente no oitocentos que a vocação disciplinar e científica começou a desenvolver-se, materializando uma leitura essencialmente crítica dos documentos, visando o rigor metodológico no apuramento de uma verdade entendida como adequação à realidade dos factos. Embora só tenha triunfado, parcialmente, no século referido, esta aspiração cientificista foi preparada pelo Racionalismo das Luzes (BEBIANO 2000a, p. 59).

Rui Bebiano exime-se a enunciar o Romantismo Crítico, a Escola Prussiana, Ranke e o Rankeanismo, ou a Escola Metódica. Tampouco descreve os *Annales* de modo detalhado, contornando a problematização das suas várias fases, ou a eventual especificação das respectivas contradições internas. O historiador também não explica as razões que o conduziram à consideração dos anos 80 do século XX. Interessa-lhe, em nosso entender, sublinhar que terá sido efectuada mais fortemente nessa década a crítica da história objectiva e a reaproximação às artes. Todavia, esse processo esteve longe de ser linear ou dicotómico, não se cingindo a uma substituição incontroversa de paradigmas. Rui Bebiano reconhece implicitamente as dificuldades, os *avanços*, *recuos* e paralelismos verificados, afirmando a parcial manutenção de focos relevantes e activos da história *cientista* ou cientificista (BEBIANO 2000a, p. 60).

144

Aliás, a prática historiográfica do historiador, vertida mormente nas suas teses e noutros estudos, preserva, do nosso ponto de vista, uma vertente estruturada e criticamente empírica, tendo em conta a procura de verdades relativas ou aproximadas, incentivando, paralelamente, uma abertura e adesão teórica a outras metodologias e formas de escrita.

Rui Bebiano convoca, implicitamente, a *Poética* de Aristóteles, que Fátima Bonifácio a florara de modo breve. Ambos os cultores de Clio seguem o estagirita no que tange à consideração da história e da poesia. Todavia, para Aristóteles, a primeira possui um estatuto inferior, dado que narra *o que aconteceu*, enquanto a segunda se debruça sobre *o que poderia ter acontecido*, permitindo-se um exercício mais livre da imaginação. Os dois historiadores portugueses referidos divergem deste postulado na parte que consagra a fidelidade absoluta e mimética da história ao acontecido, defendendo que nem sequer a respetiva narração é cabal. De resto, ambos sustentam que a história deve se aproximar da expressividade ficcional da poesia, assumindo-se como Poética. Nessa tarefa, Rui Bebiano, sobretudo no artigo em consideração, materializa, mais claramente, a intenção de incorporar esta dimensão no trabalho historiográfico, eventualmente ao arripio de correntes *narratológicas*. Defende, no dealbar do seu texto, de modo inequívoco, a abordagem pós-moderna, embora, progressivamente, apresente alternativas.

Rui Bebiano diagnostica brevemente a situação da historiografia, descrevendo a crescente possibilidade de abertura dos saberes ligados a Clio a um diálogo com outros âmbitos de estudos. Esta permeabilidade comporta, do lado dos historiadores, a proximidade com a literatura, ou com a crítica literária. Encontra-se, assim, devidamente enquadrada a análise sumária das perspectivas intelectuais de Hayden White (1973), Dominick LaCapra (1985), Paul Veyne (1971) ou Lawrence Stone (1979, p. 3-24).

O autor de *Sobre a História como poética* começa por citar a *Metahistory* de 1973 e nota a aproximação promovida por White entre factos e ficção, insistindo na inextrincável ligação entre narrativa e imaginação, contribuindo ambas para a reconstrução do passado através da ativação de um imaginário poético. Rui Bebiano enfatiza a propensão do intelectual americano para destacar as similitudes metafóricas e as estruturas convencionais das ficções, considerando a criação historiográfica uma operação literária produtora de ficção, recorrendo a discursos figurativos para a enunciação de dados a analisar.

No seguimento destas considerações, o autor de *Sobre a História como poética* debruça-se sobre o posicionamento de LaCapra face a White. Os dois pensadores americanos valorizam a dimensão literária da experiência social, a estrutura literária da escrita historiográfica e o pensamento abstrato. LaCapra confere enorme relevância ao conhecimento dos textos, devido à sua natureza informativa, à influência da e sobre a linguagem dos estudiosos, que, por seu turno, reconstróem o real vivido, assomando o contexto histórico no e do texto historiográfico, propiciando e incentivando a confusão entre as duas instâncias.

Rui Bebiano analisa, então, a posição de Paul Veyne. Resulta implícito que o historiador francês radicaliza os pressupostos, as reflexões teóricas e as práticas historiográficas descritas, considerando a história uma narrativa de factos verosímeis, lacunar a nível disciplinar, tendo que recorrer a estratégias para elidir fraquezas. Os documentos e os testemunhos são encarados como parciais, dado que os eventos também não são apreendidos de forma direta e completa, mas reconstruídos de modo imperfeito e lateral (BEBIANO 2000a, p. 70).

Por seu turno, Lawrence Stone, também citado pelo cultor de Clio em análise, comparece em 1979, através do artigo "The Revival of Narrative", como crítico da história-ciência, à qual também se devotara. Visa a concepção *cientista* em três eixos, prodigalizados nos anos 50-60: o modelo marxista (que esteve na base da revista *Past and Present*, da qual Stone foi director); o quantitativismo de uma parte dos *Annales* e a Cliometria norte-americana (BEBIANO 2000a, p. 71). Segundo o historiador britânico, até a história dita mais científica inclui, a contrapelo, recursos e estratégias de teor narrativo. Na perspetiva de Rui Bebiano, Stone privilegia a *História Narrativa*, sem, contudo, diluí-la na literatura, ao contrário do exercício no sentido da dissolução, permitido e parcialmente incentivado pela alegada *iconoclastia* de Paul Veyne.

Rui Bebiano apoia-se nas posições de José Mattoso sobre a *escrita da história*, ressaltando a relevância que este confere à qualidade formal, à escolha de dados e sua reconstrução interpretativa e à carga poética global. A história deve conciliar, no entender de José Mattoso, o rigor metodológico e a qualidade

artística, não sacrificando nenhum dos vectores. Paul Ricoeur foi fundamental nessa mesma linha, que Rui Bebiano também defende de modo cada vez mais claro no seu artigo. No início deste pontificara Nietzsche, mas percebe-se agora que pode ter sido convocado menos em função do seu niilismo ou relativismo, mas para que dele se aproveitasse o perspectivismo e uma relatividade na consideração da verdade histórica (BEBIANO 2000a, p. 81).

Rui Bebiano cita dois exemplos de historiadores que conjugaram o rigor e um estilo bem conseguido: Georges Duby, na sua obra *Guilherme o marechal* e Eric Hobsbawm, na *Era dos extremos* (BEBIANO 2000a, p. 84). Aliás, em nosso entender, em *Sobre a História como poética* o seu autor tematiza a ficção enquanto forma de construção da narrativa, da intriga e do enredo, e enquanto recurso indispensável à divulgação de conhecimentos que continuam a ser científicos, sendo, todavia, permeáveis a algumas configurações pós-modernas no plano teórico.

Falta abordar Luís Adão da Fonseca. Num colóquio realizado na Faculdade de Letras do Porto, cujas actas foram dadas à estampa em 2004, com o título *Literatura e História*, Luís Adão da Fonseca debruçou-se sobre as *Relações entre a História e a Literatura no contexto da actual crise da dimensão social na narrativa historiográfica*. Trata-se, desde logo, de um artigo que não elide a palavra *crise* e que parece partilhar, eventual e parcialmente, do afastamento face aos *Annales*, defendido por Maria de Fátima Bonifácio. Aliás, no percurso biográfico deste historiador avulta, igualmente, uma maior quantidade de trabalhos historiográficos de natureza empírica, voltados para a crítica de fontes.

146

Luís Adão da Fonseca nasceu em 1945. Licenciou-se na Faculdade de Letras do Porto e concluiu o Doutoramento em Navarra, um ano depois da Revolução de 25 de Abril de 1974 (FONSECA 1975). O cultor de Clio especializou-se em matérias da *Nova História Política* e da *Nova História Militar*.

Este historiador aborda o problema da multiplicidade de correntes historiográficas, escolhendo a derradeira década do século XX como posto principal de observação. Analisa, em seguida, as 18 propostas do Manifesto *História a Debate* (2003), que parte de Santiago de Compostela e envolve historiadores de todo o mundo. Um dos artigos do clausulado postula a necessidade de interdisciplinaridade para fazer face à dispersão e pulverização historiográficas notadas (FONSECA 2004, p. 267). Todavia, esta atitude científica pode ser interna e externa à história, comportando três perigos, no entender do medievalista em questão: a impossibilidade de uma ciência social unificada; transformar o diálogo necessário entre a história e as ciências sociais numa receita mágica; e diluir a história num outro âmbito disciplinar, nomeadamente na Literatura (FONSECA 2004, p. 267).

Na investigação em análise, Luís Adão da Fonseca reconhece a narrativa como um dos três principais vectores não só da referida interdisciplinaridade, mas também do estatuto da história nela implicado, não se cingindo este a uma componente teórica, mas comportando, igualmente, uma vertente prática, ligada a canais não historiográficos envolvidos na construção da memória social do passado. Nesse universo cada vez mais avassalador, face a esta

heterogeneidade, que se pode traduzir em complementaridade, mas também em concorrência, agudizando a crise, o historiador se pergunta se ainda há espaço para a história como disciplina científica, ou se apenas pode assumir-se enquanto consciência historiográfica. Apesar das dificuldades e dos obstáculos, Luís Adão da Fonseca parece construir uma argumentação defensora da viabilidade da primeira hipótese esboçada, indagando a posição da consciência num quadro desses, colocando a possibilidade de privilégio e a de igualdade de circunstâncias (FONSECA 2004, p. 268).

Esse jogo de forças e de (des)equilíbrios ocorre com particular acuidade desde a última década do século XX, em relação à qual o medievalista diagnosticou uma alteração de paradigma, que trouxe uma proliferação de mudanças e transformações, abalando decisivamente o paradigma que defendia a verdade desde os gregos, ou a certeza a partir da modernidade, com Descartes ou Bacon, assente em vários pilares: rigor na selecção, organização e classificação dos dados, sem esquecer a racionalidade na fundamentação da argumentação, pesquisando o fundamento subjacente aos respectivos juízos. A procura da certeza podia e pode concitar metodologias de manipulação da realidade pelo sujeito cognoscente (FONSECA 2004, p. 268).

Para Luís Adão da Fonseca, o paradigma estruturado a partir dos pressupostos enunciados foi modificado, mas não destruído, revelando-se, todavia, a seu ver, insuficiente. O cultor de Clio move-se no interior do paradigma da cientificidade, exigindo e procurando a adaptação à explosão de paradigmas e à fragilidade daí decorrente, de modo a perseguir uma verdade relativa. O historiador apoia-se em artigos saídos na *American Historical Review*, acolhendo uma vertente de reflexão anglo-saxônica, preocupada com a moral ou a ética, tal como fizera a autora de *Narrativa na "época pós-histórica"*. Luís Adão da Fonseca consubstancia uma referência mais alargada a Bernard Bailyn e subscreve as diretrizes básicas do editorial de 1981, no qual o historiador norte-americano propusera a configuração da história como uma ciência moral, testando as possibilidades, os limites e as aporias de tal asserção e das realidades que lhe correspondam. O cultor de Clio português acompanha e assimila esta argumentação, considerando igualmente que, para contrariar a crise, a historiografia contemporânea ganhará em apresentar-se enquanto escrita de narrativas. Aliás, resulta implícito que, tal como Bailyn, também Luís Adão da Fonseca não terá ficado muito convencido com as três temporalidades de Braudel, ou com o *powerful framework of coherence*, experimentado pelo Marxismo, concretizando o medievalista uma via pessoal de possível resposta ao quadro esboçado, alicerçada na seguinte intuição:

147

É interessante, a meu ver, que o mesmo Bailyn [...] cite expressamente dois autores. Lord Acton e Oscar Handlin. Acontece que o primeiro é um representante da visão liberal da história, e o segundo é o autor da conhecida obra sobre a *Verdade na História*.

Ou seja, a ligação destas quatro vertentes (narrativa articuladora das diferentes áreas – valor da liberdade – visão liberal – verdade) pode ser um bom ponto de partida para enquadrar o problema da relação História / Liberdade, núcleo central do que procuro explicitar sobre a

imprescindibilidade da narrativa como núcleo duro do que deve ser a especificidade da consciência historiográfica no conjunto da memória histórica dos tempos actuais (FONSECA, 2004, p. 270).

Segundo a proposta de Luís Adão da Fonseca, a narrativa é o eixo central da consciência historiográfica e um garante da sua viabilidade, assente numa visão liberal, perante a profusão de perspectivas provenientes da memória social mais alargada.

O historiador português defende e promove a aproximação e relação entre a realidade histórica e o discurso historiográfico, criticando o carácter omnívoro da concentração exclusiva neste último, colocando igualmente em causa uma atitude semelhante no que tange ao primeiro. Luís Adão da Fonseca defende a responsabilidade social dos historiadores, mas adverte para as dificuldades de uma exclusividade conferida a esse tipo de abordagem, que, no limite, pode implicar não apenas a desmontagem e análise crítica e devidamente contextualizada de interesses antagónicos, mas também a tomada de partido subjectiva e desafiadora da procura da imparcialidade, indispensável à materialização de decisões conjuntas. O autor apresenta um entendimento que não se esgota na função social dos historiadores, estendendo-se aos usos da verdade historiográfica, conciliando a existência da experiência social e profissional dos cultores de Clio com as suas escritas, concretizando uma análise social da narrativa historiográfica (FONSECA 2004, p. 274).

148

O historiador não pretende elaborar qualquer teoria da narrativa historiográfica, uma vez que reconhece e vastidão da bibliografia disponível a esse nível. Apenas procura testar aquilo que defende, ou seja, o peso e o poder do reforço da produção da narrativa historiográfica na luta pelo reenquadramento do respectivo consumo social, contribuindo este para fazer face ao desgaste sofrido pelas formas historiográficas científicas na memória colectiva, em consequência do embate com a memória social ligada aos atropelos alegadamente perpetrados pela sociedade de consumo e pelos meios de comunicação de massas colocados ao seu dispor. As reivindicações retóricas e práticas de herança e património comuns esbarram no desinteresse e na amnésia dos públicos massificados, paradoxalmente dotados de uma maior e mais rápida possibilidade de acesso à informação, mas que não a retêm ou assimilam em muitos casos, pelo menos no que respeita à história.

Para Luís Adão da Fonseca a narrativa historiográfica só conseguirá juntar o cumprimento da sua responsabilidade ao sucesso perante o público, seguindo o exemplo, ao nível de consumo, do romance histórico, enquanto género bem sucedido, se lograr conciliar a erudição com uma forma e um estilo literários na apresentação da narrativa.

### **Afloramento da questão da historicidade e considerações finais**

Nesta investigação, procuramos perceber o modo como Maria de Fátima Bonifácio, Rui Bebiano e Luís Adão da Fonseca perspectivam a *História Narrativa*, situando-se no seu interior, sendo de salientar que o último historiador referido

confere maior peso à história científica do que os anteriores, embora nenhum estudioso a desrespeite ou defenda a sua liminar destruição.

No que se refere ao estatuto da história enquanto historiografia, em face do exposto, parece evidente que predomina a sua consideração alicerçada na relatividade ou até no relativismo das verdades e realidades históricas, prevalecendo a *imaginação controlada* na edificação de uma ficção entendida como selecção e construção de acontecimentos. Para o senso comum, a *historicidade* parece implicar essencialmente o que acontece entre dois lapsos cronológicos, na vida dos indivíduos ou das sociedades, coincidindo com o que é histórico. Num plano especializado, François Hartog reflecte sobre os regimes de *historicidade*, mas neste estudo não afluamos sequer esta complexa temática (HARTOG 2013).

Para os historiadores analisados, a visão estritamente estática e descritiva da *historicidade* parece subalterna e instrumental, preferindo encará-la quase sempre de modo implícito, enquanto forma activa e dinâmica como os indivíduos ou os historiadores se relacionam, no seu presente, com essa atualidade, construindo narrativas sobre o passado, conhecido de forma imperfeita, e o futuro.

A *historicidade* pode, por isso, envolver a escrita historiográfica como sua expressão, *num duplo sentido, cronológico e ontológico* (ARAÚJO 2013, p. 34-44). Os cultores de Clio analisados, sobretudo os dois primeiros, utilizam maioritariamente aquele em função deste. Se a *historicidade* congrega uma dimensão ontológica (ARAÚJO 2013, p. 34-44), esta procura as virtualidades da escrita historiográfica, sobretudo a riqueza literária no plano estilístico, enfatizada por Luís Adão da Fonseca, para tentar veicular princípios e valores próprios da história enquanto narrativa e, também, por maioria de razão, da *História Narrativa*. Fátima Bonifácio enfatiza a componente ética da função do historiador, associando-a à fruição estética e à divulgação, por esta ordem. Rui Bebiano respeita e segue este itinerário, mas acrescenta-lhe as especificidades de uma perspectiva comunicacional e retórica, transversal a todos os domínios enunciados. Luís Adão da Fonseca enfatiza estas duas últimas perspectivas como substrato das restantes.

Em nosso entender, a divulgação e o estilo como tônica parecem ser os principais elementos comuns presentes na *História Narrativa* patenteada nos artigos estudados.

Daí que a relação de todos esses historiadores com a literatura pareça sempre subsidiária do tratamento de questões historiográficas, permanecendo muito no interior destas. Talvez se possam divisar posições de compromisso entre o *historicismo* e o *narrativismo*, consubstanciando este último de modo moderado, avesso a *cientismos*, mas conservando a procura da cientificidade. Perfilhamos a *história social das narrativas*, conforme a entende Luís Adão da Fonseca, e consideramos ser possível uma história cultural do literário, olhando historiograficamente as coordenadas deste. Entendemos que o afloramento da história literária é um caminho a explorar, a partir dos modelos historiográficos, conciliando autores, obras, coordenadas espaciotemporais, personalidades como personagens, géneros e períodos literários.

A história literária pode ser mais filológica, como entendem alguns (FRAISSE 2001, p. 6-19), comportando a assimilação de dados estatísticos (MYLNE 1987, p. 15), ou, então, conciliando a vertente filológica com a *estética da recepção* e uma dimensão teórico-conceptual acentuada, como perfilham outros (PERKINS 1993, p. 1-27). O diálogo destas e de outras perspectivas é profícuo e o historiador não deve ignorá-lo.

### Referências bibliográficas

- ANHEIM, Étienne; LILTI, Antoine. Savoirs de la littérature. **Annales: Histoire, Sciences Sociales**, n. 2, 2010, p. 253-260.
- ANKERSMIT, Frank. **Narrative logic: a semantic analysis of historian language**. Haia: Martinus Nijkoff Philosophy Library, 1983.
- ARON, Raymond. **La philosophie de l'histoire: essai sur une théorie allemande de l'histoire**. 2.<sup>a</sup> edição Paris: Vrin, 1950.
- BARTHES, Roland. Le Discours de l'histoire. **Social Science Information**, v. 6, p. 63-75, 1967.
- BEBIANO, Rui. Sobre a História como poética. **Revista de História e Teoria das Ideias**, v. 21, p. 59-86, 2000a.
- \_\_\_\_\_. **A Pena de Marte**: escrita de guerra em Portugal e na Europa (séculos XVI- XVIII). Coimbra: Minerva, 2000b.
- 150 \_\_\_\_\_ **Rui Bebiano**. Coimbra: Centro de Estudos Sociais Laboratório Associado da Universidade de Coimbra, 2011. Disponível em. [http://www.ces.uc.pt/investigadores/cv/rui\\_bebiano.php](http://www.ces.uc.pt/investigadores/cv/rui_bebiano.php). Acesso em 10 jul. 2014.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima. O abençoado retorno da velha história. **Análise Social**, v. 28, n. 122, p. 623-630, 1993.
- \_\_\_\_\_. A narrativa na época pós-histórica. **Análise Social**, v. 34, n. 150, p. 11-28, 1999a.
- \_\_\_\_\_. **Apologia da História Política**. Lisboa: Quetzal, 1999b.
- BRIGGS, Asa. **History and Literature**. Gloucestershire: Cheltenham College, 1978.
- BOUTIER, Jean; JULIA Dominique (orgs.). **Passés Recomposés: champs et chantiers de l'histoire**. Paris: Autrement, 1995.
- CATROGA, Fernando. **Os Passos do Homem como Restolho do Tempo: Memória e Fim do Fim da História**. Coimbra: Almedina, 2009.
- FONSECA, Luís Adão da, As Relações entre a história e a literatura no contexto da actual crise da narrativa historiográfica. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL LITERATURA E HISTÓRIA, 2003, Porto. **Actas...** Porto, Faculdade de Letras, 2004.
- FRAISSE, Luc (org.). **L'Histoire Littéraire: ses méthodes et ses résultats Mélanges offerts à Madeleine Bertaud**. Paris: Droz, 2001.

- GODINHO, Vitorino Magalhães. **A Crise da História e as suas novas directrizes**. Lisboa: Empresa Contemporânea de Edições, 1946.
- \_\_\_\_\_. **Ensaio III**: sobre Teoria da História e Historiografia. Lisboa: Sá da Costa, 1971.
- GOSSMAN, Lionel. **Between History and Literature**. Massachusetts: Harvard University Press, 1990.
- FOUCAULT, Michel, **Les Mots et les Choses**: une archéologie des sciences humaines. Paris: Gallimard, 1966.
- \_\_\_\_\_. **L'Arquéologie du Savoir**. Paris: Gallimard, 1969.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. **Ensaio III**: Sobre Teoria da História e Historiografia. Lisboa: Sá da Costa, 1971.
- HARTOG, François. Ce que la littérature fait de l'histoire et à l'histoire. In: COLLOQUE LITTÉRATURE ET HISTOIRE EN DÉBATS. Paris: 2012, p. 1-11.
- \_\_\_\_\_. **Regimes de Historicidade**: Presentismo e experiências do tempo. Rio de Janeiro: Autêntica, 3ª edição 2013.
- HESPANHA, António Manuel. "História e sistema: interrogação à historiografia pós-moderna". **Ler História**, v. 9, p. 65-83, 1986.
- HOMEM, Armando Luís de Carvalho. In Memoriam A. H. de Oliveira Marques. 2. A. H. de Oliveira Marques: homenagem. **Revista da Faculdade de Letras [UP]**. História, III série, v. 9, p. 393-398, 2008.
- JOUHAUD, Christian. Présentation. **Annales**: Histoire, Sciences Sociales, vol. 49, n. 2, p. 271-276, 1994.
- LACAPRA, Dominick. **History and Criticism**. Nova Iorque: Cornell University Press, 1985.
- MARQUES, A.H. de Oliveira. **Antologia da Historiografia Portuguesa**, 2 vols, Lisboa: Publicações Europa-América, 1974.
- MATTOSO, José. **A escrita da História**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002.
- MOREIRA, Nuno Bessa. **A Revista de História (1912-1928)**: uma proposta de análise histórico-historiográfica Tese (Doutoramento em História), 2 vols., Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012.
- MYLNE, Vivienne. **Is Literary History Possible?** Bristol: School of Modern Languages University of Bristol, 1987.
- NOIRIEL, Gérard. **Sur la crise de l'histoire**. Paris: Belin, 1996.
- NUNES, João Paulo Avelãs. O Estado, a Historiografia e Outras Ciências/Tecnologias sociais. In: \_\_\_\_\_. **As Historiografias Portuguesa e Brasileira no século XX: Olhares Cruzados, João Paulo Avelãs Nunes e Américo Freire (coordenação)**. Coimbra; Rio de Janeiro: Imprensa da Universidade de Coimbra; Fundação Getúlio Vargas, p. 53-79, 2013.

PERKINS, David. **Is Literary History Possible?** Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras da Ficção: Diálogos da história com a literatura. **Revista de História das Ideias**, v. 21, pp. 33-55, 2000.

RIBEIRO, Anabela Mota. **Maria de Fátima Bonifácio**. Disponível em: <http://anabelamotaribeiro.pt/maria-de-fatima-bonifacio-86534>. Acesso em: 10 jul. 2014.

RICOEUR, Paul. **Temps et Récit**. 3 tomos, Paris: Éditions du Seuil, 1983-1985.

ROBIN, Régine. L'Histoire saisie, dessaisie par la littérature? **EspacesTemps**, n. 59-61, 1995, p. 56-65.

SANTOS, Nácia Maria Weber. Apresentação do Dossiê: "Sandra Jathay Pesavento: A historiadora e suas interlocuções". **Revista Fénix**, v. 6, n. 2, 2009. Disponível em: [http://www.revistafenix.pro.br/PDF19/Apresentacao\\_do\\_Dossie\\_Nadia\\_Maria\\_Weber\\_Santos.pdf](http://www.revistafenix.pro.br/PDF19/Apresentacao_do_Dossie_Nadia_Maria_Weber_Santos.pdf). Acesso em: 10 jul. 2014.

STONE, Lawrence. The revival of narrative: Reflections on a New Old History. **Past and Present**, n. 85, 1979, p. 3-24.

THOMAS, Keith. **History and Literature**. Swansea: University College of Swansea, 1988.

TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Maria Amado; CATROGA, Fernando (orgs.). **História da História em Portugal**: séculos XIX-XX. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

VEYNE, Paul. **Comment ont écrit l`histoire**: Essai d'épistémologie. Paris: Éditions du Seuil, 1971.

WHITE, Hayden. **Metahistory**: the Historical Imagination in Nineteenth-Century Europe. The Johns Hopkins University Press, 1973.

\_\_\_\_\_. **Content of the form narrative discourse and historical representation**. Baltimore Maryland: The Johns Hopkins University Press, 1983.

# La literatura como trabajo de memoria: disputas por la definición de pasados conflictivos en dos obras de ficción

Literature as Work of Memory: Disputes over Conflictive Pasts in Two Works of Fiction

---

**Sebastián Vargas Álvarez**

legionesdeclio@gmail.com

Profesor

Universidad Iberoamericana

Prolongación Paseo de la Reforma 880 - Lomas de Santa Fe

01219 - Ciudad de México - DF

México

---

## Resumen

En este artículo se aborda la estrecha relación entre la literatura y la memoria colectiva, partiendo de la afirmación de que los textos literarios restituyen la historicidad de una época y pueden plantear reflexiones sobre los procesos de configuración del recuerdo y el olvido social. Para desarrollar ese argumento se analizan dos novelas: *El lector* (1995), de Bernhard Schlink, obra en la cual se reflejan las complejas disputas por la definición de la memoria pública en la Alemania de posguerra; y *La carroza de Bolívar* (2012), de Evelio Rosero, donde se evidencia la tensión entre memorias hegemónicas nacionales y memorias disidentes locales en la Colombia de los siglos XIX y XX, manifiesta en las diversas resignificaciones de la figura del libertador Simón Bolívar.

153

## Palabras clave

Literatura; Memoria colectiva; Historicidad.

## Abstract

This paper focuses on the close linkage between literature and collective memory, based on the claim that literary texts reconstitute the historicity of a time and may raise reflections on processes of configuration of social memories and oblivion. To develop this argument, it discusses two novels: *Der vorleser* (1995), by Bernhard Schlink, a work that reflects the complex disputes over the definition of public memory in postwar Germany; and *La carroza de Bolívar* (2012), by Evelio Rosero, which evinces the tension between hegemonic national memories and local dissident memories in Colombia in the 19<sup>th</sup> and 20<sup>th</sup> centuries, manifested in the various significations of Simon Bolivar as a liberator.

## Keywords

Literature; Collective memory; Historicity.

---

Recibido el: 5/7/2014

Aceptado el: 29/8/2014

## Según Astrid Erll, los textos literarios cumplen

diversas funciones en la cultura del recuerdo como, por ejemplo, formar representaciones sobre mundos pasados, transmitir imágenes de la historia, negociar las competencias del recuerdo y reflexionar sobre los procesos que lleva a cabo la memoria colectiva y los procesos que enfrenta (ERLL 2012, p. 197).

En el presente artículo se busca poner a prueba esa tesis a partir del estudio empírico y minucioso de dos novelas en las cuales se hacen evidentes las tensiones y disputas propias de los procesos de elaboración de la memoria colectiva en contextos conflictivos o traumáticos.

*El lector* (1995), del escritor alemán Bernhard Schlink, remite al difícil proceso de construcción de la memoria colectiva, trabajo de duelo y asimilación de la responsabilidad histórica por el Holocausto judío en la Alemania de posguerra, una sociedad que, durante la segunda mitad del siglo XX e incluso hasta la actualidad, ha tenido que sobrellevar lo que Michael Geyer ha llamado el "estigma de la violencia" (GEYER 2001, p. 10). Por su parte, *La carroza de Bolívar* (2012), escrita por el autor colombiano Evelio Rosero, expresa una serie de tensiones entre memorias hegemónicas y memorias locales disidentes (GNECCO; ZAMBRANO 2000) en Colombia configurada en torno a los distintos recuerdos, olvidos y resignificaciones de la figura del libertador Simón Bolívar en la ciudad de Pasto, al suroccidente del país. A pesar de que se trata de dos obras que remiten a contextos diferentes y de que manejan una estructura temporal diferente (la distancia histórica entre los eventos referidos y el presente del escritor y sus lectores es mayor en la novela colombiana que en la alemana), ambas obras tienen en común una función reflexiva con respecto a eventos violentos traumáticos que desestabilizaron las sociedades de las que fueron producto.

El artículo se divide en cuatro partes. En un primer momento, me referiré a los aportes de los textos literarios a los procesos de construcción de la memoria colectiva. Los siguientes dos apartados están dedicados al análisis de las obras de ficción propuestas como caso de estudio. Por último, retomaré las principales reflexiones del estudio en una breve conclusión.

Cabe aclarar que no hablo de la literatura como un experto en ese campo, sino desde el punto de vista de un historiador que busca identificar y señalar algunos aportes de los textos literarios a los estudios de la memoria y al mejoramiento de su propio oficio. También quisiera advertir que en el artículo no se abordará la problemática relación entre discurso histórico y discurso literario, o entre verdad y ficción, que remite al debate sobre el carácter narrativo del texto histórico (agudizado después del giro lingüístico en la década de los años setenta), pues mi intención es concentrarme en las relaciones entre literatura y memoria.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Para un balance actualizado de este debate, véase VERGARA 2005.

## Literatura, memoria, historicidad

La literatura, a diferencia de la historia —que mantiene un pacto de referencialidad con el lector (debe acreditar la verdad de lo narrado)—, posee un “poder simbolizador” para referirse al pasado, precisamente porque escapa a las exigencias de cientificidad y objetividad propias de la historiografía (RUFER 2010, p. 307). Su dominio no es “la realidad histórica”, sino la “exploración de la dimensión histórica de la existencia humana” (ORDOÑEZ 2012, p. 212); y su finalidad no es “la verdad” del relato, sino su “verosimilitud” (PERUS 2009, p. 33). Utilizando los términos de H.U. Gumbrecht (2005), podríamos decir que la literatura es productora de *efectos de presencia*, más que de *efectos de sentido*: logra expresar realidades pasadas más que explicarlas.

El “poder simbolizador” y de “producción de presencia” de los textos de ficción es especialmente palpable cuando se refieren a eventos límite, tales como el Holocausto judío, el terrorismo de estado de las dictaduras militares latinoamericanas o el racismo estructural del Apartheid sudafricano.<sup>2</sup> La literatura, en tanto manifestación artística cuya meta no es la presentación de un significado objetivo sobre la realidad sino la expresión humana, puede convertirse en una alternativa útil para sortear los límites que esa clase de acontecimientos traumáticos impone a la representación historiadora (FRIEDLANDER 2008):

Por medio de técnicas como el diario personal, el discurso vivido, o el monólogo interior, los textos literarios tienen la capacidad de representar aquello a lo que no se puede acceder por medio de otros discursos, dado que no está articulado ni se lo puede articular en ellos; los textos literarios tienen la capacidad de hacer esto intersubjetivamente accesible y, con ello, de convertirlo en objeto de la cultura del recuerdo (ERLL 2012, p. 238).

El arte y la literatura juegan un papel muy importante en la recuperación y socialización de la memoria, la reparación y la reconstitución de nuevas identidades. En efecto, la literatura y el arte son campos de producción que permiten concebir un mapa social que recoja y elabore los síntomas de una sociedad conmocionada (ORTEGA 2011, p. 56).

En la medida en que la literatura se interesa por lo verosímil y lo posible de la existencia humana, es capaz de imaginar realidades y devenires históricos alternativos (ERLL 2012, p. 203).<sup>3</sup> Pero, en ese proceso, también refleja los deseos, los sueños y los imaginarios de la sociedad en la que es producida una obra literaria y que la atraviesan más allá de que su autor sea consciente de ello o no. Al respecto, comenta en un interesante ensayo el escritor peruano Mario Vargas Llosa (2002, p. 22):

<sup>2</sup> Sobre el papel de la literatura, a partir de ejemplos concretos (poesía y novela), en los procesos de elaboración de pasados traumáticos en la Europa de posguerra y la América Latina de la transición, ver SARLO 2008; y, para el caso sudafricano, RUFER 2010, Cap. 5.

<sup>3</sup> Esta es una característica que comparten los relatos de ficción con las narraciones o testimonios de la memoria colectiva: “la memoria subvierte el presente al negarle la condición de aquello que aparece como algo irremediablemente necesario. Habla de lo que fue, pero además ensaya reflexionar sobre las circunstancias que lo posibilitaron; se abre la inquietante posibilidad de que el camino recorrido no fuera el único posible. La maleabilidad de la memoria niega cualquier esencia fatalista de los acontecimientos. Su misión, seguramente, no radica en el escrutinio valorativo de los hechos. No es su papel ponerlos en duda, pero presupone que podría haber sido de otra manera y en un sentido que se acerca al futuro, la memoria afirma que no estábamos ‘destinados’ a ser lo que somos, ni a repetir lo que fuimos” (SCHMUCLER 2009, p. 29).

¿Qué confianza podemos prestar, pues, al testimonio de las novelas sobre la sociedad que las produjo? ¿Eran esos hombres así? Lo eran, en el sentido de que así querían ser, de que así se veían amar, sufrir y gozar. Esas mentiras no documentan sus vidas sino los demonios que las soliviantaron, los sueños en que se embriagaban para que la vida que vivían fuera más llevadera. Una época no está poblada únicamente de seres de carne y hueso; también, de los fantasmas en que estos seres se mudan para romper las barreras que los limitan y los frustran.

Desde mi punto de vista, esos fantasmas y demonios que pueblan la literatura están directamente relacionados con lo que François Hartog (2007, p. 30) denomina *regímenes de historicidad* de una sociedad, esto es, con las diferentes formas en que una comunidad humana se relaciona con el tiempo (pasado, presente y futuro) y lo experimenta. En novelas, cuentos y otros relatos de ficción es posible rastrear pistas en personajes, situaciones o tramas que nos revelan algunas de esas relaciones y experiencias. Son documentos que permiten al historiador en particular y a cualquier lector en general restituir la historicidad de una sociedad pasada, de un contexto específico, que puede ser el lugar de producción de la obra, el escenario en el cual se desarrollan los relatos ficcionales, o ambos. Son capaces de expresar la atmósfera o el *stimmung* propio de una época, que revela las particulares relaciones que una sociedad mantiene con la temporalidad y la historia (GUMBRECHT 2013).

156

Adicionalmente, existen novelas u otras obras literarias que abordan directamente el problema de la configuración del recuerdo y el olvido colectivo. Pienso en ejemplos muy conocidos como *1984* y *Rebelión en la granja*, de George Orwell, o *Funes el memorioso*, de Jorge Luis Borges. En esos y en otros casos —como en las literaturas feministas y poscoloniales—, los textos literarios se constituyen en medios para la formación de la memoria colectiva y para la reflexión crítica sobre esa misma memoria en la medida en que son capaces, según Erll, de

indagar, deconstruir y transformar de manera declarada las versiones del pasado existentes, al crear ficciones revisionistas de la historia y la memoria [...] de esta manera, los textos literarios cuestionan las imágenes de la historia, las estructuras axiológicas y las representaciones de lo propio y lo otro (2012, p. 227).

Las dos novelas analizadas en este artículo, como veremos, también pueden incluirse en ese tipo de obras.

Quisiera terminar este primer apartado argumentando que ese tipo de obras de ficción que plantean reflexiones al lector sobre el funcionamiento de la memoria colectiva y sobre implicaciones políticas de esa misma memoria, se pueden interpretar como “trabajos de memoria”. Se trataría de una práctica deliberada, en el sentido productivo propuesto por autoras como Elizabeth Jelin y Pilar Calveiro:

El trabajo como rasgo distintivo de la condición humana pone a la persona y a la sociedad en un lugar activo y productivo. Uno es agente

de transformación, y en el proceso se transforma a sí mismo y al mundo. La actividad agrega valor. Referirse entonces a que la memoria implica "trabajo" es incorporarla al quehacer que genera y transforma el mundo social (JELIN 2002, p. 14).

Una decisión consciente de no olvidar, como demanda ética y como resistencia a los relatos cómodos. En este sentido, la memoria es sobre todo acto, ejercicio, práctica colectiva, que se conecta casi invariablemente con la escritura (CALVEIRO 2006, p. 377).

### **El lector: memorias individuales y colectivas en la Alemania de posguerra**

Bernhard Schlink es un escritor y jurista nacido en 1944 en Bielefeld, Alemania. Se ha desempeñado como juez en la corte constitucional del estado federal de Renania del Norte-Westfalia y como profesor de historia del derecho en la Universidad Humboldt de Berlín. Si bien ya había escrito algunas novelas policíacas, su reconocimiento como autor se deriva del éxito obtenido con su novela *El lector* (*Der vorseher*), publicada en 1995. Traducida a 39 idiomas y ganadora de varios premios internacionales, la novela fue adaptada al cine por el director Stephen Daldry en 2008, lo cual multiplicó el público receptor de ese relato alrededor del mundo.

*El lector* narra, desde una perspectiva parcialmente autobiográfica, la historia de un romance que sostiene el adolescente Michael Berg con Hanna Schmitz, una mujer mayor que él y misteriosa. Años después, cuando Michael es estudiante de derecho, vuelve a ver a Hanna, quien se encuentra acusada en un tribunal contra los crímenes de la Segunda Guerra Mundial y es declarada culpable. Michael adulto y Hanna anciana sostendrán luego una relación postal y literaria: él le envía grabaciones de lecturas en voz alta. La práctica de la lectura atraviesa la tormentosa relación de la pareja en tres tiempos: el romance, el juicio, la cárcel. El analfabetismo de Hanna y su superación final constituyen la clave de la novela.

Esta obra es un buen ejemplo de que la memoria, tanto individual como colectiva, siempre es una elaboración del pasado desde el presente que solo puede expresarse mediante una narración, como se ha insistido muchas veces en los estudios de memoria. Los episodios que marcaron la vida de Michael solo adquieren sentido cuando los rememora *a posteriori*, en su vida adulta, cuando se da cuenta realmente de quién es Hanna.<sup>4</sup> El pasado va transformándose conforme se retoma desde diferentes presentes. Las impresiones que producen al protagonista las visitas *a posteriori* de lugares importantes para su vida de adolescente y de joven adulto determinan la manera en que recuerda y evoca el pasado, trátase de la casa donde vivió su agitado romance con Hanna, o del campo de concentración de Struthof, el cual visita cuando estudiante, primero, y, luego, cuando ya es mayor (SCHLINK 2009, p. 12, 145-146).

157

<sup>4</sup> Por ejemplo, cuando Michael afirma, en diferentes momentos: "Aunque puede ser que no me fijara en todo esto hasta más adelante"; "todas esas cosas no las pensaba claramente por entonces, pero las sentía con toda certeza"; "esas son cosas que pensé más tarde. Y tampoco más tarde hallé consuelo en ellas" (SCHLINK 2009, p. 15, 84 y 160).

El pasado cobra sentido a través del presente. Por eso para Michael los días de su romance con Hanna, que recuerda como felices, son empañados por las impresiones posteriores, por los descubrimientos, por el giro que se da por los acontecimientos ulteriores. Él rememora todo, acumulado, desde el hoy en que narra, en que escribe la historia.

¿Por qué me pongo tan triste cuando pienso en aquellos días? ¿Será que añoro la felicidad pasada? Lo cierto es que en las siguientes semanas fui feliz. Me la pasé estudiando como un imbécil, hasta sacar el curso, mientras nos amábamos como si nada más importara en el mundo. ¿O será por lo que descubrí más tarde, por la sombra que ese descubrimiento tardío arroja sobre aquellos días del pasado? ¿Por qué? ¿Por qué lo que fue hermoso, cuando miramos atrás, se nos vuelve quebradizo al saber que ocultaba verdades amargas? (SCHLINK 2009, p. 40).

Pero quizás lo más relevante de esta novela sea cómo se cruza una historia de vida, una memoria individual, con procesos de elaboración del pasado de implicación más amplia: el delicado juicio al pasado nazi que se emprende desde la década de los años sesenta en Alemania. A partir de un romance, una historia de amor siempre conflictiva, el autor acerca a los lectores de una manera muy cercana y vívida a los conflictos generacionales y al fenómeno del estigma de la violencia propio de la posmemoria, de la Alemania de posguerra.<sup>5</sup> Eso se constata, por ejemplo, en el juicio, cuando sale a relucir la práctica de Hanna de dar cuidados especiales a las prisioneras débiles y delicadas para que le leyeran en voz alta antes de enviarlas a su muerte en Auschwitz; o cuando en el testimonio de una de las sobrevivientes se asocia a Hanna con una yegua, mientras él, durante su romance, la había asociado con un caballo (SCHLINK 2009, p. 107-115).

158

Entonces Hanna se volvió y me miró. Su mirada me localizó de inmediato, y comprendí que ella había sabido todo el tiempo que yo estaba allí. Se limitó a mirarme. Su cara no pedía nada, no reclamaba nada, no afirmaba nada, no prometía nada. Se mostraba, eso era todo. Me di cuenta de lo tensa y agotada que estaba. Tenía ojeras, y las mejillas cruzadas de arriba abajo por una arruga que yo no conocía, que aún no era honda, pero ya la marcaba como una cicatriz. Al verme enrojecer, apartó la mirada y volvió a fijarla en el tribunal [...] No me consolaba pensar que mi sufrimiento

<sup>5</sup> Michael Geyer entiende por "estigma de la violencia" un elemento clave e ineludible que forja la identidad alemana a partir de la década de los años setenta (precisamente el momento en el que se desarrollan los juicios en la novela analizada), que surge de la toma de conciencia —por parte de las nuevas generaciones— de la necesidad de unos lineamientos para una historia que reconozca la elaboración o no del duelo (*working through*) por la muerte masiva de judíos por parte de los alemanes como una de las experiencias centrales del siglo XX. "Si la recuperación del entumecimiento emocional fue tan lenta y vacilante, y si una generación entera con sus niños nunca salieron de la sombra de la experiencia de la muerte, esto tiene que ver sobre todo con el hecho de que una conciencia pública del estigma de la violencia no emergió realmente sino hasta el final de los años setenta" (GEYER 1997, p. 20). Por su parte, "posmemoria" es un término que acuña Marianne Hirsch para referirse a las experiencias y elaboraciones del pasado de las generaciones posteriores a eventos traumáticos, que acceden al pasado indirectamente: "la posmemoria caracteriza la experiencia de aquellos que crecen dominados por narrativas que precedieron su nacimiento, cuyas propias historias tardías son evacuadas por historias de la generación previa moldeadas por eventos traumáticos que no pueden ser entendidos o recreados" (HIRSCH 1997, p. 22). Añade Mónica Szurmuk: "en el caso de experiencias traumáticas, entonces, se usa el término 'memoria' para referirse a la experiencia y la producción cultural de quienes fueron víctimas, perpetradores o testigos de un hecho traumático, mientras que la posmemoria se enfoca en los registros culturales producidos por quienes crecen a la sombra de estos recuerdos" (SZURMUK 2009, p. 226).

por haber amado a Hanna fuera de algún modo el paradigma de lo que le pasaba a mi generación, de lo que le pasaba a los alemanes, con la diferencia de que en mi caso resultaba más difícil hurtar el bulto o enmascarar el fondo de la cuestión. Aun así, me habría hecho bien poder sentirme simplemente uno más de mi generación (SCHLINK 2009, p. 110, 160-161).

En la novela, se hace evidente una tensión entre la generación de los perpetradores o cómplices de la muerte masiva y la generación de los venidos después, que juzga sobre la anterior. Se trata de la generación del movimiento estudiantil del 68, que protesta contra la guerra norteamericana en el Vietcong y se alza contra sus padres y abuelos en un proceso de revisionismo y crítica al nazismo:

La palabra clave era "revisión del pasado". Los estudiantes del seminario nos considerábamos los pioneros de la revisión del pasado. Queríamos abrir las ventanas, que entrase el aire, que el viento levantara por fin el polvo que la sociedad había dejado acumularse sobre los horrores del pasado. Nuestra misión era crear un ambiente en el que se pudiera respirar y ver con claridad. Tampoco nosotros apostábamos por la erudición. Teníamos claro que hacían falta condenas. Y también teníamos claro que la condena de tal o cual guardián o esbirro de este u otro campo de exterminio no era más que un primer paso. A quien se juzgaba era a la generación que se había servido de aquellos guardianes y esbirros, o que no los había obstaculizado en su labor; o que ni siquiera los habían marginado después de la guerra, cuando podría haberlo hecho. Y con nuestro proceso de revisión y esclarecimiento queríamos condenar a la vergüenza eterna a aquella generación (SCHLINK 2009, p. 87).

159

En el caso de Michael, esa tensión se expresa en la relación, a menudo conflictiva, que mantiene con su padre, quien fuera un profesor de filosofía expulsado de la universidad por dictar un curso sobre Spinoza (cabe recordar que el padre de Schlink era profesor de teología y perdió su puesto durante el régimen nazi) (SCHLINK 2009, p. 88).

El discurso "acusador" de la nueva generación, no obstante, pronto se convierte en "estigma de violencia", del que ni siquiera ella puede escapar. Ellos (los jóvenes), en última instancia, son tan responsables como sus ancestros. Se trata de un dilema ético, histórico y jurídico que será replanteado en la década de los años ochenta en el seminal ensayo de Jürgen Habermas y Jeremy Leaman (1988) sobre los usos públicos de la historia y la responsabilidad social de los alemanes frente a las víctimas del Holocausto, frente a su propia historia nacional reciente.

¿Cómo debía interpretar mi generación, la de los nacidos más tarde la información que recibíamos sobre los horrores del exterminio de los judíos? No podemos aspirar a comprender lo que en sí es incomprensible, ni tenemos derecho a comparar lo que es incomparable, ni a hacer preguntas, porque el que pregunta, aunque no ponga en duda el horror, sí lo hace objeto de comunicación, en lugar de asumirlo como algo ante lo que sólo se puede enmudecer, presa del espanto, la vergüenza y la culpabilidad. ¿Es ése nuestro destino, enmudecer presa del espanto, la vergüenza y la culpabilidad? ¿Con qué fin? No es que se hubiera perdido el entusiasmo por revisar y esclarecer con el que había tomado parte en

el seminario y en el juicio; sólo me pregunto si las cosas debían ser así: unos pocos condenados y castigados, y nosotros, la generación siguiente, enmudecida por el espanto, la vergüenza y la culpabilidad (SCHLINK 2009, p. 99, 159).

El giro generacional, a pesar de esos dilemas que plantea, y precisamente gracias a ellos, conducirá, especialmente en los años ochenta y noventa, a una revaloración del pasado alemán y a la apertura de importantes debates no sólo en la historiografía (TRAVERSO 2012),<sup>6</sup> sino también en otros registros de la memoria social y la esfera pública, como los monumentos, museos, memoriales y marcas territoriales (KOSELLECK 2011; YOUNG 1998), la enseñanza de la historia y los libros de texto (LEVY; DIEKERS 2004) y el campo político-jurídico (HERF 2004). En términos generales, tanto en la historiografía como en la memoria pública, asistimos en la Alemania de posguerra a un proceso que va desde la invisibilización del evento traumático en las décadas de los años cincuenta y sesenta hasta el posicionamiento público y abierto cada vez más acentuado —aunque no desprovisto de tensiones— de esa problemática desde los años setenta hasta la actualidad.

160

No hay que perder de vista, sin embargo, que esa irrupción del evento traumático en la historiografía y la escena pública alemana (y, luego, norteamericana y occidental) de las últimas décadas, ha estado acompañada de la hipertrofia y fosilización del sentido del Holocausto, que, en muchos casos, ha quedado reducido a un “objeto de consumo” propio de una “cultura de masas”, como lo han hecho notar varios autores (LANDSBERG 2001) y como lo siente el mismo Michael Berg en *El Lector* cuando recuerda que en los años del juicio eran escasas las representaciones visuales que documentaban la experiencia de los campos de exterminio, mientras que “hoy en día” existen muchos libros y películas que no se han limitado a percibir, sino que han “empezado a añadir y decorar por su cuenta” (SCHLINK 2009, p. 139).

Pero es precisamente en este contexto, en este momento de la historia de la memoria del Holocausto, en el cual Hanna, ya anciana y cumpliendo su condena en la cárcel, aprende con coraje a leer. Durante diez años, Berg le envía lecturas de novelas y clásicos de la literatura (desde cuentos de Schnitzler y Chejov hasta la *Odisea* de Homero) en voz alta grabadas en casetes, gracias a las cuales ella aprende a leer por su cuenta. Sin embargo, como parte de un proceso de comprensión y arrepentimiento, Hanna, una vez que ya es lectora, no busca nuevos libros de literatura universal, sino que pide en la biblioteca de la cárcel todo lo relacionado con el pasado nazi, para tratar de entender su propia responsabilidad y ofrecer, al final y por medio de Michael, la reparación

<sup>6</sup> Aquí es importante hacer una mención al debate de los historiadores o *Historikerstreit*, que enfrentó en los años ochenta a una serie de historiadores conservadores como Ernst Nolte y Andreas Hillgruber (quienes defendían una reconciliación con ese “pasado que no pasa” para restaurar la grandeza de la historia de la nación alemana redimiéndola de su gran mancha histórica, argumentando, entre otras cosas, que el Holocausto podía compararse con otros crímenes masivos como la Gulag soviética) y otros de corte liberal, como Habermas, quienes contraargumentaban a favor de la necesidad de que la ciudadanía asumiera la responsabilidad histórica de la muerte masiva para poder elaborar el duelo y construir el presente (TRAVERSO 2007, Caps. 4-6; LA CAPRA 2008, Cap. 3). Algunos textos que formaron parte del debate, incluida la traducción del citado ensayo de Habermas y Leaman, se encuentran en MANN; NOLTE; HABERMAS 2008.

que está a su alcance a la única prisionera sobreviviente, a su víctima. “Lo primero que se puso a leer Frau Schmitz cuando aprendió a leer fueron libros sobre los campos de exterminio” (SCHLINK 2009, p. 192).

Finalmente, esta novela refleja la importancia de la memoria y los usos públicos y políticos de la historia para el oficio de historiador. No es casual que Michael, una vez confrontados sus miedos y contradicciones internas en los juicios, opte por convertirse en historiador del derecho, alejándose de sus compañeros, quienes escogieron la profesión de abogado o juez. Para Berg (y probablemente para Schlink), ser historiador “significa tender puentes entre el pasado y el presente, observar ambas orillas y tomar parte activa en ambas”. La investigación histórica es como la *Odisea*, un movimiento provechoso e inútil al mismo tiempo (SCHLINK 2009, p. 170-171).

En suma, *El lector* es una novela que nos acerca a uno de los temas paradigmáticos del siglo XX (y de nuestra actualidad): el Holocausto de la Segunda Guerra Mundial y el encaramiento del pasado nazi. Pero lo hace a partir de una perspectiva personal, subjetiva, en la cual, si bien existen límites para representar lo irrepresentable (el terror del exterminio, de la muerte masiva e industrializada), como lo afirman tanto el académico Saul Friedländer como el personaje de ficción Michael Berg, por lo menos se pueden expresar algunas de las tensiones que atraviesan la elaboración de su duelo y de su memoria. El impacto social de eso no es menor: contribuye a trabajar y eventualmente resolver esas tensiones, lo cual, para un libro reconocido internacionalmente y traducido a 39 idiomas, no es poca cosa.

161

### **La carroza de Bolívar: Pasto como un “sur” en la memoria hegemónica de la nación colombiana**

Evelio Rosero es un periodista y escritor nacido en Bogotá en 1958. Es considerado uno de los escritores colombianos más importantes de la actualidad. Sus cuentos y novelas, escritos entre Bogotá y Barcelona, abordan el problema de la memoria y los conflictos (en muchos casos violentos) de la sociedad colombiana moderna (MARÍN 2011). En una entrevista reciente, Rosero afirmó:

el conflicto armado es el pan de cada día en el país. La corrupción es otra manifestación de la violencia. Un escritor colombiano, necesariamente, lo expresará, aunque sea de manera inconsciente, y aunque se trate de un poema a las hadas. En algún recodo de cualquier fábula rosa la sangre escurrirá, porque esa es la triste realidad de cada mañana (NEIRA 2012).

*La carroza de Bolívar* es una novela cuya historia transcurre en la década de los años sesenta en la ciudad de Pasto (Nariño), al sur de Colombia, urbe andina en la que el autor vivió la mayor parte de su infancia. La historia narrada es la de Justo Pastor Proceso López, un ginecólogo cincuentón, historiador aficionado que en sus ratos libres se propone desmitificar la figura de Simón Bolívar por medio de una obra inconclusa, *La gran mentira de Bolívar o el mal llamado libertador*, y de un proyecto de historia oral, *Búsquedas humanas*, que recupera el testimonio de los descendientes de las víctimas de la guerra de independencia en Pasto. Su

obsesión revisionista se apoya en la obra del historiador nariñense José Rafael Sañudo (1872-1943), personaje que existió en realidad y se considera uno de los primeros críticos de Bolívar en la historiografía colombiana, como se puede comprobar en sus *Estudios sobre la vida de Bolívar* (SAÑUDO 1925).

En vísperas de los carnavales de blancos y negros, un 28 de diciembre, y por casualidad, el protagonista se encuentra con una carroza que artesanos locales están construyendo para las festividades y concibe la “carroza de Bolívar” (en la que el personaje histórico aparece representado persiguiendo a una mujer que huye despavorida) como una forma de hacer público su proyecto intelectual. Encuentra en el Bolívar de la carroza una nueva razón para vivir, para concluir su investigación, en medio de la crianza de dos hijas adversas y el desamor de una esposa:

—Es igualito —dijo por fin el niño que sirvió de centinela—. Es el mismo libertador de la cartilla.  
—Simón Bolívar se deja allí tal cual —siguió el doctor—. La mujer de Furibundo Pita podrá servir más tarde, ya veremos cómo y dónde: con ese rostro aterrado, y huyendo como huye, se parece a este país [...]  
—¿De qué Simón Bolívar habla? —preguntó al fin el maestro Abril—, ¿el mismo de la independencia?  
—El mismo —contestó el doctor.  
Ya era tarde para echarse atrás (ROSETO 2012, p. 66).

162

Esta novela refleja uno de los problemas claves de la historia y la cultura de los países latinoamericanos: la constitución, durante los siglos XIX y XX, de las memorias nacionales a partir de la historiografía y otros constructos culturales y simbólicos, generalmente desde las elites asentadas en el centro del país (capitales), y la consecuente invisibilización o subalternización de la diferencia étnica, de género, racial y local-regional en esos relatos del pasado nacional (PALACIOS 2009). La historia patria, que hace de las revoluciones de independencia un mito fundacional (ignorando o desplazando otros períodos), deviene memoria dominante que desconoce o prescribe memorias *otras* (GNECCO; ZAMBRANO 2000). En este caso, se trata de las disputas por definir el sentido de la “independencia” en Colombia entre una memoria hegemónica que entroniza la figura de Simón Bolívar como protagonista histórico por excelencia y estigmatiza al pueblo pastuso como realista y apátrida y unas memorias locales y disidentes que defienden y justifican el actuar de sus ancestros y denuncian la violencia originaria del Estado nación, evidenciada en la represión militar y las masacres a civiles perpetradas por el proyecto patriota en los primeros años de la década de 1820 (en particular la “Navidad negra”, el 24 de diciembre de 1823). Esas memorias locales y disidentes colocan a Agustín Agualongo como un (anti)héroe local capaz de hacer contrapeso a personajes patrios como Bolívar o Nariño.<sup>7</sup> Como resultado de esas disputas, Pasto en particular y el suroccidente del país en

<sup>7</sup> Agualongo se mantiene en el imaginario popular de los pastusos como un defensor por las causas regionales, constituyéndose en símbolo de identidad territorial. Hoteles, asociaciones, colegios y hasta un barrio popular de Pasto fueron bautizados con el nombre de este héroe local (ÁLVAREZ 2010, p. 347). Además, en 1996, el alcalde de Pasto Antonio Navarro Wolf proyectó el reemplazo de la estatua de Antonio Nariño —instalada en la plaza principal de la ciudad en 1911— por una de Agualongo, propuesta que no se materializó (YIE 2010, p. 137).

general, han ocupado un lugar marginal en la historiografía y el imaginario nacional colombiano, lo cual se ha traducido en la cultura popular en un estereotipo del pastuso como “tonto” o “poco inteligente”, tal como se evidencia en los “chistes de pastusos”, equivalentes a los “chistes de gallegos” en España.

Durante las guerras de Independencia (1810-1825), las comunidades indígenas y campesinas de Pasto, así como los negros y mulatos del Patía, resistieron al avance de las tropas de Nariño, primero, y, posteriormente, al de las de Bolívar. Éste último pretendía tomar Quito y expulsar a los españoles del Perú, pero el Pasto realista se interponía en su camino. El Libertador llegó a referirse a los pastusos, en carta al general Santander (Potosí, 21 de octubre de 1825), en los siguientes términos:

Los pastusos deben ser aniquilados, y sus mujeres e hijos transportados a otra parte, dando aquel país a una colonia militar. De otro modo, Colombia se acordará de los pastusos cuando haya el menor alboroto o embarazo, aun cuando sea de aquí a cien años, porque jamás se olvidarán de nuestros estragos, aunque demasiado merecidos (*apud* SAFFORD; PALACIOS 2002, p. 223).

Si bien la historiografía decimonónica —que adoptó el relato de José Manuel Restrepo como matriz vertebradora— aseguró que los pastusos se opusieron a la independencia y a la libertad por ignorancia y fanatismo religioso (movilizados por sacerdotes), estudios recientes han demostrado su agencia histórica en la medida en que lucharon para defender sus territorios, costumbres y modos de vida, que habían logrado una estabilidad luego de tres siglos de difícil negociación con las autoridades coloniales.<sup>8</sup> No obstante, la marginalización de Pasto en la imaginación nacional se impuso a lo largo de los siglos XIX y XX, lo cual, sumado al aislamiento geográfico, hizo de la región un ente poco reconocido política y culturalmente por el Estado nación (ÁLVAREZ 2010).

En sus conversaciones con los artesanos de carrozas, el doctor Proceso López encuentra huellas tanto de las memorias de la represión de los patriotas sobre los pastusos, como del posterior silenciamiento y marginalización de Pasto y sus pobladores en la historia “oficial”.

Mi abuelo siempre habló de Bolívar —dijo.  
Entrecerró los ojos, como si se acordara:  
—A mí misma me habló de Bolívar —dijo.  
Y luego, decidida, encontrando el recuerdo, asiéndolo:  
—Se la pasaba hablando de Bolívar, pero decía que ese Bolívar había sido un gran hijueputa.  
Tembló el taller con la explosión de una risotada. Al doctor Justo Pastor

<sup>8</sup> “Los indios de Pasto se enfrentaron a los ejércitos republicanos en defensa de un modo de vida al que debieron adaptarse con enormes dificultades y sacrificios a lo largo del periodo colonial, pero que había demostrado que podía garantizar los mecanismos adecuados para la producción y reproducción material y simbólica de cada grupo, y que el nuevo orden republicano amenazaba destruir: las comunidades campesinas corporativas y cerradas, que eran los pueblos de indios [...] De ahí su feroz reacción contra ellas y las relativas pero duraderas ganancias que obtuvieron, aun en medio de la derrota militar: la permanencia de los resguardos, los conventos, las cofradías, las cajas de comunidad, los pequeños cabildos y, además, la supresión del tributo” (GUTIÉRREZ 2007, p. 32, 250). Resistencias similares de comunidades indígenas y/o campesinas a los proyectos independentistas se presentaron también en Perú (BONILLA 2007, Caps. 5 y 6) y Nueva España (VAN YOUNG 2006).

Proceso López se le aguaron los ojos. «Dios», pensó, «todavía hay memoria entre nosotros.»

—Y no sólo en Pasto sino en todo el país —siguió la Iscuandé acicateada—, el abuelo nos decía que Bolívar siempre fue un gran hijueputa, en cualquier tierra que pisara (ROSERO 2012, p. 69).

Puede que sí —dijo Matías Serrano—. Puede que en Pasto sí, si los pastusos se acordaran. Pero ya nadie recuerda en Pasto, Justo Pastor. Los han incorporado eficazmente a la buena historia de Colombia, con toda su retahíla de héroes y ángeles (ROSERO 2012, p. 121).

Y es a partir de la existencia y constatación de esos rastros que emprende el proyecto de la carroza como un trabajo de memoria, como un ejercicio político que apele a la transformación de la realidad social presente a partir de la reflexión histórica en el espacio público: su meta era exhibirla en el desfile del 6 de enero, el más importante del carnaval, y convertirla en un monumento permanente en el Parque Infantil u otro lugar público relevante de la capital nariñense (ROSERO 2012, p. 72-73). Se trata, no obstante, de una apuesta por una memoria disidente, contrapuesta al relato hegemónico de la sociedad, la historia patria. Por ello, sus amigos de infancia, el alcalde Matías Serrano, el arzobispo monseñor Montúfar y el catedrático Arcaín Chivo, a quienes les comunica su idea y de quienes exige el apoyo, intentan disuadirlo, advirtiéndole de los peligros de la empresa y de la represión que no se hará esperar por parte de los militares y del gobierno departamental (ROSERO 2012, p. 109-110).

164

La irrupción del testimonio de las víctimas o sobrevivientes de eventos límite tanto en la historiografía y las ciencias sociales como en la esfera pública, especialmente durante el último cuarto del siglo XX, será uno de los factores que contribuirán a la desestabilización de los grandes metarrelatos de la modernidad, tales como las historias patrias confeccionadas en el siglo XIX e institucionalizadas después (BUSTOS 2010). En *La carroza de Bolívar*, las entrevistas realizadas a Belencito Jojoa y Polina Agrado le permiten al protagonista documentar los crímenes y abusos cometidos por Bolívar y sus tropas contra los pobladores de Pasto,<sup>9</sup> especialmente los acaecidos durante la Navidad Negra, “el primer gran ejemplo de la barbarie de la historia de Colombia, la primera gran masacre de tantas que seguirán” (ROSERO 2012, p. 211). Se trata de testimonios que, ciertamente, ponen en evidencia las fisuras, los pliegues y contradicciones de un relato aparentemente liso y homogéneo, la historia oficial de la independencia.

Si hay una piedra donde dice “Aquí lloró Bolívar”, tiene que existir cualquier lugar que nos recuerde aquí se tendió, aquí se levantó, aquí se dijo, aquí calló, aquí cagó, aquí se orinó, pero del susto, aquí fue y aquí no fue, qué carajo ese vergajo, en casa de los míos también pudieron poner aquí robó Simón Bolívar a Chepita del Carmen Santacruz, y aquí la devolvió preñada (ROSERO 2012, p. 140).

<sup>9</sup> “Hacia comienzos de 1823, Bolívar y otros líderes republicanos concluyeron que la única manera de acabar con la resistencia pastusa sería casi exterminar la población. Entre las medidas represivas se cuentan el reclutamiento forzoso de mil pastusos para servir en el ejército del Perú, el exilio de trescientos a Quito y la confiscación de bienes, así como el ajusticiamiento a los capturados en combate, la ejecución de dirigentes y otros castigos atroces” (SAFFORD; PALACIOS 2002, p. 225).

Por pura merced de Nuestra Santísima de las Mercedes no comprobaron los asesinos que todavía quedaban, en un rincón del andamio, arrebujadas debajo del manto violeta de la Virgen, dos sobrevivientes. No fue una merced completa: tres días duró la masacre debieron comer cera de cirios y beber agua bendita de la pila bautismal. No fue una merced: después del tercer día Hilaria Ocampo y Fátima Hurtado salieron a sumarse a la tristeza universal: habitar como fantasma la ciudad fantasmal, y acogerse, como los demás sobrevivientes, al nuevo orden instaurado por Bolívar (ROSETO 2012, p. 227).

Como se puede advertir, un tema que atraviesa la novela es la apropiación, cuestionamiento y constante resignificación de la figura del libertador, los usos públicos y políticos de sus múltiples “rostros” (YIE 2009). Una de esas apropiaciones, presente en la novela, es la que agencia desde la década de los sesenta la nueva generación de jóvenes revolucionarios, animados por el triunfo de la revolución cubana de 1959, inspirados por las ideas “nuestramericanas” de Martí y compelidos a retomar el “sueño” bolivariano inconcluso de fundar una nación latinoamericana, única posibilidad de contrarrestar el imperialismo norteamericano (VARGAS 2008, p. 151-153).

Esa generación se encuentra encarnada por un grupo de estudiantes de la universidad pública pastusa, liderada por Enrique Quiroz, que sabotea —años antes del momento en el que transcurre la trama principal— la cátedra de historia de Arcaín Chivo. El curso, debido a su carácter revisionista (sustentado en las versiones de Sañudo y Marx sobre Bolívar y su accionar histórico), le cuesta a Chivo la suspensión de la clase y una mortal golpiza por parte de encapuchados. Los estudiantes lo tildan de espía, marioneta del imperialismo, retardatario. Presionan al rector y a otros profesores para que lo expulsen. Terminan por irrumpir en su casa, matando al gato y propinándole una golpiza que lo manda al hospital. Allí nadie lo visita, salvo Justo Pastor, mientras que la Universidad de Nariño y la prensa callan.

El plan, para cuando estuvieran allá, en Bogotá, era la conformación de una guerrilla urbana, idea que cultivaban hacía meses, y acá, en Pasto, su ciudad natal (aunque tres de los doce no eran pastusos, uno caleño, el otro chocono y el otro llanero), era acabar con la perfidia peligrosa de un ginecólogo multimillonario, el doctor Justo Pastor Proceso López, íntimo del loco Chivo, que pretendía burlarse del Libertador Simón Bolívar, padre de la revolución, a través de una carroza de carnaval (ROSETO 2012, p. 265).

Un joven poeta, Roberto Puelles, que forma parte del grupo —no sin conflictos— y a quien se le encomienda seguir y vigilar a Justo Pastor (con el fin de descubrir el lugar en el que oculta la carroza) y que, finalmente, termina emborrachándose con Pastor en los prostíbulos en medio del carnaval, es el símbolo de las contradicciones internas de una generación ilusionada y en cierta medida ingenua.

Finalmente, en este libro es interesante constatar cómo la memoria y el imaginario nacionales no se definen únicamente en el ámbito de la historiografía —a pesar de los intentos de las élites de hacer del discurso histórico el relato

monopolizador del sentido sobre el pasado—, sino que también se dirimen en múltiples registros que convergen y contienden en la arena pública. En concreto, la novela refleja la importancia de los rituales conmemorativos (CONNERTON 1989) en la (re)actualización del pasado y del carnaval como un espacio-tiempo de ruptura que permite particulares lecturas y cuestionamientos del orden social presente y pasado (SCOTT 2000).

La novela termina con una metáfora de la posibilidad de irrupción de memorias disidentes en cualquier momento, en cualquier presente, en los tiempos en los que brille fulgurante el peligro y se haga necesario un “salto de tigre” al pasado (BENJAMIN 1982, p.180, 188). La carroza es confiscada, nunca aparece en el desfile del Carnaval de Blancos. Es retenida por el ejército nacional, que representa el poder estatal que impone el recuerdo y nuestra relación con el pasado (GUHA 2002, p. 17). Sin embargo, es recuperada por los artesanos y escondida, nadie sabe dónde, quedando latente, a la espera de su aparición “en el próximo carnaval”, un constante futuro pasado en el que los negros se pintan de blanco y los héroes caen de sus pedestales incuestionables.

### Conclusiones

Al inicio de este artículo veíamos cómo las obras literarias mantienen una estrecha relación con la memoria colectiva, bien porque reflejen la *stimmung* o historicidad propias de un contexto histórico y cultural particular, o bien porque se presenten como ejercicios o trabajos de memoria intencionales en los que el autor se propone, además de narrar una historia y expresarse estéticamente, plantear una serie de reflexiones sobre los conflictos y tensiones que atraviesan necesariamente los procesos de (re)configuración del recuerdo y el olvido social. Las dos novelas aquí analizadas cumplen simultáneamente con ambas condiciones: en ellas se traslucen los sueños, recuerdos y esperanzas que unos personajes de ficción mantienen a partir de su relación con el pasado y su proyección a futuro; pero también en ellas es posible constatar un interés de los autores por generar algunas inquietudes con respecto a la formación de la memoria colectiva en Alemania tras el Holocausto y en Colombia tras la independencia.

*El lector* es una novela en la que se evidencian la transformación de los recuerdos con el tiempo, los conflictos generacionales como una de las variables importantes en los debates sobre la memoria pública y la nación en la Alemania de posguerra, así como el particular interés de los historiadores en aproximarse a la memoria colectiva como uno de los grandes problemas contemporáneos. La forma en la que Michael y Hanna (re)leen su pasado desde diferentes presentes es el reflejo de una experiencia escindida propia de un contexto posterior a un trauma colectivo.

*La carroza de Bolívar* plantea una crítica desde los márgenes de la nación, desde el sur, a los procesos por los que se configuró una versión oficial sobre el pasado del país, mostrando, desde el testimonio fragmentario de los descendientes de las víctimas y desde la memoria popular que sobrevive en las comunidades rurales de artesanos aledañas a Pasto, otra cara de la historia de Colombia. Justo Pastor, Arcaín Chivo, Enrique Quiroz: todos tienen un Bolívar al cual acudir o al

cual cuestionar desde su presente como sustento de proyectos políticos y visiones del mundo. La carroza y el carnaval en tanto contramonumentos se perfilan como más efectivos que una historia patria anquilosada en cartillas escolares y estatuas, en el marco de una potencial batalla por la definición del pasado.

En uno de los últimos libros que escribió antes de morir, Raphael Samuel exhortaba a sus colegas historiadores a estudiar los diversos registros de la memoria social, documentos y objetos culturales ajenos al reino de la historiografía pero que también crean sentido sobre el pasado, muchas veces con un mayor impacto y difusión en la cultura popular. Los llamó "teatros de memoria" (SAMUEL 2008). Estoy convencido, como Samuel, de que los historiadores debemos fijar nuestra atención cada vez más en esos relatos, escenarios y representaciones del pasado, pues son determinantes en la configuración de la memoria colectiva. Este artículo sobre la literatura como trabajo de memoria se guió por ese espíritu y espera ser una invitación y una motivación para el emprendimiento de nuevas investigaciones, el abordaje de nuevos *teatros* por explorar.

### Referencias bibliográficas

- ÁLVAREZ, María Teresa. ¿Departamento del sur, de Nariño, de la Inmaculada Concepción o de Agualongo? Sobre un efecto colateral de la independencia de Panamá. In: RINCÓN, Carlos; DE MOJICA, Sarah; GÓMEZ, Liliana (eds.). **Entre el olvido y el recuerdo: íconos, lugares de la memoria y cánones de la historia y la literatura en Colombia**. Bogotá: Universidad Javeriana, 2010, p. 341-367.
- BARTHES, Roland. De la historia a la realidad. In: \_\_\_\_\_. **El susurro del lenguaje: más allá de la palabra y la escritura**. Barcelona: Paidós, 1994, p. 163-195.
- BENJAMIN, Walter. Tesis de la filosofía de la historia. In: \_\_\_\_\_. **Discursos interrumpidos I**. Madrid: Taurus, 1982.
- BONILLA, Heraclio. **Metáfora y realidad de la independencia en el Perú**. Lima: Fondo Editorial del Pedagógico San Marcos, 2007.
- BUSTOS, Guillermo. La irrupción del testimonio en América Latina. Presentación del dossier "Memoria, historia y testimonio en América Latina". **Historia Crítica**, Bogotá, n. 40, p. 10-19, 2010.
- CALVEIRO, Pilar. Los usos políticos de la memoria. In: CAETANO, Gerardo (comp.). **Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, p. 359-382, 2006.
- CERTEAU, Michel de. **Historia y psicoanálisis: entre ciencia y ficción**. México: Universidad Iberoamericana, 2011.
- CONNERTON, Paul. **How societies remember**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- DALDRY, Stephen (dir.). **The Reader: Estados Unidos y Alemania**: Mirage

- Enterprises, Neunte Babelsberg Film, 2008. Disponible en: <http://www.imdb.com/title/tt0976051>.
- ERLL, Astrid. **Memoria colectiva y culturas del recuerdo**: estudio introductorio. Bogotá: Universidad de Los Andes, 2012.
- FRIEDLÄNDER, Saul (ed.). **Probing the limits of representation**: Nazism and the "final solution". Cambridge: Harvard University Press, 1992.
- GEYER, Michael. The place of Second World War in German Memory and History. **New German Critique**, Ithaca, n. 71, p. 5-40, 1997.
- GUTIÉRREZ, Jairo. **Los indios de Pasto contra la república (1809-1824)**: las revoluciones antirrepublicanas de los indios de Pasto durante la Guerra de Independencia. Bogotá: ICANH, 2007.
- GNECCO, Cristóbal; ZAMBRANO, Marta (eds.). **Memorias hegemónicas, memorias disidentes**: el pasado como política de la historia. Bogotá: ICANH-Universidad del Cauca, 2000.
- GUHA, Ranajit. **Las voces de la historia y otros estudios subalternos**. Barcelona: Crítica. 2002.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Producción de presencia**: lo que el significado no puede transmitir. México: Universidad Iberoamericana, 2005.
- \_\_\_\_\_. **After 1945**: latency as the origin of the presence. Stanford: Stanford University Press, 2013.
- HABERMAS, Jürgen. **Más allá del Estado nacional**. Madrid: Trotta, 1997.
- \_\_\_\_\_; LEAMAN, Jeremy. Concerning the Public Use of History. **New German Critique**, Ithaca, n. 44, p. 40-50, 1988.
- HARTOG, François. **Regímenes de historicidad**: presentismo y experiencias del tiempo. México: Universidad Iberoamericana, 2007.
- HERF, Jeffrey. The emergency and legacies of a divided past: Germany and the Holocaust since 1945. In: MÜLLER, Jan-Werner (ed.). **Memory and power in post-war Europe**: studies in the presence of the past. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 184-205.
- HIRSCH, Marianne. **Family frames**: photography, narrative and postmemory. Cambridge: Harvard University Press, 1997.
- JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI, 2002.
- \_\_\_\_\_; LONGONI, Ana (comp.). **Escrituras, espacios e imágenes ante la represión**. Madrid: Siglo XXI, 2005.
- KOSELLECK, Reinhart. **Modernidad, culto a la muerte y memoria nacional**. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2011.
- LA CAPRA, Dominick. **Representar el Holocausto**: historia, teoría, trauma. Buenos Aires: Prometeo, 2008.

- LANDSBERG, Alison. America, the Holocaust and the mass culture of memory: towards a radical politics of empathy. **New German Critique**, Ithaca, n. 71, p. 63-86, 1997.
- LEVY, Daniel; DIEKERS, Julian. Institutionalising the past: shifting memories of nationhood in German education and immigration legislation. In: MÜLLER, Jan-Werner (ed.). **Memory and power in post-war Europe: studies in the presence of the past**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 244-264.
- MANN, Thomas; NOLTE, Ernst; HABERMAS; Jürgen. **Hermano Hitler: el debate de los historiadores**. México: Herder, 2011.
- MARÍN, Paula Andrea. La novelística de Evelio Rosero: los abusos de la memoria. **Cuadernos de Aleph**, n. 3, p.133-160, 2011.
- NEIRA, Armando. Simón Bolívar fue especialmente cruel. Entrevista: Evelio Rosero. **El País**, 28 enero 2012.
- ORTEGA, Francisco (ed.). **Trauma, cultura e historia: reflexiones interdisciplinarias para el nuevo milenio**. Bogotá: Universidad Nacional, 2011.
- ORDÓÑEZ, Leonardo. Historia, literatura y narración. **Historia Crítica**, n. 36, p. 194-222, 2008.
- PALACIOS, GUILLERMO (coord.). **La nación y su historia: independencias, relato historiográfico y debates sobre la nación: América Latina, siglo XIX**. México: El Colegio de México, 2009.
- PERUS, Francois (comp.). **La historia en la ficción y la ficción en la historia**. Reflexiones en torno a la cultura y algunas nociones afines: historia, lenguaje y ficción. México: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Sociales, 2009.
- ROSETO, Evelio. **La carroza de Bolívar**. México: Tusquets, 2012.
- RUFER, Mario. **La nación en escenas: memoria pública y usos del pasado en contextos poscoloniales**. México: El Colegio de México, 2010.
- SAFFORD, Frank; PALACIOS, Marco. **Colombia país fragmentado, sociedad dividida: su historia**. Bogotá: Norma, 2002.
- SAMUEL, Raphael. **Los teatros de la memoria: pasado y presente de la cultura contemporánea**. Valencia: Publicacions Universitat de Valencia, 2008.
- SAÑUDO, José Rafael. **Estudios sobre la vida de Bolívar**. Pasto: Editorial de Díaz del Castillo, 1925.
- SARLO, Beatriz. **Tiempo pasado, cultura de la memoria y giro subjetivo: una discusión**. México: Siglo XXI, 2008.
- SCHLINK, Bernhard. **El lector**. Barcelona: Anagrama, 2009.
- SCHMUCLER, Héctor. Memoria, subversión y política. In: DE LA PEZA, María

del Carmen (ed.). **Memoria(s) y política**: experiencia, poéticas y construcción de nación. Buenos Aires: Prometeo, 2009, p. 29-39.

SCOTT, James. **Los dominados y el arte de la resistencia**. México: Era, 2000.

SZURMUK, Mónica. Posmemoria. In: SZURMUK, Mónica; IRWIN, Robert Mackee (coords.). **Diccionario de estudios culturales latinoamericanos**. México: Siglo XXI-Instituto Mora, 2009, p. 224-228.

TRAVERSO, Enzo. **El pasado, instrucciones de uso**: historia, memoria, política. Madrid: Marcial Pons, 2007.

\_\_\_\_\_. **La historia como campo de batalla**: interpretar las violencias del siglo XX. México: Fondo de Cultura Económica, 2012.

VAN YOUNG, Eric. **La otra rebelión**: la lucha por la independencia de México, 1810-1821. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.

VARGAS, Sebastián. Los skinheads y la historia. **Tabula Rasa**, n. 12, p. 137-157, 2010.

VARGAS LLOSA, Mario. **La verdad sobre las mentiras**. Madrid: Punto de Lectura, 2002.

VERGARA, Luis. Discusiones contemporáneas en torno al carácter narrativo del discurso histórico. **Historia y Grafía**, n. 24, p. 19-52, 2005.

170

YIE, Maite. Los nuevos rostros del libertador. La batalla de Bomboná en las narrativas campesinas y oficiales sobre la reforma agraria en Nariño. **Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura**, n. 36, p. 191-226, 2009.

\_\_\_\_\_. Narrativas de pasado, de nación y ciudadanía en las celebraciones patrióticas durante el siglo XX en Colombia. In: MUSEO NACIONAL DE COLOMBIA. **Las historias de un grito**: doscientos años de ser colombianos. Exposición conmemorativa del Bicentenario 2010. Bogotá: Museo Nacional de Colombia, 2010, p. 130-154.

YOUNG, James. **The texture of memory**: holocaust memorials and meaning. New Haven-London: Yale University Press, 1998.

# ***A Confederação dos Tamoios* como escrita da história nacional e da escravidão\***

The Poem *Confederação dos Tamoios* as Writing of National History and Slavery

---

**Danilo José Zioni Ferretti**

daniiozf@ufsj.edu.br

Professor Adjunto

Universidade Federal de São João del Rei

Rua Santa Teresa, 106 - Centro

36300-114 - São João del Rei - MG

Brasil

---

## Resumo

Este artigo é uma tentativa inicial de reavaliação da obra *A Confederação dos Tamoios* (1856), do poeta romântico Gonçalves de Magalhães, tomando-a como um exercício de escrita da história brasileira e do papel nela desempenhado pela escravidão. Para tanto, busca-se compreender as inovações oitocentistas do épico mediante uma discussão sobre o diálogo entre literatura e conhecimento histórico no Brasil oitocentista. Aponta-se que ambos compartilharam o objetivo de servir como meios de orientação da coletividade nacional, empenhando-se em conferir significação e direção à sua própria experiência do tempo. Analisa-se a interpretação da história contida no poema e a centralidade conferida à questão da escravidão, indicando que o indianismo de Magalhães era também um antiescravismo.

171

## Palavras-chave

Poesia; Romantismo; Escravidão.

## Abstract

This article is an initial attempt to reassess the work *A Confederação dos Tamoios* (*The Tamoios Confederation*, 1856), a literary piece by Gonçalves de Magalhães, a Brazilian romantic Poet, portraying it as a written exercise of the Brazilian history and of the role slavery played in it. To attain this aim, it seeks to understand the epic nineteenth-century innovations by discussing the dialogue between literature and historical knowledge in Brazil. It points out that both shared the goal of serving as a means of providing guidance to the national collectivity, in an effort to produce a meaning and a direction to its own experience in time. The analysis is focused on the interpretation of history contained in the poem and on the central place ascribed to the issue of slavery, indicating that Magalhães' *Indianism* was also an anti-slavery standpoint.

## Keywords

Poetry; Romanticism; Slavery.

---

Recebido em: 4/8/2014

Aprovado em: 6/11/2014

---

\* Pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Agradeço a Marcos Machado Nunes o apoio e a interlocução intelectual que permitiram afinar alguns pontos apresentados neste artigo.

Desqualificada por José de Alencar devido a motivos formais, falta de imaginação e vigor estético na descrição da natureza e de seus personagens, *A Confederação dos Tamoios*, poema épico de Gonçalves de Magalhães, tampouco entusiasmou seus analistas posteriores. Já é tempo de retirá-lo do limbo centenário ao qual foi relegado (CAMPATO JR. 2008). Não porque se busque aqui defender alguma potencialidade estética, mas porque esse poema foi um exercício de escrita da nação e sua história, de importância fundamental para compreender o projeto intelectual romântico brasileiro. Tomarei como objeto a escrita da história nacional e da escravidão pelo poema épico de Magalhães. Tomá-lo como um exercício de escrita

consiste em propor contextualizações que permitam localizar os escritos analisados no seio do conjunto de ações que lhes dão sentido. É sob essa condição que esses escritos podem se tornar testemunhos preciosos da experiência de indivíduos do passado, captada mediante a manipulação que deles faziam para agir no mundo. A 'literatura', como realidade histórica e social, fazia parte dessa experiência [...]. Nós a consideramos necessariamente em nossa análise, mas conquanto ela fosse mobilizada, entre os múltiplos gestos sociais que então implicavam o uso dos escritos (JOUHAUD; RIBARD; SCHAPIRA 2009, p. 17, 18).<sup>1</sup>

### **Diálogos entre a poesia épica e o conhecimento histórico no Brasil do século XIX**

172

Tomando como referência as obras de Homero, Aristóteles apresentava, em sua *Poética*, uma definição da epopeia de onde se destacava, dentre outros elementos, a sua caracterização como um meio de imitação em verso, em estilo elevado, das ações (normalmente guerreiras) de um herói. Este devia ser de bom caráter, devendo a epopeia pintar o homem melhor do que ele é. Pautava-se, assim, pelo verossímil, permitindo, contudo, incluir intervenções sobrenaturais, identificadas com o maravilhoso. Sua estrutura deveria ser caracterizada por certa unidade de ação, dividida em princípio, meio e fim, em que se permitia o desdobramento de peripécias e acontecimentos patéticos (RAMALHO 2004, p. 111-172). No entanto, ainda que possamos partir dessa definição canônica, nada seria mais enganador que nos restringirmos a ela, uma vez que ao longo do tempo a caracterização da epopeia foi fruto de intenso debate cuja reconstituição escapa aos objetivos do presente texto.

Durante a Idade Moderna, houve um esforço de codificação das regras do gênero a partir do confronto dos modelos da antiguidade clássica com os exercícios de escrita épica posterior (HANSEN 2008). Desde o Romantismo, porém, essa tendência normativa tendeu a ser afrouxada, indicando uma crescente polissemia na definição da poesia épica que atinge situação paroxística na atualidade, momento em que as fronteiras conceituais ameaçam perder sua

<sup>1</sup> No original: "Notre démarche consiste alors à proposer des contextualisations permettant de déplacer les écrits que nous analysons au sein de l'ensemble des actions qui leur donnaient sens. C'est à cette condition que ces écrits peuvent devenir un témoignage précieux sur l'expérience d'individus du passé, saisie à travers la manipulation qu'ils en faisaient pour agir dans le monde. La 'littérature', comme réalité historique et sociale, faisait partie de cette expérience [...]. Nous la prenons donc nécessairement en compte dans notre analyse, mais en tant qu'elle était mobilisée, parmi les multiples gestes sociaux qui impliquaient alors d'user de l'écrit[...]"

coesão mínima, seja pela extensão geográfica de casos estudados, que vão muito além da Europa Ocidental, seja pelo seu aprofundamento temporal, que inclui manifestações em períodos antes pouco considerados como a Idade Média e a contemporaneidade (GOYET 2009).

Se alguns autores, como Florence Goyet (2009), se esforçam por reconstituir uma definição da epopeia, pensar a escrita épica de Gonçalves de Magalhães, escritor brasileiro do século XIX, nos remete a outro caminho, a saber, pensar a especificidade do uso feito do épico na periferia do Ocidente e na contemporaneidade, ou seja, em espaço e tempo diferentes daqueles que deram base às definições canônicas. Principalmente a questão do épico na contemporaneidade nos interessa na medida em que o início do século XIX foi marcado pela consolidação de uma corrente que afirmava a morte da epopeia. Remontando a Vico mas encontrando em Hegel seu expoente, essa corrente baseava-se em certo evolucionismo linear, tendo como pressuposto que a cada época histórica correspondessem formas literárias específicas (CHAUVIN 2008). Para Vico, a epopeia era a forma correspondente à sociedade bárbara da terceira fase da era heroica; já para Hegel, dentre outros elementos, seu apelo à honra e heroicidade não corresponderiam ao prosaísmo da época contemporânea, caracterizando-se aí como uma forma anacrônica (NEIVA 2014).

No entanto, a direção de várias pesquisas atuais tende a questionar essa tese da incompatibilidade intrínseca entre poesia épica e contemporaneidade, mostrando a versatilidade do gênero que, ao invés de ter-se esgotado, passou por várias transformações a partir de meados do século XVIII (NEIVA 2008; GOYET 2009). Muito mais reveladora que a identificação do épico como algo anacrônico parece ser a constatação de que a relação dos autores do século XIX com o gênero variou entre “nostalgia, recusa veemente e tentativa de recriação” (GOYET 2009). Vale explorar a última via visando a uma melhor compreensão da epopeia de Magalhães.

A historiografia recente sobre as diversas formas do gênero torna cada vez mais evidente a continuidade da produção de poesia épica ao longo dos séculos XIX e XX, não somente no Brasil, mas um pouco por todo o ocidente (NEIVA 2008). O caso francês, ao qual Magalhães e os românticos brasileiros estavam mais diretamente ligados, é esclarecedor nesse sentido. O investimento em uma poesia épica renovada se desdobrou em pelo menos três vertentes: uma que aproximava o épico do drama, outra que tornava íntima a gesta heroica na forma da “epopeia do Homem interior” e, por fim, a epopeia “Humanitária” (em Lamartine), ou “filosófica” (em Quinet), caracterizadas pelo diálogo entre o poema épico e a história filosófica (MILLET 2008, p. 12). No presente texto, a vertente que mais nos interessa é a terceira. Ela nos leva a questionar as relações da poesia épica menos com outros gêneros literários e mais com esse outro saber que é a história.

Percebe-se, no Brasil do século XIX, um diálogo entre a literatura e o saber histórico, discursos cujas fronteiras estavam em fase de (re)definição. Mais precisamente, as definições de uma literatura nacional e de uma história

nacional brasileira constituíram-se como projetos concebidos e desenvolvidos basicamente a partir do mesmo momento, por volta da década de 1830. Nota-se, então, um esforço coletivo e articulado de intelectuais brasileiros no sentido da elaboração sistemática de discursos de identificação nacional e de certa institucionalização que lhe dê suporte. Essa última se manifesta, a partir de 1836, nas iniciativas editoriais (revista *Nitheroy, Jornal dos Debates Políticos e Literários*) que ajudam a estruturar um grupo de literatos românticos, assim como na criação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), espaço por excelência de criação de uma história nacional (ROZEAUX 2012; GUIMARÃES 1988). Os agentes envolvidos em cada um dos projetos buscaram garantir suas especificidades, mas possuíram inúmeros pontos de contato e estabeleceram um diálogo constante, participando, por vezes, de ambos, como foi o caso de Gonçalves de Magalhães (ARAUJO 2008, p. 119-130). Para melhor compreendermos o processo, vale evitar projetar no passado as fronteiras atuais entre as disciplinas e assim romper o esforço dialógico de escrita da literatura e da história nacional no século XIX, em alguns momentos elaborado pelos mesmos agentes (LYON-CAEN; RIBARD 2010, p. 6). Afinal, Januário da Cunha Barbosa, Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias, Francisco Adolfo de Varnhagen, dentre outros, foram intelectuais que dividiram suas atividades entre a produção de textos literários e de trabalhos de erudição histórica, ainda que com ênfases e articulações diferenciadas para cada um deles (SILVEIRA 2009).

174

O principal desdobramento desse diálogo entre a literatura e o saber histórico parece ter sido o próprio surgimento do moderno conceito de história, linear e progressivo, tanto na Europa quanto no Brasil. Para o caso europeu, Reinhart Koselleck indicou como os dois campos, a partir de meados do século XVIII, levaram a cabo uma fusão na qual a História “se submetia ao preceito poetológico de criar unidades fundadoras de sentido. Exigia-se dela mais arte expositiva; ao invés de narrar séries cronológicas, ela deveria averiguar os motivos ocultos e extrair uma ordem interior dos acontecimentos contingentes” (KOSELLECK 2004, p. 53).<sup>2</sup> Nesse processo, foi comum o uso da metáfora literária para definir uma nova forma de História que não mais fosse o relato desconexo de histórias particulares e se transformasse no coletivo singular, dotado de unidade interna, conferida pelo direcionamento progressivo de todo o processo a um fim comum, um *telos*, constituindo assim o que se caracterizou como sendo as histórias filosóficas.

O Brasil, por sua vez, desenvolveu suas próprias elaborações do moderno conceito de História a partir das primeiras décadas do século XIX, em um processo complexo no qual o poeta filósofo Gonçalves de Magalhães teve papel de destaque, podendo ser considerado um dos pioneiros de uma visão moderna do tempo (ARAUJO 2008). Baseando-se na metáfora literária, Magalhães defendia, em 1836, que “a história, como todo drama, supõe lugar de cena, atores, paixões, um fato progressivo, que se desenvolve, que tem sua razão,

<sup>2</sup> No original: “[...] se sometía al precepto poetológico de crear unidades fundadoras de sentido. Se reclamaba de ella más arte expositivo; en lugar de narrar series cronológicas, debía averiguar los motivos ocultos y extraer un orden interior de los sucesos contingentes”.

que tem uma causa, e um fim. Sem essas condições nem há história, nem drama” (MAGALHÃES 1836b, p. 142). Assim, a literatura fornecia à história o modelo para sua redefinição como processo linear progressivo, como uma história filosófica.

Esse processo de diálogo parece ter sido marcado, também no Brasil, pela atenuação, mas não supressão, da diferença básica entre a natureza epistemológica do discurso épico e do discurso histórico. O primeiro, pelas regras clássicas do gênero, seria baseado não na representação referencial de coisas de fato, mas em operação intelectual compositiva a partir da imitação verossímil de opiniões e modelos de textos poéticos ou históricos anteriores (HANSEN 2008, p. 20). O segundo buscava refletir a realidade factual de forma fiel, elaborando um discurso cujo caráter de verdade estaria calcado, cada vez mais, na apresentação de vasto aparato de provas documentais, conforme os princípios da tradição erudita, retomados, a seu modo, pelo historicismo oitocentista (ESCUDIER 2003). Diante dessa polaridade básica, Magalhães parece ter realizado um movimento de relativa quebra da fixidez das regras da poesia épica, moldando-as a uma maior aproximação com um discurso fiel ao referente.

Essa orientação é explicitada em carta, de 1856, a Araújo Porto Alegre. Refutando as críticas em que Alencar o acusava de não ter dado espaço para o desenvolvimento dos mitos indígenas, Magalhães indicava uma compreensão reformada da poesia:

Dize-lhe [ao autor das cartas] [...] que das crenças e tradições dos índios do Brasil eu disse o que se sabe, e de propósito não quis inventar novos mitos e novas tradições, que seriam sem valor algum, faltando-lhes o testemunho da história; além de que não está muito nisso a poesia moderna. Morta estaria a poesia se só vivesse de mitos, de ficções, de personificações de ideias, de endeusamento de raça e de mentiras (MAGALHÃES 1856).

175

Magalhães defendia-se propondo uma poesia que atenuasse as referências ao mito e mesmo a seu caráter fictício; no limite, uma poesia mais fiel à história. Conforme veremos, ele o faria, no entanto, considerando a mediação de um “modelo interior”, elaborado pela subjetividade do artista que captaria a manifestação da divindade através da observação da natureza e a interpretaria na forma de arte.

Se, anteriormente, tínhamos visto como a história havia se transformado pela aproximação à poesia, agora percebemos que o movimento contrário, de aproximação da poesia à história, também ocorreu - aliás, semelhante ao que Koselleck indicara para o caso alemão. A poesia de Magalhães aproximava-se da referencialidade do discurso histórico, voluntariamente limitando, sem anular, a imaginação e a invenção mítica. O interessante e original, em relação ao caso alemão, é que Magalhães o fazia ainda dentro do gênero épico, e não deslizando para a nova linguagem do romance realista, conforme apresentado por Koselleck. Eloquentes indícios desse processo seria o aparato de notas eruditas que, no final da obra, desenvolviam informações sobre costumes indígenas e

indicavam as fontes documentais que serviram de base à elaboração poética, em clara continuidade da tendência já presente nos autores luso-brasileiros setecentistas (HANSEN 2008, p. 85). Magalhães poetizava a história ao unificá-la e “historizava” a poesia épica, tornando-a mais estritamente realista.

Essa proximidade entre epopeia e história, aliás, parece ser um ponto importante que talvez nos ajude a compreender o entusiasmo com o gênero épico no Brasil oitocentista. Esse apego ao épico não era somente motivado pelo prestígio que possuía como ápice da hierarquia dos gêneros. A epopeia respondia, com sua busca clássica de ensinar deleitando, aos anseios do nascente nacionalismo por despertar entusiasmo coletivo e possibilitar a visibilização e a atribuição de sentido a essa realidade até então pouco palpável que eram as novas nações e a sua temporalidade própria. E, para tanto, parece ter desempenhado um papel fundamental a possibilidade de orientação coletiva mediante uma interpretação do sentido geral de um passado que assumiria, dessa forma, um caráter unificado.

Gonçalves de Magalhães, especialmente, destacava-se como intelectual empenhado em conferir centralidade à leitura do passado e da história. Em 1836, de Paris, afirmava que “Jamais uma nação poderá prever o seu futuro, quando ela não conhece o que ela é, comparativamente com o que foi. Estudar o passado é ver melhor o presente, é saber como se deve marchar” (MAGALHÃES 1836b, p. 145). Essa busca de orientação pelo estudo do passado tornar-se-ia mais premente à medida que, de volta ao Brasil, tinha contato direto com a situação de conflito social generalizado que marcou o período regencial. Ela se tornava fundamental para decidir da “sorte dos Impérios”, conforme afirmava em 1837:

176

Se há um estudo próprio a todas as capacidades, e no qual todas as inteligências podem colher úteis e importantes lições, sobre a ordem providencial das coisas humanas, é sem dúvida alguma o estudo da História. [...] É sempre o bem, que a humanidade procura; e nesta pesquisa tão pleiteada sobre a terra, ela realiza as vistas da Providência. Seria um grave absurdo acreditar-se que uma estúpida fatalidade, ou meras combinações dos homens, decidem da sorte dos Impérios. A não considerar a História, se não por este lado filosófico, já deveria ela merecer toda a importância científica de uma meditação, que, exaltando o nosso espírito, nos põe em estado de julgar da nossa missão terrestre. Mas ao lado desta parte especulativa, quantas lições práticas não podemos tirar? Quantas aplicações não podemos fazer? A imagem do passado, assim presente a nossos olhos, nos mostra os tropeços da estrada, e nos ensina a evitar duvidosas e arriscadas experiências (*Jornal dos Debates Políticos e Literários*, 23 maio 1837).

A História, para Magalhães, ainda que progressiva e linear, era guiada, acima de tudo, por uma vontade divina, por uma “ordem providencial”. Ela aparecia dotada de um sentido teleológico transcendente, salvacionista, mas cuja compreensão poderia e deveria ser apreendida pelos homens, para que bem julgassem sua “missão terrestre”. E isso poderia ser feito por meio do saber histórico. Este seria dotado de utilidade por auxiliar a indicar caminhos de se atingir o bem, ressaltando a sua centralidade para a elaboração de projeções de futuro.

Essa capacidade de orientação da coletividade reforçava a convergência entre o saber histórico e a poesia, na medida em que, para Magalhães, mais que qualquer outra forma de expressão, esta última teria o poder de “sublimes lições aos homens dita[r]”, sendo a linguagem adequada para sondar a sorte dos Impérios, conforme indica o poema “A poesia”, de 1836 (MAGALHÃES 1836a, p. 35). Nele o autor recusa a visão de que a poesia seria “só de ficções amiga”, afinal “tu não és um fantasma de beleza./ Falaz sonho de mente delirante,/ E da mentira a deusa” (MAGALHÃES 1836a, p. 33). Ao contrário, a poesia aparece como fonte superior de acesso à verdade.

Baseando-se em certa concepção de mimese de fundo platônico, comum ao romantismo francês e absorvida mediante a teorização estético-filosófica de Victor Cousin, para Magalhães a poesia seria, “a imagem do Eterno” (MAGALHÃES 1836a, p. 38) que se projetaria no interior do poeta, que, por sua vez, teria como missão expressá-la ao mundo (ABRAMS 2010, p. 66-70; BRIX 2001). Conforme teorizaria, em 1876, a poesia permitia “conceber a perfeição ideal em todas as coisas, morais e físicas” (MAGALHÃES 1876, p. 283). Magalhães conferia uma dimensão epistêmica superior à linguagem poética, por sua capacidade de captar o aspecto transcendente da realidade, seu caráter divino, que, conforme vimos, tinha um papel central na sua concepção da história. Ele assim compartilhava a visão do romantismo francês de que “ultrapassando todas as outras atividades humanas na representação da beleza universal, a poesia [era] chamada a suplantar a filosofia, a história, as ciências, as artes e a permanecer – segundo os termos de Hegel – a única instrutora do espírito, religião suprema e última do gênero humano”, a “ferramenta essencial de deciframento do mundo” (BRIX 2001, p. 55-56). Ela era o meio por excelência para sondar a sorte transcendente dos impérios e das nações.

177

Conforme indicou François Hartog, o século XIX é o momento em que “história e literatura tornam-se um casal moderno, dando seu assentimento ao tempo moderno, [...] e nesse tempo novo, eles encontrarão uma fonte e uma chave de inteligibilidade do mundo” (HARTOG 2013). A poesia épica, em diálogo com a história, foi a linguagem privilegiada por Magalhaes para decifrar o tempo, tornando-se meio poderoso de orientação da coletividade. E, de fato, a *Confederação dos Tamoios* foi concebida em um momento de intenso embate político-social em torno da escravidão, quando os referenciais temporais que definiam os nexos dessa instituição com a nação passavam por uma redefinição, conforme passamos a tratar.

### **Uma escrita forjada entre o indianismo emergente e o antiescravismo liberal-moderado**

Entre a concepção, escrita e publicação de *A Confederação dos Tamoios*, passaram-se mais de duas décadas. Nesse período, Magalhães vivenciou os embates, por vezes violentos, entre projetos de configuração do Estado nacional, desencadeados durante o período regencial, e a estabilização do regime monárquico, que coincidiu com o momento de publicação da obra em 1856. Podemos recuar a primeira notícia de sua elaboração não ao ano de 1837,

conforme vem afirmando a bibliografia especializada, mas a 1834, quando o cônego Januário da Cunha Barbosa, então redator do *Correio Oficial*, órgão oficial do governo regencial, publicava uma carta enviada de Paris por Gonçalves de Magalhães, que informava sobre a escrita de um poema épico e trazia um trecho de seu primeiro canto. Escrevia o jovem poeta:

Assim, no momento de repousar dos meus estudos, solto as velas à minha imaginação, e vejo que dos poemas, que possuímos, nenhum se ocupa particularmente das nossas tribos, a não ser o Caramuru, onde os índios são algum tanto maltratados; quanto às nossas composições mais curtas são todas calculadas pelo modelo de Horácio, Camões, Boccage, etc., e de quantos poetaram à maneira dos gregos e dos romanos; nada de poesia nacional, nada de poesia própria, natural e brasileira. Os modernos sacodiram o jugo da grega mitologia, bela para os gregos e romanos, exótica para nós; Byron, Cowper, De Lamartine, Delavigne, Mickiewicz têm dado exemplos de uma nova maneira de poetar. A nossa poesia deve participar mais do caráter oriental, isto se observa na nossa música voluptuosa, e lânguida, das nossas modinhas, e da nossa maneira de falar; o Sol dos Trópicos e os aspectos do país concorrem para isso. Por que, pois, não faremos uma poesia brasileira? Para não ficar em reflexões inúteis usei empreender um Romance; estendi-o depois, e fiquei em fazer um Poema. Escolhi a confederação dos Tamoios contra os Portugueses: para isso li na biblioteca real a vida do Padre Anchieta, e do Padre Nóbrega, por Vasconcelos; Lamartinière no artigo – Brasil; Beaucham e Ferdinand Denis, quase que me foram inúteis. Tenho o primeiro canto feito, e começo o segundo. Devo dizer que adotei, quanto ao estilo de português, o de Felinto Elísio colocado sempre que a brandura do objeto não me pedia fluidez; a mitologia de nada me servira. O cristianismo e os costumes dos selvagens me deram imagens, e a Natureza me dará comparações; se no fim da minha obra não prestar, pouco se perderá (*Correio Oficial*, 30 ago. 1834).

178

Muitas considerações podem ser feitas a partir do trecho, aparentemente desconhecido dos estudos atuais, mas aqui nos interessa destacar que Magalhães explicitava, provavelmente pela primeira vez por um brasileiro, um projeto de poesia nacional calcado no indianismo, entendido, de forma restrita, como o movimento literário centrado na valorização da figura do indígena. Ele antecedia, em três anos, a *Nênia*, que Firmino Rodrigues Silva publicou em 1837, considerada a primeira expressão do indianismo romântico.

Mais importante que questões de pioneirismo, a proximidade de Magalhães com Januário da Cunha Barbosa nos indica, também, que o interesse desses intelectuais na figura do indígena ultrapassava o universo exclusivamente literário. Percebe-se isso ao se analisar o escrito de Magalhães também à luz das iniciativas editoriais do cônego Januário, através das quais vem a público. Pois, ao mesmo tempo em que publicava o projeto literário indianista de seu amigo poeta, pelas páginas do mesmo *Correio Oficial*, no mesmo ano de 1834, o cônego Januário publicou uma série de seis artigos sobre “Civilização dos aborígenes do Brasil, ou catequese dos índios” nos quais esboçava os planos de uma política indigenista para o Império. Não cabe nos limites do presente artigo explorar os textos do cônego Januário, sendo mais interessante indicar as convergências entre seu projeto de intervenção político-social indigenista e

investigação intelectual etno-histórica, que se desdobraria três anos depois na criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), com a proposta poética de Gonçalves de Magalhães. Ambos estavam centrados no indígena como elemento fundamental na busca de configuração simbólica do nacional e em dar sentido a seu futuro.

Essa convergência, que aqui captamos em seus primeiros momentos ainda um tanto desconexos, tenderia a se intensificar ao longo do século XIX, conformando o indianismo romântico, entendido, de forma ampla, como um esforço coletivo de reflexão sobre o nacional, com possibilidades de desdobramento em medidas político-sociais efetivas. O indianismo romântico ultrapassava, assim, o movimento literário com o qual é tradicionalmente identificado, sem descartá-lo, tendo a escrita ficcional sobre o indígena dialogado com as políticas indigenistas e o indianismo etno-histórico (TREECE 2008).

Mas essa centralidade do indígena surgia no horizonte de interesses do cônego Januário, então redator do principal jornal governista e importante agente nos embates políticos da corte, a reboque da questão maior dos problemas gerados no âmbito da escravidão negra. Não se tratava, porém, de um movimento individual, restrito ao cônego. Naquele início da década de 1830, como reação à retomada do tráfico de escravos, a partir de 1833, houve uma intensa politização da escravidão, uma verdadeira “guinada antiescravista”, nos termos de Tamis Parron, de setores da elite política (PARRON 2011, p. 84-103; EL YOUSEF 2010). Januário da Cunha Barbosa fazia parte de um grupo de políticos liberais moderados, liderados pelo deputado Evaristo da Veiga, que esboçou um discurso e medidas de caráter antiescravista, concentrando-se prioritariamente em defender o fim do tráfico de escravos. Não questionavam, porém, a propriedade escrava existente (da qual usufruíam), rechaçando medidas abolicionistas de caráter imediato. No entanto, buscavam elaborar um horizonte de expectativa alternativo, antiescravista, que previa a supressão da escravidão em um futuro para o qual, no entanto, não definiam um prazo preciso. Confrontaram-se, a partir de 1834, com os interesses dos produtores cafeeiros do vale do Paraíba, articulados pelo líder do Regresso conservador em ascensão, Bernardo Pereira de Vasconcelos, e seu empenho na legalização do tráfico e na extensão ilimitada da escravidão (PARRON 2010, p. 123-178).

Através dos escritos que difundiram em seus jornais, podemos compreender melhor os objetivos dessa “guinada antiescravista” de setores do liberalismo-moderado da corte nos anos 1830 e seus nexos com o indianismo nascente. Além do objetivo primeiro, já indicado, de luta pelo fim do tráfico mediante a defesa da aplicação da lei de 1831, outros dois objetivos se destacam da massa de escritos que produziram. Um segundo deles seria o investimento na criação de alternativas de mão de obra pretensamente livre, que viria substituir a escravidão negra, identificadas com a imigração europeia ou com o aldeamento de indígenas, constituindo-se esse o principal ponto de convergência com o indianismo em constituição (dentre outros, *Correio Oficial*, 03 abr. 1834). O terceiro ponto, avançado por Evaristo da Veiga, seria a necessidade de combater os preconceitos escravistas da elite senhorial, em um esforço de deslegitimação

simbólica da escravidão que conquistasse a opinião pública (YOUSSEF 2010, p. 105-127). Esse último foi o ponto priorizado pelos nossos primeiros românticos, que se ligavam a todo esse movimento por meio dos intensos laços de sociabilidade que possuíam com o grupo de liberais moderados e com Evaristo da Veiga (PINASSI 1998, p. 60-66). Assim, a participação na “guinada antiescravista” também se fazia presente na própria produção intelectual dos intelectuais românticos. Se Torres Homem se destacou como o integrante do grupo romântico de mais claro empenho em desqualificar simbolicamente a escravidão, também Gonçalves de Magalhães não deixou de participar desse esforço. Ao longo dos anos 1830 e 1840, encontramos em sua obra poucos mas significativos trechos que deixam vislumbrar uma reflexão em andamento, alinhada ao antiescravismo liberal moderado.

Em seu livro *Suspiros Poéticos e Saudades*, de 1836, dois poemas de Magalhães exploravam a questão da escravidão. Em “A mocidade”, a escravidão era apresentada como um mal herdado, algo da ordem do passado, implicando uma origem viciada que conspurcava e comprometia a mocidade brasileira, um mal não somente para os escravos mas principalmente para os senhores. Já a poesia “Invocação à Saudade” concentrava-se no sofrimento do escravo, em suas saudades. A escravidão era apresentada como contrária à lei divina e a insistência em descumprir o interdito sagrado resultava no castigo lançado sobre o Brasil, representado pela esterilidade do solo: “Que a lágrima do escravo esteriliza/ O terreno que orvalha” (MAGALHÃES 1836a, p. 302). Magalhães retomava o tema da reversão ao agente escravizador do mal imposto ao escravo e encerrava com um apelo esperançoso por um futuro sem escravidão: “Oh suspirada, oh cara Liberdade,/ Descende asinha do Africano à choça,/ Seu pranto enxuga, quebra-lhe as cadeias” (MAGALHÃES 1836a, p. 302).

180

Também em seu conhecido “Discurso sobre a história da literatura do Brasil”, de 1836, há um exercício de interpretação da história brasileira em que a crítica à herança negativa da colonização resvalava para a questão da escravidão, cuja continuidade futura representaria um empecilho ao progresso: “A Deus praza, que este perigoso fermento, que entre nós gira, [...] e sobre tudo a escravidão, tão contrária ao desenvolvimento da indústria, e das artes, e tão perniciosa à moral, não empeçam sua marcha, e seu engrandecimento” (MAGALHÃES 1836b, p. 141).

Às ameaças econômica e moral, acima indicadas, a experiência de contato direto com a violência das rebeliões regenciais iria adicionar à caracterização da escravidão pelo poeta uma terceira ameaça, mais imediata e incontornável: aquela à segurança e à vida de senhores e homens livres em geral. É o que depreendemos da memória de 1848, sobre a Balaiada, rebelião de cuja repressão Magalhães participara, entre 1840 e 41, como secretário do futuro Duque de Caxias. Na memória, o autor sondava as “causas morais” profundas que explicariam a quebra da ordem social no Maranhão conflagrado. E lá encontrava, em uma população de 217 mil almas, cerca de 80 mil escravos mal acomodados “ao jugo do senhorio”, um fator de ameaça constante à classe senhorial, principalmente no caso do “negro Cosme, [...] [que] começava a ser,

então, a figura que mais assustava os fazendeiros, por achar-se à frente de três mil escravos por ele sublevados” (MAGALHÃES 1858, p. 118).

Durante os conturbados anos 1830 e 1840, Magalhães tematizara a figura do escravo negro, apresentado sob o signo do medo, como uma ameaça aos senhores e à estabilidade social da nascente nação brasileira. Tratava-se de um momento em que se acirraram os debates políticos sobre o tráfico, colocando a sociedade brasileira diante do dilema de escolher entre expectativas conflitantes sobre o papel da escravidão na configuração da nação. Magalhães opôs-se aos que defendiam sua expansão futura ilimitada, orientando-se por um horizonte de expectativa antiescravista. A escrita de seu poema épico deu-se durante essa forte politização da escravidão, o que permite considerá-lo sob uma nova perspectiva. Ele pode, assim, ser visto como um exercício de reelaboração do espaço de experiência nacional por meio da linguagem, vista como superior, da poesia, um exercício de escrita que conferia um lugar de destaque para o tratamento do papel da escravidão nas origens da nação. Cabe analisar qual leitura do passado foi essa e como a escravidão nela tinha um papel central.

### **A Confederação dos Tamoios: a escravidão como impedimento do sublime e causa da fábula**

Entrando propriamente na análise do texto de *A Confederação dos Tamoios*, percebe-se que Magalhães tende a seguir a tradição do gênero ao apresentar as partes constitutivas do épico. Na invocação, pede inspiração aos gênios do Brasil, em uma escolha que reforça a motivação nacionalista do poema. Seguem-se 122 versos de louvação à natureza brasileira, sua grandeza e esplendor (MAGALHÃES 2008, p. 860-863).

Mais do que inserção original da cor local, essa parte indica a aplicação de um discurso do sublime, entendido como uma estética visando a promover alguma forma de superação do estritamente humano, que poderia assumir desdobramentos de natureza ética e política (PEYRACHE-LEBORGNE 1997, p. 361-396). Aqui, essa tendência à transcendência visava não somente a atingir a subjetividade do leitor pelo estilo elevado, mas, como indica Marcos Nunes, expressava “as múltiplas ansiedades com relação às transformações históricas do período” (NUNES 2005, p. 73). Para um intelectual como Gonçalves de Magalhães, imbuído de uma autocompreensão do engajamento como uma missão sacerdotal de guia da nação, o sublime era mobilizado visando também a dar sentido e orientação à trajetória do conjunto da nacionalidade, o que representaria seu aspecto propriamente político. No caso específico, ao mobilizar a retórica do sublime no início do poema, Magalhães buscava frisar que essa grandeza e exuberância incomparáveis de sua natureza eram indicações claras de que o Brasil gozava de eleição divina e, por isso, teria um futuro grandioso a ser alcançado. O sublime da natureza implicava, aqui, a abertura para um futuro de redenção, entendido como um progresso e elevação à divindade, fins últimos da história nacional, conforme percebidos pelo saber poético.

Mas esse movimento, essa tendência à transcendência insuflada pela descrição da natureza, é bruscamente interrompido pela inserção do tema da

colonização e, mais especificamente, pela introdução da escravidão e o rastro de sangue por ela gerado. A escravidão, ao aparecer pela primeira vez no poema, o faz como uma espécie de elemento que rompe o movimento ascendente do discurso sublime. Assim, o início propriamente da fábula é precedido por um lamento contra a escravidão:

Oh! E porque tão frio, tão amargo/ Pranto verteis, meus olhos magoados?/  
Tanto dos índios vos contrista a sorte/ [...] Com que à escravidão os  
reduziram?/ A escravidão! Oh Céus! Quando no mundo/ Para sempre será  
tal crime extinto?/ Maus foram nossos pais para com eles./ Torpe ambição,  
nefária crueldade/ Os esforços mil vezes deslustraram/ dos primeiros  
colonos lusitanos,/ Que o amor ao áureo metal, e feios crimes/ A estas  
virgens plagas conduziram./ Não, dos canhões não foi o eco estrondoso/  
Que ao índio impôs terror; nem mesmo a morte;/ [...] Foi sim o cativoiro,  
alergas foram,/ Que alguns, ora colonos, de seus pulsos/ Aos pulsos dos  
indígenas passaram (MAGALHAES 2008, p. 864-866).

A passagem nos indica, primeiramente, o status temporal da escravidão, que é entendida como um mal que ainda se faz presente, um passado que não passa, mas cuja supressão futura é ansiada, ainda que incerta. Ela também mostra tanto a forma como a escravidão é concebida, quanto os princípios filosóficos que orientam a organização da fábula. A escravidão é vista como fruto não tanto da colonização em si, cujos esforços cristianizadores não deixam de ser elogiados, mas antes de uma disposição moral do colono, mais especificamente de sua "torpe ambição" e "nefária crueldade", guiadas pelo "amor do áureo metal", que impedem exatamente o caráter elevado, porque cristão, da colonização.

182

Ao opor a moral egoísta ao cristianismo abnegado, Magalhães aplicava à sua interpretação do conflito original da fábula a crítica filosófica que vinha desenvolvendo contra o que chamava de "moral do interesse", ou seja, a moral vista como responsável por um individualismo egoísta destrutivo da liberdade e da ordem, originária das filosofias sensualistas do século XVII e do iluminismo (Locke, Holbach, Condillac, etc.). Assim, Magalhães transpunha para o poema e acabava estruturando toda a fábula em torno de uma dualidade básica que contrapunha uma "moral do interesse", responsável por todos os males do mundo, e uma "moral da abnegação", calcada numa leitura liberalizante e não dogmática do cristianismo que viria a tudo redimir. Essa dualidade era originária da leitura de Magalhães da filosofia espiritualista de Victor Cousin, filosofia moral que informava o argumento de *A Confederação dos Tamoios* (MAGALHÃES 1836c).

Transposta para o poema, ela implicava uma leitura específica do passado brasileiro como sendo orientado por um conflito entre moralidades diversas cujos polos eram representados por dois agentes históricos: os colonos e os jesuítas (MAGALHÃES 2008, p. 867). Os colonos representavam o extremo negativo da moral egoísta, eram os agentes responsáveis diretos pelo mal original da escravidão. Sua mais acabada encarnação seria a figura do senhor de escravos Brás Cubas, tratado no canto sétimo, responsável direto pela escravização

do herói Aimbirê e de seu pai, cuja morte pela exploração do cativo leva à rebelião do filho e consequente desenrolar de toda a trama.

Em contraposição, os jesuítas representavam o princípio redentor da história brasileira, pois encarnavam a moral religiosa a serviço da liberdade. No poema, eles lutavam com as armas da dissuasão contra a escravidão dos indígenas, ao mesmo tempo em que buscam aliviá-los das penas do cativo. Em outros termos, eram os responsáveis por uma alternativa de colonização coerente com o princípio da moral espiritualista que, caso vingasse, levaria a uma nação adequada à religião e à liberdade, valores que constituem o *telos* implícito da leitura de Magalhães sobre a história nacional.

Os indígenas, por sua vez, eram apresentados como confrontados com ambos os polos do processo colonizador. Representados como filhos de um ambiente primordial edênico, dotados de índole livre, hábitos sociais brandos e religiosidade natural, tendiam a se aproximar dos jesuítas e sua moral cristã, principalmente o herói Aimbirê. Mas a tensão inerente ao poema, e ao processo nele encenado, esteve na impossibilidade da realização de sua plena conversão ao cristianismo, em função de dois empecilhos extremos que o moderado Magalhães buscava condenar: a escravidão imposta pelos colonos portugueses (que impede a conversão de Jagoanharo após o sonho profético, no final do canto sexto) e a retórica de liberdade ilimitada dos calvinistas franceses (quando a conversão de Aimbirê é impedida pelo discurso de Ernesto no final do canto nono).

Vale considerar que o cativo esteve no centro do argumento, sendo mesmo sua causa. Afinal, a fábula consiste na busca do herói, o líder dos tamoios confederados Aimbirê, por vingar as violências que a escravidão trazida pelos ambiciosos colonos impusera a seu povo, cuja liberdade, vidas e segurança buscava defender. Assim, o que parece mover a trama do argumento não é a contraposição a um vago espírito "antilusitano". A contraposição básica, que percorre a quase totalidade da obra, não se dava entre indígenas X portugueses, mas entre ambiciosos colonos escravistas X índios em defesa de sua liberdade e jesuítas compassivos, ainda que uma das fragilidades do poema esteja em que essa contraposição não se manteve constante, tendendo a ser alterada nos dois últimos cantos do poema, quando os jesuítas unem-se definitivamente às autoridades coloniais.

Na raiz da contraposição estava a escravidão. As descrições de cenas de trabalho em que "uns faziam gemer a virgem terra/ com repetidos golpes de enxadas;/ outros nos densos matos mutilavam" (MAGALHÃES 2008, p. 867), assim como as referências a castigos físicos sobre "homens que outrora/ Livres à sombra sua se açoutavam" (MAGALHÃES 2008, p. 867) não deixavam muita dúvida de que não se estava somente fazendo referência a um sentido metafórico e amplo de escravidão, onipresente nas narrativas de origem nacional do século XIX, mas precisamente à instituição social da escravatura.

Assim, no sentido geral conferido ao processo de formação histórica da nação brasileira, o momento da origem seria marcado pela supressão da liberdade indígena e a introdução da instituição da escravidão, do que decorreria a dimensão violenta do processo colonizador. Essa seria paralela

à sua dimensão redentora, que abria os caminhos para a evangelização e a consequente transcendência em direção à consumação do projeto salvífico da coletividade. Magalhães conferia, assim, um caráter ambíguo à sua leitura do processo da colonização, expresso pela metáfora que o descrevia como um “fruto pútrido”, conforme a voz divina que aparece no sonho profético de Jagoanharo e o exorta à conversão: “Como de um fruto pútrido, lançado/ Sobre a terra, a semente germinando,/ Nova árvore produz, e novos frutos;/ Assim desses cruéis, corruptos homens, / Que vos flagelam hoje, um santo gérmen/ aqui produzirá filhos melhores” (MAGALHÃES 2008, p. 983). As forças negativas que suprimiam violentamente a sociedade indígena traziam o germe cristão de sua superação e elevação em uma fase superior, seguindo o modelo palingenético de transição cataclísmica de épocas, marcado pela morte seguida de ressurreição das sociedades, que Magalhães recuperara do filósofo e poeta francês Ballanche (FERRETTI 2011). Nesse processo, a escravidão conferia uma marca indelével de violência que se apresentava como herança ao presente e comprometimento do futuro, conforme explorado no canto sétimo.

### **Canto sétimo: à sombra do tronco do ipê, o inferno da escravidão**

Destaque deve ser dado ao canto sétimo, por corresponder a um episódio de fábula importante para a presente análise, na medida em que é dedicado, em sua quase totalidade, a abordar a questão da escravidão. Nele, o herói Aimbirê decide ir buscar os restos mal sepultados de seu pai, morto no cativoiro. A busca dos despojos paternos constitui importante metáfora do crime original não resolvido e fonte de todo conflito e de toda violência vigentes. Em última instância, esse episódio aclara toda a história de Aimbirê e sua rebelião, indicando o conflito profundo que dá origem ao conjunto da fábula. Cabe considerar que o diálogo do herói reconstitui, em mais uma cena patética, as condições da morte de seu pai e de sua consequente rebelião:

184

Ah! Tu não sabes o que é ser escravo; / Eu sei o que isso é!... Quando em tal penso/ Abrasa-me o furor... Meu pai, coitado! / Já velho e enfermo, sem poder seguir-me, na escuridão morreu; e se inda eu vivo/ É só para vingar tão grande infâmia. / Eles mo pagarão com um mar de sangue! (MAGALHÃES 2008, p. 996)

Mais uma vez, o cativoiro encontra-se na raiz de todo o mal e da violência. As lágrimas choradas pelo herói sob o tronco do velho ipê revelam a continuidade dos efeitos disruptivos da escravidão, apresentada, mais uma vez, como um passado que não passa. Revelam, ainda, um trabalho de luto não realizado e que, no limite, se prolongava até o presente do poeta. Sob o tronco do ipê permanecia aberta a chaga da escravidão, simbolizando a fonte de toda violência e a inconclusão do processo de formação nacional.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Não por acaso, 15 anos depois, em pleno debate sobre a Lei do Ventre Livre, o maior adversário da libertação dos filhos de escravas, José de Alencar, faria referência ao mesmo tronco do ipê (título de seu romance de 1871) invertendo o sentido dado por Magalhães. Alencar tentava mostrar que pela abnegação e lealdade do escravo se fechava a chaga da usurpação original e restituía-se a propriedade ao seu justo senhor. Há uma clara intertextualidade entre *A Confederação dos Tamoios*, de Magalhães, e *O Tronco do Ipê*, de Alencar, e os

Nesse sétimo canto, o poeta buscou apresentar a violência em toda sua veemência, revestindo-a com tonalidades demoníacas. Em continuidade direta ao recolhimento dos restos paternos, Aimbirê decide vingar-se de seu ex-senhor, o ambicioso Brás Cubas, patriarca escravista e síntese de todos os vícios do colonizador. Ele é apresentado como “uma alma que do ardente inferno escapa”, enquanto ao atacá-lo Aimbirê age “como um demônio aferra uma alma danada/ que por pacto infernal lhe está sujeita” (MAGALHÃES 2008, p. 999). O encontro entre o ambicioso escravocrata e o vingativo rebelde corresponde a uma cena demoníaca, um “pacto infernal” efetivamente, em que ambos aparecem equalizados por comum degradação. O conflito entre senhor e (ex-)escravo, tematizado no episódio, corresponde, no conjunto do poema, a uma descida aos infernos, ao inferno da escravidão, talvez o ponto mais baixo de toda a obra, em evidente contraste com os momentos de elevação acionados pela estética do sublime.

Mas a importância desse canto sétimo está no desenvolvimento que o poeta dá ao tratamento da escravidão. Magalhães apresenta a ação do herói de forma a passar pelos principais problemas gerados pela instituição. Apresenta, assim, de forma subliminar, um elenco dos males causados pelo cativo, que passo a passo trata em subtópicos.

#### *A escravidão desumaniza o escravo*

Esse argumento encontra-se implícito ao discurso proferido por Aimbirê a seu companheiro Parabuçu, quando juntos rumavam em busca dos ossos do pai do herói e telepaticamente têm, ao mesmo tempo, uma visão do cativo de Iguazu, amada do herói, que leva a uma divagação sobre a escravidão:

Não, tu não sabes o que é ser escravo! / Não ser senhor de si, viver sem honra, / Acordar e dormir sem ter vontade, / Calado obedecer com rosto alegre, / Sofrer sem murmurar, comer chorando, / Não ter filhos, nem pais, não ter amigos, / Trabalhar, trabalhar ao sol e à chuva, / e isto a fim que um senhor tranquilo viva, / No meio da fatura à custa alheia!... / Ah! tu não sabes o que é ser escravo; / Eu sei o que isso é!... Quando em tal penso / Abrasa-me o furor [...] (MAGALHÃES 2008, VII, 126-136, p. 995-996).

Proferido pelo índio em revolta, o lamento está vazado em uma estratégia retórica que apresenta o escravo como ser sensível, vítima da violência da escravidão que o priva dos principais atributos do homem, conforme a concepção oitocentista: não somente a óbvia e fundamental liberdade, mas a espontaneidade afetiva, a família, a honra, o tempo.

Também a descrição, por Aimbirê, do martírio imposto por Brás Cubas a seu amigo Guaratiba motiva uma verdadeira cena de sadismo e crueldade senhorial, raramente encontrada na produção literária brasileira do século XIX, mesmo a antiescravista, mais atenta aos males que o escravo perpetra ao senhor:

---

sentidos opostos que conferem à escravidão sugere que esse tema era um dos elementos de divergência entre os autores, ainda que por sua complexidade política não tenha sido tratado diretamente na polêmica de 1857.

Lembras-te tu do pobre Guaratiba?/ Tu o amarraste a um tronco, em cuja cepa/ Havia um formigueiro, e o flagelaste/ Até fazer saltar co' o sangue a pele/ Das costas, que uma chaga lhe ficaram;/ As formigas, em chusmas negrejando/ Sobre o convulso corpo, o remordiam,/ E tu sem coração, feroz zombavas! (MAGALHÃES 2008, p. 1001)

Tronco, flagelação, sadismo senhorial: seguramente Magalhães não apresentava somente uma alusão genérica a uma escravidão abstrata. Nesses trechos aparece claramente o caráter moral do épico, que busca instruir deleitando, ainda que não se trate de deleite, e sim de incentivar o seu exato contrário, o *pathos*, movendo retoricamente as emoções do leitor com um fim de utilidade, fazendo-o se compadecer da sorte do cativo, recurso não raro de algumas poesias antiescravistas, mormente de origem inglesa e norte-americana, em países onde a retórica do sentimentalismo foi a base da literatura abolicionista (CAREY 2005).

#### *A escravidão destrói a terra e compromete a produção*

O argumento, já trabalhado na poesia "A Saudade", conforme visto, surge no canto sétimo da descrição que o poeta faz da área onde se encontrava a fazenda escravista de Brás Cubas, próxima ao ipê. O terreno, fruto da exploração por mãos escravas, é descrito como "...um vale, onde por terra se estendiam/ Ingentes troncos de árvores anosas, / Que os machados a custo destruíram, / E o fogo, a cinza reduzira os ramos, / Campo abrindo ao mesquinho pasto do homem, / que assim desseca imprevidente a terra" (MAGALHÃES 2008, p. 996). A destruição das matas seculares, lócus por excelência da liberdade indígena, dá lugar ao campo queimado, ao pasto estéril, fechado ao futuro e à abundância. Magalhães esboçava uma crítica ecológica ao cativo, visando reverter o argumento senhorial que o relacionava à abundância econômica e, no caso do político pró-escravista Bernardo Pereira de Vasconcelos, à própria civilização do país. O poeta seguia outra narrativa, relacionando paisagem escravista com esterilidade, mostrando-a como "ruínas" de um "bosque secular", em que o martírio da natureza era lamentado pelo rio próximo "que parece/ Carpir tamanho estrago" (MAGALHÃES 2008, p. 996-997).

186

#### *A escravidão é uma ameaça à segurança do próprio senhor*

De todos os argumentos, este é, seguramente, o mais investido pelo autor que, conforme já indicado, está presente no canto I, mas que é aprofundado no canto sétimo, correspondendo ao episódio infernal tratado acima. Nele, Aimbirê arrasta violentamente o escravocrata Brás Cubas até o tronco do ipê onde jazia seu pai e decide matá-lo. A estratégia narrativa escolhida pelo poeta é significativa de sua intencionalidade. Ao invés de ressaltar a crueldade do ex-escravo, ele lhe concede a palavra. Em um longo discurso, o herói relata toda a trajetória de sua vida a partir da chegada de Brás Cubas. Pela fala de Aimbirê, Magalhães realiza um verdadeiro julgamento do senhor de escravos, revelando o rol de suas culpas. Assim, aos nossos olhos se desenrola a morte da mulher grávida de Aimbirê, o tiro que sua mãe recebeu, a escravização conjunta de seu pai e de sua pequena filha, que o obriga a se entregar ao cativo para

protegê-los, o já descrito martírio de seu amigo Guaratiba. O poeta buscava evidenciar a violência intrínseca à escravatura e o fazia no exato momento em que o escravo pretendia matar o senhor, o que poderia servir como uma justificativa da violência do subalterno. Mas esse caráter legitimador não precisa ser mobilizado, uma vez que, por intercessão da filha de Brás Cubas, o herói Aimbirê poupa a vida do senhor escravista, responsável pela desgraça de sua família e de seus compatriotas, misericórdia que somente elevava moralmente o herói e indicava sua predisposição natural à conversão cristã.

#### *A escravidão é contrária à moral*

O argumento é abordado quando se trata da prisão da bela e casta Iguaçu, amada do herói que havia sido capturada junto com outras índias e levada para Piratininga, o quartel general dos colonos, pelo pérfido Francisco Dias. Este é apresentado como “brutal” e “impudico” que, atraído pela beleza de Iguaçu, “para escrava impura [lhe] queria”. O senhor aparecia, assim, relacionado à violência sexual e à luxúria, elemento complementar da “moral do interesse” que constituía o polo negativo da dualidade cousiniana que baseava o relato, conforme vimos. A ela se contrapunha a castidade virginal e virtuosa da indígena Iguaçu, que se dedicava “... a viver, lutar, nobre esquivando/ Do seu torpe raptor a impudicícia” movida pela “força sobre-humana,/ que ao feminil recato o céu inspira” (MAGALHÃES 2008, p. 1005). A argumentação é interessante e original no conjunto dos discursos antiescravistas dos românticos brasileiros anteriores a Castro Alves, na medida em que o agente da imoralidade não é a escrava, mas o próprio escravocrata.

187

#### *A escravidão é contrária a Deus e à Civilização*

O poeta desenvolve o argumento ao tratar da iniciativa de Anchieta em buscar convencer o escravista e imoral Francisco Dias a libertar Iguaçu. O jesuíta buscava também convencer Dias a um ato que poderia servir de modelo a outros colonos, que então libertariam seus escravos e deixariam de escravizar indígenas no futuro. Em suma, uma defesa da manumissão. O poeta indicava, por meio da iniciativa dos jesuítas, os efeitos precisos da “moral da abnegação” na vida dos primórdios da colônia, indicando sua incompatibilidade com a escravidão instituída e seus esforços em criar uma lógica alternativa, livre e cristã. Mostrava também a resistência dos colonos aos rompantes antiescravistas dos jesuítas, colocando na boca de Francisco Dias um dos poucos e breves discursos que legitimavam a escravidão, discurso em relação ao qual o narrador deixa claro seu distanciamento, qualificando-o de “ímpia resposta”. A ela Anchieta, em mais um lamento, revelava a oposição divina à escravidão:

Iguais os homens são; e cristãos devem/  
Abraçar seus irmãos, do erro salvá-los,  
Guiá-los ao Senhor, morrer por eles,  
E não matá-los, como fazem lobos/  
[...]/ Vós aos índios chamais brutos sem almas,  
E assim credes poder escravizá-los:  
Mas o que destes brutos vos distingue?/[...]/  
E vós que os reduzis a escravos vossos,  
Para longe os mandais em troco de ouro!  
E por cem que vos caem nas duras garras,  
Mortos ficam centenas

entre as chamas/ [...] Oh duros corações! Esta é a indústria,/ Este o nefando trato que vos ceva!/ E ousais chamá-los bárbaros selvagens?... (MAGALHÃES 2008, p. 1008-1009).

Ao afirmar a liberdade e a igualdade originais fruto da vontade divina, o poeta apresentava a escravidão como uma afronta aos planos divinos. Também acusava o "nefando trato", o tráfico de escravos índios, como prática bárbara, o contrário mesmo da civilização.

Por fim, vale considerar que, nos dois últimos cantos, fracassa a última tentativa dos jesuítas de apaziguar os tamoios rebelados, seduzidos que foram pelo discurso de igualdade e liberdade ilimitadas proferido pelos calvinistas franceses. A partir daí, há uma redefinição dos personagens e do posicionamento do poeta em relação a eles. Termina-se louvando a união de jesuítas com os colonos para a fundação da cidade do Rio de Janeiro, célula original da nova nação, criada sobre o sacrifício do herói e seu povo.

### Considerações finais

Indício do diálogo entre a literatura e a historiografia no oitocentos brasileiro foi o fato de o historiador Varnhagen tecer críticas ao poema de Magalhães. A reação do poeta veio em nota à segunda edição de seu poema: "Se a redenção do gênero humano liga-se ao pecado de Adão, a fundação do Rio de Janeiro, hoje capital do grande império, liga-se neste poema à defesa heroica dos tamoios dirigidos por Aimbirê..." (MAGALHÃES 2008, p. 1092). A leitura da história de Magalhães era informada, a seu modo, pelo modelo bíblico da queda e redenção, tão comum no romantismo fascinado pela epopeia espiritual de John Milton (ABRAMS 1992). E o episódio narrado em *A Confederação dos Tamoios* representaria exatamente a violência cataclísmica, típica do modelo palingenético de transições caro a Magalhães, que está na origem da trajetória da nação. A morte do índio revoltado pelos efeitos da escravidão representa o pecado original da nação brasileira. A escravidão estaria, assim, na raiz da queda que dá sentido a toda a trajetória nacional. Ele exigia uma redenção, que estaria indissociavelmente ligada à expansão dos valores cristãos introduzidos pelos jesuítas, ambigualmente, no próprio processo de colonização.

Essa redenção, no entanto, somente seria desenvolvida no estudo erudito que Magalhães publicou na revista do IHGB em 1860, como continuidade à discussão com Varnhagen. Ela corresponderia à busca pela "reabilitação do indígena", que seria dada pela implantação de uma política indigenista de catequese que permitisse a substituição do trabalho do escravo negro pelo do indígena aldeado, na esteira das propostas indigenistas que o cônego Januário propusera desde 1834 e implantara no IHGB, quando Magalhães dava os primeiros passos na redação de seu épico. "É uma dívida sagrada, contraída pelos nossos maiores, e por nós, que em pleno gozo estamos das terras tomadas aos pais desses infelizes" (MAGALHÃES 1860, p. 236).

O indianismo de Magalhães era, conforme vimos, um indigenismo, e era também um antiescravismo, uma via para suprimir a escravidão sem

abolicionismo, sem tocar na propriedade escrava, mas diluindo-a a longo prazo mediante sua substituição pelo indígena "reabilitado" como mão de obra supostamente livre. Só assim, com a substituição lenta e gradual da escravidão negra pelo trabalho indígena, se fecharia definitivamente a chaga aberta aos pés do tronco do ipê, permitindo alcançar, no futuro, a harmonia social e a realização dos sublimes planos dos nossos primeiros românticos, planos de criar uma nação plenamente livre e cristã nos trópicos.

### **Referências bibliográficas**

- ABRAMS, M. H. **El romanticismo**: tradición y revolución. Tradução de Tomás Segovia. Madri: Visor, 1992.
- \_\_\_\_\_. **O Espelho e a lâmpada**: teoria romântica e tradição crítica. São Paulo: ed. Unesp, 2010.
- ARAUJO, Valdei Lopes. **A experiência do tempo**: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845). São Paulo: Hucitec, 2008.
- BRIX, Michel. Platon et platonisme dans la littérature française de l'âge romantique. **Romantisme**, n. 113, 2001.
- CAMPATO Jr., João Adalberto. A Confederação de Magalhães: epopeia e necessidade cultural. In: TEIXEIRA, Ivan (org.). **Épicos**: Prosopopeia: O Uruguai: Caramuru: Vila Rica: A Confederação dos Tamoios: I-Juca-Pirama. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado de SP, 2008.
- CAREY, Brycchan. **British Abolitionism and the Rhetoric of Sensibility**: writing, sentiment and slavery, 1760-1807. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2005.
- CHAUVIN, Cédric. Théorie de l'épopée et philosophie de l'histoire: le «mythe de la mort de l'épopée». In : NEIVA, Saulo (Direction). **Déclin et confin de l'Épopée au XIX<sup>e</sup> siècle**. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 2008.
- EL YOUSEFF, Alain. **Imprensa e escravidão**: política e tráfico negreiro no Império do Brasil. Rio de Janeiro, 1822-1850. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- FERRETTI, Danilo J Zioni. Gonçalves de Magalhães e o sacerdócio moral do poeta romântico em tempos de guerra civil. **Almanack**, n. 2, 2011.
- GOYET, Florence. L'Épopée. **Vox poetica**, 2009. Disponível em: [www.vox-poetica.com/sflgc/biblio/goyet.html](http://www.vox-poetica.com/sflgc/biblio/goyet.html). Acesso em 20 mar. 2014.
- GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e Civilização nos trópicos; o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, n. 1, 1988.
- HANSEN, João Adolfo. Introdução: Notas sobre o gênero épico. In: TEIXEIRA, Ivan (org.) **Épicos**: Prosopopeia: O Uruguai: Caramuru: Vila Rica: A Confederação dos Tamoios: I-Juca-Pirama. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado de SP, 2008.

- HARTOG, François. Ce que la littérature fait de l'histoire et à l'histoire. **Fabula / Les colloques**, Littérature et histoire en débats, 2013. Disponível em: <http://www.fabula.org/colloques/document2088.php>. Acesso em 21 mar. 2014.
- JOUHAUD, Christian; RIBARD, Dinah; SCHAPIRA, Nicolas. **Histoire, Littérature, Temoignage**: écrire les malheurs du temps. Paris: Gallimard, 2009.
- KOSELLECK. **historia/Historia**. Tradução e introdução de Antonio Gomez Ramos. Madrid: Trotta, 2004.
- LYON-CAEN, Judith; RIBARD, Dinah. **L'historien et le littéraire**. Paris: la Découverte, 2010.
- MAGALHÃES, D. J. G. **Suspiros poéticos e saudades**. Paris: Dauvin et Fontaine, 1836a. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01088800#page/1/mode/1up>. Acesso em 5 maio 2014.
- \_\_\_\_\_. Discurso sobre a história da literatura do Brasil. **Nitheroy**. Vol 1. Paris: Dauvin et Fontaine, 1836b. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/63>. Acesso em 5 maio 2014.
- \_\_\_\_\_. Filosofia da religião, sua relação com a moral, e sua missão social. **Nitheroy**. Vol. 2. Paris: Dauvin et Fontaine, 1836c. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/63>. Acesso em 5 maio 2014.
- \_\_\_\_\_. Carta a Araújo Porto Alegre sobre a crítica à *Confederação dos Tamoios*: cópia. Biblioteca Nacional, Sessão de Manuscritos 26, 4, 81, 1856.
- MAGALHÃES, D. J. G. **A alma e o cérebro**: estudos de psicologia e fisiologia. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 1876. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01086900>. Acesso em: 5 maio 2014.
- MAGALHÃES, D. J. G. **A Revolução da Província do Maranhão, 1839-1840**. São Luiz, Typografia do Progresso, 1858. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01088700#page/1/mode/1up>. Acesso em: 5 maio 2014.
- MAGALHÃES, D. G. de. A Confederação dos Tamoios. In: TEIXEIRA, Ivan (org.). **Épicos**: Prosopopeia: O Uruguai: Caramuru: Vila Rica: A Confederação dos Tamoios: I-Juca-Pirama. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado de SP, 2008.
- MILLET, Claude. Les larmes de l'épopée. *Des Martyrs à La Légende des siècles*. In : NEIVA, Saulo (Direction). **Déclin et confin de l'Épopée au XIX<sup>e</sup> siècle**. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 2008.
- NEIVA, Saulo (Direction). **Déclin et confin de l'Épopée au XIX<sup>e</sup> siècle**. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 2008.
- NEIVA, Saulo. Epopée et modernité: sur la caducité et la réhabilitation d'un genre. **www.revue-analyses.org**, v. 9, n. 3, 2014. Disponível em:

<https://uottawa.scholarsportal.info/ojs/index.php/revue-analyses/article/viewFile/1188/1046>. Acesso em: 5 nov. 2014.

NUNES, Marcos Machado. **O Sublime tropical**: transcendência, natureza e nação na formação do romantismo brasileiro. Tese (Doutorado em Literatura Comparada), Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PARRON, Tamis. **A Política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PEYRACHE-LEBORGNE. **La poétique du sublime**: de la fin des lumières au romantisme. Paris: Honoré Champion, 1997.

PINASSI, Maria Orlanda. **Três devotos, uma fé, nenhum milagre**. São Paulo: ed. Unesp, 1998.

RAMALHO, Christina. **Vozes épicas**: história e mito segundo as mulheres. Tese (Doutorado em Letras) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

ROZEAUX, Sébastien. **La genèse d'un «grand monument national»**: littérature et milieu littéraire au Brésil à l'époque impériale (1822-c1880). Tese (Doutorado em História Contemporânea) Université Lille Nord de France, Lille, 2012.

SILVEIRA, Pedro Telles da. Ficção, literatura e história através da 'Crônica do descobrimento do Brasil (1840)' de Francisco Adolfo de Varnhagen. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 3, 2009.

TREECE, David. **Exilados, Aliados e Rebeldes**: o movimento indianista, a política indigenista e o Estado-nação imperial. São Paulo: Nankin, Edusp, 2008.

# Um corte radical no tecido da História: o livre uso do passado na narrativa biográfica de Paulo Leminski\*

A Radical Cut in the Fabric of History: the Free Use of the Past in the Biographical Narrative of Paulo Leminski

---

**Everton de Oliveira Moraes**

evermoraes@hotmail.com

Doutorando

Universidade Federal do Paraná

Rua Nilo Cairo, 176/92 - Centro

80060-050 - Curitiba - PR

Brasil

---

## Resumo

Este texto tem como objetivo analisar os usos do passado na literatura biográfica de Paulo Leminski, bem como a ideia de historicidade que estes usos pressupõem. Tomar-se-á, para isto, como exemplo, a biografia do poeta catarinense Cruz e Sousa escrita pelo autor curitibano. Interessa perceber como Leminski busca criar uma narrativa literária que se utiliza de fragmentos de passado para problematizar a sua atualidade, tecendo, através desta narrativa, conexões com múltiplas temporalidades, questionando as relações entre sujeito e objeto, tais como elas se efetuam nos saberes disciplinares modernos e na política contemporânea. Esse tipo de experiência do pensamento pode ajudar a problematizar os limites de nossa imaginação historiográfica.

192

## Palavras-chave

Paulo Leminski; Biografia; Historicidade.

## Abstract

The aim of this text is to analyze the uses of the past in the biographical literature of Paulo Leminski and the idea of historicity that these uses presuppose. Its object is the biography of poet Cruz e Sousa written by Leminski. In the book, Leminski seeks to create a literary narrative that uses fragments of the past to problematize the contemporary situation, thereby establishing links with multiple temporalities and questioning the subject-object relations as they appear in modern disciplinary knowledge and contemporary politics. This thought-experiment can help us expand the limits of our historiographical imagination.

## Keywords

Paulo Leminski; Biography; Historicity.

---

Recebido em: 24/4/2014

Aprovado em: 14/11/2014

---

\* Esta pesquisa conta com financiamento da CAPES. Agradeço a leitura atenta de Pamela Fabris, Clóvis Gruner, Ernesto Marczal e Jones Custódio.

Entre 1983 e 1985, o poeta curitibano Paulo Leminski<sup>1</sup> escreve quatro biografias (Cruz e Sousa, Matsuó Bashô, Jesus e Trótski), inicialmente publicadas separadamente e depois reunidas *post-mortem* em um único volume, seguindo assim o desejo do próprio autor. Esses textos são destinados a homenagear vidas que Alice Ruiz, interpretando um depoimento do próprio Leminski, afirma se tratarem de “sobrevidas”. Como se os seus gestos fossem dotados de uma potência que permanece atuando muito tempo depois de sua vida biológica ter findado, e que poderia servir como “parâmetro de uma outra vida”, isto é, como “exemplos de radicalidade” capazes de inspirar a própria vida e as lutas do presente (RUIZ *apud* LEMINSKI 1998b, p. 9).

Para Leminski, essas vidas podem ser consideradas, de algum modo, relevantes para a sua atualidade. É que por mais que esses acontecimentos estivessem aparentemente confinados em um passado distante, Leminski acreditava que eles ainda agitavam as estruturas do presente, mesmo que a partir de seus subterrâneos e interstícios. E seria preciso articular uma narrativa que fosse capaz de lançar luz sobre essa obscuridade subterrânea.

E Leminski o afirma quando enxerga em cada um de seus quatro biografados os signos de uma vida guerreira que luta contra os imperativos de seu tempo e sobrevive a ele: em Cruz e Sousa, um simbolismo subversivo que teria aberto caminho para uma série de experimentações modernas; a sobrevivência dos haicais de Bashô nos interstícios da modernidade ocidental; a mensagem de Jesus, que também teria persistido aos inúmeros conflitos históricos nos quais esteve envolvida; e Trótski, que mesmo estando longe de uma atitude contemplativa, fez do sofrimento diante das diversas formas de opressão a matéria-prima de uma atitude revolucionária que abria novas possibilidades de pensar a revolução (LEMINSKI 1998b, p. 7).

São quatro textos escritos em formas que não as das biografias tradicionais. Não se encontram neles cronologias, origens ou trajetórias detalhadas e lineares. Leminski produz textos híbridos, com poéticas entrecruzadas. Apesar de ser um gênero em que se convencionou usar a prosa como fórmula de narração, as suas biografias apelam para recursos que fazem parte do repertório da poesia em verso. Para além do relato de vidas, tratam-se também de escritos literários, compostos a partir de pretensões estéticas e críticas, e que não cessam de problematizar as formas a partir das quais são escritos. Não são, portanto, textos apartados da dinâmica de suas composições poético-literárias.

No momento em que Leminski escreveu suas biografias, estas voltavam, pouco a pouco, a ser objeto de interesse dos historiadores, após um longo período de rejeição. E se durante esse período se privilegiou a longa duração, as estruturas que não se deixam compreender no espaço de tempo de uma vida individual, a questão que se colocava com o retorno da biografia era a de saber se tratava-se de tomar a história de um indivíduo “como um modo possível de

<sup>1</sup> Paulo Leminski, artista curitibano, é especialmente conhecido por sua poesia e por seus romances experimentais, mas também por sua produção no campo da crítica literária, pelas biografias que escreveu e por outras experimentações, como a vídeo-poesia, por exemplo. Sua arte é profundamente inspirada pelo Concretismo e pela Tropicália.

acesso a realidades mais abrangentes” (AVELAR 2011, p. 140) ou como um “deslocamento do olhar em direção às distintas possibilidades de reconstrução do eu” (AVELAR 2011, p. 140). No primeiro caso, a biografia era uma nova entrada para lugares já bem conhecidos; no segundo, uma possibilidade de repensar as unidades e coerências pré-estabelecidas, aludindo ao caráter fragmentário e lacunar das construções sociais. O debate que teve lugar na historiografia dos últimos trinta anos, mais do que escolher entre essas duas alternativas, tornou mais complexas as relações entre história e biografia. A partir dele, historiadores repensaram as questões da agência dos sujeitos, da inserção destes em grupos e instituições, do uso da narrativa e da imaginação na escrita da história, e da multiplicidade das construções identitárias, entre outras.

Este artigo parte da biografia de Cruz e Sousa (1983) para tentar perceber quais usos do passado se produzem na construção de suas narrativas biográficas, entendendo que tais biografias constituem um saber específico do tempo e da memória que se faz a partir de um trabalho sobre fragmentos do passado e da construção de uma narrativa a seu respeito, ainda que se trate de um saber marcado por “certa imprecisão metódica e uma equivocidade intencional” (VIVEIROS DE CASTRO 2010, p. 26, tradução nossa),<sup>2</sup> ou seja, um saber com outros parâmetros de rigor, uma metodologia sem pretensões de cientificidade, e uma não objetividade calculada.

Não está em questão, no entanto, verificar se as biografias escritas por Leminski produzem um conhecimento válido ou se cumprem os requisitos das obras de historiografia acadêmica. Pretende-se analisar qual a ideia de historicidade e quais usos do passado a literatura biográfica do poeta curitibano leva a cabo. Esse tipo de experiência do pensamento pode ajudar a problematizar os limites de nossa imaginação historiográfica.

194

### **As batalhas nunca são decisivas: a sobrevida do acontecimento**

Leminski não tem uma concepção de tempo fechada e monolítica. “O seu tempo é vivo, em permanente reinvenção” (MACIEL 2004, p. 171). No entanto, uma ideia que atravessa os diferentes momentos de suas formas de pensar o tempo é a que parece aproximá-lo filósofo Walter Benjamin,<sup>3</sup> segundo a qual é preciso “abandonar a atitude tranquila, contemplativa ante o objeto (passado), para se tornar consciente da constelação crítica em que este mesmo fragmento do passado se posiciona em relação a este presente” (BENJAMIN 2012, p. 128). Ao invés de um passado descrito a partir de uma verossimilhança factual, Leminski parece adotar a sugestão benjaminiana e romper com esse lugar frio do historiador metódico (não apenas os historiadores novecentistas da “escola metódica”, mas todos os que se limitam à busca pela verdade factual) nas suas narrativas, tomando como ponto de partida lugares “rasgados”, precários,

<sup>2</sup> No original: “Cierta imprecisión metódica y de una equivocidad intencional”.

<sup>3</sup> Leminski cita Benjamin em alguns ensaios publicados na imprensa no final da década de 1970 e início da década de 1980. Em um deles chega a se definir como um dos incentivadores da leitura do filósofo alemão (entre outros autores estrangeiros) no Brasil. “Há anos venho divulgando (e até traduzindo) autores como Maiakovski, Brecht, Walter Benjamin, Pierce” (LEMINSKI 1977, p. 6).

cheios de “lascas” de passado (BUCK-MORSS 2002, p. 145), lugares em que este último fere o presente, porque emerge repentinamente trazendo de volta incômodos acontecimentos ou restos de algo que se acreditava estar morto.

Não conviria, portanto, rejeitar o passado em bloco, como propunha boa parte dos modernismos. Exemplar a esse respeito é a apropriação que Leminski faz dos simbolistas curitibanos: enquanto Dalton Trevisan queria bani-los do rol de artistas significativos para a arte paranaense, o poeta curitibano enxergava nos simbolistas uma espécie de “antecipadores” das vanguardas artísticas que introduziram na arte, de maneira intuitiva, o princípio da incerteza, segundo o qual “o observador, ao observar, perturba a coisa observada” (LEMINSKI 2012, p. 288), rompendo com o naturalismo. Ao valorizar um traço do simbolismo que uma parte significativa dos modernistas se recusava a considerar, Leminski sugere que ainda haveria uma potência nesse passado que poderia ser utilizada no presente, ainda que, para isso, não fosse necessário identificar-se plenamente com a poética simbolista. Não é o passado como um todo que lhe interessa, mas uma potência que ele carregaria. Potência, esta, capaz de afetar<sup>4</sup>, sensibilizar, e que interessa revirar, retomar, explorar, apropriar em favor do presente.

Talvez tenha sido justamente essa atenção dada à poética simbolista que tenha chamado a atenção de Leminski para Cruz e Sousa. Na biografia do poeta catarinense, os simbolistas também aparecem como “os primeiros modernos” (LEMINSKI 1983, p. 54), aqueles que primeiro perceberam a impossibilidade de reduzir a imagem (ícone) às palavras, de objetivá-las através do discurso, mas que, mesmo assim, colocaram para si a tarefa de “programar o indeterminado” (LEMINSKI 1983, p. 56). O que aqui equivale a dizer que os poetas simbolistas se colocaram a tarefa de deformar a palavra, fazer do seu verbo algo afetado por aquilo de que falavam e que, segundo a lógica do discurso naturalista, deveria estar reduzido à condição de mero objeto.

Leminski, na biografia supracitada, adota uma poética que hibridiza formas de narrativa, recorre aos sofisticados recursos linguísticos de seu presente, mas também acolhe e se inspira na poética que atribui aos simbolistas. E isso é significativo para a compreensão de sua ideia de saber, porque implica em uma relação com a memória que é distinta daquela que é articulada nas biografias celebrativas. Não se encontra aqui aquela atitude que procura tomar o máximo de distância (exterioridade) possível de seu objeto para confiná-lo a um lugar circunscrito e analisá-lo objetivamente; nem aquela outra, que situa o objeto fora da história, para além dela, como se o biografado fosse um sujeito soberano, exterior aos acontecimentos que lhe ocorrem e capaz de manipulá-los a seu bel-prazer.

Está em questão, para Leminski, esforçar-se para compreender um acontecimento do passado que, dotado de uma sobrevida, o afeta, desordena suas coordenadas, joga-o para fora de toda identidade. Trata-se de um acontecimento rebelde a qualquer temporalidade fechada sobre si mesma, que irrompe para incomodar o presente.

<sup>4</sup> Os conceitos de afeto e afecção aqui utilizados remetem a uma série de textos de Gilles Deleuze (DELEUZE 2011).

### Tirar tudo que o som tem de dor: a paixão e o contrafeito

Um traço em comum entre os biografados escolhidos por Leminski é que estes são apresentados como sujeitos excessivamente afetados pelo mundo em que vivem, de tal modo que parecem estar acometidos por certo esgotamento: um Jesus que mesmo diante de um mundo de pecado, dava a outra face para bater; Bashô, que troca a vida guerreira e ativa do Samurai pela vida contemplativa do haikai; Trótski, que diante do despotismo e do capitalismo, mesmo estando longe de uma atitude de contemplação, movido pela paixão revolucionária, faz escolhas diferentes daquelas feitas por Lênin, abrindo novas possibilidades de pensar a revolução; por fim, Cruz e Sousa, afetado pelo racismo, pela burocratização da vida, pela normatividade restritiva das convenções literárias de sua época, como se estivesse constantemente acometido por uma “dor” e uma tristeza. Uma condição que, no entanto, não contradiz absolutamente a “vida guerreira” que Leminski enxerga em cada um de seus biografados. É que a luta, para ele, se dá a partir do momento em que se é afetado por um poder.

Na biografia de Cruz e Sousa, ao comentar a historicidade das formas de tristeza,<sup>5</sup> Leminski fala do *sabisha*, uma “condição de abatimento emocional diante das coisas e do fluxo dos eventos”, uma tristeza voluntária daqueles que sabem que “nada dura e que tudo é [...] metamorfose” (LEMINSKI 1983, p. 13). Diante de um mundo repleto de forças transformadoras que não se pode controlar, da percepção de um enfraquecimento da vontade pessoal como forma de transformação das condições de existência, há um abatimento consentido e solitário de quem sabe que a potência não nasce de si, não pode ser produzida por essa vontade. Não se trata de simplesmente deixar-se levar pelo curso dos acontecimentos, mas ter a consciência de que, se não se pode mudá-los com o “querer”, pode-se ao menos pegar carona na potência que eles carregam. Fazer da imobilidade da tristeza uma maneira de captar essas potências; ficar em silêncio, parado e, ao ser afetado, saber “aproveitar” as possibilidades que esse afeto traz consigo.

*Sabisha* é, também, um estado de interpenetração com todas as outras coisas. Uki-ga, “o eu-fluente”, essa sensação mais constante do pai do haikai japonês, Bashô, o seu “estado comum de tristeza solitária” (LEMINSKI 1983, p. 13).

Em uma conferência apresentada em Curitiba, Leminski elabora uma definição do seu conceito de “paixão”, entendida como a condição de “ser passivo de uma ação” (LEMINSKI 2009, p. 325-326) ou acontecimento, de sofrer a ação de outros sujeitos ou outras forças. Trata-se de uma experiência da sensibilidade que sofre e, ao sofrer, sinaliza um mal-estar na cultura (KEHL 2010, p. 3-4). A paixão seria, portanto, a experiência do acontecimento, bem como o “sofrer” que dela decorre, a condição de estar sujeito à ação de uma ou mais forças do mundo.

<sup>5</sup> Além do *sabisha*, conceito retirado do pensamento oriental, comenta também a melancolia, a partir de Baudelaire; o *banzo*, nome dado ao sentimento de tristeza dos negros escravizados com saudade de sua terra natal; e também o *blue*, a tristeza dos negros norte-americanos, traduzida musicalmente no *blues*.

Leminski constrói sua narrativa a partir da figura poética que, logo no início do texto, anuncia reger a vida de seu biografado, isto é, “a ironia, que diz uma coisa querendo dizer o contrário” (LEMINSKI 1983, p. 9). Figura que Leminski associa à potência do acontecimento de linguagem de transformar, transfigurar a realidade. No texto, Cruz e Sousa aparece como um “acrobata da dor”, alguém que, tendo sido submetido às mais variadas adversidades, assume a tarefa de dar forma poética à própria vida, transformar “sofrimento e carência” em “beleza e significado” (LEMINSKI 1983, p. 10). Comentando o poema “O assinalado”, o biógrafo escreve:

O poeta como assinalado. O marcado (Caim?) por um sinal.  
Sinal para ver mais longe. Mas para sofrer mais fundo.  
A negritude como sinal total: visibilidade integral  
(LEMINSKI 1983, p. 71).

Ele parece crer que a ironia seja a figura retórica mais adequada para a biografia, não porque ela seria a única capaz de dar conta de narrar a vida de Cruz e Sousa, mas porque ela permite incorporar e hibridizar outras figuras de linguagem. Longe de pretensões de objetividade, seu texto toma posição, explicita seus conceitos e opções retóricas.<sup>6</sup> O biógrafo deixa as marcas de sua construção textual ao longo de toda a narrativa, que nem por isso acaba por se tornar subjetivista. Talvez essa opção, na verdade, revele algo da afecção que seu “objeto” exercia sobre ele.

Portanto, pode-se pensar também que a paixão não se limite aos personagens leminskianos, mas esteja presente na própria escrita do poeta curitibano, em sua narrativa do passado, como um *ethos*, como modo de escrever que dá forma ao texto. Não se trata de buscar, dividir, sintetizar e classificar. O interesse pelo passado, por uma parte dele, começa por um incômodo, um afeto, um encontro. Seu produto final não serão classificações, mas imagens. Imagens de forças, conflitos e lutas constituintes de subjetividades. Seus personagens parecem sofrer a violência do mundo em que vivem e lutam incessantemente contra essas forças que lhes agridem. Não obstante, possuem a estranha habilidade de, ao sofrer, transfigurar esse sofrimento em potência, experimentando os limites desse mundo. Mas, para além disso, o próprio Leminski é afetado pela potência dessas vidas levadas ao limite e intensifica essas forças em sua escrita, através de uma “tradução” sem a qual não seria possível tornar compreensível algo que até então era incompreensível, uma vez que não é traduzível através de simples palavras, de meras descrições ou de análises puramente racionais (LEMINSKI 2012, p. 364). Assim, o saber que Leminski põe em prática funciona como aquilo que ele chama de “contra-efeito”, isto é, o efeito que age sobre a

197

<sup>6</sup> É grande a lista de textos críticos em que Leminski mostra não conceber as formas narrativas como determinadas em última instância pela necessidade de objetividade ou qualquer outro imperativo. Seria possível citar, notadamente uma série de artigos publicados na imprensa curitibana ao longo das décadas de 1970 e 1980, parte deles reunida em coletâneas como *Ensaios e anseios críticos*, publicadas originalmente por pequenas editoras curitibanas, recentemente reeditadas. Nesses textos, Leminski trata a opção por uma ou outra narrativa como uma questão de poder (forma é poder), cada modo de narrar implicando certas consequências políticas, dependendo também do contexto em que se produzem.

causa, a partir dela. O sujeito afetado, cortado por uma “lasca” de passado e que busca produzir saber a partir desse corte, trabalhando sobre ele. “Tirar tudo que o som tem de dor”, fazer da narrativa o contrafeito da paixão.

Leminski lança um olhar sobre fragmentos de passado, reconhecendo que se pode fazê-lo não apenas para entender a relação desses fragmentos com o seu tempo, mas também para “descobrir neles o que têm de permanentemente novo” (LEMINSKI 2012, p. 360). O acontecimento pelo qual o resto emerge para incomodar e provocar um mal-estar específico ou uma suspensão violenta de um tempo presente que se acreditava ser um tecido liso, pleno de identidade.

Mais do que um imperativo objetivista, portanto, é o próprio fato de Leminski ser um sujeito afetado por seu “objeto” que orienta a forma como a narrativa é construída. O sujeito desse saber não é, pois, aquele sujeito soberano, senhor do conhecimento, analista científico que domina seu objeto impondo a ele a forma de um texto objetivo; ou a de um romance naturalista, “com sua compulsão acadêmica” (LEMINSKI 2012, p. 322-323) e sua obsessão por “refletir” a realidade. Não é mais possível tomar esse distanciamento quando se admite que o que se investiga não é um objeto distante no tempo ou no espaço (uma civilização morta, um regime político do passado ou uma cultura exótica), mas um encontro vivido e sentido pelo próprio sujeito do saber. Quando então afirma que a “perfeição só existe na integração/dissolução do sujeito no objeto” (LEMINSKI 1983, p. 76), o poeta curitibano parece apontar para a necessidade de evitar a “possessão do objeto pelo sujeito” (ESPOSITO 2006, p. 267), de questionar os limites constitutivos do sujeito, isto é, diminuí-lo ao máximo.

198

Sendo assim, não se trata de tomar o passado como objeto a ser explicado, entendido ou representado, mas de buscar nele os acontecimentos que podem afetar o presente. Não a tentativa de entender a lógica que orientava as práticas do passado sem que seus sujeitos a percebessem, mas a lógica que se produz nas próprias práticas. O livre uso, um contrafeito, pressupõe um saber que abra a atualidade para a potencialidade do passado, que seja capaz de transformar e ampliar a imaginação dos sujeitos no presente.

### **Aproximações de um possível: a tradução**

A biografia de Cruz e Sousa começa com a transcrição de uma denúncia, feita por um funcionário do Setor de Pessoal da Estrada de Ferro Central do Brasil à diretoria da empresa. Nela o funcionário relata a apreensão de um poema escrito por Cruz e Sousa, provavelmente no horário de seu trabalho, como arquivista, e pede providências diante de tal infração. Logo após a transcrição, Leminski complementa, respondendo ao pedido do funcionário: “Este livro é uma providência” (LEMINSKI 1983, p. 8). E se ele se propõe a responder a tal pedido, afirmando que seu texto é uma tomada de providências, essa atitude indica algo a respeito do modo como escreve a biografia.

O encontro do poeta-biógrafo com os poemas ou os fragmentos e restos da vida de seu biografado é o acontecimento que o incita, o motiva, ou até o coage a investigar, a pesquisar e a escrever. Esse encontro é o “não saber” a partir do qual o saber pode ser produzido. Esse encontro faz emergir “conflitos”

que, mais do que apaziguar, interessa enfrentar. Podem mesmo ser chamados de “sintomas”, para usar o termo de Didi-Huberman: “um sintoma aparece, um sintoma sobrevém, interrompe o curso normal das coisas segundo uma lei – tão soberana quanto subterrânea – que resiste à observação banal. O que a imagem-sintoma interrompe não é outra coisa que o curso normal da representação” (DIDI-HUBERMAN 2011, p. 63-64). Encontros aparentemente banais podem tornar-se matérias-primas para uma investigação, por causa das forças que mobilizam. A exemplo da leitura do documento em que Cruz e Sousa é denunciado, que, como um “relâmpago” benjaminiano, ilumina o “instante de um perigo” e atina Leminski para a experiência de burocratização e disciplinarização da vida contra a qual o poeta catarinense se debateu. Experiência pela qual Leminski se sente afetado, e que perturba e desajusta sua identidade com o presente, uma vez que olhar para as “batalhas não decididas” (LEMINSKI 1992, p. 41) do passado pode permitir compreender diferentemente os combates do presente.

Tanto no passado quanto no presente, trata-se de um poder que tende a reduzir as vidas à sua produtividade disciplinar. A tentativa de entender essa experiência de um poder que busca se materializar nos corpos e o modo como esses corpos se esforçam por resistir e inventar espaços de criatividade leva à produção de um saber. Não se busca conhecer, nesse saber, a representação da angústia de Cruz e Sousa através de seus poemas, mas o acontecimento mesmo dos poemas como forma de resistência.

A narrativa de Leminski começa por esse acontecimento, por esse encontro entre o gesto artístico e o burocrático, entre a poesia e o relatório, entre o funcionário-artista e o funcionário ubuesco<sup>7</sup> anônimo. E não se trata apenas de uma tentativa do poeta curitibano de criar uma imagem guerreira de Cruz e Sousa, mas também de construir uma imagem da história como conflito, isto é, como produto do enfrentamento de forças. Construção coerente, aliás, com um “cenário onde já não se debatem (apenas) formas, mas forças” (ANTELO 2008, p. 1), e não somente na teoria literária, à qual Leminski estava muito atento, mas também na historiografia e na filosofia, dentre outros saberes.

Nas palavras de Durval Muniz, “uma história começa por um acontecimento raro, que não está instalado na plenitude da razão, que é cercado de vazios e silêncios, que clama por explicação” (ALBUQUERQUE JR. 2004, p. 67-68). É a partir de pequenos acontecimentos poéticos, pequenos gestos de rebeldia, de combate, de lances de dados do acaso, que Leminski conta a vida de Cruz e Sousa. No caso citado, trata-se de um poema que dá origem a uma desordem localizada, que se espalha, se multiplica e vai gerar uma série de outras pequenas, mas intensas desordens: no gosto “refinado” das elites culturais do Brasil, na estética da “prosa medida e rimada” do Parnasianismo (LEMINSKI 1983, p. 74), nas mentalidades racistas, no excesso de pudor das práticas artísticas da época, nas confinantes separações entre classes sociais (LEMINSKI 1983, p. 18-21).

<sup>7</sup> Que se caracteriza por um desejo mesquinho pelo poder, uma vontade de aceder a qualquer preço, mesmo que à custa do infortúnio alheio, tal como Ubu, personagem de Alfred Jarry.

Mas se a narrativa preza tanto essa ideia de acontecimento, como explicar a afirmação segundo a qual não interessava dar “nessas páginas, espaço maior à vida de Cruz do que o tempo que ela teve no espaço-tempo concedido aos animais deste terceiro planeta depois do sol” (LEMINSKI 1983, p. 37-38). Não se deve pensar que a constante preocupação leminskiana com a descrição dos lugares sociais dos tempos em que seus biografados viveram seja um indício de um confinamento dos acontecimentos desviantes ou das invenções dos “malditos” dentro de estruturas estáticas e condições predeterminantes. Em outras palavras, a descrição da situação histórica de Cruz e Sousa não compõe um quadro histórico detalhado, linear e realista. Afinal, só uma história feita de forças em constante conflito é que pode servir ao tipo de “recuperação” que Leminski propõe.

Mais que contextos, são antes campos de batalha que são descritos e analisados, lugares em que acontecem conflitos e nos quais são desferidos golpes, traçadas estratégias, articuladas táticas, deslocamentos e que por vezes são danificados ou até completamente destruídos pelos próprios conflitos. Esses lugares não apenas interferem no conflito (favorecem mais um ou outro dos oponentes), mas estão, portanto, à mercê daquilo que acontece nele. Os gestos não apenas são constituídos por um tempo e um espaço determinados, mas os constituem. Mais do que sujeitos plenamente constituídos, as biografias leminskianas abordam gestos e práticas, e é a partir destes que a organização do texto é construída. É só através do gesto rebelde de escrita da poesia que se pode ver a disciplina de trabalho funcionando para coibir esse gesto; é por meio do gesto desafiador das divisões raciais que estas passam a ser apresentadas no texto; o gesto que passeia entre diversos gêneros deixa ver a coerção que as formas tradicionais e consagradas exerciam sobre Cruz e Sousa e outros poetas “rebeldes” da época.

200

Os poemas, documentos a partir dos quais se constrói a narrativa, não são tomados apenas por seu “conteúdo”. Não se trata de visitá-los para verificar se neles é possível encontrar relatos de fatos realmente ocorridos ou de comportamentos verossímeis. O que está em jogo é analisar os próprios poemas enquanto acontecimentos históricos, que respondem a certas demandas, aparecem dentro de certas regularidades, ao mesmo tempo em que se insurgem contra as forças que o objetivam e produzem um espaço-tempo outro em relação ao cotidiano burocrático e normativo.

Esses poemas, mais do que reproduções de estruturas de ação determinadas ou reflexos de aspectos do mundo no qual vivia, são analisados como armas de luta, instrumentos por meio dos quais Cruz e Sousa se fazia presente nas questões que diziam respeito à sua vida. Primeiro porque o próprio ato de escrever do poeta catarinense é tomado por Leminski como algo que permite a ele ocupar um espaço que normalmente não era ocupado por negros em sua época, o da escrita; em segundo lugar, porque a forma como escreve é entendida como algo que se constitui em um modo de se relacionar consigo mesmo (como se Cruz e Sousa transformasse sua vida e suas angústias – ou as problematizasse – em poesia) e com os outros (de maneira combativa e desafiadora).

Leminski dá às práticas um lugar que não é nem o do confinamento dentro de padrões de comportamento pré-definidos, nem o da soberania do gesto racional que não respeita qualquer regra. Assim, as práticas podem ser entendidas como acontecimentos e, no caso dos poemas de Cruz e Sousa, como “acontecimentos poéticos”. Com o termo, pretende-se dar conta daquilo que Leminski entende como o caráter não reflexivo da arte. Para ele, mais do que refletir a realidade exterior, a arte mantém com ela “tensões dialéticas” (LEMINSKI 2012, p. 99). A poesia, portanto, não seria mero efeito de determinada realidade, mas também produziria efeitos nela. O poeta “pretende construir [...] aberturas, ciente de que mexer profundamente com os homens é mexer com os fundamentos materiais em que se dá a comunicação” (LEMINSKI 2012, p. 99).

Na narrativa leminskiana, as experiências do poeta catarinense aparecem, como foi dito acima, quase sempre marcadas por uma luta contra as adversidades de seu tempo e de sua geografia. Leminski afirma que “as figuras do conflito, do estraçalhamento e da contradição vão perseguir toda a vida do poeta. E – naturalmente – determinar o curso de sua poesia” (LEMINSKI 1983, p. 23). Elas são marcadas pela imagem do “acrobata da dor”, aquele que, mesmo em meio a dificuldades, enfrenta-as e as supera, isto é, consegue criar, apesar delas: “na poesia, na realização enquanto texto, Cruz e Sousa superou o dilaceramento entre os antagonismos de ser negro no Brasil (mão-de-obra) e dispor do mais sofisticado repertório branco de sua época (o ‘Espírito’)” (LEMINSKI 1983, p. 10). Um certo “apesar de tudo” (DIDI-HUBERMAN 2012, p. 83-84) atravessa todo o texto. Como se, apesar do racismo, do classismo, do preconceito de quem acreditava que o negro era uma “raça-mão-de-obra”, que não poderia se apropriar do repertório erudito destinado à educação dos brancos, do conservadorismo dos críticos, do gosto restrito e pouco afeito à experimentação das elites, Cruz e Sousa tivesse conseguido fazer poesia, criar objetos poéticos inovadores (LEMINSKI 2012, p. 99), acontecimentos poéticos. Acontecimentos que podem ser associados ao Simbolismo, mas que também se devem a uma tomada de posição que o aproxima de uma marginalidade subversiva, irreduzível a qualquer fórmula poética ou estilo consagrado.

Mais do que o personagem biografado, mais do que as formas literárias em que sua poesia se insere, são as lutas nas quais ele foi jogado pela vida que aparecem na biografia. O documento oficial apropriado por Leminski deixa de fazer parte da longa série de relatórios produzidos por empresas, instituições e governos para se tornar imagem de uma vida marcada pelo conflito. A partir dessa imagem, Leminski começa então a tecer uma série de narrativas do combate de Cruz e Sousa contra os imperativos de seu tempo.

Essa invenção da imagem de uma “vida guerreira” para narrar as experiências do poeta catarinense indica a opção por um procedimento “epistemológico” específico: a “tradução”, conceito tomado de empréstimo a um leitor de Benjamin, Haroldo de Campos (LEMINSKI 2012, p. 364), especialmente a ideia de tradução da tradição. Para Leminski, assim como para esses autores, este conceito engloba o sentido convencional de tradução, mas vai além dele, para significar o ato de “tornar compreensível aquilo que até

então era incompreensível” (LEMINSKI 2012, p. 364); “aumentar o território de legibilidade” de um determinado acontecimento, produzir novas possibilidades de leitura. Mas também “criar uma co-realidade de um original”, isto é, inventar uma nova realidade que traduza para os sujeitos do presente o “ritmo”, a “imagem” ou o “tom” (CAMPOS 1977, p. 2-3) de uma realidade passada. Articular uma “linguagem inflamada, que ultrapassa a vontade de ornamento para atingir às vezes a beleza agressiva”, em que “a expressão ultrapassa o pensamento” (BACHELARD 1990, p. 33). Isso o biógrafo também descreve como “a forma mais radical de recuperação da informação” (LEMINSKI 2012, p. 365), que não se esquiva “da contínua sedimentação de estratos criativos” que a história impõe ao “original” (CAMPOS 1977, p. 2); “aproximações (contemporâneas) de um possível (passado), de uma série estocástica” (LEMINSKI 2012, p. 365), da qual os sujeitos da atualidade poderiam “saquear” armas para suas lutas.

### **A imaginação como método: a montagem**

Sonhar, inventar, imaginar. Parecem ser traços constitutivos da “metodologia” de um saber dos sintomas, como se para lidar com os encontros e as contingências do acontecimento, fosse necessário usar a imaginação. A tradução leminskiana não almeja à fidelidade em relação ao significado do original, mas aposta na imaginação (ou “reimaginação”, para falar como Haroldo de Campos), entendendo-a não como mero devaneio, criação mental desregrada, mas como atitude que tem seus procedimentos. “Uma via de conhecimento, de acesso à realidade, tão (ou mais) poderosa do que a razão” (LEMINSKI 2012, p. 181), processo de criação e superposição de imagens, que trazem em um só golpe, juntos, o “ocorrido” e o “agora” (DINIZ 2009, p. 12), atual e inatual, com uma força capaz de abrir o presente a múltiplas temporalidades. Imaginar é, antes de tudo, brincar com as imagens desse choque entre passado e presente.

Leminski busca “traduzir” para o presente uma experiência vivenciada por Cruz e Sousa no passado. Não está em jogo, portanto, representar o passado da maneira mais objetiva possível, colocando-se como um narrador onisciente, mas inventar imagens do passado através da montagem de fragmentos deste e de outros tempos. O poeta curitibano parece, além disso, disposto a pagar o preço desse procedimento: a já comentada imprecisão metódica. Um custo que lhe parece baixo, em vista dos ganhos que advêm da possibilidade de “aumentar o terreno da legibilidade” e com isso ampliar as possibilidades de liberdade na atualidade (LEMINSKI 2012, p. 364).

Assim, pode-se encontrar na biografia de Cruz e Sousa uma espécie de montagem de fragmentos de tempos heterogêneos que, através de epígrafes ou de citações textuais, tem a função ora de situar o poeta catarinense em relação à temporalidade histórica específica, ora de servir como analogia ou como forma de relacionar a poesia de Cruz e Sousa com outros tempos e espaços.

Não basta recuperar o passado por si mesmo, é preciso torná-lo potente para afetar o presente, para “exercer o papel de criação” (LEMINSKI 2012, p. 360) e, para isso, a montagem, a reorganização das imagens do passado, é

o método capaz de dar conta da demanda de um livre uso, de um saque da tradição, dizendo o que nela interessa e o que não interessa para o presente. Recuperar para a atualidade as potências “malditas e minoritárias” do passado é inseri-las em uma “linhagem de radicalidades” (LEMINSKI 2012, p. 362), rearranjá-las em outra ordem de legibilidade. Um gesto que permite não apenas entender de outro modo o lugar que ocupam em sua própria temporalidade, mas perceber como essa linhagem de radicalidades pode fazer parte de uma política do presente, que busca abrir novas possibilidades para o futuro.

Capturadas por um discurso acadêmico que as apazigua, muitas vezes as vidas e suas poéticas precisam ser afrontadas novamente, e essa é a ideia da remontagem, que parece orientar o trabalho biográfico de Leminski. Construir uma nova legibilidade para esses poemas-documentos significa não se contentar com as leituras corriqueiras e lineares que delas são feitas por certa crítica literária ou história da literatura. “Será restituir, recontextualizar essas imagens numa montagem de outro gênero” (DIDI-HUBERMAN *apud* HONESKO 2011, p. 5).

Mais do que remeter as poéticas a um suposto solo de origem, Leminski se utiliza de referências anacrônicas e inusitadas. Como, por exemplo, a aparição de poemas de Caetano Veloso ou Haroldo de Campos, ao lado dos poemas de Cruz e Sousa. Essa montagem heteróclita parte de uma reminiscência (“como não lembrar de...”) para sugerir não uma continuidade ou influência, mas uma sobrevivência, uma apropriação, como se os poetas contemporâneos tivessem, em seus poemas, sabido ocupar o espaço aberto a duras penas pela luta de Cruz e Sousa.

Além dessas referências, há também outras, com as quais Leminski vai construindo relações nada óbvias de analogia entre Cruz e Sousa e outros pensadores de diversos saberes. A título de exemplo, recolhem-se as seguintes passagens entre dezenas de outras no texto:

Ou como diz Van Gogh, numa carta, “expressar o físico pelo psíquico, em imagens e cores”. Ou em sons e palavras, diríamos, Cruz e Souza conosco (LEMINSKI 1983, p. 46).

Isso, Freud, o maior dos expressionistas, seu contemporâneo [de Cruz e Sousa], afirma, ao criar uma técnica de cura baseada na expressão dos desejos recônditos (LEMINSKI 1983, p. 46).

Castro Alves fez retórica sobre a condição negra.  
Cruz e Sousa era negro (LEMINSKI 1983, p. 70-71).

Como não lembrar este outro Concerto em A, nosso contemporâneo, a “Clara” de Caetano Veloso (LEMINSKI 1983, p. 50).

Essas analogias não têm um caráter explicativo, didático, mas a função de multiplicar os sentidos: ao invés de ler a poesia de Cruz e Sousa a partir de um paradigma lógico, como produto de uma geografia específica (região, nação, etnia, etc.) e de um tempo (época histórica, movimento ao qual está associado na história da literatura), entender as conexões do poeta com o mundo, com a alteridade e com a multitemporalidade que o atravessa, isto é, apostando no paradigma analógico do “como” (CAMPOS 2006, p. 247-265). Um poema vai

sendo encadeado a outros poemas, textos e acontecimentos, a este “como”, criando analogias, entendendo-se que uma poética não se relaciona apenas com sua contemporaneidade e com seus correlatos artísticos, mas com uma série de discursos e práticas dos mais distintos lugares e temporalidades.

Assim, o biógrafo procura dar conta desse “sujeito” complexo do qual fala, narrando a vida e a poesia de Cruz e Sousa como um agregado de temporalidades que envolvem o enfrentamento deste em relação ao racismo, à herança dos tempos de escravidão e à burocratização da vida cotidiana nas cidades, levada a cabo por todo um aparato modernizador. Mas também o contato com fragmentos da cultura erudita que envolvia inclusive boa parte da poesia europeia do século XIX, com nomes como Baudelaire, Mallarmé, Verlaine, Rimbaud, etc. Desse modo, os poemas de Cruz e Sousa seriam não apenas produto de seu “contexto” imediato, mas da multiplicidade de encontros com outras temporalidades (com obras, com pessoas, com imagens, poderes, etc.) que os constituem em seu presente e propiciam uma abertura ao futuro.

No ensaio *A tarefa do tradutor*, Benjamin chama a atenção para a necessidade de submeter a língua do tradutor a um choque com a língua do original (BENJAMIN 2008, p. 80). Como se, para transcrever modos de dizer criados em uma língua estrangeira, fosse preciso escavar e moldar a língua nativa para forjar nela novos modos de dizer (CAMPOS 2006, p. 153-156). Sendo assim, mais do que abolir as diferenças entre as línguas em favor de uma pretensa fidelidade e unidade, a tradução seria uma prática que abre a língua do tradutor para a sua multiplicidade (GAGNEBIN 1994, p. 33). Ao transcrever um texto, o tradutor é forçado a “reimaginar” (CAMPOS 1984, p. 245) o texto original, rompendo as “barreiras apodrecidas” (BENJAMIN 2008, p. 79) de sua língua, abrindo-a para a possibilidade de dizer diferentemente. De igual modo, o que Leminski faz ao traduzir uma experiência passada para a sua atualidade é submeter esta última ao choque com aquilo que sobrevive da primeira, confrontando modos de historicidade, iluminando outras formas de viver o tempo, alargando as possibilidades de experiência, produzindo uma imagem capaz de abrir o presente à multiplicidade temporal que nele existe.

A montagem literária é, em Leminski, uma das possibilidades da tradução. Imaginar analogias, organizar citações, aproximar acontecimentos tidos como díspares, são formas de produzir sentidos, criar nexos onde até então eles pareciam insuspeitos. Eis uma das formas de alertar para as sobrevivências na atualidade de um passado que se acreditava estar morto. Talvez Leminski tenha seguido, neste ponto, a sugestão de Haroldo de Campos quando evocava a necessidade de uma “historiografia do como” (CAMPOS 2006, p. 247-248).

### **Livre uso dos vestígios do passado**

Não se trata, portanto, de narrar um passado estático, que esperaria passivamente por uma revisão, muito menos descrever o peso de uma tradição que paralisa a ação; mas de escrever a partir de fragmentos de passado que rasgam o tecido supostamente contínuo do tempo. Leminski encontra nos poemas de Cruz e Sousa essa potência de radicalidade com a qual busca

“desatualizar” o presente. Quando reivindica a imaginação no lugar da verdade e da representação, não é uma forma de escapismo ou delírio inconsequente, mas uma forma de problematizar o modo como essas relações se dão, não apenas nos saberes, mas no cotidiano urbano que vivencia.

Talvez seja possível pensar que a poesia e o saber poético do tempo sejam, para Leminski, uma forma de problematizar os dispositivos de um utilitarismo que, para ele, representava um desejo “burguês” (mesmo que dissimulado) de submeter o tempo a certos “fins”: seja aquele dos artistas e intelectuais engajados, para quem a passagem do tempo correspondia ao aperfeiçoamento da consciência de si ou de um “povo”, rumo à sua libertação frente a uma elite “colonial”; seja um certo academicismo, que reduzia o tempo passado a uma objetividade, dando-lhe um lugar bem delimitado, nos confins de um “não mais”, domesticando-o por meio de uma disciplinarização; seja, enfim, o utilitarismo do mercado, no qual o “passado” era recuperado como objeto de consumo através de livros, modas, telenovelas, etc. Essas formas “burguesas” de apropriação do passado, segundo ele, almejavam separar as pessoas da possibilidade de “cortar o tecido da história” (LEMINSKI 2012, p. 362) para buscar o que lhes interessa “no processo vivo de uma tradição” (LEMINSKI 2012, p. 362). Como se, ao postular a “exemplaridade”, a objetividade ou a lucratividade do passado, engajados, acadêmicos eruditos e “empresários” deixassem ver a cumplicidade insuspeita que havia entre eles, apesar de seu aparente antagonismo. Nos três casos, tratar-se-ia de neutralizar a força do passado para torná-lo objeto de imitação, de culto ou de consumo.

Na biografia, Leminski não se apresenta como sujeito de conhecimento que domina a realidade que descreve, transmitindo seu saber ao leitor. Ao contrário, faz da própria escrita do texto um processo de subjetivação. Escrita esta que é entendida como acontecimento que se dá no choque de um ser vivo com os dispositivos, com a linguagem (AGAMBEN 2007, p. 55-63). Tanto em Leminski quanto em Cruz e Sousa, não há um sujeito com sua ideologia, mas textos / poéticas nos quais os escreventes jogam sua própria existência, uma experiência da qual não saem os mesmos, lugar da construção de mitos e imaginários, mas também da experiência poética da loucura (LEMINSKI 1983, p. 71) e da “dissolução do sujeito no objeto” (LEMINSKI 1983, p. 76). A escrita não é tanto a ação pela qual uma subjetividade se expressa, com sua ideologia, seu imaginário ou seu inconsciente, nem onde se revela o pensamento de “seu tempo”, mas um acontecimento por meio do qual se produzem e se desfazem subjetividades, em que seres vivos encontram a linguagem e exibem nela, em um gesto, sua irredutibilidade a ela (AGAMBEN 2007, p. 63).

Ao questionar a tradicional relação sujeito-objeto e praticar uma metodologia da montagem e da tradução, Leminski busca se esquivar desses imperativos utilitaristas que percebe na cultura ocidental. Sua escrita biográfica, enquanto liberação do referencial e experimentação inutilitária da linguagem e da memória, deveria arrancá-las dessa “colonização” levada a termo pelo “mercado”, pela academia, pelo mundo da arte, pela política institucional, restituindo-a ao uso comum (AGAMBEN 2007, p. 79) e às suas inúmeras possibilidades:

A ditadura da utilidade, [...] o princípio da utilidade corrompe todos os setores da vida, nos fazendo crer que a própria vida tem que dar lucro. O lucro da poesia quando verdadeira é o surgimento de novos objetos no mundo. Objetos que signifiquem a capacidade da gente de produzir mundos novos. Uma capacidade in-útil. Além da utilidade. Existe uma política na poesia que não se confunde com a política que vai na cabeça dos políticos. Uma política mais complexa, mais rarefeita, uma luz política ultravioleta ou infravermelha. Uma política profunda, que é crítica da própria política, enquanto modo limitado de ver a própria vida (LEMINSKI 1997, p. 77-78).

Leminski esboça, portanto, um saber que mais do que buscar reconstituir uma realidade passada por meio do texto, funciona criando formas de se relacionar com outras instâncias da realidade. Não apenas se faz o movimento que vai dos vestígios do passado à sua representação fiel em uma narrativa, mas também se considera que as relações entre linguagem e realidade são múltiplas, bem como suas formas de tradução e figuração. E, para ele, apenas longe do desejo de representação naturalista é possível pensar um livre uso do passado, dos acontecimentos que sobrevivem ao seu tempo "original". Exemplos desse livre uso poderiam ser encontrados nos pensadores da modernidade em sua relação com o imaginário grego: Marx e seu "impulso prometeico", Nietzsche e sua "alma dionisíaco-apolínea" e Freud com o Édipo e o narcisismo (LEMINSKI 1998a, p. 63-64): cada um, a seu modo, teria sabido se apropriar da potência do passado para criticar e desestabilizar o seu presente.

206

Esses pensadores souberam se utilizar do passado, de fragmentos dele sem, no entanto, reduzi-los a mero produto subjetivo do sujeito do saber ou a elementos que permitiriam construir certa verossimilhança com relação a uma realidade passada. E é essa experiência da invenção de múltiplas e tensionadas formas de relação com as presenças do passado na atualidade que caracteriza a historicidade leminskiana. A tradução, por sua vez, é o modo como Leminski articula essas presenças em suas narrativas.

Trata-se, nessas biografias literárias, de pensar um livre uso do passado, contra toda exemplaridade, objetividade e lucratividade. Para usar a expressão de Walter Benjamin, está em questão saquear a tradição, ir ao passado para buscar armas para as lutas políticas do presente, mas também fazer da própria tradução desse passado uma arma. "Recuperar" as "invenções" dos "malditos e minoritários", reconstituindo uma "linhagem de radicalidades" (LEMINSKI 2012, p. 365-366) que pode funcionar como inspiração para uma atitude radical no presente. Mas, também, rasgar o "tecido da história" (LEMINSKI 2012, p. 362) deixando ver o emaranhado de tempos que se agitam sob a superfície aparentemente lisa e contínua do presente.

### Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. **Profanações**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. No castelo da história só há processos e metamorfoses, sem veredicto final. In: \_\_\_\_\_. **História: a arte de inventar o passado**. Bauru, SP: Edusc, 2007, p. 67-84.

- ANTELO, Raúl. As imagens como força. **Revista Crítica Cultural**, v. 3, n. 2, p. 1-8, 2008.
- AVELAR, Alexandre de Sá. Figurações da escrita biográfica. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 13, n. 22, p. 137-155, 2011.
- BACHELARD, Gaston. **Fragmentos de uma poética do fogo**. Brasiliense: São Paulo, 1990.
- BENJAMIN, Walter. A tarefa do tradutor. In: CASTELLO BRANCO, Lucia. **A tarefa do tradutor, de Walter Benjamin**: quatro traduções para o português. Belo Horizonte: Fale/UFMG, 2008, p. 66-81.
- \_\_\_\_\_. **O anjo da história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- BUCK-MORSS, Susan. **Dialética do olhar**: Walter Benjamin e o projeto das passagens. Chapecó: Argos, 2002.
- CAMPOS, Haroldo de. Da tradução como criação e como crítica. **Diário do Paraná**. 10 mai. 1977, p. 2-4.
- \_\_\_\_\_. **Metalinguagem e outras metas**: ensaios de teoria e crítica literária. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- \_\_\_\_\_. Tradução, ideologia e História. **Remate de males**: território da tradução, n. 4, p. 239-247, 1984.
- DELEUZE, Gilles. **Crítica e clínica**. São Paulo: Ed. 34, 2011.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **Ante el tiempo**: historia del arte y anacronismo de las imágenes. Buenos Aires: Adriana Hidalgo Editora, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Diante da imagem**: questão colocada aos fins de uma história da arte. São Paulo: Editora 34, 2013.
- \_\_\_\_\_. **Imagens apesar de tudo**. Lisboa: KKYM, 2012.
- DINIZ, Davidson de Oliveira. Walter Benjamin e as passagens: uma narratividade poética do histórico. **Cadernos benjaminianos**, v. 1, n. 1, p. 1-20, 2009.
- ESPOSITO, Roberto. **Categorias de lo impolítico**. Buenos Aires: Katz, 2006.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. São Paulo: Perspectiva / Fapesp; Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- HONESKO, Vinicius. Mãos ao alto: olhos armados. **Sopro**: panfleto político-cultural, n. 56, p. 2-10, 2011.
- KEHL, Maria Rita. A melancolia em Walter Benjamin e em Freud. In: **Anais do III Seminário Internacional Políticas de la Memoria "Recordando a Walter Benjamin**: Justicia, Historia y Verdad. Escrituras de la Memoria", Buenos Aires, Argentina, 2010, p. 1-12.
- LEMINSKI, Paulo. **Cruz e Sousa**: o negro branco. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- \_\_\_\_\_. **Ensaio e anseios críticos**. Curitiba: Polo Editorial do Paraná, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Ensaio e anseios críticos**. 2ª ed. ampliada. São Paulo: Unicamp, 2012.

- \_\_\_\_\_. **Metaformose**: uma viagem pelo imaginário grego. São Paulo: Iluminuras, 1998a.
- \_\_\_\_\_. **Vida**: Cruz e Sousa, Bashô, Jesus e Trótski. Porto Alegre: Sulina, 1998b.
- \_\_\_\_\_. Poesia: paixão da linguagem. In: NOVAES, Adauto (Org.). **Os sentidos da paixão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 322-350.
- \_\_\_\_\_. **Uma carta uma brasa através**: cartas a Régis Bonvicino (1976-1981). São Paulo: Iluminuras, 1992.
- MACIEL, Maria Ester. Nos ritmos da matéria: notas sobre as hibridações poéticas de Paulo Leminski. In: DICK, André; CALIXTO, Fabiano. **A linha que nunca termina**: Pensando Paulo Leminski. Rio de Janeiro: Lamparina, 2004, p. 171-179.
- PEDROSA, Celia. Paulo Leminski: Sinais de vida e sobrevida. **Alea**: Estudos Neolatinos (Impresso), v. 8, n. 1, p. 55-74, 2006.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Metafísicas caníbales**: líneas de antropología postestructural. Buenos Aires: Katz, 2009.

# A historiographical approach to the Qur'an and Shari'a in late 19<sup>th</sup> century India: The case of Chiragh 'Ali\*

---

**Carimo Mohomed**

mohomed.carimo@gmail.com

Contributing Scholar

Centro de Estudos de História Religiosa

Universidade Católica Portuguesa

Rua Professora Virgínia Rau 13, 3D

1600-673 - Lisbon

Portugal

---

## Abstract

Analysing the book *The Proposed Political, Legal, and Social Reforms in the Ottoman Empire and Other Mohammadan States* (1883) and undertaking a historical contextualization, this paper problematizes the *epistemis* and epistemological framework underlying the articulation of Chiragh 'Ali's discourse, focusing on how he viewed the Qur'an and Shari'a according to the intellectual debates in the 19<sup>th</sup> century. Often refuting, in his writings, missionary and Orientalist criticisms of Islam as being hostile to reason and incapable of reform, Chiragh 'Ali rather argued that the Islamic legal system and schools were human institutions capable of modification. While defending that the Qur'an taught religious doctrine and rules for morality, Chiragh 'Ali held the opinion that it did not support a detailed code of immutable civil law or dictate a specific political system, drawing on an examination of the traditional sources of the Islamic law and methods to overcome the rigidity of traditional theologians.

209

## Keywords

India; Islam; 19<sup>th</sup> century.

---

Received in: 4/1/2014

Approved in: 5/30/2014

---

\* This paper is a revised and enlarged version of a chapter on Chiragh 'Ali that originally appeared in my Ph.D. thesis under the title 'Islamic Reformism in India between 1857 and 1947', available at <http://run.unl.pt/bitstream/10362/7876/1/MOHOMED%2c%20Carimo..pdf>.

The second half of the 19<sup>th</sup> century was a period of great richness in the history of modern Islamic thought, when a group of Muslim intellectuals, in different parts of the world, rigorously examined the fundamentals of Islamic jurisprudence. The main theological problems at the core of these examinations focused on the validity of the knowledge derived from sources external to the *Qur'an* and the methodology of traditional sources of jurisprudence: the *Qur'an*, the *hadith*,<sup>1</sup> *ijma*,<sup>2</sup> and *qiyas*.<sup>3</sup> The epistemological step adopted was to reinterpret the first two, the *Qur'an* and the *hadith*, and to transform the last two, *ijma* and *qiyas*, in the light of Western scientific developments, including the social sciences. Among those who had a strong impact were al-Afghani (1838-1897), Sayyid Ahmad Khan (1817-1898), Muhammad 'Abduh (1849-1905) and Amir 'Ali (1849-1928). Fascinated with the technological and scientific developments occurring at the time in Europe (the Newtonian conception of the Universe, Spencer's sociology, Darwinian ideas and even the Western style of life), they presented Islam in a way that was consistent with modern ideas, and all of them argued that, as a world religion, Islam was capable of adapting to the changing environment of each age, particularly since the use of law and reason was characteristic of the perfect Muslim community (ANSARI 1986, p. 510; DALLAL 1993, p. 341-359; MOADDEL 2001, p. 669; MOADDEL 2005, p. 42-45; RAHMAN 1966, p. 284-5).

210

Although the felt need for reformist thinking was endogenous, with movements proposing a fresh rereading against the inherited traditions (PETERS 1980, p. 131-145), the shock of European expansionism beginning in the later part of the 18<sup>th</sup> and early 19<sup>th</sup> centuries, the expansive social and intellectual power of Europe, seen not only as an adversary but also as a challenge – in some cases an attractive one, illustrated by the reforms introduced by the Ottoman sultan Mahmud II (1808-1839) and his successors, or by Muhammad 'Ali Pasha (1769-1849) in Egypt –, brought a new element that reinforced that feeling. The power and greatness of Europe, science and modern technologies, political institutions of European states, and social morality of modern societies were all favourite issues, which forced the formulation of a fundamental problem of how could Islam and Muslims acquire the strength to confront Europe and become part of the modern world.<sup>4</sup>

<sup>1</sup> Often translated as 'tradition', a *hadith* is a report of the deeds and sayings of prophet Muhammad. The *hadith* literature does not qualify as primary source material, as it was compiled from oral reports that were present in society around the time of their compilation, well after the death of Muhammad. For further details on this and other Arabic expressions, please refer to the *Encyclopaedia of Islam*.

<sup>2</sup> *Ijma* is an Arabic term referring to the consensus or agreement of the Muslim community basically on religious issues. Various schools of thought within Islamic jurisprudence may define this consensus to be that of the first generations of Muslims only, or the consensus of the first three generations of Muslims, or the consensus of the jurists and scholars of the Muslim world, or scholarly consensus, or the consensus of all the Muslim world, including both scholars and laymen.

<sup>3</sup> In Islamic jurisprudence, *qiyas* is the process of deductive analogy in which the teachings of the *hadith* literature are compared and contrasted with those of the *Qur'an*, in order to apply a known injunction (*nass*) to a new circumstance and create a new injunction.

<sup>4</sup> In Egypt and other parts of the Ottoman Empire, especially the Arabic ones, the cultural renaissance movement that began in the 19<sup>th</sup> century became known as the *an-Nahda* ('awakening', 'renaissance'), and it is often regarded as a period of intellectual modernization and reform. In traditional scholarship, the *an-Nahda* is seen as connected to the cultural shock brought on by Napoleon's invasion of Egypt in 1798, and the reformist drive of subsequent rulers in Egypt and the Ottoman Empire under the *Tamzimat* ('Reforms'). However, recent scholarship has shown that the Arab renaissance was a cultural reform programme that was

After the Great Mutiny – or Sepoy Revolt – of 1857-1858, and although the great majority of the insurgents were Hindus, the last Mughal emperor Bahadur Shah Zafar (1775-1862) was put on trial by the British and charged with being behind an international Muslim conspiracy stretching from Istanbul, Mecca and Iran to the walls of the Red Fort in Delhi. To consider the importance of this event, seen as a kind of 'Clash of Civilizations', one should bear in mind the fact that even nowadays comparisons are being made to contemporary events and situations (MALIK 2008). The Mutiny was crushed, the Emperor was sent into exile in Burma, where he passed away in 1862, and India came *de jure* under British rule (ALAM 2006; DALRYMPLE 2007; ERALY 2004; GASCOIGNE 1998; RICHARDS 1998).

The period between 1857 and 1947 - year of independence and partition of India into two states - was very rich in Islamic reformist thinking, originating an intense debate that crossed the geographical borders of India and anticipated many contemporary issues: women's condition, the role of religion in politics or the end of the Caliphate. At the same time, the world at large went through significant events, which influenced India and the Islamic world, then almost entirely under imperial and colonial European rule. Throughout this period, Muslims in India witnessed the growth of a public sphere as members of its elite attempted to use newspapers, journals and tracts as a means to inform public opinion, discuss the contemporary condition of Muslims and usher in social and religious reforms (SEVEA 2006).

One of the individuals to propose a reform of Islam was Sayyid Ahmad Khan (1817-1898), founding figure of the Aligarh movement. After the events of 1857-1858, Ahmad Khan came to the conclusion that the Muslims of India had to accommodate the British and use modern education to advance themselves, a line of thought that influenced, among others, Chiragh 'Ali (1844-1895), who is the focus of this paper, especially his conceptions regarding the *Qur'an* and the *Shari'a*,<sup>5</sup> according to the intellectual developments of European thought in the second half of the 19<sup>th</sup> century.

211

### **Sayyid Ahmad Khan and the Aligarh movement**

After the Sepoy Mutiny of 1857-1858, the leading figures of the Muslim community in India posed a series of questions about their future. The answers

---

as endogenous as it was Western inspired. For further details on this, please refer to HOURANI 1983, and SHEEHI 2004.

<sup>5</sup> Normally translated as 'Islamic Law', *shari'a* means, in Arabic, 'street, path, way'. In a legal context, the word *shari'a* refers to 'the way or the path a Muslim would want to follow what God wants us to do'. Traditionally, Muslim scholars take primary source material – the *Qur'an* as well as accounts from the life of Prophet Muhammad, referred to as *hadith* – and derive laws based on their interpretations of these texts. These laws pertain to two different areas of life, either religious observance (prayer, fasting, and almsgiving) or civil and criminal issues (marriage, family law, business transactions, taxation, and warfare). Of course the ways in which someone derives laws from his or her interpretations of 'what God wants us to do' varies according to time and place. So, it is also crucial to point out that translating the word *shari'a* simply as 'Islamic law' is not entirely sufficient. *Shari'a* includes scores of moral and ethical principles, from honouring one's parents to helping the poor to being good to one's neighbour. It is incorrect to equate *shari'a* with criminal punishments. If we understand it as the idealized 'path to God', then what constitutes a moral and legal course to the divine is a subjective and ever changing interpretation of Islam's sacred texts by human beings. For a brief introduction on this and other topics regarding *Shari'a*, please refer to KADRI 2011, and MASUD 2001.

were many and one of them was the Modernist one, starting with Sayyid Karamat 'Ali (1796-1876) and his disciple Sayyid Amir 'Ali, both from Bengal (BOIVIN 2003, p. 83-105), and culminating with Sir Sayyid Ahmad Khan, from the United Provinces (nowadays Uttar Pradesh). The Modernists, who were deeply influenced by Western modern liberal thought, tried to interpret Islam in a way that was considered as rational, and Sayyid Ahmad Khan eventually came to the conclusion that the Muslims of India had to accommodate themselves with the British (SYED 1991, p. 193-194).

Born in 1817, Sayyid Ahmad Khan was caught by the events of 1857 in Bijnaur as a civil judge in the British East India Company, and his journal between May 1857 and April 1858 became a monograph with the title *Tarikh-i Sarkashi-i Bijnaur*, which is a history of the Mutiny in Bijnaur (KHAN 1858). Ahmad Khan also published a book in Urdu, *Risalah-i-Asbab-e Baghawat-e Hind (Causes of the Indian Mutiny)*, later translated into English (KHAN 1873), in which he criticised the mutiny of the previous years, arguing that there had been only one cause for it, all the others being a consequence: the fact that the natives of India blamed the government for the diminishing of their position and dignity and for maintaining them in a lower position.

In 1860-61, Ahmad Khan published his *Risâlah Khair Khawahân Musalmanân: An Account of the Loyal Mohamadans of India*, in which he defended that the Indian Muslims were the most loyal subjects of the British Raj (Rule), because of their disposition and because of the principles of their religion. Being convinced that the British had come to stay and that their supremacy, with that of the West, could not be doubted in the near future, Sayyid Ahmad Khan came to the conclusion that the Muslims should rethink their way of living, being at the risk of falling further. For him, the existing resentment was due to mutual prejudices and ignorance. His effort to mediate between Christianity and Islam took shape in his work *Ahkam-i Ta'am-i Ahl-i Kitab*, which dealt with the social contact between Muslims, Christians and Jews, and in a commentary to the *Bible*, where he tried to establish that both religions derived from the same source and that their similitude would be quickly recognised by whoever studied and compared them. At the same time, Ahmad Khan tried to make Muslims see that modern Western education would only be beneficial to the community, and also tried to synthesise it with Islamic religious thought, defending that in Islam there was nothing that opposed the study of science and that there was nothing to be afraid of from its impact.

Arguing that the *Qur'an* should be interpreted according to each time and its conditions, Sayyid Ahmad Khan defended that the *Hadith* (Traditions of the Prophet Muhammad) did not furnish an adequate basis for understanding Islam, and that religion had suffered many changes in the course of time, especially with the additions and mixings of the specialists' opinions. So, it was necessary to extract all the 'exotic' ideas and put them in their respective perspectives. Ahmad Khan conceived a new educational system, in which the responsibility to educate future generations would be on the Muslim community itself and in which the intellectuals would receive education in Islam and in Western sciences,

becoming Aligarh's main educational basis, with future impacts on the Indian Muslim society in the modernist trend.

Ahmad Khan created two schools in the cities of Muradabad and Ghazipur, having established in the first one, in 1864, the Scientific Society, which was moved in 1867 to Aligarh. The objectives of the Society were to translate works on Arts and Sciences from English or other European languages; to find and publish rare and valuable oriental works that did not have a religious character; to publish the weekly *Aligarh Institute Gazette*; and to offer lectures on scientific subjects or others that were considered useful. The main objective for Aligarh was to become the source of a new leadership for Indian Muslims, responding to the new conditions in the world and based on new kinds of knowledge, claiming this new knowledge for Islam and protecting the faith and identity of their English-educated sons in the face of competing sorts of belief and allegiance (LELYVELD 1982, p. 101; PETERS; IQBAL; HAQ 2002; REETZ 1988).

After his visit to England in 1869-70, where he was also able to visit Oxford and Cambridge Universities and some colleges, like Eton and Harrow, which would serve as models for the 'Muhammadan Anglo-Oriental College' (LELYVELD 1982, p. 87), Ahmad Khan was back in India in October 1870 with a new orientation for his ideas and efforts, dedicating himself to the social and intellectual regeneration of Indian Muslims. For him, Islam's demonization and the distortion of its history in the West were directly responsible for the political adversity to Indian Muslims, and a more objective approach to the past would make the West end its strong aversion to Islam and its followers, also ensuring that even the Muslims rediscovered their own identity and ideals. History would be an instrument in the Muslim renaissance and this attitude influenced many like Shibli Nu'mani (1857-1914), Zaka' Allah (1832-1911) and Maulawi Mehdi 'Ali, known as Muhsin al-Mulk (1837-1907), among others. Ahmad Khan was in the judicial service until his retirement in 1876, moment from which he established himself at Aligarh and where the 'Muhammadan Anglo-Oriental College' was created in 1875, and becoming, in 1920, the Aligarh Muslim University. In 1886, he established 'The Muhammadan Educational Conference', which was held annually in many Indian cities, and the magazine *Tahdhîb al-Akhlâq (Refinement of Morals: Mohammedan Social Reformer)* was published with the aim of educating and civilising Indian Muslims, with Ahmad Khan being its principal contributor until the end of the periodical in 1893. The essays written by him examined the foundations of Muslim society, as well as its institutions, in the light of reason and religious sanction. The *Tahdhîb* attracted an audience that shared with Sayyid Ahmad the objectives of reform. While on one hand he tried to contain the forces of scepticism and irreligion liberated by Western influences, on the other he strongly fought the opposition to Western education.

Although he had no expertise in Western sciences or Islamic ones, especially in the study of the *Qur'an* or the *Hadith* (something which earned him some criticism from some '*ulama*'),<sup>6</sup> Ahmad Khan tried to demythologize the *Qur'an*

<sup>6</sup> '*Ulama* is the plural of '*alim* and refers to the educated class of Muslim scholars engaged in the several

and its teachings. His interpretation of some fundamental aspects of Islamic teachings which could not be demonstrated by modern scientific methods found a strong resistance in some more traditionalist sectors. Yet, in spite of that, he earned a widening popularity in the elite and, in the early 1880s, he became a very important figure in the Muslim community. Ahmad Khan wanted to reinterpret Islam, defending a modern '*ilm al-Kalam* (literally, 'science of discourse') with the aim of showing that 'the Work of God (Nature and its laws) was according to the Word of God (the *Qur'an*)', something that earned him the epithet of *Naturi*, i.e., *rationalist*. For that reinterpretation, Ahmad Khan elaborated a *tafsir* ('exegesis') that was published at the same time as it was being written. The work started in 1879 and was completed with the author's death in 1898. This *tafsir* found strong resistance not only from the '*ulama* but also from some of his friends and admirers, like Nawab Muhsin al-Mulk, who were uncomfortable with the radical interpretations of some of the *Qur'an's* verses. In response, Ahmad Khan wrote a little treatise with the aim of explaining the principles of his *tafsir*, which was published in 1892 with the title *Tahrîr fî'l-asûl al-tafsîr*, where he declared that Nature was the 'Work of God' and that the *Qur'an* was the 'Word of God', and no contradiction could exist between them (VOLL 1994, p. 112), meaning that if some verse, or its interpretation, was in contradiction with Nature, a new interpretation had to be found.

### ***Qur'an and Shari'a in Chiragh 'Ali***

214

Sayyid Ahmad Khan's ideas had a deep impact on Chiragh 'Ali (1844-1895), who was of Kashmiri background and who grew up in North India. After his father's death, at a young age, Chiragh 'Ali's family responsibilities, along with the turbulent events of the 1857 Uprising, prevented him from pursuing formal higher education. However, he was able to find work with the colonial regime in various revenue and judicial positions. In 1877, with the recommendation of Sir Sayyid Ahmad Khan, Chiragh 'Ali entered the administration of the *nizam* ('ruler') of Hyderabad, where he rose to the position of finance secretary (WAHIDUR-RAHMAN 1982, p. 57-70).

His writings often refuted missionary and Orientalist criticisms of Islam as being hostile to reason and incapable of reform. He argued rather that the Islamic legal system and schools were human institutions capable of modification. Chiragh 'Ali was of the opinion that while the *Qur'an* taught religious doctrine and rules for morality, it did not support a detailed code of immutable civil law or dictate a specific political system. Besides becoming Aligarh movement's most outspoken critic of traditional Islamic scholarship and legal stagnation, Chiragh 'Ali also explored the confusion that some Western writers, and even some Muslims, made, as they either confounded the *Qur'an*, which he called the 'Mohammadan<sup>7</sup> Revealed Law', with the *Fiqh* or *Shari'a*, which he referred to as

fields of Islamic studies and Polymath. Literally, '*alim* means 'he who knows' and some Muslims use the term '*ulama* to describe only the body of scholars who have completed several years of training and study of Islamic disciplines, while others also include those with lower knowledge.

<sup>7</sup> An archaic and Western terminology for Islam and Muslims.

the 'Mohammadan Common' or 'Civil Law', or thought that the *Qur'an* contained the entire code of Islam, or that the 'Mohammadan Law', invariably taken for the 'Mohammadan Common Law', was infallible and unalterable.

In his English-language writings, such as *The proposed political, legal, and social reforms in the Ottoman Empire and other Mohammadan States*, published in 1883, and in his Urdu articles, many published in Sir Sayyid Ahmad Khan's journal, *Tahdhîb al-Akhlâq (Refinement of Morals: Mohammedan Social Reformer)*, Chiragh 'Ali espoused a variety of modernist positions, and, following a similar approach to Sayyid Ahmad Khan's, *i.e.*, rationalizing religious dogma and examining the traditional sources of the Islamic law and methods to overcome the rigidity of the traditional theologians, Chiragh 'Ali rejected all classical sources of jurisprudence except the *Qur'an*, constructing thus a new basis for the law. 'There are', wrote Chiragh 'Ali,

certain points in which the Mohammadan Common Law [*i.e.*, the *Shari'a*] is irreconcilable with the modern needs of Islam... and requires modifications. The several chapters of the Common Law, as those on political Institutes, Slavery, Concubinage, Marriage, Divorce, and the Disabilities of non-Moslem fellow-subjects are to be remodelled and re-written in accordance with the strict interpretations of the Quran (ALI 1883, p. XXVII).

As has been said *supra*, this modernist *exposé* was developed in response to critics of Islam, one of whom was Reverend Malcolm MacColl (1831-1907), a British clergyman and publicist, and a persistent campaigner for the Christian nationalities under Ottoman rule, and a lifelong friend of Gladstone (1809-1898), with whom he developed a political alliance, in opposition to Benjamin Disraeli (1804-1881), who was pro-Ottoman (like Queen Victoria herself).

MacColl began to publish articles in the early 1870s, writing with increasing proficiency. His earliest writings were almost entirely on ecclesiastical and theological matters. He also maintained contact with continental Roman Catholic dissidents such as the Croatian Bishop Josip Juraj Strossmayer (1815-1905), and Dr. Ignaz von Döllinger (1799-1890) in Munich, acting as a discreet intermediary between them and Gladstone, leader of the Liberal Party. Both Strossmayer and Döllinger were strongly interested in the 'Eastern Question' and the ending of Turkish rule in the Balkans. This, as well as similar currents of opinion in the Liberal Party, may have been responsible for MacColl's own interest in combating Turkish political power during the last three decades of his life. From 1876 onwards, MacColl was an active defender of the Christian inhabitants of the Ottoman Empire (which was equated with 'Islam'), writing a series of violent attacks on Turkey and its friends in Britain in letters to newspapers, articles in reviews, and publishing several books. In his private letters to Gladstone, after the Bulgarian atrocities of 1876, MacColl urged the Liberal leader to denounce the Ottomans and is perhaps partly responsible for the powerful speeches Gladstone made on the issue in the final months of 1876 and early 1877. MacColl published two major works on this issue himself: *The*

*Eastern Question: Its Facts and Fallacies* appeared in the spring of 1877 and ran through five editions; and *Three Years of the Eastern Question* followed, in the early autumn of 1878, immediately after the Congress of Berlin had ended.

In the first years of the 20<sup>th</sup> century, MacColl was an active opponent of Muslim spokesmen such as Sayyid Amir 'Ali and the Turkish writer Halil Halid, sometimes admonishing them on doctrinal points of their own religion, arguing for instance that the Sultan of Turkey was not the Caliph of all Muslims, and arguing that reforms in Islam, *i.e.*, the Ottoman Empire, were not possible because Islamic states were branches of a cosmopolitan theocracy bounded together by a common code of essentially and eternally unchangeable civil and religious rules (RUSSELL 1914).

Chiragh 'Ali rejected MacColl's argument by making a distinction between the 'Muhammadan Revealed Law' of the *Qur'an* and the 'Muhammadan Common Law' that was developed in the course of Muslim history. Islamic jurisprudence, he argued, was compiled at a very late period and, as such, could not be considered essentially and eternally unchangeable. This distinction between the revealed law and the common law of Islam, which will be seen with more detail *infra*, not only enabled Chiragh 'Ali to refute MacColl's claim on the rigidity of Islam, but also set the theological basis for his reinterpretation of the *Qur'an* in terms of the standards of modernity.

For Chiragh 'Ali

216

the fact that Muhammad did not compile a law, civil or canonical, for the conduct of the believers, nor did he enjoin them to do so, shows that he left to the believers in general to frame any code, civil or canon law, and to found systems which would harmonize with the times, and suit the political and social changes going on around them (ALI 1883, p. 11).

For him, this new basis of Muslim law was rational, dynamic, progressive, and in tune with the standards of the modern civilised world. In terms of such standards, Chiragh 'Ali addressed the Orientalists' and the missionaries' criticisms of Islam on the issues of polygamy, religious intolerance, slavery, concubinage, and *jihad*. On this last issue, he would also publish, in 1885, his book *A Critical Exposition of the Popular "Jihad," Showing that All the Wars of Mohammad Were Defensive; and that Aggressive War, or Compulsory Conversion, is not Allowed in the Koran* (ALI 1885).

### **Political, legal, and social reforms**

Chiragh 'Ali dedicated his work *The proposed political, legal, and social reforms in the Ottoman Empire and other Mohammadan States* to the Ottoman Sultan Abdul Hamid II (1842-1918) and was originally published in 1883, seven years after the first Ottoman Constitution and five years after its suspension in 1878. This work is divided in three parts: 'Introduction'; 'Legal and Political Reforms'; and, finally, 'Social Reforms', which deals with questions like 'Position of Women' (p. 112-127), 'Polygamy' (p. 128-129), 'Divorce' (p. 130-144), 'Slavery' (145-174) and 'Concubinage' (175-183). In the 'Introduction' (p. I-XI),

the author starts by explaining that his book had been written to respond to Reverend Malcolm MacColl and his article "Are reforms possible under mussulman rule?", published in the *Contemporary Review* of August 1881. It was also being published for the information of those European and Anglo-Indian writers who were suffering under the 'delusion' that Islam was incapable of any political, legal or social reforms.

Chiragh 'Ali expresses his surprise towards the ill-information of English writers on a topic of vital interest to England, for "[t]he British Empire is the greatest Mohammadan Power in the world, *i.e.*, the Queen of England, as Empress of India, rules over more Mohammadans than any sovereign, not excepting His Imperial Majesty the Sultan of Turkey", and argues that

the ideas that Islam is essentially rigid and inaccessible to change, that its laws, religious, political and social, are based on a set of specific precepts which can neither be added to, nor taken from, nor modified to suit to altered circumstances; that its political system is theocratic, and that in short the Islamitic code of law is unalterable and unchangeable, have taken a firm hold of the European mind, which is never at any trouble to be enlightened on the subject. The writers of Europe do not deeply search the foundations of Islam, in consequence of which their knowledge is not only superficial in the highest degree, but is often based on unreliable sources (ALI 1883, p. I-II).

Chiragh 'Ali defends that Islam is capable of moral and social progress, and tries to show, with this book, that the 'Mohammadanism' taught by Prophet Muhammad possessed sufficient elasticity to enable it to adapt itself to the social and political revolutions going on around it, making a distinction between the 'Mohammadan Common Law', or *Shari'a*, and the *Qur'an*. While the first one was by no means unchangeable or unalterable, only the *Qur'an* was the 'Law of Mohammad', or Islam. According to Chiragh 'Ali, Muslim Law was Republican in character and the 'Mohammadan States' were not theocratic in their system of government: being based on the principles of democracy, 'Mohammadan Law' was on that account a great check on Muslim tyrants.

Using history, Chiragh 'Ali considers that the first caliphs were republican in all their features (comparing them to the Dictators of the Ancient Republic of Rome), with each successor chosen among the people by common consent, and, contrary to what MacColl had written in the *Contemporary Review*, in an article published in November 1876, the government of Turkey did not and could not claim or profess to be theocratic. To support his assertion, Chiragh 'Ali quotes Sir Henry Elliot, the British Ambassador at Constantinople, who had written that there was a concern in proving that the government of the Ottoman Empire was '*properly democratic*' (emphasis in the original; ALI 1883, p. III).

Chiragh 'Ali, then, elaborates about the several schools of 'Mohammadan jurisprudence' (*madhabs*), or 'churches' as he also calls them, which were developed in accordance with the social and political changes going on around the Muslim world, with a view of adapting the law still further to the progressive needs and altered circumstances of the Muslims. However, not one

of those schools was final and 'they were merely halting stages in the march of Mohammadan legislation'. As throughout history, changing conditions required a change in the laws, the change in modern circumstances required a change in the law. For him, legislation was an experimental and inductive science, not logical and deductive. "The differences of climate, character, or history must be observed; the wants and wishes of men, their social and political circumstances must be taken into consideration, as it was done in the various stages of the first days of the growing Moslem Empire", as had done the four founders of the *madhabs* (Hanafi, Maliki, Shafi'i, and Hanbali) and whose principles could not be binding either on the Muslims of India or Turkey, because they were local in their specific applications (ALI 1883, p. IV-V).

Then, Chiragh 'Ali refutes the opinion of Reverend Edward Sell, Fellow of the University of Madras, who had written in 1880, in his book *The Faith of Islam*, that the orthodox belief was that since the time of the four Imams, there had been no *Mujtahid*<sup>8</sup> who could do as they did, and if circumstances should arise which absolutely required some decision to be arrived at, it must be given in full accordance with the *madhab* to which the person framing the decision belonged – a situation that prevented all change, and, by excluding innovation, kept Islam stationary.

For Chiragh 'Ali, changes were not prevented and there was no legal or religious authority for such an orthodox belief, 'or rather misbelieve', nor could it be binding on Muslims in general:

218

[i]n the first place the founders of the four schools of jurisprudence never claimed any authority for their system or legal decisions, as being final. [...] They were very far from imposing their analogical deductions or private judgments on their contemporaries, much less of making their system binding on the future generation of the wide-spreading Moslem Empire. In the second place none of the Mujtahids or Mohaddises would accord such a high position to any of the four Imams or doctors of jurisprudence.

So, the *Mokallids*, those who followed blindly any of the four doctors, were wrong, and the characteristics of each of the four orthodox schools showed that they were never intended to be either divine or finite (ALI 1883, p. VIII). Every system was progressive, incomplete, changeable and undergoing alterations and improvements; and, consequently, the legislation of the 'Mohammadan Common Law', *i.e.*, the *Shari'a*, was changeable and progressive (ALI 1883, p. XII-XIII).

### Sources of Law

According to Chiragh 'Ali, the sources for that Law, civil and canonical, were three: 1) the *Qur'an*; 2) the traditions from the Prophet and his Companions (*Sunna* and *Hadith*); and 3) the unanimous consent (*ijma*) of the learned Muslims on a point of the civil or canon law not to be found in the two preceding sources.

<sup>8</sup> A *mujtahid* ('diligent') is an individual who is qualified to exercise *Ijtihad* ('independent reasoning') in the evaluation of Islamic law.

He also adds a fourth one, *Qiyas*, analogy of the process of reasoning by which a rule of law was established from any of the three elements.

Explaining with more detail each one of them, Chiragh 'Ali starts by saying that the *Qur'an*, the 'Mohammadan Revealed Law', did not profess to teach a social and political law, nor to give particular and detailed instructions in the Civil Law or to lay down general principles of jurisprudence. The more important civil and political institutions of the 'Mohammadan Common Law' based on the *Qur'an* were bare inferences and deductions from a single word or an isolated sentence. In short, the *Qur'an* was not a civil or political code, nor did it interfere in political questions or lay down specific rules of conduct in the Civil Law. What it taught was a revelation of certain doctrines of religion and certain general rules of morality. The Muslims had applied its precepts to the institutions of their daily life as the Christians had done with the *Bible*. And as, in Christendom, Theology had been separated from Morals and Politics recently - late 17<sup>th</sup> century, middle of the 18<sup>th</sup> -, the 'enlightened Mohammadans' of Turkey and India were also trying to do the same in that century, *i.e.*, the 19<sup>th</sup>, something that would not affect their religion (ALI 1883, p. XIV-XVIII).

In what refers to the *Sunna* and *Hadith*, there were many traditions from the Prophet, his Companions and successors, on the various subjects of the social, political, civil, and criminal law incorporated in the Muslim law-books, and at a certain point

the vast flood of traditions soon formed a chaotic sea. Truth and error, fact and fable, mingled together in an undistinguishable confusion. Every religious, social, and political system was defended, when necessary, to please a Khalif [Caliph] or an Ameer [Amir, *i.e.*, Prince] to serve his purpose, by an appeal to some oral traditions. [...] It was too late when the loose and fabricated traditions had been indiscriminately mixed up with genuine traditions, that the private and individual zeal began to sift the mass of cumbrous traditions. The six standard collections of traditions were compiled in the third century of the Mohammadan era, but the sifting was not based on any critical, historical, or rational principles. The mass of the existing traditions were made to pass a pseudo-critical ordeal. It was not the subject matter of the tradition, nor its internal and historical evidence which tested the genuineness of a tradition, but the unimpeachable character of its narrators and their unbroken links up to the time of the Prophet or his Companions, with two or three other minor observations and technicalities

219

and, contrary to what some European writers defended, the Traditions were not generally binding on the conscience. The fact that Prophet Muhammad never enjoined to collect traditions and the fact that they were not based on sure and positive grounds showed to Chiragh 'Ali that they were not unchangeable and immobile (ALI 1883, p. XVIII-XXI).

Developing the concept of *Ijma*, 'the unanimous consent of all the learned men of the whole Mohammadan world at a certain time on a certain religious precept or practice for which there is no provision' in the *Qur'an* or *Sunna*, Chiragh 'Ali shows how throughout History there were different and diverging opinions on it and how it was considered not authoritative (ALI 1883, p. XXI-

XXV). Finally, Chiragh 'Ali explores the concept of *Qiyas*, which was considered by Reverend Sell, in his book, as the fourth foundation of Islam. Refuting that, Chiragh 'Ali says that, technically, *Qiyas* means analogical reasoning based on the *Qur'an*, traditions, or *Ijma*, and its authority as a source of law had already been denounced by many throughout history. Also, he is of the opinion that the several codes of Muslim jurisprudence were well suited to the then existing state of life in each stage of its development but that there were certain points in which the 'Mohammadan Common Law' was irreconcilable with the modern needs of Islam, whether in Turkey or India, and required modifications. For Chiragh 'Ali, the several aspects of that Law, like those on political Institutes, Slavery, Concubinage, Marriage, Divorce, and the Disabilities of non-Muslim fellow-subjects were to be remodelled and re-written according to the strict interpretations of the *Qur'an*, something that he attempts to show in the following pages of his book (ALI 1883, p. XXV-XXVII).

Chiragh 'Ali was of the opinion that legal, political and social equality on a much more liberal scale had to be granted in Turkey, in theory as well as in practice. On the other hand, conformity, in certain points, with foreign laws must be allowed to Muslims living under the Christian rule, either in Russia, India or Algiers. Political and social equality must be freely and practically granted to the natives of British India. Political inequality, race distinctions and social contempt evinced by Englishmen in India towards their fellow-subjects, the Natives, was very degrading and discouraging (ALI 1883, p. XXVII-XXVIII).

220

All the reforms could be made by the Sultan of Turkey, because besides being competent to bring about any reforms on the authority of the *Qur'an*, and being a successor of the successors of the Prophet and the Amir ul-Muminin [The Prince of the Faithful], he was the only legal authority on matters of innovation. Contrary to what Colonel/Major Robert Durie Osborn defended, Chiragh 'Ali disagreed with the idea that a religious revolution was needed before a political reform in the 'Muhammadan States' could take place, and contrary to what Stanley Lane Poole defended, the author did not consider imperative to cut the social system from religion because Islam, as a religion, was quite apart from inculcating a social system (ALI 1883, p. XXVIII-XXXIV).

According to Chiragh 'Ali, the political and social reforms that he explained in the first and second parts of the book were neither casuistical deductions, nor fortuitous interpretations, nor analogical constructions of the *Qur'an*. On the contrary, they were the plain teachings, self-indicating evident meanings of it. For him, the *Qur'an* or the teachings of the Prophet were neither barriers to spiritual development or free-thinking on the part of Muslims, nor an obstacle to innovation in any sphere of life, whether political, social, intellectual, or moral, and all efforts at spiritual and social development were encouraged as meritorious and hinted at in several verses of the *Qur'an* (ALI 1883, p. XXXIV-XXXVI).

Although he considered the Sultan of Turkey as the successor of the successors of the Prophet and the Amir ul-Muminin, and the only legal authority on matters of innovation for that reason, Chiragh 'Ali was of the opinion that 'Church and State' in Islam were not combined together, as it was shown by

an episode in which the Prophet would have said that in matters of religion he should be obeyed, but on other matters he was only human; and the Arab Proverb 'State and Religion are twins' was a mere saying of the common people, and not a Muslim religious maxim, being incorrect to suppose that the acts and sayings of the Prophet covered all law, whether political, civil, social, or moral, and that, in fact, free-thinking was sanctioned by the Prophet.

This example and the above, when he defends the 'Republican character of Islam', *i.e.*, any form of government under which the laws may be said to foster the common good, show that Chiragh 'Ali made an effort to use the language of European readers and European political concepts, so that he could be understood. With the equation *State equals Politics* and *Church equals Religion*, and with secularism and *laïcité* as main ideological features in the late 19<sup>th</sup> century in Western Europe, with their *separation of State and Church, Politics and Religion*, Chiragh 'Ali tries to explain to his readers that, in Islam, *Politics and Religion* are separated. Although Islam does not have a *Church*, which is also a political institution, that equation would be maintained until today, as if the *State* were the only *locus* for *Politics* and as if the *Church* were the only *locus* for *Religion*.

Chiragh 'Ali concludes the 'Introduction' to his book stating that tradition secured the Muslims with enlightened progress and removed the fetters of the past, encouraging them to base all legislation on the living needs of the present, and not on the fossilized ideas of the past (ALI 1883, p. XXXVII-XL).

221

### **The possibility of reform in Islam**

Refuting the assertions of Malcolm MacColl, who had said that the Muslim states were only branches of a cosmopolitan theocracy, all bound by one common code of civil and religious rules and dogmas that were essentially and eternally unchangeable (what had been decreed by the Prophet twelve centuries earlier had to be applied forever in the Muslim world), for Chiragh 'Ali legal and political reforms were possible in Islam.

According to him, the Muslim states were not usually considered theocratic in their system of government and, in the earlier times of Islam, they were republican, only altered when the Ummayyads changed them into monarchy and despotism [between 661 and 750 in Damascus]. The fact that two Muslim kings professed the same religion did not prevent them from having political differences and even hostilities, as Indian history showed. In that republican period, or even with the first Ummayyads, there was not any common code or law book for the guidance of the government, or even a canon or ecclesiastical law book, except the 'Mohammadan Revealed Law' of the *Qur'an*. After the overthrow of the Ummayyads, and the establishment of the Abbassid dynasty (from 750 to 1258 in Baghdad), a need was felt for a common code of law, partly required for the guidance of government, and the security of person and property, as well as to coincide with the 'wishes of the despots'. However, there was not a common civil or canonical code, because different juridical schools sprang up, which recollected and interpreted the different traditions (ALI 1883, p. 3-8).

Exploring further the confusion made by some writers between the *Qur'an*, which Chiragh 'Ali calls the 'Mohammadan Revealed Law', and *Fiqh* or *Shari'a*, what he refers to as the 'Mohammadan Common' or 'Civil Law', for him the 'Mohammadan Law' books, the fundamental codes of Islam, took very little or nothing from the *Qur'an*, and all the 'Mohammadan' jurists, casuists, *muftis*, and *mujtahids*, had by a tacit consent removed the law points from the text of the sacred book to the jurisdiction of the canon or civil law, whereas Muslims relied principally on the later lego-religious books instead of the *Qur'an*. To illustrate his thesis, Chiragh 'Ali quotes George Campbell, Edward Sell, W.W. Hunter and, especially, Cyrus Hamlin, an American missionary residing in Turkey, who, in the opinion of Chiragh 'Ali, was entitled to be more trustworthy because of his long stay and deep acquaintance with the 'Mohammadan' world. For Cyrus Hamlin, 'Tradition', *i.e.*, *Shari'a*, more than the *Qur'an*, had formed both the law and religion for Muslims. For Chiragh 'Ali, Islam was capable of progress and possessed sufficient elasticity to enable it to adapt itself to the social and political changes going on around it. The Islam, 'the pure Islam' taught by the Prophet in the *Qur'an*, and not Islam as taught by the 'Mohammadan Common Law', was itself a progress and a change for the better. It had the vital principles of rapid development, of progress, of rationalism, and of adaptability to new circumstances. What MacColl called the inviolable and absolutely unchangeable law of Islam was, for Chiragh 'Ali, the 'Mohammadan Common Law', which could in no way be considered infallible, consisting of general or particular customs, and certain and peculiar or ecclesiastical laws, while the *Qur'an* remained the only infallible law (ALI 1883, p. 8-10).

222

Contrary to what MacColl had written, the institutions of a Muslim state and of the 'Mohammadan Common Law', the *Shari'a*, were not necessarily built upon the *Qur'an*. Very few points of the civil and canon law of the 'Mohammadan Common Law' were founded upon the *Qur'an*, while all other points of civil or ecclesiastical law were based on general and particular Arab customs. Some of them were reformed and improved, while others were simply put down as they were at the time, to be generally practised, and to be a necessary and inescapable part of the Arab institutions. For Chiragh 'Ali, had the Prophet thought it incumbent on him to frame a civil and canon law, other than the Revealed one, he would have done so. The fact that Muhammad neither compiled a law, civil or canonical, for the conduct of the believers, nor enjoin them to do so, showed that he had left for them to frame any code, civil or canon law, and to found systems which would harmonise with the times and suit the political and social changes going on around them (ALI 1883, p. 10-11).

### Conclusion

Ideological debates and religious disputes in the 19<sup>th</sup> century resulted in the rise of several important issues in the wider Islamic world, such as the empirical versus the Islamic sciences, new forms of law versus the *Shari'a*, or Constitutionalism versus the Islamic conception of sovereignty. In their re-examination of Islamic worldviews, Islamic modernists pointed to the

methodological and conceptual inadequacy of Islamic orthodoxy. In India, the active presence of the followers of the Enlightenment, the Westernizers, and the Evangelicals resulted in the rise of a pluralistic discursive field, where modernist Muslim scholars faced a multiplicity of issues (MOADDEL 2001).

As it was seen, Chiragh 'Ali participated in those ideological debates and religious disputes. Influenced by the thought of Sayyid Ahmad Khan and the Aligarh movement, Chiragh 'Ali used modern education and science, which were developing at great speed on the second half of the 19<sup>th</sup> century, to address many issues, such as the rational and historical basis of law. At the same time, he pointed to the methodological and conceptual inadequacy of Islamic orthodoxy, an inadequacy which, in India, was constantly raised by the presence of the followers of the Enlightenment, the Westernizers, and the Evangelicals, each with their own aims.

Although Sayyid Ahmad Khan had always defended a political loyalty to the British and tried to protect the Indian Muslim community from the developments that were taking place in the Ottoman Empire, especially the political implications derived from the claims of Sultan Abdul Hamid II to the Caliphate, many Indian intellectuals participated on those debates, mainly to respond to the accusations made by some Orientalists and missionaries that Islam, frequently used to designate the Ottoman Empire, was immutable and theocratic. In this paper, based on Chiragh 'Ali's book published in 1883, which was written to address these and other issues, particular attention was given to his modernist and historiographical conception and approach of the *Qur'an* and *Shari'a*, which led him to conclude that there was nothing in Islam that could not be changed and, if it was true that Muslims in general had much fallen from the precepts of their Prophet, it was also true that Muslims were susceptible to a reformation in their social and political codes by adapting them to the changing environment, pointing to the fact that the interpretations of the *Qur'an* and *Shari'a* were something that changed with time. Using history and its tools as a modern science, and, at the same time, trying to retort to the Orientalists, Chiragh 'Ali also sought to contextualise the *Qur'an*, the *Hadith* and the rigidity of some theologians, from the past and from his own times, who defended their literalism as binding on every Muslim, no matter the place or time.

### **Bibliographical references**

- ALAM, Muzaffar. A Muslim State in a non-Muslim context: The Mughal case. In **Mirror for the Muslim Prince: Islam and the Theory of Statecraft**. Conference at the Moynihan Institute of Global Affairs, 2006. Available at: <http://thecollege.syr.edu/depts/RaySmith/protect/MuzaffarAlam.doc>. Accessed on: 30 jan. 2009.
- ALI, Chiragh. **The Proposed Political, Legal, and Social Reforms in the Ottoman Empire and other Mohammadan States**. Bombay: Education Society Press, 1883.

- \_\_\_\_\_. **A Critical Exposition of the Popular "Jihad", Showing that All the Wars of Mohammad Were Defensive; and that Aggressive War, or Compulsory Conversion, is Not Allowed in the Koran.** Calcutta: Thacker, Spink and Co., 1885.
- ANSARI, K. Humayun. Pan-Islam and the making of the early Indian Muslim Socialists. **Modern Asian Studies**, v. 20, n. 3, 1986, p. 509-537.
- BOIVIN, Michel. Nature, raison et nation dans le modernisme shi'ite de l'Inde britannique. In **Revue des mondes musulmans et de la Méditerranée**, n. 101-102, p. 83-105, 2003.
- DALLAL, Ahmad. The origins and objectives of Islamic revivalist thought, 1750-1850. **Journal of the American Oriental Society**, v. 113, n. 3, p. 341-359, 1993.
- DALRYMPLE, William. **The Last Mughal: The fall of a dynasty**, Delhi, 1857. London: Bloomsbury, 2007.
- ENCYCLOPAEDIA of Islam.** Second Edition. Leiden: Brill, 1955-2005.
- ERALY, Abraham. **The Mughal Throne: The Saga of India's Great Emperors.** London: Phoenix, 2004.
- GASCOIGNE, Bamber. **The Great Moghuls.** London: Constable, 1998.
- HOURANI, Albert. **Arabic Thought in the Liberal Age, 1798-1939.** Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- 224 KADRI, Sadakat. **Heaven on Earth: A journey through Shari'a law.** London: The Bodley Head. 2011.
- KHAN, Sayyid Ahmad. **History of the Bijnor Rebellion.** 1858, translated by Hafeez Malik and Morris Dembo. Available at: <http://www.columbia.edu/itc/mealac/pritchett/00urdu/asbab/bijnor/index.html>. Accessed on: 25 May 2014.
- \_\_\_\_\_. **Asbab-e-Baghawat-e-Hind** (The causes of the Indian Revolt). 1873. In: MOHAMMAD, Shan (ed.). **Writings and Speeches of Sir Syed Ahmad Khan.** Bombay: Nachiketa Publications, 1972, p. 15-33.
- LELYVELD, David. Disenchantment at Aligarh: Islam and the realm of the secular in late nineteenth century India. **Die Welt des Islams**, New Series, Bd. 22, n. 1/4, p. 85-102, 1982.
- MACCOLL, Malcolm. **The Eastern Question: Its facts and fallacies.** London: Longmans, Green & Co., 1877.
- \_\_\_\_\_. **Three Years of the Eastern Question.** London: Chatto, 1878.
- MALIK, Salahuddin. **1857: War of Independence or a Clash of Civilizations? British Public Reactions.** Oxford: Oxford University Press, 2008.
- MASUD, Muhammad Khalid. **Muslim Jurists' quest for the normative basis of Shari'a: Inaugural Lecture.** Leiden: International Institute for the Study of Islam in the Modern World (ISIM), 2001.

- MOADDEL, Mansoor. Conditions for ideological production: The origins of Islamic modernism in India, Egypt, and Iran. **Theory and Society**, v. 30, n. 5, p. 669-731, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Islamic Modernism, Nationalism, and Fundamentalism**: Episode and discourse. Chicago: The University of Chicago Press, 2005.
- PETERS, Rudolph. Idjtihād and Taqlīd in 18th and 19th century Islam. **Die Welt des Islams**, New Series, v. 20, Issue 3/4, p. 131-145, 1980.
- PETERS, Ted; IQBAL, Muzaffar; HAQ, Syed Nomanul. **God, Life, and the Cosmos**: Christian and Islamic perspectives. Aldershot: Ashgate, 2002.
- RAHMAN, Fazlur. **Islam**. Chicago: The University of Chicago Press, 1966 [Portuguese translation used: **O Islamismo**. Lisboa: Arcádia (História das Religiões, 4), 1970].
- REETZ, Dietrich. Enlightenment and Islam: Sayyid Ahmad Khan's plea to Indian Muslims for reason. **The Indian Historical Review**, v. 14, ns. 1-2, p. 206-218, 1988.
- RICHARDS, John F. **The Mughal Empire**. Cambridge: Cambridge University Press (The New Cambridge History of India I-5), 1998.
- RUSSELL, George William Erskine (ed.). **Malcolm MacColl**: Memoirs and correspondence. London: Smith, Elder & Co., 1914.
- SELL, Edward. **The Faith of Islam**. London/Madras: Trübner & Co./Addison & Co., 1880.
- SEVEA, Iqbal Singh. Islam, State and modernity: Muslim political discourse in late 19<sup>th</sup> and early 20<sup>th</sup> century India. **IDSS Working Paper Series**, n. 115, 2006.
- SHEEHI, Stephen. **Foundations of Modern Arab Identity**. Gainesville, Florida: University Press of Florida, 2004.
- SYED, Muhammad Aslam. Muslim response to the West: Muslim historiography in India, 1857-1914. **Journal of the American Oriental Society**, v. 111, n. 1, p. 193-194, 1991.
- VOLL, John Obert. **Islam**: Continuity and Change in the Modern World. New York: Syracuse University Press (Contemporary Issues in the Middle East), 1994.
- WAHIDUR-RAHMAN, A. N. M. **The religious thought of Moulvi Chiragh 'Ali**. M. A. Thesis. Montreal: McGill University, Institute of Islamic Studies, 1982.

# A importância do método crítico na renovação dos estudos católicos em Portugal: o caso de Luís António Verney\*

The Importance of the Critical Method for the Renewal of Catholic Studies in Portugal: the Case of Luís António Verney

---

**Breno Ferraz Leal Ferreira**

brenoferreira@usp.br

Doutorando

Universidade de São Paulo

Av. Prof. Lineu Prestes, 338 - Cidade Universitária

05508-900 - São Paulo - SP

Brasil

---

## Resumo

No presente artigo, pretende-se tratar da obra *Verdadeiro método de estudar* (1746), de Luís António Verney (1713-1792), como uma proposta de renovação dos estudos católicos em Portugal baseada no método crítico. Após passarmos em revista o desenvolvimento do método crítico nos séculos XVII e XVIII, identificando alguns de seus desdobramentos na França, Itália e Portugal, inseriremos a obra de Verney no contexto intelectual italiano, onde o autor viveu desde 1736. Em seguida, mostraremos como a proposta do autor girava em torno da ideia de se conciliar a filosofia moderna com a teologia dogmática. Para ele, a teologia escolástica adotada pela Companhia de Jesus nos colégios e universidades portuguesas não servia para o que deveria ser o principal empenho de teólogos e filósofos: defender a religião católica satisfatoriamente contra a heterodoxia religiosa.

226

## Palavras-chave

Luís António Verney; Método crítico; Catolicismo.

## Abstract

In this paper, we intend to examine the book *Verdadeiro Método de Estudar* ("Real Method of Studying", 1746), by Luís António Verney (1713-1792), as a proposal of renewal of Catholic studies in Portugal based on the critical method. After analyzing the development of the critical method in the 17<sup>th</sup> and 18<sup>th</sup> centuries and identifying some of its ramifications in France, Italy and Portugal, we consider Verney's book in the intellectual context of Italy, where he lived from 1736 on. We then show how the author proposed to reconcile modern philosophy with dogmatic theology. For him, Scholastic Theology as adopted by the Society of Jesus in Portuguese schools and universities was not serving the main aim of theologians and philosophers, namely to defend the Catholic religion satisfactorily against religious heterodoxy.

## Keywords

Luís António Verney; Critical method; Catholicism.

---

Recebido em: 1/5/2014

Aprovado em: 7/8/2014

---

\* Este artigo é resultado de dissertação de mestrado defendida no Programa de História Social da FFLCH-USP em 2009. A dissertação contou com orientação da Prof<sup>a</sup> Dra. Iris Kantor, a quem muito agradecemos. Atualmente o autor é bolsista CAPES.

Está consolidado na historiografia o entendimento de que Luís António Verney (Lisboa, 1713 – Roma, 1792) foi um dos principais autores das ideias que estiveram por trás das políticas pombalinas. Nesse sentido, normalmente são evocadas algumas características de seus escritos que teriam influenciado Sebastião José de Carvalho e Melo, marquês de Pombal, por exemplo, na expulsão da Companhia de Jesus dos domínios portugueses (1759) e na formulação do conteúdo dos novos parâmetros curriculares implementados pelas reformas do ensino, especialmente a reforma da Universidade de Coimbra (1772). De fato, o *Verdadeiro método de estudar* (1746) apresentou a crítica mais virulenta dirigida ao ensino jesuítico, propondo como alternativa uma série de medidas que incluía a leitura de uma enorme quantidade de autores modernos (como Locke e Newton) em cada uma das áreas do saber incluídas nas primeiras quinze cartas que compõem a obra (a última carta resume as anteriores). Um conhecimento pautado na “razão” e na “experiência”, tal como é idealizado na obra, foi concretizado a partir da instituição dos novos *Estatutos da Universidade* (1772). Antes disso, a *Lógica* (1751) e a *Ortografia* (provavelmente a Ortografia Latina, de 1747) de Verney já haviam sido indicadas como “livros aconselháveis” para o ensino secundário nas instruções de 1759 (ANDRADE 1978, p.186), emitidas no contexto da ofensiva pombalina contra os inacianos.

Muitas conexões mais entre a obra verneiana e as ações pombalinas certamente existem. Porém, quero neste artigo destacar uma componente do *Verdadeiro método de estudar* que é pouco destacado pela historiografia: a questão da *crítica histórica*, ou *método crítico*, no pensamento de Verney. Muitas vezes valorizando a modernidade da obra por sua recepção a uma concepção de ensino que tomava a razão e a experiência como vetores privilegiados da aquisição do conhecimento, a historiografia praticamente não deu atenção à questão da crítica nas análises da obra de Verney, muito embora constitua o seu aspecto central e chave para a compreensão de seu todo.

A partir da primeira experiência liberal portuguesa (na década de 1820), autores começaram a identificar na política de Pombal o início do processo que resultou no colapso do Antigo Regime e, conseqüentemente, no advento do liberalismo (TORRALBA 1989, p. 73). Não é à toa, portanto, que nas fileiras liberais uma ampla gama de historiadores valorizou a figura e as ações do todo-poderoso ministro de D. José (1750-1777), assim como não há nenhuma surpresa no fato de muitos de seus detratores se localizarem no espectro ideológico conservador. Em épocas em que a polarização ideológica atingiu limites extremos, como nos anos que antecederam a ascensão salazarista e durante o próprio regime ditatorial, Verney chegou a ser praticamente apontado como um adepto das causas liberais. Enquanto António Sérgio referiu-se a ele como “apóstolo cívico” (SÉRGIO 1979, p. 81), conferindo-lhe papel de protagonista na luta pelo progresso contra a decadência e organizando uma das edições do *Verdadeiro método de estudar*, Joaquim Ferreira sugeria que poderia se tratar de um autor anticlerical (FERREIRA s/d, p.8). Um autor conservador à época, como António Alberto Banha de Andrade, referia-se a Verney e à sua obra, respectivamente, como “mentiroso” e “famigerada” (ANDRADE 1946, p. 25-32).

Porém, como defenderemos aqui, essa é uma visão um tanto incompleta – quando não errada – do pensamento do *Barbadinho* (como ficou conhecido). Colocado no contexto em que o *Verdadeiro método de estudar* foi escrito, fica nítida a principal preocupação do autor: prover meios aos estudantes portugueses de defender satisfatoriamente o Catolicismo perante seus detratores, em especial os céticos, ateístas, materialistas e deístas do Iluminismo, por meio do uso da crítica histórica como arma.

### Breve história da crítica

Quando o jesuíta bolandista Daniel von Paperbroeck (1628-1714) afirmou serem falsos todos os diplomas merovíngos preservados nos mosteiros, o monge beneditino de Saint-Maur Jean Mabillon (1632-1707) respondeu-lhe que, se havia diplomas falsos, havia também os autênticos. Marc Bloch identificou na obra *De re diplomatica* (1681), escrita por Mabillon, a fundação da crítica documental, a diplomática (BLOCH 2001, p. 90). A Congregação Beneditina Francesa de Saint-Maur havia sido reorganizada por Grégoire Tarris (1575-1648) com o apoio de Richelieu (1585-1642), passando a privilegiar o trabalho intelectual e a pesquisa erudita, com a finalidade de favorecer os estudos religiosos e dar aos beneditinos ferramentas para que tomassem parte nas discussões historiográficas que dividiam os cristãos. Para o monge Mabillon, a verdade poderia ser distinguida do erro mediante a adoção de regras objetivas, argumentando ele que a reunião de provas por meio de um paciente trabalho de pesquisa tornaria possível a aquisição da certeza histórica (GLENISSON 1991, p. 89-97). A pesquisa da verdade, todavia, servia antes de tudo para confirmar a causa da religião católica, não podendo prejudicá-la. O método de Mabillon pretendia responder diretamente ao pirronismo histórico, que duvidava da possibilidade de se estabelecer certezas (GRELL 1993, p. 222-229; KANTOR 2004, p. 78; BERTELLI 1984, p. 223-234). Para além dos beneditinos, outras ordens religiosas também contribuía ao avanço da historiografia erudita, tais como oratorianos, agostinhos descalços, dominicanos e jesuítas (especialmente, mas não exclusivamente, na França) (FERRÃO 1928, p. 10-12).

Entre os nomes também citados por Bloch como pertencentes à tradição da crítica histórica (a que podemos nos referir também como crítica/erudição histórico-filológica) estavam os do padre oratoriano Richard Simon (1638-1712), Pierre Bayle (1647-1706) e Baruch de Espinosa (1632-1677) (BLOCH 2001, p. 91). O trabalho de exegese de Simon, autor da *História crítica do Novo Testamento* (1678), permitiu o surgimento de elementos para uma historicização da história eclesiástica. Já Bayle, autor do famoso *Dicionário histórico e crítico* (1697), propôs a aplicação da dúvida cartesiana ao exame das evidências históricas, procurando fundar um saber puramente humano no qual não havia lugar para as explicações teocêntricas (KANTOR 2004, p. 70, 73). Tornando a filosofia independente da religião (a Revelação não poderia ser demonstrada pela razão), argumentou que até mesmo um ateu poderia levar uma vida virtuosa (HAZARD 1948, p. 91).

Também no campo da erudição e da exegese bíblica (mais particularmente, no seio dos estudos hebraicos), Espinosa foi além, estabelecendo, no capítulo VII do *Tratado teológico-político*, “Da interpretação da Escritura”, o que seriam as regras para uma interpretação verdadeira dos textos bíblicos. Segundo ele, “para interpretar a Escritura é necessário elaborar a sua história autêntica e, depois, com base em dados e princípios certos, deduzir daí como legítima consequência o pensamento dos seus autores”. Os três procedimentos necessários para a elaboração dessa história seriam: o conhecimento das línguas originais, a busca pelo verdadeiro sentido dos textos e a realização de uma “história da Escritura” que contextualizasse os textos bíblicos. Seguindo-se esse caminho, poder-se-ia examinar os sentidos de cada frase, levantar as ambiguidades e conhecer o seu sentido original (ESPINOSA 2003, p. 114-138). Também na obra *Ética*, Espinosa adotou uma postura no mínimo cética em relação à religião revelada, quando não abertamente negadora das pretensões a um conhecimento religioso (POPKIN 2000, p. 355). Para o filósofo holandês, “a natureza não tem nenhum fim que lhe tenha sido prefixado” e “todas as causas finais não passam de ficções humanas” (ESPINOSA 2008, p. 67), correspondendo a divindade basicamente a essa natureza.

Evidentemente, o método crítico tinha raízes anteriores, bastando lembrar a denúncia da falsidade da *Doação de Constantino* feita por Lorenzo Valla (1407-1457). Já existia entre os humanistas do Renascimento a preocupação em descobrir o sentido original de textos da Antiguidade, corrompidos na Idade Média, por meio do estudo das línguas originais, especialmente o latim e o grego. Paralelamente, o advento da Reforma Protestante também incentivou o processo de recuperação dos sentidos originais dos livros bíblicos, com o que se contestavam as doutrinas católicas, em particular a tradição dogmática (que trata da “verdade revelada” por Deus, isto é, do dogma). O cisma cristão desferido por Lutero, Calvino e outros trazia consigo a preocupação em relação a um saber seguro, com católicos e protestantes das diferentes congregações discutindo qual seria o melhor caminho para atingir esse saber seguro. Porém, quando chegamos ao século XVII, em particular com o espinosismo, atinge-se um extremo desse processo, questionando-se até mesmo a veracidade da Bíblia enquanto texto de inspiração divina e a própria existência de Deus.

Trata-se do que o historiador Paul Hazard denominou “crise da consciência europeia”, expressão criada para caracterizar o movimento de ideias entre 1680 e 1715 no qual “as noções mais comumente aceites, a do consenso universal que demonstrava Deus, a dos milagres, eram postas em dúvida” (HAZARD 1948, p. 8). Ou seja, neste período, o advento de vertentes heterodoxas (materialistas, céticas, deístas e/ou ateístas) teria acabado por trazer novos inimigos comuns a católicos e protestantes. Essas vertentes muitas vezes à época se misturavam e eram referidas por designações comuns como “ímpias”, “epicureus” ou simplesmente “ateístas”, como veremos.

Mais recentemente, o tema voltou a ser debatido a partir da interpretação do Iluminismo realizada pelo historiador Jonathan Israel, que na obra *Radical Enlightenment* (2001) afirmou que o início da “crise da consciência europeia”

teria se dado antes do proposto por Hazard, isto é, em 1650. A intenção de Israel era transformar em ator principal um personagem relativamente periférico na obra de Hazard: Espinosa. Para Israel, Espinosa foi uma espécie de mentor e protagonista da tendência radical que viria a caracterizar o Iluminismo, contestadora da veracidade da Bíblia, da Igreja Católica e das religiões em geral (ISRAEL 2001, p. 20). Ainda em vida, o filósofo holandês já havia sido denominado por seus contemporâneos religiosos como “ateísta” – seu pensamento se fundava na doutrina (materialista) da substância única, ou seja, corpo e alma, na qual matéria e mente eram reduzidas a uma só substância, reduzindo-se Deus basicamente à natureza (ISRAEL 2013, p. 15-16).

É importante destacar que, para Israel, o Iluminismo radical constituiu um fenômeno europeu, repercutindo entre as diversas nações europeias. Nos estados italianos, sobre os quais falaremos adiante por ter Verney lá residido a partir de 1736, era muito comum a designação “epicureus” para se referir àqueles a quem se atribuía relação com o pensamento heterodoxo. Tratava-se de uma referência ao filósofo antigo Epicuro (341 a.C – 270 a.C), mas também era uma expressão usada para aludir a Lucrecio (99 a.C – 55 a.C), sendo ambos compreendidos no século XVIII como filósofos hedonistas e “ateus”. Israel aponta como exemplos importantes nomes da intelectualidade italiana setecentista, como Paolo Mattia Doria (1667-1746), que era por muitos descrito em Nápoles como “espinosista” por crer na existência de “uma única substância” (ISRAEL 2001, p. 670-674). Naquele mesmo contexto napolitano, Giambattista Vico (1668-1744) considerava Maquiavel, Locke e Espinosa como autores ligados a uma visão epicurista de mundo. Apesar da censura a Espinosa, o próprio Vico poderia ser visto como um autor ligado à tendência radical, segundo Israel, já que influências do filósofo holandês poderiam ser encontradas no método crítico-filosófico, na filosofia ética e na interação proposta entre religião e sociedade do sábio italiano (ISRAEL 2001, p. 664-670).

230

Em oposição – e praticamente em resposta – à corrente radical do Iluminismo, Israel identificou uma corrente moderada, que não foi tão a fundo nas críticas à religião ou as evitou. Essa tendência, que incluiria nomes como Isaac Newton (1642-1727) e John Locke (1632-1704), contestou a tradição aristotélico-escolástica a partir dos novos avanços científicos, mas sempre procurando conciliar as novas visões de mundo com a autoridade das Sagradas Escrituras (ISRAEL 2001, p. 11-12). Relativamente a Portugal, Verney foi considerado o principal porta-voz dessa corrente, por sua assimilação de ideias de Newton e Locke, e por seu posicionamento favorável à censura que visava a afastar ideias tidas como perigosas (ISRAEL 2001, p. 115). Acerca desse último aspecto, de fato Verney faz referências positivas ao Santo Ofício, mas especialmente para se referir às punições empregadas aos judeus (VERNEY 1950a, p. 21). Já em relação a “ideias perigosas”, as referências no *Verdadeiro método de estudar* são abundantes, como veremos.

Uma questão a ser levantada é que, como Verney mantinha-se afastado de Portugal havia uma década, talvez as ideias contidas em sua obra refletissem mais o contexto intelectual italiano do que o português. A hipótese parece ser

válida, dado que, na Itália, Verney adquiriu uma vasta quantidade de referências que serviram de base para sua proposta pedagógica. No que diz respeito em particular ao método crítico, naquele contexto vivenciava-se na Itália um renascimento dos estudos católicos, em parte por influência dos franceses. Como apontou o historiador Arnaldo Momigliano, entre 1690 e 1740, diante do ceticismo com que a história era vista desde o Renascimento, bem como da crítica histórica protestante desenvolvida a partir do século XVI, os católicos reagiram valendo-se dos estudos antiquários (inscrições, moedas, documentos arqueológicos) (MOMIGLIANO 2004, p. 106-109). O beneditino maurino Bernard de Mautfaucou (1655-1741) – discípulo de Mabillon – esteve na Itália no final do século XVII divulgando o método crítico. Foi por meio de um discípulo deixado por Mautfaucou, o monge Benedetto Bacchini (1651-1721), que Ludovico Antonio Muratori (1672-1750) tomou gosto pela erudição, iniciando a aprendizagem de rudimentos de paleografia. Bacchini o estimulou também a estudar línguas estrangeiras, tais como francês, espanhol e grego. Muratori ainda substituiu-o como bibliotecário do duque de Módena (MOMIGLIANO 1993, p. 240). Destaque-se ainda que entre o imenso epistolário de Muratori, encontram-se cartas trocadas com Mautfaucou e Mabillon (NEVEU 1994, p. 108).

Com base em seus estudos eruditos, Muratori pôde tomar parte nas controvérsias com os protestantes. Padre secular, Muratori redigiu uma série de obras que nos permitem identificá-lo como um historiador católico e reformista. Posicionando-se contrariamente à livre interpretação da Bíblia, considerava que dogmas poderiam ser explicados em sua forma linguística e interpretados pela razão, mas não poderiam ter seu significado corrigido por um exame individual (MORAIS 2006, p. 12-14). Nesse sentido, apesar de sempre fazer uma pesquisa escrupulosa das fontes, quando se tratava dos fundamentos da religião católica, ainda valia o princípio da autoridade, no que se assemelhava a Mabillon, seu principal modelo. Entre os correspondentes de Muratori estava Verney, como veremos.

Na terra natal de Verney, a crítica era conhecida. Em 1720, num contexto em que a monarquia portuguesa buscava sua afirmação em relação às demais nações, durante as disputas geopolíticas que atravessavam a Europa, havia sido fundada a Academia Real da História Portuguesa. Criada por D. João V tanto com um propósito de defesa da nacionalidade portuguesa quanto com o intuito de que se escrevesse a História Eclesiástica de Portugal (KANTOR 2004, p. 45; CUNHA 2006, p. 13), seus membros entendiam a crítica como a mais importante auxiliar da história. Apesar de o acadêmico Manuel Caetano de Sousa (1658-1734) ter considerado que ela só devesse aceitar como prova aquelas fontes autorizadas pela Igreja, outros notórios acadêmicos defenderam que imperativos eclesiásticos e tradições religiosas não deveriam limitar ou condicionar a busca da verdade histórica, cujo critério de certeza deveria ser a averiguação da autenticidade dos documentos (CUNHA 2006, p. 29-34). Francisco Xavier de Meneses (o 4º Conde da Ericeira), que conhecia bem as discussões em torno do método crítico que envolveram Pierre Bayle e Mabillon, advogava pela necessidade de comprovação documental para a escrita de biografias de santos e descrição de milagres (KANTOR 2004, p. 73). Também

aí se tratava de combater o pirronismo histórico, o que é particularmente perceptível nos discursos do acadêmico José da Cunha Brochado (1651-1733) (SILVEIRA 2013, p. 283).

Com Verney, a necessidade da prova para embasar argumentos, do ensino das línguas estrangeiras entre a mocidade, do conhecimento das línguas originais em que foram escritos os textos, além de outros instrumentos do método crítico, foi concebida como a chave de todo um programa de ensino, um novo “método de estudar” entendido como verdadeiro por oposição ao método usado nos colégios e universidades da Companhia de Jesus. Essa seria a melhor maneira de formar uma geração que defendesse mais satisfatoriamente a teologia dogmática e a tradição da Igreja Católica perante o pensamento heterodoxo do século.

### **O Verdadeiro método de estudar em contexto**

Quando da publicação do *Verdadeiro método de estudar* (1746), Verney residia em Roma, para onde migrou em 1736, aparentemente insatisfeito com os caminhos do ensino em Portugal. Com os jesuítas, ele havia estudado no Colégio de Santo Antão, em Lisboa, e, posteriormente, na Universidade de Évora, onde, dedicando-se à filosofia, alcançou os graus de bacharel e licenciado em Artes. Na mesma universidade, iniciou o curso de Teologia, mas interrompeu-o para se dirigir às terras italianas, de onde nunca mais retornou – tendo possivelmente concluído o curso na Universidade de Roma. A polêmica obra (algumas dezenas de folhetos críticos a Verney e em sua defesa circularam nos anos subsequentes à sua publicação) foi, portanto, também fruto dos novos laços que ele estabeleceu no novo ambiente intelectual em que viveu. Estamos ainda a alguns anos do reinado de D. José (1750-1777) e um pouco mais ainda da ascensão do futuro Marquês de Pombal como ministro todo-poderoso, o que somente se efetivou após o trágico terremoto de 1755.

Em Roma, Verney aparentemente manteve relações com a Corte portuguesa. Nos anos que precederam sua ida ao estrangeiro, as relações entre Portugal e a Santa Sé haviam sido atribuladas, chegando-se até mesmo ao corte das relações diplomáticas em 1728 (restabelecidas em 1732) (ALMEIDA 1995, p. 171). Depois disso, a política romana de D. João V passou a perseguir a paridade diplomática com a Santa Sé, somente concretizada pela concessão do título de “rei fidelíssimo” (1748) ao monarca e aos seus sucessores. Verney residia nas moradias do Hospício de Santo António dos Portugueses, em Roma. Afirma-se que teria sido de lá expulso, mas readmitido por intervenção da Corte (ANDRADE 1965, p. 111-113). A nomeação como arcediogo de Évora, posto do qual tomou posse em 1742, auferiu-lhe rendimentos financeiros. Em 1744, o nome de Verney apareceu como colaborador da Arcádia Romana – academia literária com a qual o próprio rei português contribuía –, tendo ele lá recitado, sob o cognome Verenio Origiano, uma oração pela saúde de D. João V, que havia adoecido (HOLANDA 2000, p. 187-188). Ainda nos anos 1740, Verney possivelmente recebeu ordens menores, tendo ainda sido provido do hábito da Ordem de Cristo (1749). Posteriormente, chegou a afirmar que recebera “ao princípio particular ordem da Corte de iluminar a nossa nação em tudo o

que pudesse” (MONCADA 1941, p. 146), embora não se saiba exatamente de quem, quando, nem o que lhe fora exatamente prometido. O certo é que Verney, além de manter vínculos com instituições e personalidades de sua terra natal, estabeleceu contatos com importantes intelectuais italianos, com destaque para Muratori, com quem trocou correspondências entre 1745 e 1749.<sup>1</sup> Foi exatamente durante esse período, em 1746, que Verney se dirigiu a Nápoles para publicar o *Verdadeiro método de estudar*, obra que veio à luz sem sua autoria, mas assinada por um certo “Barbadinho”. As quinze primeiras cartas que compõem a obra reivindicam esta renovação do ensino em cada uma das áreas do saber (línguas, gramática, poesia, direito, medicina, ética, lógica, metafísica, retórica, física e teologia). Para cada uma dessas áreas, Verney aponta as razões da deficiência do ensino, nomeando as obras de autores mais pertinentes a serem discutidos pelos alunos portugueses. A 16ª carta resume as anteriores.

Também na Cidade Eterna, Verney foi o postulador da causa de beatificação de Bartolomeu do Quental (1626-1698), o fundador da Congregação do Oratório em Portugal. Ele havia estudado filosofia com os oratorianos antes de ingressar em Évora. Embora não tenha sido membro da ordem, ele certamente foi influenciado por suas concepções de ensino. Como António Salgado Jr. (editor da mais recente edição completa) aponta no decorrer das cartas, muitos trechos do *Verdadeiro método* foram copiados das obras *Entretiens sur les Sciences* e *La Rhétorique ou L’Art de Parler*, do padre Bernard Lamy (1640-1715), ligado às ideias de Port-Royal, movimento próximo aos oratorianos que propunha reformas no seio do catolicismo. Por exemplo, recomendava que crianças deveriam aprender a língua vernácula antes de estudarem o latim e o grego (DEJEAN, 2005, p.192-193), sugestão que consta das cartas 1ª (Língua portuguesa) e 4ª (Grego e hebraico) (VERNEY 1949, p. 34, 272-273).<sup>2</sup> A justificativa para o estudo dessas línguas, assim como do latim (3ª carta), é que seriam idiomas cujo conhecimento era necessário para o bom entendimento dos textos originais, especialmente os antigos, inclusive da Bíblia. Outra afinidade com os oratorianos: valorizaram o estudo de história, geografia e das ciências, propondo um conhecimento pautado pela clareza, brevidade e utilidade.

A ideia de utilidade permeia também as cartas seguintes. A retórica (cartas 5ª e 6ª) é vista como uma aprendizagem útil aos estudantes por fornecer elementos que lhes permitam convencer os adversários em prol da verdade da religião e vencer o debate. A poesia (carta 7ª), ao contrário, não necessita

<sup>1</sup> Entre as obras mais importantes que escreveu a partir dos anos 1750, estavam suas obras filosóficas *Apparatus ad Philosophiam et Theologiam* e *De Re Logica* (1751), *De Re Metaphysica* (1753) e *De Re Physica* (1765). No momento em que foi publicada esta, Verney havia sido forçado a sair de Roma (1760) e estava residindo em Pisa, devido ao corte das relações entre Portugal e a Santa Sé, causado pela expulsão dos jesuítas. Uma incompatibilidade com o ministro plenipotenciário de Portugal em Roma, Francisco de Almada e Mendonça, levou-o à prisão e, em seguida, ao desterro dos Estados Pontifícios (1771). A partir daí viveu em São Miniato, somente retornando a Roma em 1781, onde morreu em 1792. Antes, porém, havia sido eleito sócio correspondente da Academia das Ciências de Lisboa (1780) e nomeado por D. Maria deputado honorário do Tribunal da Mesa de Consciência e Ordens (1790).

<sup>2</sup> Também opositores dos jesuítas e próximos aos oratorianos, os jansenistas muitas vezes adotaram posturas regalistas e galicanas que viriam a influenciar as reformas pombalinas. Entre as fontes lidas que contribuíram para a divulgação de tais ideias em Portugal, pode-se destacar o Catecismo de Montpellier, de François-Aimé Pouget. Os jansenistas apregoavam uma liturgia mais autêntica, e, por isso, eram mais adeptos do uso das línguas nacionais como parte do método de ensino – como propôs Verney (VAZ 1988).

merecer maior atenção de alunos e deve ser reservada somente àqueles que revelarem maior aptidão. Os demais devem se preocupar com as questões de maior utilidade. A filosofia é uma dessas questões. Subdividida em quatro partes (lógica, metafísica, física e ética), ela é definida como “conhecer as coisas pelas suas causas; ou conhecer a verdadeira causa das coisas” (VERNEY 1950b, p. 39). As duas primeiras, respectivamente apresentadas nas cartas 8ª e 9ª, são praticamente diluídas nas duas subseqüentes (10ª e 11ª). A medicina (carta 12ª), concebida quase que como uma seqüência da física, é necessária para a conservação da saúde, enquanto que o direito (13ª) é compreendido como uma extensão da ética e voltado a uma reforma que tornasse as leis mais simples, breves e pautadas na “boa razão” (a 15ª carta, sobre direito canônico, também é uma proposta de reforma). Para a elaboração de toda essa proposta de reestruturação curricular da educação, o ambiente intelectual vivenciado na Itália certamente foi um estímulo. Foi lá que Verney conheceu a maioria das obras cujas leituras sugere.

Para além do já mencionado ideário relacionado ao “Iluminismo radical”, Verney conheceu na Itália um meio com maior abertura à filosofia moderna, particularmente às ideias de Descartes, Newton e Locke. Na Roma sob o papado de Bento XIV (1740-1758), o ensino da física experimental havia ganhado impulso, especialmente pela contribuição de três religiosos estrangeiros: o jesuíta Boscovich (1711-1787), e os frades mínimos Le Seur (1703-1770) e Jacquier (1711-1788). Os dois últimos foram autores de uma tradução dos *Principia* de Newton, que chegou a ser mencionada por Verney. Jacquier foi também professor de física da Universidade de Roma, a *Sapienza*. Àquela altura, as obras de Newton já se encontravam nas bibliotecas italianas (CASINI 1995, p. 222).

234

Verney manifesta preferência pela “estrada moderníssima” inaugurada por Newton, e estabelecida nas academias científicas europeias (VERNEY 1950b, p. 201). A física é concebida como “a parte principal da Filosofia”, sendo definida como “a ciência que examina a natureza do Corpo e Espírito mediante os efeitos que conhecemos” (VERNEY 1950b, p. 207). Portanto, o filósofo, depois de fazer uma “verdadeira ideia dos Corpos”, deve “examinar a [natureza] dos Espíritos” (VERNEY 1950b, p.238). O seu “principal empenho” deveria ser “examinar a existência do espírito incriado, causa e princípio de todas as coisas [...], pois este é o fundamento de toda a Filosofia e Religião, e tudo se examina com a luz da boa razão” (VERNEY 1950b, p. 244). Isso significa que mesmo a existência de Deus deveria ser objeto de um exame racional, tarefa a ser empreendida pelo físico (filósofo). Em outras palavras, a filosofia natural (física) deveria se voltar também para o campo da religião, e justamente para ajudar a provar a existência da divindade católica, cuja existência estava sendo questionada. Nesse sentido, Verney defendia uma conciliação da filosofia moderna com a teologia, que muitos à época entendiam não ser possível, de maneira a preservar a segunda.

Quando examinamos outros escritos temporalmente próximos ao *Verdadeiro método*, essa intenção fica clara. Na oração lida em 1746 na *Sapienza*, intitulada *De conjugenda lectissima Philosophia cum Theologia*, Verney advogava pela união entre filosofia moderna e teologia como maneira de defender o dogma e

a tradição dos Santos Padres frente a epicuristas e heréticos em geral, como Lucrécio, Hobbes, Espinosa e Bayle. Os católicos deveriam estar preparados para a batalha de ideias, e por isso sugere que conheçam as línguas orientais (grego, hebraico, siríaco, arábico, caldeu), a história hebraica, a história sacra e profana, os decretos de pontífices e concílios, a lição de padres gregos e latinos e até mesmo a filosofia secular e as sentenças dos mesmos “hereges” (MARTINS 1962). Como mostrou José Vitorino de Pina Martins, esse mesmo raciocínio apareceria na carta que Verney remeteu em 1748 a D. Francisco de Paula de Portugal e Castro (1679-1749), o 2º Marquês de Valença, na qual comunicava seu plano de escrever uma grande obra teológica em doze volumes (nunca concretizada), em que discorreria sobre como essa conciliação seria possível. Para ele, as fontes peripatéticas (escolásticas) deveriam ser abandonadas, e até mesmo doutrinas de autores não católicos poderiam ser usadas no intuito de combater ateus, politeístas, deístas, hebreus e heréticos (MARTINS 1961).

O *Verdadeiro método de estudar* tem como ponto central, portanto, a proposta de uma renovação do pensamento teológico em Portugal. Toda a estrutura da obra é composta para que se chegue até a 14ª carta (sobre teologia), que é o campo do saber que mais lhe interessava (boa parte da discussão teológica se encontrava nas cartas sobre ética, como dissemos). Verney propõe a adoção de uma teologia dogmática (não escolástica) passível de ser harmonizada com certas tendências da filosofia moderna. O autor postula a inutilidade das discussões escolásticas para o que deveria ser o verdadeiro papel do cristão naquele momento: defender a religião católica justamente perante as vertentes filosóficas modernas mais radicais em termos políticos e religiosos.

A presença da Companhia de Jesus na educação portuguesa era assente numa rede de colégios e universidades, criada a partir do século XVI. Até meados do século XVIII, os jesuítas exerciam um virtual monopólio do ensino de filosofia, rompido pelos cursos filosóficos dos oratorianos na primeira metade do Setecentos. O fundamento do ensino ministrado pelos inacianos era a escolástica, um corpo de doutrinas constituído pela união de elementos tirados do pensamento aristotélico com procedimentos da fé. No século XVIII, as críticas dirigidas à teologia jesuítica (inclusive da parte de Verney) acusavam a inutilidade das discussões escolásticas, desenvolvidas em longos tratados nos quais não se detinha no essencial da religião: os dogmas e a tradição dos Santos Padres. A isto se pode identificar uma tentativa de se estabelecer uma religião pautada em bases mais racionais, isto é, com propósitos mais claros e de forma mais breve, e de maneira a fazer a religião chegar a um público maior, o que era o propósito de Verney.

Sua concepção teológica parte da ideia agostiniana do pecado original. Para ele, “o pecado de nosso primeiro pai nos trouxe por castigo sermos sujeitos ao engano”, sendo por isso os homens “mais sujeitos a conhecer o mal” (VERNEY 1950b, p. 80). Porém, numa contestação da tese espinosista da única substância, Verney afirma que o homem é formado por corpo e alma, sendo esta racional e, portanto, propensa a buscar a verdade. A separação entre corpo e alma é uma contestação da tese espinosista da única substância. Conhecer a

verdade significa ser feliz, porém, a filosofia proporciona uma felicidade apenas incompleta, pois a “verdadeira felicidade” somente poderia ser adquirida por meio dos fundamentos da religião, mostrados pela ética e pela teologia. Em outras palavras, pela filosofia (ética), conhece-se o que é o “sumo bem”, mas apenas a teologia poderia proporcionar os meios necessários, isto é, a religião revelada (“Escritura”) e os ensinamentos da Igreja (“Tradição”) para atingi-lo. Nesse sentido, a razão e a fé praticamente se confundiam. Já vimos como a física também tem um papel teológico.

É justamente para defender essa concepção de teologia que entra o método crítico. Verney proclama a necessidade do conhecimento da história de cada uma das áreas do saber. Em seu “novo método”, a história é propedêutica e serve ao católico como arma para que defenda sua religião, ou seja, para provar a veracidade do catolicismo e afirmar a falsidade dos argumentos dos adversários.

### **A crítica histórica como arma da religião**

O impacto causado pelo novo ambiente intelectual – em particular pela crítica – em suas ideias é relatado pelo próprio Verney:

Quando eu era rapaz e somente conhecia os autores por sobrescrito, considerava mais felizes e doutos aqueles homens que possuíam mais livros do que os que tinham menos [...]. Mas, depois que me familiarizei com aqueles mortos; que revolvi muitas e grandes livrarias; que consultei homens doutíssimos; que li atentamente os Críticos; e, finalmente, que tomei o trabalho de examinar, com meus próprios olhos, o merecimento de muitas das ditas obras, transformei-me neste particular, e formo tão diferente conceito do mundo, que, se explicasse tudo o que entendo, não conservaria tão boa correspondência com tanta gente (VERNEY 1950b, p. 140-141).

236

Portanto, Verney aponta que a crítica o ajudou a refazer sua visão de mundo e o juízo que tinha sobre os autores. Um bom autor é aquele que sabe fazer bom uso de seus procedimentos.

Em carta remetida a Verney a 26 de abril de 1745, Muratori afirma ter lido o primeiro volume da Academia Real da História Portuguesa (até sua extinção foram publicados quinze) e lamenta que não encontrou nele “uma crítica mais sã”, já que os estudos ainda não tinham sido “suficientemente expurgados da ferrugem das épocas bárbaras” (MONCADA 1950, p. 256). Na carta em resposta, Verney concorda com a afirmação, acusando o peripatismo (aristotelismo) de seus membros como responsável por essa má qualidade da crítica, uma vez que eles estariam imbuídos por uma filosofia que “se preocupa só com bagatelas e cavilações” (MONCADA 1950, p. 259). Ainda assim, afirma que também existem bons eruditos entre os acadêmicos, que, no entanto, são “obrigados a ocultar o que sentem”.

No *Verdadeiro método de estudar*, também há uma menção a um dos membros da Academia Real. Verney afirma que Manuel Caetano de Sousa, apesar de “douto”, não pode ser comparado aos “grandes homens” de “uma crítica mais purgada” da Europa, entre os quais lista Mabillon (VERNEY 1950a, p. 126-128).

Caetano de Sousa havia escrito uma defesa da antiga ideia de evangelização da Hispânia pelo apóstolo Tiago na obra *Expeditio Hispanica S. Jacobi Maioris Asserta* (1732), o que desagradou Verney. Sendo assim, o Barbadinho pode ser inserido na tradição voltada à crítica dos “falsos cronicões” medievais, que à época vinham sendo postos em dúvida ou negados. O catolicismo deveria ser defendido por meio da razão, e, nesse sentido, deveria ser “purificado” de determinadas “crendices” que o desqualificavam perante uma elite intelectual ilustrada. Nesse processo de racionalização da religião, também a teologia deveria ser purificada, abandonando-se a vertente escolástica em prol da dogmática.

Em cada uma das cartas do *Verdadeiro método*, Verney traça uma história dos saberes sobre os quais discorre, de forma a mostrar como eles chegaram ao estado de decadência. Com o intuito de responsabilizar os jesuítas pelo atraso, couberam elogios até mesmo aos protestantes na história que teceu da teologia. Depois de narrar a história do que seria a decadência da teologia provocada pelo advento da Escolástica, Verney afirma que não estavam Lutero, Calvino e “outros modernos” completamente errados em suas proposições, dado que mostraram terem os católicos se apartado “do verdadeiro método da Teologia”, pois “falavam muito, mas não sabiam nada de Teologia” (VERNEY 1952, p. 248-249). Fica clara uma preferência pela Teologia dogmática, tal como apregoada pelos Santos Padres do início da era cristã, cuja autoridade defende constantemente. O problema dos “hereges”, segundo Verney, é que atacaram o fundamento da doutrina cristã, mas “se tudo o que dizem os Hereges fosse contrário aos nossos dogmas, seriam Idólatras ou Ateus, e não Hereges, quero dizer, Cristãos. Não é o método o que se condena nos Hereges; é a má interpretação” (VERNEY 1952, p. 231).

237

Eis que temos aí colocado o problema da verdadeira interpretação dos textos, o que nos leva ao método crítico. Teriam sido os protestantes os que abriram os olhos dos católicos da República das Letras para a busca de um “novo método” hermenêutico. Para Verney, a partir do século XVII, o método crítico se consolidou:

A Crítica, que então nasceu, ou renasceu, e se aumentou, abriu os olhos ao Mundo Literário para se adiantar nas Ciências. Nesta era, não basta que um homem afirme uma coisa; é necessário que a prove e mostre que os monumentos de que tira as suas provas são livres de toda a corrupção. Antigamente, citavam um texto de Sto. Agostinho e, sem outro exame, o admitiram; hoje não basta isso, mas a Crítica dá um passo adiante, e examina se o texto é verdadeiro, ou suposto; e, ainda admitido isso, examina-se qual foi o intento do Santo, com os socorros tirados da História. O grande desejo que tinham os doutos de gozar as obras dos SS. PP. puras fez que revolvessem os arquivos, conferissem os manuscritos, e, com perfeita crítica, os examinassem (VERNEY 1952, p. 266).

Está claro, portanto, o sentido da crítica relacionado a uma purificação da teologia. Ele está consciente de que essa renovação dos estudos católicos se deve em grande parte à atividade dos beneditinos maurinos. Ele chega a comparar o trabalho dos “Benetidos de S. Mauro” (VERNEY 1952, p. 241) aos escritos de Santo Agostinho, do papa Leão Magno e do padre oratoriano

Pasquier Quesnel (1634-1719), jansenista cujas proposições chegaram a ser condenadas pelo papa Clemente XI (1700-1701). Em outro momento, Antoine Augustin Calmet (1672-1757) – beneditino, mas da Saint-Vanne (Verdun) –, autor da *História do Antigo e Novo Testamento e dos judeus*, é relacionado como “o melhor comentador literal [da Bíblia] que até aqui tem aparecido” (VERNEY 1950b, p. 230). Há menção até mesmo a Pierre Bayle, cujo nome é arrolado juntamente ao de outros modernos (Malebranche, Descartes, Galilei, Gassendi, Newton e outros) para acusar os portugueses de ignorantes por não os conhecerem (VERNEY 1950b, p. 9). Lembremos que mesmo jesuítas de outras nações já haviam abraçado regras da erudição nos séculos XVII e XVIII (FERRÃO 1928, p. 11), o que supostamente não havia sucedido em Portugal.

O problema era, portanto, que mesmo autores não católicos seriam detentores de conhecimentos, tanto filosóficos e científicos quanto teológicos, que os portugueses supostamente desconheciam. No campo da teologia, os católicos portugueses deveriam aprender inclusive com os “hereges”, que, como vimos, não estariam de todo errados. De certa forma, seriam até superiores aos jesuítas, pois não escolásticos e bons conhecedores da Bíblia. Mas por não crerem na tradição da Igreja (dogmas, concílios, ensinamentos dos Santos Padres), estariam errados. O fundamental é que esses mesmos conhecimentos se mostravam muito úteis para refutar o que seria uma ameaça maior do que a existência de religiosos de outras denominações: aqueles que negavam os fundamentos da religião cristã (e, quiçá, de todas as religiões).

238

São vários os momentos em que Verney se refere a autores considerados heterodoxos, em particular aos que denomina “ateístas”. Na carta sobre ética, o nome de Espinosa aparece como uma ameaça à religião católica. Verney arrola uma relação de autores “ímpios”, cujas obras seriam “nocivas”, situando o filósofo holandês ao lado de Thomas Hobbes (1588-1679), Locke (aqui provavelmente em função de seus escritos políticos), Emanuele Tesauro (1592-1675), Jean Barbairac (1674-1744) e Nicolau Maquiavel (1469-1527). Embora reconheça que esses autores “têm muita coisa boa”, “não servem senão para homens feitos e bem fundados nos princípios da Religião Católica, que os podem ler sem perigo e deles tirar o que é útil” (VERNEY 1950b, p. 298). Ou seja, a leitura de um desses autores constituiria um perigo ao jovem estudante católico, que correria o risco de se “contaminar” pelas doutrinas de pensadores anticatólicos, caso não estivesse preparado. A *Ética* de Espinosa é apontada como uma obra “ímpia”, pois “tira a liberdade ao Homem e confunde o Homem com Deus, e tudo isto debaixo de belíssimas expressões que podem enganar qualquer” (VERNEY 1950b, p. 297).

Não há como saber se a *Ética* – ou outro escrito de Espinosa – foi mesmo lida por Verney, ou por qual meio formou esse juízo. Importa mesmo é o sentido com que o nome do filósofo holandês aparece no *Verdadeiro método*. Os indícios que fornecemos sobre o “Iluminismo radical” no contexto intelectual italiano e as referências apresentadas por Verney nos permitem afirmar que Espinosa era compreendido como o principal nome entre os designados como “ateístas”. Afinal, o Barbadinho não poderia aceitar que a Bíblia fosse entendida apenas como um texto histórico, sem inspiração divina. Ambos valorizavam o conhecimento

histórico e assinalavam a necessidade do conhecimento das línguas originais e antigas (grego, hebraico e latim) em que os textos bíblicos foram escritos para a efetivação de um procedimento hermenêutico mais apropriado, mas para o português as escrituras e a tradição católica representavam um limite cuja transposição seria intolerável.

As verdades da religião são incontestáveis para Verney, muito embora, em função das dúvidas que vinham sendo levantadas naquele contexto, elas mesmas devessem ser provadas. Deve-se “provar estas verdades reveladas” para “nos certificarmos da verdade da nossa religião e reconhecermos que devemos crer com toda a segurança os nossos Dogmas”, e, além disso, para “taparmos a boca aos Infieis e Hereges, que negam, ou duvidam, de alguma delas” (VERNEY 1952, p. 281-282) – afirmação que deixa clara a sua intenção de estabelecer um método útil para a defesa do catolicismo. A existência de Deus deveria ser tomada como um pressuposto. Mas, infelizmente, era necessário prová-la, já que este ponto

foi sempre, e ainda por nossos pecados é, debatido entre alguns Filósofos; pois em todos os séculos se acham homens que procuraram obscurecer esta verdade; e ainda no passado houveram [*sic*] alguns engenhos sublimes que escreveram largamente contra esta matéria, e arrastaram muitos para a sua parte (VERNEY 1950b, p. 244-245).

Provavelmente, Verney estava pensando especificamente em Espinosa ao referir-se a “alguns Filósofos”. O que é curioso é que ele parecia não estar encontrando facilidade para levantar as tais provas: “Devo dizer a V. P. que, ainda que esta verdade seja tão clara, contudo ainda até aqui não se acharam provas que a pusessem longe de toda a objecção e tapassem a boca dos Ateístas” (VERNEY 1950b, p. 245).

239

## Conclusões

Uma vez que, quando publicou o *Verdadeiro método de estudar*, Verney achava-se longe de Portugal havia dez anos, pode-se concluir que a obra diz mais sobre o contexto intelectual italiano do que do português. Todavia, as referências que conheceu no exterior são usadas para propor uma ampla reforma no ensino em Portugal. Pode-se supor que tinha o temor de que sua terra natal pudesse passar pelo mesmo “perigo” que vivenciava em Roma, isto é, a possibilidade de que lá se difundissem as ideias “ímpias” e “ateístas” das vertentes radicais do Iluminismo. Seja como for, está mais do que clara sua insatisfação em relação ao ensino ministrado pela Companhia de Jesus, assim como seu encantamento pela filosofia moderna, que possivelmente pouco conheceu antes de partir. Se o juízo que fez do ensino iniciano português se desenvolveu antes ou depois de chegar a Roma (ou as duas alternativas) é algo que não se pode desvendar. Mas se lá já chegou com alguma insatisfação, a vivência no novo ambiente certamente reforçou o que trouxe consigo.

A proposta de Verney deve ser compreendida dentro do quadro das iniciativas de renovação dos estudos católicos já vivenciadas na França, na

Itália e em Portugal (em particular na Academia Real da História Portuguesa). O método crítico apregoado por Mabillon, Muratori e Verney estava relacionado à disputa entre católicos, protestantes, pirrônicos e o "Iluminismo radical". Como Jonathan Israel demonstrou, havia forte presença do pensamento "espinosiano" na Itália em que Verney viveu; da mesma maneira estava presente no *Verdadeiro método de estudar*, bem como em outros escritos seus dos anos 1740 – ainda que, na prática, encontrasse dificuldades para cumprir a tarefa de combatê-los pela comprovação das verdades da religião por meio do método crítico. As referências a Espinosa e a autores "ateus" e "ímpios" são uma constante na obra. Da mesma forma, por todas as dezesseis cartas que a compõem, o autor adotou uma linguagem que o tempo todo coloca a discussão em termos de vencer intelectualmente o debate. Na carta sobre teologia, afirma que a "doutrina revelada" deve ser defendida "contra todos os inimigos" (VERNEY 1952, p. 284-285), numa expressão que sintetiza bem o sentido da obra. Os jesuítas são tomados como adversários também, mas principalmente por estarem supostamente desconectados com as principais linhas de pensamento modernas, não podendo, assim, defender satisfatoriamente a religião.

A teologia de Verney se apresentava em bases racionais, não se tratando de um discurso edificante, com abertura para milagres e discussões metafísicas. Constituindo-se como uma proposta aberta à chamada ciência moderna, nela a religião é defendida dentro do campo da razão. Nesse sentido, podemos dizer que se trata de uma reflexão tipicamente iluminista, podendo Verney ser compreendido dentro dos quadros do Iluminismo católico (MONCADA 1941). Trata-se de um discurso que, em cada um dos campos do saber, sempre remonta aos primeiros séculos da era cristã, relatando uma história cuja decadência se inicia com o advento da escolástica, na Idade Média. A modernidade está associada à renovação dos estudos e das concepções efetuados no Renascimento, constituindo o século XVIII, de Mabillon, Newton, Locke e tantos outros citados por ele, o momento do ápice do progresso do conhecimento. A permanência em Portugal de um ensino em que predominava a escolástica no século XVIII se tornou a sua maior preocupação, e o "método" a que refere o título da obra corresponde tanto ao método crítico quanto ao empírico-experimental.

As reformas pombalinas da educação vieram a instituir na Universidade de Coimbra um ensino amparado na experiência e na razão, concretizando-se, nesse particular, a proposta de Verney. Essa é uma história contada por muitos livros. Há, porém, certamente uma história da crítica na segunda metade do século XVIII em Portugal, inclusive relacionada às reformas (FERRÃO 1928, p. 29-32; SILVA 2010, p. 22-89). Trata-se de um assunto com menos referências na historiografia, mas que também envolve uma dimensão fundamental do pensamento de Verney.

### Referências bibliográficas

ALMEIDA, Luís Ferrand de. O absolutismo de D. João V. In: \_\_\_\_\_. **Páginas dispersas**: Estudos de História Moderna de Portugal. Coimbra: Faculdade de Letras, 1995.

ANDRADE, António Alberto Banha de. **Vernei e a filosofia portuguesa**. Braga: Livraria Cruz, 1946.

\_\_\_\_\_. **Vernei e a cultura do seu tempo**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1965.

\_\_\_\_\_. **A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil**. São Paulo: Saraiva/EDUSP, 1978.

BERTELLI, Sergio. **Rebeldes, libertinos y ortodoxos en el barroco**. Barcelona: Edicions 62, 1984.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício do historiador**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CASINI, Paolo. **Newton e a consciência europeia**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Ed. UNESP, 1995.

CUNHA, Norberto Ferreira da. **Elites e acadêmicos na cultura portuguesa setecentista**. Lisboa: Imprensa Nacional, 2006.

DEJEAN, Joan. **Antigos contra modernos**: as guerras culturais e a construção de um *fin de siècle*. Tradução de Zaida Maldonado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ESPINOSA, Baruch de. **Tratado teológico-político**. Tradução de Diogo Pires Aurélio. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1670].

\_\_\_\_\_. **Ética**. Tradução de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008 [1677].

241

FERRÃO, António. **Os estudos de erudição em Portugal nos fins do século XVIII**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928.

FERREIRA, Breno Ferraz Leal. **Contra todos os inimigos**. Luís António Verney: historiografia e método crítico (1736-1750). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FERREIRA, Joaquim. Luís António Verney. In: VERNEY, Luís António. **Verdadeiro método de estudar**. Porto: Editorial Domingos Barreira, s/d.

GLENISSON, Jean. **Iniciação aos estudos históricos**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1991.

GRELL, Chantal. **L'histoire entre erudition et philosophie**: Etude sur la connaissance historique à l'âge des lumières. Paris: PUF, 1993.

HAZARD, Paul. **A crise da consciência europeia (1680-1715)**. Tradução de Óscar de Freitas Lopes. Lisboa: Edições Cosmos, 1948.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O ideal arcádico. In: \_\_\_\_\_. **Capítulos de literatura colonial**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

ISRAEL, Jonathan. **Radical Enlightenment**: Philosophy and the making of modernity (1650-1750). New York, Oxford University Press, 2001.

- ISRAEL, Jonathan. **A revolução das Luzes**: o Iluminismo Radical e as origens intelectuais da democracia moderna. Tradução de Daniel Moreira Miranda. São Paulo: EDIPRO, 2013.
- KANTOR, Íris. **Esquecidos e renascidos**: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759). São Paulo-Salvador: Editora Hucitec/Centro de Estudos Baianos, 2004.
- MARTINS, José Vitorino de Pina. A epístola de Luís António Verney ao marquês de Valença. **Miscelânea de Estudos a Joaquim de Carvalho**, n. 6, 1961.
- \_\_\_\_\_. Um discurso de Luís António Verney sobre a aliança da filosofia moderna com a Teologia. **Revista da Universidade de Coimbra**, v. 20, 1962.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. Los discípulos italianos de Mabillón. In: \_\_\_\_\_. **Ensayos de historiografía antiga y moderna**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- \_\_\_\_\_. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Tradução de Maria Beatriz Borba Florenzano. Bauru: EDUSC, 2004.
- MONCADA, Luís Cabral de. **Um "iluminista" português no século XVIII**: Luís António Verney. São Paulo: Saraiva, 1941.
- \_\_\_\_\_. **Estudos de História do Direito**. Século XVIII – Iluminismo Católico. Verney: Muratori. Por Ordem da Universidade, 1950.
- 242 MORAIS, Regina Célia de Melo. **L. A. Muratori e o Cristianismo Feliz na missão dos padres da Companhia de Jesus no Paraguai**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.
- NEVEU, Bruno. **Erudition et religion aux XVIIe et XVIIIe siècles**. Paris: Éditions Albin Michel, 1994.
- POPKIN, Richard. **História do ceticismo de Erasmo a Spinoza**. Tradução de Danilo Marcondes. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2000.
- SÉRGIO, António. Luís Verney, apóstolo cívico. In: JUNQUEIRA, Celina (Dir.). **O nascimento da moderna pedagogia**: Verney. Rio de Janeiro: PUC-Rio/ Conselho Federal de Cultura/ Editora Documentário, 1979.
- SILVA, Taíse Tatiana Quadros da. **Maquinações da razão discreta**: operação historiográfica e experiência do tempo na Classe de Literatura Portuguesa da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779-1814). Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- SILVEIRA, Pedro Telles da. O relato de um paradoxo: A verdade da ficção e a utilidade da história em um discurso de José da Cunha Brochado na Academia Real da História Portuguesa (1730). **História da Historiografia**, n. 12, p. 273-287, 2013.

TORGAL, Luís Reis. **História e ideologia**. Coimbra: Livraria Minerva, 1989.

VAZ, Francisco. O catecismo no discurso da Ilustração portuguesa no século XVIII. **Cultura** – Revista de História e Teoria das Ideias, vol. X, 1988. Disponível em: [goo.gl/hpeYx1](http://goo.gl/hpeYx1). Acessado em 29 jul. 2014.

VERNEY, Luís António. **Verdadeiro método de estudar**. Volume I: Estudos Literários. Edição organizada por António Salgado Júnior. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1949 [1746].

\_\_\_\_\_. **Verdadeiro método de estudar**. Volume II: Estudos Literários. Edição organizada por António Salgado Júnior. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1950a [1746].

\_\_\_\_\_. **Verdadeiro método de estudar**. Volume III: Estudos Filosóficos. Edição organizada por António Salgado Júnior. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1950b [1746].

\_\_\_\_\_. **Verdadeiro método de estudar**. Volume IV: Estudos Médicos, Jurídicos e Teológicos. Edição organizada por António Salgado Júnior. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1952 [1746].

# A sabedoria bárbara e os limites da helenização: o mundo helenístico de Arnaldo Momigliano\*

Alien Wisdom and the Limits of Hellenization: Arnaldo Momigliano's Hellenistic World

---

## Thiago do Amaral Biazotto

thiago\_a\_b@yahoo.com.br  
Mestrando  
Universidade Estadual de Campinas  
Rua Cora Coralina, s/n - Cidade Universitária Zeferino Vaz  
13083-970 - Campinas - SP  
Brasil

## Pedro Paulo Abreu Funari

ppfunari@uol.com.br  
Professor titular  
Universidade Estadual de Campinas  
Rua Cora Coralina, s/n - Cidade Universitária Zeferino Vaz  
13083-970 - Campinas - SP  
Brasil

---

244

## Resumo

Neste artigo busca-se analisar a obra do historiador italiano Arnaldo Momigliano (1908-1987), em particular no que se refere à abordagem dada por ele às interações culturais durante o período helenístico (323-30 a. C.). Será argumentado que as interpretações de Momigliano sobre o referido período estavam, em grande medida, marcadas por sua forte identidade judaica, ainda mais pelo fato de *Os Limites da Helenização* (*Alien Wisdom: The Limits of Hellenization* [1975]) – sua principal obra sobre o assunto – ter sido publicada sob os ecos dos ataques da Síria e do Egito ao Estado de Israel. Desse modo, busca-se problematizar a produção de Momigliano, demonstrado como o cenário político e identitário influenciou no trabalho do historiador.

## Palavras-chave

Arnaldo Momigliano; Helenismo; Historiografia.

## Abstract

This article analyzes the scholarly work of Italian historian Arnaldo Momigliano, particularly his approach to cultural interaction during the Hellenistic period (323-30 BC). It asserts that Momigliano's interpretations about the period were largely marked by his strong Jewish identity. This is particularly true considering that the book *Alien Wisdom: the limits of Hellenization* (1975) – his major work on the subject – was published in the wake of the then recent attacks by Syria and Egypt against Israel. The article seeks, thus, to discuss Momigliano's views by demonstrating how this historian's work was tributary of his political and identity scene.

## Keywords

Arnaldo Momigliano; Hellenism; Historiography.

---

Recebido em: 28/2/2014

Aprovado em: 30/6/2014

---

\* Pesquisa realizada com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

Nascido em 1908, Arnaldo Momigliano (1908-1987) é talvez o mais profícuo estudioso do mundo antigo do século passado. Dono de erudição virtualmente ilimitada, debruçou-se sobre um inesgotável manancial de temas relativos à Antiguidade. Entretanto, atribui-se amiúde a *Os Limites da Helenização* o título de *magnum opus* de sua vasta bibliografia (BROWN 1988, p. 252). Uma das pioneiras em questionar o conceito de helenização, a obra lançada em 1975 vem à tona num momento histórico marcado, entre outros, por dois aspectos de grande relevância. Em primeiro lugar, a repercussão das ditas críticas pós-coloniais,<sup>1</sup> que tinham em sua linha de frente a atenção às diversidades de sexualidade, religiosidade ou práticas culturais encontradas em quaisquer grupos humanos (FUNARI; GARRAFFONI 2012, p. 3). Em segundo lugar, os ataques da Síria e do Egito ao Estado de Israel, de grande relevância para nossa análise pelo fato de Momigliano, como se verá mais adiante, nunca ter escondido sua fé judaica. Tendo isso em vista, neste artigo busca-se analisar a obra do historiador italiano no que se refere à abordagem dada por ele às interações culturais durante o período helenístico (323-30 a. C.), partindo da hipótese de que, sendo Momigliano um erudito que estabelecia relações “[...] entre as ideias e a realidade social, entre o tópico que estava sendo examinado e sua historiografia, entre o Mundo Antigo e o moderno, inclusive o nosso [...]” (FINLEY 1989, p. 76-77), parece ser plausível admitir que ele tenha recebido influxos das críticas pós-coloniais e, principalmente, que sua forte ligação com a tradição judaica também pode tê-lo instado a tingir com tons particularmente dramáticos a resistência dos judeus frente ao avanço da cultura grega durante o período supracitado.

245

### **Breve recapitulação do conceito de helenização**

O conceito de helenização, citado no título da mais saudada obra de Momigliano, embora se refira a sociedades e culturas pretéritas, é de origem moderna e, portanto, possui data e local de nascimento definidos: durante o século XIX, no contexto de unificação do Estado alemão sob o espectro da Prússia, e reporta-nos aos escritos do historiador, filólogo e político Johann Gustav Droysen (1808-1884). Droysen era fervoroso defensor da unificação alemã sob as rédeas prussianas e chegou mesmo a tomar parte como parlamentar na Assembleia de Frankfurt. O erudito, ademais, foi responsável pela cunhagem do termo “helenismo” na Era Moderna, usado para se referir à cultura greco-macedônia que triunfou, com as armas das falanges, sobre as hordas asiáticas, afirmando a supremacia da civilização grega (DROYSEN 2010, p. 37). Droysen via em Alexandre e no helenismo figuras responsáveis por criar um império pujante e coeso, no interior do qual surgiria o conceito de helenização: a adoção dos apanágios culturais helênicos pelos vencidos. A primeira menção a tal

<sup>1</sup> Pode-se definir de maneira esquemática o pós-colonialismo como o movimento de independência em grande escala ocorrido em países da África e da Ásia após a 2ª Guerra Mundial. Em seu bojo, diversos intelectuais produziram trabalhos que buscavam dar voz às antigas colônias e, ademais, fugir do espectro eurocêntrico que marcava os estudos ligados às ciências humanas até então. Edward Said, graças ao clássico *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*, publicado em 1978, é considerado o maior expoente desse movimento (GOSDEN 2004, p. 18).

fenômeno dá-se com o uso do verbo “helenizar”: “os asiáticos incorporados nas fileiras do grande exército iniciavam-se na disciplina macedônia e começavam lentamente a se helenizar” (DROYSEN 2010, p. 292). Ao entrarem em contato com a superioridade bélica e moral dos batalhões de Alexandre, os asiáticos passariam a incorporar os hábitos que regiam a vida dos greco-macedônios nos campos de batalha. O conceito de helenização que assim nasceu tornou-se deveras popular, e toda uma série de tomos foi escrita inspirada nas letras do prussiano (ALCOCK 1994, p. 171-188).

Todavia, a partir da segunda metade do século XX, esse conceito passou a ser criticado de forma sistemática pela historiografia.<sup>2</sup> Entre aqueles que tomaram parte nesse movimento, além de Momigliano, pode-se citar Claire Préaux (1904-1979), que defendia uma separação entre gregos e orientais, negando interações culturais entre eles,<sup>3</sup> e Edouard Will (1920-1997), para quem a ideia de helenização foi pensada a partir de um contexto em que as potências europeias traçavam analogias entre a sua expansão colonial e aquela promovida por Alexandre (Cf. WILL 1985, p. 273-301.). Momigliano, portanto, não se encontrava isolado, ainda que, talvez, entre os autores citados, seja aquele cujas críticas foram mais refinadas, o que pode explicar, ao menos em parte, a maior repercussão de sua obra.<sup>4</sup> No atual estágio da discussão historiográfica, a ideia de helenização é usada com parcimônia, e, ademais, destaca-se a influência da cultura autóctone durante o período helenístico.<sup>5</sup>

246

Na sequência do artigo, serão apresentadas a vida e obra de Momigliano para, depois, abordar suas críticas à helenização e mostrar de que forma sua identidade judaica influenciou seus escritos.

### **A vida e os estudos de Momigliano**

Arnaldo Dante Momigliano nasceu no quinto dia de setembro de 1908, na cidade de Caraglio, província de Cuneo, norte da Itália. Oriundo de uma eminente linhagem judaica,<sup>6</sup> iniciou seus estudos acadêmicos em 1925, na Faculdade de Letras da Universidade de Turim. Lá, tornou-se pupilo de outro luminar do estudo da Antiguidade na Itália, Gaetano De Sanctis, responsável por supervisionar a

<sup>2</sup> Poder-se-ia mesmo voltar ao historiador inglês George Grote, que, em pleno século XIX, escreveu que, longe de tentar helenizar a Ásia, Alexandre tentava “asiatizar” a Grécia e a Macedônia. Contudo, parece que Grote era uma voz solitária num contexto ainda marcado pela visão do macedônio como um conquistador benévolo que tinha livrado a Ásia dos grilhões da tirania e do misticismo.

<sup>3</sup> A obra *Le monde hellénistique. La Grèce et l’Orient de la mort d’Alexandre à la conquête romaine de la Grèce (323-146 av. J.-C.)*, lançada em dois tomos em 1978, é aquela em que as posições de Préaux são formuladas de modo mais sofisticado.

<sup>4</sup> É oportuno ressaltar que Momigliano admite que as críticas pós-coloniais eram relevantes em sua época: vide a passagem na qual ele assevera que a descolonização contribuiu para uma mudança de atenção no que se refere aos nativos e escravos, responsável por influenciar até mesmo uma reavaliação dos pensadores helenísticos. Cf. MOMIGLIANO 1994, p. 159.

<sup>5</sup> Exemplo profícuo é a tese de doutoramento de Gralha (2009), na qual o autor defende que, no Egito ptolomaico, longe de haver helenização, verificava-se, antes, a manutenção de práticas culturais do período faraônico de maneira a legitimar o governo estrangeiro dos sucessores de Alexandre.

<sup>6</sup> O irmão do avô paterno de Momigliano, Amadio, era profundo conhecedor da tradição judaica, e é quase certo que foi ele o responsável por introduzi-la no futuro historiador (WEINBERG 1991, p. 14). O compromisso de Momigliano com a identidade judaica foi marcante em toda sua produção, aspecto que será um pouco mais explorado ao longo deste artigo. Por ora, é salutar lembrarmos o emblemático episódio citado por Hübscher (2010, p. 47) em que Momigliano acusa o historiador americano Moses Finley de ter repudiado “sua excepcional hereditariedade judaica” pelo fato de este ter alterado seu sobrenome original – Finkelstein – no início da década de 1940.

*tesi di laurea* do jovem piemontês. Defendido em 1929 e abordando o método de escrita do historiador grego Tucídides, esse primeiro trabalho, de acordo com Amorós (1997, p. 196) carregava certas características, como o rigor filológico, que acompanhariam Momigliano por toda a vida.

Em 1932, o piemontês começa a contribuir com a *Enciclopedia Italiana*, que tinha entre seus organizadores Benedetto Croce e – mais sintomático – Giovanni Gentile (PATLAGEAN 1982, p. 1005). No mesmo ano, assume o cargo de professor de História Grega da Universidade de Roma em circunstâncias bastante insólitas: De Sanctis havia sido proscrito da cátedra um ano antes por ter se recusado a prestar o juramento fascista. Sem constrangimento algum, Momigliano apossou-se do antigo ofício de seu mentor, prestando, claro, o juramento, indispensável àqueles que se candidatavam a empregos públicos (DI DONATO 2011, p. n/d). Naturalmente, a relação entre ambos azedou, o que levou Momigliano a romper com os métodos de seu preceptor. O livro *Filippo Il Macedone: saggio sulla storia greca del IV secolo a.C.*, publicado em 1934 pelo piemontês, apresenta uma visão sobre os gregos e a *pólis* bastante distinta daquela defendida por De Sanctis (GABBA 1988, p. 367). Mais do que isso: décadas mais tarde, Momigliano chega até a censurar seu velho mestre, afirmando que: “[...] o mesmo homem que não tinha dúvidas em perder tudo, opondo-se ao fascismo, estava incerto sobre a guerra na Etiópia e, mais ainda, sobre a Segunda Guerra Mundial” (MOMIGLIANO 1975a, p. 183-184 *apud* GARCIA QUINTELA 2005, p. 194, tradução nossa).<sup>7</sup>

Em 1936, Momigliano é apontado para a cátedra de História Romana, da Universidade de Turim, mas a publicação do *Manifesto della razza italiana*<sup>8</sup> por parte do governo Mussolini fez com que ele fosse afastado de seu cargo. Em 1939, consegue exílio em Oxford, onde seu trabalho é reconhecido e saudado, ainda que seu sotaque tornasse seus seminários não tão concorridos, em que pese sua habilidade em escrever na língua de Shakespeare (MURRAY 1991, p. 62).

Com o fim da Guerra em 1945, recebe o título de doutor *honoris causa* por Oxford e faz viagem de regresso à Itália. Lá, é convidado por Croce a tomar assento como diretor do recém-fundado Instituto Italiano de Estudos Históricos, em Nápoles. Depois de muito ponderar, Momigliano declina da invitation e, ainda que tenha sido reempessoado como professor em Turim, decide continuar a viver na Inglaterra. Em 1947, é admitido pela Universidade de Bristol como professor de História Antiga (DI DONATO 2001, p. n/d).

Em 1951, Momigliano assume a cátedra de História Antiga na *University College London* e, em 1964, na *Scoula Normale Superiore*, em Pisa. Começa a ser reconhecido por sua devoção à história da historiografia, tema pelo qual se tornou, nas palavras de Kagan (1992) “a principal autoridade em historiografia da Antiguidade em todo o mundo”. Momigliano tentava deixar o mais claro possível seus métodos nessa área da história; para ele, não bastava apenas

<sup>7</sup> No original: “the same man who had no doubt in losing everything by opposing fascism, was uncertain about the war in Ethiopia and even more so about World War II”.

<sup>8</sup> Promulgado em agosto de 1938, *Manifesto della razza italiana* propugnava as leis do regime fascista italiano, cassando a cidadania dos judeus e demonstrando a influência de Adolf Hitler sobre Benito Mussolini.

estudar os autores para realizar um trabalho historiográfico bem feito. Antes, era fundamental conhecer com profundidade as fontes que esses autores usavam para embasar seus escritos. E, mais, segundo o autor, era necessário o compromisso com a verdade: “História da Historiografia, como qualquer outra pesquisa histórica, tem o propósito de distinguir verdade e falsidade” (MOMIGLIANO 1980, p. 31-32 *apud* CHRIST 1991, p. 11, tradução nossa).<sup>9</sup> Contudo, ainda que o italiano defendesse com afinco a objetividade do conhecimento histórico, há quem considere que ele não somente deixava suas preocupações políticas e religiosas nas estrelinhas de seus escritos como chegava a lançar mão delas em suas avaliações dos trabalhos de outros estudiosos (BERTI 1989, p. 301).

Em terras britânicas, Momigliano contribuiu com verbetes no *Oxford Classical Dictionary* e na *Encyclopaedia Britannica*, além de ter recebido a honraria de *Knight Commander of the Order of the British Empire*, em 1974. Aposentado em 1975, assumiu o cargo de *Alexander White Visiting Professor* na Universidade de Chicago, onde ficaria até sua morte, ocorrida a primeiro de setembro de 1987.

Ainda que seu repertório de referências teóricas seja vasto, Murray (1991, p. 62) destaca como as principais a erudição italiana aprendida em sua juventude<sup>10</sup> combinada ao respeito filológico herdado da *Altertumswissenschaft* alemã e à tradição filosófica de Benedetto Croce. Sua produção é de profunda erudição e extremamente difícil de classificar, pelo fato de optar mais por artigos e resenhas – publicou mais de setecentos escritos dessa natureza em suas seis décadas de atividade – do que por estudos de fôlego mais largo. Ademais, a infinidade de temas sobre os quais se debruçou também complica a ordenação de sua obra. Não obstante, Amorós (1997, p. 195-199), destaca as seguintes temáticas como as lembradas com mais frequência no cabedal do piemontês: a história da historiografia, que tem em *The Classical Foundations of Modern Historiography* (1990) sua mais ilustre representante, a preocupação com temas ligados à paz e à liberdade em autores antigos e modernos – que parecem conectados à sua própria experiência como judeu italiano – e, por fim, o período helenístico e as interações culturais entre gregos e autóctones, cujos baluartes são os artigos *J. G. Droysen: between Pagans and Jews* (1970), *The Fault of Greeks* (1975) e o volume *Alien Wisdom: The Limits of Hellenization* (1975). Para os fins deste artigo, esses três textos serão de particular valia como fontes para verificar como Momigliano encarava o mundo nascido das conquistas de Alexandre em termos de interações culturais.

248

### **Os limites da helenização e a sabedoria bárbara: o mundo helenístico de Arnaldo Momigliano**

*Alien Wisdom: The Limits of Hellenization* reúne as conferências proferidas por Momigliano na Universidade de Cambridge, em 1973, e no Bryn Mawr

<sup>9</sup> No original: “History of historiography, like any other historical research, has the purpose of discriminating between truth and falsehood”.

<sup>10</sup> Mesmo Peter Brown (1988), acadêmico de larga erudição, afirma que no primeiro contato que teve com Momigliano ficou extasiado com sua ilustração, tecendo, ademais, diversos elogios ao caráter do italiano, exaltados até mesmo para os padrões adutores de *rigueur* de um texto em homenagem a um recém-falecido.

College, em 1974, acrescidas de uma bibliografia específica para cada capítulo. Segundo Funari e Grillo (2014) o objetivo magno de Momigliano com o livro é investigar “como se deu o contato entre os gregos e os celtas, judeus e iranianos, constando que de um espaço cultural para outro as relações foram diversas, variando tanto na intensidade quanto no impacto da presença grega”. Com esse norte, veremos de que forma Momigliano encarava as relações culturais durante o período helenístico, tendo por base o volume e os artigos supracitados.

Para Momigliano, o acontecimento de primeira grandeza durante as conquistas de Alexandre foi a descoberta, da parte dos greco-macedônios, de povos até então obscuros, quais sejam os romanos, os judeus e os celtas. Mesmos os persas, familiares desde tempos idos, haviam passado por grandes mudanças, tendo o profeta Zoroastro substituído o monarca Ciro como figura mais ilustre (MOMIGLIANO 1991, p. 10). Já o Egito, ovacionado desde Heródoto, tinha sido de tal forma dominado que sua cultura nativa tinha “declinado” sob os greco-macedônios, fazendo com que suas imagens se limitassem àquelas de um misticismo extravagante previamente conhecido (MOMIGLIANO 1991, p. 11). Cartago, arrasada por Roma durante as Guerras Púnicas (264-146 a. C.), tinha chegado a contrair algumas alianças com pensadores helênicos, mas não chegara a contribuir de maneira satisfatória para o edifício cultural do período helenístico (MOMIGLIANO 1991, p. 12). A expansão territorial promovida pelas falanges alexandrinas, assim, teria fomentado uma intensa curiosidade nos gregos a respeito dessas populações, fazendo com que eles passassem a avaliar seus traços culturais cotejando-os aos dos nativos, assimilando, rejeitando e adaptando as singularidades com as quais se defrontavam. É esta a força motriz por trás do texto de Momigliano (1991 p. 13): “O que desejo verificar é como os gregos vieram a conhecer e avaliar esses grupos de não-gregos em relação à sua própria cultura e civilização”.

Tão logo tomaram ciência da pujança intelectual que havia ao seu redor, os helenos passam a desenvolver o conceito que o estudioso italiano chama de “sabedoria bárbara”: “A noção de um saber bárbaro conquistou estabilidade e aceitação entre aqueles que se consideravam gregos” (MOMIGLIANO 1991, p. 14). Essa noção se relacionava à necessidade que os gregos sentiam de “estudar as singularidades dos estrangeiros” (MOMIGLIANO 1991, p. 71). Nos séculos V e IV a. C., já havia entre eles a vaga consciência de que “sábios do Oriente” poderiam dissertar sobre a natureza humana. Mesmo o grande estagirita Aristóteles, preceptor de Alexandre, tinha alguma curiosidade sobre um certo “saber do Oriente” (MOMIGLIANO 1991, p. 78). Durante o período helenístico, contudo, a ideia de “sabedoria bárbara” cresceu de maneira assombrosa, fazendo com que figuras como as de Hermes Trimegisto, Zoroastro e Abraão exercessem notável influência com suas próprias doutrinas, desde que fossem professadas em grego (MOMIGLIANO 1991, p. 14).

Do que foi anunciado, já é possível perceber uma das maneiras como Momigliano critica a helenização: partindo da hipótese de que pensadores de origem não-grega, por meio de concepções filosóficas sofisticadas, estabeleceram-se e se tornaram percucientes na cultura do período helenístico.

O interesse que havia na doutrina de Zoroastro, por exemplo, atestaria que as relações entre gregos e locais não estavam restritas à assimilação das práticas helênicas pelos autóctones. A noção de “saberes bárbaros”, portanto, reduz a tese da helenização à medida que esses saberes foram incorporados à cultura grega conforme fosse o desejo dos helenos.

Maior que o intuito de diminuir a pujança da cultura grega – afinal, a língua dos helenos continuava universal durante o período helenístico (MOMIGLIANO 1991, p. 15) –, o ponto principal para o italiano reside na grande curiosidade que os nativos da Hélade possuíam em relação àqueles descobertos durante o referido período. A curiosidade por essas novas culturas dotadas do “saber bárbaro” foi de tamanha magnitude que seu legado é sentido até os tempos hodiernos:

A Pérsia, a Mesopotâmia e o Egito se mantêm mais ou menos onde a erudição helenística os colocou como detentores do saber bárbaro. Ainda se dá lugar de destaque em nossos compêndios aos fenícios, e em particular aos cartagineses, por suas instituições e colonização, porque os gregos se reconheciam nessas coisas (MOMIGLIANO 1991, p. 17).

Não seria exagerado, portanto, afirmar que o “saber bárbaro” se tornou o “saber sobre o bárbaro”, embora – aos menos para os gregos helenísticos de Momigliano – os ditos bárbaros não fossem tão bárbaros assim. Essa posição fica clara quando o historiador, na última página de *Os limites da helenização*, afirma que, tão logo os helenos começaram a se dar conta de toda a exuberância intelectual que os cercava, passaram a desconfiar de seus próprios saberes (MOMIGLIANO 1991, p. 132).

250

Desse modo, o historiador italiano opta pela expressão “civilização helenística” para aludir ao mundo nascido das conquistas de Alexandre. Trata-se de uma civilização nova, caracterizada não somente pelo êxito da cultura grega sobre os locais, mas pela miríade de relações culturais desenvolvidas em seu âmbito. Eis o mundo enunciado por Momigliano (1991, p. 13-14):

A civilização helenística permaneceu grega na língua, nos costumes e, sobretudo, na consciência de si mesma. [...] Isso significou que judeus, romanos, egípcios, fenícios, babilônios e até indianos [...] se inseriram na literatura grega com suas próprias colaborações [...]. No panteão grego foram admitidos mais deuses estrangeiros do que em qualquer época desde a pré-história [...]. Era um sincretismo assimétrico que foi particularmente bem sucedido na Itália (Etrúria e Roma), deixou sua marca em Cartago, na Síria e no Egito, foi mal sucedido na Judéia, bastante insignificante na Mesopotâmia e afetou pelo menos a iconografia senão a essência da religião indiana por meio da arte gândora.

A ideia de civilização helenística partia das discordâncias que Momigliano nutria abertamente em relação à obra de Droysen. Em artigo de título “J. G. Droysen between Greeks and Jews” (J. G. Droysen entre gregos e judeus), o italiano dá o devido crédito ao prussiano como formulador do termo “helenismo” no mundo moderno (MOMIGLIANO 1994, p. 149). Entretanto, Momigliano não se furta a criticar o fato de Droysen traçar analogias explícitas entre a Macedônia e a

Prússia, fazendo com que o germânico propugnasse a tese de uma cultura grega exultando sobre o Oriente que não correspondia à realidade (MOMIGLIANO 1994, p. 158). A solução encontrada por Momigliano foi propor o termo “civilização helenística”, expressão que alberga não apenas recortes cronológicos ou espaciais, mas, sobretudo, culturais. Essa elocução encontra ecos no artigo “The Fault of Greeks” (A culpa dos gregos), quando Momigliano propõe: “A noção de civilização helenística define tanto tempo (323-30 a. C.) quanto espaço (zona do Mediterrâneo) no qual essas três culturas convergiam e começaram a reagir uma à outra” (MOMIGLIANO 1975, p. 10-11, tradução nossa<sup>11</sup>).

As três culturas acima mencionadas por Momigliano são a grega, a romana e a judaica, sendo que as últimas tinham em comum o fato de não terem dúvida alguma sobre a superioridade de seus respectivos modos de vida em relação àquele dos gregos (MOMIGLIANO 1975, p. 12), o que, claro, depõe contra a tese de que teriam sido helenizadas. Por isso, na sequência do texto, serão apresentadas as formas pelas quais Momigliano via as respostas de romanos e judeus ao avanço da cultura grega.

### **Resistência à helenização: as relações entre as culturas grega, romana e judaica no entendimento de Momigliano**

Momigliano considerava que o maior poderio bélico das forças de Roma fomentou em seus habitantes a sensação de superioridade em relação aos gregos, também nutrida por estes ao menos desde quando os exércitos de Pirro foram dizimados (MOMIGLIANO 1991, p. 20). Esse sentimento de primazia fez com que sua população passasse a haurir da cultura grega apenas aquilo que interessasse a seus próprios anseios, às vezes até pagando pelos saberes helênicos, ou nem isso, uma vez que não era raro ver sábios gregos escravizados pelos romanos (MOMIGLIANO 1991, p. 17). Sendo assim, a aristocracia de Roma achou por bem aprender o idioma grego tendo em vista um projeto imperial já em curso. Partindo disso, fica cristalino como Momigliano vê uma helenização circunscrita por uma empresa política, no caso romano, inexpugnável: a construção de um império extraordinário. Em suma, “os intelectuais gregos e romanos tiveram de aprender que em Roma a helenização subentendia respeito pela ordem dominante” (MOMIGLIANO 1991, p. 24).

Um caso emblemático era o do historiador e geógrafo Políbio. Nascido em Megalópolis, na Arcádia, Políbio foi tomado como refém pelos romanos em 167 a. C., mas – em virtude de sua notável ilustração – acabou acolhido e respeitado. Vivendo no seio da sociedade romana, não se defrontou com qualquer surpresa, pois lá “[...] encontrou pessoas que não diferiam dos gregos instruídos em interesses, ideias e reações emocionais” (MOMIGLIANO 1991, p. 28). Contudo, a difusão da cultura da Hélade nas terras fundadas por Rômulo aparece mais uma vez condicionada à vontade dos romanos de se instruírem com as experiências gregas, que lhes dava uma gigantesca vantagem: “[...] a

<sup>11</sup> No original: “The notion of Hellenistic civilization defines both the time (323-30 B.C.) and the space (Mediterranean zone) in which these three cultures converged and began to react on one another”.

superioridade que os líderes romanos alcançaram pelo simples fato de poderem falar em grego e pensar em grego, ao passo que os líderes gregos necessitavam de intérpretes para entender o latim” (MOMIGLIANO 1991, p. 40). Ademais, essa adoção se dava *pari passu* à criação de “uma literatura nacional, autoconfiante e agressiva” (MOMIGLIANO 1991, p. 22) na qual Políbio tomava parte criando em seus escritos “uma atmosfera em que as conquistas romanas se tornavam fáceis de compreender e difíceis de contestar” (MOMIGLIANO 1991, p. 31).

Ao proceder assim, Momigliano reduz a helenização uma vez mais, agora ao apresentar um erudito grego não preocupado em disseminar sua cultura nativa, mas em articular um diálogo entre seus conterrâneos e os romanos de maneira a “explicar aos gregos por que os romanos venceram e explicar aos romanos o significado e as condições de sua própria vitória” (MOMIGLIANO 1991, p. 33). Um dos conselhos dado por Políbio, num admirável exercício de alteridade, versava sobre os perigos que os romanos correriam caso não debelassem suas sublevações internas (MOMIGLIANO 1991, p. 34).

Ainda que críticas possam ser feitas pelo fato de Momigliano sustentar sua argumentação quase inteiramente nas deduções do aristocrático Políbio – que, decerto, confabulava apenas com uma minúscula elite letrada –, não deixa de serem dignas de registro as discordâncias que o piemontês nutria em relação a uma incontestável propagação da cultura grega. Além disso, as interpretações de Momigliano de um Políbio absorvido de modo tal pela cultura romana que seria incapaz de traduzi-la em termos gregos – quase como se tivesse sido romanizado – têm sofrido críticas por parte da historiografia moderna.<sup>12</sup>

252

Já dissertar acerca da relação entre judeus e gregos, por sua vez, apresenta um desafio por conta do comprometimento de Momigliano com sua identidade judaica, aspecto que será mais explorado na próxima seção deste artigo. Por ora, cumpre ressaltar que, para o piemontês, os judeus estiveram desde sempre “convencidos de sua superioridade” (MOMIGLIANO 1991, p. 16). De partida, Momigliano afirma que os judeus eram conhecidos, ainda que de forma superficial, pelos gregos antes do advento de Alexandre, embora fossem ignorados nos registros escritos (MOMIGLIANO 1991, p. 73). De igual modo, não havia grande ciência dos helenos por parte dos semitas, embora a ignorância destes em relação àqueles fosse menor, em virtude de os gregos fazerem comércio na Palestina (MOMIGLIANO 1991, p. 75-76). Mesmo esse quadro de distanciamento mútuo não desencoraja Momigliano a traçar diversos paralelos entre o desenvolvimento das duas civilizações, talvez a sentenciar que a civilização ocidental é devedora da cultura judaica tanto ou mais quanto o é da cultura grega:

<sup>12</sup> Texto ilustrativo é “Interpretando el mundo romano: etnografía, público y cultura griega en las ‘Historias’ de Polibio”, de Moreno Leoni. O autor posiciona-se contra a visão do Políbio de Momigliano, apresentando estratégias discursivas usadas pelo historiador arcadiano na investida de criar uma alteridade entre ele e os romanos. Um exemplo seria a narração a respeito do saque de Cartago Nova, na qual Políbio disserta sobre o butim como uma prática tipicamente romana, mas, e ao mesmo tempo, deixando claro sua distância em relação a ela, uma vez que ela não era comum entre os gregos. Leoni questiona mesmo o “efeito prático” do trabalho de Políbio, uma vez que Tito Lívio, historiador que atuara já durante o principado, usa de seus relatos de modo parcimonioso, muitas vezes criando novos sentidos a partir das alocações do arcadiano. Cf. MORENO LEONI 2012.

O quadro das nações em Gênesis 10 nos faz lembrar do mapa de Anaximandro; o Livro de Jó, provavelmente uma obra de exílio, tem sido muitas vezes comparado ao *Prometeu*, de Ésquilo [...] (os judeus) confiavam em Deus e em sua própria Lei. Para a mesma finalidade, os gregos confiavam nas próprias inteligências e iniciativa [...] (MOMIGLIANO 1991, p. 77).

Momigliano também admite que, à semelhança dos romanos, os judeus aprenderam o idioma e os costumes gregos como forma de comparar seu cabedal àquele dos helenos: “[...] tanto judeus quanto romanos decidiram aprender o idioma grego de modo a comparar seus próprios costumes com aqueles dos gregos e modelar sua vida intelectual em relação aos gregos” (MOMIGLIANO 1975, p. 13, tradução nossa).<sup>13</sup> Assim, a partir de 300 a. C., os judeus começaram a se versar no idioma grego e, exprimindo suas doutrinas nele, tornaram-se ilustres, como eram os filósofos estoicos Zenão de Cício (333-263 a. C.) e Crisipo de Soli (280-208 a. C.) (MOMIGLIANO 1991, p. 85). Um exemplo lapidar de como procediam os filósofos judeus no período helenístico é o de Aristóbulo de Paneas, sucessor de Fílon de Alexandre e responsável por uma alegoria em que Ptolomeu IV (181-145 a. C.) fazia incessantes perguntas sobre a Bíblia, instigado por seu conteúdo (MOMIGLIANO 1991, p. 86). Momigliano defende, por fim, que os judeus amiúde consideravam que o *modus vivendi* herdado de Moisés e Abraão era mais auspicioso do aquele apregoado por Homero e Heródoto (MOMIGLIANO 1975, p. 14-15). Em suma, para os judeus, era possível “afirmarem que haviam sido os mestres dos gregos devido à sua maior antiguidade” (MOMIGLIANO 1991, p. 86).

253

Não obstante, o engajamento de Momigliano com sua genealogia judaica parece mais peremptório quando o historiador discorre sobre as diferentes formas por meio das quais romanos e semitas resistiram ao avanço da helenização. Se, no caso dos primeiros, a oposição era comandada pela independência política e uma máquina militar incomparável, no caso dos judeus, a resistência era fruto de uma “mera obstinação da fé” (MOMIGLIANO 1991, p. 88). Como observou de modo perspicaz Starr (1976, p. 1079), quando Momigliano aborda os judeus em *Os limites da helenização*, adota um ponto de vista particular, como se estivesse falando sobre um *ethos* ao qual pertence. Isso, somado à discussão com Finley e a outros aspectos ainda mais relevantes que serão relatados a seguir, mostra algumas indicações do compromisso do historiador com sua identidade judaica.

### **“Os judeus se mantiveram vivos pela mera obstinação na fé”: por uma afirmação da identidade judaica nos escritos de Momigliano**

Stuart Hall (2005), teórico cultural jamaicano há pouco falecido, defende que as identidades sociais são fluidas, reconstruídas e afirmadas conforme as necessidades do tempo corrente. No caso de Momigliano, as impressões de Hall parecem bastante acertadas. Embora o historiador, conforme se viu, tenha

<sup>13</sup> No original: “[...] both Jews and Romans decided to learn Greek in order to compare their own ways with those of the Greek and to shape their intellectual life in relation to the Greeks”.

sido expulso da Itália em função de sua ascendência judaica, sua posição como judeu nem sempre foi tão categórica, de modo que esta última parte do artigo tentará dar conta de explicar de que formas ela foi construída e como aparece refletida em seus registros.

Conforme recapitula Hübscher (2010, p. 52-53), Momigliano, em discurso proferido em 1977, afirmava que sua infância tinha sido cercada por uma tradição judaica, mas, de modo concomitante, por fortes raízes italianas, em virtude da fervorosa herança católica da vila onde nasceu. Parece imperativo que foram esses vínculos com os valores italianos que levaram Riccardo, pai de Momigliano, a se afiliar ao Partido Fascista, no qual exerceu cargos que iam de *Fascio di Combattimento Del Comune di Caraglio* (1923-1924) até comissário extraordinário (1929-1932). Ilda Levi, mãe do historiador, foi condecorada com medalha de bronze pelos serviços prestados como enfermeira durante a Primeira Guerra Mundial. Não por acaso, no vilarejo de Caraglio, lar dos abastados Momigliano, eles ficaram conhecidos pela bizarra pecha de “judeus fascistas”.

Mesmo o próprio Arnaldo havia se filiado ao GUP (Gruppo Universitario Fascista) de Turim, em 1920, no grupo musical universitário. Esse vínculo, ainda que tênue, seria mantido nas décadas seguintes, até sua proscrição da Itália em função das leis de 1938. Quando já em terras britânicas, Momigliano dá uma declaração por escrito em que repudia quaisquer tentativas de associar seu nome à doutrina fascista. Entre os pontos levantados, encontra-se a publicação do jornal antifascista “Difesa Liberale” (1926), sua participação como articulista no periódico “La Cultura”, suprimido em 1933 devido ao seu caráter liberal, e a inabalável crença em ter proferido incontáveis aulas de “tendência abertamente liberal” (HÜBSCHER 2010, p. 55-56).

254

Ao mesmo tempo em que tenta refutar qualquer ranço fascista em sua juventude, Momigliano começa a dar ênfase à sua identidade judaica, aspecto bastante notado em seus estudos a respeito do período helenístico, escopo deste texto. Incidente capital foi sua violenta altercação com a obra de Droysen. Momigliano estava convencido de que a decisão do prussiano pouco escrever sobre a importância dos judeus para a fundação cultural da civilização helenística residia em dois pontos: a profunda ignorância da qual padecia o germânico a respeito da tradição literária judaica – e com o qual Momigliano (1994, p. 154) se mostrava indignado – e as profundas ambiguidades que Droysen nutria em relação àqueles que professavam a fé semita. O italiano certificava que Droysen pertencia a um círculo intelectual constituído por diversos judeus convertidos ao protestantismo, entre os quais se encontrava até Marie Mendelheim, sua primeira esposa; entre eles, teria se estabelecido uma espécie de norma social que prescrevia o silêncio em relação às origens judaicas e ao passado (MOMIGLIANO 1994, p. 156-157). Por fim, Momigliano também se exaltava com a intervenção das convicções políticas de Droysen em sua obra, ainda mais pelo fato de ele ter abandonando por completo o estudo do mundo antigo em favor da história moderna, em particular da Prússia, a partir de 1840.

Desse modo, parece ser factível admitir que a identidade judaica de Momigliano se manifesta de forma crescente em sua vida e obra. Se no início

de sua trajetória, o historiador chegou até mesmo a se afiliar ao GUP de Turim e a prestar o juramento fascista de modo a tomar posse do cargo de professor em Roma, após seu banimento da Itália devido aos desmandos da tirania mussoliniana, Momigliano deu, como se viu acima, declarações bastante categóricas visando tanto a reafirmar sua ascendência judaica quanto a repudiar qualquer vestígio fascista em sua juventude. Mais do que isso: o tema do judaísmo no mundo antigo aparece de modo mais assíduo em seus estudos, muitas vezes carregando opiniões bastante fortes a respeito de historiadores que, claro, não davam o justo crédito à cultura hebraica, como foi o caso de seu artigo sobre Droysen, publicado originalmente em 1970. Entretanto, o pináculo desse processo aparece de forma mais nítida nas páginas d'*Os limites da helenização* – obra dedicada à memória de sua mãe, morta em um campo de concentração –, talvez em virtude dos diversos conflitos militares pelos quais passava o estado de Israel ao menos desde a Guerra dos Seis Dias e cujo fastígio foram os ataques da Síria e do Egito em 1973.

Em *Alien Wisdom*, ao analisar a situação dos judeus que se encontravam sob o jugo de Antíoco IV, entre 168 e 164 a. C., Momigliano narra com gigantesca dramaticidade a política de helenização implementada pelo soberano selêucida:

O Templo de Javé foi transformado em templo de Zeus Olímpico, os habitantes de Jerusalém foram denominados antioquianos e a misteriosa Acra, a fortaleza, foi ocupada por uma guarnição síria: práticas tradicionais judias, como a circuncisão e a observância dos sábados, foram proibidas. Desde tempo imemoriais era inaudita no mundo de fala grega uma tamanha interferência nos cultos ancestrais de uma nação (MOMIGLIANO 1991, p. 91, grifos nossos).

255

No excerto acima, é ostensiva a comoção de Momigliano em relação aos judeus em território selêucida, sufocados de forma horrenda por uma cultura helenística que transbordava indignação e esqualidez. Salta aos olhos a escolha pelo uso do termo “nação”, em especial por Momigliano ter testemunhado o surgimento do Estado de Israel, em 1948, já na condição de intelectual de prestígio internacional. É ainda mais sintomática a classificação da rebelião macabeia – revolta judaica contra a imposição da cultura grega estabelecida por Antíoco IV – como “uma guerra pela independência” (MOMIGLIANO 1991, p. 91).

Cumprido esclarecer que as conferências que dão origem ao livro foram proferidas em maio de 1973, em Cambridge, e revisadas em fevereiro-março de 1974, no Bryn Mawr College. Ao reuni-las na forma de livro, Momigliano objetivava “estimular a discussão a respeito de um assunto importante” (MOMIGLIANO 1991, p. 7). É importante salientar que sua publicação, em 1975, foi feita ainda sob os ecos dos ataques da Síria e do Egito ao Estado de Israel, em outubro de 1973, em pleno Yom Kippur, a data mais sagrada do calendário judaico e que Momigliano, a propósito, guardava rigorosamente.<sup>14</sup> Claro que, conhecendo o *modus operandi* do historiador – que prezava pela erudição e pelo levantamento

<sup>14</sup> A dar crédito ao relato de Weinberg (1991, p. 13), Momigliano mantinha, até o fim da vida, um apartamento em Cuneo, onde ele e a família permaneciam durante o referido feriado.

extensivo de fontes –, não se poderia afirmar que ele dissertaria sobre o tema simplesmente a reboque dos ataques supracitados, mesmo porque o judaísmo sempre esteve presente em sua obra. Ademais, as exposições preliminares que deram substância ao livro foram proferidas em março de 1973, ao passo que os ataques ocorreram em outubro. O que se defende é a atenção a dois aspectos: em primeiro lugar, a forma particularmente catastrófica com que o piemontês narra a condição dos judeus no período helenístico. Em segundo lugar, a opção de Momigliano por publicar o livro com tamanha urgência, talvez inspirado tanto pelos ataques quanto por sua necessidade de afirmar sua ascendência judaica na tentativa de dissipar as ambíguas relações que nutria com o fascismo em sua juventude, conforme visto acima.

Asfixiadas pelo bestial despotismo de Antíoco IV, a fé e a tradição ancestral dos judeus estava ameaçada por todos os lados. Segundo Momigliano, o livro bíblico de Daniel tinha na passagem “[...] há um domínio estrangeiro que trouxe consigo a contaminação” o “único testemunho contemporâneo do lado judeu” (MOMIGLIANO 1991, p. 100). Cercado de exércitos inclementes, prontos a massacrar sua fé, o povo judeu é tenaz, persistente, inflexível: sua resistência representa o “[...] repúdio ao helenismo [...] uma reafirmação da fidelidade da comunidade judia ao Deus de Abraão, Isaac e Jacó” (MOMIGLIANO 1991, p. 92). Sua obstinação é a dos “[...] judeus palestinos em defender a própria herança contra a tentativa de helenização em grande escala [...]” (MOMIGLIANO 1991, p. 107). A resistência judaica contra os ataques do helenismo fez com que Antíoco IV baixasse um decreto para garantir que as suas leis voltassem a ser respeitadas. Momigliano acrescenta que combater de forma tão ferrenha em favor de suas tradições tornaria os judeus ainda mais devotados, fazendo nascer, nos termos do autor:

Uma nova devoção à Lei [...] uma regulamentação cada vez mais minuciosa das obrigações religiosas, uma meditação mais intensa sobre as relações entre a sabedoria divina e a fragilidade humana, e por fim, uma expectativa intermitente, mas muito real, das perturbações da Era Messiânica [que] reduziram o impacto dos costumes estrangeiros (MOMIGLIANO 1991, p. 103).

Impiedosas investidas estrangeiras. Uma resistência briosa sustentada sobremaneira pela fé. Um quadro de infortúnios e flagelos que se apresentam como intermináveis, mas que não levam à capitulação ou à desesperança. Levam, sim, a uma devoção cada vez mais inquebrantável. Se talvez seja exagerado afirmar que a substância dos escritos de Momigliano foi influenciada pela situação dos judeus em sua própria época, pelos motivos já apresentados, ao menos sua *forma* particularmente dramática de narrar os fatos parece ter sido motivada pelo episódio dos ataques a Israel, ainda mais pelo fato de o próprio historiador afirmar que suas primeiras conferências sobre o assunto foram revisadas antes da publicação em livro.

A propósito, é digna de registro a insistência de Momigliano em publicar urgentemente *Os limites da helenização* em forma de saltério, que, aliás, foi

dedicado à memória de sua mãe, morta em 1943 num campo de concentração. É sabido que o piemontês deixava engavetados por anos a fio alguns de seus textos, que só veriam a luz do dia em seus famosos *Contributi*, por vezes publicados com anos de atraso em relação à data original de sua redação. Desse modo, por que Momigliano teria tamanha pressa em transformar seus *papers* em livro? E, mais, como esquecer as palavras do próprio piemontês, ditas originalmente em 1981, portanto pouco depois do lançamento de *Os limites da helenização*? Em artigo no qual lança diatribes furiosas contra o historiador americano Hayden White – famoso por suas opiniões, digamos, polêmicas, a respeito da objetividade do conhecimento histórico e mesmo do Holocausto –, Momigliano sentencia: “Eu sou judeu e sei por experiência própria o preço que os judeus tinham e têm de pagar para serem judeus. Não estou coletando dados para fins acadêmicos quando tento entender o que levou os judeus a recusarem a assimilação a civilizações vizinhas” (MOMIGLIANO 1984, p. 54 *apud* WEINBERG 1991, p. 16, tradução nossa).<sup>15</sup> Enfim, sendo *Os limites da helenização* a obra prima que é – como bem apontou o resenhista John Briscoe, “Momigliano nunca toca um assunto sem iluminá-lo” (1978, p. 110, tradução nossa)<sup>16</sup> –, como menoscabar as palavras de Oscar Wilde: “todo o retrato pintado com sentimento retrata o artista e não o modelo” (1995, p. 11)?

### Considerações finais

De acordo com o exposto, Momigliano possui visões peculiares a respeito das relações culturais durante o período helenístico, optando por uma abordagem mais multifacetada, tributária do conceito de “saber bárbaro”. Momigliano conjectura que os gregos helenísticos ficaram boquiabertos com a exuberância intelectual que os cercava, fazendo com que no âmago de sua civilização houvesse uma série de relações culturais complexas.

As teses do italiano aparecem de forma mais clara quando vêm à tona as relações de romanos e judeus com o helenismo: enquanto os primeiros resistiram a ele em função da superioridade garantida por seu pungente aparelho militar, os seguidores da Lei de Moisés perseveraram em função de sua singular obstinação. Se, conforme apontam Silva e Feitosa (2009, p. 211), “[...] o historiador produz, com o seu ofício, espaços, tempos e práticas, do mesmo que ele próprio se encontra inserido em contextos e conjunturas que influenciam o tema em análise”, parece ser válido indagar até que ponto o cenário político – marcado tanto pela emergência de movimentos sociais que objetivavam dar voz a grupos minoritários quanto pelos ataques da Síria e do Egito ao Estado de Israel – influenciaria Momigliano, que se encontrava cada vez mais imbuído da necessidade de afirmar sua identidade judaica. A esse respeito, Christ (1991, p. 11) considera como fio condutor de toda a obra de Momigliano a temática dos contatos entre culturas, religiões e civilizações, que remonta à

<sup>15</sup> No original: “I am a Jew myself and I know from my own experience what price Jews had and have to pay to be Jews. I am not collecting facts for academic purpose when I try to understand what moved the Jews to refuse assimilation to surrounding civilizations”.

<sup>16</sup> No original: “Momigliano never touches a subject without illuminating it”.

sua juventude e que retorna de modo pungente na velhice, momento em que o italiano começa a notar de maneira mais clara as influências de sua vida em seu trabalho, aspecto também apontado por Bowersock (1991, p. 33) e que também corrobora a tese de que o italiano passou a afirmar sua identidade à medida que foi envelhecendo. Em publicação já ao final de sua vida, Momigliano afirma sem rodeios que: “Em certo sentido, na minha vida acadêmica eu não tenho feito outra coisa senão tentar entender o que eu devo tanto à casa judaica na qual cresci quanto à vila cristã-romana-celta na qual eu nasci” (MOMIGLIANO 1987, p. 432 *apud* CHRIST 1991, p. 5, tradução nossa).<sup>17</sup> Talvez daí decorresse o interesse de Momigliano pelo período helenístico, momento no qual esses elementos – as culturas grega, romana, celta e muitas outras - se encontravam, conforme a sugestão de Weinberg (1991).

Na mesma ordem de ideias, Amóros (1997, p. 203) assevera que algumas das últimas linhas redigidas pelo italiano se encontram no novo prefácio à obra *Filippo Il Macedone. Saggio sulla storia greca del IV secolo a. C.*, reimpressa em 1987. Nele, o historiador italiano admite que, na época da publicação original (1934), estava por demais preocupado com sua liberdade política e religiosa, aspecto que aparece nas entrelinhas de seus relatos sobre o caolho monarca.

Diante dessas demonstrações, parece ser factível afirmar que a preocupação do historiador italiano com sua identidade judaica é um aspecto que perfaz toda sua obra, que percorre toda sua vida. E foi quando ela chegou ao fim que Momigliano deu seu mais peremptório veredicto. Na inscrição de sua lápide, ditada pelo próprio e citada por Di Donato, lê-se o seguinte:

258

Aqui repousa Arnaldo Dante Momigliano (1908-1987), professor de História Antiga das Universidades de Turim, de Londres, de Chicago e da Escola Normal Superior de Pisa. A sua fé foi o livre pensamento, sem ódio e sem dogma; mas amou, com afeto filial, a tradição hebraica dos antepassados e aqui quis consigo, reunidos na recordação, os genitores Riccardo e Ilda Momigliano, mortos em terra germânica, em novembro de 1943, por tresloucado ódio racial (DI DONATO 2011, p. n/d, tradução nossa).<sup>18</sup>

### Referências bibliográficas

- ALCOCK, Susan. Breaking up the Hellenistic world: survey and society. In: MORRIS, Ian. **Classical Greece: ancient histories and modern archaeologies**. New York: Cambridge University Press, 1994, p. 171- 190.
- AMORÓS, Pedro. Notas sobre Arnaldo Momigliano: la tradición histórica italiana. **Panta Rei**, p. 95-103, 1997.
- BERTI, Silvia. Autobiografia, storicismo e verità storica. **Rivista storica italiana**, n. 100, p. 297-312, 1988.

<sup>17</sup> No original: “In a sense, in my scholarly life I have done nothing else but to try to understand what I owe both to the Jewish house in which I was brought up and to the Christian-Roman-Celtic village in which I was born”.

<sup>18</sup> No original: “Qui riposa Arnaldo Dante Momigliano (1908-1987) professore di storia antica nelle Università di Torino e di Londra e Chicago e nella Scuola Normale Superiore di Pisa. La sua fede fu il libero pensiero senza odio e senza dogma ma amò di affetto filiale la tradizione ebraica dei padri e qui volle seco congiunti nel ricordo i genitori Riccardo e Ilda Momigliano uccisi in terra germanica nel novembre 1943 per folle odio di razza”.

- BOWERSOCK, Glen. Momigliano's Quest for the Person. **History and Theory**, v. 30, n. 4, p. 27-36, 1991.
- BRISCOE, John. Review of *Alien Wisdom. The Limits of Hellenization* by Arnaldo Momigliano. **The Classical Review**, New Series, v. 28, n. 1, p. 109-110, 1978.
- BROWN, Peter. IN MEMORIAM: Remembering Arnaldo. **The American Scholar**, v. 57, n. 2, p. 251-252, 1988.
- DI DONATO, Riccardo. MOMIGLIANO, Arnaldo Dante. In: **Dizionario Biografico degli Italiani**, v. 75, 2011, p. n/d. Disponível em: [http://www.treccani.it/enciclopedia/arnaldo-dante-momigliano\\_\(Dizionario-Biografico\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/arnaldo-dante-momigliano_(Dizionario-Biografico)/). Acesso em: 13 maio 2014.
- DROYSEN, Johann Gustav. **Alexandre: o grande**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010 [1833].
- FEITOSA, Lourdes Conde; SILVA, Glaydson José da. O Mundo Antigo sob lentes contemporâneas. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu; SILVA, Maria Aparecida de Oliveira (orgs.). **Política e identidade no Mundo Antigo**. São Paulo: Annablume, 2009, p. 209-250.
- FINLEY, Moses. A tradição histórica: os *Contributi* de Arnaldo Momigliano. In: \_\_\_\_\_. **Uso e abuso da história**. São Paulo: Martins Fontes, 1989 [1975], p. 75-87.
- FUNARI, P. P. A.; GARRAFFONI, Renata Senna. Discussing acculturation as an interpretive model: Romanisation as a case-study. 2012, p. 1-7. (Manuscrito inédito usado com autorização dos autores).
- FUNARI, Pedro P. A.; GRILLO, José G. C. Os conceitos de helenização e de romanização e a construção de uma Antiguidade Clássica. In: ALMEIDA, Néri de Barros; NEMI, Ana; PINHIEIRO, Rossana Alves Baptista (orgs.). **A construção da narrativa histórica: séculos XIX e XX**. Campinas; São Paulo: Unicamp; Fap-Unifesp, 2014, p. 205-214.
- GABBA, Emilio. Aspetti della storiografia di M. **Rivista Storica Italiana**, n. 100, p. 362-80, 1988.
- GARCÍA QUINTELA, Marco. Dumezil, Momigliano, Bloch, between politics and historiography. **Historie des études indo-européennes**, p. 187-205, 2002-2005.
- GOSDEN, Chris. **Archaeology and colonialism: cultural contact from 5000 B.C. to the present**. Cambridge, UK; New York, NY: Cambridge University Press, 2004.
- GRALHA, Julio. **A legitimidade do poder no Egito ptolomaico: cultura material e práticas mágico-religiosas**. 276 p., 2009. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2009.

- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- HÜBSCHER, Bruno. **Arnaldo Momigliano**: história da historiografia e do mundo antigo. 111 p., 2010. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.
- KAGAN, Donald. Arnaldo Momigliano and the human sources of history. **The New Criterion**, v. 10, n. 7, 1992. Disponível em: <http://www.newcriterion.com/articles.cfm/The-human-sources-of-history-4530>. Acesso em: 22 fev. 2014.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. J. G. Droysen between Greeks and Jews. In: BOWERSOCK, Glen; CORNELL, Tim (orgs.) **A. D. Momigliano**: studies on modern scholarship. Berkeley: University of California, 1994, p. 147-161.
- \_\_\_\_\_. **Os limites da helenização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991 [1975].
- \_\_\_\_\_. **Ottavo contributo alla storia degli studi classici e del mondo antico**. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Settimo contributo alla storia degli studi classici e del mondo antico**. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Sesto contributo alla storia degli studi classici e del mondo antico**. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1980
- \_\_\_\_\_. **Quinto contributo alla storia degli studi classici e del mondo antico**. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 1975a.
- \_\_\_\_\_. The Fault of Greeks. **Daedalus**, v. 104, n. 2, p. 9-19, 1975.
- MORENO LEONI, Álvaro. "Interpretando el mundo romano: etnografía, público y cultura griega en las 'Historias' de Polibio". **Gerión**, n. 30, p. 63-90, 2012.
- MURRAY, Oswyn. Arnaldo Momigliano in England. **History and Theory**, v. 30, n. 4, Beiheft 30, p. 49-64, 1991.
- PATLAGEAN, Evelyne. Les *Contributi* d'Arnaldo Momigliano: portrait d'un historien dans ses paysages. *Annales, Histoire, Sciences Sociales*, 37e Année, p. 1004-1013, Sep-Dec. 1982.
- PRÉAUX, Claire. **Le monde hellénistique**. La Grèce et l'Orient de la mort d'Alexandre à la conquête romaine de la Grèce (323-146 av. J.-C.). Paris: Presses Universitaires de France, 1978 (2 vol.)
- STARR, Chester. *Alien Wisdom. The Limits of Hellenization* by Arnaldo Momigliano. **The American Historical Review**, v. 81, n. 5, p. 1079-1080, 1976.
- WEINBERG, Joanna. Where Three Civilizations Meet. **History and Theory**, v. 30, n. 4, p. 13-26, 1991.
- WILDE, Oscar. **O Retrato de Dorian Gray**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1995 [1891].

WILL, Eduoard. Por une anthropologie coloniale du monde hellénistique. In: WILLIAM John ; OBER, Josiah (eds.) **The Craft of the Ancient Historian: Essays in honour of Chester G. Starr.** New York ; London: University Press of America, 1985, p. 273-301.

# Uma revisão crítica das fontes historiográficas para a história do Império Parto (247 a.C. – 228 d.C.): o caso de Apolodoro de Artemita e Arriano de Nicomédia

A Critical Review of the Historiographical Sources for the History of the Parthian Empire (247 B.C. – 228 A.D.): the Case of Apollodorus of Artemita and Arrian of Nicomedia

---

**Henrique Modanez de Sant'Anna**

henriquemodanez@gmail.com

Professor Adjunto

Universidade de Brasília

SQN 214, bloco D, ap. 410 - Asa Norte

70873-040 - Brasília - DF

Brasil

---

## Resumo

Este artigo está vinculado ao crescente interesse crítico pelo Império Parto e tem como objetivo discutir duas das principais fontes historiográficas para a história dessa unidade política nascida em 247 a.C., após a vitória militar sobre os selêucidas: Apolodoro de Artemita e Arriano de Nicomédia. A escolha desses dois historiadores antigos (cada qual com sua *Parthica*) deve-se aos fatos de que Apolodoro foi o primeiro a registrar a manipulação da ancestralidade aquemênida pelos partos, como parte de sua estratégia de legitimação política, e de que Arriano se tornou o principal herdeiro da historiografia greco-parto (representada por Apolodoro) na tradição literária romana.

262

## Palavras-chave

Fonte histórica; Grécia Antiga; Historiografia antiga.

## Abstract

This article is linked to the awakening of critical interest in the Parthian Empire and aims at discussing two of the main historiographical sources for the history of this political unity established in 247 B.C. after a military victory over the Seleucids: Apollodorus of Artemita and Arrian of Nicomedia. The selection of these two ancient historians (both authors of a *Parthica*) is due to the facts that Apollodorus was the first to record the manipulation of the Achaemenid ancestry by the Parthians as part of their strategy of political legitimation, and that Arrian became the main author to inherit the Greco-Parthian historiography (represented by Apollodorus) in the Roman literary tradition.

## Keywords

Historical source; Ancient Greece; Ancient historiography.

---

Recebido em: 19/3/2014

Aprovado em: 15/5/2014

[Os partos] pagavam seus tributos com os hircânios enquanto estavam sob o jugo persa, e da mesma forma o fizeram posteriormente, quando por muito tempo os macedônios detiveram o poder. [...] Nos dias atuais, no entanto, os partos governam tantos territórios e tantas tribos que, na dimensão de seu Império, eles se tornaram rivais dos romanos. A causa disso é seu estilo de vida, mas também seus costumes, que contêm muito do estilo bárbaro e cita, embora mais propensos à unidade política e ao sucesso na guerra.

Estrabão, *Geografia* XI, 9.

[Os partos] repeliram os macedônios, estabeleceram um governo próprio e se tornaram tão poderosos que eram páreo para os romanos na guerra, algumas vezes sendo até capazes de derrotá-los.

Fócio, *Myrobiblion* = FGrH 156, F 30.

Recentemente, Curtis e Stewart (2007, pp. 1-2) chamaram a atenção para a visão negativa da representação artística parta, exemplificada com nitidez nos comentários pouco amistosos de Herzfeld no início da década de 1940.<sup>1</sup> Tal situação seria o resultado dos seguintes fatores: 1) a era e a arte parta foram objetos de análise principalmente de classicistas que as observaram do ponto de vista da arqueologia clássica e da arte helenístico-romana; 2) a arqueologia do Oriente Próximo mostrou-se especialmente preocupada com os níveis mais antigos dos sítios arqueológicos, ignorando por vezes estruturas pertencentes ao período Arsácida em prol do Aquemênida, medo e elamita, no Irã, e do assírio e babilônio, na Mesopotâmia.

De acordo com Daryaei (2009, p. 587), na segunda metade do século XX a história do Irã antigo tornou-se objeto de intenso estudo, deixando para trás muitas das conclusões alcançadas por autores como Herzfeld (1941), sobre a arte parta, e Debevoise (1938), Christensen (1944) e Olmstead (1959), sobre a história dos Arsácidas, Sassânidas e Aquemênidas, respectivamente. A grande virada veio com a descoberta do arquivo de Persépolis e com os textos rituais aramaicos, que mudaram a percepção até então vigente sobre a história Aquemênida. Além desses documentos, há que se referenciar também o avanço da pesquisa em documentos egípcios, elamitas e babilônios, produto desse novo esforço para entender com mais ferramentas metodológicas uma realidade por muito tempo negligenciada pelos historiadores.

Considerando tamanho avanço na área da Iranologia nas décadas recentes, cabe a realização de duas perguntas iniciais em termos historiográficos: 1) que fontes primárias (especialmente historiadores antigos) podem ser consultadas para a história do Império Parto?; 2) que tipo de análise historiográfica pode ser feita de Apolodoro e Arriano (um dos últimos autores romanos a consultar

---

<sup>1</sup> "Quando os iranianos tentaram aceitar tudo o que era grego, como fazem com tudo o que é europeu, eles não captaram a importância e a proporção, ficando inteiramente satisfeitos com a semelhança. A profundidade das coisas permaneceu oculta para eles. O resultado é uma arte híbrida, se é que se pode chamar arte, que não é nem grega, nem iraniana; não possui valor interior ou estético, e é interessante de se estudar apenas por interesse histórico ou psicológico... É incrível ver quão rapidamente, em não mais do que duas ou três gerações, um trabalho de força ilimitada pode ser completamente perdido, e também o julgamento artístico, com a mera habilidade técnica" (HERZFELD 1941, p. 286-287).

a "tradição de Apolodoro"; cf. infra), tendo como base os fragmentos do que escreveram sobre os partos?

### **O Império Parto preservado em fontes (primárias)**

A grande dificuldade na escrita da história do Irã antigo, especificamente do período parto, advém do fato de as fontes iranianas serem escassas e de muitas outras histórias terem sobrevivido apenas em fragmentos. De fato, o que sabemos da história dos partos e de sua vida política, social, religiosa e cultural depende diretamente de um entendimento correto acerca da natureza das fontes históricas que temos à disposição (DABROWA 2012, p. 21). Assim, diante da particularidade das fontes antigas para os partos, tem-se sugerido a organização das evidências em dois tipos: vestígios e tradições (WIDENGREN 2007, p. 1261-1262).

Os vestígios são normalmente divididos em textuais e não textuais, sendo os últimos de domínio da arqueologia (ruínas de construções, fortes, pontes, canais etc.) e os primeiros de todas as áreas (incluindo algumas especialidades da arqueologia) ligadas diretamente ao trabalho com inscrições, pergaminhos, papiros e *ostraca* escritos em vários idiomas. O trabalho epigráfico, por exemplo, permite um entendimento mais sofisticado das línguas usadas nos documentos e da vida cotidiana, visto que o conteúdo (especialmente jurídico, administrativo e econômico) das inscrições permite a análise do material por arquivos de natureza distinta (pessoais, familiares ou ligados aos templos). Sobre as línguas empregadas, pode-se ressaltar que da chamada "inscrição georgiana", por exemplo, muitos avanços foram feitos no estudo do idioma parto, quando se descobriu que, ao menos nessa inscrição, o parto se apropriou de formas e palavras aramaicas como ideogramas (cf. HENNING 1958 para um estudo completo sobre o assunto).<sup>2</sup>

264

Ao lado dos vestígios, encontram-se as chamadas tradições (WIDENGREN 2007, p. 1264), divididas convenientemente em primárias e secundárias. Essas tradições correspondem, no caso da história parta, às fontes sobre as quais o historiador normalmente se debruça, e por isso podemos chamá-las de "primárias" e "secundárias" (suprimidas neste artigo devido ao seu escopo), embora a linha que as separe seja por vezes muito tênue.<sup>3</sup>

Antes de tratar mais especificamente dos fragmentos de Apolodoro e Arriano, cabe destacar que informações importantes sobre os partos podem também ser encontradas em Políbio (*Histórias* x, 27-31), Isidoro de Cárax (*Periégesis da Pártia*), Cícero (*Carta a Ático* v, v1; *Cartas Familiares* xv) e Salústio (*Histórias* iv, fr. 69 m).

Dentre os autores supracitados, e considerando o caso da historiografia helenística de modo mais particular, Políbio ocupa lugar especial por ter devotado

<sup>2</sup> A "inscrição georgiana", encontrada na cidade de Armazi (atual Tbilisi, capital da Geórgia), é uma inscrição bilíngue (grego e persa médio) que celebra Serapita e sua linhagem nobre. O tipo de escrita usado na inscrição foi em princípio visto simplesmente como uma modificação do aramaico, até que os avanços supracitados fossem feitos. Para uma discussão mais detalhada sobre as principais descobertas feitas com o avanço dos estudos das fontes (textuais e não-textuais) iranianas, *vide* WIDENGREN 2007, p. 1262-1263.

<sup>3</sup> Como no caso de Pompeu Trogo, preservado em Justino. Cf. infra.

atenção à política oriental dos selêucidas. Por meio dele (*Histórias X*, 27-31) temos notícia da expedição de Antíoco III no oriente nos finais do século III a.C., como reação ao movimento separatista parto e seu fortalecimento como reino independente. Em seu relato, Políbio registra, por exemplo, a surpresa de Arsaces ao descobrir que Antíoco, no comando de um exército bastante numeroso, optou pela travessia de um deserto adjacente ao anel de cidades gregas<sup>4</sup> na Média. Ao tomar tal decisão, Antíoco estaria arriscando enormemente a vida dos seus homens com a falta de água e suprimentos. A rápida, mas preciosa descrição de Políbio sobre os partos, portanto, informa-nos sobre as relações político-militares entre Selêucidas e Arsácidas no momento de consolidação do poderio parto no oriente (DABROWA 2012, p. 22).

Das fontes primárias não-ocidentais, destacam-se o chamado “Hino da Pérola” (fundamental para o entendimento da organização do reino parto antes da conquista da Babilônia), constante do apócrifo Atos de Tomé, a Crônica de Edessa, I Macabeus 14.1-3, II Macabeus 1.13-16, tabuinhas babilônicas escritas com caracteres cuneiformes e os livros chineses de *Han* ou *Han Shu* (capítulo 96) e *Shih-chi* (capítulo 123) (WIDENGREN 2007, p. 1264-1265).

### **Apolodoro de Artemita**

O Império Parto inspirou autores da tradição narrativa clássica especialmente a partir do século I a.C., quando sua expansão territorial passou a representar uma ameaça ao poderio romano nas fronteiras orientais. Com efeito, na primeira metade do século I a.C., Posidônio de Rodes (135-51 a.C.) dedicou um livro inteiro de suas *Histórias* aos costumes e às instituições dos partos, no primeiro esforço da literatura grega para realizar um estudo detalhado desse povo. Paralelamente, ou talvez alguns anos mais tarde,<sup>5</sup> o primeiro trabalho dedicado inteiramente aos partos foi escrito por Apolodoro de Artemita, autor helenístico de origem greco-parto.

De sua atividade autoral, temos notícia apenas da *Parthica*, que segundo registro de Ateneu (*Deipnosophistas XV*, 29) era composta de pelo menos quatro livros. Preservada em fragmentos por autores antigos, dos quais destaco Ateneu e Estrabão,<sup>6</sup> a *Parthica* de Apolodoro tornou-se conhecida já na Antiguidade pela precisão de suas informações (Estrabão, *Geografia II*, 5), além de ter fornecido a Estrabão material suficiente sobre as províncias orientais e aquelas situadas ao norte do Império Parto.<sup>7</sup> Digna de nota é também a seção dedicada aos reis vitoriosos da Bactria, Demétrio (180-165 a.C.) e Menandro (155-130 a.C.), cujas conquistas incluiriam a Índia, superando as do próprio Alexandre.<sup>8</sup> Dos

<sup>4</sup> Criado por Alexandre para proteger a região (Políbio *Histórias x*, 27).

<sup>5</sup> O problema da datação da obra de Apolodoro é talvez o mais difícil de solucionar. Diferentes datas têm sido sugeridas: em algum momento entre 130 e 87 a.C., de acordo com Tarn (1938, p. 47); nos primeiros trinta anos do século I a.C., segundo Jacoby (*Fragmente III C*, p. 773); ou entre 66 e 44 a.C., na opinião de Behr (2010, pp. 45-50). A melhor discussão para o assunto é ainda Nikonorov (1998, p. 110-119).

<sup>6</sup> Todos eles reunidos por Jacoby (*Fragmente III C*, p. 773-76).

<sup>7</sup> Cf. Chaumont (2011, p. 160-161) para a lista das províncias e todos os detalhes sobre a geografia da Pártia encontrados nos fragmentos de Apolodoro, preservados por Estrabão.

<sup>8</sup> De Apolodoro é provavelmente também a famosa caracterização da Bactria como “a terra das mil cidades” (HOLT 1999, p. 15). Uma obra “clássica” sobre o assunto é Masson (1982).

dois, no entanto, o de maior impacto para a literatura helenística é Menandro, uma vez que este serviu de inspiração para a elaboração de obras posteriores, como *As indagações de Rei Milinda*, produzida na Índia por volta do início da era cristã (KNIPPSCHILD 2010, p.461).

Apolodoro parece ter igualmente servido de fonte para a redação dos livros quarenta e um e quarenta e dois das *Filípicas* de Pompeu Trogo, preservados nos *Epítomes* de Justino, que tratavam da história da Pártia e de outros territórios orientais (HOLT 1999, p.55). A utilização de Apolodoro como fonte para a redação desse material foi sugerida nas décadas de 1940 e 1970 por Alheim (NIKONOROV 1998, pp. 107-108), que defendeu sua hipótese pela sistematização de muitas coincidências geográficas orientais nos relatos de Pompeu Trogo e Estrabão. Como o último declarou a utilização de Apolodoro, tendo elogiado sua precisão na localização dos territórios orientais, parece inegável que Pompeu Trogo tenha, por extensão, lançado mão dos escritos do historiador de Artemita.

Outra questão importante sobre o método de Apolodoro diz respeito às fontes por ele utilizadas para a redação da *Parthica*. Para Chaumond (2011, p. 161), Apolodoro certamente conhecia os historiadores de Alexandre e geógrafos anteriores, e deles deve ter feito uso frequente. Entretanto, maior atenção deve ser dada ao acesso que possuía, como súdito dos Arsácidas, aos arquivos de cidades greco-partas, como Artemita e Selêucia do Tigre,<sup>9</sup> sem mencionar, de modo mais dinâmico, compatriotas, mercadores e viajantes.

266

Parece inegável que Apolodoro tenha se beneficiado de sua “condição helenística”, com uma identidade construída na “zona cinzenta” entre o grego e o parto/oriental. De fato, nascido e classificado por imersão cultural como grego, Apolodoro ao mesmo tempo se destacava por ter condições de consultar, ler e analisar documentos e textos literários em cuneiforme, aramaico e parto (NIKONOROV 1998, p. 109). Ele, por essa razão, localizava-se “na vanguarda de uma tradição especial da historiografia grega oriental”, como quer Nikonorov, o que nos ajuda a contextualizar a afirmação de Estrabão que o identifica como líder de um “grupo de autores de histórias partas”:

Que nome é dado aos discípulos de Apolodoro – se membros de uma “escola” ou de um “círculo” – não é importante: mais provavelmente, eles eram historiadores menores da Pártia e dos territórios mais ao oriente, jovens contemporâneos de Apolodoro cujos trabalhos dependiam enormemente de sua *Parthica*. Estrabão os chama (incluindo o próprio Apolodoro, é claro) de “partos” (1.2.1) – em outras palavras, eles eram, como seu líder, greco-partos. Esses escritores compuseram muitas versões diferentes de um mesmo trabalho original de Apolodoro; talvez tenha sido assim que o material de Apolodoro tornou-se conhecido por autores estrangeiros, como Estrabão, Pompeu Trogo e outros (NIKONOROV 1998, p. 109).

<sup>9</sup> Uma das grandes capitais helenísticas, em muitos aspectos tão grandiosa quanto Alexandria do Egito. Situada na confluência do Tigre com um grande canal do Eufrates, Selêucia do Tigre (307 a.C.-215 d.C.) era um centro de trocas comerciais vital para a economia helenística, recebendo produtos da Ásia Central, Índia, Pérsia e África.

Apolodoro, então, não escreveu apenas uma das histórias antigas mais importantes sobre o Império Parto, mas também influenciou enormemente membros de uma escola historiográfica que propagou sua obra e a tornou conhecida por autores interessados nos territórios orientais, mais precisamente os que tinham ligação com o poder rival de Roma no oriente. Apolodoro representava para a história do Império Parto o que Berossos representava para a história da Anatólia e Ctésias de Cnido para a história da Mesopotâmia no período helenístico (KNIPPSCHILD 2010, p. 449).

Apesar de muitas outras obras<sup>10</sup> terem sido escritas por autores gregos e romanos após o desastre de Carras<sup>11</sup> e o crescente poder dos partos como Império rival de Roma, o trabalho deles difere bastante do feito por Apolodoro. A *Parthica* de Arriano, por exemplo, uma das mais importantes obras de natureza historiográfica sobre os partos, focou-se nas guerras entre Roma e Pártia, fornecendo frequentemente apenas o ponto de vista dos romanos, hostil aos Arsácidas por razões óbvias. Arriano foi igualmente o responsável por introduzir o que Nikonorov (1998, p. 119) chamou de “teoria falsa da ancestralidade Aquemênida dos reis Arsácidas”.

Assim, Apolodoro teria sido o primeiro a registrar a ideologia política parta com relação ao resgate de sua ancestralidade Aquemênida, por volta de 50 a.C., tendo este registro depois penetrado a tradição literária romana, em algum momento entre 117-130 d.C.. Dali em diante, a tradição que remete a Apolodoro na historiografia romana da Pártia se perdeu, o que torna Arriano (c. 130 d.C.) não apenas uma fonte primária importantíssima para a história dos partos, mas também uma sequência lógica na análise da *Parthica* de Apolodoro.

267

### Arriano de Nicomédia

Exaltado por muito tempo como fonte mais precisa para a história de Alexandre Magno, Arriano foi aclamado por Fócio (Fócio, *Myrobiblion* = FGrH 156, F 30), no século IX d.C., como novo Xenofonte. Feito governador da Capadócia em 131 d.C. sob o Imperador Adriano, Arriano mostrou-se preocupado com os domínios orientais do Império Romano. De todas as regiões orientais, a Pártia acabou por ser muito presente em suas obras, da *Anábase* (sobre as expedições de Alexandre) a uma história específica sobre os partos (objeto principal desta apresentação crítica), sem deixar de ser mencionada na *Índica* (suplemento da *Anábase*) e em sua *História dos eventos após Alexandre (Ta meta Alexandron)*. A razão é simples: nascido como um “reino obscuro” nas fronteiras do Império Romano, o Império Parto rapidamente transformou-se no principal adversário dos romanos no oriente, situação que resultou em diversas expedições militares lideradas por generais romanos, incluindo Marco Antônio, Nero e Trajano (STADTER 1980, p. 135).

<sup>10</sup> Exemplos são: Quinto Délio (I a.C.), Arriano (II d.C.; cf. infra) e Asínio Quadrato (III d.C.). Cf. Cornell (p. 424-425; 648-654).

<sup>11</sup> Batalha travada entre as legiões romanas de Crasso e os partos, em 53 a.C. Segundo Plutarco (*Crasso* 33), após a esmagadora vitória parta, a cabeça de Crasso foi exposta na corte inimiga por Jasão, um dos atores que na ocasião encenavam as *Bacantes*, de Eurípides. Embora apócrifa, a cena da exposição da cabeça de Crasso parecia combinar perfeitamente com o interesse que o rei parto supostamente nutria pelo fim trágico das *Bacantes*, ao menos no relato criativo do biógrafo grego.

Das obras supracitadas, duas nos chegaram em fragmentos. A primeira delas, a *História dos eventos após Alexandre*, originalmente escrita em dez livros (cobrindo os eventos de 323 a 321 a.C), foi preservada em um longo sumário preparado por Fócio (*Myrobiblion* 92) e em outros numerosos fragmentos, organizados e publicados no início do século XX por Jacoby (*Fragmente* II, pp. 840-51; 872-73; 874; 881-83; cf. CHAUMOND 2011, p. 524). A segunda dessas histórias (*Parthica*) trata especificamente dos partos, tendo como principal objetivo mapear as fases da expedição de Trajano.<sup>12</sup>

A *Parthica* não foi apenas o trabalho mais longo de Arriano, mas também o que mais possibilidades fornecia no que diz respeito à abordagem utilizada. Com efeito, Arriano poderia ter escrito uma etnografia histórica da Pártia, ou seja, ter feito, como de costume no gênero, uma descrição da geografia e do clima da Pártia, seguida de um relato geral de seu povo (origens, tradições, costumes etc.) e de uma narrativa sobre seus reis e as guerras travadas (cf. DENCH 2007, p. 499-500 para uma discussão menos específica sobre a relação entre etnografia e historiografia). Esse tipo de estudo teria como principais representantes Heródoto (especialmente seu livro sobre o Egito), Ctésias, Manetão e Berossos (STADTER 1980, p. 135).

Na *Índica*, por exemplo, Arriano realizou uma espécie de "versão comprimida desse esquema", apresentando o território e seu povo na sequência tradicional descrita anteriormente:

## 268

Devo chamar de Índia as partes situadas a leste do Indo, e seus habitantes de indianos. Extrema ao norte da Índia o monte Tauro, embora assim não o seja chamado na região. O Tauro tem início no mar, oposto aos territórios da Panfília, da Lícia e da Cilícia, e se estende até o mar oriental, atravessando toda a Ásia. Mas a montanha tem diferentes nomes em diferentes lugares [...] (Arriano, *Índica* 2 = *Anábase* VIII, 2).

Megástenes afirma que há cento e dezoito tribos indianas. Que há muitas tribos, concordo com Megástenes; mas não posso compreender como ele soube e registrou seu número exato, considerando que sequer visitou qualquer parte digna de nota da Índia e que esses diferentes povos não possuem muito trânsito uns com os outros. Os indianos, ele diz, eram originalmente nômades, como o são os citas pouco inclinados à agricultura, que andando sem destino com suas carroças habitam partes da Cítia; do mesmo modo, os indianos também não possuíam cidades e não construíam templos, servindo-se de peles de animais mortos na caça como indumentária e alimentando-se de cascas de árvores (Arriano, *Índica* 7 = *Anábase* VIII, 7).

Assim que deixou a Índia, após tomar essas medidas, [Alexandre] coroou Espotembas, um dos seus Companheiros, por ser o mais versado nos ritos báquicos; quando Espotembas morreu, seu filho reinou em seu lugar; o pai fora rei da Índia por cinquenta e dois anos; o filho, por vinte anos. Quando o último morreu, seu filho subiu ao poder, e muitos dos seus descendentes receberam o reino em sucessão, tendo sempre o filho sucedido ao pai (Arriano, *Índica* 8 = *Anábase* VIII, 8).

<sup>12</sup> Esquema inspirado na organização do conteúdo feita por Chaumond (2011, p. 524).

Aparentemente, Arriano seguiu, na *Parthica*, essa tradição literária de etnografias históricas helenísticas (cf. livro I no esquema da *Parthica*), como havia feito em sua *Índica*, mas sem ignorar elementos de uma narrativa de memórias da guerra (a exemplo de César e outros generais romanos antes dele) e de um relato encomiástico dos triunfos de Trajano (STADTER 1980, p. 136). Com efeito, ao considerar o sumário dos livros da *Parthica* (cf. supra), torna-se claro que Arriano pretendia escrever um trabalho monográfico com uma descrição de toda a trajetória das relações diplomáticas e militares romanas e partas, começando com o fiasco de Crasso na batalha de Carras (53 a.C.), passando por Marco Antônio, Augusto, Tibério, Cláudio e outros imperadores, e finalizando com a atuação militar de Trajano. Arriano pretendia, assim, colocar o conflito entre os dois Impérios em perspectiva.

Outra área de interesse de Arriano, e que provavelmente marcou sua *Parthica*, era a exaltação de Trajano como um novo Alexandre (cf. BOSWORTH 2007, p. 448 para a admiração de Trajano por Alexandre). Isto é possível de se argumentar com base em duas estratégias investigativas: 1) a comparação entre as apreciações filosóficas do desejo de conquista de Alexandre e Trajano, feitas por Arriano e Dião Cássio; 2) uma análise comparada dos vícios de Alexandre e Trajano, sendo os vícios do último apresentados por Dião Cássio momentos antes de sua narrativa sobre a conquista de Adiabene (distrito que incluía Gaugamela, onde Alexandre derrotara Dario III) (STADTER 1980, p. 140).

A primeira estratégia de investigação remete-nos aos usos de Arriano por Dião Cássio. Salta aos olhos parte da apreciação filosófica de Alexandre por Arriano (*Anábase* VII, 1-3), após consideração dos planos do rei macedônio:

269

Quanto ao que pensava Alexandre, vejo-me incapaz de conjecturar com qualquer precisão, nem ousar adivinhar; o que posso asseverar é que Alexandre não possuía más ou pífias intenções, tampouco se satisfaria com as posses até o momento obtidas, nem mesmo se ele tivesse anexado a Europa à Ásia, e a Bretanha à Europa. Ao invés disso, Alexandre sempre teria perseguido o desconhecido por mais distante que estivesse dele, sendo sempre o rival de outrem ou de si mesmo (Arriano, *Anábase* VII, 1).

Da mesma forma, o ímpeto militar de Trajano (Dião Cássio, *História Romana* LVIII, durante toda a narrativa sobre a guerra contra dácios, armênios e partos) e sua derrota apenas para a morte (Dião Cássio, *História Romana* LVIII, 33), e não para um inimigo que pudesse ser vencido pelo homem, tornam sua figura bastante próxima à de Alexandre (a não ser pelos excessos cometidos pelo rei macedônio, excluindo o gosto pelo vinho, que Trajano também compartilhava). Afinal, figuras heroicas teriam apenas a morte como limitação às suas realizações.

Em seguida, deve-se mencionar como segunda estratégia investigativa a análise comparada dos vícios de Alexandre e Trajano, tendo os traços do Imperador romano sido curiosamente apresentados por Dião Cássio (*História Romana* LXVIII, 7) antes de sua narrativa sobre a conquista de Adiabene.

Segundo Dião Cássio (*História Romana* LXVIII, 7, 4), Trajano “bebeu todo o vinho que quis em vida, permanecendo, a despeito disso, sóbrio”. Seu interesse

pelo vinho o aproximava imensamente de Alexandre, quando considerados os relatos dos vícios do rei macedônio em diversas fontes, de Quinto Cúrcio (*História de Alexandre* V, 7) a Arriano (*Anábese* IV, 8), que atribui as causas do assassinato de Clito ao insulto dirigido por ele ao rei e ao fato de o último ter se tornado “escravo de dois vícios, pelos quais nenhum homem deveria se deixar vencer: a paixão e o alcoolismo”. Aqui, a diferença entre Trajano e Alexandre seria a capacidade do primeiro em não se tornar escravo de seu vício. A *Parthica* de Arriano, portanto, mesclava uma história dos conflitos entre romanos e partos, postos em perspectiva, e o elogio dos feitos de Trajano, um novo Alexandre em alguns aspectos, em sua campanha nas fronteiras orientais do Império.

### Conclusão

Dentre as muitas fontes para a história do Império Parto, duas foram destacadas neste artigo, por serem de suma importância na constituição, já na Antiguidade, de tradições literárias sobre os Arsácidas. A primeira delas é Apolodoro de Artemita, o historiador mais antigo a denunciar as apropriações partas de sua ancestralidade Aquemênida, como forma de se distanciarem dos Selêucidas e se aproximarem de um passado oriental mais remoto e legítimo, se consideradas as expectativas das elites locais e de seus novos soberanos. Apolodoro foi também o autor de uma *Parthica* amplamente utilizada como fonte por Estrabão, Pompeu Trogo e, no caso da historiografia romana, Arriano de Nicomédia (autor da outra *Parthica* produzida nos dois primeiros séculos da era cristã).

270

A segunda delas é, portanto, Arriano, que em sua *Parthica* narrou a história das relações entre partos e romanos, colocando-as em perspectiva histórica, e registrou os triunfos militares de Trajano. A escolha de Arriano pela Pártia não foi exclusividade dessa obra; com efeito, o pequeno reino oriental que rapidamente se transformou em um poderoso império, rival de Roma, fez-se presente, por razões distintas e de modos variados, na *Anábese*, na *Índica* e na *História dos eventos após Alexandre*.

Arriano foi o principal responsável pela preservação da obra de Apolodoro na tradição literária romana. De fato, apesar de o registro da ideologia política parta com relação ao resgate de seus vínculos artificiais com a dinastia Aquemênida ter penetrado essa tradição literária cerca de quinze anos antes da redação da *Parthica* de Arriano, o historiador de Nicomédia foi provavelmente um dos últimos autores romanos a ter acesso à chamada “tradição de Apolodoro” (com informações confluentes, dos seguidores do historiador greco-parto a Arriano, na historiografia romana, passando por autores como Ateneu, Estrabão e Pompeio Trogo; cf. supra).

O valor das obras de Apolodoro e Arriano sobre os partos, portanto, não pode ser subestimado. Não só a *Parthica* escrita pelos dois em momentos distintos influenciou autores antigos posteriores, cujas obras nos fornecem informações bastante preciosas, por exemplo, sobre a geografia do Irã antigo (cf. Estrabão), como também assegurou que estudos historiográficos pudessem ser desenvolvidos sobre eles, trazendo para o debate questões de método e de natureza das fontes historiográficas analisadas.

### **Parthica**

<i>Livro I</i>	Origem e costumes dos partos; os primeiros Arsácidas
<i>Livro II</i>	Crasso e a batalha de Carras (53 a.C.)
<i>Livro III</i>	----
<i>Livro IV</i>	A invasão da Média por Marco Antônio
<i>Livro V</i>	Pártia e Roma nos governos de Augusto, Tibério e Cláudio
<i>Livro VI</i>	Campanha de Córulo (c. 7 – 67 d.C.) na Armênia
<i>Livro VII</i>	Pártia e Roma sob os Flávios
<i>Livro VIII</i>	Campanha armênia de 114 d.C.; relações do Imperador romano com os aspirantes ao trono parto, Partamásiris e Axídares
<i>Livro IX</i>	Campanha mesopotâmica de 114-115 d.C.; registro do percurso militar de Trajano, de Edessa à Babilônia
<i>Livro X</i>	----
<i>Livros XI – XVI</i>	Tomada de Ctesifonte; avanço da frota romana no Tigre, em direção ao Golfo Pérsico; sucessos militares efêmeros dos romanos; regresso a Ctesifonte e à Babilônia (116 d.C.); revolta dos príncipes partos e armênios, envolvendo o rei armênio Sanatruk.
<i>Livro XVII</i>	Cerco de Hatra; eventos posteriores até o retorno para a Síria

### **Referências bibliográficas**

- BEHR, Arnold. **De Apollodori Artamiteni reliquis atque aetate**. Strasbourg: Nabu Press, 2010 [1888].
- BOSWORTH, A.B. **A Historical Commentary on Arrian's History of Alexander (Books I-III)**. Oxford: Clarendon Press, 1980.
- \_\_\_\_\_. Arrian, Alexander, and the pursuit of Glory. In: MARINCOLA, John (org.). **A Companion to Greek and Roman Historiography, v. 1**. Malden, Oxford: Blackwell, 2007, p. 447-453.
- BRUNT, Peter. **Arrian. Anabasis of Alexander, 2 vols**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1976-1983.
- CHAUMOND, M.L. Apollodorus. In: **Encyclopaedia Iranica Vol. II, Fascículo 2**, 2011 [1986], p. 160-161.

- \_\_\_\_\_. Arrianus. In: **Encyclopaedia Iranica. Vol. II, Fascículo 5**, 2011 [1986], p. 523-524.
- CHRISTENSEN, Arthur. **L'Iran sous les Sasanides**. Copenhagen: Levine & Munksgaard, 1944.
- CORNELL, Timothy. **The Fragments of the Roman Historians**. Oxford, New York: Oxford University Press, 2013.
- CURTIS, Vesta; STEWART, Sara (orgs.). **The Idea of Iran: The Age of the Parthians**. London: IB Tauris, 2007.
- DABROWA, Edward. The Arsacids and their State. In: ROLLINGER, Robert *et al.* **Altertum und Gegenwart. 125 Jahre Alte Geschichte in Innsbruck**. Innsbruck: Studienverlag, 2012, p. 21-52.
- DARYAEE, Touraj. The study of ancient Iran in the twentieth century. **Iranian Studies**, v. 42, n. 4, p. 579-589, 2009.
- DEBEVOISE, Neilson. **A Political History of Parthia**. Chicago: University of Chicago Press, 1938.
- DENCH, Emma. Ethnography and History. In: MARINCOLA, John (org.). **A Companion to Greek and Roman Historiography, v. 1**. Malden, Oxford: Blackwell, 2007, p. 493-503.
- HERZFELD, Ernst. **Iran in the Ancient East**. New York: Oxford University Press, 1941.
- HENNING, W. B. Mitteliranisch. In: HOFFMANN, Karl (org.). **Handbuch der Orientalistik Iranistik, IV, I**. Leiden: Brill, 1958, p. 20-130.
- HOLT, Frank. **Thundering Zeus**. The making of Hellenistic Bactria. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1999.
- JACOBY, Felix *et al* (orgs.). **Die Fragmente der griechischen Historiker**. Leiden/Berlin, 1923-
- JONES, Horace. **Strabo. Geography, 8 vols**. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1917-1932.
- KNIPPSCHILD, Silke. Literature in Western Asia. In: CLAUSS, James; CUYPERS, Martine (orgs.). **A Companion to Hellenistic Literature**. Malden, Oxford, Chicester: Blackwell, 2010, p. 448-462.
- MASSON, Vadim. **Das Land der tausend Stadte**. München: Udo Pfriemer, 1982.
- NIKONOROV, Valerii. Apollodorus of Artemita and the date of his Parthica revisited. In: DABROWA, Edward (org.). **Ancient Iran and the Mediterranean World**. Proceedings of an international conference in honor of Professor Józef Wolski. Cracow: Jagiellonian University Press, 1998, p. 107-122.
- OLMSTEAD, Albert. **History of the Persian Empire**. Chicago: University of Chicago Press, 1959.

- OLSON, S. Douglas. **Athenaeus**. The Learned Banqueters, 8 vols. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2007-2012.
- PEARSON, Lionel. **The Lost Histories of Alexander the Great**. New York: American Philological Association; Oxford: Blackwell, 1960.
- STADTER, Philip. **Arrian of Nicomedia**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1980.
- TARN, William. **The Greeks in Bactria and in India**. Cambridge: Cambridge University Press, 1938.
- WALBANK, Frank. **Polybius**. Berkley and Los Angeles: University of California Press, 1990.
- WIDENGREN, Geo. Sources of Parthian and Sasanian History. In: YARSHATER, Ehsan (org.). **The Cambridge History of Iran: The Seleucid, Parthian and Sasanian Periods**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 1261-1283.

# Resenhas

review essays

## **O desafio historiográfico: o estudo da operação historiográfica de Capistrano de Abreu**

The Historiographical Challenge: the Study of Capistrano de Abreu's *Historiographical Operation*

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. 144 p.

---

**Aline Michelini Menoncello**

aline\_menoncello@hotmail.com

Mestranda

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Av. Dom Antônio, 2100 - Parque Universitário

19806-900 - Assis - SP

Brasil

---

### Palavras-chave

Capistrano de Abreu; Operação historiográfica; História da historiografia.

### Keywords

Capistrano de Abreu; Historiographical operation; History of historiography.

275

---

Recebido em: 1/12/2014

Aprovado em: 10/3/2015

A historiadora Maria da Glória de Oliveira, professora de Teoria da História e História da Historiografia na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, publicou em 2013 a obra *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu*. O livro é fruto de sua dissertação de mestrado, primeiro trabalho de grande fôlego a marcar o momento em que Oliveira enfrentou um grande desafio: analisar a escrita da história de um dos autores mais citados e estudados pela historiografia brasileira, João Capistrano Honório de Abreu (1853-1927).

Capistrano de Abreu, o autor que possibilitou novos rumos para a historiografia brasileira no início do século XX, conquistou um lugar de destaque entre os intelectuais brasileiros e foi reconhecido como “mestre” dos estudos históricos, geográficos e etnográficos pela Sociedade Capistrano de Abreu (1927-1969).<sup>1</sup> José Honório Rodrigues (1913-1987), membro da sociedade e um dos seus maiores estudiosos, foi responsável pela organização da correspondência ativa do “mestre” e, em 1953, ao escrever um artigo para o dossiê da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)<sup>2</sup> em homenagem ao historiador cearense, destacou a importância de Capistrano para a historiografia brasileira. Outro estudo recente e muito importante é o da historiadora Rebeca Gontijo (2013),<sup>3</sup> que investiga os problemas relativos à identidade do historiador em dois sentidos: como uma construção coletiva que destaca um indivíduo e sua produção em uma dada tradição intelectual e como a soma dos investimentos feitos pelo próprio historiador em seu trabalho historiográfico. E foi por meio da memória, da historiografia e da escrita de si (de Capistrano de Abreu) que Gontijo investigou a construção da identidade de Capistrano de Abreu como historiador.

276

Estudos como os destacados acima são caros ao campo de investigação da história da historiografia, que se interroga a respeito de uma dada cultura histórica e da função do historiador em uma determinada sociedade. Em seu estudo e para interrogar o ofício do historiador em *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu* (2013), Maria da Glória de Oliveira inspirou-se na noção de *operação historiográfica* de Michel de Certeau (2010). Esse aporte teórico deu a Oliveira o fundamento para problematizar a obra de Capistrano analisando o *lugar social, as práticas e a escrita*. Desse modo, Oliveira organizou a sua narrativa em quatro capítulos. No primeiro, ela descreveu a concepção de história de Capistrano relacionando-a com sua biografia; em seguida, ela identificou o projeto historiográfico do autor ao analisar os artigos que ele escreveu a respeito da produção de Francisco Adolfo de Varnhagen; no terceiro capítulo, a historiadora narrou os procedimentos usados por Capistrano em sua prática como historiador; e finalizou o livro analisando de que maneira o procedimento da crítica documental do autor se articula à sua produção

<sup>1</sup> A dissertação de mestrado de Ítala Byanca Morais da Silva (2008) é uma análise da construção da memória de Capistrano realizada pela Sociedade Capistrano de Abreu. Um dos desdobramentos da dissertação é o artigo “Anotar e prefaciar a obra do ‘mestre’: reflexões de José Honório Rodrigues sobre Capistrano de Abreu”; nele, Silva busca compreender a construção de José Honório Rodrigues sobre Capistrano.

<sup>2</sup> É importante destacar que a *Revista do IHGB* – v. 221 – publicada em 1953 foi uma edição que reuniu artigos em homenagem a Capistrano de Abreu.

<sup>3</sup> A obra de Gontijo é fruto da tese de doutorado defendida no mesmo ano da dissertação de mestrado de Oliveira.

historiográfica. A obra também tem um anexo, a cronologia, no qual Oliveira destaca momentos importantes da vida e da obra do historiador cearense.

Maria da Glória de Oliveira apresenta-nos um personagem polêmico no primeiro capítulo, intitulado “Entre o futuro e o passado: o historiador de transição”. Capistrano de Abreu nasceu em Maranguape, província do Ceará, no ano de 1853 e mudou-se para a cidade da Corte em 1875. Foi nomeado bibliotecário da Biblioteca Nacional em 1879 e, quatro anos mais tarde, passou no concurso para professor do Colégio Pedro II, onde ministrou aulas de Corografia e História do Brasil. Em 1887 foi admitido como sócio efetivo do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Ele expressava suas ideias por meio da correspondência trocada com diversos letrados do período e em artigos publicados nos periódicos da época, tais como *Gazeta de notícias*, *Jornal do commercio* e *O globo*. Com ideias divergentes de seus coetâneos, afirmava o papel preponderante dos indígenas para a formação nacional e, ainda, uma certeza quanto a como a história do Brasil deveria ser escrita. Reconhecido pelos seus contemporâneos, Capistrano esboçava “a sua própria concepção de história” (OLIVEIRA 2013, p. 28), concepção essa advinda das leituras de autores estrangeiros, lidos por todos os historiadores da geração de 1870: Henry Thomas Buckle, Herbert Spencer, Hippolyte Taine e outros (ALONSO 2002; OLIVEIRA 2013).

No segundo capítulo, “Como deveria ser escrita a história da nação?”, Oliveira, ao analisar dois artigos do polêmico historiador, o “Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen” (1878) e o ensaio “Sobre o visconde de Porto Seguro” (1882), procurou mostrar de que modo Capistrano quebrou com o “Quadros de Ferro” de Varnhagen. Encontramos neste capítulo um Capistrano mais complexo; ele é mostrado como um crítico que reconhece o trabalho do autor de *História geral do Brasil*, mas que considerava que “[...] sua obra ainda se mostrava imperfeita e, por isso, demandava um cuidadoso exame crítico” (OLIVEIRA 2013, p. 50). Em seguida, é apresentado como um autor preocupado com o trabalho científico, pois pensava que “[...] sem o auxílio da nova “ciência sociológica”, não era possível perceber as relações constitutivas dos diferentes aspectos e fatores de um povo” (OLIVEIRA 2013, p. 53). E, ainda, como um pesquisador que sabia que, para superar Varnhagen, “seriam necessários o adiantamento e a acumulação dos estudos históricos” (OLIVEIRA 2013, p. 63).

Nos dois primeiros capítulos a autora demonstra, de maneira habilidosa, as implicações dos *lugares sociais* nas escolhas, a atividade historiográfica e as críticas de Capistrano de Abreu, ou seja, ela descreve de que modo a Biblioteca Nacional, o Colégio Pedro II e o IHGB foram importantes para o historiador forjar a sua concepção de história e assim conseguir problematizar e revisar os escritos de Varnhagen. Nos terceiro e quarto capítulos do livro, a historiadora deu sequência à análise certauniana, empenhando-se em investigar as *práticas científicas* e a *escrita historiográfica* de Capistrano.

No terceiro capítulo, “O momento do arquivo”, a autora apresenta-nos um Capistrano de Abreu inquieto e incansável. Ele passava horas lendo, reunindo, compilando e interpretando os documentos e fez da Biblioteca Nacional e do acervo do IHGB o seu “laboratório científico”. Oliveira narrou

alguns momentos em que as operações metódicas do historiador foram decisivas para solucionar os problemas históricos causados pela falta de documentos. “Se a história se faz com documentos, a do Brasil dificilmente poderia ser feita sem que se recorresse ao testemunho dos cronistas dos tempos coloniais” (OLIVEIRA 2013, p. 73). Desse modo, Capistrano, ao encontrar a obra *História do Brasil* (1627), do cronista frei Vicente do Salvador, deu início ao trabalho de revisão para comprovar a fidedignidade da obra. Para identificar a autoria dos textos, Capistrano utilizava a “[...] meticulosa combinação de provas ‘extrínsecas’ e ‘intrínsecas’ [...]” (OLIVEIRA 2013, p. 82) e, quando não havia documentos, usava o raciocínio conjectural para verificar a plausibilidade histórica (OLIVEIRA 2013).

Em “A história do Brasil entre a anotação e a escrita”, título do quarto capítulo de sua obra, Oliveira descreve a última fase da operação historiográfica de Capistrano, a da escrita; momento dramático para ele, pois “[...] a obrigação de colocar ‘o último ponto’, longe de provocar a satisfação de tarefa cumprida, aguçava-lhe a percepção de suas lacunas” (OLIVEIRA 2013, p. 123). Os povos indígenas, objeto recorrente de suas preocupações, foram contemplados pelo historiador, que buscou compreender sua língua e costumes em *Os baciaeris* (1895) e *Rã-txa hu-ni-ku-i: a língua dos caxinauás do rio Ibuacu* (1914). A historiadora, ao analisar a escrita dessas obras, compreende que “a prática etnográfica de Capistrano apontava, assim, para a necessidade de produzir uma materialidade documental na qual faltavam os vestígios escritos” (OLIVEIRA 2013, p. 111). Outro trabalho que tomou muito tempo do historiador foi a revisão da obra de Varnhagen *História Geral do Brasil*, pois, como observa Oliveira (2013, p. 118): “trata-se, pois, não tanto de contestá-lo, mas de seguir o rastro de suas numerosas fontes, identificar-lhes a procedência, confrontá-las com outros testemunhos, de modo a ratificar, ou seja, tornar mais exata e menos incompleta a sua narrativa”. Por fim, Oliveira analisou a escrita da obra *Capítulos de história colonial* (1907). Capistrano, nessa obra, não usou os recursos de apêndice e nota de rodapé para a apresentação de provas, mas “os Capítulos não deixariam de ser reverenciados por suas características propriamente historiográficas, como texto dotado de coerência própria, perpassado de fatos precisos e marcas de historicidade” (OLIVEIRA 2013, p. 122),

Assim, a obra *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu* oferece aos leitores e pesquisadores da área da história da historiografia um toque de proximidade com o historiador cearense a partir dos vários trechos de sua correspondência ativa transcritos por Maria da Glória de Oliveira. É, sobretudo, uma obra que deslinda o universo de um historiador que viveu entre fins do século XIX e começo do século XX, pois Oliveira, ao enfrentar o desafio historiográfico de descrever a *operação historiográfica* de Capistrano de Abreu, apresenta-nos um pesquisador de carne e osso; em função dos prazos e de sua dificuldade de colocar “o último ponto”, suas obras são trabalhos cheios de lacunas e passíveis de revisão, mas também constituem um modelo de escrita da história nacional no início do século XX.

**Referências bibliográficas**

- ALONSO, A. **Ideias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CERTEAU, Michel de. A Operação historiográfica. In: \_\_\_\_\_. **A escrita da história**. Traduzido por Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel, 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p. 65-119.
- GONTIJO, Rebeca. **O velho vaqueano Capistrano de Abreu (1853-1927)**: memória, historiografia e escrita de si. Rio de Janeiro: 7 letras, 2013.
- OLIVEIRA, Maria da Glória de. **Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853 - 1927)**. 2006. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.
- RODRIGUES, José Honório. Capistrano e a historiografia brasileira. **Revista do IHGB**, v. 221, p. 120-138, 1953.
- SILVA, Ítala Byanca Morais da. Anotar e prefaciá-la obra do "mestre": reflexões de José Honório Rodrigues sobre Capistrano de Abreu. **História da historiografia**, n. 3, p. 83-105, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Les morts vont vite**: a Sociedade de Capistrano de Abreu e a construção da memória de seu patrono na historiografia brasileira (1927-1969). 2008. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

## Sobre o futuro da filosofia da história

On the Future of Philosophy of History

ROHBECK, Johannes. *Zukunft der Geschichte: Geschichtsphilosophie und Zukunftsethik*. Berlin: Akademie Verlag, 2013. 202 p.

---

### André de Melo Araújo

andre\_meloaraujo@yahoo.com.br  
Professor adjunto  
Universidade de Brasília  
Campus Universitário Darcy Ribeiro  
70910-900 - Brasília - DF  
Brasil

---

### Palavras-chave

Filosofia da história; Ética; História global.

### Keywords

Philosophy of History; Ethics; Global History.

280

---

Recebido em: 16/1/2015  
Aprovado em: 20/2/2015

O ponto de partida da interpretação de Christopher Bayly sobre o nascimento do mundo moderno apresenta um desafio de ordem historiográfica. Em 2004, o historiador inglês argumenta que todas as histórias locais, nacionais ou regionais devem ser tratadas, em muitos aspectos fundamentais, como histórias globais (BAYLY 2004, p. 2). Por história global, não apenas Bayly, mas também uma parcela significativa da historiografia contemporânea compreende menos a superação das fronteiras espaciais que delimitam a pesquisa e a narrativa históricas e mais uma forma de se colocar um problema histórico. Tanto é assim que o problema histórico que Bayly enfrenta em sua obra se configura na tentativa de traçar “o surgimento de *uniformidades* globais no estado, na religião, nas ideologias políticas e na vida econômica, tal como elas se desenvolveram ao longo do século XIX” (BAYLY 2004, p. 1, tradução nossa).<sup>1</sup>

Dez anos após a publicação de *O nascimento do mundo moderno*, Akira Iriye e Jürgen Osterhammel editam os primeiros resultados de um esforço coletivo de pesquisa em função do qual processos de conexões globais são estudados, sobretudo, em suas manifestações particulares. Uma “história global tem muitas camadas que geralmente não se sobrepõem”, define Iriye. Entretanto, elas se encontram necessariamente “conectadas umas às outras” (IRIYE 2014, p. 3, tradução nossa).<sup>2</sup> É a partir dessa diretriz comum de trabalho que os colaboradores do volume coordenado por Iriye procuram definir, em 2014, um novo problema histórico. Em *Interdependência global*, questões relacionadas à aplicação local de princípios jurídicos universalizados – como é o caso dos direitos humanos – ou à produção e ao descarte de material radioativo estruturam o desenvolvimento da narrativa dos acontecimentos históricos que sucedem à Segunda Guerra Mundial.

É no contexto de tais discussões historiográficas contemporâneas que a mais recente publicação de Johannes Rohbeck, professor de filosofia prática na Universidade de Dresden (Alemanha), deve ser situada. Há pelo menos uma década Rohbeck vem se dedicando ao estudo da “crise da filosofia da história”; crise essa que arrastou a disciplina para as margens do cânon filosófico. Como resposta produtiva à “crise”, Rohbeck propõe uma “atualização da filosofia da história”. Nesse sentido, seu projeto se define nos termos de uma “filosofia prática” que procura conferir destaque à função orientadora da filosofia da história (ROHBECK 2004, p. 17-20). O objetivo mais geral do projeto de Rohbeck é colocar em pauta o problema da responsabilidade moral sobre as ações presentes e passadas em um espaço intergeracional, aproximando o núcleo temporal projetivo da filosofia da história do campo da ética. E uma vez que esses problemas só podem ser acessados, contemporaneamente, a partir de uma perspectiva histórica global, o autor alinha temas caros à atual reflexão historiográfica à obrigação moral e política que fundamenta seu projeto de uma filosofia da história do futuro. Com grande mérito, Rohbeck renova a filosofia da história ao inseri-la em um contexto disciplinar mais amplo.

281

<sup>1</sup> No original: “The book, therefore, traces the rise of global *uniformities* in the state, religion, political ideologies, and economic life as they were developed through the nineteenth century”.

<sup>2</sup> No original: “[...] global history has many layers, which do not usually overlap but which are nevertheless connected to one another”.

O *Futuro da história* – título da recente obra de Rohbeck, publicada em 2013 – aponta tanto para o fato de que o tempo futuro traz sempre consigo o que quer que seja e chamemos de história, quanto para o fato de que toda história já abriga, em si, um conceito de futuro. A tese do livro se assenta sobre a premissa segundo a qual a nossa consciência histórica se volta cada vez mais para o *futuro*. E uma vez que a responsabilidade moral sobre gerações futuras constitui um desafio presente da consciência histórica, a filosofia da história se aproxima de uma ética do futuro – eis a tese central do autor.

Na primeira parte da obra, que tem por título “História e futuro”, Rohbeck discute o acesso hermenêutico ao passado como antecipação do futuro. Nela, procura-se demonstrar como “que o tempo futuro só pode ser imaginado como um *futuro presente*”, assim como igualmente se defende a tese de que o *significado histórico* do presente não se apoia apenas nas lembranças do passado, mas também na antecipação do futuro (ROHBECK 2013, p. 25).<sup>3</sup> Para tanto, Rohbeck reabilita o núcleo temporal projetivo do pensamento utópico no contexto da filosofia da história. A partir do conhecido par conceitual formulado por Reinhart Koselleck – a saber: “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” –, Rohbeck procura ainda desenvolver um conceito de futuro orientado para a ação, inclusive para que se possa ressaltar o componente ético do conceito (ROHBECK 2013, p. 49). E, uma vez que a todo pensamento utópico se pode atribuir uma clara função orientadora, o autor destaca o componente ético que se encontra implícito a ele (ROHBECK 2013, p. 46). Ética do futuro, utopia e filosofia da história encontram-se, portanto, conceitual e temporalmente conciliadas em *Futuro da história*.

282

Na segunda parte do texto, intitulada “Ética e história”, Rohbeck aprofunda e concretiza sua teoria dos tempos históricos. Nela, a ética do futuro se ocupa com questões de responsabilidade moral em dimensão histórico-planetária. Ao tornar o tema mais palpável, o autor se vale de problemas ecológicos e climáticos para sublinhar o intervalo temporal intergeracional entre a ação transformadora e seus efeitos, perceptíveis, por sua vez, em escala global (ROHBECK 2013, p. 80). Concretamente, Rohbeck ainda se refere às discussões sobre a responsabilidade quanto ao despejo de material radioativo no território de nações não detentoras de tecnologia nuclear. Assim, faz-se ainda mais explícita a conexão necessária entre os desafios historiográficos de uma parcela significativa do trabalho histórico contemporâneo e o projeto de definição do campo de uma filosofia prática da história. Se por história global Rohbeck entende menos uma construção metafísica ou metanarrativa do que “o processo histórico da globalização” visto a partir de suas interações sincrônicas e diacrônicas (ROHBECK 2013, p. 19), também aqui se trata menos de um debate que se encontra cercado por fronteiras territoriais do que de uma forma de se colocar um problema de filosofia prática. Desse modo, o que interessa a Rohbeck é deslocar para o campo da filosofia da história temas como universalismo de direitos, justiça intergeracional e políticas compensatórias (ROHBECK 2013, p. 89).

<sup>3</sup> No original: “[...] dass die zukünftige Zeit nur als *gegenwärtige Zukunft* vorgestellt [...] werden kann”.

Na terceira – e última – parte da obra, o autor desenvolve com mais vagar o argumento segundo o qual a ideia de justiça histórica opera com o conceito de *geração*. Em tal conceito, Rohbeck localiza uma dimensão normativa em função da qual é possível conectar a escala de vida dos indivíduos com os parâmetros temporais da história global (ROHBECK 2013, p. 131). E é exatamente no espaço temporal intergeracional que o princípio ético da *generosidade* ganha fôlego em *Futuro da história* frente à normatividade implícita à operação pragmática do conceito (ROHBECK 2013, p. 160). Nesse ponto, no entanto, o projeto de Rohbeck se fragiliza. Não deixa de ser politicamente problemática e por demasiado generosa a expectativa do autor de que os ricos países industrializados tenham, “portanto, a tarefa de deixar à disposição dos países em desenvolvimento [*Länder mit Nachholbedarf*] técnicas necessárias para que se possam evitar ou reduzir danos ambientais e sociais” (ROHBECK 2013, p. 114).<sup>4</sup> É nesse sentido que Rohbeck redefine o conceito de “progresso” nos termos da equiparação, em escala global, de níveis distintos de desenvolvimento (ROHBECK 2013, p. 172). Em seu núcleo, entretanto, a obra permanece coerente. Trata-se de um projeto em nome do qual se retoma a atualidade do pensamento utópico, cuja matriz histórica é deixada à mostra. Para Rohbeck, a filosofia da história da época do Iluminismo europeu representa a primeira formulação de uma ética do futuro (ROHBECK 2013, p. 33). Suas potencialidades, limites e desdobramentos são bem conhecidos, por sua vez, das gerações seguintes.

### Referências bibliográficas

283

- BAYLY, C. A. **The Birth of the Modern World, 1780-1914: Global Connections and Comparisons**. Malden: Blackwell, 2004.
- IRIYE, Akira. Introduction. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Global Interdependence: The World after 1945**. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2014.
- ROHBECK, Johannes. **Geschichtsphilosophie zur Einführung**. Hamburg: Junius Verlag, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Aufklärung und Geschichte: Über eine praktische Geschichtsphilosophie der Zukunft**. Berlin: Akademie Verlag, 2010.

<sup>4</sup> No original: “Die reichen Industrieländer haben dann die Aufgabe, den Ländern mit Nachholbedarf die dafür benötigten Techniken zur Verfügung zu stellen, damit ökologische und soziale Schäden vermieden oder reduziert werden können”.

# Entrevista

Interview

# Debates sobre historia intelectual: un diálogo con Elías Palti

Debates about intellectual history: a dialogue with Elías Palti

---

## **Sheila Lopes Leal Gonçalves**

Doutoranda

Universidade Federal de Ouro Preto

leal.sheila@hotmail.com

Rua do Seminário, s/n. - Centro

35420-000 - Mariana - MG

Brasil

---

## Palabras clave

Historia de la historiografía; Historia intelectual; Historiografía hispanoamericana.

## Keywords

History of historiography; Intellectual history; Spanish-American historiography.

José Elías Palti es uno de los intelectuales más productivos en el campo de la historia intelectual en América Latina. Ha contribuido no solo a la renovación del debate sobre el desarrollo político de Hispanoamérica, sino también con la lectura de algunos conceptos. Obtuvo su maestría (1994) y su doctorado (1997) en Historia en la Universidad de California, Berkeley. Actualmente, es investigador independiente del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas - CONICET, profesor de la Universidad Nacional de Quilmes (desde 1999) y de la Universidad de Buenos Aires. Algunas de sus publicaciones más relevantes son: *Giro lingüístico e historia intelectual* (1998), *La nación como problema. Los historiadores y la 'cuestión nacional* (2003) y *El momento romántico: nación, historia y lenguajes políticos en la Argentina del siglo XIX* (2009). Durante su participación en el 8º Seminário Brasileiro de História da Historiografia (SNHH), promovido por el Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade (NEHM) y por el Departamento de História de la Universidad Federal de Ouro Preto (UFOP), Palti concedió la siguiente entrevista.

*1. Sheila Lopes Leal Gonçalves: Sobre el comienzo de su carrera de investigador, ¿cómo ha llegado al campo de la historia intelectual?*

286

**Elías Palti:** Siempre en la definición de la carrera de uno hay algo de azaroso. Originalmente empecé la facultad movido por preocupaciones políticas; pensaba en estudiar algo en el campo de las humanísticas, pero oscilaba entre la filosofía y la historia. Me decidí, finalmente, por la historia porque me interesaba estudiar las ideas y el pensamiento, las teorías políticas, pero quería darles como una cierta encarnadura empírica y no hacerlo de manera abstracta, como me parecía que ocurría con la filosofía. Mi orientación era más hacia el campo de la epistemología de las ciencias sociales y por eso siempre busqué combinar estos principios: la historia empírica con la teoría y el pensamiento. Inicialmente busqué vincularme con la cátedra de Historiografía, pero, finalmente, por una cuestión un tanto azarosa, me uní a la de Pensamiento Argentino y Latinoamericano (un compañero estudiante me invitó a una reunión cuando Oscar Terán estaba armando esa cátedra) y ahí fue que descubrí que la historia intelectual era, de alguna forma, esa conjunción que estaba buscando. Fue a partir de allí que empecé a profundizar en las distintas teorías y aproximaciones que hay en este campo de la historia intelectual. En ello hubo algo de azaroso, como dije, pero también algo no tan azaroso, porque fue azaroso el modo en que descubrí este campo, pero no fue casualidad que, una vez que lo descubrí, haya encontrado en él algo que respondía a mis expectativas y búsquedas intelectuales. En definitiva, la historia yo nunca la entendí como una empresa estrictamente profesional, académica. Para mí siempre fue una empresa fundamentalmente humanística, había en mí ya entonces un cierto afán de entender y conocer más allá de lo que serían las formas reductivas del historiador más profesional que simplemente trata de contar los hechos. La historia es reconstruir formas de pensamiento, culturas, épocas, formas de relacionarse socialmente los seres humanos y eso no puede estar desprendido de la dimensión intelectual. Ese es uno de los

problemas que aún sigo teniendo con cierto medio historiográfico más tradicional, que resulta reacio a los cuestionamientos teóricos, a las preguntas acerca de por qué hacemos lo que hacemos. Normalmente el historiador no se interroga acerca de su propia profesión, salvo en lo que tiene que ver estrictamente con lo que es el arte mismo de la escritura de la historia, pero no son preocupaciones que lleven a plantearse problemáticas epistemológicas más fundamentales. En ese sentido, siempre me sentí en el medio de situaciones heterogéneas, como la historia intelectual misma, que es, de hecho, una disciplina fronteriza entre diversos campos disciplinares. Para los historiadores suelo ser muy filósofo y a los filósofos les resulto muy historiador. La historia intelectual es, como decía, resultado de ese mismo cruce y creo que es en ese cruce donde surge algo interesante, es decir, cuando uno logra ver algo que se viene estudiando desde hace mucho pero empieza a mirarlo desde otro lado distinto de cómo se ha visto hasta ahora. Cuando uno logra un cruce es que surge algo novedoso, original; de lo contrario, seguimos reproduciendo los saberes consolidados en esa propia disciplina. Para poder desestabilizar esos saberes establecidos tiene que poder enfocarse nuestro objeto desde algún lado distinto a aquel desde donde se lo viene viendo hasta aquí.

2. S.L.L.G.: *Su tesis de grado es sobre Juan Bautista Alberdi. ¿La elección de ese tema se hizo bajo la influencia de Oscar Terán? ¿Qué buscaba en aquel momento con una obra sobre el pensamiento de Alberdi?*

287

**E. P.:** Sinceramente ahora no te podría decir por qué elegí a Alberdi en ese momento, más allá del hecho de que era uno de los autores preferidos de Oscar Terán y al que él estaba estudiando en ese momento también. No me acuerdo ahora qué es lo que me interesó en Alberdi entonces. Pero repasando lo que escribí, hace muchos años, me llama la atención encontrar ya, tan tempranamente, esbozadas algunas de las problemáticas que hoy mismo me interesa investigar. Cuando escribí esa tesis sobre Alberdi yo era estudiante y todavía no conocía a ninguno de esos autores con los que hoy trabajo, ni a Skinner, ni a Koselleck, ni a Rosanvallon, etc. Sin embargo, la tesis me llevó a un cuestionamiento serio de los modos como se escribía la historia intelectual y más específicamente sobre el modo en que había sido abordado el pensamiento de Alberdi. El título, *Alberdi y su pensamiento*, tiene, en realidad, algo de irónico, porque una de las hipótesis que presidía el texto era, justamente, la de que no existía tal cosa como un "pensamiento" de Alberdi, porque Alberdi cambió mucho a lo largo de toda su vida y, entonces, no se puede hablar de "un" pensamiento de Alberdi. Si no se lo contextualiza, uno bien puede tomar el Alberdi de *Crimen de la guerra* y hablar del suyo como un pensamiento pacifista. Pero para ello debe dejarse de lado el hecho de que él negoció la intervención militar de Francia en Argentina, porque estaba enfrentando a [Bartolomé] Mitre. Entonces, ¿cuál es el pensamiento de Alberdi? En un momento Alberdi condenó la guerra en Paraguay, en una denuncia sumamente poderosa contra la guerra, pero en otro momento argumentaba a favor de la intervención militar de las potencias europeas. En definitiva, uno no

puede decir cuáles son las ideas de Alberdi si no las contextualiza y ello es así con cualquier autor que quiera tomarse. Hablar del pensamiento de Alberdi o de Sarmiento o de quien sea supone siempre un recorte arbitrario de sus ideas, tomar de todo lo que dijo ese autor simplemente lo que a uno le gusta y dejar lo que no le gusta. Eso me parecía totalmente arbitrario, por eso empecé a buscar otras formas de entender la historia intelectual que no pasaran por reconstruir sistemas de pensamiento, que no existen en la realidad. Tampoco se trataba de apelar al recurso trillado de las “contradicciones” del autor en cuestión, que no es más que la contracara de la búsqueda de coherencia del pensamiento. Lo que yo busqué, en cambio, es como dar un sentido más propiamente histórico a esos escritos, relacionándolos con el contexto más preciso de emergencia del cual surgieron esos tipos de problemas a los que en cada momento se estaba enfrentando dicho autor, entender qué preguntas se estaba en cada caso planteando e intentaba responder.

*3. S.L.L.G.: A partir de eso, ¿se podría decir que el trabajo que desarrolla hoy comenzó allí, debido a la insatisfacción con la clase de historia intelectual que se estaba haciendo hasta entonces?*

288

**E. P.:** Sí, es así. Lo que leí entonces acerca de la historia intelectual latinoamericana me resultaba muy poco estimulante. Toda la historia intelectual argentina, y diría latinoamericana, en el siglo XIX estaba orientada en un mismo sentido. Sobre Alberdi, en particular, había una enorme bibliografía y toda estaba ordenada en torno a una misma preocupación: tratar de determinar cuán historicista o cuán iluminista era Alberdi. Unos van a decir que era más historicista que iluminista, otros lo contrario y otros, finalmente, que era un ecléctico, pero ya está, mucho más no se podría decir al respecto, no hay muchas más opciones que esas. Sinceramente, si yo tenía que escribir una tesis para determinar cuán historicista o iluminista era Alberdi, prefería no escribir nada; no tendría sentido seguir repitiendo eso. A partir de ahí inicié una búsqueda para ver qué otro tipo de preguntas uno les puede plantear a esos textos y que no se limiten a intentar rastrear la filiación de pensamiento de sus ideas, procedimiento que, en algunos casos, llega a límites paródicos. Por ejemplo, uno de los fundadores de la historia de las ideas argentina, que fue decano en la Facultad de Filosofía y Letras, Coroliano Alberini [*La metafísica de Alberdi*, 1934] llega a plantear eso en términos de porcentajes: tal autor es 80% iluminista y 20% historicista, etc. Eso, a su vez, para esos autores tendría connotaciones políticas, porque suponen que ser historicista significa ser más nacionalista y ser iluminista significa ser más democrático y cosmopolita. Otros van a alterar las valoraciones, pero todas ellas son construcciones arbitrarias que no ayudan a entender nada respecto de qué estaba concretamente escribiendo Alberdi y por qué escribió lo que escribió. Determinar cuán historicista o iluminista era no ayuda a entender las preocupaciones y la trayectoria concreta de Alberdi, cómo surge concretamente cada texto, a qué tipo de problemática se estaba confrontando en cada momento histórico.

4. S.L.L.G.: *¿Esa preocupación por determinar la presunta afiliación de las ideas de los autores estudiados tiene que ver con la situación política en la Argentina que había producido esa historiografía?*

**E. P.:** En realidad, eso que aparece recién en el siglo XIX retoma, en gran medida, aquello que decían los propios autores a los que se analiza. En el caso de la llamada Joven Generación (que es a la que pertenecía Alberdi), la oposición entre romanticismo e iluminismo se va a vincular con la polémica que pretenden entablar con la generación precedente. Ellos, para legitimarse a sí mismos, tienen que decir contra qué supuestamente vienen a reaccionar, y, según dicen, vienen a reaccionar contra una tradición iluminista que supuestamente solo se movía en función de principios abstractos, desconociendo la realidad concreta a la que esos principios debían aplicarse. Siguiendo con ese mismo esquema, los historiadores van a interpretar toda la historia intelectual argentina como tensionada entre aquellos pensadores iluministas (más europeístas, abstractos) y aquellos pensadores historicistas que tenían una vocación por precisar las condiciones locales de asimilación de esos modelos extranjeros. Para ellos, toda la historia intelectual giraría así en torno de esos dos polos: unos más orientados a las ideas puras y a los modelos europeos y otros más preocupados por las peculiaridades locales, por las adecuaciones de los modelos a las necesidades particulares de un medio social. ¡Lo que es terriblemente aburrido, además de bastante absurdo!, ¿no? En todo caso, obviamente, no se puede creer lo que los mismos autores dicen, dado que eso que dicen es, en realidad, parte de una contienda ideológica de la que ellos participan; no se trata de una mera constatación de una realidad, sino de una cierta operación ideológica que ellos realizan. Lo que habría que hacer es tratar de entender qué los llevo a decir lo que dijeron, partiendo de la base de que lo que dicen no es porque sea efectivamente así, sino que detrás de esos dichos se esconde un cierto proyecto político. Por ejemplo, cuando se hace el Salón Literario de 1837, va a haber tres discursos: el de Alberdi, el de Marcos Sastre y el de Juan María Gutiérrez. Marcos Sastre era más prorrosista, fue el que más insistía en romper con las ideas europeas de los ilustrados. Juan María Gutiérrez, en cambio, estaba ya más vinculado a los unitarios exiliados. Gutiérrez se escribe con Florencio Varela, un unitario, quien le responde que no entiende el interés del señor Marcos Sastre en poner tanto énfasis en ideas con las que nadie puede estar en desacuerdo. Es absurdo pensar que los unitarios desconocían el hecho de que todas las constituciones no eran igualmente buenas en cualquier momento o en cualquier lugar, que había que adecuarlas a cada realidad particular. Tomar literalmente esas acusaciones sería absurdo. De hecho, algunos llegan al límite de lo paródico. En México, por ejemplo, se decía de Miguel Macedo que se vestía según el pronóstico meteorológico de Londres. Sarmiento, en *Facundo* [1845], dice que él podría reconocer un unitario entre cien porque el unitario camina siempre con la frente alta y nunca da el brazo a torcer. Si los hechos muestran lo contrario, él simplemente los ignora, cree, dice que puede refutar la realidad con argumentos. Todo eso es un absurdo si lo tomamos literalmente y, sin embargo,

toda la historia de las ideas en Argentina repite eso: que los románticos vinieron a dar un sentido de realidad que estaba ausente en los ilustrados, que solo estaban movidos por principios abstractos, etc. etc. O sea, reproducen lo que esos mismos autores decían, como si fuera la verdad, sin nunca cuestionar o entender qué estaba en juego detrás de esas afirmaciones. Todo eso empezó a generar en mí la necesidad de buscar nuevos marcos teóricos. El punto fundamental era que no bastaba con cuestionarse la literatura existente para romper efectivamente con ese marco conceptual que era propio de la historia de las ideas; todavía faltaba lo más importante. Yo ya sabía qué era lo que *no* quería; ahora, ¿cómo desarrollar marcos teóricos que me permitieran, a su vez, elaborar nuevas preguntas?

*5. S.L.L.G.: En cuanto a esos marcos teóricos, ¿está hablando de Skinner, Pocock, Koselleck, Dominick LaCapra? Y cómo llegó a ellos? ¿En qué momento de su formación académica se dio eso?*

**E. P.:** Algo empecé a leer en Argentina. Pero muy poco después que terminé esa tesis [*Alberdi y su pensamiento*], viajé a Estados Unidos, estuve seis años en Berkeley, hice mi doctorado y ahí fue que empecé a conocer a la mayoría de esos autores. Y allí también tuve la suerte de estudiar con Martin Jay, que es uno de los más importantes historiadores intelectuales de los Estados Unidos. Cursé varios seminarios, él formó parte de mi comité de tesis y gracias a él conocí a muchos de esos autores. Después, se va armando una cadena, conoces a uno y ellos te van remitiendo a otros. Poco a poco pude construir el mapa de las nuevas corrientes de la historia intelectual.

290

*6. S.L.L.G.: Así que su tiempo en Berkeley significó un hito importante en sus propias aportaciones teóricas...*

**E. P.:** Sí. En realidad, después se fue ampliando un poco más el espectro porque, poco a poco, descubrí hasta qué punto también era importante, para entender el pensamiento político y el pensamiento histórico y, sobre todo, para el siglo XIX, la historia de la ciencia. La historia de la ciencia marcó mucho, entonces, todo el pensamiento; y fue ahí que empecé a estudiar bastante sobre historia de las ciencias naturales, de la biología en particular. Fue muy sorprendente para mí empezar a darme cuenta de que hay ciertas estructuras de pensamiento que subyacen a las ideas de cada autor particular y de que por lo tanto es imposible entender concretamente qué dice este si uno no lo inserta dentro de esos entramados discursivos dentro de los cuales esas ideas están funcionando. Tomadas en sí mismas, claro, se vuelven ideas muy abstractas y genéricas, que se pueden encontrar en cualquier lugar. De hecho, el iluminismo e historicismo, para la historia de las ideas, no constituyen horizontes conceptuales históricamente localizados y localizables, sino que se trataría de una oposición eterna o cuasi eterna que atraviesa toda la historia intelectual moderna y llega incluso hasta el presente. Es decir, todos los pensadores de la historia de la humanidad podrían ser

clasificados en términos de cuán iluministas o historicistas eran, desde Sócrates hasta Deleuze. Según ese esquema, bien se podría decir que Sócrates era más iluminista y Aristóteles más historicista y así sucesivamente. Y eso es así porque el propio esquema teórico delimita las opciones posibles ya de antemano, no hay muchas opciones posibles, entonces todos tienen que entrar dentro de esa grilla dicotómica. Poco a poco voy descubriendo qué es lo que estaba mal en ese tipo de procedimiento. Si miramos todo desde el punto de vista de las ideas, el procedimiento parece perfectamente razonable, no habría nada malo o absurdo en pensar que Sócrates era iluminista. El problema justamente radica en que lo que historiza y particulariza cada forma de pensamiento no se encuentra en el contenido de las ideas, sino en las estructuras, las formas, la lógica según las cuales se van a articular esas ideas entre sí. Si nos quedamos solamente en el plano de la superficie de las ideas, sin penetrar la lógica que en cada caso las articula entre sí, estas aparecen siempre como entidades transhistóricas que pueden descubrirse en los contextos intelectuales más disímiles. Muchas veces las ideas sí son las mismas; son los modos en que están articuladas en cada discurso los que son distintos, los que cambian históricamente. De lo que se trata es de reconstruir esa lógica de articulación de las ideas más que las ideas en sí mismas. Es a partir de ahí que uno puede encontrar qué es lo que especifica cada forma particular de discurso.

7. *S.L.L.G.: Volviendo a Oscar Terán y a otros historiadores de aquel tiempo, ¿cuál es el impacto de la historiografía de su época en los trabajos de hoy?*

291

**E. P.:** Cuando conocí a Terán, se había vuelto un historiador intelectual reconocido por sus trabajos sobre el positivismo. El positivismo, en los años en que empecé a trabajar en este campo, se había convertido en uno de los núcleos problemáticos de la historia intelectual latinoamericana, sobre todo a partir del caso mexicano. Luego de la Revolución Mexicana se va a ver, también retrospectivamente, a los positivistas como el máximo ejemplo de mentalidad europeizante y racionalista. La revolución va a coincidir con una reacción antipositivista. A los positivistas los van a empezar a llamar despectivamente "los científicos" y se los va a identificar cada vez más con el porfiriato [gobierno de Porfirio Díaz], régimen contra el cual se levantó la Revolución Mexicana. Por detrás de la discusión en torno al positivismo va a estar subyaciendo así una discusión mayor sobre la posibilidad de encontrar un pensamiento latinoamericano propio. Había cierta idea subyacente de que las elites intelectuales desconocían la realidad local, que seguían pensando América Latina según categorías extrañas, exóticas, y de lo que se trataba era de desprenderse de esos ropajes importados para dar lugar a una expresión más auténtica de nuestro auténtico ser nacional y latinoamericano, lograr y expresar en el plano de la filosofía, del pensamiento, nuestra esencia particular como latinoamericanos. Es ahí que nace la filosofía latinoamericana. Cuando asume la cátedra como titular de Pensamiento Argentino y Latinoamericano, Oscar va a venir de alguna forma a cuestionar justamente esa tradición de la filosofía latinoamericana, que todavía en esos años era muy fuerte. Hoy ya es

más bien marginal; la idea de que existe *una* filosofía latinoamericana sigue presente, pero en zonas marginales del debate historiográfico. En ese momento, en los años 1980, todavía era una batalla teórica importante y Oscar fue uno de los paladines, de alguna forma, en desestabilizar esa visión cerradamente esencialista de América Latina. Y el positivismo estaba entonces en el ojo de la tormenta. En el fondo de la discusión yacía la preocupación acerca de la existencia o no de una filosofía nacional, sobre si es posible una filosofía nacional o una filosofía latinoamericana, y Oscar Terán fue clave para desestabilizar esa perspectiva esencialista de lo nacional y lo latinoamericano.

*8. S.L.L.G.: ¿Qué piensa sobre el actual escenario de los debates en el campo de la historia intelectual de América Latina, particularmente en Brasil?*

**E. P.:** En realidad, los marcos teóricos que se trabajan en Brasil y en la América hispana no son muy distintos. Para empezar, son bastante variados. Tanto en un lado como en otro hay algunos historiadores intelectuales más orientados a la historia conceptual, en su vertiente alemana, y otros más inclinados hacia la vertiente anglosajona. En eso no difieren mucho. Se encuentran, sí, algunas bifurcaciones llamativas en el modo en que se aplican concretamente esos marcos teóricos. Un ejemplo es el debate que se da hoy en torno del bicentenario de la Independencia. Ha habido una oleada de estudios acerca de las revoluciones de independencia y eso ha dado lugar a una serie de estudios nuevos que se definen a sí mismos como revisionistas, tanto en Brasil como en la América hispana. La paradoja es que en la América hispana y en Brasil el revisionismo parte de los mismos marcos teóricos y, sin embargo, la idea de revisionismo cobra sentidos opuestos. Porque en la América hispana el revisionismo, digamos, contra lo que va a reaccionar es contra las visiones épicas de que las revoluciones de independencia, según las cuales estas fueron una especie de aurora de la libertad, el triunfo final de los idearios ilustrados de libertad e igualdad, etc. El revisionismo viene a cuestionar esos relatos nacionalistas mostrando que esas naciones no existían realmente antes de la independencia, sino que fueron el resultado de esa misma independencia, por lo que afirmar que esta se produjo como resultado de reclamos de soberanía de naciones preexistentes resulta anacrónico. Pero, además, esas perspectivas revisionistas tienden a negar que la independencia haya marcado una verdadera ruptura. Más allá de los cambios políticos, afirman que los imaginarios e instituciones tradicionales coloniales permanecieron mayormente inalterados. En la América portuguesa, en Brasil, el revisionismo, en cambio, quiere decir justamente lo contrario. Partiendo de los mismos marcos teóricos, terminan extrayendo conclusiones opuestas: lo que los revisionistas brasileños hoy discuten es la visión más bien continuista de la historia brasileña, ejemplificada por Caio Prado Jr, según la cual la independencia no supuso ninguna ruptura real, en la medida en que en Brasil, como sabemos, continuó el esclavismo, la monarquía, etc. Entonces la visión más tradicional tendía allí a enfatizar la continuidad entre la colonia y el periodo independiente. Frente a ello, el revisionismo aquí, contrariamente a lo que sucede en la América hispana,

tiende a destacar que, más allá de esas continuidades, la ruptura del orden colonial supuso una serie de transformaciones cruciales en términos políticos.

*9. S.L.L.G.: Sí, porque el proceso de la Independencia de Brasil fue muy diferente al de la América hispana...*

**E. P.:** La paradoja es esa, que el revisionismo, a partir de ciertas preocupaciones comunes, termina sin embargo bifurcándose. Ambos parten de la idea de que las visiones tradicionales son fuertemente teleológicas. En el caso de la América hispana, porque creen descubrir en el mismo origen del proceso de ruptura del orden colonial la presencia de una entidad, la nación, que solo existe como resultado de ese mismo proceso revolucionario. En el caso de la América portuguesa también se plantea que hay una visión tradicional teleológica, pero ese teleologismo contra el cual se reacciona es otro. En este caso es el teleologismo de aquellos que niegan el carácter revolucionario de las revoluciones de independencia, en la medida en que parten de un cierto modelo de qué es lo que debió haber sido la revolución y, como lo que ocurrió no coincide con lo que a ellos les hubiera gustado que ocurriera, niegan el hecho de que se trató de una revolución, sin preocuparse por tratar de entender qué es lo que cambió, más allá de lo que ellos querían que hubiera cambiado o que suponen que debería haber cambiado. Efectivamente, cambiaron muchas cosas. Esa visión continuista tiene una fuerte impronta normativa y teleológica. En fin, ambos revisionismos parten de los mismos marcos teóricos, ambos buscan rechazar las perspectivas teleológicas de la historia y, sin embargo, en los dos lados, y esto es sugestivo, lo hacen por vías claramente contradictorias entre sí. Me parece un fenómeno bastante notable y una vez traté de explicar esa paradoja que se da en torno del bicentenario.

293

*10. S.L.L.G.: Eso nos hace pensar aún más en esas conexiones, en los intercambios que se han hecho, en el movimiento cada vez más grande que vemos entre los investigadores en Brasil y en la América española...*

**E. P.:** Volviendo a lo que decía antes, es muy interesante fomentar este tipo de intercambios. En primer lugar, para poder ver esas paradojas, que los hispanoamericanos no piensen que el revisionismo es tal cosa y puedan entender que hay en otros lugares gente que entiende ese revisionismo de formas muy distintas, que no hay una única forma de entender el revisionismo, hasta qué punto tanto las visiones rupturistas como las continuistas son igualmente unilaterales y tienen bastante de arbitrario. Los nuevos marcos teóricos, la llamada nueva historia intelectual, no determina una visión rupturista o continuista. Hacer la nueva historia política no necesariamente supone, como creen los hispanoamericanos, sostener una visión continuista de la historia ni se reduce a eso. Ni tampoco supone, como creen los historiadores brasileños, enfatizar las rupturas. Los intercambios permiten, de alguna forma, contrastar perspectivas opuestas y poner más en perspectiva los propios modelos de que los cuales se parte.

11. S.L.L.G.: *Hoy es el último día del 8º Seminário Brasileiro de História da Historiografia y me gustaría saber lo que piensa de las discusiones que se presentan aquí.*

**E. P.:** Es interesante este tipo de reunión y lo más interesante es que tiene un formato más intensivo que los congresos tradicionales. Es, diría, una mezcla de congreso con *workshop*, lo que permite un tipo de intercambio bastante más profundo de lo que suele haber en los congresos. Te confieso que en estos últimos años me volví algo escéptico respecto al formato tradicional del congreso, me resulta algo rígido y que tiende a dar lugar a presentaciones más bien formales. Me parece que si lo que se quiere es, como en este caso, afirmar un campo disciplinar, como es el de la teoría de la historia y la historiografía, se necesitan este tipo de reuniones que posibiliten intercambios intelectuales más intensos, sobre todo teniendo en cuenta, como decía antes, que el medio historiográfico es bastante reacio a los debates teóricos. De hecho, mi materia, la que yo dicto en la Facultad de Filosofía y Letras de la UBA [Universidad de Buenos Aires], se dicta en el departamento de Filosofía, no en el de Historia, como sería de esperar. No hay ninguna materia de historia intelectual en la carrera de Historia. Entonces, me parece que tratar de multiplicar este tipo de encuentros resulta fundamental para consolidar un campo que en la profesión histórica ha sido y sigue siendo todavía bastante marginado, simplemente por considerarse ajeno a las preocupaciones concretas de los historiadores empíricos. De lo que se trata, en definitiva, es de romper cierto positivismo todavía muy enraizado entre los historiadores. En esto me parece que estas iniciativas, y sobre todo la posibilidad de establecer vínculos y redes a nivel latinoamericano, permitirán dinamizar el campo y sobre todo dar mayor visibilidad a los aportes que se están haciendo en esta provincia particular de la teoría de la historia. El objetivo, entiendo, es hacer entender hasta qué punto las preguntas acerca de la teoría de la historia resultan fundamentales para desarrollar investigaciones históricas que sean realmente innovadoras. Es únicamente a partir de una incursión por la teoría que se pueden reformular los modos establecidos de aproximaciones a la historia. Inversamente, la investigación empírica puede eventualmente servir para plantear interrogantes o cuestionar los modelos teóricos de los que partimos. Pero el punto es que, si no se establece ese diálogo, resulta muy difícil evitar terminar haciendo trabajos monótonos y reiterativos. Solo en ese juego de interacción entre teoría e investigación empírica entiendo que pueden objetivarse y eventualmente ponerse en cuestión los supuestos sobre los que se asientan los saberes establecidos en un cierto campo.

12. S.L.L.G.: *Hemos visto, en América Latina, el aumento de la inversión en investigación, especialmente por parte del gobierno. ¿Cómo es esa relación en Argentina, entre la universidad y los estímulos a la investigación y la enseñanza?*

**E. P.:** En los últimos años, el último gobierno ha aumentado en general los fondos a las investigaciones. En Argentina, como en todo el mundo, se enfatizan

más las investigaciones de las ciencias duras y menos las humanísticas. En líneas generales aumentó mucho el presupuesto para la investigación. Ahora, esto lo digo partiendo de la base de que en Argentina siempre el presupuesto para la educación superior ha sido muy inferior a lo que suele ser en otros países. De hecho, en Argentina, el CONICET estuvo cerrado casi una década. Es algo muy argentino eso, la despreocupación por la educación superior y la investigación. El contraste de cómo se comportó la dictadura brasileña en comparación con la argentina es ilustrativo al respecto. Mientras que en Brasil los militares alentaron, por ejemplo, el desarrollo de los posgrados, en Argentina no se difundieron los posgrados sino hasta hace muy poco. El fenómeno característico es que, mientras que en América Latina, normalmente, los países expulsan mano de obra poco calificada y buscan atraer mano de obra calificada, Argentina, por el contrario, siempre se caracterizó por atraer mano de obra no calificada y expulsar mano de obra calificada. Ello es así porque siempre hubo en Argentina muy poca preocupación por atraer y retener la mano de obra altamente calificada, lo que es completamente irracional, porque el Estado argentino invierte en la formación de recursos humanos que después terminan aprovechando otros países.

# Texto e documento historiográfico

historiographical text  
and document

# “Do método comparativo em história”, de Henri Pirenne

“The Comparative Method in History”, by Henri Pirenne

---

## **Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva\***

andreaifrazao@terra.com.br

Professora Associada IV

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rua Guilherme Veloso, 258/206 - Praça Seca

22733-020 - Rio de Janeiro - RJ

Brasil

## **Andréa Reis Ferreira Torres**

andrearfortres@hotmail.com

Mestranda

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Rua Franco de Sá, 48 - Piedade

20740-520 - Rio de Janeiro - RJ

Brasil

---

## Palavras-chave

Método; Historiografia comparada; História da historiografia.

## Keywords

Method; Comparative historiography; History of historiography.

297

---

Recebido em: 30/9/2014

Aprovado em: 9/1/2015

---

\* Bolsista de Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

Como destaca Heinz-Gerhard Haupt, quando comparada com outros campos do conhecimento, a história foi retardatária na adoção da comparação. Com efeito, desde o início do século XIX, diversas disciplinas comparadas desenvolveram-se, como a Literatura Comparada, o Direito Comparado e as Religiões Comparadas,<sup>1</sup> mas foi somente a partir dos últimos anos do século XIX e, mais propriamente, após a Primeira Grande Guerra, que a comparação despertou o interesse dos historiadores. Influenciados pela aplicação da comparação nas diversas ciências humanas, como a linguística, a antropologia, a sociologia, o direito, etc.,<sup>2</sup> adotaram o método na elaboração de suas pesquisas e/ou realizaram reflexões mais teóricas sobre a sua aplicabilidade na história. Entre eles, destacamos Henri Pirenne, mais conhecido no Brasil como medievalista e autor de *As cidades da Idade Média, História econômica e social da Idade Média e Maomé e Carlos Magno*, suas únicas obras traduzidas para o português até o momento. Pirenne, entretanto, escreveu sobre diversos temas, inclusive sobre o uso do método comparado na pesquisa histórica.

Henri Pirenne nasceu no dia 23 de dezembro de 1862, na Bélgica,<sup>3</sup> na cidade de Verviers.<sup>4</sup> Foi o primogênito de Lucien-Henri Pirenne e Virginie Duesberg, pais de outros sete filhos. Sua família pertencia à burguesia valã, francófona e monarquista.<sup>5</sup>

Após receber a educação básica em sua cidade natal, Pirenne ingressou, em 1880, na Universidade de Liège, onde cursou a Faculdade de Filosofia e Letras. Ali, foi aluno de Godefroide Kurth, especialista em história dos francos e responsável pelo seu interesse pelo período medieval, como o próprio autor declarou em um discurso em honra ao mestre em 1899 (PIRENNE 1899, p. 162-163), e de Paul Frédéricq,<sup>6</sup> especialista no século XVI e, posteriormente, seu colega de trabalho. Em 6 de julho de 1883 obteve o grau de doutorado nessa mesma universidade, com a tese *Le constitution de la ville de Dinant au Moyen Âge* (A constituição da cidade de Dinant na Idade Média).

Entre 1883 e 1885, financiado por uma bolsa de estudos, completou a sua formação acadêmica na Alemanha e na França, países onde se processava uma verdadeira revolução historiográfica. Nesse sentido, teve oportunidade de estudar nas universidades de Leipzig e Berlim e nas escolas *Des Chartes e Pratique des Hautes Études*, localizadas em Paris. Nesses centros, estabeleceu contato com diversos especialistas, tais como Wilhelm Arndt,<sup>7</sup> Gustav von

<sup>1</sup> Afirma o autor: "In comparison with other disciplines, such as comparative literature, comparative law or comparative religious science, history is a latecomer" (HAUPT, 2007, p. 697).

<sup>2</sup> Optamos por não discutir nesta introdução o uso da comparação nas diferentes ciências humanas e as particularidades e fundamentos epistemológicos da sua aplicação na história. Sugerimos consultar sobre o tema, dentre outros, BILL; HARDGRAVE JR 1973; DIDERICHSEN 1974; OLÁBARRI GORTÁZAR 1992-1993, p. 36-46; SARTORI; MORLINO 1994; VALIER 1971; WARICK; OSHERON 1973.

<sup>3</sup> A Bélgica constituiu-se como reino independente em 1831.

<sup>4</sup> Verviers, cidade localizada próxima a Liège, era um centro de produção têxtil. A família de Pirenne dedicava-se a essa atividade produtiva.

<sup>5</sup> O reino da Bélgica compreendia duas áreas com profundas diferenças culturais: Flandres, ao norte, onde era falado o neerlandês, e Valônia, ao sul, francófona. Até as primeiras décadas do século XX, a Valônia ocupou o papel de protagonista em termos econômicos, políticos e culturais no país.

<sup>6</sup> Segundo Powicke (1936, p. 80), Frédéricq (1850-1920) teve um papel fundamental na formação intelectual de Pirenne ao demonstrar a importância da reflexão crítica sobre a historiografia desenvolvida em outros países.

<sup>7</sup> Arndt (1838-1895) era paleógrafo, professor da Universidade de Leipzig e foi responsável, entre outros trabalhos, pela primeira edição da *Historia Pontificalis*.

Schmoller,<sup>8</sup> Harry Bresslau,<sup>9</sup> Georg Waitz,<sup>10</sup> Theodor Mommsen,<sup>11</sup> Leopold von Ranke,<sup>12</sup> Karl Lamprecht,<sup>13</sup> Arthur Giry,<sup>14</sup> Gabriel Monod,<sup>15</sup> Marcel Thèvenin,<sup>16</sup> Robert de Lasteyrie<sup>17</sup> e Fustel de Coulanges.<sup>18</sup>

Esse período de permanência no exterior foi fundamental para que Pirenne completasse a sua formação técnica, com estudos de diplomática, paleografia e arqueologia, bem como para que entrasse em contato com as novas perspectivas sobre o conhecimento histórico que criticavam os estudos calcados em personagens isolados e nos acontecimentos políticos.

Quando retornou para a Bélgica, em 1885, iniciou sua carreira docente na mesma universidade em que estudara, em Liège. No ano seguinte foi contratado como professor temporário da Universidade de Gand, localizada no norte da Bélgica, na área flamenga. Em 1889, tornou-se membro permanente do corpo docente, chegando a ocupar o cargo de reitor entre 1919 e 1921. Ele manteve-se vinculado a essa universidade até a sua aposentadoria, em 1930.

Pirenne dedicou-se, além da docência, a outras atividades de caráter acadêmico. Foi membro de várias associações científicas; foi responsável por diversos periódicos, organizou eventos, etc.<sup>19</sup> Orientou 32 alunos de doutorado que, posteriormente, atuaram em duas áreas principais (carreira docente e arquivística) e acolheu estudantes provenientes de diferentes países em seus seminários de pesquisa. Como resultado de suas investigações, escreveu cerca de 30 livros e 300 outros textos, entre artigos, resenhas, verbetes, notas e comentários.<sup>20</sup>

Desse conjunto, destacamos *Histoire de Belgique* (História da Bélgica), publicada em sete volumes, à qual Pirenne dedicou 35 anos de trabalho. Ela é considerada a sua obra mais importante, pois teve impacto não só entre os

<sup>8</sup> Schmoller (1838-1917) foi professor de Economia Política nas universidades de Halle (1864-1872), Estrasburgo (1872-1882) e Berlim (1882-1913) e um dos principais pensadores da chamada Escola Histórica Alemã.

<sup>9</sup> Especialista em diplomática, Bresslau (1848-1926) foi presidente da comissão para o estudo da história dos judeus na Alemanha. Foi docente das universidades de Berlim (1877-1890) e de Estrasburgo (1890-1912).

<sup>10</sup> Waitz (1813-1886) foi professor da Universidade de Göttingen e presidente da *Monumenta germaniae historica* de 1875 até a sua morte.

<sup>11</sup> Theodor Mommsen (1817-1903) foi um influente estudioso da história da Antiguidade latina. Atuou em diversas universidades, como em Leipzig, Zurique e Berlim.

<sup>12</sup> Ranke (1795-1886) foi um dos principais formuladores da chamada história metódica ou positivista. Foi convidado a ensinar na Universidade de Berlim em 1824, logo após o lançamento de seu primeiro livro, e atuou como professor nessa instituição até 1871.

<sup>13</sup> Lamprecht (1856-1915) foi um dos primeiros historiadores alemães a fazer críticas à história política personalista e a buscar a integração da história às ciências sociais, propondo o estudo das forças naturais e coletivas e a abordagem sintética e universal dos fenômenos históricos, atenta às questões sociais e culturais. Lamprecht e Pirenne tornaram-se amigos pessoais.

<sup>14</sup> Giry (1848-1899) era especialista em diplomática e história econômica e foi responsável pela publicação de diversos documentos e trabalhos relacionados à França na Idade Média. Foi professor da École des Chartes.

<sup>15</sup> Monod (1844-1912) foi medievalista e fundou a *Revue Historique*. Atuou como docente na École de Hautes Etudes.

<sup>16</sup> Thèvenin (1843-1924) era especialista em direito e instituições germânicas. Foi professor da École de Hautes Etudes.

<sup>17</sup> Lasteyrie (1849-1921) escreveu vários trabalhos de diplomática e de arquitetura religiosa e militar. Foi professor da École des Chartes.

<sup>18</sup> Fustel de Coulanges (1830-1889) era especialista em instituições. Foi professor da Universidade de Sorbonne. É conhecido no Brasil por sua obra *A cidade antiga*.

<sup>19</sup> Uma listagem dos cursos e conferências ministrados por Pirenne e das associações das quais foi membro foi publicada logo após a sua morte. As referências encontram-se na bibliografia final.

<sup>20</sup> Após a morte de Pirenne, Ganshof, Sabbe, Vercauteren e Verlinden, quatro de seus discípulos, elaboraram uma listagem de suas obras, que foi publicada em 1938. Apesar de terem elaborado um inventário com 304 referências, destacam que não reuniram o conjunto completo da produção do autor, mas só os textos, as edições revistas e as traduções de seus trabalhos considerados mais significativos.

historiadores, mas entre o público em geral. Ela começou a ser escrita algumas décadas após a constituição da Bélgica como Estado independente e, como destaca Genicot (1993, p. 598), foi produzida justamente para demonstrar que essa configuração política não era uma criação artificial, mas que se fundamentava no passado da região. Pirenne foi, portanto, um historiador nacional da Bélgica. Esse dado é fundamental para a discussão da perspectiva de história comparada defendida pelo autor.

Além dessa obra monumental, Pirenne publicou, como já realçado, diversos outros trabalhos, muitos dos quais, como explica Powicke (1936, p. 81), foram reflexões prévias que, posteriormente, foram incorporadas à *Histoire de Belgique*. Dessa forma, durante a sua trajetória acadêmica, Pirenne elaborou estudos e edições de textos medievais; escreveu trabalhos de crítica historiográfica, como resenhas de livros, reflexões sobre a biografia e a produção de diferentes historiadores, bem como sobre o próprio campo da pesquisa e do ensino da história; organizou repertórios bibliográficos; produziu textos dedicados a aspectos da teoria e da metodologia da história; compôs histórias gerais e biografias e estudos sobre o fim do mundo antigo e sobre as cidades medievais.

Segundo Bryce Lyon, seu biógrafo, “até agosto de 1914 Pirenne se considerava afortunado e estava otimista em relação ao futuro, convencido de que a razão, o conhecimento crescente, a compreensão internacional eram arautos de um mundo pacífico e estável” (LYON 1997, p. 286, tradução nossa).<sup>21</sup> Nesse ano, completara 25 anos de docência, possuía reconhecimento internacional por seus trabalhos historiográficos e vivia tranquilamente com a família.<sup>22</sup> Contudo, esse ano marcou profundamente a vida de Pirenne e impactou a sua trajetória profissional, pois parte da Bélgica foi ocupada por exércitos alemães, que tornaram a região zona militar por quatro anos. Um dos filhos de Pirenne, Pierre, que então servia ao exército, morreu em batalha. A Universidade de Gand foi fechada, e os salários dos professores foram suspensos. Quando foi reaberta, passou a seguir as diretrizes alemãs.

Insatisfeitos, Pirenne e seu antigo professor, agora colega, Paul Frédéricq organizaram uma resistência. Como punição, foram deportados para a Alemanha em 1916, onde ficaram presos. Primeiramente, foram levados para Krefeld, uma prisão para oficiais franceses, belgas, britânicos e russos. Cerca de dois meses depois, Pirenne foi transferido para uma prisão civil em Holzminden. Apesar dos apelos feitos por diversas autoridades para que os professores fossem levados para a Suíça, eles foram enviados para Jena, uma cidade universitária, onde Pirenne e Frédéricq novamente se encontraram. Nessa cidade tiveram uma relativa liberdade, ficando instalados em um hotel,<sup>23</sup> não em uma prisão.

<sup>21</sup> No original: [...] “until August 1914 Pirenne considered himself fortunate and was optimistic about the future, convinced that reason, increasing knowledge, and international understanding were harbingers of a peaceful and stable world”.

<sup>22</sup> Pirenne casou-se, em 1887, com Jenny Vanderhaegen, jovem que conhecera em Gand, cidade na qual se estabeleceu como professor e pesquisador, como já assinalado. Eles tiveram quatro filhos: Henri-Edouard, que também foi professor da Universidade de Gand; Jacques, que foi secretário de Leopoldo III; Pierre, que faleceu jovem, quando ainda cursava a universidade; e Robert, que foi procurador substituto do rei em Bruxelas.

<sup>23</sup> As despesas com a hospedagem eram pagas pelos próprios deportados.

Em janeiro de 1917, acusados de intrigas contra o governo alemão, os colegas foram novamente separados. Frédéricq foi enviado para Birgel, e Pirenne, para Creuzburg, na Turíngia. Ali permaneceu por mais de um ano, retornando para Gand somente em dezembro de 1918, após a vitória dos aliados.

Bryce Lyon sublinha que Pirenne ficou, naquela conjuntura, profundamente afetado não somente pela morte do filho, a deportação para a Alemanha e os quase três anos de prisão, mas também devido a um documento, assinado por um grupo de 93 intelectuais alemães, por meio do qual declaravam apoio ao projeto político e militar alemão de expansão. Entre os signatários encontrava-se Lamprecht, que fora seu amigo pessoal por 25 anos e uma de suas principais referências historiográficas (LYON 1997, p. 290).

Após a guerra, em função das experiências pelas quais passara, bem como por razões de posicionamento político, Pirenne desenvolveu o que os autores denominam antigermanismo, expressando-o em diferentes ações: desligou-se da Academia de Leipzig e da Sociedade Real das Ciências de Gottingen; pronunciou discursos com temáticas antigermânicas nas cerimônias de abertura do ano letivo no período em que foi reitor em Gand<sup>24</sup> e apoiou a exclusão dos historiadores alemães da participação no Congresso Internacional das Ciências Históricas.<sup>25</sup>

Após a guerra, Pirenne continuou a fazer pesquisas; a atuar junto a associações acadêmicas; a realizar viagens para ministrar cursos e conferências; e, como assinalado, a ocupar o cargo de reitor em Gand. Em 1930, aposentou-se e mudou-se para Uccle, localidade do município de Bruxelas. Também voltou a sofrer perdas pessoais, pois mais dois de seus filhos faleceram – Robert e Henri-Edouard. Aos 73 anos, após um período enfermo, morreu em 24 de outubro de 1935.

Como assinalado, a metodologia comparada já era utilizada por diversos ramos das ciências humanas no século XIX e começava a ser introduzida na história no momento em que Pirenne obtinha a sua formação acadêmica e iniciava a sua carreira como docente e pesquisador. Assim, mesmo antes de ter realizado reflexões específicas sobre a comparação, essa metodologia já se fazia presente em seus trabalhos. Nesse sentido, destacamos o artigo publicado em 1890, “*La version flamande et la version française de la bataille de Courtrai*” (A versão flamenca e a versão francesa da batalha de Courtrai) (PIRENNE 1890), no qual analisa e confronta as diversas versões francesas e flamengas sobre a batalha de Courtrai, ocorrida em 1302.

Dessa forma, discordamos de Prevenier, para quem Pirenne começou a usar a comparação por volta de 1900 (PREVENIER 2010, p. 491). Para este autor, ao mudar-se de Liège para Gand, o belga teria ficado fascinado com as

<sup>24</sup> No primeiro, *La nation belge et l'Allemagne* (A nação belga e a Alemanha), ele analisou o desenvolvimento das doutrinas raciais na Alemanha. No segundo, *L'Allemagne moderne et l'Empire Romain du moyen âge* (A Alemanha moderna e o Império Romano da Idade Média), criticou o uso do Sacro Império medieval para justificar as ambições políticas e culturais alemãs contemporâneas. No terceiro, ele parafraseou o título da tese doutoral, escrita em 1871 por Heinrich von Sybel, intitulada *Was wir von Frankreich lernen können* (O que podemos aprender com a França), propondo como título *Ce que nous devons désapprendre de l'Allemagne* (O que precisamos desaprender da Alemanha). Nesta conferência, após destacar as contribuições germânicas para a historiografia, ele sublinhou que toda essa grande erudição tinha acabado por servir aos interesses do Reich alemão. Cf. LYON 1997, p. 291-292.

<sup>25</sup> Os alemães foram reintegrados em 1926.

diversas especificidades sociais, econômicas e jurídicas que caracterizavam as cidades flamengas em face das valãs, que ele já havia estudado, e teria se preocupado em compreender tais particularidades. Assim, em 1904, em um estudo sobre os mercadores de Dinant, ele realizou comparações sistemáticas desse grupo com os comerciantes da cidade de Douai, localizada em Flandres (PREVENIER 2010, p. 491).

Pirenne utilizou, portanto, a comparação em alguns de seus trabalhos, mesmo não tendo se dedicado de forma exaustiva a refletir teórica e metodologicamente sobre o tema. Ele só abordou o tópico da história comparada de forma específica em dois de seus textos mais tardios: "De la méthode comparative en histoire" (Do método comparativo em história), cuja tradução apresentamos a seguir, e em "What are historians trying to do?" (O que os historiadores estão tentando fazer?), um dos capítulos do livro *Methods in social Science: a case book* (Métodos em ciência social: um repertório), organizado por Stuart Rice e publicado em 1931. Neste último texto, a comparação é um dos temas abordados, mas o autor discorre também sobre diversos outros aspectos do trabalho historiográfico.

Em "De la méthode comparative en histoire" (Do método comparativo em História) é reproduzido o discurso que Henri Pirenne proferiu na abertura do V Congresso Internacional de Ciências Históricas (V Congrès International des Sciences Historiques), realizado em Bruxelas, em 1923, e no qual, como apontado, os historiadores alemães e austríacos foram impedidos de participar.<sup>26</sup>

302

O material foi publicado nas atas do evento, contudo, segundo esclarece Adriaan Verhulst (2001, p. 509), em uma versão mais longa do que a pronunciada no congresso. Neste texto, sem preocupar-se em apresentar algo inédito, como uma nota ao final do texto impresso adverte, Pirenne defende o uso do método comparativo pelo historiador.

Como compreender as ideias de Pirenne sobre história comparada presentes nesse discurso? A seguir, destacamos as reflexões de dois estudiosos que se dedicaram ao tema, Adriaan Verhulst<sup>27</sup> e Bryce Lyon.<sup>28</sup>

Adriaan Verhulst, autor do artigo "Marc Bloch and Henri Pirenne on Comparative History" (Marc Bloch e Henri Pirenne sobre história comparada), defende que as reflexões elaboradas por Pirenne sobre história comparada e apresentadas no discurso de abertura do Congresso Internacional foram de caráter ocasional, pois o historiador belga não se interessava por reflexões teóricas. Ele propõe, portanto, que as ideias sobre comparação expostas no referido discurso resultaram das dolorosas experiências vividas por Pirenne durante a guerra.

Verhulst afirma que, a despeito das suas críticas à história nacional, em seu discurso Pirenne reconheceu os avanços metodológicos propiciados por

<sup>26</sup> Segundo Verhulst, os historiadores austríacos também foram excluídos do congresso (VERHULST 2001, p. 509).

<sup>27</sup> Adriaan Verhulst foi professor da Universidade de Gand, sua cidade natal. Era especialista em história rural medieval. Não foi aluno de Pirenne, mas de François-Louis Ganshof e Hans Van Werveke. Faleceu em 2002.

<sup>28</sup> Bryce Lyon era estadunidense, mas estudou com Pirenne na Universidade de Gand na década de 1920. Medievalista, foi professor da Brown University. Produziu diversas obras sobre a biografia e produção historiográfica de Pirenne. Faleceu em 2007.

essa historiografia que tornou a escrita da história “mais rica e mais precisa”.<sup>29</sup> E acrescenta que essa afirmativa não deve ser vista como uma evidência de contradição, pois Pirenne não rompeu totalmente com a história nacional, como a sua *Histoire de Belgique* (História da Bélgica) permite afirmar. Assim, a proposta de Pirenne seria a de utilizar a metodologia comparada para compreender, de forma mais objetiva, o que é singular de cada nação e o que, em seu desenvolvimento, é partilhado por outras.

Dois aspectos são ainda ressaltados por Verhulst para sustentar a sua tese: o fato de o discurso de 1923 ter sido proferido em um período de hipernacionalismo belga e o de que, apesar de defender o uso da metodologia comparada para o desenvolvimento de uma história mais humana, Pirenne não fez menção à exclusão dos historiadores alemães e austríacos do evento.

Concordamos com Verhulst quanto a que as experiências de guerra influenciaram a elaboração do discurso apresentado por Pirenne em 1923 e posteriormente publicado. Mas por que compreender a defesa da comparação na história naquele momento específico como consequência única e direta de tais experiências? Além disso, como o próprio Verhulst indica, Pirenne não propôs um rompimento com as nações ou com o patriotismo, mas a sua revisão a partir da perspectiva comparada. Por fim, a postura de excluir colegas alemães e austríacos do congresso, que hoje pode ser considerada arbitrária, não foi um posicionamento isolado e tinha, naquela conjuntura específica, sentidos e implicações políticas particulares que não podem ser reduzidos a um sentimento de vingança pessoal.

Bryce Lyon discorda de Verhulst e defende que o interesse de Pirenne pela história comparada já estava presente em seus primeiros artigos sobre a origem das cidades medievais, pois ele não se limitou a abordar as cidades belgas, estudando também as do sul da França e da Itália. Para o autor, as obras *As cidades da Idade Média*, *Histoire de l'Europe* (História da Europa), *História econômica e social da Idade Média* e *Maomé e Carlos Magno* são trabalhos comparativos. E mesmo na sua *Histoire de Belgique* (História da Bélgica), em especial nos volumes dedicados ao medievo, o uso da comparação é frequente.

Assim, para o autor, a defesa da comparação histórica como uma estratégia para combater a história nacional e racista já se fazia presente nas reflexões de Pirenne antes de 1923. Nesse sentido, Lyon cita um trecho de um texto escrito enquanto o belga estava preso em Kreuzburg, na reflexão intitulada *A propos de critique historique* (A propósito da crítica histórica):

O remédio ou a solução me parece ser a história comparada, quer dizer o estudo simultâneo de dois ou mais grupos históricos, seja durante um longo período de tempo, seja considerado sob o mesmo ponto de vista, por exemplo, no que se refere à constituição política, ou econômica ou jurídica, etc. (PIRENNE apud LYON 2003, p. 1241, tradução nossa).<sup>30</sup>

<sup>29</sup> No original: “[...] richer and more precise [...]” Cf. VERHULST 2001, p. 509.

<sup>30</sup> No original: “Le remède ou la solution me paraît l’histoire comparée, j’entends par là l’étude simultanée de deux ou plusieurs groupes historiques, soit pendant une très longue période de temps, soit envisagés au même point de vue, par exemple sous le rapport de la constitution politique, ou économique ou juridique, etc.”

Utilizando esse e outros exemplos, Lyon defende que pelo menos cinco anos antes do discurso de 1923, Pirenne já refletia sobre a história comparada. Esse argumento não sustenta totalmente a crítica à tese de Verhulst, pois tais reflexões começaram a ser registradas quando o belga já estava preso, ainda que as tenha aplicado, anteriormente, em alguns de seus trabalhos. Logo, suas considerações sobre o método comparativo pode até não ter sido uma escolha de ocasião, mas foi gestada à luz de suas experiências de guerra.

Aplicar a metodologia comparada e refletir sistematicamente sobre ela são exercícios acadêmicos distintos. Como já sublinhado, a comparação era um método profusamente utilizado pelas ciências sociais nos anos finais do século XIX e iniciais do XX e pode ter sido incorporada pelo autor sem uma reflexão sistemática sobre sua aplicação. Contudo, em 1923, o belga não só apresenta ideias sobre as potencialidades da aplicação desse método pelos historiadores, como faz uma defesa da história comparada. O discurso de Pirenne sobre o método comparativo em história foi, portanto, motivado pela ocasião, como propõe Verhulst, ou fruto de anos de uso e reflexão sobre a metodologia, como defende Lyon?

Quando a vida e a produção de um autor são analisadas, há sempre a tentação de buscar coerência e lógica em suas ações e ideias. Durante a sua trajetória acadêmica, Pirenne recebeu variadas influências, viveu em conjunturas diversas, estabeleceu compromissos com diferentes grupos... Sendo assim, não deve causar estranhamento que o mesmo autor de uma história da Bélgica tenha denunciado a falta de cientificidade da história nacional ou que, ao mesmo tempo em que defendera "um patriotismo mais fraternal, mais consciente e mais puro" (PIRENNE 1923, p. 1, tradução nossa),<sup>31</sup> tenha apoiado a exclusão de alguns historiadores da participação em um congresso de caráter acadêmico devido à sua nacionalidade.

304

Consideramos que a busca pelos aspectos específicos que motivaram Pirenne a escrever sobre a história comparada em 1923 é um falso problema historiográfico. A sua opção por defender a comparação naquele contexto resultou de variados fatores, constituídos em temporalidades diversas, e em relação aos quais, certamente, nem o próprio Pirenne tinha total clareza. Dessa forma, defendemos que, mais importante do que identificar o que desencadeou a formulação do seu discurso, foi o seu impacto para a historiografia desde a primeira metade do século XX: Pirenne, um renomado historiador, ao posicionar-se como defensor da comparação, abriu caminho para que ela se tornasse "uma ferramenta com valor heurístico inigualado" (DUMOULIN 1993, p. 167).

Em diversos textos que tratam sobre história comparada são mencionadas as ideias de Pirenne,<sup>32</sup> sem que os autores se preocupem em analisar em qual contexto específico elas foram elaboradas. Se atentarmos para o fato de que o impacto de uma ideia raramente está associado ao seu processo de formação, e sim ao de sua transmissão, a perspectiva de Pirenne sobre a história comparada

<sup>31</sup> No original: "[...] patriotisme plus fraternel, plus consciente et plus pur".

<sup>32</sup> Como, por exemplo, os citados na nota 1.

foi fundamental para a consolidação dessa modalidade historiográfica que há décadas vem sendo retomada, discutida, revista, aprofundada e aplicada por vários autores.

Por considerarmos este texto como um importante testemunho das discussões historiográficas ao final da Primeira Grande Guerra e um marco para as reflexões teóricas sobre a história em geral e sobre a história comparada em particular, decidimos traduzir e disponibilizar “De la méthode comparative en histoire” (Do método comparativo em história). Na tradução, procuramos manter, sempre que possível, o estilo do autor, respeitando a ordem das frases e usando palavras em português com a grafia similar às empregadas em francês pelo estudioso. Também incluímos notas explicativas a fim de auxiliar na identificação de eventos ou pessoas. Os números entre barras indicam as páginas da publicação original. Por fim, os itálicos presentes no texto seguem os que figuram na publicação de 1923.

### Referências bibliográficas

BILL, James A.; HARDGRAVE JR., Robert L. **Comparative politics**: the quest for theory. Columbus: Charles Merrill, 1973.

BOSSUET, Jacques Bénigne. **Discursos sobre a História Universal**. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1912.

DIDERICHSEN, Paul. The Foundation of Comparative Linguistics: Revolution or Continuation? In: HYMES, Dell (ed.). **Studies in the History of Linguistics**: Traditions and Paradigms. Bloomington: Indiana University Press, 1974, p. 277-306.

DUESBERG, J. Chronologie d’Henri Pirenne. In: \_\_\_\_\_. (org.). **Henri Pirenne, hommages et souvenirs**. T. 1. Bruxelles: Nouvelle société d’édition, 1932, p. 131-143.

\_\_\_\_\_. Cours et conférences donnés par Henri Pirenne dans les universités étrangères. In: \_\_\_\_\_. (org.). **Henri Pirenne, hommages et souvenirs**. T. 1. Bruxelles: Nouvelle société d’édition, 1938, p. 81-82 (2 t.).

\_\_\_\_\_. Participation à des sociétés scientifiques et savantes. In: \_\_\_\_\_. (org.). **Henri Pirenne, hommages et souvenirs**. T. 1. Bruxelles: Nouvelle société d’édition, 1938, p. 99-100 (2 t.).

\_\_\_\_\_. Principales conférences faites par Henri Pirenne. In: \_\_\_\_\_. (org.). **Henri Pirenne, hommages et souvenirs**. T. 1. Bruxelles: Nouvelle société d’édition, 1938, p. 82-84 (2 t.).

DUMOULIN, O. Comparada (História). In: BURGUIÈRE, André. (org.). **Dicionário das Ciências Históricas**. Rio de Janeiro: Imago, 1993, p. 166-168.

GANSHOF, François-Louis. Pirenne, Henri. In: BRUYLANT, Emile (ed.). **Biographie nationale**. T. 30. Bruxelles: Académie royale des sciences, des lettres et des beaux-arts de Belgique, 1959, colonnes 671-675 (34 t.).

- \_\_\_\_\_. ; SABBE, E.; VERCAUTEREN, F.; VERLINDEN, C. Bibliographie des travaux historiques d'Henri Pirenne. In: DUESBERG, J. (org.). **Henri Pirenne, hommages et souvenirs**. T. 1. Bruxelles: Nouvelle société d'édition, 1938, p. 145-164 (2 t.).
- GENICOT, Léopold. Pirenne. In: BURGUIÈRE, André. (org.). **Dicionário das Ciências Históricas**. Rio de Janeiro: Imago, 1993, p. 597-599.
- HAUPT, Heinz-Gerhard. Comparative history – a contested method. **Historisk Tidskrift**, Stockholm, v. 127, n. 4, p. 697-716, 2007.
- HÜBINGER, Gangolf ; PICT, Barbara ; DABROWSKA, Ewa. Cultures historiques et politique scientifique. Les congrès internationaux des historiens avant la Première Guerre Mondiale. **Revue germanique internationale**, Paris, n. 12, p. 175-191, 2010.
- KRAUSS, HEIDI R. Despedida de la Torre de Marfil. Historia Comparada. Una introducción. **Espacio, Tiempo y Forma, Serie III, H.a Medieval**, Madrid, t. 21, p. 159-183, 2008.
- LYON, Bryce. **Henri Pirenne. A Biographical and Intellectual Study**. Ghent: E. Story-Scientia, 1974.
- \_\_\_\_\_. Henri Pirenne: Connu or Inconnu? **Revue belge de philologie et d'histoire**, Bruxelles, v. 81, n. 4, p. 1231-1242, 2003.
- \_\_\_\_\_. Henri Pirenne's Reflexions d'un solitaire and his re-evaluation of history. **Journal of Medieval History**, Amsterdam, v. 23, n. 3, p. 285-299, 1997.
- MAIER, Charles. La historia comparada. **Studia historica. Historia contemporánea**, Salamanca, n. 10-11, p. 11-32, 1992-1993.
- OLÁBARRI GORTÁZAR, Ignacio. ¿Qué historia comparada? **Studia historica. Historia contemporánea**, Salamanca, n. 10-11, p. 33-76, 1992-1993.
- PIRENNE, Henri. De la méthode comparative en histoire, discours d'ouverture du cinquième Congrès international des Sciences historiques. In: DES MAREZ, G. ; GANSHOF, F. L. (orgs.). **Compte-rendu du Cinquième Congrès International des Sciences Historiques**. Bruxelles: M. Weissenbruch, 1923, p. 1-13.
- \_\_\_\_\_. Discours prononcé a la manifestation en l'honneur de G. Kurth. In: FREDERICQ, Paul *et alli*. **A Godefroid Kurth: professeur à l'Université de Liège, à l'occasion du XXVme anniversaire de la fondation de son cours pratique d'histoire**. Liège: s.n., 1899, p. 155-168.
- \_\_\_\_\_. La version flamande et la version française de la bataille de Courtrai. **Bulletins de la Commission royale d'histoire de Belgique**, Bruxelles, 4<sup>o</sup> série, t. XVII, n. 1, p. 11- 50, 1890.
- \_\_\_\_\_. What are historians trying to do? In: RICE, Stuart. **Methods in social science**. A case book. Chicago: University of Chicago, 1931.

- POWICKE, F. M. Henri Pirenne. **English Historical Review**, Oxford, v. 51, n. 201, p. 79-89, 1936.
- PREVENIER, Walter. Henri Pirenne (1862-1935). In: DAILEADER, Philip; WHALEN, Philip. **French Historians 1900-2000**: new historical writing in twentieth-century France. Malden: Blackwell Publishing, 2010, p. 486-500.
- SARTORI, Giovanni; MORLINO, Leonardo (orgs.) **La comparación en las ciencias sociales**. Madrid: Alianza Editorial, 1994.
- SEAMAN, John T. **A Citizen of the World**. The Life of James Bryce. Londres: Tauris, 2006.
- SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da. Henri Pirenne (1862-1935) In: PARADA, Maurício (org.). **Os historiadores clássicos da História**. V. 2: de Tocqueville a Thompson. Rio de Janeiro: Puc/Vozes, 2013, p. 200-226 (3 v.).
- VALIER, I. (ed.). **Comparative Methods in Sociology**: Essays on Trends and Applications. Berkeley: University of California Press, 1971.
- VERHULST, Adriaan. Marc Bloch and Henri Pirenne on Comparative History. A Biographical Note. **Revue belge de philologie et d'histoire**, Bruxelas, t. 79, n. 2, p. 507-510, 2001.
- VOLTAIRE. **Ensaio sobre os costumes e o espírito das nações**. Rio de Janeiro: W. M. Jackson Editores, 1958.
- WARICK, D. P.; OSHERON, S. Comparative Analysis in the Social Sciences. In: \_\_\_\_\_. (ed.) **Comparative Research Methods**. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1973, p. 6-11.

## Do método comparativo em História, discurso de abertura do V Congresso Internacional das Ciências Históricas\*

The Comparative Method in History, Opening Speech at the 5<sup>th</sup> International Congress of Historical Sciences

---

Henri Pirenne

---

Vossas Majestades,  
Vossas Altezas,  
Senhoras e Senhores,

308

Há dez anos, praticamente nesta mesma data, reunia-se em Londres o *IV Congrès International d'Histoire*. Muitos dentre vocês assistiram a ele; e conservam, sem nenhuma dúvida, a viva lembrança desses belos dias que tanto o interesse científico como o encanto da maior e mais cordial hospitalidade tornaram inesquecíveis. No entanto, a atmosfera política era pesada, como carregada de tormenta. Podia-se entrever nas últimas palavras do belo discurso do saudoso James Bryce,<sup>1</sup> lido na reunião de abertura, a expressão de uma angústia contida. Era um apelo comovente à concórdia dos povos: concórdia possível, uma vez que se funda na constatação de sua solidariedade histórica; concórdia indispensável, se for verdade que a guerra é o maior flagelo da humanidade. Mas quem poderia prever naquele momento a iminência de uma catástrofe? Nós não nos separamos sem antes termos decidido nos reencontrar em São Petersburgo em 1917.<sup>2</sup>

/2/ Oxalá! Em 1917, a civilização, já havia três anos, atravessava a crise mais terrível pela qual jamais passara. Todas as energias se direcionavam para a luta. Foi dito que um mundo novo se engendrava no heroísmo, no horror e nas lágrimas. Todas as previsões eram malogradas, todas as esperanças, frustradas, todos os hábitos e todas as tradições, desordenados. Essa Rússia, onde deveríamos nos reunir, fora abalada por uma revolução formidável; São

---

\*PIRENNE, Henri. De la méthode comparative en histoire, discours d'ouverture du cinquième Congrès International des Sciences Historiques. In: DES MAREZ, G.; GANSHOF, F. L. *Compte-rendu du cinquième Congrès international des Sciences historique*. Bruxelles: M. Weissenbruch, 1923. Texto disponível em: [http://digistore.bib.ulb.ac.be/2006/a12929\\_000\\_f.pdf](http://digistore.bib.ulb.ac.be/2006/a12929_000_f.pdf). Tradução de Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva e Andréa Reis Ferreira Torres.

<sup>1</sup> Nota das tradutoras: James Bryce, historiador inglês que presidiu o IV Congrès International Des Sciences Historiques, realizado em 1913, em Londres. Morreu em 1922. Sobre Bryce, ver SEAMAN 2006. Sobre o evento, ver HÜBINGER; PICHT; DABROWSKA 2010.

<sup>2</sup> Nota das tradutoras: A realização do V Congrès International Des Sciences Historiques estava prevista para o ano de 1917, em São Petersburgo. Após a guerra, quando se retomou o projeto de organizar o congresso, decidiu-se por realizar o encontro em Bruxelas. Cf. <http://www.cish.org/presentation/50-ans-histoire.htm>, página web oficial do Comité International des Sciences Historiques.

Petersburgo tornara-se Petrogrado. Este palácio onde estamos reunidos hoje e que, durante tanto tempo, abrigou os trabalhos pacíficos de uma academia, fora ocupado por um hospital de campanha alemão. Os senhores mesmos, arrancados de vossos estudos, empunharam as armas, ou, militarizados a serviço de vossas pátrias, deram-lhes o apoio de vossa ciência e de vosso talento, a menos que, como aquele que vos fala, estivésseis impedidos pela prisão ou pela deportação. A paz foi feita, mas ela não devolveu ao mundo nem a segurança nem a serenidade. Que problemas ficaram por resolver! Que angústia moral nas consciências! Que confusão intelectual nos espíritos! Que grave perturbação do equilíbrio social e do equilíbrio econômico!

Em meio a tais circunstâncias deploráveis, a continuação da vida científica é um sintoma encorajador. Dizimados pela guerra, empobrecidos pelo aumento de todos os preços, miseráveis pela insuficiência dos recursos que os governos são forçados a destinar muito frequentemente aos laboratórios e às bibliotecas, ainda mais frequentemente a alma ferida pelas mais cruéis lamentações, pesquisadores e professores retomaram sem hesitar seus trabalhos ou suas aulas. Em todas as ciências e em todos os países, a atividade de estudiosos testemunha uma energia sustentada pelo mais elevado ideal. A reunião deste Congresso dá uma prova significativa disso.

Os congressos internacionais de história são sem dúvida uma das manifestações mais características da universalidade da ciência, pois eles atestam, de maneira particularmente impressionante, esse distanciamento de todas as contingências às quais conduziu necessariamente a pesquisa da verdade. Para o matemático /3/, para o astrônomo, para o físico ou o químico, esse distanciamento se compreende sem esforço. É bem mais difícil para o historiador. O historiador, com efeito, não se encontra cara a cara com o objeto de seus estudos, na mesma situação do naturalista, que está cara a cara com a natureza. Sua personalidade está, por assim dizer, em jogo. Como, se ele estuda a história de seu país, poderá esquecer que esse país é sua pátria; se é a história de sua religião, que ela é a fonte de sua crença; se é a história de seu partido, que esse partido tem direito à sua fidelidade!

Para chegar à objetividade, à imparcialidade sem a qual não há ciência, ele deve, por conseguinte, comprimir em si mesmo e superar seus preconceitos mais profundos, suas convicções mais assentadas, seus sentimentos mais naturais e mais respeitáveis. Pode ser impossível para ele chegar a uma tal renúncia. Mas ele tenta, pois sabe que é somente a esse preço que ele merecerá a ciência. Ele pode ou, pelo menos, ele deve, custe o que lhe custar, dizer com Pasteur: "Não há aqui nem religião, nem filosofia, nem ateísmo, nem materialismo, nem espiritualismo que se sustente. Eu poderia mesmo acrescentar: como estudioso, pouco me importa. É uma questão de fato, e eu a abordei sem ideia preconcebida; eu não posso fazer mais que me inclinar diante da experiência, qualquer que seja sua resposta".

Pois bem, não é dessa concepção da ciência que tratam os congressos internacionais de história? Ela não lhes atende inteiramente; a eles a quem convém estudar no mesmo espírito, segundo o mesmo método, sem pesquisar

outra coisa que a verdade, todos os historiadores, indistintamente, seja qual for seu país, sua nacionalidade, suas confissões religiosas? Eles não afirmam esta verdade, banal sem dúvida, mas de uma aplicação tão difícil, que a ciência não possui pátria? Eles não são a homenagem mais brilhante prestada a esse distanciamento necessário de que eu tanto falo? Aí está o porquê de tais reuniões serem salutares e também o porquê de quando, em 1921, a Royal Historical Society de Londres ofereceu aos historiadores belgas reunir em Bruxelas o V Congresso Internacional /4/ das Ciências Históricas, eles aceitaram com alegria uma tão bela missão.

Eles aceitaram-na com alegria, mas também com gratidão. Pois sabiam bem que a proposta que lhes havia sido feita se explicava, sobretudo, por essa simpatia por seu país; que, depois da guerra, tem recebido muitas provas disso. E deixem-me em primeiro lugar, senhores, agradecer-vos em seu nome com a mais profunda gratidão.

Vocês não encontrarão aqui a suntuosidade que marcou os congressos anteriores. A época que vivemos não permite, nem, sobretudo, a situação na qual se encontra ainda a Bélgica – sem falar de suas mudanças. Mas o que vocês encontrarão será a mais amigável recepção e também, estejam certos, o estado de espírito que todos, eu tenho certeza, desejam encontrar.

310

Para se mostrarem dignos da confiança que foi posta neles, os historiadores belgas se esforçaram para reestabelecer a gloriosa tradição da qual eram momentaneamente depositários. Eles desejam que este Congresso pós-guerra seja, o quanto possível, a contrapartida de seus predecessores de Paris, de Roma, de Berlim e de Londres. Literalmente, eles o querem internacional; eles convidaram, sem excluir ninguém, todos os Estados admitidos na Liga das Nações.<sup>3</sup> O pensamento que presidiu sua organização foi esse pensamento de imparcialidade científica do qual eu falava agora há pouco. Eles não negligenciaram nada para que o ar que vocês respiram aqui seja o ar das alturas, o único que convém à ciência.

Vocês não encontrarão aqui, dizia eu, o espírito do pós-guerra, mas esperem talvez aquele que, com a abertura desta reunião, parece ser útil para dar uma olhada sobre certas consequências, sobre certas lições que, talvez, os historiadores podem tirar da guerra. Semelhante preocupação pareceria supérflua, sem dúvida, se uma das características precisas de nossa ciência não fosse o alargamento contínuo de seu objeto na duração. À medida que o tempo transcorre, seu domínio aumenta. Foi menos extenso ontem do que é hoje, e todo novo /5/ fato que a sucessão ininterrupta dos eventos nos traz é para nós análogo àquilo que é, para o cientista, a descoberta de um novo fenômeno da natureza. Ora, a importância desses fatos é eminentemente variável. Existem aqueles que são tão consideráveis, tão pesados, se podemos assim dizer, de significação, tão contrários à nossa expectativa, tão incompatíveis com nossas

<sup>3</sup> Nota das tradutoras: Pirenne se refere aqui à *Société des Nations*, criada pelo Tratado de Versalhes em 1919. Destaca-se, aqui, o uso da retórica para realçar o caráter internacional do evento sem entrar em contradição com a exclusão dos historiadores alemães e austríacos: seus países não faziam parte da sociedade em questão.

previsões ou nossas hipóteses que nos forçam a submeter à crítica as teorias ou métodos que eles confundem. A convulsão pela qual o mundo passou foi para os historiadores como um cataclismo cósmico é para um geólogo. A sociedade foi tão profundamente perturbada que se revelou sob novos aspectos, apresentou problemas inesperados e demonstrou a insuficiência de boas soluções. Mesmo do ponto de vista da técnica de nossa ciência, que questões não lhe foram levantadas! Bastará mencionar aqui aquelas que concernem à autenticidade, à interpretação e à conservação dessa infinidade de documentos escritos ou figurados que recolheram de toda parte os arquivos e museus da guerra. Nós consagramos a eles uma sessão especial do Congresso, e não pretendo antecipar aqui seus trabalhos. Eu gostaria apenas de lhes propor algumas reflexões de ordem totalmente geral no tocante a certos ensinamentos que me parecem resultar dos eventos dos quais nós fomos testemunhas.

Durante todo o curso da guerra, os beligerantes requisitaram particularmente duas ciências: a história e a química. Esta lhes forneceu os explosivos e o gás; aquela, os pretextos, as justificativas ou as desculpas. Mas seus destinos foram bem diferentes. A necessidade imposta à química não contrariou sua natureza: ela pôde, a serviço dos exércitos, fazer preciosas descobertas. A história, ao contrário, ao se lançar à arena, perdeu muito daquilo em que consiste a sua própria essência: a crítica e a imparcialidade. Ela se deixou levar pela paixão, defendendo teses, não se preocupando mais em compreender e se subordinando aos militares /6/ e aos políticos.<sup>4</sup> Nisso, aliás, nada há de surpreendente. Em todas as épocas, os príncipes pretenderam colocá-la a serviço de sua ambição ou de seus apetites. Ela não fez em nossos dias mais do que já fazia nos séculos XVII e XVIII, quando fornecia aos reis, a um Luís XIV, por exemplo, ou a um Frederico II, razões suficientes para atacar seus vizinhos. Mas nossos Estados nacionais lhe impuseram uma tarefa muito mais pesada do que aquela com a qual foi carregada pelos Estados absolutistas do Antigo Regime. Já não era mais para ela agir sobre alguns diplomatas: ela deveria convencer da justiça de sua causa essas multidões de cidadãos que votam e que combatem. Já não lhe satisfazia, como antes, interpretar as genealogias principescas e discutir os tratados: ela devia sustentar a coragem e a convicção dos povos evocando todo o passado em benefício da guerra, mostrando-lhes, entre seus adversários, os inimigos naturais e hereditários, retratando-os como se tivessem estado sempre em luta desde os tempos mais recuados, como se a grandeza de uns resultasse necessariamente na escravização de outros, como se, enfim, sua civilização só pertencesse a eles próprios, fosse a manifestação exclusiva de seu gênio, a criação original de seu espírito, e como se sua própria existência estivesse em jogo na luta.

<sup>4</sup> Nota do autor: Não preciso esclarecer que falo em geral. Existiram admiráveis exceções. Aqui como em outros lugares, eu só procurei caracterizar a tendência dominante da história durante a guerra. Estou de longe convencido de que as deformações que ela sofreu não passam de reflexos inconscientes provocados pela excitação sentimental. Quando eu falo da falta de imparcialidade, eu não pretendo somente falar de uma falta de imparcialidade desejada. Certas pessoas, é verdade, tornaram-se culpadas de uma alteração intencional da verdade, mas essas pessoas não merecem de forma alguma o nome de historiadores, e essa não é a questão aqui.

Essa exasperação não se explica somente pelo entusiasmo ou a angústia patrióticos. Deve-se também procurar a sua causa em uma teoria singularmente própria que a promoveu ao justificá-la, ou seja, em uma teoria das raças. Ela não dava, com efeito, uma base científica aos excessos do nacionalismo? Não encontrava, dentro da diferenciação física, a origem da diferenciação moral e intelectual? Não fornecia /7/ a prova da diversidade qualitativa dos povos e não deduzia dessa diversidade, desejada pela natureza, a necessidade, a fatalidade da guerra, que devia submeter o mais fraco ao mais forte? Ora, dessa doutrina, a própria guerra parece ter provado a inanidade. Ela mostrou, com efeito, povos da mesma raça se insurgindo uns contra os outros. Ela forneceu a prova de que o que une os homens não é a semelhança de características etnográficas, nem a familiaridade das línguas, mas a vontade coletiva de se dedicar até a morte à defesa de um mesmo ideal ou de interesses idênticos. Dizia-se que os governos e as formas políticas partem da raça e que o absolutismo, por exemplo, tinha sido implantado por ela no coração dos sujeitos. Vimos, contudo, as nações nas quais isso era pretensamente inato, rejeitar com horror. Em suma, em todos os domínios, os fatos refutaram a teoria, e é necessário, sem dúvida, alegrar-se com isso, pois ela era tão perniciosa quanto errônea.

312

Perniciosa, ela não o era menos, aliás, tanto do ponto de vista intelectual quanto do ponto de vista moral. Pois ela se coloca em oposição flagrante com o próprio princípio da pesquisa científica. Ao invés de escrutinar pacientemente os fatos para descobrir neles mesmos sua significação, ela os submete arbitrariamente ao dogma que professa. Ela possui previamente a solução dos problemas a resolver. Nada de mais cômodo que invocar o jargão da raça: ele permite tudo explicar sem nada compreender.

O verdadeiro método não consistiria em proceder justamente ao contrário? Ou seja, em não recorrer ao fator da raça exceto quando todas as outras tentativas de interpretação tiverem falhado, forçando assim seu uso. Percebemos agora como ele é decepcionante. Nenhum dos povos que conhecemos, nem mesmo um, com efeito, é de raça pura; todos são produto de uma mistura de populações diversas cuja dosagem e mesmo a composição exata nos escapa. Como se reconhecer, então, no seio de tal complexidade e se diferenciar em meio a esse caos? Mas é mais evidente ainda que muito frequentemente é agradável /8/ reconhecer a ação da raça nos fenômenos que a análise crítica revela como simples fenômenos sociais. As condições geográficas, as condições econômicas, um monte de outras circunstâncias também influenciam o desenvolvimento dos povos, acelerando-o em certos países e retardando-o em outros. Disso resulta que na mesma *data* os diversos povos pertencem, contudo, a diferentes *épocas* do desenvolvimento geral, porque em todos eles o tempo não passa, se podemos assim dizer, com a mesma rapidez. O período que chamamos de Idade Média não é bem mais prolongado em certos países que em outros? Então, não convém, antes de julgar a originalidade de uma instituição, por exemplo, ou de um costume, perguntar-se se, ao invés de prestar apressadamente homenagens ao pretense gênio nacional, não é necessário considerá-lo simplesmente como uma sobrevivência ou um arcaísmo? Grandes progressos já foram realizados

nesse sentido. Nós sabemos hoje, graças à etnografia comparada, que a constituição política e o direito das sociedades primitivas apresentavam, em geral, o mesmo espetáculo. Não é mais possível reivindicar, nem para os gregos nem para os romanos, celtas, germanos ou eslavos, um lugar à parte e privilegiado, fora do comum à humanidade. Em toda parte, em seus traços essenciais, o desenvolvimento geral é da mesma natureza e passa por fases análogas. Sem dúvida, essa semelhança não abrange a identidade. Destacam-se nos detalhes diferenças inumeráveis. A maior parte delas é evidentemente resultado do ambiente. Um povo bárbaro vizinho de povos mais avançados não apresentará a mesma fisionomia que um povo bárbaro cercado por outros bárbaros. O clima, o relevo do solo, sua fertilidade, sua proximidade ou sua distância do mar também exerceram sua ação e, pouco a pouco, definiram e precisaram, progressivamente, os tipos nacionais. O que se deve atribuir à raça em última análise, o que é isso, senão aquilo que permanece de outra forma inexplicável. E isso significa que invocar a raça é uma maneira de afirmar nossa ignorância, e que, valendo-se do bom método, seria mais sábio admitir isso que pretender resolver o desconhecido pelo desconhecido.

/9/ Eu não ignoro a objeção que se pode levantar aqui. Muitos historiadores sustentarão que esses tipos nacionais são precisamente aquilo que chamam de raça, lentamente emergidos de origens comuns, mas que, uma vez formados, ficam dotados de uma individualidade própria, não se desenvolvendo mais do que em conformidade com eles mesmos e segundo as leis de sua natureza particular. Em que medida se deve acreditar nessa identificação entre a raça e a nacionalidade? A literatura de guerra, no que concerne à história, aceitou-a quase sem exceção. Permitam que eu me delongue por um instante quanto a esse ponto.

Certamente seria pueril negar que as nações modernas apresentam, mesmo para quem as observa superficialmente, diferenças tão marcadas que podem levar à contradição. Sua arte, sua literatura, suas instituições, sua constituição social nos oferecem as nuances mais diversas e nos falam da alma, do gênio e da individualidade dos povos como se os povos fossem, com efeito, indivíduos. Que realidade se esconde, então, por trás dessas metáforas e em qual medida um povo é comparável a uma pessoa? Aí está seguramente, caso se trate de um homem da ciência, uma das principais questões que podem ser postas ao historiador.

Eu constatava há pouco os serviços notáveis que o método comparativo prestou ao conhecimento das civilizações primitivas. Ora, esse método, nós renunciamos a empregá-lo a partir do momento em que abordamos o estudo de civilizações mais avançadas. Por quê? Eu procuro o motivo sem encontrá-lo. Pode-se dizer que a sociologia se oferece aqui ao historiador e lhe permite desvendar, sob a diversidade dos desenvolvimentos nacionais, as características comuns do desenvolvimento geral. Certamente, ninguém negará que a sociologia oferece ao historiador um precioso suporte. Mas ainda é preciso observar bem que ela não nos fornece muito mais que hipóteses – hipóteses úteis, sugestivas e fecundas, eu continuo de acordo, mas muito flutuantes e muito provisórias para que se possa construir algo sobre elas.

A sociologia é uma ciência aparentada à história, mas /10/ não se confunde mais com ela do que a história econômica, por exemplo, confunde-se com a economia política ou a história do direito, com o direito. Ela pode indicar ao historiador os pontos de vista, mas não pode lhe impor seu método.

Temos, então, se quisermos compreender as *originalidades* e as *identidades nacionais*, um só procedimento que nos é oferecido: aquele da comparação. Por ele, com efeito, e somente por ele, podemos alcançar o *conhecimento científico*. Não teremos sucesso nunca caso nos confinemos dentro dos limites da história nacional.

Não é necessário dizer que eu não pretendo falar aqui do trabalho de erudição. A paleografia, a diplomática, a epigrafia, a numismática, a edição e crítica de fontes, em suma, a prática desse ofício delicado e apaixonante graças ao qual a história descobre, lapida e conduz arduamente as suas matérias, requer uma técnica que é, literalmente, uma técnica científica, e sem a qual a história, aliás, não seria mais do que um gênero literário. Quando falo de *conhecimento científico*, estou considerando apenas a construção histórica; eu não penso na crítica da elaboração, mas na crítica da síntese.<sup>5</sup> E é no que se refere a ela, e somente a ela, que não posso deixar de destacar a insuficiência e o perigo do método que consiste em tratar a história de um povo do ponto de vista desse próprio povo, a dispô-la e organizá-la como se ela existisse somente por si mesma, como se ela fosse outra coisa que não uma simples manifestação local da história universal. Seria desrespeitoso dizer que acontece muito frequentemente de o historiador se conduzir no que concerne à sua nação como o arquiteto no que concerne aos seus clientes? Ele procura, antes de tudo, fornecer a eles uma história conforme seus gostos e costumes, ou seja, uma história habitável. Mas a história, a partir do momento em que reivindica o nome de ciência, não se ocupa da prática, mas sim da verdade. E como é possível descobrir a verdade a não ser voltando o olhar para ela?

314

/11/ Não existe ciência a não ser do geral, e, para compreender a história de um povo, é, portanto, necessário não somente situá-lo no lugar que ele ocupa dentro do conjunto dos outros povos, mas também não perder esse conjunto de vista enquanto o estudamos. Esse é o único modo de escapar às miragens da imaginação, às ilusões da sensibilidade, às influências do patriotismo. Os antigos biógrafos não consideraram em seus heróis nada além de eles mesmos e atribuíram todas as suas ações ao seu caráter ou ao seu gênio. Nós voltamos a eles, isto é, àqueles que hoje procuram discernir em um grande homem aquilo que é decorrente de seu meio. A história, é necessário admitir, cai ainda muito frequentemente no erro desses antigos biógrafos. Ela considera os povos como indivíduos isolados. Ela fala sobre eles muitas vezes como se cada um deles fosse o único de sua espécie no mundo e como se a civilização fosse um fenômeno de geração espontânea. Pelo menos, ela se esforça por reduzir ao mínimo o que deve aos seus vizinhos, como se fosse uma falha pertencer à humanidade.

<sup>5</sup> Nota do autor: Sabe-se que é desta crítica da síntese que se ocupa há muitos anos a excelente *Revue de synthèse historique*, dirigida por M. H. Berr. Nota das tradutoras: A *Revue de synthèse historique* foi fundada em 1900 com o objetivo de integrar a história às ciências sociais.

Não é evidente que esse ponto de vista, que chamarei, por falta de nome melhor, de ponto de vista "etnocêntrico", é o que mais se opõe à ciência? As ciências naturais nos mostram aqui o caminho a seguir. Seu objeto é toda a natureza. Por que o da história não é toda a história?

Seria vão argumentar que é impossível um único homem conhecer toda a história. Um físico ou um químico podem conhecer não somente toda a natureza, mas mesmo toda a física ou toda a química? Cada um deles é obrigado a não explorar mais que uma face de seu imenso domínio e, como se diz, especializar-se. Mas cada um deles ainda sabe bem que sua especialização só tem valor em sua função de conjunto e que toda a ciência se repercute e está envolvida em seu humilde trabalho. Em suma, seu ponto de vista, literalmente, é universal. Por que é diferente com o historiador? Por que ao ponto de vista universal quase sempre se prefere o ponto de vista nacional e, eu diria, de bom grado, o ponto de vista local?

/12/ Observa-se que essa preferência é de data relativamente recente. A Antiguidade, a Idade Média, a Renascença, o século XVIII são exemplos disso. De Heródoto a Voltaire e a Herder, conhecemos uma quantidade de sínteses que se esforçam por representar ou explicar o passado da humanidade em sua totalidade. Pouco importa que o *Discours sur l'histoire universelle* (*Discurso sobre a história universal*) ou o *Essai sur les moeurs* (*Ensaio sobre os costumes*) tenham se inspirado em ideias bem diferentes: sobre o objeto mesmo da história eles estão de acordo. Que o cristão reconheça os desígnios da Providência ou que a filosofia a submeta ao seu racionalismo, eles se consideram tanto um quanto o outro dentro de sua totalidade, ou melhor, dentro de sua unidade. A essa unidade, o romantismo e o nacionalismo do século XIX opuseram a diversidade. Da mesma forma que pressionaram os artistas a pesquisarem as cores locais, orientaram os historiadores ao estudo das características particulares que diferenciam os povos. A história se tornou mais viva, mais pitoresca, mais fascinante do que jamais havia sido. Tornou-se, ao mesmo tempo, mais rica e mais precisa. A crítica das fontes realizou um admirável progresso, esplêndidas descobertas revelaram civilizações desconhecidas, nenhuma manifestação de atividade social foi negligenciada, nem o direito, nem os costumes, nem a economia. É compressível que tenhamos podido dar ao século que acaba de terminar o nome de século da história.

Ainda assim, sua obra grandiosa parece muito mais erudita que científica. Ela é inigualável pela abundância de materiais que foram descobertos e pelo cuidado com que foram organizados. Mas podemos dizer o mesmo das sínteses que ela produziu? Parece que à medida que o campo da história aumentava, aquele da visão histórica ia se estreitando, e se estreitava mais à medida que nos aproximávamos de nosso tempo, reconhecendo-o, à medida que o nacionalismo e o imperialismo se afirmavam mais. É impressionante observar a que ponto o passado nacional atrai e absorve em cada país a atenção dos trabalhadores. E isso, sem dúvida, não é um mal. Mas o mal está no espírito de exclusivismo com o qual se aborda esse passado. Fechamo-nos nele, /13/ não vemos nada além dele e nos rendemos, então, incapazes de compreendê-lo. Na verdade, é

necessário reconhecer que o que mais falta às nossas histórias nacionais, por mais brilhantes que elas possam ser, é a objetividade científica e, digamos a palavra, a imparcialidade. E essa falta de imparcialidade, tomarei o cuidado de dizer que é desejada, mas direi também que é fatal. Os preconceitos de raça, os preconceitos políticos, os preconceitos nacionais são demasiado poderosos sobre o homem para que ele possa escapar a eles, a menos que se mova para fora de seu alcance. Para se libertar deles, é preciso que se eleve a essa altura de onde a história aparece por inteiro na majestade de seu desenvolvimento, as paixões passageiras se acalmam e se apaziguam diante da excelência do espetáculo.<sup>6</sup> Como chegar a isso se não pelo método comparativo? Somente ele é capaz de fazer o historiador evitar as armadilhas que o cercam, de lhe permitir apreciar em seu justo valor, em seu grau preciso de verdade científica, os fatos que ele estuda. Por ele e somente por ele, a história pode tornar-se uma ciência e se libertar dos ídolos do sentimento. Ele a transformará na medida em que adotará para a história nacional o ponto de vista da história universal. Consequentemente, ela não será somente mais exata, mas também mais humana. O ganho científico acompanhará o ganho moral, e ninguém se queixará se ele inspirar um dia aos povos, mostrando-lhes a solidariedade de seus destinos, um patriotismo mais fraternal, mais consciente e mais puro.

## 316

---

<sup>6</sup> Nota do autor: As ideias expostas aqui não pretendem originalidade alguma. Elas já estavam no ar antes da guerra. Quem observa o movimento geral da literatura histórica constata quantas histórias universais se multiplicaram nos últimos tempos. Algumas delas eram sem dúvida mais gerais que universais e objetivavam mais expor os fatos que explicá-los. Isso não impede que exista uma tendência a uma concepção histórica mais científica. É essa tendência que preside a elaboração da grande obra publicada em 1920 sob a direção de M. H. Berr: *L'évolution de l'humanité*. Nota das tradutoras: *L'évolution de l'humanité* trata-se de uma coleção de trabalhos monográficos sobre a história de diversos períodos publicados por Henri Berr a partir de 1920 e que alcançou a produção de cem volumes.

# Caderno especial

Special section

## **Apresentação - Teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político\***

Introduction - Theory and History of Historiography: from the Linguistic Turn to the Ethical-Political Turn

---

### **Marcelo de Mello Rangel**

mmellorangel@yahoo.com.br  
Professor Adjunto  
Universidade Federal de Ouro Preto  
Rua do Seminário, s/n - Centro  
35420-000 - Mariana - MG  
Brasil

### **Valdei Lopes de Araujo**

valdei354@gmail.com  
Professor Adjunto  
Universidade Federal de Ouro Preto  
Rua do Seminário, s/n - Centro  
35420-000 - Mariana - MG  
Brasil

---

318

---

\* Este texto é resultado parcial de projetos de pesquisa financiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Minas Gerais (Fapemig); no caso desta última, pelo programa de apoio a grupos emergentes que financia o projeto coletivo de pesquisa "Variedades do Discurso Histórico" no âmbito do Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade (NEHM).

Este dossiê reúne conferências apresentadas no 6º Seminário Brasileiro de História da Historiografia (SNHH), o qual foi realizado no ano de 2012 na cidade de Mariana, e, nele, todos os autores tematizam o problema do giro linguístico. Trata-se das conferências de Guillermo Zermeño Padilla (Colegio de México), Rogério Forastieri da Silva (Colégio Etapa - SP), Temístocles Cezar (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS) e Sérgio Campos Matos (Universidade de Lisboa). A escolha do tema se deveu, sobretudo, aos 40 anos da publicação do livro de Hayden White *Meta-História: a Imaginação Histórica do Século XIX*, que se completariam no ano seguinte ao 6º SNHH, em 2013.

As discussões que tivemos ao longo do evento e os textos que estamos publicando problematizam o giro linguístico e nos auxiliam a refletir sobre ele, ou, ainda, sobre o questionamento da relação entre realidade, pensamento e linguagem, e isso especialmente no interior da historiografia. Ainda a partir de nossas discussões no Seminário e, especialmente, dos textos que compõem o dossiê, podemos abordar os séculos XVIII e XIX como a origem, quer da compreensão que o giro linguístico problematizou – a de que o pensamento pode produzir enunciados privilegiados em relação à realidade –, quer de elementos fundamentais à própria estruturação de sua crítica.

É preciso ressaltar, ainda, que o conceito mais tradicional de giro linguístico o situa como um fenômeno recente, cuja origem pode ser datada das décadas do período pós-segunda Grande Guerra. Aqui, preferimos pensar o giro linguístico como um deslocamento histórico-estrutural mais amplo que pode ser definido em torno da clássica descrição foucaultiana da crise da representação, ou seja, do divórcio progressivo entre as palavras e as coisas que tem no século XVIII seu momento decisivo (FOUCAULT 1999). De modo algum, no entanto, essa definição mais ampla recusa a existência e relevância de abordagens que tratam o fenômeno como um evento/processo decisivo à história intelectual recente.

Interessa-nos, assim, pensar as condições de possibilidade do giro linguístico constituídas alguns séculos antes, a saber, a ampla percepção da “aceleração crescente das transformações no tempo”, própria da modernidade e que tornou possível o questionamento acerca das funções tradicionais da “historiografia”; e, num segundo momento, a própria colocação radical do problema epistemológico da “parcialidade” e do ponto de vista. De modo complementar, podemos explicitar e compreender, em seguida, duas tradições específicas no interior do giro linguístico, buscando, por fim, refletir sobre possíveis repercussões provocadas por esse deslocamento epistemológico.

### **A centralidade do problema da linguagem nas origens da modernidade**

Sobre as condições de possibilidade para a realização do giro linguístico, temos, em primeiro lugar, a constituição de uma experiência do tempo específica, profundamente acelerada, para usar um termo caro a Reinhart Koselleck, ou, ainda, trata-se da perda do caráter de imediatidade dos significados e sentidos capazes de orientar os homens e de promover a estabilidade da autorreferência humana (KOSELLECK 2006). Dessa forma, conceitos mais tradicionais e mais recentes como os de Deus, Estado, Absolutismo, Parlamento, Constituição,

História, Natureza, Ciência, Império, Nação, Comércio, Anarquia, República, Liberalismo, Comunismo, Capitalismo ou Socialismo passam a disputar e a requerer uma possível posição de hegemonia. Também, um conjunto de acontecimentos e processos históricos como a Revolução Industrial, a Independência dos Estados Unidos, a Revolução Francesa e a Expansão Napoleônica, bem como a Independência das colônias espanholas e portuguesas na América, entre outros, foram experimentados e produzidos como realidades inéditas para as quais não se tinha respostas suficientes no repertório tradicional (ARAUJO 2008; 2009; 2011; RANGEL 2014; LYNCH 2014).

Os sentidos disponíveis foram contestados e se viram na necessidade de disputar espaço com outros que iam aparecendo ao longo e na medida em que a modernidade ganhava forma. Paradoxalmente, esse processo de disputa, que tinha o objetivo de restituir uma ordem maximamente estável, acabou estimulando a crítica e as oposições de modo a intensificar a referida aceleração. Por fim, ia ocorrendo a diferenciação radical das conjunturas históricas, e, a um só tempo, ia sendo produzida a identidade moderna, na dependência, é claro, de metanarrativas que assegurassem a totalização presente e futura do que supostamente era deixado para trás (GUMBRECHT 1998).

Esse movimento acelerado da "História" foi responsável pela constituição de um aspecto específico no que tange à atualização da condição de sua temporalização – a atualização da tensão entre "espaço de experiência" e "horizonte de expectativa" –, que resultou no encurtamento significativo do "espaço de experiência". Isso significa que mediante conjunturas maximamente inéditas os homens iam se comportando de forma variada e dinâmica de modo a intensificar e produzir realidades que iam se diferenciando significativamente. O resultado dessa experiência temporal profundamente acelerada foi que os homens perderam boa parte da confiança em seus passados, em seu poder de rearticulação, de reorganização do presente.

Neste momento, temos a primeira condição de possibilidade para o giro linguístico: a contestação radical da história *magistra vitae*; conseqüentemente, aparece a possibilidade de colocação da questão: "para que serve a história ("historiografia")?" Ela tornará possível, por sua vez, o aparecimento das filosofias da história e, em seguida, dos historicismos. Aliás, é importante ressaltar que utilizamos a expressão "história *magistra vitae*" como uma metonímia de uma forma própria de experimentar os eventos históricos que amadureceu ao longo de séculos da história ocidental, que passou por diferentes formatos e modelos, mas que apontava sempre para elementos relativamente estáveis no plano experiencial.

Filósofos da história e historicistas se organizaram no sentido de responder a essa pergunta pelas condições de possibilidade do conhecimento histórico e de sua relevância para os homens. Os primeiros preconizam que a "História" se realiza necessariamente a partir de determinados sentidos, a despeito do homem e concretizando sua perfectibilidade; trata-se da lógica do progresso. A "historiografia" passa a constituir-se a partir da responsabilidade de evidenciar os sentidos fundamentais próprios da "História" com o objetivo de acelerar sua realização e de reduzir, assim, o sofrimento dos homens em busca da felicidade.

Dessa forma, temos a possibilidade de superação do problema colocado à "historiografia" pela aceleração radical do tempo, pois, se, por um lado, temos um processo de diferenciação significativa e incessante da "História" – e, logo, das conjunturas que vão se sucedendo –, temos, por outro lado, a possibilidade de direcionar um olhar mais profundo à "História", de perceber e explicitar os seus sentidos intrínsecos, estes sim inalteráveis e teleológicos.

No entanto, na medida mesmo em que os filósofos da história iam liberando esses sentidos, a "História", mais propriamente, não ia permitindo que eles comprovassem sua excepcionalidade – no interior daquele ritmo acelerado, tais sentidos iam sendo contestados de maneira que não reuniram força suficiente para determinar a realidade e comprovar sua constituição privilegiada. O resultado imediato foi a contestação das filosofias da história, especialmente pelos historicistas, menos em razão de sua compreensão de fundo acerca da temporalização da "História" do que em razão dos procedimentos necessários à observação e explicitação desse(s) sentido(s). Trata-se de uma espécie de momento metodológico profundamente teórico, dedicado à discussão e produção das condições de possibilidade ideias à observação e evidência das determinações próprias da "História", aquelas que, uma vez disponibilizadas e intensificadas, seriam capazes de acelerar a realização do processo histórico, evitando sofrimentos. O problema é que a modernidade também não permitiu que os enunciados historicistas a reestabilizassem, ao menos num primeiro momento e da forma pretendida, de modo que eles também passaram a ser contestados.

Temos, então, o aparecimento da segunda condição de possibilidade à constituição do giro linguístico, esta mais propriamente epistemológica. Da aceleração radical do tempo própria da modernidade surge o questionamento da história representada e, ainda, a possibilidade de se perguntar radicalmente pela sua função, procedimento que será reeditado com vigor no interior do giro linguístico e, mais, que será fundamental para o aparecimento das filosofias da história e dos historicismos, os quais, por sua vez, acabaram por tornar possível (por liberar) o questionamento significativo de toda e qualquer relação privilegiada entre linguagem e realidade, problema prioritário no interior das tradições que confluem no giro linguístico. A partir das filosofias da história, temos uma primeira resposta que não fora absorvida pela "História", o que orientou os historicistas a desenvolver suas reflexões e metodologias. O que estava em questão para os historicistas era que o problema dos filósofos da história não era o seu diagnóstico da "História", mas sim a forma ou o caminho proposto, profundamente arbitrário, "subjetivo". Eles não teriam sido capazes de tematizar com a atenção e o cuidado adequados a posição de base própria dos homens em geral, inclusive dos homens de ciência – seu posicionamento no interior de um mundo transcendental, e, portanto, determinante. Em outras palavras, os historicistas evidenciaram (e liberaram) um problema radical: a relação de intimidade entre os enunciados, inclusive os historiográficos, e os mundos a partir dos quais eles se tornam possíveis. Para tanto, haveria a possibilidade de constituição de um conjunto de métodos e protocolos capazes de abrir um acesso controlado à realidade histórica, garantindo, assim, a possibilidade de

explicitar os sentidos próprios da realização necessária da “História” como realidade-processo de modo a garantir à humanidade as condições propícias para o seu progresso e para a redução do sofrimento.

No entanto, como os sentidos liberados pelos historicistas também não foram capazes de se mostrar fundamentais para a “História” (e isso porque não ocuparam, ao menos num primeiro momento, a condição de imediatidade), surgiram os seguintes problemas: (1) ou bem a realidade histórica não possui sentido(s), (2) ou bem possui, mas nem mesmo os métodos e protocolos mais sofisticados seriam capazes de oferecer as condições de possibilidade ideais para que os historiadores pudessem evidenciá-lo(s). Trata-se, ao fim, da crise do “observador de segunda ordem” (GUMBRECHT 1998; 1999).

Desse modo, os próprios historicismos liberam, inclusive em razão de sua força teórica e sensibilidade sofisticada, a segunda condição de possibilidade que mencionamos mais acima, fundamental para a constituição do giro linguístico, a saber, o problema epistemológico da impossibilidade de produção de qualquer enunciado exclusivo sobre a realidade, movimento que, por sua vez, intensificou o questionamento acerca da função (ou da necessidade) da história ao longo do século XX. Assim, a modernidade e suas filosofias da história e historicismos constituem duas condições possíveis para o giro linguístico: (1) a aceleração do tempo, que desestabiliza a imediatidade quase tangível das histórias acumuladas pela história *magistra vitae* e, por conseguinte, torna possível a pergunta “para que serve a história?” e (2) o próprio questionamento acerca de toda e qualquer possibilidade de constituição de critérios de seleção de enunciados privilegiados em relação à realidade, inclusive (e em nosso caso especialmente) no interior da historiografia.

322

Temos, então, duas condições importantes para a constituição do giro linguístico: uma histórico-estrutural – a aceleração radical do tempo própria da modernidade e o consequente questionamento acerca da serventia da história – e, posteriormente, a segunda, histórico-epistemológica – a tematização do que podemos chamar de impossibilidade de qualquer acesso privilegiado em relação à realidade. Desse modo, o século XX herda essa espécie de desafio epistemológico disponibilizado ao longo do século XIX, o qual foi enfrentado por pelo menos duas tradições distintas, a fenomenológico-hermenêutica e a neo-historicista (ou pós-moderna). Em outras palavras, podemos dizer que o giro linguístico se constitui (e intensifica) a partir dessas duas tradições.

### **Dois tradições entre convergência e dispersão**

A tradição fenomenológico-hermenêutica está mais precisamente associada a Husserl e a Heidegger e, após eles, a filósofos, historiadores e teóricos da literatura como Gadamer, Paul Ricoeur, Koselleck e Gumbrecht, além de ter sido importante para filósofos e historiadores como Walter Benjamin, Jörn Rüsen e François Hartog. Apesar das profundas diferenças entre eles, o que está em questão nesta tradição é que todo e qualquer pensamento e ação no interior do presente é determinado pela relação de intimidade com passados e futuros, os quais se constituem como ponto de determinação transcendental que orienta

e determina cada presente. Em função disso, ao fim, há a intensificação da premissa fundamental do giro linguístico, a de que não há a possibilidade de construção de enunciados privilegiados em relação à realidade, ou mesmo objetivos no sentido de a realidade estar disponível exatamente à frente de quem os produz, e isto de acordo com o termo alemão *Gegenständlichkeit*.

A tradição neo-historicista ou pós-moderna está mais precisamente vinculada a filósofos, historiadores e teóricos da literatura como Wittgenstein, Roland Barthes, Lyotard, Jean Baudrillard, Hayden White, Frank Ankersmit, Keith Jenkins, Stephen Greenblatt, entre outros, e sua compreensão de base é a de que há uma autonomia radical do presente em relação ao passado e, mais, que são os homens no interior do presente que reconstituem certa reorganização apenas provisória da "História".<sup>1</sup> Em outras palavras, sua percepção acerca do tempo é a de que ele é "deveniente", que se diferencia radical e incessantemente, intensificando, nesse sentido, a compreensão de tempo própria do "cronótopo historicista", para usar um termo caro a Gumbrecht; por esta razão, inclusive, é que eles são chamados de neo-historicistas (GUMBRECHT 1999; 1998; ARAUJO 2006a; RANGEL 2010; RANGEL; RODRIGUES 2012). Assim, no interior dessa percepção temporal, o pensamento histórico é compreendido como sendo o âmbito (ou estratégia) ideal para a constituição de enunciados ideais para a estabilização temporal (ainda que provisória). Ao fim, a despeito das distinções em relação à tradição fenomenológico-hermenêutica, é intensificada aquela determinação fundamental do giro linguístico, a de que não existem enunciados privilegiados (objetivos, no sentido que sublinhamos acima) em relação à realidade.

323

Para sermos ainda mais precisos no que tange à primeira tradição, a fenomenológico-hermenêutica, podemos falar da seguinte estrutura temporal de base: o homem é a estrutura própria da constituição e temporalização da "História". É a partir dele que ela se sedimenta e se diferencia, e isso por uma tensão entre determinado passado protagonista e que vige no presente, outros passados obscurecidos mas que continuam disputando espaços de protagonismo no interior da "História" (do presente) e, por último, a sua própria recepção (ou falta de recepção) no presente. Segundo Heidegger, por exemplo, o homem é uma estrutura específica, o *Dasein*, a qual é determinada pelo seu "aí" e pelo "poder-ser" que ele também é. O aí, ou, ainda, o "mundo", significa, mais propriamente, um conjunto de significados e de sentidos sedimentados a partir dos quais o *Dasein* se orienta, e o poder-ser é a própria necessidade de projetar ou mesmo de desejar algo mais do que determinado mundo oferece ao menos de forma evidente. Dessa forma, é a partir da tensão entre aí e poder-ser que a "História" ou mesmo o tempo se temporaliza ou, ainda, diferencia-se e sedimenta-se (HEIDEGGER 2008, §§ 72-77; ARAUJO 2013; CASANOVA 2013).<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Em relação a este esquema que aponta para a existência de duas grandes tradições no interior do giro linguístico, bem como associa determinados autores a um ou a outro grupo, trata-se de uma organização didática, de modo que reconhecemos as diferenças no interior de cada uma destas tradições, e mais, a própria possibilidade de questionamento da relação autor-tradição que anotamos ou mesmo o rearranjo da lista apresentada.

<sup>2</sup> Ainda sobre este movimento de temporalização do tempo ou da "História" a partir do *Dasein*, ver a discussão sobre morte e nascimento no quinto capítulo da segunda sessão de *Ser e Tempo*.

É fácil perceber a insuficiência da definição disciplinar especializada para dar conta do que Heidegger chama de histórico. Daí sua distinção entre o historiográfico, um tipo de abordagem dos fenômenos do mundo da vida que partisse do pressuposto da centralidade da temporalidade (*Dasein*) como estrutura fundamental do humano, e o historiológico, o que conhecemos como ciência histórica no sentido mais tradicional. Essa consciência pode ajudar-nos a descongelar as representações históricas a partir da investigação da oscilação entre a historicidade própria e a imprópria, o que daria lugar ao acolhimento e evidenciação de determinados passados mais ou menos obscurecidos no interior do presente, tornando possível a reorganização da tríade – passado, presente e futuro – a partir da historiografia. Esses dois adjetivos (“própria” e “imprópria”) não apontam para valores desiguais em Heidegger, mas para duas formas existenciais (na origem, complementares) de se relacionar com o tempo histórico. A imprópria é determinada pela necessidade humana de abordar o mundo circundante reduzindo-o a objetos de uso, ao alcance das mãos, e isso a partir de um sentido ou de um conjunto de sentidos específico; por isso, tende a objetivar também o passado e o futuro, que deixam de ser experimentados como um ambiente. Em suma, o que há no modo impróprio é a repetição incessante de um sentido protagonista que torna improvável o movimento de diferenciação da “História” ou, ainda, seu descongelamento. Assim, recuperar a dimensão ecológica do tempo histórico, que para Heidegger é sua dimensão primária, pode revelar a historicidade própria. Aqui, as dimensões passado, presente e futuro são intercambiáveis e modalizáveis, valorizando-se a simultaneidade em lugar da sucessão.

O que temos até hoje chamado de historiografia é a redução da investigação e de sua consciência à dimensão imprópria da historicidade. Desse modo, a história da historiografia (HH) deixaria de ser uma espécie de auxiliar da história ciência para tornar-se uma abordagem global do humano com particular atenção às estruturas existenciais da temporalidade. Além do ganho cognitivo, poderíamos fazer justiça à enorme expansão dos objetos e fenômenos que a comunidade tem investigado. Assim, abordagens tradicionais, especializadas, como a história intelectual, poderiam ser traduzidas nesse novo universo. Esse deslocamento parte da aceitação de que toda historiografia, como historiologia, também produzirá sempre algum congelamento funcional de nossa experiência; esta é sua principal função: fabricar, por redução, objetos identitários e orientações práticas para a realização de nossa necessidade de operar sobre o mundo e os outros. Mas esse aspecto historiológico, que culmina com a ciência histórica e resulta na formação de tecnologias de identidade, orientação, entretenimento histórico etc, não esgota toda a nossa necessidade de história, nem explica a totalidade dos fenômenos de representação e apresentação históricos (ARAUJO 2012).

Mesmo no discurso histórico orientado pelos padrões da ciência, percebemos, em todo momento, elementos contrabandeados de outras formas de experiência que não a pragmático-científica. Ao tornar esse discurso seu objeto de análise, a HH ampliou nossa capacidade de identificar alguns desses “contrabandos”, mas chegou a um impasse em relação aos efeitos dessas descobertas no

projeto historiológico, ou seja, da ciência e tecnologias históricas. De um lado, temos aqueles que ainda esperam dela uma purificação e a liberação das forças que travam o progresso do discurso científico e, de outro, os que, adotando uma crítica radical a esse discurso, afirmam o que seria aparentemente o seu oposto, a subjetividade como fidúcia de uma democracia cognitiva que levaria à equivalência de todas as representações. Claro que esses dois caminhos são dois lados complementares da historiologia, sem a capacidade de avançar para além da dimensão imprópria da historicidade. Essa estrutura que acabamos de explicitar a partir de Heidegger também é fundamental para as reflexões de Benjamin e de Koselleck sobre a "História". Benjamin explicita que (1) determinado passado protagonista determina a constituição do presente e que (2) determinados passados maximamente obscurecidos se remetem a certos presentes, em momentos de "perigo", constituindo as condições de possibilidade ideias para a diferenciação do tempo ou da "História" (no *Jetztzeit*, "tempo de agora"), o que, por conseguinte, abre novas possibilidades de projetos, esperanças e desejos, ou, ainda, de futuros possíveis (BENJAMIN 2005; RANGEL 2011; 2013).

No caso de Koselleck, a estrutura que descreve o movimento de constituição, sedimentação e diferenciação da "História" é semelhante; trata-se da tensão antropológica entre "espaço de experiência" e "horizonte de expectativa", a qual, aliás, também é fundamental para compreendermos parte dos trabalhos de Rüsen, que pensa a partir das categorias "experiência" e "intenção", e de Hartog, com seu "regime de historicidade" (KOSELLECK 2006; RÜSEN 2001; HARTOG 2003). Para Koselleck, o "espaço de experiência", ou, ainda, um conjunto específico de significados e de sentidos disponibilizados por determinados passados, e o "horizonte de expectativa", tendência a projeções, esperanças e desejos, tensionam-se no presente, e isso a partir de experiências do tempo e acontecimentos históricos específicos, provocando diferenciações e sedimentações da "História".

Essa estrutura também é fundamental para o pensamento de Hans Ulrich Gumbrecht, e isso a partir da categoria "fascinação" (GUMBRECHT 1999; 2011). Trata-se da necessidade/possibilidade antropológica de projeção, expectativa ou ainda desejo, estrutura fundamental, inclusive, para o que o autor chama de necessidade dos homens em geral em relação ao material produzido pela historiografia e pelos demais âmbitos da cultura histórica. E, mais, é a própria relação entre essa determinação antropológica, a fascinação (desejo de transcender o nascimento também em direção a mundos passados), e determinada conjuntura contemporânea marcada pelo encurtamento significativo do futuro ou do "horizonte de expectativa" que explicaria ou ajudaria a diagnosticar o "cronótopo" no interior do qual nos encontramos, o *broad present* ou "presente alargado".

Berber Bevernage, por sua vez, identifica a passagem acelerada do modelo da amnésia para o da memória da violência e do direito à verdade como um dos efeitos dessas transformações mais amplas no regime de historicidade modernista (ou historicista). Em sua avaliação, a crise da consciência moderna do tempo e de sua política de sincronização tornaria menos eficazes as práticas

modernistas de afastar o passado do presente, sendo, então, o presente vivido como um espaço ocupado por um excesso de memórias traumáticas (HARTOG 2003). Em um contexto de excesso de memória, a política da amnésia torna-se impraticável. Para o discurso modernista, a destruição deliberada de um passado morto poderia ser vista como a aceleração dos efeitos normais de um tempo progressista; com a crise desse otimismo, no entanto, torna-se cada vez mais difícil esquecer.<sup>3</sup>

A presença dessas memórias anacrônicas, do ponto de vista do discurso modernista, torna cada vez mais problemática a tarefa do discurso histórico de traçar uma clara linha separando presente e passado. Citando Primo Levi, Bevernage escreve que as "memórias das ofensas têm continuamente crescido desde o Holocausto e agora desafiam profundamente a consciência moderna do tempo" (BEVERNAGE 2012, p. 465-466). Teríamos, então, uma espécie de colisão entre a tentativa do discurso modernista de organizar linearmente o tempo, atribuindo ao presente a centralidade única da presença, e o discurso da memória, que insiste na permanência e na simultaneidade.

Incapaz de traçar uma clara distinção entre presente e passado, as comissões da verdade em sociedades pós-traumáticas voltar-se-iam para a história "[...] in order to pacify the troublesome force of 'memory.' History, then, is introduced in the field of transitional justice not despite an already overabundant memory but because of it" (BEVERNAGE 2012, p. 493). O problema das comissões deixa de ser apenas o do estabelecimento de uma consciência histórica por meio do tratamento da memória: elas tornam-se o palco no qual duas formas distintas de memória se confrontam, a do passado irreversível (historiografia no sentido tradicional) e a do passado irrevogável, o das vítimas. Para as vítimas, o passado não passou e não passará, cabendo aos vivos assumir a responsabilidade por essa copresença.

326

Para Bevernage, ainda, a historiografia modernista estaria assentada na ideia de irreversibilidade do passado; sua função seria distanciar o passado, livrar as sociedades daquilo que Hayden White, em seu famoso artigo, chamou de "fardo da história" (BEVERNAGE 2012). Desse modo, podemos entender o sucesso da fórmula construtivista de que o passado somente existiria na medida em que fosse (re)inventado pelo historiador, provendo o tempo presente do privilégio exclusivo da presença "real". Embora não enfrente esse problema diretamente, Bevernage nos ajuda a pensar ao identificar como na historiografia modernista os conceitos metafísicos de subjetividade e de memória se tornaram centrais. Nesse mundo em que tudo é construído, inclusive a nação, restaria "apenas" a crença na realidade dos sujeitos.

Assim, compreendemos melhor a temporalidade neo-historicista, a concepção de que a "História" se diferencia incessantemente e cabe ao presente, autônomo (quase independente), constituir as interpretações possíveis capazes, por conseguinte, de reconstituir sentidos e orientações provisórias, quer de

<sup>3</sup> "The problem with the past and the reason that it continues to torment, according to Ignatieff, is precisely that it is not past: 'Crimes can never be safely fixed in the historical past: they remain locked in the eternal present crying out for vengeance'" (BEVERNAGE 2012, p. 441).

forma mais subjetiva, quer de forma mais socialmente orientada. Desse modo, Hayden White, por exemplo, assinala que há acontecimentos maximamente desestabilizadores, capazes de provocar uma desarticulação radical do presente, o que, por conseguinte, faria com que os sentidos e sugestões disponibilizados pelos passados se tornassem inadequados. Ao tematizar o problema do Holocausto e da "solução final", o autor afirma que os homens do século XX (e ainda do XXI) precisariam reconstituir conjuntos de significados e de sentidos adequados à existência no interior de um mundo que teria colocado em questão (quase) toda a moralidade e as orientações próprias da história ocidental. E ainda no que toca à possibilidade de constituição de enunciados que tematizassem aquele momento, seria necessário insistir numa espécie de "livre jogo" entre memória e imaginação, e isso para que determinadas lembranças fossem, aos poucos, enfrentadas e explicitadas, o que teria o poder de (1) reorganizar a linguagem e a moralidade e (2) produzir conhecimento (apenas) indicativo e, por conseguinte, orientador. Nesse sentido, temos um conjunto de proposições específicas de Hayden White no que tange ao método adequado ao enfrentamento gnosiológico de momentos radicalmente críticos. Apesar de não termos, aqui, espaço para explicitar esse método com o cuidado devido, já temos material suficiente para inserir o pensamento do autor norte-americano no interior do giro linguístico, e isso precisamente no que se refere à compreensão fundamental que reúne os historiadores neo-historicistas, a saber, a de que o presente é autônomo (quase independente) em relação ao passado e precisa se dedicar à reconstituição da "História", que, por sua vez, é determinada pela necessidade incessante e por vezes radicalmente crítica de diferenciação (WHITE 2003).

327

Frank Ankersmit também compreende que não há possibilidade de relação privilegiada entre pensamento e realidade ou entre os enunciados historiográficos e o passado, e isso justo em razão da diferenciação radical entre passado e presente; por isso, o presente acaba sendo um âmbito decisivo de resignificação e de reorganização do passado (ANKERSMIT 2001; 2012; ARAUJO 2006b). Segundo o autor, se, alguma vez, já foi possível alguma relação privilegiada entre presente e passado (e esta argumentação tem um tom irônico), isso deixou de ser possível no momento em que houve uma multiplicação dos trabalhos produzidos no interior da história da historiografia, os quais teriam possibilitado um afastamento ainda maior entre o sujeito do conhecimento e os passados investigados, e isso porque ao (precisar) percorrer essas múltiplas interpretações, o historiador, ou bem não teria tempo suficiente para uma aproximação significativa em relação às suas fontes, ou mesmo já seria, necessariamente, determinado por essas leituras. No entanto, essa reflexão não deveria desestimular as pesquisas no âmbito da história, visto que essa impossibilidade de estabelecer enunciados privilegiados tornaria possível à história participar decisivamente de seu tempo, constituindo e disponibilizando, incessantemente, compreensões e juízos importantes para a orientação.

## Reações

Os textos publicados neste dossiê, bem como as discussões que tiveram lugar no interior de nosso Seminário, também possibilitam discutir a própria repercussão do giro linguístico ou, ainda, qual seriam seus desdobramentos concretos no interior da historiografia geral. Nesse sentido, é preciso matizar tais repercussões, e isso em razão das especificidades das culturas historiográficas; no entanto, sublinhamos um problema que consideramos geral e que chamamos de giro ético-político. Com efeito, independentemente de qual cultura historiográfica e de qual tradição esteja em questão (a fenomenológico-hermenêutica ou a neo-historicista), as reflexões e compreensões disponibilizadas a partir do giro linguístico apontam para a constituição de um horizonte comum no interior da teoria e da história da historiografia contemporâneas, a saber: (1) o sujeito do conhecimento não pode produzir enunciados privilegiados em relação à realidade, a despeito das teorias e métodos em questão e (2) a historiografia possui uma determinação específica, a de pensar e/ou intervir no mundo que é o seu.

Não obstante os argumentos que possamos utilizar, quer favoráveis ou contrários a esse horizonte, parece que o mundo contemporâneo, posterior ao giro linguístico, tornou-se profundamente crítico de toda e qualquer argumentação fundada na possibilidade da produção de enunciados privilegiados em relação ao real, de modo que podemos acompanhar certa consequência mais propriamente geral provocada pelo giro linguístico no interior da teoria e da história da historiografia contemporâneas, a saber, a sua fundamentação ou mesmo justificativa ético-política (e, aqui, “ética” significa pensar seu mundo e “política”, algo como uma intervenção mais imediata e pró-ativa). Apesar das muitas diferenças no que tange às reflexões de autores contemporâneos como Gumbrecht, François Hartog, Frank Ankersmit, Rüsen, Hayden White, Chris Lorenz, Marcelo Jasmim, Berber Bevernage, Luiz Costa Lima, Elias Palti, entre outros, a impressão que temos é a de que, justo em razão do questionamento radical e da perda do valor de convencimento da justificativa – produzir conhecimento sobre o passado –, e isso a partir do giro linguístico, a teoria e a história da historiografia contemporâneas têm no critério pensar e/ou intervir no mundo, ou seja, na pretensão ético-política, o ponto de determinação ou mesmo o motivo fundamental a partir do qual insiste (e justifica) em tematizar passados no interior do presente.

Autores como Gumbrecht estão preocupados com a possibilidade de a história da historiografia contemporânea insistir na liberação de passados a partir do que chama de “realismo impossível”, e isso com o intuito de ampliar a sensibilidade humana, o que significa, mais propriamente, a possibilidade de provocar uma relação mais adequada entre a sensibilidade, a realidade sempre complexa e o aparato intelectualivo (GUMBRECHT 2011; 2014). É nesse sentido, aliás, que podemos pensar o problema da *Stimmung* como cara à reconstituição (intensificação) de passados. François Hartog também se preocupa com o problema de um diagnóstico do mundo contemporâneo, o qual seria determinado por um “regime de historicidade” específico, o do “presentismo”, de modo que a teoria e a história da historiografia podem constituir-se como âmbito ideal

para a tematização desse tempo, tornando possível a investigação dos motivos responsáveis pelo que podemos chamar de uma relação "desequilibrada" entre o presente e determinados passados. O que está em questão aqui, para o historiador francês, é que o século XXI ainda estaria profundamente ligado ao século XX, especialmente a partir de uma espécie de desejo de retematização e de reparação (talvez) "excessivos" em relação a determinados acontecimentos históricos críticos e traumáticos em relação aos quais os homens, desde sua ocorrência, não teriam se posicionado de forma efetivamente "responsável". Uma reflexão possível quanto a esse problema pode ser feita a partir da questão do "patrimonialismo" (HARTOG 2006).

Rüsen sublinha que o critério de verdade próprio da "representação de continuidades" precisa ser a força de rearticulação de determinados passados, reconsiderados, no interior do presente, ou, ainda, tratar-se-ia da própria potência de orientação da narrativa historiográfica. Assim, os protocolos da ciência histórica (fundamentais) serviriam menos à produção de enunciados privilegiados e mais à constituição de um âmbito maximamente "desideologizante", ou seja, ideal para uma crítica ampla, atenta e cuidadosa, capaz de reduzir o poder de convencimento de compreensões individualizantes que advenham da política, da arte, da religião, bem como da própria teoria e da história da historiografia. Frank Ankersmit assinala que é justo a impossibilidade de produção de enunciados privilegiados em relação a passados que torna possível uma intervenção específica da teoria e da história da historiografia no tempo presente, e isso porque elas disponibilizariam uma gama múltipla e dinâmica de sugestões que podem se tornar adequadas ao próprio movimento de constituição (de diferenciação e de estabilização provisória) da "História".

Os caminhos são múltiplos, e também são ambíguas as repostas que podemos encontrar para esse lugar da historiografia como atividade intelectual rigorosa em nosso tempo. Como destacam autores como Heidegger e Derrida, o discurso histórico moderno tende a congelar a representação do passado como algo simultaneamente instável e disponível. Se cada presente produz sua própria história, sempre teremos cada vez mais histórias disponíveis, mas esse excesso de histórias se desfaz assim que o próprio fundamento desse presente demiurgo autocentrado se desmancha no interior de suas concentrações. O presente não tem como fundamentar o passado e ao mesmo tempo querer fundar-se nesse passado inventado. Esse círculo vicioso do modernismo, tantas vezes denunciado, ajuda a entender a ambivalência de um mundo que ao mesmo tempo está carente de passado e repleto de passado. As representações do passado que chegam até nós não só pela historiografia, mas também por meio de diversas fontes e atores sociais (o que podemos chamar de "cultura histórica" a partir de Rüsen), não são capazes de orientar e abrir o futuro e também pouco ajudam no descongelamento das macrorrepresentações modernas. As grandes produções televisivas, por exemplo, são cada vez mais cuidadosas nos aspectos materiais da representação, nos figurinos, nos cenários, até nas formas sociais de reprodução da vida em Roma, na Itália renascentista ou na época vitoriana, mas os modelos interpretativos, as narrativas implícitas ou explícitas permanecem

fundamentalmente modernas (bem delimitadas e hegemônicas), o que, salvo exceções, pode também ser afirmado para boa parte da historiografia científica produzida. A história do progresso liberal, definida por Hayden White como essencialmente cômico-conciliatória, ainda é, basicamente, o ar que respiramos nas representações públicas da história.

Enfim, procuramos apresentar algumas reflexões que se tornaram possíveis a partir de nosso *Seminário* e dos textos que ora publicamos, a saber: (1) algumas condições de possibilidade de instauração e intensificação do giro linguístico a partir dos séculos XVIII e XIX; (2) duas tradições distintas que constituíram esse movimento epistemológico; e (3) o que consideramos ser um desdobramento geral do giro linguístico no interior da teoria e da história da historiografia contemporâneas, a saber, o esgotamento da autonomia e do poder de persuasão da justificativa de que a historiografia produz conhecimentos privilegiados sobre os passados e de que, logo, tematizamos o passado para isto, para conhecê-lo (mesmo que apenas parcialmente), e mesmo para nos orientarmos, já que podemos conhecê-lo. O que se desdobra, por conseguinte, a partir do que chamamos de giro ético-político próprio ao mundo contemporâneo, é que a teoria e a história da historiografia estão se constituindo como âmbitos ideias para o pensamento e/ou para a intervenção em seu tempo. E isso não porque podemos conhecer o passado e, então, pensar e intervir em nosso mundo, mas sim porque a sua tematização, em qualquer âmbito da cultura histórica, inclusive no interior da disciplina história, terá, sempre, o poder (necessário) de mobilizar os homens. Ao fim, se trata de uma necessidade fundada, ou bem no "fascínio", ou bem na "consciência histórica", mas sempre de uma necessidade.

330

### Referências bibliográficas

ANKERSMIT, Frank. **A escrita da História**: a natureza da representação histórica. Londrina: Eduel, 2012.

\_\_\_\_\_. Historiografia e pós-modernismo. **Topoi**: revista de história, v. 2, p. 113-135, 2001.

ARAUJO, Valdei Lopes de. A aula como desafio à experiência da história. In: GONÇALVES, Márcia de Almeida et al. (orgs.). **Qual o valor da história hoje?** Rio de Janeiro: FGV, 2012.

\_\_\_\_\_. História da historiografia como analítica da historicidade. **História da Historiografia**, v. 12, p. 34-44, 2013.

\_\_\_\_\_. Formas de ler e aprender com a História no Brasil joanino. **Acervo**, v. 22, p. 85-98, 2009.

\_\_\_\_\_. Observando a observação: sobre a descoberta do clima histórico e a emergência do cronótopo historicista, c. 1820. In: CARVALHO, José Murilo; CAMPOS, Adriana Pereira (orgs.). **Perspectivas da cidadania no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 281-304. v.1.

- \_\_\_\_\_. Para além da auto-consciência moderna: a historiografia de Hans Ulrich Gumbrecht. **Varia História**, v. 22, p. 314-328, 2006a.
- \_\_\_\_\_. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. **Locus**, Juiz de Fora, v. 12, p. 79-94, 2006b.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: LÖWY, Michel. **Aviso de incêndio**: uma leitura das teses "Sobre o conceito de História". São Paulo: Boitempo, 2005.
- BEVERNAGE, Berber. **History, Memory and State-Sponsored Violence: Time and Justice**. Routledge, 2012. (Edição eletrônica).
- CASANOVA, Marco Antonio. **Compreender Heidegger**. 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 2013.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Atmosfera, ambiência, "Stimmung"**: sobre um potencial oculto na literatura. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RJ, 2014.
- \_\_\_\_\_. Depois de "Depois de aprender com a história", o que fazer com o passado agora? In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdeci Lopes de (orgs.). **Aprender com a história?** O passado e o futuro de uma questão. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Em 1926**: vivendo no limite do tempo. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Modernização dos Sentidos**. São Paulo: Editora 34, 1998.
- HARTOG, François. **Régimes d'historicité**: présentisme et expériences du temps. Paris: Éditions du Seuil, 2003.
- \_\_\_\_\_. Tempo e Patrimônio. **Varia História**, vol. 22, nº 36, p. 261-273, jul/dez, 2006.
- HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Sein und Zeit**. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. **Monarquia sem despotismo e liberdade sem anarquia**: o pensamento político do Marquês de Caravelas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- RANGEL, Marcelo de Mello. Justiça e história em Derrida e Benjamin. **Sapere Aude**: revista de filosofia, v. 4, p. 347-359, 2013.
- \_\_\_\_\_. O problema da ciência histórica em Friedrich Nietzsche e Walter Benjamin. **Revista Urutágua**, v. 23, p. 78-84, 2011.

\_\_\_\_\_. Romantismo, *Sattelzeit*, melancolia e “clima histórico” (*Stimmung*).  
**Expedições**: teoria da história e historiografia, v. 5, n. 1, 2014.

\_\_\_\_\_. Sobre a utilidade e desvantagem da ciência histórica, segundo Nietzsche e Gumbrecht. **Dimensões**, vol. 24, p. 208-241, 2010.

RANGEL, Marcelo de Mello; RODRIGUES, Thamara de Oliveira. História e Modernidade em Hans Ulrich Gumbrecht. **Revista Redescrições**, ano 3, n. 4, p. 63-71, 2012.

RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica**. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

WHITE, Hayden. **El Texto histórico como artefacto literario**. Barcelona: Ediciones Paidós. I.C.E. de la Universidad Autónoma de Barcelona, 2003.

# Introduction - Theory and History of Historiography: from the Linguistic Turn to the Ethical-Political Turn\*

---

## **Marcelo de Mello Rangel**

mmellorangel@yahoo.com.br

Associated Professor

Universidade Federal de Ouro Preto

Rua do Seminário, s/n - Centro

35420-000 - Mariana - MG

Brasil

## **Valdei Lopes de Araujo**

valdei354@gmail.com

Associated Professor

Universidade Federal de Ouro Preto

Rua do Seminário, s/n - Centro

35420-000 - Mariana - MG

Brasil

---

333

---

\* This text is a partial result of research projects funded by the Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (National Council for Scientific and Technological Development) - CNPq and by Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Minas Gerais (Fapemig; Minas Gerais Research Support Foundation), the former, by the support program to emerging groups that funds the collective research Project "Varieties of Historic Discourse" within the Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade (Center for the Study of History and Historiography of Modernity) - NEHM.

This dossier brings together lectures presented at the 6<sup>th</sup> Brazilian Seminar of History and Historiography (SNHH), which took place in 2012 in the city of Mariana, discussing the problem of the linguistic turn. The reader will have access to texts authored by Guilherme Zermeño Padilla (Colegio de México), Rogério Forastieri da Silva (Colégio Etapa-SP), Temístocles Cezar (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS) and Sérgio Campos Matos (Universidade de Lisboa). The choice of the theme was due mainly to the 40 years of the publication of Hayden White's book *Metahistory: The Historical Imagination in the 19<sup>th</sup> Century*, to be celebrated one year after the 6<sup>th</sup> SNHH, in 2013.

The discussions engaged in during the event and the texts published here problematize and help us to reflect about the linguistic turn and the questioning of the relationship between identity, thought, and language, particularly within historiography. From our discussions, and mainly the texts composing this volume, the 18<sup>th</sup> and 19<sup>th</sup> centuries can be approached as the origin both of the understanding questioned by the linguistic turn - according to which thought produces privileged enunciations in relation to reality - and of fundamental elements to the structuring of its criticism.

It should also be highlighted that the most traditional concept of linguistic turn proposes it as a recent phenomenon originated in the decades following the Second World War. Here, we prefer to adopt the view according to which the linguistic turn is a broader historical-cultural displacement to be defined around the classical Foucaultian description of the crisis of representation, that is, the progressive split between words and things whose turning point was the 18<sup>th</sup> century (FOUCAULT 1999). This broader definition, however, does not deny the existence and the relevance of approaches that address the phenomenon as a decisive event/process in relation to recent intellectual history.

Thus, it is our aim to think about the conditions of possibility of the linguistic turn, which took shape some centuries earlier, namely the broad perception of the "growing acceleration of transformations within time," inherent to modernity, enabling the questioning of the traditional role of historiography" and, in a second moment, the radical consideration of the epistemological problem of "partiality" and point of view. Complementarily, we can bring forth and understand two specific traditions within the linguistic turn, finally aiming to reflect on the possible effects of this epistemological shift.

### **The Centrality of the Problem of Language in the Origin of Modernity**

On the conditions of possibility for the actualization of the linguistic turn, we have, in the first place, the constitution of a particular experience of time, deeply accelerated, to use Reinhart Koselleck's term, or the loss of immediacy of meanings and senses able to direct men and promote the stability of human self-reference (KOSELLECK 2006). Thus, both traditional and recent concepts, such as God, State, Absolutism, Parliament, Constitution, History, Nature, Science, Empire, Nation, Commerce, Anarchy, Republic, Liberalism, Communism, Capitalism or Socialism compete for a position of hegemony. In addition, a series of historical happenings and processes, such as the Industrial Revolution, the

Independence of the United States, the French Revolution and the Napoleonic Expansion, and the Independence of the Spanish and Portuguese colonies in the Americas, among others, were experienced and produced as unheard of realities for which there were no satisfactory answers within the traditional repertoire (ARAUJO 2008; 2009; 2011; LYNCH 2014; RANGEL 2014).

The senses available were contested and had to compete for space along with others that started to appear throughout and insofar as the self-reference of 'modernity' took shape. Paradoxically, this process that aimed to reestablish a maximally stable order ended up stimulating critiques and oppositions, thus intensifying this acceleration. Finally, a radical differentiation of historical conjunctures started to occur and, at the same time, modern identity was being produced, not independently, of course, of metanarratives that ensured the present and future totalization of what had supposedly been left behind (GUMBRECHT 1998).

This accelerated movement of "History" was responsible for the constitution of a specific aspect concerning the actualization of the condition of its temporalization – the actualization of the tension between 'space of experience' and 'horizon of expectation' – resulting in a meaningful diminishing of the 'space of experience'. This means that in face of maximally unheard of conjunctures men behaved variously and dynamically so as to intensify and produce realities that significantly differentiated themselves. The result of this profoundly accelerated temporal experience was the loss by men of a great deal of confidence in their pasts and their power of rearticulating and reorganizing the present.

It is then that the first condition of possibility for the linguistic turn emerges - the radical contestation of history as *magistra vitae* and, accordingly, the possibility of putting forth the question - what is the role of history ('historiography')? This question will enable, on its turn, the emergence of philosophies of history and, then, historicisms. It is important, then, to highlight that the phrase "history as *magistra vitae*" is used as a metonymy for a certain way of experiencing historical events that matured throughout the centuries of Western history, which crossed different shapes and models, but always pointed to relatively stable elements in the experiential level.

Philosophers of history and historicists have organized themselves to answer this question about the conditions of possibility of historical knowledge and its relevance to men. The former offer the explanation that 'History' is realized necessarily from certain senses, in spite of men and realizing their perfectibility - the logic of progress. 'Historiography' starts to be constituted from the responsibility of evidencing the fundamental senses to 'History' with the aim of accelerating its realization and thus diminishing the suffering of men in search for happiness. We have the possibility of overcoming the problem posed to 'historiography' by the radical acceleration of time, so that, if on the one hand we have a process of significant and unstopping differentiation of 'History', therefore of succeeding conjunctures; on the other hand we find the possibility of casting a deeper look into 'History', realizing and shedding light on its intrinsic meanings, which are actually unchanging and teleological.

However, insofar as the philosophers of history liberated these senses, 'History', more properly, did not allow them to verify their exceptionality, that is, within this accelerated rhythm, these senses were contested so that they did not gather enough strength to determine the reality and to verify its privileged constitution. The immediate result was the contestation of philosophies of history, mainly by historicists, less due to their background understanding of the temporalization of 'History' than to the necessary procedures to the observation and the rendering explicit of these senses. It is a type of methodological moment that is profoundly theoretical, dedicated to the discussion and the production of ideal conditions of possibility for the observation and evidencing of determinations proper to 'History', those which, once availed and intensified, would be able to accelerate the realization of the very historical process, then avoiding suffering. The problem is that modernity also does not allow historicist enunciations to stabilize it, unless in a first moment and in the way aimed at, so that they also started to be contested.

336

We have, then, the emergence of the second condition of possibility to the constitution of the linguistic turn, more properly epistemological. From the radical acceleration of time, typical of modernity, arises the questioning of history represented and, yet, the possibility of a radical questioning of its function, a process that will be vigorously reedited within the linguistic turn, and, more, it will be crucial to the emergence of the philosophies of history and historicisms, which, on their turn, will end up enabling (and liberating) the significant questioning of each and every privileged relationship between language and reality, which is a primary problem within the traditions converging in the linguistic turn. From the philosophies of history, we have a first answer that has not been absorbed by 'History', which guided historicists in developing their reflections and methodologies. Historicists suggested that the problem of philosophies of history was not their diagnosis of 'History', but actually the way or form proposed, which was profoundly arbitrary and 'subjective'. They would not have been able to thematize with due attention and care the basic position of men in general, including men of science, their positioning within a transcendental and, therefore, determinant world. In other words, historicists evidenced (and liberated) a radical problem - the relationship of intimacy between enunciations, including historiographical ones, and the worlds from which they became possible. For such, there would be the possibility of constituting a set of methods and protocols able to open up a controlled access to historical reality, thus ensuring the possibility of evidencing senses proper to the necessary realization of 'History' as reality-process, granting humanity the appropriate conditions to progress and to diminish suffering.

However, since the senses liberated by historicists did not prove crucial to 'History' as well (because they did not occupy, at least in a first moment, the condition of immediacy), we have the emergence of the following problems: (1) whether historical reality has no sense(s), (2) or it has, but not even the more sophisticated methods and protocols are able to offer the ideal conditions of possibility for historians to evidence it (or them). Ultimately, it is the 'second-order observer' crisis (GUMBRECHT 1998; 1999).

Thus, historicisms themselves liberate, including due to their theoretical strength and sophisticated sensibility, the second condition of possibility mentioned above, crucial to the constitution of the linguistic turn, namely the epistemological problem of the impossibility of production of any exclusive enunciation about reality, a movement that, on its turn, has intensified the questioning about the function (or the need) of history throughout the 20<sup>th</sup> century. Therefore, modernity and its philosophies of history and historicisms constitute two possible conditions to the linguistic turn: (1) the acceleration of time that destabilizes the almost tangible immediacy of history accumulated by history as *magistra vitae* and, therefore, enables the question - to what is history for? - and (2) the very questioning about each and every possibility of constituting criteria of selection of privileged enunciations in relation to reality, including (and, in our case, specially) within historiography.

Therefore, two important conditions to the constitution of the linguistic turn are set: one, historical-structural, is the radical acceleration of time typical of modernity, and the following questioning of the need of history. And, afterwards, the second, historical-epistemological, is the thematizing of what could be named the impossibility of any privileged access to reality. Thus, the 20<sup>th</sup> century inherits this epistemological challenge, which has been made available throughout the 19<sup>th</sup> century and faced by at least two different traditions - the phenomenological-hermeneutic and the neo-historicist (or post-modern). In other words, it can be said that the linguistic turn is constituted (and intensified) from these two traditions.

337

### **Two Traditions between Convergence and Dispersion**

The phenomenological-hermeneutic tradition is more precisely associated to Husserl and Heidegger. After them, it follows with historians and literary theorists such as Gadamer, Paul Ricoeur, Koselleck and Gumbrecht and has influenced philosophers and historians like Walter Benjamin, Jörn Rüsen and François Hartog. In spite of the profound differences among them, this tradition deals with the idea that each and every thought and action within the present is determined by the relationship of intimacy with pasts and futures, which are constituted as transcendental points of determination that guide and determine each present. Therefore, there is the eventual intensification of the fundamental premise of the linguistic turn, that there is no possibility of a construction of privileged enunciations in relation to reality or even objective enunciations in the sense of being directly available in front of us, according to the German word *Gegenständlichkeit*.

The neo-historicist or post-modern tradition is more precisely linked to philosophers, historians and literary theorists as Wittgenstein, Roland Barthes, Lyotard, Jean Baudrillard, Hayden White, Frank Ankersmit, Keith Jenkins, Stephen Greenblatt among others, and its basic understanding is that there is a radical autonomy of the present in relation to the past and, more, that men within the present reconstitute a certain organization, only provisional, of

'History'.<sup>1</sup> In other words, its perception of time is that it is transitional, that it is radically and incessantly differentiated, thus intensifying, in this sense, the understanding of time proper to the 'historicist chronotope', to use a term that is dear to Gumbrecht and, including for this reason, they are called neo-historicists (GUMBRECHT 1999; 1998; ARAUJO 2006a; RANGEL 2010; RANGEL; RODRIGUES 2012). Within this temporal perception, historical thinking is understood as the ideal ambit (or strategy) for the constitution of ideal enunciations to temporal stabilization (even if provisional). In the end, in spite of distinctions concerning the phenomenological-hermeneutic tradition, this fundamental determination of the linguistic turn is intensified – that there are no privileged (objective, in the sense advanced above) enunciations concerning reality.

To be even more precise in relation to the first tradition, phenomenological-hermeneutic, the following basic temporal structure can be commented on: man is the very structure of the constitution and temporalization of 'History'. From him it is established and differentiated through a tension between a certain protagonist past effective in the present, other obscured pasts that continue to compete for protagonist roles within (present) 'History', and finally its own reception (or lack of) in the present. According to Heidegger, for instance, man is a specific structure, *Dasein*, which is determined by its 'there' and its 'ability-to-be' which it also is. The there, or yet the 'world', means, more appropriately, a set of established meanings and senses from which *Dasein* is oriented, and the ability-to-be is the necessity of projecting or even willing something more than what is at least evidently offered by a certain world. Thus, it is from the tension between there and ability-to-be that 'History' or even time is temporalized or differentiated and established (HEIDEGGER 2008, §§ 72-77; ARAUJO 2013; CASANOVA 2013).<sup>2</sup>

338

It is easy to perceive the insufficiency of the disciplinary and specialized definition of what Heidegger calls historic. Thus, its distinction between historiographical, a type of approach of phenomena in the world of life that arises from the presupposition of the centrality of temporality (*Dasein*) as the fundamental structure of humankind and the historiological, what we know as the science of history in its more traditional sense. This awareness may help us to thaw historic representations from the investigation of oscillation between proper and improper history, opening the way to the acceptance and evidencing of certain pasts more or less obscured within the present. That would enable the reorganization of the triad - past, present and future -from historiography. These two adjectives ('proper' and 'improper') do not point to unequal values in Heidegger, but to two existential forms (originally complementary) of relating with historical time. The improper is determined by the human necessity of addressing the surrounding world reducing it to reachable objects of use from a specific sense or set of

<sup>1</sup> In relation to this scheme that points to the existence of two great traditions within the linguistic turn, as well as associates certain authors to one group or the other, it is a didactic organization to enable us to acknowledge the differences within each of these traditions and, more, the very possibility of questioning the relationship between author and tradition sketched by us or even the rearrangement of the list presented.

<sup>2</sup> About this movement of temporalization of time or 'History' from the *Dasein*, see the discussion about death and birth in Chapter Five of the second part of *Being and Time*.

senses, then objectifying also present and future which are no longer experienced as an environment. For short, what is there in the improper way is the ongoing repetition of a protagonist sense that renders the movement of differentiation of 'History' (or, yet, its thawing) unlikely. Thus, recovering the ecological dimension of historical time, for Heidegger its primary dimension, may reveal historicity itself. Here, the dimensions of past, present and future are interchangeable and modalizable, valuing simultaneity instead of succession.

What has been called historiography until today is the reduction of investigation and of its awareness to the improper dimension of historicity. Thus, the history of historiography would no longer be a kind of auxiliary of history as science to become a global approach of humankind with a particular attention to the existential structures of temporality. In addition to the cognitive gain, we could do justice to the huge expansion of objects and phenomena that the community has been investigating. Then, traditional, specialized approaches, such as Intellectual History, could be translated into this new universe. This shift arises from the acceptance that all historiography, as historiology, would also always produce some functional congealment of our experience, and this is its main function, fabricating by reduction identitary objects and practical orientations to the realization of our need of operating on the world and others. But this historiological aspect, which culminates with historical science and results in the formation of technologies of identity, orientation, historical entertainment and others, does not exhaust our need of history nor does it explain the totality of phenomena of historical representation and presentation (ARAUJO 2012).

Even in the historical discourse oriented by scientific standards, we often perceive elements smuggled from forms of experience other than pragmatic-scientific. In making this discourse its object of analysis, the history of historiography has broadened our ability to identify some of these 'smugglings', but has reached an impasse concerning the effects of these discoveries in the historiological project, that is, of historical science and technology. On the one hand, there are those who expect a purification and liberation from forces undermining the progress of scientific discourse; on the other hand, those who, assuming a radical criticism of this discourse, affirm what would be its seeming opposite, subjectivity as trust to a cognitive democracy, leading to the equivalence of all representations. It is obvious that these two pathways are two complementary sides of historiology without the capacity to go beyond the improper dimension of historicity. This structure that has just been described from Heidegger is also fundamental to Benjamin's and Koselleck's reflections about 'History'. Benjamin evidences that (1) a certain protagonist past determines the constitution of the present and that (2) certain maximally obscured pasts are related to certain presents in moments of 'peril', constituting the ideal conditions of possibility to the differentiation of time and 'History' (in the *Jetztzeit*, "now-time"), which, accordingly, opens new possibilities of projects, hopes and desires or even possible futures (BENJAMIN 2005; RANGEL 2011; 2013).

In Koselleck's case, the structure describing the movement of constitution, establishment and differentiation of 'History' is similar – the anthropological

tension between 'spaces of experience' and 'horizon of expectation', which is also fundamental to understand a part of the works of Rüsen, who thinks from the categories of 'experience' and 'intention', and Hartog, with his 'regime of historicity' (HARTOG 2003; KOSELLECK 2006; RÜSEN 2001). For Koselleck, the 'space of experience' or a specific set of meanings and senses provided by certain pasts, and the 'horizon of expectation', a tendency toward projections, hopes and desires, cause tension within and from experiences of time and specific historical happenings resulting in differentiations and establishments of 'History'.

This structure is also fundamental to the thought of Hans Ulrich Gumbrecht from the category of 'fascination' (GUMBRECHT 1999; 2011). In other words, it is the anthropological need/possibility of projection, expectation or even desire, a fundamental structure also to what the author calls the necessity of men in general in relation to the material produced by historiography and the other ambits of historical culture. Moreover, it is the very relationship between this anthropological determination, fascination (the will to transcend birth also toward past worlds) and a certain contemporary conjuncture marked by a significant shortening of the future or of the 'horizon of expectation', which would explain or help to diagnose the 'chronotope' within which we find ourselves – that of the broad present or 'enlarged present'.

340

Berber Bevernage, on his turn, identifies the accelerated passage of the model of amnesia to that of memory and the right to truth as one of the effects of these broader transformations in the regime of modernist (or historicist) historicity. In his evaluation, the crisis of modern consciousness of time and its politics of synchronization would render modernist practices of drawing away the past from the present less effective, the present being lived as a space occupied by an excess of traumatic memories (HARTOG 2003). In a context of excess of memory, the politics of amnesia becomes impracticable. For the modernist discourse, the deliberate destruction of a dead past could be seen as the acceleration of normal effects of a progressive time; with the crisis of this optimism, however, forgetting becomes more and more difficult.<sup>3</sup>

The presence of these anachronistic memories, from the point of view of the modernist discourse, makes the task of historical discourse of tracing a clear line between present and past increasingly difficult. Citing Primo Levi, Bevernage writes that the "memories of the offenses have continually grown since the Holocaust and now profoundly challenged the modern consciousness of time" (BEVERNAGE 2012, p. 465-466). We would then have a kind of collision between the attempt of modernist discourse to organize time linearly, attributing to the present the single centrality of presence, and the discourse of memory that insists on permanence and simultaneity.

Incapable of tracing a clear distinction between past and present, commissions of truth in post-traumatic societies would turn to history "[...] in order to pacify the troublesome force of 'memory.' History, then, is introduced in

---

<sup>3</sup> "The problem with the past and the reason that it continues to torment, according to Ignatieff, is precisely that it is not past: 'Crimes can never be safely fixed in the historical past: they remain locked in the eternal present crying out for vengeance'" (BEVERNAGE 2012, p. 441).

the field of transitional justice not despite an already overabundant memory but because of it" (BEVERNAGE 2012, p. 493). The problem of commissions is no longer only that of establishing a historical consciousness through the treatment of memory; they become the stage whereon two distinct forms of memory are confronted – that of the irreversible past (historiography in the traditional sense) and that of the irrevocable past, that of victims. For the victims, the past has not passed and will not pass, and the living should take responsibility for this co-presence.

Still for Bevernage, modernist historiography would be based on the idea of the irreversibility of the past, its function being to distance it, to free societies of what Hayden White, in his famous article, called 'the burden of history' (BEVERNAGE 2012). Thus, we can understand the success of the constructivist formula that posits that the past would only exist insofar as it was (re)invented by the historian, providing present time with the exclusive privilege of the 'real' presence. Although he does not face this problem directly, Bevernage helps us to think by identifying how, in modernist historiography, the metaphysical concepts of subjectivity and memory would become central. In this world where everything is constructed, including the nation, 'only' the belief in the reality of the subjects would remain.

This way neo-historicist temporality can be better understood – 'History' is incessantly differentiating itself and it is up to the present, autonomous (almost independent), to build possible interpretations that are capable of reconstructing senses and provisional orientations, whether more subjectively or socially oriented. Thus, Hayden White, for instance, signals that there are maximally destabilizing happenings capable of provoking a radical disarticulation of the present, which would then render senses and suggestions provided by pasts inadequate. In thematizing the problem of the Holocaust and the 'final solution', the author affirms that 20<sup>th</sup> century men (and also those of the 21<sup>st</sup> century) would need to rebuild sets of meanings and of senses adequate to the inner existence of a world that would have questioned (almost) all morality and orientations proper to Western history. Yet, concerning the possibility of constituting enunciations that thematize this moment, it would be necessary to insist on a kind of 'free play' between memory and imagination in order for certain memories to be gradually faced and brought to light, which would have the power of (1) reorganizing language and morality and (2) producing (only) indicative and, thus, orienting knowledge. In this sense, we have a set of specific propositions by Hayden White concerning the method for gnoseological confrontation of radically critical moments. Although this method cannot be duly discussed in this space, there is already sufficient material to insert the thought of the North-America author within the linguistic turn, precisely in relation to the fundamental understanding that unites neo-historicist historians, namely that according to which the present is autonomous (almost independent) in relation to the past and has the task of reconstituting 'History' which, on its turn, is determined by the incessant and sometimes radically critical need of differentiation (WHITE 2003).

Frank Ankersmit also posits that there is no possibility of privileged relationship between thought and reality or between historiographical enunciations and the past due to the radical differentiation between past and present; the present ends up being a decisive ambit of resignification and reorganization of the past (ANKERSMIT 2001; 2012; ARAUJO 2006b). According to the author, if any privileged relationship between present and past has ever been possible (and this argument has an ironic sense), this was no longer possible since the production of works within history and historiography saw an increase, which would have enabled an even greater distancing between subject of knowledge and pasts investigated, since in (having to) go through these multiple interpretations, the historian would not have enough time for a significant approach in relation to the sources or he or she would already be determined by these readings. However, this reflection should not discourage researches in the field of history, since this impossibility of establishing privileged enunciations would enable history to participate, in a decisive manner, in its time, incessantly constituting and providing important understandings and judgments in relation to orientation.

### **Reactions**

342

The texts published here, as well as the papers presented in our Seminar, also enable us to discuss the very repercussion of the linguistic turn or, yet, what would be its concrete developments within general historiography. In this sense, these repercussions should be sorted out due to the specificities of historiographical cultures, but we highlight a problem we see as general, which could be called the ethical-political turn. Indeed, despite the historiographical culture or tradition in question (phenomenological-hermeneutic or neo-historicist), the reflections and understandings available from the linguistic turn point to the constitution of a common horizon within contemporary theory and history of historiography, namely (1) the subject of knowledge cannot produce privileged enunciations in relation to reality, despite the theories and methods being used and (2) historiography has a specific determination - that of thinking about and interceding in its world.

In spite of the arguments that can be used in favor or against this horizon, it seems that the contemporary world, after the linguistic turn, has become profoundly critical in relation to each and every argumentation founded on the possibility of producing privileged enunciations in relation to reality so that we can follow a certain consequence, more properly said general, of the linguistic turn within contemporary theory and history of historiography, namely its foundations or even its ethical-political justification (ethics meaning here thinking its own world; and politics, something such as a more ready and proactive intervention). In spite of the many differences concerning the reflections of contemporary authors such as Gumbrecht, François Hartog, Frank Ankersmit, Rüsen, Hayden White, Chris Lorenz, Marcelo Jasmim, Berber Bevernage, Luiz Costa Lima, Elias Palti, among others, the impression is that, due to the radical questioning and the loss of persuasive value of the justification - producing knowledge about the past - from the linguistic turn, contemporary theory and

history of historiography have in the criterion of thinking about and intervening in the world, that is, in the ethical-political pretension, the determining point or even the main motive from which it insists (and justifies) thematizing the past within the present.

Authors such as Gumbrecht are concerned with the possibility of contemporary theory and history of historiography insisting in liberating pasts from what he calls the 'impossible realism' with the aim of broadening human sensibility, which means the possibility of provoking a more suitable relationship between sensibility, the always complex reality and the intellectual apparatus (GUMBRECHT 2011; 2014). It is in this sense that we can conceive of the problem of *Stimmung* as relevant to the reconstitution (intensification) of pasts. François Hartog is also concerned with the problem of a diagnosis of the contemporary world, which would be determined by a specific 'regime of historicity', that of 'presentism', so that the theory and history of historiography could be constituted as the ideal ambit to thematize this time, enabling the investigation of the motives responsible for what could be called an 'unbalanced' relationship between the present and certain pasts. For the French historian, the question lies on the fact that the 21<sup>st</sup> century is still narrowly linked to the 20<sup>th</sup> century, mainly from a sort of (perhaps) 'excessive' will of rethematization and reparation in relation to certain critical and traumatic historical happenings which apparently have not been addressed with due 'responsibility' since their occurrence. A possible reflection in relation to this problem could actually be made from the question of 'patrimonialism' (HARTOG 2006).

Rüsen highlights that the criterion of truth proper to the 'representation of continuities' has to be the force of rearticulation of certain pasts, reconsidered within the present or yet it is the very potency of orientation of historiographical narrative. Thus, the (fundamental) protocols typical of historical science would serve less to produce privileged enunciations than to constitute a maximally 'de-ideologizing' ambit, that is, ideal for a broader, more attentive and careful critique, able to decrease the persuasive power of individualizing understandings, which arise from politics, art, religion as well as from theory and history of historiography themselves. Frank Ankersmit signals that the very impossibility of producing privileged enunciations in relation to pasts enables a specific intervention of the theory and history of historiography in the present, because it provides a multiple and dynamic array of suggestions that may become suitable to the very movement of constitution (of differentiation and provisional stabilization) of 'History'.

Many are the paths and ambiguous the answers which can be found for this place of historiography as rigorous intellectual activity in our time. As authors such as Heidegger and Derrida point out, the very modern historical discourse tends to congeal the representation of the past as something simultaneously unstable and available. If each present produces its own history, we will always have more and more available histories, but this excess of histories fades away as soon as the very groundwork for this demiurgical self-centered present fades away within its concentrations. The present cannot ground the past and, at the same time, attempt to be grounded on this invented past. This vicious circle of

modernism, frequently denounced, helps to understand the ambivalences of a world at the same time in need of and filled with pasts. The representations of the past available to us not only through historiography, but also through various sources and social actors (which we could call 'historic culture' from Rüsen) are not able to guide and open up the future, as well as they cannot help in thawing modern macro-representations. The great television productions, for instance, are ever more careful concerning material aspects of representation - clothing, sceneries; even social forms of reproducing life in Rome, in Renaissance Italy or in the Victorian Age, but the interpretive models, the implicit and explicit narratives remain fundamentally modern (delimited and hegemonic), which could also be affirmed, with some exceptions, for much of the scientific historiography produced. The history of liberal progress, defined by Hayden White as essentially comical-conciliatory, is still like the air we breathe in the public representations of history.

Finally, some reflections advanced by our Seminar and the texts published here should be presented: (1) some conditions of possibility of instauration and intensification of the linguistic turn from the 18<sup>th</sup> and 19<sup>th</sup> centuries, (2) two distinct traditions that have formed this epistemological movement, and (3) what we consider to be a general unfolding of the linguistic turn within contemporary theory and history of historiography, namely the exhaustion of autonomy and persuasive power of justification that historiography produces privileged knowledge about pasts and, thus, the past is thematized with the aim of knowing it (even if only partially) and even to guide us since we can know it. What is, then, unfolded from what we call the ethical-political turn typical of the contemporary world is that the theory and history of historiography are becoming ideal ambits to thought and/or to intervention in its time. And this is not because we can know the past and then think and intervene in our world, but actually because the thematization of the past in any ambit whatsoever of historical culture, including within the discipline of history, will always have the (necessary) power to mobilize men. It is ultimately a necessity grounded whether on the 'fascination' or on the 'historical consciousness', but always a necessity.

344

### **Bibliographical References**

ANKERSMIT, Frank. **A escrita da História: a natureza da representação histórica**. Londrina: Eduel, 2012.

\_\_\_\_\_. Historiografia e pós-modernismo. **Topoi: revista de história**, v. 2, p. 113-135, 2001.

ARAUJO, Valdei Lopes de. A aula como desafio à experiência da história. In: GONÇALVES, Márcia de Almeida et al. (orgs.). **Qual o valor da história hoje?** Rio de Janeiro: FGV, 2012.

\_\_\_\_\_. História da historiografia como analítica da historicidade. **História da Historiografia**, v. 12, p. 34-44, 2013.

\_\_\_\_\_. Formas de ler e aprender com a História no Brasil joanino. **Acervo**, v. 22, p. 85-98, 2009.

- \_\_\_\_\_. Observando a observação: sobre a descoberta do clima histórico e a emergência do cronótopo historicista, c. 1820. In: CARVALHO, José Murilo; CAMPOS, Adriana Pereira (orgs.). **Perspectivas da cidadania no Brasil Império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 281-304. v.1.
- \_\_\_\_\_. Para além da auto-consciência moderna: a historiografia de Hans Ulrich Gumbrecht. **Varia História**, v. 22, p. 314-328, 2006a.
- \_\_\_\_\_. Sobre o lugar da história da historiografia como disciplina autônoma. **Locus**, Juiz de Fora, v. 12, p. 79-94, 2006b.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: LÖWY, Michel. **Aviso de incêndio: uma leitura das teses "Sobre o conceito de História"**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- BEVERNAGE, Berber. **History, Memory and State-Sponsored Violence: Time and Justice**. Routledge, 2012. (E-book).
- CASANOVA, Marco Antonio. **Comprender Heidegger**. 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 2013.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Atmosfera, ambiência, "Stimmung"**: sobre um potencial oculto na literatura. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-RJ, 2014.
- \_\_\_\_\_. Depois de "Depois de aprender com a história", o que fazer com o passado agora? In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdeci Lopes de (orgs.). **Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.
- \_\_\_\_\_. **Em 1926: vivendo no limite do tempo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Modernização dos Sentidos**. São Paulo: Editora 34, 1998.
- HARTOG, François. **Régimes d'historicité: présentisme et expériences du temps**. Paris: Éditions du Seuil, 2003.
- \_\_\_\_\_. Tempo e Patrimônio. **Varia História**, vol. 22, nº 36, p. 261-273, jul/dez, 2006.
- HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Sein und Zeit**. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 2006.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. **Monarquia sem despotismo e liberdade sem anarquia: o pensamento político do Marquês de Caravelas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

- RANGEL, Marcelo de Mello. Justiça e história em Derrida e Benjamin. **Sapere Aude**: revista de filosofia, v. 4, p. 347-359, 2013.
- \_\_\_\_\_. O problema da ciência histórica em Friedrich Nietzsche e Walter Benjamin. **Revista Urutágua**, v. 23, p. 78-84, 2011.
- \_\_\_\_\_. Romantismo, *Sattelzeit*, melancolia e “clima histórico” (*Stimmung*). **Expedições**: teoria da história e historiografia, v. 5, n. 1, 2014.
- \_\_\_\_\_. Sobre a utilidade e desvantagem da ciência histórica, segundo Nietzsche e Gumbrecht. **Dimensões**, vol. 24, p. 208-241, 2010.
- RANGEL, Marcelo de Mello; RODRIGUES, Thamara de Oliveira. História e Modernidade em Hans Ulrich Gumbrecht. **Revista Redescritões**, ano 3, n. 4, p. 63-71, 2012.
- RÜSEN, Jörn. **Razão Histórica**. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- WHITE, Hayden. **El Texto histórico como artefacto literario**. Barcelona: Ediciones Paidós. I.C.E. de la Universidad Autónoma de Barcelona, 2003.

# ¿Cómo reescribir la historia de la historiografía? Prolegómenos para una historia de la verdad en la historia\*

How to Rewrite the History of Historiography? Prolegomena for a History of the Truth in History

---

**Guillermo Zermeño Padilla**

gmoz@colmex.mx

Profesor/Investigador

El Colegio de México, A. C., Centro de Estudios Históricos

Camino al Ajusco No. 20, Col. Pedregal de Sta. Teresa

10740 - México - DF

México

---

## Resumen

¿Cómo se podría reescribir la historia de la historiografía a principios de este siglo? Este artículo es un intento de responder a esa pregunta poniendo en juego las relaciones entre cuatro vocablos: la historia, la ciencia, la verdad y la credibilidad. La revisión y transformación que se han hecho de las categorías, conceptos o formas de representación de la historia producida durante la modernidad nacionalista nos llevan a cuestionar la manera en que es posible escribir la historia actualmente, ya que esas viejas formas que se establecieron en lugares comunes historiográficos producidos en el siglo XIX y XX parecen haberse agotado. En ese sentido, se pretende mostrar cómo la crisis de una epistemología histórica de carácter "naturalista" dio lugar a la posibilidad de considerar la disciplina de la historia como parte de un fenómeno más amplio: el de la cultura y su relación con la forma en que las sociedades recuerdan u olvidan. Al mismo tiempo, ese desplazamiento ha implicado también la construcción de otra clase de memoria social: la apertura a la comprensión de la historia como una especie de memoria cultural.

347

## Palabras clave

Historia; Verdad; Discurso.

## Abstract

How could rewrite the history of historiography in this century? This paper tries to answer this question using just four words: history, science, truth and credibility. The revision and transformation that has been done over the categories, concepts or ways of representing history, created during the nationalist modernity, leads us to question is it how possible to write history nowadays since when those old contents and forms that settled historiographical commonplaces produced in the 19<sup>th</sup> and 20<sup>th</sup> centuries seem to have become exhausted. Therefore, we try to show how the crisis of a historical epistemology of "naturalistic" character gave rise to the possibility of considering historical discipline as part of a larger phenomenon: that of culture and its relationship to how societies remember or forget. At the same time, this displacement has also implied in the construction of another class of social memory: the opening to the understanding of history as a kind of cultural memory.

## Keywords

History; Truth; Discourse.

---

Recibido el: 6/12/2013

Aprobado el: 18/7/2014

---

\* Este ensayo es la versión corregida de la Conferencia de apertura del 6º Seminário Brasileiro de História da Historiografia (SNHH), "O Giro Linguístico e a Historiografia: balanço e perspectivas", realizado em Mariana, Minas Gerais, Brasil, de 20 a 23 de agosto de 2012. Expreso mi gratitud especial por aquellos espléndidos días en Mariana a Valdeí Lopes de Araujo y Marcelo de Mello Rangel; y a Rogério Forastieri da Silva por su excelente *História da Historiografia*. Registro, también, mi reconocimiento a los dictaminadores anónimos por su lectura y sus certeras observaciones y sugerencias.

Al aproximarnos a algunos trabajos históricos recientes queda la impresión de que la historiografía contemporánea se ha convertido en un inmenso baúl de curiosidades, de relatos e investigaciones dedicados a sorprender y asombrarnos con todas aquellas cosas que ignoramos del pasado o simplemente ni imaginábamos que hubieran podido suceder, muchos de ellos sin duda de gran interés. No obstante, cabría preguntarse acerca de los límites de esa proliferación de historias que nos llegan día a día y seguirán llegando a través de diferentes medios y soportes comunicativos. Esa acumulación de relatos históricos puede recordarnos aquella fascinación surgida en el periodo premoderno de la historia anticuaria o el gusto por la recolección de objetos y materiales exóticos y excéntricos.<sup>1</sup> Eso sucede, desde luego, no sólo en nuestras lenguas. Son textos y relatos sin duda fascinantes por la novedad y el enfoque crítico que, en muchos casos, nos obligan a modificar y revisar nuestras concepciones del pasado o de las formas en las que se ha querido entender un periodo o un fenómeno determinado y que responden sin duda también a las nuevas sensibilidades y atmósferas culturales de nuestros presentes.

348

Al mismo tiempo, puede verse que muchas de esas “nuevas” historias, sobre todo aquellas dedicadas al periodo premoderno, coinciden en la crítica a muchos de los discursos históricos surgidos y fabricados durante el periodo de las modernidades nacionalistas.<sup>2</sup> En ese sentido, en forma análoga al diagnóstico crítico del “discurso filosófico de la modernidad” del sociólogo alemán Jürgen Habermas (1989), se podría vislumbrar una galería significativa de historiadores que se han dado a la tarea de revisar y cuestionar, mediante análisis rigurosos, muchos de los lugares comunes historiográficos asentados durante el lapso comprendido entre los siglos XIX y XX. Esos discursos e historias se ofrecen como la verdad sin más del pasado, al mismo tiempo en que ocultan sobre todo el modo en que esas “verdades” fueron producidas. Y gran parte de su fuerza y vigencia se encuentra en el artificio de mostrar y ocultar a la vez un pedazo de la verdad en la que se sostienen las aseveraciones y representaciones del pasado. Por ejemplo, en una investigación reciente sobre la historia del concepto de archivo se ha encontrado en algunos tratados del siglo XVIII cómo se aconsejaba al anticuario erudito que se guardara para él mismo una parte del secreto, que no mostrara completamente la “verdad” para, así, poder mantener el efecto de sorpresa, suspenso y atracción en sus lectores y consumidores de esa clase de relatos (ZERMEÑO PADILLA 2012, p. 13-57).

Se trataría, entonces, de relatos de cosas añejas, críticos del discurso histórico elaborado durante la modernidad, o aquel periodo constituyente de la formación de los estados nacionales a partir de 1800 hasta nuestro presente. Y en el ejercicio de esa función crítica del discurso historiográfico de la modernidad es indudable la importancia que han tenido historiógrafos como Hayden White (*Metahistory: the historical imagination in Nineteenth-Century Europe*, 1973),

<sup>1</sup> “Anticuarios” ocupados en atraer la atención del presente hacia las “antigüedades”, lo “extraño”, lo “exótico”, las cosas “curiosas” (KRIEDEL 1988, p. 221-264; POMIAN 2003, p. 177- 191). En esa afición por la “ruinas” del pasado no deja de mostrarse, entre otras cosas, una cierta melancolía (BREDEKAMP 1996).

<sup>2</sup> Para un ejemplo significativo relacionado con el ejercicio del poder, véase MAZIN 2012.

Frank Ankersmit (*La experiencia histórica sublime*, 2010 [2007]), François Hartog (*Evidence de l'histoire: ce que voient les historiens*, 2005) y Hans Ulrich Gumbrecht (*Dimensionen und Grenzen der Begriffsgeschichte*, 2006), por mencionar sólo algunos.<sup>3</sup> Tampoco se deben olvidar las contribuciones tempranas de principios de 1970 de Michel de Certeau (*L'écriture de l'histoire*, 1975) y de Michel Foucault (*L'archéologie du savoir*, 1969) en su afán de revelarnos la mecánica oculta o no reconocida en la producción de todo discurso sobre el pasado.

A partir de lo anterior se podría pensar que la historia como disciplina académica está inmersa en un periodo de revisión y transformación de muchas de las categorías de análisis, formas de narrar y periodizar que han dado sustento y estructurado sus formas discursivas construidas principalmente a partir del siglo XIX. Para muchos, es verdad, ese "revisionismo" no significaría más que la destrucción de la historia o el fin de la historia como se ha venido conociendo y practicando.

Lo anterior nos ha llevado a pensar<sup>4</sup> que probablemente en la actualidad la producción historiográfica podría dividirse en dos grandes campos: el de los productores de monografías, cuyo volumen tiende a crecer exponencialmente,<sup>5</sup> y aquel otro terreno que se preocupa menos por la escasez o abundancia de la información y se concentra principalmente en esclarecer el modo en que se producen y han producido los acontecimientos históricos. Es en ese segundo nivel en donde se situarían mis reflexiones y comentarios acerca de cómo podría reescribirse una historia de la historiografía moderna, cuestión que me ha ocupado desde hace algunos años. Mi intención se concentra, entonces, solamente en presentar el esbozo incipiente de una respuesta posible a dicha interrogación en la cual se pondrán en juego fundamentalmente las relaciones entre historia, ciencia, verdad y credibilidad.

349

### **De la filosofía a la sociología de la ciencia**

Como bien sabemos, la justificación de la historia como ciencia siguió de cerca durante largo tiempo el paso marcado por la filosofía de la ciencia. Fue necesario que durante la segunda mitad del siglo XX la sociología desplazara a la filosofía para que la historia pudiera establecer relaciones más justas con la ciencia con vistas a su legitimación disciplinaria. La sociología del conocimiento desarrollada hacia mediados del siglo pasado ha permitido redescubrir una noción de verdad inmutable, absoluta, no relativa, al mostrar cómo los factores culturales son también determinantes en la aceptación de las verdades, sean de orden natural o cultural (SAHLINS 2011). Por otra parte, sabemos que la historia sigue manteniendo una relación ambigua con los progresos de las llamadas ciencias exactas, sin percatarse de que la ciencia experimental moderna estuvo

<sup>3</sup> Por ejemplo, al despuntar el nuevo siglo, un reconocido historiador medievalista nos deja ver sus preferencias (RUIZ-DOMENEC 2000).

<sup>4</sup> En concordancia con otros acercamientos desde otras disciplinas, como la historia del cine o del arte (QUINTANA 2011; DIDI-HUBERMAN 2008; BELTING 2010; DANTO 1999).

<sup>5</sup> Eso confirmaría el pronóstico de Jorge Luis Borges para el siglo XXI según el cual la gran pesadilla del historiador radicaría en la dificultad creciente para escribir debido al exceso de materiales y de información (QUINTANA 2011, p. 188).

también sujeta a factores y procedimientos no necesariamente asépticos. Tal reconocimiento conduciría al establecimiento de otra clase de relaciones entre historia y ciencia (hasta ahora caracterizadas por la subordinación de una hacia la otra) y a la posibilidad de un diálogo más equitativo y provechoso entre ambas.

Para abordar el tema me remito a algunos trabajos de la llamada escuela de Edimburgo, en particular a las contribuciones de uno de sus integrantes, Steve Shapin (1994, p. 3-41), quien se propuso hacer una historia social de la verdad para mostrar su relatividad frente a filósofos académicos que sostendrían lo contrario. La verdad sería concebida por este autor solamente como uno de los mecanismos de selección que una sociedad, un grupo, un individuo, realiza para operar en su vida práctica. Si bien no es lo mismo saber algo que detentar una "verdad", lo que importaría aquí es poder distinguir por medio de qué mecanismos un saber ordinario se constituye en "la verdad".

En ese contexto, para ese colectivo transdisciplinario, "el tratamiento de la verdad como una creencia aceptada" se constituiría en el principio heurístico metodológico rector. A partir del hecho de que la verdad puede ser pronunciada desde distintas voces y registros, se trataría de saber cómo cada uno de sus participantes considera algo como verdadero o como falso. Este punto de partida los lleva, entonces, a poner entre paréntesis —a la manera de un recurso hermenéutico— su noción de verdad para abrirse a la posibilidad de entender lo que otros tienen por cierto. Al final, de lo que se trataría es de poder entender cómo se da la variación cultural en relación con la verdad (POOVEY 1998; SHAPIN; SCHAFFER 1985; SHAPIN 2000). En ese sentido, su cometido es poder mostrar que es posible una aproximación sociohistórica a la verdad, rigurosa y valiosa, para comprender la complejidad propia de la producción de toda clase de verdades. Desde luego, lo hacen en discusión y frente a quienes (la filosofía, un tipo de historia, etcétera) adoptan una posición normativista y jurídicista (*a priorística*), postulando que es posible todavía establecer la verdad de una vez por todas como si se tratara de una sustancia atemporal.

350

### **Verdad, medios de comunicación e historia**

Precisamente en mi acercamiento al problema planteado, recurro también a la obra de un querido colega y amigo, Alfonso Mendiola, especialista en los siglos XVI y XVII. En su trabajo *Retórica, comunicación y realidad: la construcción retórica de las batallas en las crónicas de la conquista* (2003), Mendiola ha adelantado algunas de las cuestiones relacionadas con el problema de cómo historizar la verdad en la historia. Se trata de una aproximación que, en principio, trata de ver el modo en que se puede desustancializar o pluralizar la noción de verdad.

Uno de los aspectos centrales de su libro es el abordaje de cómo en la modernidad científica se conformó la tópica (lugares comunes) que desplazó y sustituyó paulatinamente a las formas tradicionales imbricadas en el arte de la retórica renacentista. Del análisis se desprende a grandes rasgos que la tópica moderna se bifurcó en dos direcciones: de un lado, habría verdades como resultado de la explicación a partir de leyes (modelo nomológico-deductivo) y,

del otro, se tendrían verdades como resultado de la explicación comprensiva de naturaleza polivalente y contextualista. El primer polo pertenecería a la ciencia de la naturaleza y el segundo, a la historia entendida como una ciencia de la cultura. Visto así, la modernidad científica oscilaría entre dos direcciones opuestas: entre la razón científica experimental, por un lado, y la razón hermenéutica, débil o relativa, por el otro.

Para despejar satisfactoriamente esa contraposición clásica se postularía como solución la hipótesis siguiente. En la producción de verdad o sentido de realidad cuentan más las tecnologías de comunicación que las estructuras psíquicas subjetivas. Así, lo que se denominaría "ciencia" sería el resultado progresivo de un cambio tecnológico en los medios de comunicación y no, como solía pensarse, el resultado de alguna mente genial. Siguiendo ese razonamiento, se podría añadir que, entonces, quien logra entender el funcionamiento de los medios de comunicación dispondría de mejores elementos para entender la producción de versiones diferentes de realidad o de verdad.<sup>6</sup>

Si consideramos ese binomio (producción de conocimiento/evolución de los medios de comunicación), es posible mostrar que el modelo dualista absoluto/relativo, explicativo/comprensivo, exacto/hermenéutico, se correspondería con el impacto creciente que tuvo la invención de la imprenta en la cultura caligráfica. Una de las contribuciones más originales de la indagación de Mendiola a partir del análisis de las crónicas de la Conquista consiste en mostrar la relación existente entre algunos de los principios que regulan la producción científica moderna y la instalación de la cultura del escrito como una forma dominante de comunicación en el establecimiento de los acuerdos sociales. En un ensayo posterior, Mendiola profundizará en una distinción fundamental para entender dicha instalación y sus repercusiones en la forma de consensuar lo falso y lo verdadero: la que existe entre las formas orales y escritas de comunicación. Mientras en el primer caso la producción de lo real emerge de la distinción entre el habla (el sonido) y la cosa en *simultaneidad* con el momento en que ocurre, el paso de la escritura como anotación a la escritura como comunicación implicó la posibilidad de separar la representación de la cosa de la cosa referida (LUHMANN 2002, p. 3-21; MENDIOLA 2002, p. 11-38). De esa manera, en vez de desaparecer la escritura para internarse en la realidad, las escrituras (gracias a su difusión por la imprenta) se convertirán en condición de posibilidad y garante de toda verdad y, al mismo tiempo, en el instrumento regulador de la relación entre lo real y lo irreal. El acto de escribir y su difusión se convirtieron paulatinamente en el referente de lo referido, indicando con ello la posibilidad de distinguir entre lo escrito y la realidad observada, natural o cultural (DE CERTEAU 1975). Bajo el mandato de observar con los propios ojos sin intermediarios, las escrituras funcionarían como el espejo en el que se ha de reflejar la realidad; un espejo en constante perfeccionamiento en función de los errores atisbados o de nuevos hallazgos. En ese sentido, especialmente a partir del siglo XVII, la cultura del

<sup>6</sup> Una reflexión en esta dirección se puede extraer de mi ensayo sobre la teoría de la historia de Siegfried Krakauer (ZERMEÑO PADILLA 2011).

impreso se transformó en el referente de la realidad y condición de posibilidad de toda verdad futura.

Un segundo aspecto cabe destacar relacionado con la transformación operada principalmente en el siglo XX y que ha venido a problematizar las formas clásicas de producción de la verdad: el desarrollo y ampliación de la comunicación a distancia por vía de la electrónica. Su impacto se puede observar en la revisión a que ha sido sometida la noción de verdad establecida por la alianza entre mundo y escritura.<sup>7</sup> La sociología del conocimiento y la filosofía analítica del lenguaje son también algunas expresiones del intento de descosificar la noción de verdad fabricada durante la modernidad temprana. Estas "sociologías" y "filosofías" críticas sin duda no son pensables sin el establecimiento de un nuevo escenario en las formas y los medios masivos de comunicación. A partir de esas consideraciones puede explicarse que el siglo XX haya tomado distancia de un modelo de ciencia conformado durante la expansión de la cultura del escrito durante la segunda mitad del siglo XVIII, sin la cual no es explicable el movimiento intelectual alrededor de la *Encyclopedie* y la Ilustración. El "atrévete a pensar por ti mismo" de Kant no es pensable sin la explosión del mundo de los libros entre hombres y mujeres de la segunda mitad del siglo XVIII y la voluntad de distanciamiento de la llamada "edad oscura", incluida la impronta del Renacimiento (KANT *et al.* 1980).

352

Asimismo, a partir de los trabajos de Thomas Kuhn (aunque no exclusivamente), se observa cómo la historia de la ciencia vendría a ocupar el lugar ocupado anteriormente por la filosofía de la ciencia (BETANCOURT 2007). Una de las implicaciones de ese desplazamiento consistió en el reconocimiento de que la verdad de los hechos observados no depende exclusivamente de su descripción exacta, sino, sobre todo, de la *forma* en que se inscriben dentro de una determinada narración. Esa aseveración conlleva el hecho de que la aceptación de la verdad de la verdad está en relación directa con el mismo proceso en el que se produce. De ahí se seguiría: 1) que para la comprensión de la historia de la verdad haya que observar la formación y funcionamiento de las comunidades científicas; y 2) que la pregunta teórica clásica sobre la naturaleza científica de la explicación histórica se traslade al problema de la investigación acerca de la función de la explicación en la configuración narrativa del discurso histórico.

Trasladar la localización de la verdad de una producción meramente individual a una social y comunitaria abre la cuestión acerca de la importancia que tienen las formas de comunicación para que eso suceda o no suceda. Eso implicaría asumir el teorema postulado por Luhmann de que la sociedad está conformada no por la suma de acciones individuales, sino por comunicaciones (LUHMANN 1996). De lo anterior se seguiría que la verdad es un bien relativo a la evolución de las tecnologías de comunicación (MENDIOLA 2002).

Sin embargo, ese postulado requiere de una precisión ulterior relacionada con el fenómeno de la comunicación y del lenguaje en general. Al respecto, es fundamental la distinción elaborada por Luhmann entre lenguaje entendido como

<sup>7</sup> No otro es el contexto en el que habría que situar el libro ya "clásico" de Lyotard (1990).

*medio* y como *forma* de comunicación. El lenguaje es análogo a otros medios cuyos márgenes son inobservables, pero sin los cuales no es posible delimitar y vislumbrar las cosas y los objetos. Así, por medio de la luz se distinguen los objetos, o por medio del aire se distinguen los sonidos, o por medio del lenguaje se distinguen formas (géneros) diferenciadas de comunicación.<sup>8</sup> En esas operaciones entran en juego básicamente el sentido del oído y el de la vista en una relación inestable, a veces en una relación de complementariedad o, aún, de oposición abierta. En la lectura silenciosa que se desarrolla en Occidente se tenderá a dar prioridad a la visión (externa e interior) en detrimento del oído. Esa contraposición entre el oído y el ojo cobrará importancia, por ejemplo, cuando se discuta acerca de si Herodoto era más confiable como historiador que Tucídides. Más tarde, con la creciente colonización llevada a cabo por la escritura en detrimento de la información circulante de oído en oído (convertida en rumor, sospechosa y peligrosa), surgirán, al interior del sistema o forma del escrito, los géneros "literarios", en los que se incluye la diferenciación creciente entre el relato de ficción y el relato verídico o histórico (COSTA LIMA 1988). En ese sentido se puede sostener que el lenguaje no es una *forma*, sino un *medio* de comunicación a través del cual las sociedades adquieren y crean formas específicas (LUHMANN 1996, p. 130-139; MENDIOLA 2003, p. 79-82).

Arribamos así al punto nodal de nuestra argumentación. De acuerdo con la teoría de la sociedad luhmanniana, no habría comunicación mientras no exista el *contacto* entre un *alter* y un *ego*, entre un emisor y un receptor.<sup>9</sup> Pero, al mismo tiempo, se parte del supuesto de que la comunicación es uno de los hechos más improbables en los que se ven inmersos los seres humanos. No obstante —y esa sería la paradoja central sobre la cual se articula la argumentación—, sólo a partir de esa *improbabilidad* es que surgen y se desarrollan los sistemas sociales, o las formas en que los humanos están programados para convertir la improbabilidad en probabilidad. En ese sentido, se trataría de una paradoja productiva (LUHMANN 1996, p. 238-240).

Si no hay sociedad sin comunicación, entonces, alrededor de una probable historia de la historiografía la cuestión central consistiría en saber cómo de la improbabilidad se producen identificaciones y reconocimientos entre hablantes y oyentes, entre escritores y lectores. La respuesta al enigma estaría en que, a partir del déficit comunicativo inicial, las sociedades y las comunidades de pensamiento generan mecanismos suplementarios para hacer posible el triunfo de los *síes* sobre los *nóes* entre los oyentes. En relación con nuestra investigación la pregunta sería la siguiente: ¿qué clases de mecanismos hubieron de generarse para reforzar la aceptación y desarrollo de un tipo de comunicaciones históricas y científicas? En este punto es donde coinciden en lo fundamental la sociología luhmanniana y la sociología histórica representada por Steven Shapin.

Un ejemplo de ello nos lo proporciona Mendiola a partir de su estudio sobre la producción y circulación de las crónicas de la Conquista en el siglo XVII

<sup>8</sup> Por ejemplo, para el campo literario, ver GENETTE *et al.* 1986.

<sup>9</sup> Por ejemplo, habría que explicar como algún hombre de estado en algún lugar consigue obtener el 100% de los *síes* en un referéndum; un 100% que implicaría un *contacto* comunicativo pleno entre el político y el "pueblo".

(MENDIOLA 2003). Ahí se deja ver cómo en una sociedad gobernada por una cultura *oral secundaria* —en la que las formas orales de comunicación coexisten con las formas de la escritura caligráfica— se adaptaron los manuales de retórica clásicos para reforzar y asegurar los intercambios comunicativos establecidos preponderantemente en los linderos de la oralidad. Así, el recurso del arte de la retórica antigua permitió dar una cierta profundidad temporal a relaciones sociales marcadas por el presentismo y asegurar nuevos enlaces comunicativos. Pero, ante todo, la retórica cumplió durante ese periodo la función de reforzar la posibilidad de obtener la aceptación o el reconocimiento entre un *alter* y un *ego*. Además, el uso de la retórica —apoyada en el desarrollo incipiente de la imprenta— coincidió con los primeros brotes de la revuelta “metódica” en contra de la misma retórica. Era un momento en el que se iba imponiendo el mandato de la observación de la naturaleza con los propios ojos como reacción a la creciente multiplicación y circulación de los libros impresos. Así, el problema que se avecina y que compete a la estructuración del campo científico está relacionado con la clase de mecanismos que una sociedad crecientemente alfabetizada tuvo que desarrollar para resolver el problema de la comunicación a distancia implicado en la producción creciente de impresos. ¿Qué clase de mecanismos se implantaron en el proceso de sustitución de la retórica para asegurar la aceptación de los enunciados empíricos no alegóricos? La respuesta se encontraría en la aparición y desarrollo de los “medios simbólicamente generalizados”, noción central en la teoría de la sociedad de Luhmann y a la cual me referiré en el siguiente inciso.

354

A partir de los factores mencionados se podría afirmar que la ciencia moderna emergió simultáneamente *gracias a y en contra* de la retórica; eso es, la ciencia fue posible en la medida en que la retórica decaía y perdía credibilidad debido en buena parte a la creciente autonomización de la escritura con respecto a la palabra hablada. En ese sentido, no es de extrañar —como lo dejan ver estudios de historia cultural sobre ese tema y periodo— que las sociedades científicas y literarias que proliferaron a partir del siglo XVII anticipen retrospectivamente la formación de una opinión pública moderna (GOUBERT; ROCHE 1991, p. 219-254). En ese marco, la cuestión es acerca de la clase de recursos que tuvieron que desarrollarse para reforzar y convencer al público a partir de formas de comunicación mediadas por la distancia espacial temporal y la interposición del impreso.

Una respuesta posible se puede desdoblar en cinco aspectos: 1) una medida suplementaria para cubrir el déficit propio de toda comunicación tendría que ver, como lo asienta Steven Shapin, con el desarrollo de una nueva clase de “civildad” o formas de cortesía; 2) se desarrolla, además, un nuevo tipo de sintaxis gramatical, una escritura recursiva y abierta a la novedad; 3) surgió también un nuevo sentido de temporalidad que amplía el horizonte de expectativas (el futuro) en relación con las constricciones del presente; 4) apareció un nuevo sentido de objetividad construido a partir de la distinción entre representación y realidad; y 5) habría un desplazamiento de la retórica por la ciencia experimental que implicó la construcción de otro tipo de memoria social o de formas de recordar.

Tal vez ese quinto aspecto sea el más relevante debido a sus implicaciones con respecto a la revisión que estamos haciendo en relación con la noción de verdad en la historia, ya que significa la apertura a la comprensión de la historiografía como un tipo de memoria cultural (BIZIERE; VAYSSIERE 1995, p. 232; DOSSE 2000, p. 169-193). Mendiola nos recuerda que la retórica era, ante todo, “una técnica de memorización”. En una sociedad oral de “pocos libros” y bibliotecas incipientes o muy localizadas, sobre la base del arte de la retórica se desarrolló un tipo de memoria espacial e interior. El lugar de la memoria es interno y se accede a ella por medio de la imaginación para evocar lo ya conocido como digno de recordar.<sup>10</sup> En cambio, bajo el régimen científico, la biblioteca es el lugar objetivante de la memoria; es exterior al que recuerda o aprende algo nuevo. El saber almacenado y a la vista de todos es confrontado con el trabajo de campo, con los viajes y las observaciones en el terreno, moda que tenderá a cobrar una gran relevancia a partir del siglo XVIII. El laboratorio se convierte en el enlace final que pone en juego la realidad libresca y la empírica, que confronta los lenguajes naturales con los especializados. Si en la sociedad retórica la memoria se sirve de las autoridades o de los sabios o clásicos para recrear los saberes y domesticar el azar, la cuestión es ver cómo la modernidad científica en su rebelión contra ese esquema de producción de saber (por medio de imágenes externas e internas) generó sus propias autoridades para reforzar y hacer extensivos sus dominios (MENDIOLA 2003, p. 160-197).

### **Verdad, historia y credibilidad**

Hemos heredado una noción de verdad que aspira a establecer una correspondencia plena o aproximada entre la representación y lo representado, la escritura y el mundo. Sin embargo, dejada atrás su “ingenuidad”, esa noción se ha topado con la imposibilidad de fijar o encontrar la palabra exacta y definitiva para nombrar las cosas en la medida en que la forma “verdad” es relativa al medio utilizado para su observación y enunciación. De ahí se deriva en parte la necesidad de disponer de un concepto de verdad que sea histórico, un concepto de verdad contingente que no es lo mismo que verdad relativa o subjetiva. Se requiere, además, deshacer un concepto de subjetividad ajustado al modelo de ciencia implicado en la distinción sujeto/objeto y en una teoría de la acción intencional centrada en la conciencia de individuos aislados.<sup>11</sup>

La reprogramación de la noción de verdad desde esa perspectiva no implica caer en el abismo del relativismo y la arbitrariedad, como se quiere hacer creer, porque el concepto no se deriva de la mente de un individuo, sino de la sociedad. La verdad en ese sentido no es patrimonio exclusivo de los individuos aislados, ni tampoco el resultado de la suma estadística de todos los individuos, sino, más bien, es el resultado de la evolución de las formas de comunicación a lo largo de la historia, de modo tal que cada una de esas “formas” se correspondería con un tipo de producción de verdad, a saber: 1)

<sup>10</sup> Un buen ejemplo del desarrollo y funcionamiento de esta clase de memoria se puede ver en SPENCE 2002.

<sup>11</sup> Tal es el cometido de Habermas al intentar trazar “la prehistoria del positivismo moderno” (HABERMAS 1968, p. 9).

*alegórica*, que toma la forma de la metáfora o juego de símiles; 2) *empírica o positiva*, que toma la forma de descripciones-explicaciones; y 3) *cibernética*, que toma la forma de imagen virtual. Esas tres clases se corresponderían con la formación de tres tipos de memorias sin las cuales no hay posibilidad de comunicación: 1) memoria corporal introspectiva, 2) memoria centrada en el sujeto y 3) memoria virtual descentrada. Indicar que las clases de verdad no son relativas a la acción del individuo sino a las formas de comunicación en las que se inscribe la acción supone la emergencia de tres clases de *subjetividad* relativas a tres clases de comunicación: 1) oral, 2) escrita y 3) telemática. En cada una de ellas se presentan a su vez subgéneros o formas de coexistencia e hibridación que cumplen las funciones específicas en cada una de las formas de comunicación. Asimismo, cada una de las formas genera formas de temporalidad y socialización diferenciadas, familiares, educativas, legales y políticas.

La clave de esa taxonomía sociológica radicaría en la distinción entre lenguaje como medio de comunicación y lenguaje como forma de comunicación. El lenguaje, como se dijo, es un *medio* y sólo es estructurable a partir de sus *formas*, que remiten a los objetos indicados. En ese esquema, uno de los principales retos para la investigación histórica y sociológica consistiría en poder identificar y maniobrar con posibles superposiciones o subconfiguraciones que podrían darse en el tránsito de una forma de comunicación a otras, tanto en relación con la transformación de la forma como en las coexistencias con otras formas. En ese sentido, uno de los hallazgos de la investigación de Mendiola tiene que ver con el uso que hace de la noción de "oralidad secundaria" para explicar la coexistencia de la oralidad (como medio dominante de socialización en la era premoderna) y la escritura, que condujo al uso de la retórica para reforzar los acuerdos entre presentes; es decir, para hacer posible el paso de la improbabilidad comunicativa a una probabilidad entre otras. Es verdad que el desarrollo de la retórica se presentó también como un medio para producir y conservar el saber necesario para el funcionamiento de una sociedad regida por las interacciones entre presentes y que daría lugar, como se dijo antes, a la constitución de otras formas de producción y conservación de los saberes, propias de nuestra modernidad científica.

En ese marco, se podría trazar una periodización provisional con los siguientes resultados. Se tendría que, durante la emergencia del pensamiento científico, entre 1550 y 1650, aproximadamente, se realizó el primer gran debate sobre el método para controlar y ordenar el saber que se produce ya no por medio de la retórica (que requiere de un número determinado de autores y sabios), sino por medio de la observación de la naturaleza que se ha ido sedimentando en los libros. La operación ya no es la de un individuo que sabe porque recuerda, sino la de un observador que verifica si lo sabido es verdadero o falso al confrontar lo sabido con las nuevas informaciones ofrecidas por el entorno. De esa manera, la escritura (y no la memoria introspectiva) se fue convirtiendo paulatinamente en el referente de la realidad y de la verdad referida.

A continuación se podría esbozar un segundo periodo que va de finales del siglo XVII hasta el siglo XIX y en el que se dio el desarrollo y codificación de

una segunda manera de observar y producir conocimiento. Durante ese lapso se desarrolló al lado de la ciencia natural un saber sobre la humanidad y la sociedad, un saber etnográfico, antropológico y sociológico en pugna con las versiones tomadas de la oralidad secundaria o retórica; es decir, una escritura científica que procede ya no de acuerdo al código de la oralidad, sino de la escritura (DUCHET 1995). La retórica que sirvió de apoyo a la memoria oral resultó insuficiente al cobrar mayor importancia el sentido de la vista sobre el del oído y dar cuenta así de una mayor complejidad y extensión del mundo en la que el individuo era sólo un componente más entre otros. Así, la escritura surgió como el soporte del pensamiento científico.

Retomando la idea de la comunicación como probabilidad de la improbabilidad —que, por cierto, se aleja de las tesis del consenso y de la comprensión de las hermenéuticas tradicionales al estilo de Habermas o, en algunos aspectos, al de Gadamer—, la pregunta clave para reconocer la evolución de la verdad en la historia sería: ¿qué clase de recursos desarrolló ese tipo de comunicación basado en la escritura para reforzar, para hacer probable lo improbable de la “comunicación científica”? Si la retórica cumplió la función de hacer posible la imposibilidad de la comunicación cara a cara, ¿qué clase de “retórica” tuvo que desarrollar la modernidad para hacer posible lo imposible en las relaciones de la comunicación a distancia impuestas por la lógica del escrito y del impreso? ¿Qué clase de escritura tuvo que desarrollar para conseguir el aval de un público lector situado del otro lado del observador empírico que no era testigo presencial de las situaciones ni copartícipe de la memoria representada en el escrito? ¿De qué manera se generó la confianza necesaria para hacer creíble que la narración de los hechos, de los hallazgos y experimentaciones era digna de crédito y no producto de un engaño?

En relación con la cuestión acerca de cómo la “modernidad científica no retórica” se las arregló para resolver los problemas de la improbabilidad/probabilidad de toda comunicación dentro de los márgenes de mayor complejidad propios de la escritura, Luhmann, en su teoría sociológica, planteó —en discusión con Parsons— que el lugar de la retórica había sido ocupado por los medios de comunicación simbólicamente generalizados. Medios de esa clase son el dinero (para la economía), el derecho (para la política), la verdad (para la ciencia) y el amor (para la intimidad) (LUHMANN 1998, p. 9-73).

De hecho, creo que en los linderos de estas cuestiones y de este enfoque se inscriben las contribuciones de algunos sociólogos e historiadores de la ciencia que muestran que la generación de nuevos saberes no sustentados en la memoria introspectiva requirió el desarrollo de un nuevo virtuosismo o “civilidad” con el fin de generar la confianza necesaria para su aceptación. Entre esos autores se encuentran, además de Kuhn y Steven Shapin, otros como Alexander Koyré, Bruno Latour o Lorraine Daston.

Al considerar el ensayo de Shapin “La gran civilidad: la confianza, la verdad y el orden moral”, se puede pensar en la comunidad de historiadores y en el proceso que condujo a la institucionalización de la historiografía entendida como “científica”; es decir, como un espacio equipado de un instrumental técnico,

epistemológico y órganos de difusión (publicaciones periódicas y libros), espacio desde donde se pronunciará un tipo de enunciados sobre el pasado frente a una sociedad dispuesta a aceptarlos como verdaderos. Se trata de enunciados factuales correspondientes a estados de cosas reales, similares a los enunciados que comenzarán a generarse en Europa en el siglo XVII, del tipo: "El aceite de olivo se congela en un invierno ruso".

Si se sostiene que la verdad histórica no cambia, se debería suponer también que no hay lugar para la sociología y la historia. Se seguiría suponiendo también que las verdades son universales en la medida en que no dependen ni del espacio ni del tiempo de la observación. Pero si se asume lo contrario, entonces habría que mantener la postura de que no hay producción de verdad independiente de la sociedad en la que se produce. En este caso, la verdad pierde su carácter de sustancia inmutable y se convierte en un bien que evoluciona en el marco de las colectividades, de manera que su evolución ya no puede adjudicarse a un individuo que define la pertinencia de la selección de su investigación, sino al funcionamiento de una colectividad que establece sus selecciones y las estabiliza. En esa medida, el estudio de la historia es motivo de la sociología.

Dentro de esa perspectiva configurada desde hace un medio siglo en los trabajos de historia y sociología de la ciencia, una historia social de la verdad histórica anularía las visiones románticas y heroicas dominantes en las que los historiadores suelen aparecer como seres privilegiados que portan y hacen *la verdad* en la historia. A la luz de ese postulado habría que observar cómo el conocimiento histórico ha sido el resultado de las evaluaciones y acciones de una comunidad determinada, delimitado por la incorporación de las demandas de conocimiento y del comportamiento institucionalizado de la comunidad. En ese sentido, las comunidades de historiadores tendrían que describirse a partir de sus "economías de verdad" (SHAPIN 1994, p. 5). Esas "formas" pueden ser observadas en sus locuciones sociológicas, filosóficas e historiográficas.

El desarrollo de la pragmática lingüística ha permitido iluminar un segundo aspecto relacionado con la constitución de la verdad en el seno de una comunidad. Un análisis pragmático de las locuciones dejaría ver, por ejemplo, cómo los juicios de verdad culminan no puramente en una visión del mundo, sino en una manera colectiva de actuar. A ese respecto, la verdad consistiría no meramente en la formulación de una idea aséptica, sino en la capacidad de generar acciones que convierten esa idea en "verdadera". Este paso —que coincide con el problema de hacer posible lo imposible en la comunicación— está propuesto en la investigación de Shapin en términos morales para la conformación de las comunidades científicas durante los siglos XVII y XVIII.

Dada la naturaleza colectiva del hacer o producir verdad en la historia, los individuos que participan en ese "juego" se necesitan mutuamente para cubrir sus requerimientos materiales, confirmar los estados de la cuestión, producir nuevos saberes e, incluso, para ser escépticos respecto de lo sabido. Por tanto, para que el saber pueda ser efectivamente accesible a un individuo tiene que darse también un vínculo moral entre el individuo y otros miembros de la comunidad. Si ese vínculo falla, la información que circula puede muy

probablemente no culminar en comunicación y, por tanto, puede no haber "verdad". La palabra que designa ese "vínculo moral" es "confianza" (*trust*) que seguramente se podría traducir como "credibilidad" (Shapin). El problema de la verdad consistiría, entonces, en saber cómo un *alter* hace creíble para un *ego* que lo que está afirmando es *cierto* y no una mera *opinión*.

¿Cómo se consigue la "confianza" del otro? Eso solo es posible si se llenan las expectativas de acuerdos previamente contraídos. Ahora bien, si la verdad histórica pierde su carácter inmutable, debemos, entonces, preguntarnos cómo funciona ese tipo de memoria que hace ver que los hechos del pasado tal como fueron pudieron haber sido de otra manera. Al desactivarse una epistemología histórica de corte "naturalista", se abre la disciplina de la historia a pensarse como integrante de un fenómeno mayor: el de la cultura y su relación con la forma en que las sociedades recuerdan u olvidan.<sup>12</sup> Por ahora, esa parece ser la vía más plausible para superar el aparente relativismo y desconcierto entre quienes piensan en el fin de la historia tras haberse desplomado la epistemología clásica de la primera modernidad debido a la incorporación y diseminación social de los nuevos medios de comunicación electrónica del siglo XX. Desde "ese lugar" se ha considerado la posibilidad de reescribir la historia de la disciplina de la historia, o la de redescrición de la evolución de la "economía de verdad" de la comunidad de historiadores inscrita en el tiempo, en la que entran en juego principalmente cuatro vocablos: historia, ciencia, verdad y credibilidad.<sup>13</sup>

## Referencias bibliográficas

- BREDEKAMP, Horst. **La nostalgie de l'antique**: statues, machines et cabinets de curiosités. París: Diderot Editeur, 1996.
- BELTING, Hans. **La historia del arte después de la modernidad**. Traducido por Issa Maria Benítez Dueñas. México: Universidad Iberoamericana, 2010 [2003].
- BETANCOURT, Fernando. **El retorno de la metáfora en la ciencia histórica contemporánea**: interacción, discurso historiográfico y matriz disciplinaria. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2007.
- BIZIERE, Jean Maurice; VAYSSIERE, Pierre. **Histoire et historiens**: Antiquité, Moyen Age, France moderne et contemporaine. Paris: Hachette, 1995.
- CASACUBERTA, David; ESTANY, Anna. **¿Eureka?** El trasfondo de un descubrimiento sobre el cáncer y la genética molecular. Barcelona: Tusquets, 2003.
- COSTA LIMA, Luiz. **Control of the Imaginary**: reason and imagination in Modern Times. Translated by Ronald W. Sousa. Minneapolis: University of Minnesota, 1988.

<sup>12</sup> A este respecto se es consciente de que se trata de un ámbito polémico que exige mayor clarificación: no todos los historiadores y filósofos de la ciencia compartirían este enunciado (CASACUBERTA; ESTANY 2003; ESTANY inédito).

<sup>13</sup> Precisamente sobre esta clase de problemas, Francois Hartog (2013) ha publicado uno de sus últimos libros.

- DANTO, Arthur C. **Después del fin del arte**: el arte contemporáneo y el linde de la historia. Barcelona: Paidós, 1999.
- DE CERTEAU, Michel. **L'écriture de l'histoire**. París: Gallimard, 1975.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **Ante el tiempo**: historia del arte y anacronismo de las imágenes. Buenos Aires: Adriana Hidalgo editora, 2008.
- DOSSE, François. **L'Histoire**. Paris: Armand Colin, 2000.
- DUCHET, Marcel. **Anthropologie et histoire au siècle des Lumières**. Postfacio de Claude Blanckaert. Paris: Albin Michel, 1995.
- ESTANY, Anna. **Cognitive approach on the relations science-technology**. Manuscrito inédito (fotocopia).
- FORASTIERI DA SILVA, Rogério. **História da Historiografia**: capítulos para uma história das histórias da historiografia. Sao Paulo: EDUSC, 2001.
- GENETTE, G. *et al.* **Théorie des genres**. Paris: Du Seuil, 1986.
- GOUBERT, Pierre; ROCHE, Daniel. **Le français et l'ancien régime. 2**: culture et société. Paris: Armand Colin, 1991.
- HABERMAS, Jürgen. **Conocimiento e interés**. Traducido por Manuel Jiménez Redondo Madrid: Taurus, 1982 [1968].
- \_\_\_\_\_. **El discurso filosófico de la modernidad (Doce lecciones)**. Traducido por Manuel Jiménez Redondo. Madrid: Taurus, 1989.
- HARTOG, François. **Croire en l'histoire**. Paris: Flammarion, 2013.
- KANT *et al.* **Was ist Aufklärung? Thesen und Definitionen** (Erhard Bahr Ed.). Stuttgart: Reclam, 1980 [1783-1784].
- KRIEGEL, Nadine. **L'histoire à l'Age classique 3/ Les Académies de l'histoire**. Paris: Quadrige/Presses Universitaires de France, 1988.
- LUHMANN, Niklas. **La ciencia de la sociedad**. Traducido por D. Pappe, B. Erker y L.F. Segura. México: UIA/Anthropos/Iteso, 1996.
- \_\_\_\_\_. Los medios generalizados y el problema de la contingencia. In: \_\_\_\_\_. **Teoría de los sistemas sociales (artículos)**. México: UIA/ITESO, 1998, p. 9-73.
- \_\_\_\_\_. La forma escritura. **Estudios Sociológicos**, v. XX, n. 58, p. 3-21, 2002.
- LYOTARD, Jean-François. **La condición postmoderna**. México: REI, 1990.
- MAZIN, Oscar (ed.). **Las representaciones del poder en las sociedades hispánicas**. México: El Colegio de México, 2012.
- MENDIOLA, Alfonso. Las tecnologías de la comunicación: de la racionalidad oral a la racionalidad impresa. **Historia y Grafía** n. 18, p. 11-38, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Retórica, comunicación y realidad**: la construcción retórica de las batallas en las crónicas de la conquista. México: UIA, 2003.

- POMIAN, Krzysztof. **Des saints reliques a l'art moderne**: Venise-Chicago XIIIe-XXe siècle. Paris: Gallimard, 2003.
- POOVEY, Mary. **A history of the modern fact**: problems in the sciences of wealth and society. Chicago: Chicago University Press, 1998.
- QUINTANA, Angel. **Después del cine**: imagen y realidad en la era digital. Barcelona: Acantilado, 2011.
- RUIZ-DOMENEC, José Enrique. **Rostros de la historia**: veintiún historiadores para el siglo XXI. Barcelona: Península, 2000.
- SAHLINS, Marschall. **La ilusión occidental de la naturaleza humana**. Traducido por Liliana Andrade Llanas y Victoria Schussheim. México: Fondo de Cultura Económica, 2011.
- SHAPIN, Steven; SCHAFFER. **Leviatán and the air-pump**: Hobbes, Boyle, and the experimental life. Princeton: Princeton University Press, 1985.
- \_\_\_\_\_. **A social history of truth**: civility and science in seventeenth-century England. Chicago: Chicago University Press, 1994
- \_\_\_\_\_. **La revolución científica**: una interpretación alternativa. Barcelona: Paidós, 2000.
- SPENCE, Jonathan D. **El palacio de la memoria de Matteo Ricci**: un jesuita en la China del siglo XVI. Traducido por Mabel Lus González. Barcelona: Tusquets, 2002.
- ZERMEÑO PADILLA, Guillermo. La historia común es bastante compleja. **Historia y Grafía**, n. 36, p. 75-104, 2011.
- \_\_\_\_\_. De viaje tras el encuentro entre archivo e historiografía. **Historia y Grafía**, n. 38, p. 13-57, 2012.

# How to Rewrite the History of Historiography? Prolegomena for a History of the Truth in History

---

**Guillermo Zermeño Padilla**

gmoz@colmex.mx

Professor/Researcher

El Colegio de México, A. C., Centro de Estudios Históricos

Camino al Ajusco No. 20, Col. Pedregal de Sta. Teresa

10740 - México - DF

Mexico

---

## Abstract

How to rewrite the history of historiography at the beginning of this century? This paper tries to answer this question using just four words: history, science, truth and credibility. The revision and transformation that has been done over the categories, concepts or ways of representing history, created during the nationalist modernity, leads us to question how is it possible to write history nowadays, since when those old contents and forms that settled historiographical commonplaces produced in the 19<sup>th</sup> and 20<sup>th</sup> centuries seem to have become exhausted. Therefore, we try to show how the crisis of a historical epistemology of "naturalistic" character gave rise to the possibility of considering historical discipline as part of a larger phenomenon: that of culture and its relationship to how societies remember or forget. At the same time, this displacement has also implied the construction of another class of social memory: the opening to the understanding of history as a kind of cultural memory.

## 362 Keywords

History; Truth; Discourse.

---

Received in: 12/6/2013

Approved in 7/18/2014

When approaching some recent historical works, we have the impression that contemporary historiography has become an enormous trunk of curiosities; of stories and research dedicated to amaze and astonish us with all those things that we ignore about the past or simply not even imagine that they could have happened, many of them undoubtedly, of great interest. However, we might wonder about the limits of this proliferation of stories that come to us every day and keep coming across through different ways and communicative support. An accumulation of historical stories, that might remind us of that fascination, emerged in the pre-modern period of antiquarian history: the taste for collecting objects and materials, eccentric and exotic.<sup>1</sup> This happens, of course, not only in our tongues. Text books and tales, no doubt fascinating for their novelty and their critical approach that, in many cases, oblige us to modify and revise our concepts of the past or forms on how a period or a specific phenomena have been wanted to be understood, that no doubt respond to the new sensibilities and cultural atmospheres of our presents.

At the same time, it can be seen that many of these “new” histories, above all those dedicated to the pre-modern period, coincide in their criticism to many of the historical discourses emerged and manufactured during the period of nationalist modernities.<sup>2</sup> In that sense, analogous to the critical diagnosis of the “philosophical discourse of modernity” of the German sociologist Jurgen Habermas (1989), a significant gallery of historians, might be glimpsed, who have taken on the task of reviewing and questioning, through rigorous analysis, many of the historiographical commonplaces settled during the period between the 19<sup>th</sup> and 20<sup>th</sup> centuries. Discourses and stories, which are offered as the utter truth of the past, at the same time they conceal, above all, the way how these “truths” were produced. And great part of their strength and validity are found in the artifice of showing and hiding, at the same time, a part of the truth on which the assertions and representations of the past are sustained. For example, a recent investigation about the history of the concept of Archive has been found in some treatises of the 18<sup>th</sup> century, about how the erudite antiquarian was advised to keep to himself a part of the secret, not to fully show the “truth” and, in this way, maintain the elements of surprise, suspense and attraction in his readers and consumers of such stories (ZERMEÑO PADILLA 2012, p. 13-57).

It would be about stories of ancient things, critical of the historical discourse elaborated by modernity, or that constituting period of the formation of national states since 1800 until our present. And as a part of that critical function of the historiographical discourse of modernity the importance that historiographers such as Hayden White (*Metahistory: the historical Imagination in Nineteenth-Century Europe* 1973), added to many others such as Frank Ankersmit (*The sublime historical experience* 2010 [2007]), Francois Hartog (*Evidence*

<sup>1</sup> “Antiquarians” busy in attracting the attention of the present towards “antiquities”, “strangeness”, the “exotic” “curious” things (KRIEGL 1988, p. 221-264); (POMIAN 2003, p. 177- 191). In this fondness for “ruins” of the past do not conceal, among other things, a certain melancholy (BREDEKAMP 1996).

<sup>2</sup> For a significant example related to the exercise of power, see MAZIN 2012.

*de l'histoire: ce que voient les historiens* 2005) and Hans Ulrich Gumbrecht (*Dimensionen und Grenzen der Begriffsgechichte* 2006), just to mention some of them,<sup>3</sup> are undoubtedly important. Not forgetting the early contributions of the beginning of the 1970's of Michel De Certeau (*L'Écriture de l'histoire* 1975) and Michel Foucault (*L'archéologie du savoir* 1969) in an effort to reveal to us the hidden or unrecognized mechanics in the production of all discourse about the past.

Parting from the abovementioned it could be thought that history, as an academic discipline, is immersed in a period of revision and transformation of many of the categories of analysis, ways of narrating and periodizing, that have given sustenance and structured its discursive shapes built mainly since the 19<sup>th</sup> Century. For many, it is true, this "revisionism" does not mean anything more than the destruction of history or the end of history as it has been known and practiced.

The previous statement has led us to think<sup>4</sup> that probably, nowadays, the historiographical production could be divided into two big fields: between the producers of monographies, whose volumes tend to grow exponentially,<sup>5</sup> and that other terrain that worries less with scarcity or abundance of information, and concentrates mainly in clarifying the way how historical events are produced or have been produced. It is in this second level where my reflections and comments would be situated, about how a history of modern historiography could be rewritten, a subject which has occupied my mind for several years. My intention is concentrated then, only in presenting the incipient sketch of a possible answer to the such said question, in which will come into play, fundamentally, the relationship between history, science, truth, and credibility.

364

### **From Philosophy to the Sociology of Science**

As we well know, the justification of history as a science closely followed, during a long time, the step marked by the philosophy of science. It was necessary that during the second half of the 20<sup>th</sup> Century, sociology displaced philosophy for history to be able to establish a fairer relation with science in view of its standing as a discipline. The sociology of knowledge developed towards the middle of the last century has allowed re-describing a notion of immutable truth, absolute, not relative, when showing how cultural factors are also determining in the acceptance of truths, be they of a natural or cultural order (SAHLINS 2011). On the other hand, we know that history still maintains an ambiguous relationship with the progress of the so called exact sciences, without noticing that modern experimental science was also bound to factors and procedures not necessarily aseptic. Such recognition would lead to the establishment of

---

<sup>3</sup> For example, at the dawn of the new century, a renowned medievalist historian, lets us see his preferences (RUIZ-DOMENEC 2000).

<sup>4</sup> In concordance with other approaches from other disciplines, such as the history of cinema or of art (QUINTANA 2011; DIDI-HUBERMAN 2008; BELTING 2010; DANTO 1999).

<sup>5</sup> Which would make true the forecast of Jorge Luis Borges for the 21<sup>st</sup> Century, where the great nightmare of the historian would lie in the increasing difficulty in writing due to excess of material and information (QUINTANA 2011, p. 188).

another type of relationship between history and science until now characterized by a subordinate relationship of one towards the other, and in this way, open up to a new dialogue, more equitable and profitable between both.

To approach the subject, I remit myself to some works of the so called Edinburgh School, in particular to the contributions of one of its members, Steve Shapin (1994, p. 3-41), who intended to make a social history of the truth to show its relativity before academic philosophers who would sustain the contrary. The truth, in this case, would be conceived only as one of the selection mechanisms that a society, a group, an individual performs in order to be able to function in his everyday life. Although it is not the same thing to know something than to wield a "truth", what would be important here would be to be able to distinguish the mechanisms through which an ordinary knowledge constitutes itself in "the truth".

Within this context, for this trans-disciplinary collective, "the treatment of the truth as an accepted belief", would constitute itself in the heuristic methodological guiding principle. Beginning by the fact that the truth can be pronounced from different voices and tones, it would be a question of knowing, how does each of its participants consider something true or false? This starting point leads them to put in between brackets – in the manner of a hermeneutic resource – their notion of truth to be open to the possibility of understanding what others have as a certainty. At the end, what the issue would be about is: being able to understand how the cultural variation takes place in relation to truth (POOVEY 1998 SHAPIN; SCHAFFER 1985; SHAPIN 2000). In this sense, its task is to be able to show that a socio-historical approximation to the truth, rigorous and valuable, is possible to understand the complexity of the production of all kinds of truths. Of course they do it as a discussion and facing those (philosophy, a type of history, etcetera) who adopt a normativistic and legalistic (*aprioristic*) approach, in the sense that it is still possible to establish the truth, once and for all, as if it were a timeless substance.

365

### **Truth, Mass Media and History**

Precisely, in my approach to the problem posed I also resort to the work of a dear colleague and friend, Alfonso Mendiola, a specialist in the 16<sup>th</sup> and 17<sup>th</sup> Centuries. In his work *Retórica, comunicación y realidad: la construcción retórica de las batallas en las crónicas de la conquista* (2003), Mendiola has advanced some of the issues related to the problem about how to historize the truth in history. An approach, that to begin with, tries to see the way how to de-substantialize or pluralize the notion of truth.

One of the main aspects of his book is to know how, in scientific modernity, the topical (clichés) were formed, and how they displaced and, little by little, substituted the traditional forms imbricate in the Renaissance rhetoric art. The analysis suggests, roughly, that modern topical forked in two directions: on one side, there would be truths as a result of the explanation caused by laws (nomologic deductive model) and, on the other side, there would be truths, as a result of the comprehensive explanation of a polyvalent and contextualist

nature. The first pole would belong to the science of nature and the second to the history understood as a science of culture. Seen in this way, scientific modernity would oscillate in two opposite directions: between the experimental scientific reason, on one hand, and the hermeneutic, weak or relative reason, on the other.

To satisfactorily clear this classical counter position, the following hypothesis would be postulated as the solution. In the production of truth or sense of reality, communication technologies count for more than subjective psychic structures. In this way, what would be called as “science” would be the progressive result of a technological change in the means of communication and not, as it used to be thought, as the result of a genial mind. Following this reasoning, it could be added that then, he who is able to understand the workings of the communication mass media would have better elements to understand the production of different versions of reality or of truth.<sup>6</sup>

If we consider this binomial (production of knowledge/evolution of mass media communication) it is possible to show that the dualist model absolute/relative, explanatory/comprehensive, exact/hermeneutical, would correspond to the growing impact of the invention of printing in the calligraphic culture. One of the most original contributions of Mendiola’s investigation, beginning with the analysis of the chronicles of the conquest, consists in showing the relation that exists between some of the principles that regulate modern scientific production and the installation of the culture of the written word as a dominant form of communication in the establishing of the social agreements. In a later essay, Mendiola will go deeper into a fundamental distinction to understand such installation and its repercussions as the way of reaching a consensus about what is false and the truth: what exists between the oral and written forms of communication. While in the first case the production of what is real emerges from the distinction between speech (the sound) and the thing *simultaneously* with the moment in which it happens, the step of writing – as taking notes – to writing – as a form of communication, implied the possibility of separating the representation from the thing being referred to (LUHMANN 2002, p. 3-21; MENDIOLA 2002, p. 11-38). In that way, instead of writing disappearing to delve into reality, writings (thanks to their spreading through printing presses) turn into a condition of possibility and warranty of all truth and, at the same time, in the regulating instrument of the relation between what is real and what is unreal. The act of writing and its diffusion turned gradually into the referent of that referred to, indicating with it the possibility of distinguishing between what was written and the observed reality, natural or cultural (DE CERTEAU 1975). Under the mandate of observing with our own eyes, without intermediaries, scripture would function as the mirror in which reality is to be reflected. A mirror in constant perfecting due to the mistakes glimpsed or to new findings. In that sense, especially since the 17<sup>th</sup> Century,

366

<sup>6</sup> A reflection in this direction can be extracted from my essay about the theory of history of Siegfried Krakauer (ZERMEÑO PADILLA 2011).

the culture of printed matter transformed itself in the referent of reality and possibility condition of all future truth.

A second aspect worth highlighting related to the transformation operated mainly in the 20<sup>th</sup> Century, and that has been turning the classical forms of truth production into a problem, is the development and amplifying of distant communication through electronic means. Its impact can be observed in the review to which the notion of established truth has been submitted, established by the alliance between world and writing.<sup>7</sup> The sociology of knowledge and analytical philosophy of language are also some expressions of the attempt to disobjectivate the notion of truth elaborated during the early modernity. These "sociologies" and "philosophies", critical no doubt, are unthinkable without the establishment of a new scenario in the forms and mass media communication. Starting from these considerations it can be explained that the 20<sup>th</sup> Century has taken distance from a model of science made up during the expansion of the culture of the written, during the second half of the 18<sup>th</sup> Century, without which the intellectual movement around the *Encyclopedie* and the Illustration is unexplainable. The "dare to think for yourself" of Kant is unthinkable without the explosion of the world of books among men and women of the second half of the 18<sup>th</sup> Century and the will of taking distance from the so called "dark age", including the Renaissance imprint (KANT *et al.* 1980).

Also, since the works of Thomas Kuhn, although not only his, it can be observed how the history of science would come to occupy the space occupied before by the philosophy of science (BETANCOURT 2007). One of the implications of this displacement consisted in the recognition that the truth of the events observed does not depend exclusively of the exact description of them but, above all, by the way they are registered within a specific narrative. This statement implies the fact that the acceptance of the truth of truth is directly related to the same process in which it takes place. Hence it would follow: 1) that for the understanding of the history of truth, the formation and functioning of scientific communities should be observed, and 2) that the classical theoretical question about the scientific nature of the historical explanation, be transferred to that of research regarding the function of explanation in the narrative configuration of historical discourse.

When moving the location of truth of a merely individual production to a social or communitarian one, opens the question regarding the importance that the forms of communication have for that to happen or not to happen. This would imply assuming the theorem postulated by Luhmann that society is made up not by the sum of individual actions but by communications (LUHMANN 1996). From the previous, it would follow that truth is a relative good for the evolution of communication technologies (MENDIOLA 2002).

However, this postulate requires an ulterior precision related to the phenomena of communication and language in general. To this respect the distinction elaborated by Luhmann between language understood as a *means*

<sup>7</sup> No other is the context in which this "classical" book should be situated (LYOTARD 1990).

and as a *form* of communication is fundamental. Language is analogous to other media where margins are unobservable, but that without them, it is not possible to define and envision the things and the objects. Thus, through the means of light, the objects are distinguished, or through the means of air the sounds are distinguished, or by means of the language forms (genres) of communication are distinguished.<sup>8</sup> In these operations come into play, basically, the sense of hearing and that of vision in an unstable relationship, sometimes in a complimentary relation, if not of open opposition. In the silent reading developed in western countries will tend to give priority to vision (external and interior) in detriment of hearing. This contradistinction between the ear and the eye will be important, for example, when discussing about if Herodotus was more reliable, as a historian, than Thucydides. Later, with the growing colonization that took place by writing, at the expense of circulating information, from ear to ear (turned into rumor, suspicious and dangerous) will arise within the interior of the system or form of writing "literary" genres, in which the increasing differentiation between the fiction tale and the veridical tale or historical tale will be included (COSTA LIMA 1988). In this sense it can be sustained that the language is not a *form* but a *means* of communication, through which societies acquire and create specific forms (LUHMANN 1996, p. 130-139; MENDIOLA 2003, p. 79-82).

368

In this way, we reach the nodal point of our argumentation. According to the theory of the Luhmannian society there would be no communication while the *contact* between an *alter* and an *ego* does not take place, between a transmitter and a receiver.<sup>9</sup> But at the same time, it is assumed that communication is one of the most improbable facts in which human beings find themselves immersed. However, – and that would be the central paradox on which the argumentation articulates or hinges – only from this *improbability* is that social systems emerge and develop, or the ways how humans are programmed to turn improbability into probability. In that sense it would be a productive paradox (LUHMANN 1996, p. 238-240).

If there is no society without communication, then around a probable history of historiography the central question would consist in knowing how out of the improbable identifications and recognitions are produced, between speakers and listeners, between writers and readers. The answer to the enigma would be in that parting from the initial communication deficit, societies and thought communities generate supplementary mechanisms to enable the triumph of *yeses* over the *noes* between the listeners. In relation to our research the question would be the following: what kind of mechanisms had to be generated to reinforce the acceptance and development of a type of historical and scientific communication? In this point is where there is a fundamental coincidence between Luhmannian sociology and historical sociology, represented by Steven Shapin.

One example of this is provided to us by Mendiola, starting from his study about the production and circulation of the chronicles of the conquest in the 17<sup>th</sup>

<sup>8</sup> For example for the literary field G. GENETTE *et al.* 1986.

<sup>9</sup> For example it should be explained how a statesman in some place manages to obtain 100% of the *yeses* in a referendum; a 100% that would imply full communicative *contact* between the politician and the "people".

Century (MENDIOLA 2003). There, it can be seen how, in a society governed by a *secondary oral* culture – where the oral forms of communication coexist with the calligraphic written forms – the classical rhetoric manuals were adapted to reinforce and ensure the communicative interchanges established predominantly on the edge of orality. In this way, the resource of art of the old rhetoric allowed to give a certain temporary depth to social relationships branded by presentism and ensure new communicative links. But above all, rhetoric fulfilled the role of strengthening the possibility of obtaining the acceptance or recognition between an *alter* and an *ego* during this period. Besides, the use of rhetoric – supported on the incipient development of printing – coincided with the first outbreaks of the “methodical” revolt against the same rhetoric. It was a moment when the mandate of observation of nature with our own eyes, as a reaction to the growing multiplication and circulation of printed books, began imposing itself. Thus, the coming up problem, which belongs to the structuring of the scientific field, is related to the type of mechanisms that an increasingly literate society had to develop to solve the problem of distant communication implied in the growing production of printed matter. What kind of mechanisms were implanted in the substitution process of rhetoric to ensure the acceptance of non-allegoric empirical enunciates? The answer could be found in the emergence and development of the “symbolically generalized media”, central notion in Luhmann’s theory of society, to which I shall refer in the next section.

Beginning with the abovementioned factors it could be affirmed that modern science emerged simultaneously *thanks to and against* rhetoric; in other words, science was possible, in the measure rhetoric declined and lost credibility due, largely, to the increasing automatization of writing with respect to the spoken word. In this sense, it is not surprising – as studies of cultural history allow us to see, about that subject and period – that the scientific and literary societies that proliferated from the 17<sup>th</sup> Century, retrospectively anticipate the formation of a modern public opinion (GOUBERT; ROCHE 1991, p. 219-254). Within this framework, the issue is about the type of resources that had to be developed in order to reinforce and convince the public through forms of communication mediated by the temporal spatial distance and the interposition of printed matter.

A possible answer can be unfolded into five aspects: 1) a supplementary measure to cover the own deficit of all communication, would have to do, as settled by Steven Shapin, with the development of a new type of “civility” or forms of politeness; 2) a new type of grammatical syntax is developed, a recursive writing, open to novelty; 3) a new sense of temporality appears, that widens the horizon of expectations (the future) in relation to the constrictions of the present; 4) A new sense of objectivity built from the distinction between representation and reality arises and, 5) there would be a displacement of rhetoric by experimental science that implied the construction of another type of social memory or ways of remembering.

Perhaps this fifth aspect is the most relevant due to its implications regarding the revision we are making in relation to the notion of truth in history, since it means an opening towards the understanding of historiography as a

type of cultural memory (BIZIERE; VAYSSIERE 1995, p. 232; DOSSE 2000, p. 169-193). Mendiola reminds us that rhetoric was, above all, "a memorizing technique". In an oral society, of "few books" and incipient or very localized libraries, based on the art of rhetoric a type of spatial and interior memory was developed. The place of the memory is internal and it is reached through the imagination to evoke what is already known as worthy of being remembered.<sup>10</sup> In return, under the scientific regime, the library is the objectivating place of memory; it is exterior to who remembers or learns something new. The accumulated knowledge and everyone's sight is confronted with the field work, with the travels and observations on the terrain, a fashion which will tend to acquire great relevance from the 18<sup>th</sup> Century on. The laboratory turns into the last link that puts at stake the bookish reality and the empirical one that confront the natural languages with the specialized ones. If in the rhetorical society the memory makes use of the authorities or of the sages or classicists to recreate knowledge and tame fate, the question is to see how scientific modernity in its rebellion against this knowledge production scheme (through external and internal images) generated its own authorities to reinforce and extend its domains (MENDIOLA 2003, p. 160-197).

### **Truth, history and credibility**

370

We have inherited a notion of truth that aspires to establish a full or approximate correspondence between representation and that which is being represented, writing and the world. However, leaving behind its "naïveté", this notion has run into the impossibility of fixing or finding the exact and final word to designate things, in the measure that the form "truth" is relative to the environment used for its observation and enunciation. From there derives, in part, the need of disposing of a concept of truth that is historical, a concept of truth that is contingent, which is not the same thing as relative or subjective truth. It also requires undoing a concept of subjectivity adjusted to the model of science implied in the distinction subject/object, and in a theory of the international action centered in the conscience of isolate individuals.<sup>11</sup>

The reprogramming of the notion of truth from this perspective does not imply falling into the abyss of relativism and arbitrariness, as some would like to lead us to think, because the concept is not derived from the mind of an individual but from society. Truth, in that sense, is not the exclusive patrimony of isolated individuals nor is it the result of the statistical sum of all the individuals, but rather the result of the evolution of forms of communication throughout history. In such a way that each one of these "forms" would correspond with a type of production of truth, as follows: 1) *allegorical* that takes the form of the metaphor or game of similes; 2) *empirical or positive* that takes the form of descriptions-explanations; and 3) *cybernetic* that takes the form of virtual image. These three classes would correspond with the formation of three

<sup>10</sup> A good example of the development and functioning of this type of memory can be seen in SPENCE 2002.

<sup>11</sup> Such is Habermas' task when trying to trace "the prehistory of modern positivism" (HABERMAS 1968, p. 9).

types of memories without which there is no possibility of communication: 1) introspective corporal memory, 2) memory centered on the subject and 3) virtual decentralized memory. To indicate that the classes of truth are not relative to the action of the individual but to the forms of communication in which the action is inscribed, supposes the emergence of three classes of *subjectivity* relative to three classes of communication: 1) oral, 2) written, and 3) telematic. In each one of them subgenres are presented at the same time or forms of coexistence and hybridization that fulfill the specific functions in each one of the forms of communication. At the same time, each one of the forms generates forms of differentiated temporality and socialization, familiar; educational, legal, and political forms.

The key to this sociological taxonomy would lie in the distinction between language as a means of communication and language as a form of communication. The language, as it has been said, is a *means* and is only structurable from its *forms* that refer to the objects indicated. In this scheme one of the main challenges for the historical and sociological research would consist in being able to identify and maneuver, with possible overlaps or sub-configurations, which could occur in the transition from one form of communication to others, both in relation to the transformation of the form as in the coexistence with other forms. In this sense, one of the findings of Mendiola's research has to do with the use he makes of the notion of "secondary orality" to explain the coexistence of orality (as dominant means of socialization in the pre-modern era) and the writing which led to the use of rhetoric to reinforce the agreements among those present; in other words, to give way from communicative improbability to a probability among others. It is true that the development of rhetoric was presented also as a means to produce and preserve the necessary knowledge for the functioning of a society ruled by the interactions among presents, and that would give way, as said before, to the constitution of other forms of production and conservation of the knowledges, of our own scientific modernity.

Within this framework, a provisional periodization could be drawn with the following results. We would have that during the emergence of scientific thought between 1550 and 1650, approximately, the first great debate about the method to control and manage the knowledge that is produced, not any more by means of rhetoric (that requires of a certain number of authors and scholars), but by means of the observation of nature which has been sedimenting in the books. The operation is not any more that of an individual that knows because he remembers, but that of an observer who verifies if what is known is true or false when confronting what is known with the new information offered by the environment. In this way, writing (and not introspective memory), gradually has become the benchmark of reality and referred truth.

To follow, a second period could be outlined that goes from the end of the 17<sup>th</sup> Century until the 19<sup>th</sup>, where the development and codification of a second way of observing and producing knowledge took place. During this span, next to natural science, a knowledge about humanity and society developed, an ethnographic, anthropological and sociological knowledge, in conflict with the versions taken

from secondary orality or rhetoric; that is to say, a scientific writing that proceed not in accordance to the orality code but of writing (DUCHET 1995). Rhetoric, which served as support to oral memory, was insufficient when the sense of sight became more important than hearing, and it accounted for a major complexity and extension of the world, where the individual was only one more component among others. Thus, writing emerged as the support of scientific thought.

Retaking the idea of communication as probability of the improbable – which certainly moves away from the thesis of consensus and comprehension of the traditional hermeneutics, in the Haberman's style or in some aspects from that of Gadamer – the key question to recognise the evolution of truth in history would consist in knowing what type of resources that type of communication developed based on writing to reinforce, to make probable the improbable of "scientific communication"? If rhetoric fulfilled the function of making possible the impossibility of communication, face to face, what type of "rhetoric" did modernity have to develop to make possible the impossible in the relations of long distance communication imposed by the logic of the written and printed matter? What type of writing did it have to develop to obtain the endorsement of the reading public situated on the opposite side of the empirical observer, about situations of which it was not an eyewitness or co-participant of the memory represented in the writing? In what way was the necessary trust generated to make the telling of facts, of findings and experimenting credible, credit worthy and not the product of a hoax?

372

In relation to the issue about how the "non-rhetoric scientific modernity" managed to solve the problems of improbability/probability of all communication within the more complex margins belonging to writing, Luhmann in his sociological theory stated – in discussing with Parsons – that the place of rhetoric was taken up and occupied by symbolic generalized media. This type of means are money (for economy), the law (for politics), the truth (for science), and love (for intimacy) (LUHMANN 1998, p. 9-73).

In fact, I believe that the boundaries of these issues and of this approach inscribe the contributions of some sociologists and historians of science who show that the generation of new knowledges, unsubstantiated in the introspective memory, required the development of a new virtuosity or "civility" in order to generate the necessary trust for their acceptance. Among these are, besides Kuhn and Steven Shapin, others such as Alexander Koyré or Bruno Latour, Lorraine Daston.

When considering Shapin's essay "La gran civilidad: la confianza, la verdad y el orden moral" it can be thought in the community of historians and the process that led to the institutionalization of historiography, understood as "scientific"; in other words, as a space equipped with technical, epistemological instruments and bodies of diffusion (periodical publications and books). Spaces from where a type of statements will be pronounced about the past facing a society ready to accept them as true. Factual statements corresponding to the state of real things, similar to the statements that began being generated in Europe in the 17<sup>th</sup> Century of the type: "Olive oil freezes in a Russian winter".

If it is sustained that historical truth does not change, it should also be supposed that there is no space for sociology and history. It will also continue to be supposed that truths are universal insofar as they do not depend neither of space nor time of observation. But if the opposite is assumed, then the posture should be maintained that there is no production of truth independent of the society in which it is produced. In this case truth loses its character of immutable substance and it becomes a good that evolves within the framework of collectivities. Therefore, its evolution can not be attributed to an individual who defines the pertinence of the selection of his research but to the functioning of a collectivity that establishes its selections and stabilizes them. In this measure the study of history is a cause for sociology.

Within this perspective, configured since half a century ago in the works of history and sociology of science, a social history of the historical truth would annul the dominant romantic and heroic visions where historians usually appear as privileged beings that carry and make *the truth* in history. In light of this postulate it should be observed how historical knowledge has been the result of evaluations and actions of a particular community, delimited by the incorporation of the demands of knowledge and of the institutionalized behavior of the community. In that sense, the communities of historians should describe themselves from their "economies of truth" (SHAPIN 1994, p. 5). These "forms" can be observed through their sociological, philosophical, and historiographical phrases.

The development of linguistic pragmatism has allowed illuminating a second aspect related to the constitution of the truth in the bosom of a community. A pragmatic analysis of the expressions would allow seeing, for example, how the judgments of truth culminate not purely in a vision of the world but in a collective way of acting. To this respect, the truth would consist of, not merely in the formulation of an aseptic idea but, in the capacity of generating actions that turn true that idea. This step – that coincides with the problem of making possible the impossible in communication – is proposed in moral terms in Shapin's research for the conformation of scientific communities during the 17<sup>th</sup> and 18<sup>th</sup> centuries.

Given the collective nature of making or producing truth in history, the individuals who participate in this "game" need one another to cover their material requirements, confirm the states of the questions, produce new knowledges and, even to be skeptical about what is known. Therefore, for knowledge to be effectively accessible to an individual, there must also be a moral bond between the individual and other members of the community. If this bond fails, the information that circulates can most probably not culminate in communication and, thus, there may be no "truth". The word that designates that "moral bond" is *trust* that surely can be translated as "credibility" (Shapin). The problem of truth would consist then, in knowing how an alter makes it credible for an ego, that what it is stating is *true* and not a mere *opinion*.

How do we obtain the other's "trust"? Only by fulfilling the expectations of previously contracted agreements. Yet, if the historical truth loses its immutable character then we must ask ourselves how does this type of memory function

that makes us see the facts of the past as they were, when they could have been different? When we deactivate an epistemological history of “naturalist” cut, the discipline of history opens to think itself as part of a larger phenomenon: culture and its relation with the way how societies remember or forget.<sup>12</sup> For the time being that seems to be the most plausible way to overcome the apparent relativism and bewilderment among those who believe in the end of history when the classical epistemology of the first modernity collapsed, due to the incorporation and social dissemination of the new electronic communication media of the 20<sup>th</sup> Century. From “that place” it has been considered the possibility of rewriting the history of the discipline of history, or the re-description of the evolution of “truth economics” of the community of historians inscribed in time, wherein come into play principally four words: history, science, truth and credibility.<sup>13</sup>

### **Bibliographic References**

BREDEKAMP, Horst. **La nostalgie de l’antique**: statues, machines et cabinets de curiosités. París: Diderot Editeur, 1996.

BELTING, Hans. **La historia del arte después de la modernidad**. Traducido por Issa Maria Benítez Dueñas. México: Universidad Iberoamericana, 2010 [2003].

BETANCOURT, Fernando. **El retorno de la metáfora en la ciencia histórica contemporánea**: interacción, discurso historiográfico y matriz disciplinaria. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2007.

BIZIERE, Jean Maurice; VAYSSIERE, Pierre. **Histoire et historiens**: Antiquité, Moyen Age, France moderne et contemporaine. Paris: Hachette, 1995.

CASACUBERTA, David; ESTANY, Anna. **¿Eureka?** El trasfondo de un descubrimiento sobre el cáncer y la genética molecular. Barcelona: Tusquets, 2003.

COSTA LIMA, Luiz. **Control of the Imaginary**: reason and imagination in Modern Times. Translated by Ronald W. Sousa. Minneapolis: University of Minnesota, 1988.

DANTO, Arthur C. **Después del fin del arte**: el arte contemporáneo y el linde de la historia. Barcelona: Paidós, 1999.

DE CERTEAU, Michel. **L’écriture de l’histoire**. París: Gallimard, 1975.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Ante el tiempo**: historia del arte y anacronismo de las imágenes. Buenos Aires: Adriana Hidalgo editora, 2008.

DOSSE, François. **L’Histoire**. Paris: Armand Colin, 2000.

DUCHET, Marcel. **Anthropologie et histoire au siècle des Lumières**. Postfacio de Claude Blanckaert. Paris: Albin Michel, 1995.

<sup>12</sup> To this respect we are conscious it is a polemic ambit which demands more clarification: not all historians and philosophers of science would share this enunciate (CASACUBERTA; ESTANY 2003; ESTANY unedited).

<sup>13</sup> Precisely, about this kind of problems François HARTOG 2013 has published one of his last books.

- ESTANY, Anna. **Cognitive approach on the relations science-technology**. Manuscrito inédito (fotocopia).
- FORASTIERI DA SILVA, Rogério. **História da Historiografia**: capítulos para uma história das histórias da historiografia. Sao Paulo: EDUSC, 2001.
- GENETTE, G. *et al.* **Théorie des genres**. Paris: Du Seuil, 1986.
- GOUBERT, Pierre; ROCHE, Daniel. **Le français et l'ancien régime. 2**: culture et société. Paris: Armand Colin, 1991
- HABERMAS, Jurgen. **Conocimiento e interés**. Traducido por Manuel Jiménez Redondo Madrid: Taurus, 1982 [1968].
- \_\_\_\_\_. **El discurso filosófico de la modernidad (Doce lecciones)**. Traducido por Manuel Jiménez Redondo. Madrid: Taurus, 1989.
- HARTOG, François. **Croire en l'histoire**. Paris: Flammarion, 2013.
- KANT *et al.* **Was ist Aufklärung? Thesen und Definitionen** (Erhard Bahr Ed.). Stuttgart: Reclam, 1980 [1783-1784].
- KRIEGEL, Nadine. **L'histoire a l'Age classique 3/ Les Académies de l'histoire**. Paris: Quadrige/Presses Universitaires de France, 1988.
- LUHMANN, Niklas. **La ciencia de la sociedad**. Traducido por D. Pappe, B. Erker y L.F. Segura. México: UIA/Anthropos/Iteso, 1996
- \_\_\_\_\_. Los medios generalizados y el problema de la contingencia. In: \_\_\_\_\_ **Teoría de los sistemas sociales (artículos)**. México: UIA/ITESO, 1998, p. 9-73.
- \_\_\_\_\_. La forma escritura. **Estudios Sociológicos**, v. XX, n. 58, p. 3-21, 2002.
- LYOTARD, Jean-François. **La condición postmoderna**. México: REI, 1990.
- MAZIN, Oscar (ed.). **Las representaciones del poder en las sociedades hispánicas**. México: El Colegio de México, 2012.
- MENDIOLA, Alfonso. Las tecnologías de la comunicación: de la racionalidad oral a la racionalidad impresa. **Historia y Grafía** n. 18, p. 11-38, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Retórica, comunicación y realidad**: la construcción retórica de las batallas en las crónicas de la conquista. México: UIA, 2003.
- POMIAN, Krzysztof. **Des saints reliques a l'art moderne**: Venise-Chicago XIIIe-XXe siècle. Paris: Gallimard, 2003.
- POOVEY, Mary. **A history of the modern fact**: problems in the sciences of wealth and society. Chicago: Chicago University Press, 1998.
- QUINTANA, Angel. **Después del cine**: imagen y realidad en la era digital. Barcelona: Acantilado, 2011.
- RUIZ-DOMENEC, José Enrique. **Rostros de la historia**: veintiún historiadores para el siglo XXI. Barcelona: Península, 2000.

- SAHLINS, Marschall. **La ilusión occidental de la naturaleza humana**. Traducido por Liliana Andrade Llanas y Victoria Schussheim. México: Fondo de Cultura Económica, 2011.
- SHAPIN, Steven; SCHAFFER. **Leviatán and the air-pump**: Hobbes, Boyle, and the experimental life. Princeton: Princeton University Press, 1985.
- \_\_\_\_\_. **A social history of truth**: civility and science in seventeenth-century England. Chicago: Chicago University Press, 1994
- \_\_\_\_\_. **La revolución científica**: una interpretación alternativa. Barcelona: Paidós, 2000.
- SPENCE, Jonathan D. **El palacio de la memoria de Matteo Ricci**: un jesuita en la China del siglo XVI. Traducido por Mabel Lus González. Barcelona: Tusquets, 2002.
- ZERMEÑO PADILLA, Guillermo. La historia común es bastante compleja. **Historia y Grafía**, n. 36, p. 75-104, 2011.
- \_\_\_\_\_. De viaje tras el encuentro entre archivo e historiografía. **Historia y Grafía**, n. 38, p. 13-57, 2012.

# A história da historiografia e o desafio do giro linguístico

## The History of Historiography and the Challenge of the Linguistic Turn

---

**Rogério Forastieri da Silva**

rforastieri@gmail.com

Professor

Colégio Etapa

Avenida Liberdade, 1046

01502-001 - São Paulo - SP

Brasil

---

### Resumo

Esta exposição examina as relações entre a história da historiografia e o giro linguístico, este último tomado como um “desafio” à primeira. Inicialmente procura-se definir o que significa “o ponto de vista da história geral da historiografia”, ou seja, tomar a história da historiografia em sua inteireza, dos gregos ao presente e, em consequência, colocar sob suspeição as proclamadas “rupturas”, “cortes epistemológicos”, “revoluções”, “mutações” e “novas histórias” nos períodos recentes da história geral da historiografia; neste contexto, busca-se discutir o estatuto “científico” da história-discurso. Na segunda parte, caracterizamos o giro linguístico e a natureza do “desafio” que o mesmo vem a representar para a história da historiografia. Na terceira parte, situa-se o papel de Hayden White na formulação deste desafio e seus desdobramentos para a prática da história-discurso, ilustrando com exemplos de Hans Ulrich Gumbrecht e Peter Englund. A conclusão retoma argumentos de Siegfried Kracauer, Arnaldo Momigliano, Johan Huizinga, Carlo Ginzburg e Hayden White (este, em 2011) que, no conjunto, reforçam a importância de se considerar a história geral da historiografia como um todo (dos gregos ao presente) no tratamento da história-discurso; esta última, concebida como integrante de um “domínio intermediário” que, mesmo aspirando ao estatuto científico (compromisso com a verdade), não pode abandonar a construção da memória coletiva e o acerto de contas com o passado, daí decorrendo o caráter aproximativo do conhecimento histórico.

377

### Palavras-chave

História da historiografia; Giro linguístico; Conhecimento histórico.

### Abstract

This exposition examines the relationship between the history of historiography and the linguistic turn, the latter being considered a challenge to the former. At first we attempt to define the meaning of “the viewpoint of the general history of historiography” by taking the history of historiography in its entirety from the Greeks to the present, thereby undermining the credibility of self-proclaimed “ruptures”, “epistemological cuts”, “revolutions”, “mutations” and “new histories” in the recent developments of the general history of historiography, and thus questioning the “scientific” status of historical discourse. In the second section we try to depict the linguistic turn and the nature of the “challenge” it poses to the history of historiography. In the third section, with examples from Hans Ulrich Gumbrecht and Peter Englund, we qualify the role of Hayden White in the formulation of this challenge and its consequences for the practice of the discourse history. The conclusion resumes the arguments of Siegfried Kracauer, Arnaldo Momigliano, Johan Huizinga, Carlo Ginzburg and Hayden White (his in 2011), which combine to reinforce the importance of considering the entirety of the general history of historiography when dealing with discourse history, conceived as part of an “intermediate domain” that aspires to a scientific status (the commitment with the truth), but which cannot break free from the construction of collective memory or the settling of accounts with the past, hence the approximate nature of historical knowledge.

### Keywords

History of historiography; Linguistic turn, Historical knowledge.

---

Recebido em: 17/9/2013

Aprovado em: 1/7/2014

O título desta exposição envolve dois objetos distintos, a “história da historiografia” e o “giro linguístico”, e considera este último como um “desafio” ao primeiro. Esse “desafio”, por sua vez, pode ser caracterizado como “provocação para um duelo”, uma “incitação” a reagir. Supostamente existiria um objeto estabelecido – a história da historiografia, mais antigo, – cuja zona de conforto passou a ser questionada pelo referido “giro linguístico”, mais recente. Tentemos, pois, caracterizar cada um desses objetos e, em seguida, procuremos especular sobre a natureza dessa provocação e suas possíveis respostas.

### **O ponto de vista da história geral da historiografia**

Cabe, em primeiro lugar, um procedimento formal, a fim de que não parem mal-entendidos sobre o objeto a que nos estamos referindo. Para tanto, é possível (e mesmo necessário) estabelecermos a seguinte nomenclatura:

- H1 – História-acontecimento, ou seja, todo o acontecer humano, em qualquer tempo, em qualquer espaço (caracterizado, portanto, pela infinitude de objetos);
- H2 – História-discurso, que é propriamente o trabalho do historiador, o relato fragmentário do acontecer humano; serve-se da narrativa com a finalidade de reconstruir este acontecer, para a constituição da *memória social*;
- H3 – Historiografia, ou seja, a história da história-discurso, as várias maneiras ao longo do tempo de se escrever este relato fragmentário, nas suas mais variadas modalidades;
- H4 – História das histórias da historiografia, ou seja, a historiografia das histórias da historiografia.

378

Portanto o foco de nossa exposição envolve as relações entre a história-discurso (H2) e a história da história-discurso (H3), a que chamamos a história da historiografia.

Tomando-se como referência os modernos estudos historiográficos gerais, existe um relativo consenso entre autores consagrados (CROCE 1973; HAY 1977; KELLEY 1991) de que o primeiro empenho importante no sentido da realização de uma história geral da historiografia deveu-se ao historiador suíço Eduard Fueter (1876-1928) que, em 1911, publicou uma história da historiografia moderna abrangendo desde a época do Renascimento até o final do século XIX (FUETER 1914). A partir de então (isto é, a partir da *Belle Époque*), a produção historiográfica deixou de ser tratada apenas em bibliografias (LANGLOIS 1896), em histórias da literatura e de gêneros literários (ALBERT 1883; ROMERO 1888; LÉVRAULT 1905) para ocupar um lugar específico no interior da produção historiográfica propriamente dita.

A partir de um exame circunstanciado de histórias gerais da historiografia foi possível observar o que podemos chamar de uma mudança na estrutura e conteúdo delas, que deixaram ao longo do tempo de estar associadas e comprometidas com a formação de “historiografias nacionais” – a história como

disciplina autônoma está diretamente associada ao processo de formação dos estados-nação a partir de finais do século XVIII (BERGER; DONOVAN; PASSMORE 1999), – tal como foi pioneira e compreensivelmente o modelo de história da historiografia adotado por Eduard Fueter, e estas passaram a conter uma ampla variedade de abordagens e temáticas (IGGERS 1975; BREISACH 1983; BOURDÉ; MARTIN 1983; KELLEY 2006; BURROW 2008).

Por esta via, com uma visão de conjunto da história da história-discurso desde os gregos à atualidade, demo-nos conta de que, no lugar de considerar apenas descontinuidades na escrita da história que, via de regra, são rotuladas de forma variada (“mutação” [CARBONELL 1976], “ruptura”, “corte epistemológico”, “revolução” [BURKE 1990]) na história da historiografia, foi possível refletir sobre esta insistência em ressaltar tais descontinuidades e avaliar com maior serenidade a natureza desta sucessão de “escolas históricas”, “estilos históricos” ou, mais simplesmente, os modos variados de escrever a história-discurso.

O referido exame mostrou-nos a frequência com que cada nova tendência na forma de realizar a escrita da história define-se “nova”, “moderna”, “pós-moderna”,<sup>1</sup> o que, por sua vez, trata de se contrapor às formas anteriores, atribuindo a elas uma variedade de rótulos (história “descritiva”, “factual”, “positivista”, “*historisante*” (FEBVRE 1992b, p. 114-118), “tradicional”, “oficial”, “ultrapassada”, “datada”). Nos tempos atuais, parece que também entrou neste rol de designações a da história “marxista”, bem como outras tantas possíveis (e futuras) denominações.

Como forma de legitimação, de definição de identidade, como esforço de superação, como uma outra maneira de escrever a história, o modo de escrever história que se propõe dominante em um determinado momento – por intermédio daquilo que às vezes é chamado de “escola histórica” – faz com que seus arautos tratem de caricaturar e desqualificar manifestações precedentes e se autoproclamem, por exemplo, representantes de uma “nova história”. Esta denominação, a propósito, é muito antiga; é observável desde os séculos IV e V com Zósimo – *Historia nea*; e, ao longo do tempo, estendeu-se até a *Nouvelle histoire* nossa contemporânea (MONTELATICI 1916, p. 44; MOMIGLIANO 1987; NORWICH 1992; BROWN 1995). Na atualidade, além da utilização da expressão “nova”, acrescentaram-se outras partículas, como é o caso, por exemplo, dos variados “pós” e “turns” na historiografia, como o presente *linguistic turn*.

Consideramos importante ressaltar que, no conjunto, as designações acima referidas, às quais se contrapõe a última novidade em matéria de historiografia, possuem pelo menos um elemento em comum: um propósito depreciativo que desqualifica de antemão a produção historiográfica precedente que tenha recebido algum desses rótulos. Esta maneira de estabelecer “relatos fundadores” de “novas histórias” possui um outro efeito perverso. As novas gerações de historiadores, a partir das referidas qualificações, deixam de examinar com o devido cuidado as produções anteriores e de situá-las no contexto histórico

<sup>1</sup> Atribui-se a Jean-François Lyotard (LYOTARD 1979) a formulação das características da pós-modernidade. Vale lembrar entretanto que vinte anos antes já se formulava algo a respeito. Veja-se: MILLS 1965, p. 180.

em que foram produzidas; enfim, deixam de dar-se conta da historicidade da própria escrita da história.

Veja-se, por exemplo, o zelo demonstrado por Lucien Febvre para especificar o que era historicamente próprio da “religião” de Rabelais (FEBVRE 1968), ou seja, que não bastavam documentos para identificar o personagem como ateu; portanto, recompondo a historicidade do contexto em que Rabelais vivia, contrasta significativamente com o tratamento a-histórico que dispensa a Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos, os autores da *Introduction aux études historiques* (1898) (LANGLOIS; SEIGNOBOS 1992). Lucien Febvre ignora, em relação a eles, a razão pela qual davam tanta importância à questão da falsificação de documentos. No prefácio da reedição da referida *Introduction*, Madeleine Ribérioux destaca judiciosamente, entre outros aspectos, o quão pertinentes eram as discussões sobre aquela questão, pois, afinal, a obra e seus autores foram contemporâneos do Caso Dreyfus, no qual, como é sabido, cometeu-se, para além de outras atrocidades, um clamoroso erro judiciário e uma injustiça “legitimada” precisamente com a utilização de documentos forjados.

Assim, os historiadores antigos, “fora de moda”, são, muitas vezes, citados; no entanto, não são objeto de um estudo mais detido – quem se daria ao trabalho, por exemplo, de ler *Démocraties et capitalisme (1848-1860)* em seguida aos ferozes ataques de Lucien Febvre? (POUTHAS 1948)<sup>2</sup> – pois já foram devidamente rotulados de “ultrapassados”.<sup>3</sup>

380

Desta forma, o exame das referidas histórias gerais da historiografia fortaleceu-nos a ideia de que, no trato da história da história-discurso, deve-se ter como importante referência o que chamamos “o ponto de vista da história geral da historiografia”. Essa perspectiva considera que qualquer avaliação de cunho historiográfico deve levar em conta *toda* a história da historiografia, desde os gregos – portanto, desde Heródoto – até o presente (NOVAIS; SILVA 2011, p. 7-70; SILVA 2001).

É claro que, como já observamos, são perceptíveis, ao longo da história da história-discurso, mudanças de abordagens, temáticas e formas de exposição. Todavia, insistimos, não existem apenas rupturas, há também continuidades, nexos entre a mais atual produção historiográfica e as historiografias que lhes antecederam. São, como observamos, recorrentes os modos de assinalar mudanças ao longo da história da história-discurso. Portanto, rupturas, continuidades e modos de anunciar rupturas pelos pioneiros de “novas histórias” são comuns ao longo de toda a história da historiografia.

Uma outra importante implicação a se considerar na avaliação de estudos de caráter historiográfico, do ponto de vista da história geral da historiografia, incide na própria *concepção da história-discurso*. Não se trata aqui, evidentemente, de reconstruir o processo de constituição desse setor do conhecimento como

<sup>2</sup> Sobre este autor e esta obra: FEBVRE 1992a, p. 99-103. O criticado autor integrou também uma prestigiosa coleção de história moderna: POUTHAS 1971, p. 389-415.

<sup>3</sup> Há, evidentemente, uma importante exceção quando se trata de estudos historiográficos destinados especificamente a um determinado historiador como, por exemplo: ROMILLY 1998; MOMIGLIANO 1966; EYCK 1982; ROBERTS 1987; PORTER 1988; FINK 1991; CANNADINE 1992; MELLOR 1993; MÜLLER 2003; MILLER 2007; BENTLEY 2011; PAUL 2011.

disciplina autônoma que adquire foros de “ciência” a partir do século XIX, mas de chamar a atenção para alguns aspectos que consideramos decisivos para o quadro de referências que estamos procurando especificar, qual seja, a questão de que o “giro linguístico” constitui um “desafio” para a “história da historiografia”.

O impacto que as invenções, teorias, conquistas das ciências e consequentes tecnologias provocaram no século XIX em escala mundial talvez não tenha sido ainda extensiva e devidamente avaliado, mas, desde pronto, um aspecto pode e deve ser sublinhado: os rótulos “ciência” e seus derivados “científico” e “cientista”, fizeram época e conferiram a seus portadores uma aura de credibilidade, reverência, respeitabilidade, autoridade e dignidade que tornava os objetos portadores de tais rótulos algo “acima de qualquer suspeita”.

Desde então, a conquista de uma identidade, de uma legitimidade, enfim, o direito à própria existência de algum setor do conhecimento que se pretendia autônomo, passava ou se esforçava para definir-se “científico”. A negação do caráter “científico” de algum pretendente ao rótulo veio a ser sinônimo de danação; ele se tornava um pária e não seria mais objeto de atenção, a não ser que fosse como exemplo de “escárnio e maldizer”. Alguns pretendentes vieram a ter este desditoso destino, como, por exemplo, a “frenologia” de Franz Joseph Gall (1758-1828), a “eugenia”, então denominada “ciência da boa criação” de Francis Galton (1822-1911) (BOGARDUS 1965, p. 347-357) e as teorias do *chevalier* de Lamarck (1744-1829) e de Cesare Lombroso (1836-1909), atualmente fora de qualquer consideração no campo da ciência.

Consideramos que é neste contexto histórico que devemos entender os esforços de Karl Marx e Friedrich Engels em postular um “socialismo científico” por oposição a um “socialismo utópico”, bem como a insistência de Sigmund Freud em afirmar o caráter “científico” da psicanálise. Esta preocupação extrapolou mesmo os ramos propriamente do conhecimento e se desdobrou para outros setores, se lembrarmos que o formulador daquilo que é chamado de “espiritismo” definiu-o como “ciência da observação”.

Assim sendo, não poderia ter sido diferente com a história que conquistava espaço, cátedras, recursos financeiros para a contratação de professores, para a realização de pesquisas e publicações, enfim, a disciplina adquiria direito de cidadania, “*droit à la ville*”. Por esta via, podemos colecionar numerosas caracterizações da história como “ciência”. São variados autores, com diferentes concepções que, não obstante, sustentam o caráter “científico” da história. Exemplos:

- “*Conhecemos somente uma ciência, a ciência da história*” (1845) – Karl Marx – Friedrich Engels (MARX 1965, p. 304)
- “*A ciência da história é o resultado de percepções empíricas, de experiências e da pesquisa*” (1858) – Johann Gustav Droysen (DROYSEN 2009, p. 36)
- “*História é a ciência que investiga e expõe os fatos relativos [...] aos seres humanos [...]*” (1859) – Ernst Bernheim (BERNHEIM 1937, p. 47)
- “*A história é e deve ser uma ciência*” (1862) – Fustel de Coulanges (COULANGES 1973, p. 179.)

- “... a presente Introdução aos estudos históricos é concebida como um ensaio sobre o método das ciências históricas” (1898) – Charles-Victor-Langlois – Charles Seignobos (LANGLOIS; SEIGNOBOS 1992, p. 18)
- “Ainda não se tornou supérfluo insistir que a história é uma ciência, nada mais, nada menos.” (1902) – John Bagnell Bury (BURY 1973, p. 210)
- “História é a ciência que trata de descrever, explicar e compreender os fenômenos da vida [...] dos homens” (1921) – Wilhelm Bauer (BAUER 1921, p. 38)
- “História, ciência do homem, ciência do passado humano” (1933) – Lucien Febvre (FEBVRE 1992, p. 12)
- “... a história é uma ciência rigorosa ...” (1946) – Louis Halphen (HALPHEN 1948, p. 44)

A nosso ver, parece que os historiadores não levamos na devida consideração a historicidade desta conceituação da própria história então definida como ciência, como disciplina autônoma e acadêmica no contexto do *boom* científico do século XIX. Queremos deixar aqui registrada essa observação, que retomaremos adiante. Desta forma, ao tratar do impacto do “giro linguístico” sobre a história da historiografia, e aquele pensado como desafio, adotaremos o ponto de vista da história geral da historiografia, considerando portanto a história da história-discurso em toda a sua inteireza.

## 382 O giro linguístico

O chamado *linguistic turn* foi traduzido para o espanhol, e agora para o português, como “giro linguístico”. Esta expressão ficou consagrada inicialmente no contexto da tradição da filosofia analítica anglo-saxônica para indicar que muitas das questões tidas como problemas na filosofia poderiam na verdade ser consideradas problemas de linguagem, ou seja, os filósofos poderiam estar fazendo mau uso da linguagem e, por essa razão, criando problemas que o uso adequado poderia demonstrar inexistentes (QUINE 2011, p. 11-35).<sup>4</sup>

Quanto à origem do uso dessa expressão, existe um consenso em afirmar que ela tenha sido utilizada pela primeira vez por Gustav Bergmann<sup>5</sup> e que, por sua vez, inspirou o título da antologia organizada por Richard McKay Rorty, que reuniu artigos de autores consagrados na filosofia linguística com a finalidade de “mostrar os vários caminhos pelos quais os filósofos linguistas trataram a filosofia e o método filosófico nos últimos trinta anos” (RORTY 1992, p. I).

As reflexões de Richard M. Rorty associaram-se à história quando chamou a atenção de que, ao se utilizar a linguagem, nem sempre seremos capazes de saber distinguir com certeza se estamos respondendo a uma “compulsão da linguagem” ou a uma “compulsão da experiência”. Em outras palavras, quando se estabelece uma interlocução há a tendência em confundir-se a “compulsão da experiência” – aquilo que se diz sobre o real, e a “compulsão da linguagem” – a

<sup>4</sup> Registro meu agradecimento por esta indicação bibliográfica ao professor João Carlos Passoni.

<sup>5</sup> “All linguistic philosophers talk about the world by means of talking about a suitable language. This is the linguistic turn...” BERGMAN 1964, p. 177, *apud* RORTY 1992, p. 8.

*forma* pela qual se diz algo sobre o real. Enfim, a questão levantada é se o objeto da interlocução são questões de linguagem ou questões de fato. Estabeleceu-se assim um interesse da filosofia da linguagem em relação à história, configurando o que veio a ser chamado de “filosofia da história linguística” (RORTY 1979, p. 169; *apud* ANKERSMIT 2004, p. 124-129). Por sua vez, os avanços e debates em torno do estruturalismo e da linguística vieram também resultar na insistência em afirmar o caráter não-referencial da linguagem, destacando-se, neste contexto, entre outros, Jacques Derrida e Roland Barthes.

Jacques Derrida chama a atenção para o fato de que a leitura não deve contentar-se em reduplicar o texto; entretanto, não pode também transgredir o texto em direção a algo que não é o próprio texto, especificamente, em relação a um referente que pode ser variado – tal como exemplifica: uma realidade metafísica, histórica, psicobiográfica, ou outra qualquer, ou, acrescenta, em direção a um significado fora do texto cujo conteúdo poderia dar-se, fora da língua (fora da escrita). Conclui, ao final desta digressão, que “nada há fora do texto” (“*Il n’y a pas de hors-texte*”), ou seja, a linguagem é autônoma, contém-se em si própria (DERRIDA 2004, p. 194-195).

Roland Barthes é ainda mais incisivo que Derrida. Debruça-se especificamente sobre o discurso histórico. Afirma que o fato só pode ser definido de maneira tautológica, o observado precede aquilo que é observável, entretanto o observável é somente aquilo que é digno de memória. Segundo Barthes, chega-se desta maneira ao que considera o paradoxo do discurso histórico, o fato tem somente uma existência linguística (“*le fait n’a jamais qu’une existence linguistique*”) – é o termo de um discurso – mas ao mesmo tempo, assinala, tudo se passa como se ele fosse uma “cópia” de uma outra existência, aquilo que chamamos de “real”. Para Barthes, o discurso histórico é o único em que o referente é visado como exterior ao discurso, sem que, entretanto, seja possível atingi-lo fora do discurso (BARTHES 2012, p. 194).

Enfim, quanto ao seu conteúdo, para os propósitos que nos interessam, podemos afirmar que o giro linguístico veio a tornar-se um rótulo conveniente para evocar a afirmação de que a linguagem é autorreferente. Ou seja, no lugar da ideia de que a linguagem constitui-se basicamente como um meio para referir-se a objetos do mundo real (portanto como um elemento neutro para referir-se, nomear ou qualificar o real), ela possui sua especificidade e está longe de ser neutra.

Quando nos referimos ao giro linguístico no campo da história, já podemos afirmar que se estabeleceu um relativo consenso em associá-lo a Hayden White (PAUL 2011, p. 2; ANKERSMIT 2004, p. 119), e este consenso se deve ao fato de que, o que era até então uma discussão mais diretamente associada à filosofia da linguagem, de tradição anglo-saxônica (Richard M. Rorty), aos desenvolvimentos da linguística, e a pensadores franceses, especialmente os citados Jacques Derrida e Roland Barthes, agora passava também a dizer respeito à história. Hayden White, inspirado nesses autores bem como na teoria e crítica literária (especialmente na obra de Northrop Frye [FRYE 1973]), trouxe esta questão para o campo da história com uma obra sobre historiadores e

filósofos da história do século XIX em sua obra *Metahistória* (WHITE 1992). A sua afirmação de que o texto histórico não passa de um “artefato literário” (WHITE 1994b, p. 97-116) a partir da perspectiva do giro linguístico veio, com razão, provocar variadas reações entre os historiadores, configurando a situação de “desafio” que, agora, passa a ser o objeto de nossa atenção.

### Respostas ao desafio

Uma vez posta a questão do giro linguístico na historiografia, pode-se dizer que se estabeleceram intensos debates (e seria ocioso historiar aqui em detalhe cada um deles), especialmente aqueles que se mantiveram críticos em relação ao giro linguístico na historiografia.<sup>6</sup> Outros autores, como Martin Jay, procuraram buscar um meio-termo em relação ao giro linguístico e a historiografia, alegando que não se poderia afirmar peremptoriamente que a linguagem fosse totalmente transparente ou totalmente opaca e que esta maneira de tratar a questão seria extremada (JAY 1982, p. 86-110). Por sua vez, há autores que afirmam que a prática da história não é mais a mesma, uma vez que devemos levar em consideração o giro linguístico (MUNSLOW 1993) e autores que procuraram tomar como referência o giro linguístico para além das fronteiras dos temas da história contemporânea (CLARK 2004).

Importa agora assinalar a forma pela qual o giro linguístico foi incorporado à história, não no plano teórico, mas na prática do historiador. Apesar de Herman Paul (que, infelizmente, não pôde comparecer a este seminário) afirmar que a influência de Hayden White na prática e escrita da história tem sido virtualmente “zero”, esta afirmação contém um certo exagero (PAUL 2011, p. 1-14). Ao fim e ao cabo, entre várias, uma das mensagens que a obra de Hayden White deixa para os historiadores é: “narrem menos” ou “escrevam menos” e estarão fazendo uma “boa” história; ou, se “estiverem realmente com vontade de escrever, passem para a literatura”. Por esta via podemos considerar como aqueles que assumiram as mensagens de Hayden White, e por esta razão exemplares, são os trabalhos de Hans Ulrich Gumbrecht e Peter Englund. A título de ilustração, tomamos uma obra de cada um destes autores.

Hans Ulrich Gumbrecht é o autor de *Em 1926, vivendo no limite do tempo* e pretende ser “não narrativo”, ou seja, não se trata de um relato que nos transmita a história do ano de 1926 (GUMBRECHT 1999). Em capítulos curtos, sem ordem cronológica, mas alfabética, divide-se em três partes: “Dispositivos”, “Códigos” e “Códigos em colapso”. A primeira parte corresponde a instantâneos sobre os assuntos correntes naquele ano, tais como “aviões”, “boxe”, “cremação”, etc.; a segunda parte, pares de oposições, como por exemplo: “ação/impotência”, “centro/periferia”, “macho/fêmea”, etc; a terceira parte, outros pares, cujas oposições agora são postas em dúvida: “imanência/transcendência”, “ação/impotência”, “macho/fêmea”, “presente/passado”, etc. Na abertura do livro apresenta um “Manual do Usuário” que evoca Júlio

<sup>6</sup> Entre tantos: MOMIGLIANO 1993, p. 304; HANDLIN 1979; NOVICK 1996; NOIRIEL 1996; EVANS 1999; SPIEGEL 2009.

Cortázar (*Jogo da Amarelinha*, 1963) e Milorad Pávitch (*Dicionário Kazar*, 1984), lembrando que o leitor pode iniciar a leitura em qualquer ponto, avançando ou recuando, embaralhando deliberadamente sincronia e diacronia; deixando-lhe a tarefa de configurar o “seu” ano de 1926. Uma quarta parte – “Estruturas” – discute o estudo e o ensino da história.

Peter Englund é o autor de *The beauty and the sorrow: an intimate history of the First World War* (ENGLUND 2012) e, como Gumbrecht, pretende ser “não narrativo”; a pretensão é mostrar como foi viver naquela época. No sumário, as partes: “To the reader”, “Dramatis Personae”, cinco capítulos correspondendo aos anos da guerra, um “The end” e um capítulo de fechamento com o título de “Envoi”. Na abertura, o autor apresenta-se destacando suas duas profissões, quais sejam, historiador acadêmico e correspondente de guerra (Balcãs, Afeganistão, Iraque). Atenta para que, enquanto historiador, sonhara estar presente nos acontecimentos que descrevia; mas, quando teve esta oportunidade, deu-se conta de que não há qualquer garantia de entender o que está acontecendo. Portanto, seu livro é sobre a guerra, como foi sentida por alguns de seus contemporâneos, e não sobre o que ela foi. Para tanto, escolheu relatos de vinte personagens que viveram naquela época, de variadas origens e com diversos papéis; em comum, tinham apenas o fato de não pertencerem às altas hierarquias sociais. Na parte seguinte, indica nome, nacionalidade, ocupação e idade, variando da “esposa norte-americana de um aristocrata polonês” a uma “enfermeira inglesa no exército russo”, passando por um “soldado venezuelano no exército turco”, etc. Seguem-se os capítulos correspondentes aos anos de guerra antecidos sempre de uma cronologia sobre os principais acontecimentos. Configura-se, assim, um misto de reprodução de textos dos personagens com as interpretações do autor. As duas últimas páginas – “Envoi” – reproduzem dois textos: um breve discurso de um sacerdote alemão e o depoimento de um soldado que, em 1925, face aos horrores da guerra, decidiu tornar-se um político. Este soldado chamava-se Adolf Hitler.

Não resta dúvida de que as obras de Gumbrecht e Englund são muito envolventes, prendem o leitor da primeira à última página e, desta forma, pode-se dizer que cumprem, pelo menos, uma parte do papel a que se destinaram, ou seja, conseguem recriar instantâneos do ambiente daqueles anos do início do século XX. O problema surge quanto a outras intenções daqueles autores: de, por assim dizer, “desaparecerem” da cena e deixarem os personagens “falar”. Desde a escolha do título, do assunto, dos documentos e sua ordenação, dos comentários que fazem para o que está dito em cada documento, assinalam a forte presença de cada um deles; a narração está de certa forma subjacente, é como se deixassem ao leitor a tarefa de construí-la, – o que constitui uma meia verdade, na medida em que, sem os dados escolhidos, comentados e apresentados, tal “construção narrativa” por parte do leitor não seria possível. Queiram ou não, usando a cronologia ou não, existe um ordenamento, de tal forma que o leitor dispõe dos elementos para “compôr a narrativa” do que lê a partir do “cardápio” oferecido pelos respectivos autores; não deixa, portanto, de ser uma obra autoral e, no limite, contém uma outra forma de apresentar a

narrativa sem que, no entanto, ela deixe de existir. Assim, fundamentados nesses exemplos, não podemos concordar com a pretensão de ambos de construir algo “não narrativo” em história, e muito menos o que Englund chamou de “anti-história” (ENGLUND 2012, p. XIII).

Ademais, atente-se que Derrida leva ao extremo as proposições do giro linguístico (Rorty), absolutizando a linguagem (nada há fora do discurso); homologamente, Gumbrecht leva ao limite a formulação de Hayden White (não há diferença entre os discursos histórico e ficcional), eliminando o discurso histórico (ao preconizar o silêncio do historiador) e restando apenas o documento. A nosso ver, este é o núcleo do problema, ou seja, a relação entre a historiografia e o giro linguístico.

### **Chiaroscuro**

A esta altura vale comentar a postulação de Hayden White de afirmar que a história-discurso é um artefato literário. Em princípio, qualquer tipo de prosa não deixa de ser um artefato literário. Mas é claro que o autor, ao fazer esta afirmação, pretende ir mais além. Subjacentemente a esta qualificação, Hayden White está estabelecendo um par de oposições que ficam muito claras tanto em *Metahistória* quanto no artigo-manifesto “O fardo da história” (WHITE 1994a, p. 39-63); o par de oposições é precisamente: “história como ciência” (a que chama “de terceira categoria”) e “artefato literário”, ou seja, ou a história é ciência ou a história é literatura. Por sinal, não só Hayden White, mas todos os autores que postulam o caráter científico da história, têm como suposto esta lógica binária.

386

O mundo da ciência e da tecnologia existe e progride precisamente no interior dessa lógica. Ela é tão poderosa que envolve também o campo das humanidades e molda nossa maneira de ver o mundo: “positivo/negativo”, “0/1”, “ficção/não ficção”, “natureza/cultura”, “estado de natureza/sociedade civil”, “cru/cozido”, “evento/estrutura”, e poderíamos multiplicar os exemplos. Contudo, no âmbito das humanidades, a história-discurso, diferentemente das demais “ciências” humanas, não pode conter-se nesta lógica binária, exatamente por ter um compromisso incontornável com a constituição da memória social.

Neste sentido, apesar da eficiência inquestionável da lógica binária, devemos entretanto ousar pensar sob certas circunstâncias para além dela, especialmente nos assuntos humanos, isto é, na história. Evocamos aqui o personagem de Shakespeare, Hamlet, que em seguida a ter visto o fantasma do pai, comenta com seu companheiro Horácio que há mais coisas entre o céu e a terra do que sonha a filosofia. Está aí contida uma sugestão que merece ser levada em consideração por, pelo menos, dois motivos. O primeiro é a sugestão de que os fantasmas existem, não nos moldes exatos da obra teatral mas em uma forma especial, toda a vez em que não “acertamos contas com o passado”, tanto no plano da história de cada indivíduo como em um plano mais amplo. Neste último contexto, por exemplo, quando ficamos sabendo que é considerada crime na Turquia qualquer menção ao massacre de armênios; ou que a esmerada técnica de dissimulação das autoridades japonesas em afirmar uma “esfera de co-prosperidade da grande Ásia oriental” oculta as violências e massacres naquela região cometidos contra

chineses e coreanos em um passado relativamente recente; ou o silêncio de um secretário-geral da ONU (Kurt Waldheim) e de seus cúmplices na Áustria, sobre seu envolvimento nada acidental com o nazismo; ou a moda de afirmar que o holocausto não passou de uma invenção;<sup>7</sup> ou as dificuldades de se livrar de uma mentalidade senhorial-escravista nas ex-colônias do continente americano, onde formas variadas de trabalho compulsório eram (e continuam a ser) uma banalidade, – constatamos a “concretude” destes fantasmas. “Acertar contas com o passado” significa, entre outros aspectos, aprender a lidar e conviver com estes fantasmas que nos rodeiam. Certamente não será pela negação de sua existência – colocando-os sob o tapete ou punindo a quem ousar transgredir o silêncio – que os fantasmas desaparecerão. Para nós, a história é uma opção para o enfrentamento destas questões.

Outra sugestão, além da questão da existência dos fantasmas, é indagar-se sobre a possibilidade de existir uma alternativa à lógica binária quando se trata de assuntos humanos, ou seja, pensar que possa existir algo além do “céu” e da “terra”. Nem tudo é só branco ou só preto. Existem tonalidades, a imaginação humana, queiramos ou não, é capaz de propor alternativas à lógica binária quando, por exemplo, constatamos o *chiaroscuro* nas artes, o “*purgatório*” (“nem céu, nem inferno”) em um setor do pensamento religioso; a propósito, o próprio pensamento religioso, seja ele qual for, é uma criação profundamente humana, constituindo uma das formas pelas quais os seres humanos procuram lidar com aquilo que os transcende e que não possuem meios de controlar ou explicar.

No interior desta moldura, sugerimos pensar em alguma alternativa à lógica binária no trato destas questões que envolvem a história-discurso. Sob essa perspectiva, podemos considerar um tanto deterministas as proposições de Hayden White, bem como, de maneira geral, a dos porta-vozes do giro linguístico. Os avanços da linguística e da filosofia da linguagem foram de tal monta que propiciaram afirmar, como vimos, a autonomia da linguagem como um universo específico, autorreferente e, neste contexto, o giro linguístico é um seu subproduto. Aliás, a própria expressão “*turn*” (“giro”), parece supor essa lógica. Um giro de cento e oitenta graus: ou temos um discurso “ciência”, ou temos um discurso “ficção”, *no way out*. Parte-se de um suposto que não está necessariamente explícito mas que é necessário aclarar.

Nesta altura, queremos evocar um artigo de Carlo Ginzburg – “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” (GINZBURG 1989, p. 143-179) – no qual ele nos oferece uma sugestão que deve ser levada em consideração. Começa seu artigo fazendo menção a um crítico de arte que se faz passar por russo, mas que na verdade era italiano, que considerava os museus “depósitos de telas” e afirmava que era uma questão complicada a definição da autenticidade de uma obra de arte. Critica o que estava estabelecido nesta matéria, chamando a atenção para a falta de sentido de se tomar, por exemplo, um “sorriso” de Da Vinci para decidir sobre a autenticidade de uma tela a ele atribuída e que, pelo contrário, não

<sup>7</sup> Para alguém como Arnaldo Momigliano, cujos pais foram remetidos e executados em um campo de extermínio nacional-socialista, é muito difícil aceitar a ideia de que não há objetividade disponível e que o texto histórico é uma forma de exercício de poder, um artefato literário e nada mais. Cf. STEINBERG 1991.

seriam os sinais evidentes que possibilitariam distinguir o verdadeiro do falso, mas exatamente dos detalhes; lembrava, igualmente, que se deveria observar o desenho da orelha e das unhas (detalhes) e que, estes sim, seriam “índices” de autenticidade de uma obra. Ou seja, afirmava que era mais fácil copiar um “sorriso” de Da Vinci do que uma “orelha” ou um “dedo”. O interessante nesta história é o depoimento de Freud, citado por Ginzburg, que declarou ter se inspirado no referido crítico para fundar a sua “ciência”, a psicanálise. Ou seja, ao psicanalista não interessa o que vem à tona, o que é evidente, mas, precisamente, os *‘faux-pas’*, os atos falhos, os detalhes. O conjunto desse arrazoado de Ginzburg vai mais longe, e ao encontro do que estamos comentando. No lugar de considerar como “epistemes”, “rupturas” ou “mutações” a “escrita” e “antes da escrita”, seu texto sugere que vejamos aí uma continuidade no que respeita à linguagem. Ou seja, desde os primórdios, a capacidade dos primeiros seres humanos em distinguir uma pegada ou um pelo de animal para identificá-lo, caçá-lo ou dele fugir, as pinturas rupestres – enfim, todos estes sinais –, tinham um sentido de dizer sobre algo que não estava mais lá, eram uma linguagem. Tais índices – sobre o que não estava mais lá – eram questão de vida ou morte de uma comunidade. Em outras palavras, não se pode negar à linguagem o seu caráter de índice, de referência. Veja-se, por exemplo, como Vladimir Arseniev mostra seu herói, o caçador Dersu Uzala: capaz de identificar animais, movimentos e situações a partir de sinais deixados no ambiente em que vivia, ele era apto a “ler” o idioma da natureza (ARSENIEV 1989).<sup>8</sup>

388

É evidente – e a linguística é clara a esse respeito – que é possível definir a autonomia de um sistema linguístico. A filosofia da linguagem mostra igualmente que não necessariamente a linguagem está associada a algum referente (como lembra muito bem Quine, no texto citado anteriormente): qual o “referente” da expressão “a redonda cúpula quadrada”? Todavia, desta constatação não se extrai, como se fosse um teorema, que a “linguagem seja autorreferente”, que nada tenha a ver com o mundo extralinguístico (QUINE 2011).

Por esta via, retomamos nossa referência inicial sobre a insistência em definir a história como ciência, e como esta maneira de apresentar a questão supõe uma lógica binária “ciência/ficção”.<sup>9</sup> Discutindo precisamente sobre propostas de definição da história, Johan Huizinga toma as já referidas definições de Ernst Berheim e Wilhelm Bauer e mostra um problema: ao definirem a história como ciência, excluem, *ipso facto*, historiadores gregos, latinos, medievais e parte significativa da produção da historiografia moderna e contemporânea. Huizinga nos ensina que a história, de Heródoto aos dias atuais, corresponde à criação da memória, que tem algo a ver com a temporalidade e a definição de identidade, e que esse é um traço característico da parte do mundo em que vivemos, a chamada cultura ocidental. Por esta via, formula Huizinga uma definição, que

<sup>8</sup> Magnificamente iluminado no filme homônimo de Akira Kurozawa (1975).

<sup>9</sup> Neste passo, não há como não observar que este par de oposições – “*Isto é ficção*”, “*Isto é literatura*” – soa como algo equivalente a “isto não se deve levar a sério”. A propósito, remetemos nosso leitor a uma bela e significativa defesa da literatura, realizada por Mario Vargas Llosa, publicada no jornal *O Estado de São Paulo* em 15.06.2003 e intitulada: *Não é a literatura que envenena a vida*.

endossamos, segundo a qual a história “*é a forma espiritual pela qual uma cultura acerta contas com o passado*” (HUIZINGA 1980, p. 95).

Estas proposições de Huizinga não se perderam no tempo, mas continuam vivas, repercutindo sob variadas formas. Vale registrar neste mesmo sentido, a formulação de Siegfried Kracauer, que se serve de uma parábola para dizer que o discurso histórico se associa a uma busca de sentido; não se trata apenas de um registro, tal como fizeram no passado os analistas e os cronistas, mas uma busca de inteligibilidade que envolve a parte e o todo – evento, estrutura. Afirma estar interessado em saber algo sobre a constituição e o significado “*deste ramo controvertido do saber*”. Pergunta-se se a história, pelo fato de ter-se emancipado da metafísica e da teologia, teria assim se tornado uma ciência. A história possui a pretensão de ser ciência e não é contestada. Não se pode mais dizer que ela seja uma arte, mesmo tendo características de um gênero literário, e também não é uma questão de opiniões impressionistas. A história, tal como a conhecemos hoje, situa-se em algum lugar entre as dimensões definidas por suas pesquisas e referências, em um campo intermediário. Entretanto, esse domínio intermediário não é reconhecido como tal. Afirma que existem modos de pensar tradicionais que nos cegam e impedem que reconheçamos este lugar. Estes modos de pensar tradicionais são a perspectiva científica e a obsessão filosófica, e ambas, à sua maneira, estão interessadas nas questões últimas do que é próprio da natureza e do que é próprio da condição humana. Sob tal moldura, falseiam-se os problemas associados à exploração histórica e para tentar enfrentá-los, Kracauer propõe-se a estabelecer o espaço deste “*domínio intermediário*” da história como algo que possui sua própria legitimidade, o que chama “*um apanhado provisório sobre as penúltimas coisas*”, uma vez que as “*últimas coisas*” estão afetadas à ciência e à teologia (KRACAUER 1995, p. 15-16).<sup>10</sup>

389

Para concluir, voltemos ao nosso personagem central, Hayden White, que associou o giro linguístico à história. Herman Paul, já citado, que escreveu um belo livro sobre Hayden White, fez questão de organizar a estrutura de sua obra de forma cronológica, temporal, e tem boas razões para assim proceder. Acompanha a biografia intelectual do autor, desde sua formação inicial como historiador, suas pesquisas em história da Igreja na Itália, suas primeiras obras propriamente históricas, entre as quais se destaca um balanço sobre a tradição cultural greco-romana (WHITE 1973),<sup>11</sup> a publicação de seus ensaios associados ao giro linguístico, que lhe renderam a atual notoriedade, até chegar ao professor Hayden White da época em que publica seu livro (2011). Assinala que Hayden White não perdeu sua postura combativa (que adequadamente chama de existencialismo humanista) mas, certamente, do ponto de vista de suas ideias, reformulou muito do que ficara fixado em *Metahistória*. É o que constatamos ao ler uma entrevista que concedeu a Erlend Rogne em Roma em 2007 (WHITE 2009, p. 63-75),<sup>12</sup> na qual reafirma e revê algumas de suas posições.

<sup>10</sup> Registro meu agradecimento por esta indicação bibliográfica ao professor Guillermo Zermeño Padilla.

<sup>11</sup> Por sinal, publicada no mesmo ano da *Metahistória*.

<sup>12</sup> Em relação ao posicionamento político de Hayden White veja-se também: ADAMA 2001, p. 12-17.

Hayden White lembra suas influências intelectuais e, o que é importante, discute as relações entre estrutura e evento, entre os limites impostos pelas estruturas e a indeterminação da condição humana, chamando a atenção para o fato de que temos de fazer escolhas a cada momento. Evoca o que reteve de sua leitura de Aristóteles sobre a impossibilidade de desempenhar de forma adequada todos os papéis que a sociedade nos atribui sem prejudicar os demais. Qualquer escolha será sempre em detrimento de outros papéis que temos de desempenhar. Assinala que vivemos em perene contradição, pois não podemos desempenhar, com a mesma competência, todos os papéis que somos obrigados a representar na sociedade; daí considerar que a busca por uma vida “consistente”, “autêntica”, é inautêntica.

No plano ético, define-se “situacionista” no sentido de que cada um de nós está em situações diferentes e não podemos ser a mesma pessoa em todo contexto. Quanto ao estruturalismo, afirma que extraiu dele o ponto de vista de que cada situação é sempre estruturada arbitrariamente, tal como a linguagem. O mesmo se dá em relação às regras que possibilitam a comunicação. Considera que o estruturalismo é importante; todavia, deixa pendente a questão da mudança de estruturas, que é a preocupação de pós-estruturalistas como Derrida, Foucault, Barthes e Lacan. De tal forma que estruturalismo e pós-estruturalismo se complementam.

390

Associa o estruturalismo à sociedade superestruturada da economia de mercado, que determina a natureza da escolha dos indivíduos, fazendo-os crer que são livres. Com esta avaliação, acha que foi importante o existencialismo de Jean-Paul Sartre combinado com as concepções marxistas de história e sociedade. Lembra que Roland Barthes fez-lhe voltar a atenção para a teoria do discurso e da narrativa e, no interior desta, seu caráter tropológico. A narrativa é um modo de discurso que é pertinente a determinadas situações, mas não a outras. No decorrer da entrevista, agradece ao entrevistador por estabelecer uma data para um de seus escritos, pois afirma que escreve há cinquenta anos e que, ao longo desse intervalo, mudou de ideia várias vezes. Afirma sua predileção pela escrita modernista devido ao seu caráter experimental, questionando a estética do gosto. Para ele, o modernismo origina-se da constatação de que não vivemos em um mundo que tenha essência ou substância. A substância aristotélica morreu. Isto implica o fim da metafísica, o fim da religião. As coisas são aquilo que parecem ser, não há essências. Em resumo, a entrevista sugere uma retomada de posições de Hayden White, que considera como questão fundamental em história as relações evento/estrutura, determinismo/liberdade, e a importância das *mediações* face a tais problemas para além da postura “formalista”<sup>13</sup> que adotou em sua *Metahistória*.

Neste percurso, queremos sugerir que não é uma reflexão desprovida de sentido ponderar sobre a lógica binária subjacente e que tem sido sustentada com tanta insistência para o enquadramento da história-discurso e aceitar o desafio de pensá-la como parte do referido “*domínio intermediário*” proposto

<sup>13</sup> “Meu método é, para dizê-lo em uma só palavra, formalista” (WHITE 1992, p. 19).

por Kracauer, que nos parece contemplar a história da historiografia em sua inteireza, desde os gregos até o presente, bem como os dois aspectos fundamentais, quais sejam, a construção da memória coletiva e o acerto de contas com o passado, faces da mesma moeda.

### Referências bibliográficas

- ADAMA, Frederick. Hayden White talks trash. **Bad subjects**, n. 55, p. 12-17, 2001. Disponível em: <http://bad.eserver.org/issues/2001/55/white.html>. Acesso em: 17 set. 2013.
- ALBERT, Paul. **Histoire de la littérature romaine**. Paris: Charles Delagrave, 1883.
- ANKERSMIT, Franklin R. **Historia y tropología: ascenso y caída de la metáfora**. Traducido por Ricardo Martín Rubio Ruiz. México: Fondo de Cultura Económica, 2004 [1994].
- ARSENIEV, Vladimir. **Dersu Uzala**. Traduzido por Aguinaldo Anselmo Franco de Bastos e Lucy Ribeiro de Moura. São Paulo: Veredas, 1989 [1923].
- BARTHES, Roland. O discurso da história. In: \_\_\_\_\_. **O rumor da língua**. Traduzido por Mário Laranjeira. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012 [1984].
- BAUER, Wilhelm. **Introducción al estudio de la historia**. Traducido por Luis G. de Valdeavellano. Barcelona: Bosch, 1921.
- BENTLEY, Michael. **The life and thought of Herbert Butterfield: history, science and God**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- BERGER, Stefan; DONOVAN, Mark; PASSMORE, Kevin. Apologias for the nation-state in Western Europe since 1800. In: \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. (orgs.). **Writing national histories: Western Europe since 1800**. London: Routledge, 1999, p. 3-14.
- BERGMAN, Gustav. **Logic and reality**. Madison, WI: Wisconsin University Press, 1964.
- BERNHEIM, Ernst. **Introducción al estudio de la historia**. Traducido por Pascual Galindo Romeo. Barcelona: Labor, 1937.
- BOGARDUS, Emory S. **A evolução do pensamento social**. Traduzido por Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965 [1960]. (2 v.)
- BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **Les écoles historiques**. Paris: Seuil, 1983.
- BREISACH, Ernst. **Historiography: ancient, medieval and modern**. Chicago: University of Chicago Press, 1983.
- BROWN, Peter. **Authority and the sacred: aspects of the Christianisation of the Roman world**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- BURKE, Peter. **The French Historical Revolution: the Annales School, 1929-1989**. Cambridge: Polity, 1990.

- BURROW, John. **A history of histories**: epics, chronicles, romances and inquiries from Herodotus and Thucydides to the twentieth century. New York: Alfred A. Knopf, 2008.
- BURY, John Bagnell. Inaugural lecture, Cambridge, 1902. In: STERN, Fritz (org.). **Varieties of history**: from Voltaire to the present. New York: Vintage, 1973.
- CANNADINE, David. **G. M. Trevelyan**: a life in history. London: Fontana, 1992.
- CARBONELL, Charles-Olivier. **Histoire et historiens**: une mutation idéologique des historiens français, 1865-1885. Paris: Privat, 1976.
- CLARK, Elizabeth A. **History, theory, text**: historians and the linguistic turn. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2004.
- COULANGES, Fustel de. Inaugural lecture, Strasbourg, 1862. In: STERN, Fritz (org.). **Varieties of history**: from Voltaire to the present. New York: Vintage, 1973.
- CROCE, Benedetto. **Teoria e storia della storiografia**. Bari: Gius. Laterza, 1973 [1913].
- DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. Traduzido por Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 2004 [1967].
- DROYSEN, Johann Gustav. **Manual de teoria da história**. Traduzido por Sara Baldus e Julio Bentivoglio. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- ENGLUND, Peter. **The beauty and the sorrow**: an intimate history of the First World War. Translated by Peter Graves. New York: Vintage, 2012.
- EVANS, Richard J. **In defense of history**. New York: W. W. Norton, 1999 [1997].
- EYCK, Frank. **G. P. Gooch**: a study in history and politics. London: MacMillan, 1982.
- FEBVRE, Lucien. De 1892 à 1933: examen de conscience d'une histoire et d'un historien. Leçon d'ouverture au Collège de France, 13.12.1933. In : \_\_\_\_\_. **Combats pour l'histoire**. Paris: Albin Michel, 1992 [1953].
- \_\_\_\_\_. Et l'homme dans tout cela? Sur un manuel. In: \_\_\_\_\_. **Combats pour l'histoire**. Paris: Albin Michel, 1992a [1953].
- \_\_\_\_\_. Sur une forme d'histoire que n'est pas la nôtre. L'histoire historisante. In: \_\_\_\_\_. **Combats pour l'histoire**. Paris: Albin Michel, 1992b [1953].
- \_\_\_\_\_. **Le problème de l'incroyance au XVI<sup>e</sup> siècle**: la religion de Rabelais. Paris: Albin Michel, 1968 [1942].
- FINK, Carole. **Marc Bloch**: a life in history. Cambridge: Cambridge University Press, 1991 [1989].
- FRYE, Northrop. **Anatomia da crítica**. Traduzido por Péricles Eugênio da Silva Ramos. São Paulo: Cultrix, 1973 [1957].

- FUETER, Eduard. **Histoire de l'historiographie moderne**. Traduit de l'allemand par Emile Jean Marie, avec notes et additions de l'auteur. Paris: Félix Alcan, 1914 [1911].
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: \_\_\_\_\_. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. Traduzido por Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989 [1986]. p. 143-179.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Em 1926: vivendo no limite do tempo**. Traduzido por Luciano Trigo. Rio de Janeiro: Record, 1999 [1997].
- HALPHEN, Louis. **Introduction à l'histoire**. Paris: Presses Universitaires de France, 1948 [1946].
- HANDLIN, Oscar. **Truth in history**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1979.
- HAY, Denys. **Annalists and historians: Western historiography from the Eighth to the Eighteenth centuries**. London: Methuen, 1977.
- HUIZINGA, Johan. En torno de la definición del concepto de historia. In: \_\_\_\_\_. **El concepto de la historia y otros ensayos**. Traducido por Wenceslao Roces. México: Fondo de Cultura Económica, 1980 [1946].
- IGGERS, Georg G. **New directions in European historiography**. Hanover, NH: University Press of New England, 1975.
- JAY, Martin. Should intellectual history take a linguistic turn? Reflections on the Habermas-Gadamer debate. In: LACAPRA, Dominick; KAPLAN, Steven L. (org.). **Modern European intellectual history: reappraisals and new perspectives**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1982, p. 86-110.
- KELLEY, Donald R. **Frontiers of history: historical inquiry in the 20<sup>th</sup> century**. New Haven: Yale University Press, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Versions of history from Antiquity to the Enlightenment**. New Haven: Yale University Press, 1991.
- KRACAUER, Siegfried. **History: the last things before the last**. Princeton: Markus Wiener Publishers, 1995 [1969].
- LANGLOIS, Charles Victor; SEIGNOBOS, Charles. **Introduction aux études historiques**. Paris: Kimé, 1992.
- \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Manuel de bibliographie historique**. Paris: Hachette, 1896.
- LEVRAULT, Léon. **Les genres littéraires: l'histoire, evolution du genre**. Paris: Paul Delaplane, 1905.
- LYOTARD, Jean-François. **La condition postmoderne**. Paris: Minuit, 1979.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia em geral. In: CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octávio (org.). **Homem e sociedade: leituras básicas de sociologia geral**. Traduzido por Roberto Schwarz. São Paulo: Nacional, 1965.

- MELLOR, Ronald. **Tacitus**. New York: Routledge, 1993.
- MILLER, Peter N. (org.). **Momigliano and antiquarianism: foundations of the modern cultural sciences**. Toronto: University of Toronto Press, 2007.
- MILLS, Charles Wright. **A imaginação sociológica**. Traduzido por Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1965 [1959].
- MOMIGLIANO, Arnaldo. El historicismo revisitado (1974). In: \_\_\_\_\_. **Ensayos de historiografía antigua y moderna**. Traducido por Stella Mastrangelo. México: Fondo de Cultura Económica, 1993 [1977].
- \_\_\_\_\_. **On Pagans, Jews and Christians**. Hanover, NH: Wesleyan University Press, 1987.
- \_\_\_\_\_. The place of Herodotus in the history of historiography (1958). In: \_\_\_\_\_. **Studies in historiography**. New York: Harper, 1966.
- MONTELATICI, Giovanni. **Storia della letteratura bizantina (324-1453)**. Milano: Ulrico Hoepli, 1916.
- MÜLLER, Bertrand. **Lucien Febvre, lecteur et critique**. Paris: Albin Michel, 2003.
- MUNSLOW, Alun. **Deconstructing history**. London: Routledge, 1993.
- NOIRIEL, Gérard. **Sur la 'crise' de l'histoire**. Paris: Belin, 1996.
- NOVAIS, Fernando Antonio; SILVA, Rogério Forastieri da. Introdução. In: \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. (orgs.). **Nova história em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011. p. 7-70.
- NOVICK, Peter. **The 'objectivity question' and the American historical profession**. New York: Cambridge University Press, 1996 [1988].
- NORWICH, John Julius. **Byzantium: the early centuries**. New York: Alfred A. Knopf, 1992.
- PAUL, Herman. **Hayden White: the historical imagination**. Cambridge: Polity, 2011.
- PORTER, Roy. **Gibbon: making history**. London: Phoenix, 1988.
- POUTHAS, Charles. **Peuples et Civilisations: Histoire Générale. Volume 16. Démocraties et capitalisme (18480-1860)**. Paris: Presses Universitaires de France, 1948 [1941].
- \_\_\_\_\_. The revolutions of 1848. In: **The New Cambridge Modern History. Volume 10. The zenith of European power, 1830-1870**. Cambridge: Cambridge University Press, 1971 [1960]. p. 389-415.
- QUINE, Willard Van Orman. Sobre o que há. In: \_\_\_\_\_. **De um ponto de vista lógico: nove ensaios lógico-filosóficos**. Traduzido por Antonio Ianni Segatto. São Paulo: Editora da UNESP, 2011 [1948]. p. 11-35.
- ROBERTS, David D. **Benedetto Croce and the uses of historicism**. Berkeley: University of California Press, 1987.

- ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro, 1888.
- ROMILLY, Jacqueline. **História e razão em Tucídides**. Traduzido por Rosa Bueno. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998 [1956].
- RORTY, Richard M. Introduction: metaphilosophical difficulties of linguistic philosophy. In: \_\_\_\_\_. (org.). **The linguistic turn: essays in philosophical method with two retrospective essays**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992 [1967].
- \_\_\_\_\_. **Philosophy and the mirror of nature**. Princeton: Princeton University Press, 1979.
- SILVA, Rogerio Forastieri da. **História da historiografia: capítulos para uma história das histórias da historiografia**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- SPIEGEL, Gabrielle M. The task of the historian. Presidential Address. **American Historical Review**, fev. 2009. Disponível em: [www.historians.org/info/aha\\_history/spiegel.cfm](http://www.historians.org/info/aha_history/spiegel.cfm). Acesso em: 17 set. 2013.
- STEINBERG, Michael P. (org.). The presence of the historian: essays in memory of Arnaldo Momigliano. **History and Theory: studies in the philosophy of history**. Middletown, CT: Wesleyan University. Beiheft 30, v. 30, n. 4, p. 1-4, 1991.
- WHITE, Hayden. **The Greco-Roman tradition**. New York: Harper & Row, 1973.
- \_\_\_\_\_. **Meta-história: a imaginação histórica do século XIX**. Traduzido por José Laurênio de Melo. São Paulo: EDUSP, 1992 [1973].
- \_\_\_\_\_. O fardo da história. In: \_\_\_\_\_. **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. Traduzido por Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: EDUSP, 1994a [1966], p. 39-63.
- \_\_\_\_\_. O texto histórico como artefato literário. In: \_\_\_\_\_. **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. Traduzido por Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: EDUSP, 1994b [1978], p. 97-116.
- \_\_\_\_\_. The aim of interpretation is to create perplexity in the face of the real: Hayden White in conversation with Erlend Rogne. **History and Theory: studies in the philosophy of history**. Malden, MA: Wesleyan University, v. 48, n. 1, p. 63-75, 2009.

# The History of Historiography and the Challenge of the Linguistic Turn\*

---

**Rogério Forastieri da Silva**

rforastieri@gmail.com

Teacher

Colégio Etapa

Avenida Liberdade, 1046

01502-001 - São Paulo - SP

Brazil

---

## Abstract

This exposition examines the relationship between the history of historiography and the linguistic turn, the latter being considered a challenge to the former. At first we attempt to define the meaning of "the viewpoint of the general history of historiography" by taking the history of historiography in its entirety from the Greeks to the present, thereby undermining the credibility of self-proclaimed "ruptures", "epistemological cuts", "revolutions", "mutations" and "new histories" in the recent developments of the general history of historiography, and thus questioning the "scientific" status of the discourse history. In the second section we try to depict the linguistic turn and the nature of the "challenge" it poses to the history of historiography. In the third section, with examples from Hans Ulrich Gumbrecht and Peter Englund, we qualify the role of Hayden White in the formulation of this challenge and its consequences for the practice of the discourse history. The conclusion resumes the arguments of Siegfried Kracauer, Arnaldo Momigliano, Johan Huizinga, Carlo Ginzburg and Hayden White (his in 2011), which combine to reinforce the importance of considering the entirety of the general history of historiography when dealing with the discourse history, conceived as part of an "intermediate domain" that aspires to a scientific status (the commitment to the truth), but which cannot break free from the construction of collective memory or the settling of accounts with the past, hence the approximate nature of historical knowledge.

396

## Keywords

History of historiography; Linguistic turn, Historical knowledge.

---

Received in: 9/17/2013

Approved in: 7/1/2014

---

\* I would like to thank Ebal Martins Diniz Junior, PhD, for translating this paper into English.

The title of this exposition concerns two different topics, namely the history of historiography and the linguistic turn (the latter being considered a challenge to the former). Now this “challenge” could be portrayed as an affront to be redressed in a duel or as the elicitation of a response. Supposedly there would be an established older object – the history of historiography – whose comfort zone began to be questioned by the more recent linguistic turn. Let us therefore try to characterize them and then speculate on the nature of the provocation and their possible answers.

### **The Viewpoint of the General History of Historiography**

At the outset, a formal procedure is in order, so that misunderstandings should not cloud our topic. It therefore behoves us to propose the following nomenclature:

- H1 – Event history, in other words, all human events, at any time, in any space (characterized therefore by the infinity of objects);
- H2 – Discourse history, which is the work proper of the historian, the fragmentary account of human events; it makes use of narrative with the purpose of reconstructing them with a view to the constitution of a *social memory*;
- H3 – Historiography, or the history of discourse history, the several ways of writing this fragmentary account, in its most diverse modalities, throughout time;
- H4 – History of the histories of historiography, that is to say, the historiography of the histories of historiography.

397

Our focus is accordingly on the relationship between the discourse history (H2) and the history of the discourse history (H3), which we shall call the history of historiography.

Considering the modern general historiographical studies, there is some consensus among established authors (CROCE 1973; HAY 1977; KELLEY 1991) that the first concerted effort to write a general history of historiography was made by the Swiss historian Eduard Fueter (1876-1928) who in 1911 published a history of modern historiography ranging from the Renaissance to the late nineteenth century (FUETER 1914). From then on, i.e. from the *Belle Époque*, this historiographical production was no longer present only in bibliographies (LANGLOIS 1896), or in histories of literature and literary genres (ALBERT 1883; ROMERO 1888; LÉVRAULT 1905) and came to occupy a specific place within the historical production itself.

From a thorough examination of general histories of historiography it was possible to observe what we could call a change in the structure and content thereof, as over time they ceased to be associated with or engaged in the formation of “national historiographies” as in accordance with the pioneering model of history of history used by Eduard Fueter and began to include a wide variety of approaches and themes (IGGERS 1975; BREISACH 1983; BOURDÉ; MARTIN 1983; KELLEY 2006; BURROW 2008). As is well known history as

an academic discipline is something directly associated with the formation of nation states, beginning in the late eighteenth century (BERGER; DONOVAN; PASSMORE 1999).

Thus, with an overview of the history of discourse history from the Greeks to the present day, we realized that, instead of considering only discontinuities in the writing of history that, as a rule, are labelled variously ["mutation" (CARBONELL 1976), "rupture", "epistemological cut", "revolution" (BURKE 1990)] in the history of historiography, it was possible to contemplate this insistence on emphasizing such discontinuities and, with greater serenity, to evaluate the nature of this succession of "historical schools", "historical styles" or, more simply, the various modes of writing discourse history.

The aforementioned study has shown us how often each new trend in the writing of history defines itself as "new", "modern", "post-modern" <sup>1</sup>, thereby opposing its predecessors by using a variety of labels to categorize them, such as "descriptive", "factual", "positivist" or "*historisante*" (FEBVRE 1992c, p. 114-118), "traditional", "official", "outdated", "dated". It would appear that this list, by no means exhaustive, now includes "Marxist" history and may include other names in the future as well.

As a form of legitimization, of defining one's own identity, or as an attempt to transcend the former ways of writing history, the prevailing way – by dint of what is sometimes called "historical school" – compels its harbingers to caricature and view with contempt previous manifestations and to introduce themselves as self-proclaimed representatives of a "new-history". Incidentally, this is ancient epithet, found since the fourth and fifth centuries in Zozimo – *Historia nea*, and in today's *Nouvelle histoire* (MONTELATICI 1916, p. 44; MOMIGLIANO 1987; NORWICH 1992; BROWN 1995). Currently, besides the adjective "new", other words and affixes have been added, such as the several "posts" and "turns" of historiography, like the present *linguistic turn*.

It is significant that, in general, the latest fad in the field of historiography will consistently endeavour to oppose preceding historiographical works, thus revealing the derogatory purpose of despising erstwhile breakthroughs. This establishing of "founding reports" of "new histories" has another harmful effect. The new generations of historians, by reason of those labels, end up failing to carefully examine those previous works and to situate them in the historical context in which they were produced; ultimately, they cease to realize the historicity of the writing of history itself.

Note, for example, Lucien Febvre's zeal to specify what was historically proper of Rabelais' own "religion" (FEBVRE 1968), since, according to the historian, documents were not enough to identify the character as an atheist; thus the historical account of the context in which Rabelais lived contrasts significantly with the ahistorical treatment Febvre gives to Charles-Victor Langlois and Charles Seignobos, authors of *Introduction aux études historiques* (1898) (LANGLOIS;

<sup>1</sup> This formulation of the characteristics of postmodernity is attributed to Jean-François Lyotard (Lyotard 1979). It is worth remembering, however, that twenty years before, there already was some formulation about them. See: MILLS 1965, p. 180.

SEIGNOBOS 1992). Lucien Febvre seems to ignore, in relation to them, the reason so much importance was given to document forgery. In the preface to a new edition of that *Introduction*, Madeleine Ribérioux sensibly underscores the importance of the issue, as the authors lived in the same period of time of the Dreyfus Affair when a glaring miscarriage of justice and a “legitimized” injustice notoriously took place precisely because of the use of forged documents.

Thus, “outmoded” past historians are often mentioned, but seldom the object of a more comprehensive study – for instance, who would take the trouble to read *Démocraties et capitalisme (1848-1860)* immediately after Lucien Febvre’s fierce attacks on it? (POUTHAS 1948)<sup>2</sup> – inasmuch as they have been clearly labeled as “outdated”.<sup>3</sup>

Hence our exam of the aforementioned general histories of historiography has corroborated the idea that, in dealing with the history of discourse history, one must have as an important point of reference what we call “the vantage point of the general history of historiography”. That perspective considers that any historiographical assessment must take into account *all* the history of historiography, from the Greeks – i.e. Herodotus – to the present (NOVAIS; SILVA 2011, p. 7-70; SILVA 2001).

Clearly, throughout the history of discourse history, there have been changes of approach, themes and expository styles. Nonetheless, we insist, not only do breaks occur, but also continuities and connections between the most current historiographical works and the historiography that preceded them. Changes throughout the history of discourse history are therefore indicated in a recurrent fashion: whether discontinuities or continuities, and the ways “new histories” are heralded by their pioneers.

Another important implication to consider in assessing historiographical studies, from the vantage point of the general history of historiography, has a bearing on the very *concept of discourse history*. Evidently, this does not call for deconstructing the process by which this area of knowledge developed into an autonomous discipline aspiring to scientific status ever since the nineteenth century, but for an attempt to raise awareness about some aspects which we consider decisive for the frame of reference that we are seeking to specify, namely that the “linguistic turn” constitutes a “challenge” to the “history of historiography”.

The worldwide impact that inventions, theories, conquests in science and consequent technologies had during the nineteenth century has yet in all likelihood to be extensively and properly assessed, but this one aspect can and should be emphasized: the labels “science” and its derivatives “scientific” and “scientist” made history and conferred upon their bearers an aura of credibility, reverence, respectability, authority and dignity that put them in a position “above suspicion”.

<sup>2</sup> About this author and this work: FEBVRE 1992b, p. 99-103. The polemical author also took part in a prestigious collection of modern history: POUTHAS 1971, p. 389-415.

<sup>3</sup> There is obviously an important exception when dealing with historiographical studies of a particular historian such as: ROMILLY 1998; MOMIGLIANO 1966; EYCK 1982; ROBERTS 1987; PORTER 1988; FINK 1991; CANNADINE 1992; MELLOR 1993; MÜLLER 2003; MILLER 2007; BENTLEY 2011; PAUL 2011.

Since then, the conquering of an identity, of a legitimacy, in short, the right of any area of knowledge to exist and be autonomous, demanded that it should be or look "scientific". The refusal to bestow such a scientific label upon a certain suitor would be tantamount to damnation; he became an outcast, no longer the object of attention except perhaps as an object of ridicule, the school dunce as it were. Some suitors suffered this grim fate, such as Franz Joseph Gall's (1758-1828) "phrenology", Francis Galton's (1822-1911) "eugenics", once deemed to be the "science of good breeding" (BOGARDUS 1965, p. 347-357) and also Lamarck (1744-1829) and Cesare Lombroso's (1836-1909) theories currently out of any consideration in the field of science.

We consider that it is within this historical context that we must understand the efforts of Karl Marx and Friedrich Engels to postulate a "scientific socialism" as opposed to "utopian socialism", as well as Sigmund Freud's insistence on asserting the "scientific" character of psychoanalysis. This attitude spread beyond the traditional branches of knowledge: suffice it to say that the formulator of what is called "Spiritism" defined it as "the science of observation".

Consequently, it could not have been different with history, which was achieving recognition, professorships, financial resources to hire teachers, for conducting research and publishing – in short, the discipline acquired citizenship rights, "*droit à la ville*". We can thus collect numerous instances of history being called a "science". Various authors, from different backgrounds, defend the "scientific" status of history. Examples:

400

"*We know only a single science, the science of history*" [1845] – Karl Marx and Friedrich Engels (MARX 1965, p. 304).

"*The science of history is the result of empirical perception, experience and investigation*" [1858] – Johann Gustav Droysen (2009, p. 36).

"*History is the science that investigates and expounds the facts concerning [...] human beings (...)*" [1859] – Ernst Bernheim (1937, p. 47).

"*History is and must be a science*" [1862] – Fustel de Coulanges (1973, p. 179).

"... *the present Introduction to historical studies has been conceived as an essay on the method of historical sciences*" [1898] – Charles-Victor Langlois and Charles Seignobos (1992, p. 18).

"*It has not yet become superfluous to insist that history is a science, no less and no more.*" [1902] – John Bagnell Bury (1973, p. 210).

"*History is the science that attempts to describe, explain and comprehend the phenomena of the life [...] of men*" [1921] – Wilhelm Bauer (1921, p. 38).

"*History, science of man, science of the human past*" [1933] – Lucien Febvre (1992a, p. 12).

"... *History is a rigorous science ...*" [1946] – Louis Halphen (HALPHEN 1948, p. 44).

In our view, we historians seem to ignore the very historicity of the concept of history, then defined as a science, as an autonomous and academic discipline in the context of the scientific *boom* of the nineteenth century – we shall return to this idea afterward – hence, in dealing with the impact of the “linguistic turn” (as a challenge) upon the history of historiography, the point of view of the general history of historiography will be taken, thereby compassing the history of discourse history in its entirety.

## The Linguistic Turn

The so-called *linguistic turn* was translated into Spanish and now into Portuguese as “giro linguístico”. This expression came into general use within the context of Anglo-Saxon analytic philosophy tradition, and it indicated that many of the issues then regarded as philosophical were actually linguistic problems; in other words, philosophers could be using language to inadvertently create problems otherwise nonexistent (QUINE 2011, p. 11-35).<sup>4</sup>

As regards the origin of this expression, there is a consensus that it was first used by Gustav Bergmann<sup>5</sup> and that it inspired the title of the anthology organized by Richard McKay Rorty, who collected articles by well-established authors in linguistic philosophy with the aim of showing the “*various ways in which linguist philosophers have viewed philosophy and philosophical method over the last thirty five years*” (RORTY 1992, p. I).

Rorty’s reflections came to include history when he called attention to the fact that one who uses language will not always be capable of ascertaining whether one is responding to a “compulsion of language” or a “compulsion of experience”. In other words, when an interlocution is established there is a tendency to confuse the “compulsion of experience” – what is said about is real – with the “compulsion of language” – the way in which something is said about what said about what is real. In short, the question raised is whether the object of interlocution is a language issue or a matter of fact. In this way, an interest in the philosophy of language was awakened in relation to history, constituting what came to be called “philosophy of linguistic history” (RORTY 1979, p. 169 *apud* ANKERSMIT 2004, p. 124-129). Meanwhile developments and debates around structuralism and linguistics also resulted in an insistence of the non-referential use of language; Jacques Derrida and Roland Barthes stand out, among others.

Jacques Derrida draws attention to the fact that one’s reading should not be reduced to reproducing the text; nor should it manipulate the text into something extraneous to itself, namely and indeterminate referent (metaphysical, historical, psychobiographical or any other kind of reality) or into a meaning outside the text whose content lay outside (written) language. Derrida then concludes that “there is nothing outside the text” (“*Il n’y a pas de hors-texte*”), in other words, language is autonomous, self-contained in itself (DERRIDA 2004, p. 194-195).

<sup>4</sup> I am grateful to Professor João Carlos Passoni for kindly suggesting this text.

<sup>5</sup> “All linguistic philosophers talk about the world by means of talking about a suitable language. This is the linguistic turn...” (BERGMAN 1964, p. 177 *apud* RORTY 1992, p. 8).

Roland Barthes is even more adamant than Derrida. Focusing on the historical discourse, he states that a fact can only be defined in a tautological way: what is observed precedes that which is observable, yet the observable is only what is worthy to be remembered. According to Barthes, we thus arrive at what he considers the paradox of historical discourse: though a fact has only a linguistic existence ("*le fait n'a jamais qu'une existence linguistique*"), it constitutes the end of a discourse, as which is regarded as if it were a mere copy of another entity, namely what we call "real". So, from Barthes' perspective, the historical discourse would be the only one in which the referent is regarded as being external to the discourse and at once inaccessible outside the same discourse (BARTHES 2012, p. 194).

For our purposes we could say that the linguistic turn has become a convenient label to express the idea that language is self-referential. Instead of saying that language is a means whereby one can refer to real-world objects (that is, a neutral instrument to point to, name and describe reality), language has a specificity of its own and is far from neutral.

In history the linguistic turn is commonly associated with Hayden White (PAUL 2011, p. 2; ANKERSMIT 2004, p. 119). Before him, it concerned the philosophy of linguistics, of Anglo-Saxon tradition (Richard M. Rorty), new developments in linguistics and French thinkers, particularly Jacques Derrida and Roland Barthes. White, inspired by these authors as well as by literary theory and literary criticism – specially the works of Northrop Frye (1973) – brought this issue into the field of history with his work on nineteenth century historians and philosophers *Metahistory* (WHITE 1992). His proclamation of the historical text as nothing but a "literary artifact" (WHITE 1994b, p. 97-116), from the standpoint of the linguistic turn, stirred mixed reactions from historians, thus constituting the "challenge" we shall proceed to discuss.

402

### Answers to the Challenge

Once raised the issue of the linguistic turn in historiography, it can be said that intense debates took place (and it would be pointless here to recount each one of them in detail), particularly among those who remained critical of the use of the linguistic turn in historiography.<sup>6</sup> Other authors, such as Martin Jay, have sought a compromise, alleging that it would be unfeasible to determine whether language is absolutely transparent or absolutely opaque and that this approach to the subject is extreme (JAY 1982, p. 86-110). There are also authors for whom the practice of history is no longer what it used to be, as we are now required to take the linguistic turn into account (MUNSLOW 1993) and yet other authors who endeavor to refer the linguistic turn beyond the frontiers of contemporary history (CLARK 2004).

It is now necessary that we indicate the manner in which the linguistic turn has been incorporated into history, not theoretically, but in the historian's

<sup>6</sup> Among many: MOMIGLIANO 1993, p. 304; HANDLIN 1979; NOVICK 1996; NOIRIEL 1996; EVANS 1999; SPIEGEL 2009.

day-to-day research practices. We consider that Herman Paul's statement that Hayden White's influence on the practice and writing of history has been virtually "zero" is an exaggeration (PAUL 2011, p. 1-14). Ultimately, one of the messages the work of Hayden White leaves for historians is: "tell less" or "write less" and you will be writing "good" history; or "if you are really in the mood to write, move on to literature". Hence the works of Hans Ulrich Gumbrecht and Peter Englund have become excellent role models for authors who will listen Hayden White's message. For the purposes of illustration we shall proceed to examine one work of each author.

Hans Ulrich Gumbrecht is the author of *In 1926, living at the edge of time*. He attempts to be "non-narrative", that is to say, the book is not a tale that transmits the history of the year 1926 (GUMBRECHT 1999). In short chapters not in chronological, but alphabetical order, it is divided into three parts: "Arrays", "Codes" and "Codes collapsed". The first part includes snapshots of contemporary issues, such as "airplanes", "boxing", "cremation", etc.; the second part brings opposing pairs: "action vs. impotence", "center vs. periphery", "male vs. female", etc; the third part, casts doubt on some opposites: "immanence vs. transcendence", "male vs. female", "present vs. past", etc. At the beginning of the book Gumbrecht writes a "User's Manual" reminiscent to Julio Cortazar's *Hopscotch* (1963) and Milorad Pávitch's *Khazar Dictionary* (1984), informing the reader that he or she can begin to read anywhere in the text and hereafter either read on or jump back to a random section, thereby deliberately shuffling synchrony and diachrony and thus leaving to the reader's discretion the task of building their own 1926. A fourth part – "Frames" – discusses the study and teaching of history.

In *The beauty and the sorrow: an intimate history of the First World War* (ENGLUND 2012), Peter Englund follows the example of Gumbrecht and experiments with "non-narrative" writing; his intention is to show what it was like to live at that time. The table of contents shows the following sections: "To the reader", "Dramatis Personae", five chapters corresponding to the war years, "The end" and finally a closing chapter with the title "Envoi". From the outset the author introduces himself as an academic historian by profession and a sometime war correspondent (Balkans, Afghanistan, Iraq). As a historian, he once yearned to be present himself at the events he described; when, however, he was able to do it, he soon realized that being there is no guarantee of being able to understand an event. His book is therefore about the way the war was experienced by some of his contemporaries and not about the war itself, hence his choice of twenty individuals from different backgrounds and playing various roles, none of whom high in the hierarchies. The next section provides name, nationalities, occupations and ages, from the "American wife of a Polish aristocrat" to an "English nurse in the Russian army", and including a "Venezuelan cavalryman in the Ottoman army", etc. The chapters covering the war years follow, and they are always preceded by a chronology of the main events. In this way, he concocts a mixture of personal stories and the author's own interpretation. The last couple of pages – "Envoi" – reproduce two texts:

a short speech made by a German priest and the testimony of a soldier who in 1925, having faced the horrors of war, decides to become a politician. His name? Adolf Hitler.

There is no doubt that the gripping works of Gumbrecht and Englund absorb the reader from the first page, and it could be argued that they carry out at least a part of the task they have undertaken, namely provide snapshots, as it were, of the atmosphere in the early years of the twentieth century. And yet, exit the authors – to allow the characters to speak for themselves – and the problems begin. The very choice of title, subject, documents and their order, and their comments on what is said in each document, betray their indisputable authorship; there is an underlying narrative, as if Gumbrecht and Englund had left to the reader the task of constructing it. But even this is a half-truth, since the reader would not be capable of constructing such narrative without their carefully select, commented and presented data. Deliberately or not, the absence of a chronology notwithstanding, there is an order of sorts, inasmuch as the reader is provided with the elements needed to “create the narrative” from the “menu” offered by the authors. Such books are in fact authorial works. They might even propose an alternative way of producing narrative, which nonetheless does not preclude its own existence. We cannot therefore subscribe to these authors’ claim that “non-narrative” history is feasible, let alone Englund’s idea of “anti-history” (ENGLUND 2012, p.XIII).

404

In addition, we need to bear in mind that Derrida takes the propositions of the linguistic turn (Rorty) to extremes by absolutizing language (there is nothing outside the discourse); similarly, Gumbrecht pushes Hayden White’s tenet to the limit (there is no difference between historical discourse and fictional discourse) by obliterating the historical discourse (when advocating the silence of the historian) and presenting only the documents. From our point of view, at the core of the problem is the relationship between historiography and the linguistic turn.

### **Chiaroscuro**

Now is the suitable time to comment on Hayden White’s premise that discourse history is a literary artifact. Essentially, any type of prose is indeed a literary artifact. But the author’s meaning is undoubtedly more penetrating and implies the same opposing pair which comes up in *Metahistory* as well in his manifesto essay “The Burden of History” (WHITE 1994a, p. 39-63); the author opposes precisely “history as science” and the “literary artifact”. So for him history is either science or literature, not both. Incidentally, not only White, but all authors who propose the scientific status of history follow the same two-valued logic.

The world of science and technology exists and evolves precisely by applying this logic. It is so powerful as to include humanities and shapes the way we see the world: “positive vs. negative”, “0 vs. 1”, “fiction vs. non-fiction”, “nature vs. culture”, “state of nature vs. civil society”, “raw vs. cooked”, “events vs. structure”, and we could go on and on. But differently from other human

“sciences”, discourse history is not self-contained within this binary logic, exactly on account of its inescapable commitment to the construction of social memory.

Thus, despite the unquestionable efficacy of binary logic, we ought to make every effort to transcend it, especially when it concerns human issues – history. We call to mind Shakespeare’s Hamlet, who upon beholding his father’s ghost tells his friend Horatio that there are more things in heaven and earth than are dreamt of in our philosophy. This statement warrants a couple of alternative readings. We are told that ghosts do exist, if not on stage, whenever we fail to settle accounts with the past, as individuals or nations. Take Turkey, where any mention of the Armenian Genocide is widely regarded as a crime; Japanese authorities painstakingly striving to conceal the violence and the massacres recently perpetrated against Chinese and Korean people retorically referring to a “Greater East Asia Co-Prosperity Sphere”; the United Nations Secretary General Kurt Waldheim, his accomplices in Austria and their conspiracy of silence about his less than accidental involvement with Nazism; the revisionist portrayal of the Holocaust as a total fabrication <sup>7</sup>; the ever-present master-slave mentality in the ex-colonies of the American continent, where various forms of forced labor were (and remain) commonplace; in all these cases ghosts are ubiquitous and real. To settle accounts with the past means primarily to acknowledge them and to confront them. Denying their existence, sweeping them under the carpet or punishing those who dare to shatter the silence will not make them go away. But history can help us resolve these issues.

So if ghosts exist, could there be a viable alternative to binary logic when it comes to human affairs? Something undreamt of? Not everything is black or white, there are gray areas. And human imagination is capable of creating this alternative. That is the case of *chiaroscuro* in art, the doctrine of the “purgatory” (“neither heaven or hell”) and religious thought itself, of any tradition, the distinctly human creation to help us succeed in our attempt to cut through transcendence in order to explain that which cannot be fathomed let alone handled by ordinary means.

This should likewise inspire us to seek such an alternative in addressing issues involving discourse history. In the first place, Hayden White’s propositions seem rather deterministic, and so do those of linguistic turn proponents. The advances of linguistics and linguistic philosophy have led to the statement that language is an autonomous, specific, self-referential universe, a by-product of which would be the linguistic turn. Indeed, the very word “turn” (“giro”) seems to presuppose that logic. A turn of one hundred eighty degrees: either we have scientific discourse or a fictional discourse, nothing in between. This approach is based on a somewhat hidden assumption that needs do be exposed.

We now wish to bring to mind an article by Carlo Ginzburg – “Clues: Roots of an Evidential Paradigm” (GINZBURG 1989, p. 143-179). Ginzburg makes a suggestion that should be considered. He begins his article by mentioning an art

---

<sup>7</sup> For someone like Arnaldo Momigliano, whose parents were confined and executed in a Nazi extermination camp, it was very difficult to accept the idea that there is no available objectivity, that the historical text is a form of exercising power, a literary artifact and nothing else. Cf. STEINBERG 1991.

critic who pretends to be Russian but is in fact Italian, and who considers museums “full of paintings with inexact attributions” but finds it difficult to trace an unsigned work to its real creator. The art scholar criticized the conventional wisdom in this field, saying it made no sense to depend on Da Vinci’s *smiles* to determine the authenticity of a painting; instead of using the most conspicuous characteristics of a painting to distinguish originals from copies, one should concentrate on details such as earlobes and fingernails, which would be “clues” as to the authenticity of a work. It was easier to copy a Da Vinci *smile* than one of his *ears* or *fingers*.

The same art critic, according to Ginzburg, inspired Freud to found his own “science”, psychoanalysis. The psychoanalyst is not interested in outward signs, on what is plainly evident; rather, he focuses on *faux pas*, Freudian slips and unnoticed details. Ginzburg’s whole reasoning goes further to consider “epistemes”, “ruptures” or “mutations” not as abrupt transitions from “prior to writing” to “writing”, but continuities as far as language is concerned. In other words, since the beginning of time, the first humans tried to identify the footprints or hair of animals for hunting (or fleeing) purposes, as well as cave paintings – these are all signs which meant something about something else that was no longer there, that is, a form of language. Such indices – to what was not present anymore – were a matter of life or death to a community. Thus language cannot be denied its indexing, referential quality. Vladimir Arseniev’s hero, the hunter Derzu Uzala, was capable of identifying animals, movements and situations from tracks – or signs – left in the environment where he lived. He could read the language of nature (ARSENIEV 1989).<sup>8</sup>

406

Obviously – linguistics dispels any doubt about it – linguistic systems are autonomous. Linguistic philosophy shows likewise that linguistic expression does not necessarily refer to a particular referent (as Quine rightly pointed out in the aforementioned text, what would be the referent of the expression “the round square cupola?”, but one cannot infer from this that “language is self referential”, that it has nothing to do with the extralinguistic world (QUINE 2011).

Here we resume our initial reference to the insistence on defining history as a science, and how this approach to the problem presupposes the logical opposites “science vs. fiction”.<sup>9</sup> In discussing attempts to define history, Johan Huizinga identifies a problem with the above-mentioned definition offered by Ernst Bernheim and Wilhelm Bauer: by defining history as science, they exclude, *ipso facto*, Greek, Latin and Medieval historians, as well as a significant part of modern and contemporary historiography. Huizinga teaches that history, from Herodotus to the present, constitutes a creation of memory and involves temporality and the definition of identity, as a distinctive trait of Western societies. This is the reason that Huizinga accurately defines history as “*the spiritual form whereby a culture settles accounts with the past*” (HUIZINGA 1980, p. 95).

<sup>8</sup> Magnificently explored in the Akira Kurosawa film [1975].

<sup>9</sup> One should not overlook the implicit bias in the opposition. To say “This is fiction” or “This is literature” is rather like saying it is of little consequence. Incidentally, readers are referred to this beautiful and significant defense of literature, written by Mario Vargas Llosa, published in the newspaper *O Estado de São Paulo* on June 15, 2003: “*Não é a literatura que envenena a vida*” (“It is not literature that poisons life”).

Rather than lost in time, Huizinga's ideas live on and remain influential. In the same way, Siegfried Kracauer uses a parable to say that the historical discourse implies a search for meaning – it is not just a record, like annals and chronicles in the olden days, but the quest for intelligibility of each part within the whole, of an event within its own structure. Kracauer is actively engaged in learning “*more about the constitution and significance of this controversial branch of knowledge*”. Having obtained freedom from metaphysics and theology, has history, he asks, become a science? So it claims to be, unquestioned. It can no longer be regarded as art, despite its literariness; nor is it a matter of impressionistic, subjective opinions. History, as we now know it, lies somewhere in a twilight zone created by its peculiar research and worldview. This go-between real is nonetheless invisible to the naked eye by reason of blinding deep-rooted traditional thinking, namely science and philosophy, as regards nature and mankind, inasmuch as they misrepresent historical research. Kracauer thus attempts to uphold the intrinsic legitimacy of this intermediate domain by calling it an ephemeral account of “*the last things before the last*”, as the “*last things*” belong in science and theology (KRACAUER 1995, p. 15-16).<sup>10</sup>

In conclusion, let us return to our central character, Hayden White, the one who brought together the linguistic turn to history. A fine book about him was written by Herman Paul (mentioned earlier), who, for good reasons, chose to structure White's book in a chronological order. Paul undertakes a lengthy tour of his intellectual biography of the author, from his initial training as a historian, his research into the history of the Church in Italy, his first historical works – including his impressive overview of the Greco-Roman cultural tradition (WHITE 1973),<sup>11</sup> – the publication of his essays on the linguistic turn, which made him famous, to his present-day work as professor at the time the biography was published in 2011. Paul notes that White has not lost his combativeness – which he appropriately calls humanistic existentialism – in spite of the fact that he has certainly re-evaluated his ideas, as found in *Metahistory*. This is what strikes us as we read an interview conducted by Erlend Rogne in Rome in 2007 (WHITE 2009, p. 63-75),<sup>12</sup> in which he defends or reconsiders some of his positions.

In the interview, Hayden White recalls his intellectual influences and discusses the relations between structure and event, the limits imposed by structures and the nondeterministic nature of the human condition, as we are continually called to make choices. He bears in mind what he learned from Aristotle: we perform conflicting roles in society; any role we choose to play well will inexorably undermine other roles we also need to occupy. This contradiction precludes us from living a “consistent, full” life.

In ethics, White defines himself as a “situationist”: living in different situations, we cannot behave in the same way all the time. From structuralism he learned that each situation is always arbitrarily structured, just like language. The same applies to the rules that enable communication. To White, structuralism in

<sup>10</sup> I hereby acknowledge my debt to Professor Guillermo Zermeño Padilla.

<sup>11</sup> Incidentally, *Metahistory* was published in the same year.

<sup>12</sup> For Hayden White's political views see also: ADAMA 2001, p. 12-17.

no doubt important; yet, he keeps silent about changes in systematic structures, the main concern of post-structuralists such as Derrida, Foucault, Barthes and Lacan. Structuralism and post-structuralism would thus complement each other.

On the other hand, the author associates structuralism with the superstructure of market economy, which dictates the choices individuals make and at once leads them to think they are truly free. Here an important role is played by Jean-Paul Sartre's existentialism along with the Marxist view of history and society. White remembers that Roland Barthes once made him turn his attention to the theory of discourse and narrative and then to its tropological aspect; narrative discourse is adequate in some contexts but not in others. During the course of the interview, he thanks the interviewer for establishing a date for one of his writings, since he has changed his mind several times over the fifty years he has been writing. White also declares his predilection for modernism in literature due to its experimental work, thus questioning aesthetics of taste. As he points out, modernism results from the realization that the world we live in has no real essence or substance. Aristotelian substance theory is dead. Which implies the end of metaphysics and religion. Things are what they appear to be, there is no such things as an essence.

In short, the interview seems to point to a self-examination of sorts: Hayden White's formalist stance on the fundamental issue of the oppositions "event vs. structure" and "determinism vs. free will" no longer suffice to account for them, as he once defended in *Metahistory*, hence the importance of "mediations".<sup>13</sup>

408

As we tread this narrow path, might we suggest that it is not a meaningless pursuit to reflect on the underlying binary oppositions which constrain discourse history; rather, we ought to take up the considerable challenge of thinking of this binary logic as part of what Kracauer has called "intermediate domain", an approach which embraces the whole of the history of historiography, from the Greeks to the present, as well as its paramount features, namely the construction of social memory and the settling of accounts with the past, two sides, indeed, of the same coin.

### **Bibliographical References**

ADAMA, Frederick. Hayden White talks trash. **Bad subjects**, n. 55, p. 12-17, 2001. Disponível em: <http://bad.eserver.org/issues/2001/55/white.html>. Access in: Sept. 17 2013.

ALBERT, Paul. **Histoire de la littérature romaine**. Paris: Charles Delagrave, 1883.

ANKERSMIT, Franklin R. **Historia y tropología**: ascenso y caída de la metáfora. Traducido por Ricardo Martín Rubio Ruiz. México: Fondo de Cultura Económica, 2004 [1994].

ARSENIEV, Vladimir. **Dersu Uzala**. Traduzido por Aguinaldo Anselmo Franco de Bastos e Lucy Ribeiro de Moura. São Paulo: Veredas, 1989 [1923].

---

<sup>13</sup> "My method, in short, is formalist" (WHITE 1992, p. 19).

- BARTHES, Roland. O discurso da história. In: \_\_\_\_\_. **O rumor da língua**. Traduzido por Mário Laranjeira. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012 [1984].
- BAUER, Wilhelm. **Introducción al estudio de la historia**. Traducido por Luis G. de Valdeavellano. Barcelona: Bosch, 1921.
- BENTLEY, Michael. **The life and thought of Herbert Butterfield**: history, science and God. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- BERGER, Stefan; DONOVAN, Mark; PASSMORE, Kevin. Apologias for the nation-state in Western Europe since 1800. In: \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_ (orgs.). **Writing national histories**: Western Europe since 1800. London: Routledge, 1999, p. 3-14.
- BERGMAN, Gustav. **Logic and reality**. Madison, WI: Wisconsin University Press, 1964.
- BERNHEIM, Ernst. **Introducción al estudio de la historia**. Traducido por Pascual Galindo Romeo. Barcelona: Labor, 1937.
- BOGARDUS, Emory S. **A evolução do pensamento social**. Traduzido por Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965 [1960]. (2 v.)
- BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **Les écoles historiques**. Paris: Seuil, 1983.
- BREISACH, Ernst. **Historiography**: ancient, medieval and modern. Chicago: University of Chicago Press, 1983.
- BROWN, Peter. **Authority and the sacred**: aspects of the Christianisation of the Roman world. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- BURKE, Peter. **The French Historical Revolution**: the Annales School, 1929-1989. Cambridge: Polity, 1990.
- BURROW, John. **A history of histories**: epics, chronicles, romances and inquiries from Herodotus and Thucydides to the twentieth century. New York: Alfred A. Knopf, 2008.
- BURY, John Bagnell. Inaugural lecture, Cambridge, 1902. In: STERN, Fritz (org.). **Varieties of history**: from Voltaire to the present. New York: Vintage, 1973.
- CANNADINE, David. **G. M. Trevelyan**: a life in history. London: Fontana, 1992.
- CARBONELL, Charles-Olivier. **Histoire et historiens**: une mutation idéologique des historiens français, 1865-1885. Paris: Privat, 1976.
- CLARK, Elizabeth A. **History, theory, text**: historians and the linguistic turn. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2004.
- COULANGES, Fustel de. Inaugural lecture, Strasbourg, 1862. In: STERN, Fritz (org.). **Varieties of history**: from Voltaire to the present. New York: Vintage, 1973.
- CROCE, Benedetto. **Teoria e storia della storiografia**. Bari: Gius. Laterza, 1973 [1913].

- DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. Traduzido por Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 2004 [1967].
- DROYSEN, Johann Gustav. **Manual de teoria da história**. Traduzido por Sara Baldus e Julio Bentivoglio. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- ENGLUND, Peter. **The beauty and the sorrow**: an intimate history of the First World War. Translated by Peter Graves. New York: Vintage, 2012.
- EVANS, Richard J. **In defense of history**. New York: W. W. Norton, 1999 [1997].
- EYCK, Frank. **G. P. Gooch**: a study in history and politics. London: MacMillan, 1982.
- FEBVRE, Lucien. De 1892 à 1933: examen de conscience d'une histoire et d'un historien. Leçon d'ouverture au Collège de France, 13.12.1933. In : \_\_\_\_\_. **Combats pour l'histoire**. Paris: Albin Michel, 1992 [1953].
- \_\_\_\_\_. Et l'homme dans tout cela? Sur un manuel. In: \_\_\_\_\_. **Combats pour l'histoire**. Paris: Albin Michel, 1992a [1953].
- \_\_\_\_\_. Sur une forme d'histoire que n'est pas la nôtre. L'histoire historisante. In: \_\_\_\_\_. **Combats pour l'histoire**. Paris: Albin Michel, 1992b [1953].
- \_\_\_\_\_. **Le problème de l'incroyance au XVI<sup>e</sup> siècle**: la religion de Rabelais. Paris: Albin Michel, 1968 [1942].
- FINK, Carole. **Marc Bloch**: a life in history. Cambridge: Cambridge University Press, 1991 [1989].
- FRYE, Northrop. **Anatomia da crítica**. Traduzido por Péricles Eugênio da Silva Ramos. São Paulo: Cultrix, 1973 [1957].
- FUETER, Eduard. **Histoire de l'historiographie moderne**. Traduit de l'allemand par Emile Jean Marie, avec notes et additions de l'auteur. Paris: Félix Alcan, 1914 [1911].
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: \_\_\_\_\_. **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. Traduzido por Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989 [1986]. p. 143-179.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Em 1926**: vivendo no limite do tempo. Traduzido por Luciano Trigo. Rio de Janeiro: Record, 1999 [1997].
- HALPHEN, Louis. **Introduction à l'histoire**. Paris: Presses Universitaires de France, 1948 [1946].
- HANDLIN, Oscar. **Truth in history**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1979.
- HAY, Denys. **Annalists and historians**: Western historiography from the Eighth to the Eighteenth centuries. London: Methuen, 1977.
- HUIZINGA, Johan. En torno de la definición del concepto de historia. In: \_\_\_\_\_. **El concepto de la historia y otros ensayos**. Traducido por Wenceslao Roces. México: Fondo de Cultura Económica, 1980 [1946].

- IGGERS, Georg G. **New directions in European historiography**. Hanover, NH: University Press of New England, 1975.
- JAY, Martin. Should intellectual history take a linguistic turn? Reflections on the Habermas-Gadamer debate. In: LACAPRA, Dominick; KAPLAN, Steven L. (org.). **Modern European intellectual history: reappraisals and new perspectives**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1982, p. 86-110.
- KELLEY, Donald R. **Frontiers of history: historical inquiry in the 20<sup>th</sup> century**. New Haven: Yale University Press, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Versions of history from Antiquity to the Enlightenment**. New Haven: Yale University Press, 1991.
- KRACAUER, Siegfried. **History: the last things before the last**. Princeton: Markus Wiener Publishers, 1995 [1969].
- LANGLOIS, Charles Victor; SEIGNOBOS, Charles. **Introduction aux études historiques**. Paris: Kimé, 1992.
- \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Manuel de bibliographie historique**. Paris: Hachette, 1896.
- LEVRAULT, Léon. **Les genres littéraires: l'histoire, evolution du genre**. Paris: Paul Delaplane, 1905.
- LYOTARD, Jean-François. **La condition postmoderne**. Paris: Minuit, 1979.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia em geral. In: CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octávio (org.). **Homem e sociedade: leituras básicas de sociologia geral**. Traduzido por Roberto Schwarz. São Paulo: Nacional, 1965.
- MELLOR, Ronald. **Tacitus**. New York: Routledge, 1993.
- MILLER, Peter N. (org.). **Momigliano and antiquarianism: foundations of the modern cultural sciences**. Toronto: University of Toronto Press, 2007.
- MILLS, Charles Wright. **A imaginação sociológica**. Traduzido por Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1965 [1959].
- MOMIGLIANO, Arnaldo. El historicismo revisitado (1974). In: \_\_\_\_\_. **Ensayos de historiografía antigua y moderna**. Traducido por Stella Mastrangelo. México: Fondo de Cultura Económica, 1993 [1977].
- \_\_\_\_\_. **On Pagans, Jews and Christians**. Hanover, NH: Wesleyan University Press, 1987.
- \_\_\_\_\_. The place of Herodotus in the history of historiography (1958). In: \_\_\_\_\_. **Studies in historiography**. New York: Harper, 1966.
- MONTELATICI, Giovanni. **Storia della letteratura bizantina (324-1453)**. Milano: Ulrico Hoepli, 1916.
- MÜLLER, Bertrand. **Lucien Febvre, lecteur et critique**. Paris: Albin Michel, 2003.

- MUNSLOW, Alun. **Deconstructing history**. London: Routledge, 1993.
- NOIRIEL, Gérard. **Sur la 'crise' de l'histoire**. Paris: Belin, 1996.
- NOVAIS, Fernando Antonio; SILVA, Rogério Forastieri da. Introdução. In: \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_ (orgs.). **Nova história em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011. p. 7-70.
- NOVICK, Peter. **The 'objectivity question' and the American historical profession**. New York: Cambridge University Press, 1996 [1988].
- NORWICH, John Julius. **Byzantium: the early centuries**. New York: Alfred A. Knopf, 1992.
- PAUL, Herman. **Hayden White: the historical imagination**. Cambridge: Polity, 2011.
- PORTER, Roy. **Gibbon: making history**. London: Phoenix, 1988.
- POUTHAS, Charles. **Peuples et Civilisations: Histoire Générale. Volume 16. Démocraties et capitalisme (18480-1860)**. Paris: Presses Universitaires de France, 1948 [1941].
- \_\_\_\_\_. The revolutions of 1848. In: **The New Cambridge Modern History. Volume 10. The zenith of European power, 1830-1870**. Cambridge: Cambridge University Press, 1971 [1960]. p. 389-415.
- QUINE, Willard Van Orman. Sobre o que há. In: \_\_\_\_\_. **De um ponto de vista lógico: nove ensaios lógico-filosóficos**. Traduzido por Antonio Ianni Segatto. São Paulo: Editora da UNESP, 2011 [1948]. p. 11-35.
- ROBERTS, David D. **Benedetto Croce and the uses of historicism**. Berkeley: University of California Press, 1987.
- ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**. Rio de Janeiro, 1888.
- ROMILLY, Jacqueline. **História e razão em Tucídides**. Traduzido por Rosa Bueno. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998 [1956].
- RORTY, Richard M. Introduction: metaphilosophical difficulties of linguistic philosophy. In: \_\_\_\_\_. (org.). **The linguistic turn: essays in philosophical method with two retrospective essays**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992 [1967].
- \_\_\_\_\_. **Philosophy and the mirror of nature**. Princeton: Princeton University Press, 1979.
- SILVA, Rogério Forastieri da. **História da historiografia: capítulos para uma história das histórias da historiografia**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- SPIEGEL, Gabrielle M. The task of the historian. Presidential Address. **American Historical Review**, fev. 2009. Disponível em: [www.historians.org/info/aha\\_history/spiegel.cfm](http://www.historians.org/info/aha_history/spiegel.cfm). Access in: Sept. 17 2013.
- STEINBERG, Michael P. (org.). The presence of the historian: essays in memory of Arnaldo Momigliano. **History and Theory: studies in the philosophy**

of history. Middletown, CT: Wesleyan University. Beiheft 30, v. 30, n. 4, p. 1-4, 1991.

WHITE, Hayden . **The Greco-Roman tradition**. New York: Harper & Row, 1973.

\_\_\_\_\_. **Meta-história**: a imaginação histórica do século XIX. Traduzido por José Laurênio de Melo. São Paulo: EDUSP, 1992 [1973].

\_\_\_\_\_. O fardo da história. In: \_\_\_\_\_. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. Traduzido por Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: EDUSP, 1994a [1966], p. 39-63.

\_\_\_\_\_. O texto histórico como artefato literário. In: \_\_\_\_\_. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. Traduzido por Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: EDUSP, 1994b [1978], p. 97-116.

\_\_\_\_\_. The aim of interpretation is to create perplexity in the face of the real: Hayden White in conversation with Erlend Rogne. **History and Theory**: studies in the philosophy of history. Malden, MA: Wesleyan University, v. 48, n. 1, p. 63-75, 2009.

# História, memória e ficção: que fronteiras?

## History, Memory and Fiction: What Boundaries?

---

### Sérgio Campos Matos

sergiocamposmatos@gmail.com  
Professor Associado com Agregação  
Universidade de Lisboa  
Alameda da Universidade  
1600-214 - Lisboa  
Portugal

---

### Resumo

Sociólogos e historiadores do século XX estabeleceram uma clara distinção entre história e memória. Mas nos últimos decênios tem-se chamado a atenção para aquilo que pode haver de comum entre esses dois campos que nem sempre coincidem. Pretende-se problematizar as complexas relações entre história e memória: as exigências críticas da escrita da história e os registos das diferentes memórias (memória individual, memórias coletivas), equacionando também a relação memória/esquecimento. E o que distingue a história da ficção? Em que medida podem as memórias ser permeáveis à imaginação? Todos ficcionalizamos o nosso passado. Poder-se-á reduzir a escrita da história a uma dimensão narrativa?

### Palavras-chave

414

História; Memória; Ficção.

### Abstract

20<sup>th</sup> century sociologists and historians established a clear distinction between history and memory. But in the last decades our attention has been called to what exists in common between these two fields that do not always coincide. In this article, I intend to problematize the complex relationship between history and memory: the critical demands of history writing and the register of various memories (individual memory, collective memory), also equating the relation between memory and forgetting. And what about history? What distinguishes it from fiction? To what extent are memories permeable to imagination? We all fictionalize our past. Could we reduce the writing of history to a narrative dimension?

### Keywords

History; Memory; Fiction.

---

Recebido em: 6/12/2013

Aprovado em: 1/7/2014

## História e memória

Nos últimos decênios o conceito de memória tem proliferado extraordinariamente, banalizando-se e tornando-se até uma muleta na linguagem científica e na linguagem comum. Como explicar a banalização (mas também revalorização) da memória que remonta aos anos 1970-1980? Foi a partir dessa época que surgiram evidentes sinais de crise no sistema internacional bipolar: de crise (1973) e expansão do capitalismo à escala global, mas também do chamado socialismo de estado na Europa do leste e na URSS. Afirmava-se, entretanto, no mundo ocidental uma teoria neoliberal que difundiu a convicção muito propalada segundo a qual o mercado se autoregula dispensando a intervenção moderadora do Estado e sacrificando solidariedade e justiça social. A mundialização ganhou novos contornos tecnológicos – a era da informática acessível às massas – e mudou profundamente as vivências das pessoas. As noções de espaço e de tempo alteraram-se profundamente. Acentuaram-se os movimentos de emigração e imigração, cresceram os fenômenos de desenraizamento e dissolução de laços nas sociedades tradicionais. Vulgarizaram-se novos suportes de memória, mas revelaram-se ameaças às memórias de grupos humanos minoritários – caso das comunidades rurais que se foram despovoando. Koselleck aludia à aceleração sem precedentes da experiência da modernidade: aceleração do tempo, ruptura com o passado, ruptura com o campo da experiência, com efeitos profundos no vocabulário político e social nos finais do século XVIII e princípios do século XIX (KOSELLECK 1990). Lembre-se, aliás, que já Karl Jaspers, algumas décadas atrás, considerara um novo tipo de consciência histórica a partir do tempo das revoluções liberais: desde a Revolução Francesa, o homem moderno teria passado a ver a sua época por oposição a outras, generalizando-se o sentimento de ruptura com os tempos anteriores (JASPERS 1953, p. 10-24).

O estreitamento da ideia de futuro e, especialmente, das narrativas teleológicas da história exprime-se num refluxo sobre o presente – o presentismo (HARTOG 2003). As ameaças globais – crise financeira, poluição, aquecimento global, fomes, epidemias, narcotráfico – e a mentalidade apocalíptica a elas associada contribuí decisivamente para essa centralidade do presente. Até por isso mesmo, o conhecimento do passado continua a ser indispensável para interpelar a complexidade e a dificuldade de compreender o nosso tempo. E talvez nunca como hoje a procura da memória histórica, das memórias colectivas e individuais seja tão evidente. Vivemos um tempo vertiginoso no ritmo de inovação tecnológica e no excesso de informação instantânea que se difundiram nos finais do século XX. É verdade que a consciência de aceleração do tempo é muito anterior e ficou bem documentada no experimentalismo artístico das vanguardas modernistas, desde o cubismo e o futurismo, nos princípios desse atribulado século. Mas, hoje, quando na Europa ocidental acabaram os camponeses e o mundo rural se esvaziou, o sentimento e a consciência dessa aceleração estão bem mais generalizados.

É certo que os lugares de memória e as ritualizações da memória se multiplicaram como nunca: tudo se patrimonializa, dos sítios naturais às antigas fábricas mortas, das ruínas e da sua ilusão de eternidade ao experimentalismo das

instalações artísticas, sem esquecer a multiplicação de museus, monumentos, memoriais, arquivos – tudo se comemora. A memória tornou-se objeto de consumo de massas. Mas também é não menos evidente que os não lugares a que se refere Marc Augé invadiram as nossas vidas – autoestradas, apart-hotéis, aeroportos, hospitais e clínicas que lembram escritórios, universidades que lembram hospitais, restaurantes que lembram escritórios. E os lugares de trauma – campos de batalha, prisões, campos de concentração – são objeto de atenção renovada. O trauma traduz-se numa ruptura na memória (LACAPRA 2008, p. 22), produz amnésia, dificuldade de verbalização da experiência. Isso implica também ruptura nas representações de um passado que não passa e não cessa de reinscrever-se no presente, “retorna el recuerdo y el recuento, repetitivo e incesante, de los muertos” (SANFELIPPO 2013, p. 29).

Em tudo isso se pode notar um dos paradoxos do nosso tempo, dividido entre uma cultura quase obsessiva da memória e, por outro lado, uma cultura acelerada de esquecimento – a amnésia acelerada. Já Tony Judt notara esse contraste nos princípios do novo milênio (JUDT 2009; 2010). E o filósofo José Gil aplicava ao caso português o conceito de “não inscrição”, isto é, o imediato esquecimento do que acontece no presente (GIL 2005, p. 15-18). Talvez nunca como hoje se esqueçam os mortos e se afaste a morte do frenesim da vida. Mas o passado sempre irrompe no presente. Como afirmava Augusto Comte, os mortos governam os vivos.

416

Pode então perguntar-se: como se relacionam história e memória? Que diferenças existem entre os registos próprios da história e os registos da memória? Trata-se, afinal, de uma questão de limites. Michel de Certeau considerava essa problemática dos limites – ou seja, a diferenciação, a alteridade, a relação com outros discursos – central na ciência histórica (CERTAU 1975, p. 64-69). Na sociologia francesa do século XX, de Durkheim a Maurice Halbwachs, frisou-se a diferença entre história e memória. Maurice Halbwachs estabelecia uma distinção clara entre *memórias colectivas* e *memória histórica*. As memórias colectivas abarcariam num sentido muito amplo o que resta do passado na experiência vivida das comunidades humanas, comunidades urbanas ou rurais, grupos étnicos, profissões, etc. A memória histórica seria o produto de uma tradição historiográfica construída pelos historiadores fora do tempo vivido (mas seria mesmo assim?). Pierre Nora aceitou essa distinção (NORA 1978), caracterizando a memória colectiva como “globalizante e sem fonteira”, “fluida”, mas dividida. Já a memória histórica seria “analítica e crítica”, “precisa e distinta”, relevando do exercício da razão e unificando. Lembrava, contudo, Nora que, durante muito tempo, história e memória se haviam mais ou menos confundido, constituindo aquela uma “tradição de memória” (NORA 1984, p. XXII). E, por seu lado, Jacques Le Goff chegou a distinguir em termos demasiado definitivos e estanques duas histórias: a da memória colectiva (“essencialmente mítica, deformada, anacrônica”, constituindo “o vivido”) e a dos historiadores, devendo esta última “esclarecer” e “rectificar” a primeira (LE GOFF 1984, p. 166). Reconheceu, no entanto, que a história passou a estar muito mais exposta à pressão das memórias colectivas (LE GOFF 1984, p. 44); é o caso das memórias de vivências em regimes ditatoriais ou do Holocausto.

Na verdade, desde os anos 80, e em particular a partir dos trabalhos reunidos em *The invention of tradition* (HOBBSAWM; RANGER 1983) e em *Les lieux de la memoire* (NORA 1984), múltiplas formas de expressão da memória tornaram-se objeto da atenção dos historiadores (os trabalhos de Aby Warburg, de Maurice Halbwachs, e de Frances Yates, que poderiam ser mencionados, não tiveram um impacto imediato comparável ao daquelas obras dos anos 1980). Também a história da história se cultivou como nunca. E esse movimento contribuiu para reposicionar as relações entre história e memória.

Poder-se-á formular a questão a partir das divergências e convergências entre os dois termos. Patrick Lacapra formulou bem o problema: “a memória é simultaneamente mais e menos do que a história e vice-versa. A história pode não capturar nunca alguns elementos da memória: o sentimento de uma experiência, a intensidade da alegria ou do sofrimento” (LACAPRA 2008, p. 34). Como veremos, os historiadores liberais e românticos já estavam conscientes dessa diferença – o novelista consegue captar aquilo que o historiador dificilmente é capaz: o sentimento, a imaginação. Por seu lado, a história põe à prova a memória na medida em que se constitui num discurso crítico que se assenta em exigências de prova documental e rigor heurístico e hermenêutico. Envolve uma relação com a alteridade, mas é também um exercício de distanciação em relação ao objeto de estudo, em relação ao outro. Quer isso dizer que não pode envolver empatia com o objeto? Decerto que não. Mas dentro dos limites de uma certa cautela e vigilância crítica. Se o entusiasmo e até a paixão no estudo do passado podem favorecer o historiador e a qualidade do seu trabalho, a verdade é que, se o sentimento não for objeto de controlo, pode cair-se na prática de uma história tribunal (na célebre expressão de Lucien Febvre) que se alimenta de juízos de valor, execrando apologias ou, ao invés, tecendo-as. São bem conhecidos casos em que o sentimento de lealdade patriótica deformou a leitura do passado das nações e comprometeu o rigor histórico.

Guardadas as distâncias, o mesmo é válido para a criação poética. A expressão viva do sentimento não mediatizado por um intenso trabalho intelectual e formal pode comprometer a qualidade artística. Como afirmava Ruy Belo num dos seus poemas, “Não costumo por norma dizer o que sinto/ mas aproveitar o que sinto para dizer qualquer coisa” (BELO 1980, p. 161). E poetas portugueses como Fernando Pessoa, Jorge de Sena ou António Gedeão não chamaram a atenção para a relevância do trabalho intelectual na criação literária? Em 1932, Pessoa criticava os escritores e artistas portugueses por se limitarem a exprimir simples emoções “sem auxílio da inteligência ou da cultura”. Criticava-os por ausência de “coordenação pela vontade intelectual dos elementos fornecidos pela emoção” (PESSOA [1946], p. 152).

A memória prolonga o passado no presente, mas, ao invés da história, é “afectiva e mágica” (TRAVERSO 2005, p. 28), está do lado da experiência vivida – nesse sentido, é sempre parcial, ligada aos dados dos sentidos, da imaginação e até dos sonhos (POMIAN 2007, p. 176). Como reconhecia o cineasta espanhol Luis Buñuel no notável livro de memórias que ditou ao seu amigo Jean-Claude Carrière, “A memória é permanentemente invadida pela imaginação e o sonho” (BUÑUEL 1983, p. 9). Acrescentava Buñuel:

Se me dissessem: faltam-te vinte anos de vida, que queres fazer das vinte e quatro horas de cada um desses dias que vais viver? Respondia: dêem-me duas horas de vida activa e vinte e duas horas de sonho, com a condição de que me possa lembrar dele – *porque o sonho só existe através da memória, que o acaricia* (BUÑUEL 1983, p. 100).

E refere como exemplo um dos sonhos recorrentes que foi tendo ao longo da vida, o do regresso à sua casa de infância em Calanda (Aragão), no qual se repetia a aparição do espectro do seu pai na noite do velório deste, após a sua morte.

A memória individual – e as memórias colectivas – são sempre selectivas. Todos já tivemos essa experiência banal: lembramos episódios que partilhamos com amigos ou familiares e que eles esqueceram. Ou vice-versa: eles lembram coisas que olvidamos. A história também é seletiva – resulta de escolhas, conscientes ou inconscientes. Escolhemos um tema, uma pergunta, um ponto de vista – uma vista a partir de um ponto. Por que nos interessamos por um determinado tema e não por outro? Como lembra Pomian, a história é seletiva de um modo diverso dos modos da memória; é seletiva de um modo controlado: o historiador é que escolhe o problema, o método ao que vai recorrer (POMIAN 2007, p. 214). Mas o historiador trabalha com memórias – transmitidas oralmente, por escrito, manifestas ou latentes nos mais variados vestígios deixados pelos homens e mulheres do passado. Nesse sentido, ele é devedor da memória. Por outro lado, não deve esquecer-se que essas memórias são fontes, documentos que, para efetivamente o serem, necessitam ser submetidos a um questionário crítico. Como lembrava o historiador português Vitorino Magalhães Godinho, só são fontes se são construídas e trabalhadas pelo historiador (GODINHO 2009). Isso envolve um esforço de distanciação crítica, de descentragem.

418

Mais recentemente, Fernando Catroga tem acentuado a relação de proximidade entre a retrospectiva da memória e a restrospectiva historiográfica. A seu ver, há características da memória que também se encontram no trabalho historiográfico: finalismo, presentismo, verossimilhança e representação. E, retomando as reflexões de Michel de Certeau, Catroga aproxima a escrita da história do culto dos mortos – a história como um “gesto de sepultura” equiparável à domesticação dos mortos e à linguagem dos cemitérios (CATROGA 2011, p. 34). É um facto que tanto história como memória lidam com a ausência, remetem para objetos ausentes. Em ambas há silêncios e recalcamientos. Mas o trabalho do historiador tem exigências cognitivas e de autenticidade, limites que, obviamente, não estão presentes no funcionamento da memória. Não sendo incompatíveis, memória e história vivem, contudo, numa relação de tensão criativa. Não obstante isso, não creio, como Gerard Noiriel, que todos os escritos de divulgação entrem na categoria de escritos de memória (NOIRIEL 2005, p. 340) – há uma vulgarização produzida por especialistas que mantém as exigências da crítica histórica.

Por seu lado, baseando-se em Paul Ricoeur, Roger Chartier sistematizou as diferenças entre história e memória: 1) a distinção entre testemunho e documento; 2) a diferença entre o carácter imediato da reminiscência e o carácter construído da explicação histórica; 3) a distância entre a fidelidade (ou

não) da memória e a intenção de verdade da história (CHARTIER 2009, p. 353-355), que tem sido sublinhada por tantos historiadores.

Como se sugeriu, a memória é não raro comandada por afetos e associações inesperadas. A simples lembrança – a *mneme* de Aristóteles – é, em todo o caso, bem distinta da *anamnésis* (*rappel*, *remémoration*), procura ativa que resulta de um esforço voluntário. As memórias podem, pois, ser permeáveis à imaginação. Como notava Paul Ricoeur, há uma memória que imagina, ligada ao sonho, uma espécie de abstração da ação presente ligada ao inútil (RICOEUR 2000). Numerosos exemplos poderíamos dar de textos autobiográficos de grandes escritores e até de historiadores que, de algum modo, idealizaram ou reinventaram o seu passado. O enigma da presença do ausente, como nota o filósofo francês, é comum à imaginação e à memória (RICOEUR 2000, p. 3). Na verdade, a memória é ainda em larga medida um mistério. Como o talento dos artistas é um mistério.

### Memória e ficção

É aqui que interessa estabelecer uma relação entre memória e ficção. Um romancista português do século XX, Vergílio Ferreira, sugeria que a saudade de alguém é saudade de nós. Sublinhava assim a relação íntima entre o eu e os outros próximos na própria construção da identidade individual e da memória. Entre a memória individual e a memória colectiva há um plano intermédio em que os afetos têm grande relevância, em que se estabelece uma relação entre a memória vivida dos indivíduos e a memória pública das comunidades – o plano da relação com os próximos, aqueles que nos aprovam (RICOEUR 2000, p. 161).

Uma pergunta central pode formular-se: como representar o passado – ou seja, o ausente? O que podem ter em comum a esse respeito os registos da história, da literatura, da memória? História, memória e ficção representificam ausências de modos diversos.

A esse respeito, muito antes do chamado *linguistic turn*, os historiadores românticos deram contributos de grande interesse, que, no entanto, são muitas vezes esquecidos. Tomemos três exemplos. Um deles é o do inglês Macaulay, um dos arautos do que viria a designar-se como *wigh paradigm* – o modelo da historiografia liberal na Grã-Bretanha. Em 1828, Macaulay escreveu um texto teórico sobre a escrita da história no qual levantava um problema central: o modo de reconstituição do passado que o historiador adopta deve aproximar-se do modo do romance? Se o autor da *History of England* (1848-1855) se mostrava muito crítico em relação às filosofias racionalistas da história do século XVIII, não deixava de perfilhar o conceito “imaginário” de uma história atenta aos pormenores, ao singular mas também ao colectivo, à parte e ao todo:

O historiador perfeito é aquele em cuja obra o carácter e o espírito de uma época é exibido em miniatura. Ele relata nenhum fato, ele não atribui nenhuma expressão de seu carácter, o que não é autenticado por testemunho suficiente. Mas pela seleção criteriosa, rejeição e arranjo, ele concede à verdade aquelas atrações que foram usurpadas pela ficção. Em sua narrativa uma devida subordinação é observada, algumas transações

são proeminentes, outras retiradas. Mas a escala em que ele representa é aumentada ou diminuída, não de acordo com a dignidade das pessoas envolvidas nelas, mas de acordo com o grau em que se elucida a condição da sociedade e da natureza do homem. Ele nos mostra o tribunal, o acampamento, e o senado. Mas ele nos mostra também a nação. Ele não considera nenhuma anedota, nenhuma peculiaridade da forma, nenhum ditado familiar, como insignificante demais para sua observação, que não é muito insignificante para ilustrar a operação de leis, da religião e da educação, e para marcar o progresso da mente humana. Os homens não vão apenas ser descritos, mas passarão a ser intimamente conhecidos por nós. As mudanças de costumes serão indicadas, e não apenas por algumas frases gerais ou alguns excertos de documentos estatísticos, mas por imagens apropriadas apresentadas em cada linha (MACAULAY 1828, p. 4).<sup>1</sup>

Podemos aproximar esse conceito de história da intenção de “ressurreição integral da vida” dos homens do passado, de Jules Michelet: “Ainda mais complicado, mais assustador era meu problema colocado como *ressurreição integral da vida*, não em suas superfícies, mas em seus organismos profundos e interiores. Nenhum homem sábio o teria imaginado. Felizmente, eu não tinha” (MICHELET 1981, p. 16).<sup>2</sup>

Por seu lado, Herculano comparava a história a uma “coluna polígona de mármore” que o historiador deve contemplar de múltiplos ângulos:

A história pode comparar-se a uma coluna polígona de mármore. Quem quiser examiná-la deve andar ao redor dela, contemplá-la em todas as suas faces. O que entre nós se tem feito, com honrosas exceções, é olhar para um dos lados, contar-lhe os veios da pedra, medir-lhe a altura por palmos, polegadas e linhas (HERCULANO 1842, p. 220).

420

Mas, em 1840, antes de se abalancar na produção da sua *História de Portugal* (1846-1853), Herculano reconhecia que, em certas condições, o romancista podia ser “mais verídico do que o historiador” na sua aproximação ao passado, pois estaria mais familiarizado do que ele em estabelecer um paralelismo entre os sentimentos e o “gênio do povo”. Que condições eram essas? A seu ver, quando as fontes disponíveis permitiam conhecer o caráter nacional e individual, conhecer a “história íntima dos homens que já não são”, a novela podia perscrutar melhor do que a história. Herculano apontava bons exemplos disso: Walter Scott, Victor Hugo, Alfred de Vigny (note-se que este último tinha

<sup>1</sup> No original: “The perfect historian is he in whose work the character and spirit of an age is exhibited in miniature. He relates no fact, he attributes no expression to his character, which is not authenticated by sufficient testimony. But by judicious selection, rejection, and arrangement, *he gives to truth those attractions which have been usurped by fiction*. In his narrative a due subordination is observed; some transactions are prominent, others retire. But the scale on which he represents them is increased or diminished, not according to the dignity of the persons concerned in them, but according to the degree in which they elucidate the condition of society and the nature of man. *He shows us the court, the camp, and the senate. But he shows us also the nation*. He considers no anecdote, no peculiarity of manner, no familiar saying, as too insignificant for his notice, which is not too insignificant to illustrate the operation of laws, of religion, and of education, and to mark the progress of the human mind. Men will not merely be described, but will be made intimately known to us. The changes of manners will be indicated, not merely by a few general phrases, or a few extracts from statistical documents, but by appropriate images presented in every line”.

<sup>2</sup> No original: “Plus compliqué encore, plus effrayant était mon problème posé comme *résurrection de la vie intégrale*, non pas dans ses surfaces, mais dans ses organismes intérieurs et profonds. Nul homme sage n’y eût songé. Par bonheur, je ne l’étais pas”.

bem a noção de que a história não penetrava na intimidade do humano). E afirmava, convicto, que, a esse respeito, a novela “conta mais verdades do que boa meia-dúzia de bons historiadores” (HERCULANO 1840, p. 243-244). Em qualquer dos casos, quer em Macaulay, quer em Michelet, quer em Herculano, há uma intenção de alcançar uma história totalizante que represente a vida no seu todo – sem esquecer a sua dimensão íntima.

Como compreender a posição de Herculano, ele que, poucos anos depois, com a sua *História de Portugal*, contribuiria como ninguém para legitimar a história como disciplina científica autônoma no seu país? Em primeiro lugar, há que lembrar que o maior historiador português do século XIX começou por ser jornalista e novelista histórico, decerto com duas grandes preocupações: a de alargar a instrução popular e o conhecimento do passado nacional. No seu conceito de novela histórica já se encontrava a noção de veracidade – o fundo real dos factos representados literariamente; ou, melhor, de verossimilhança. À intencionalidade vivencial e de verossimilhança acrescentava-se uma preocupação de autenticidade.<sup>3</sup> Em segundo lugar, as reações públicas que suscitou a publicação do primeiro volume de *História de Portugal*, sobretudo do lado de um clero conservador, muito centradas na omissão da tradição providencialista do milagre de Ourique como momento de fundação da independência e também no mito da identidade entre portugueses e lusitanos, levaram o historiador a desenvolver uma crítica sistemática à “história fabulosa” – ou seja, a uma história mítica que não diferenciava mito e história –, contribuindo, assim, decisivamente, para a autonomização da história em relação à literatura.

Na novela histórica que se generaliza na primeira metade do séc. XIX há uma intenção de representar e fazer reviver o passado, inventariando ações humanas, caracterizando caracteres, descrevendo ambientes. Trata-se de uma tarefa nada fácil, sobretudo quando se considera que os tempos que se procurava fazer reviver eram tão distantes e tão diversos – a Idade Média. Mas com romancistas como Balzac ou Stendhal, o romance fez-se contemporâneo, dirigiu-se ao presente ou ao passado próximo, num campo de observação alargado em que se multiplicavam horizontes.

No caso de *Le rouge et le noir* (1830), para a elaboração do romance Stendhal inspirou-se em factos reais relatados (o processo Berthet), dando à obra o um subtítulo significativo: “Chronique de 1830”. É sensível a sua preocupação de traçar um quadro da sociedade e dos costumes políticos do seu tempo. Não por acaso, a ação desenvolve-se em três espaços: uma pequena cidade de província em França (Verrières), uma cidade de média dimensão (Besançon) e a capital do país – Paris. Se é evidente que a representação romanesca leva o autor a mergulhar na complexa psicologia das suas personagens e dos seus comportamentos – acima de tudo nos casos de Julien Sorel ou de Mme. de Rênal –, também é verdade que há em Stendhal uma intenção de representação do real que ele próprio teoriza:

421

<sup>3</sup> Tenha-se, contudo, bem presente a distinção que remonta à Antiguidade entre o “real” – do lado da história – e o verossímil – que remete para “a ordem da narrativa (da imitação ou ‘poesia’)” (BARTHES 1987, p. 135-136).

um romance é um espelho que caminha sobre uma grande estrada. Ora ele reflete a nossos olhos o azul dos céus, ora a lama dos lamaçais da estrada. E o homem que carrega o espelho em sua cesta será por vós acusado de ser imortal. Seu espelho mostra a lama, e vocês acusam o espelho (STENDHAL 1991, p. 254).<sup>4</sup>

Julien Sorel, filho de um carpinteiro, excluído da alta sociedade, preceptor de uma família aristocrática, vive clandestinamente o seu amor pela patroa e a sua admiração por Napoleão na França conservadora da Restauração. É herói e anti-herói. O seu percurso é sinuoso, entre o amor e a ambição de ascensão social e de poder. Verdade e ficção estão indissolúvelmente ligadas. É penetrando na subjectividade das suas personagens que Stendhal representa o real. Napoleão, mito secreto de Julien, encarna afinal todo o sonho possível.

Compreende-se assim a capacidade que um grande romancista tem de representar o ausente de um modo mais verossímil do que o historiador poderia fazê-lo. A atenção aos “detalhes, às incertezas, ao aleatório” (HARTOG 2013, p. 178), contribuem decisivamente para esse efeito. Como notou Roland Barthes, com a modernidade emergiu um novo verossímil que foi o realismo, no sentido de “todo o discurso que aceita enunciações creditadas unicamente pelo referente”. É certo que a história dotada de uma intenção de captar o “real” de um modo objectivo – a par de outros instrumentos de autenticação como a fotografia, exposições de antiguidades ou culto de lugares de memória – precedeu o realismo na literatura (BARTHES 1987, p. 136). Mas, como podia (ou pode) o historiador penetrar na “história íntima dos homens que já não são” a que se referia Herculano, quando não há documentos que lhe forneçam sustentação? Se os comportamentos dos nossos contemporâneos, com quem convivemos, surpreendem-nos a cada dia para o bem e para o mal, se a comunicação entre amigos e entre amantes é tudo menos linear e transparente,<sup>5</sup> como admitir que a psicologia dos “homens que já não são” se torne diretamente acessível ao historiador? Na verdade, o perfil psicológico de alguém que viveu no passado é irredutível, só poderá oferecer-se ao historiador de um modo mediato, construído, pelos testemunhos que deixou ou pelos testemunhos coevos. E, mesmo assim, dificuldades intansponíveis permanecem. Isso levou o romancista António Lobo Antunes, numa crónica recente, a interrogar-se se “a única biografia possível de um artista não será a da sua obra, página a página, capítulo a capítulo. E a maneira de conhecer o biografado, estudar-lhe o trabalho, porque, ao fim e ao cabo, é o único sítio em que a pessoa está”. E, ainda assim, para escrever uma verdadeira biografia, conclui Lobo Antunes metaforicamente, só deixando “muitas páginas em branco. Todas as páginas em branco” (ANTUNES 2012, p. 13).

Pode perguntar-se: e as autobiografias e livros de memórias? Podem ser do maior interesse, sem dúvida. Por tudo o que lá está – e também por aquilo que lá não está, ou seja, pelos silêncios e esquecimentos. Um exemplo ilustrativo

<sup>4</sup> No original: “un roman est un miroir qui se promene sur une grande route. Tantot il reflète a nos yeux l’azur des cieux, tantot la fange des bourbiers de la route. Et l’homme qui porte le miroir dans sa hotte sera par vous accusé d’être immoral. Son miroir montre la fange, et vous accusez le miroir”.

<sup>5</sup> Para Niklas Luhmann (1999), é mesmo impossível aceder à totalidade do conhecimento do outro na sua plenitude.

disso é o recente e notável livro póstumo de memórias do poeta português António Gedeão, pseudônimo de Rómulo de Carvalho (1906-1997) (CARVALHO 2010) – excelente fonte para uma aproximação ao modo como se vivia num meio de classe média na Lisboa dos anos 1920 e 1930 – surpreende a ausência de referências a acontecimentos internacionais que marcaram a época vivida pelo autor: a Guerra Civil de Espanha, a II Guerra Mundial. Em contrapartida, há muitas e detalhadas páginas dedicadas à família, a surpreendentes vivências de uma família de classe média, às relações entre o autor e os seus pares, entre o autor e os editores. Nesse terreno, é um livro muito revelador de pequenas misérias, mas também de grandezas humanas. Ainda Lobo Antunes diz que se, por hipótese, escrevesse a sua autobiografia, “não publicava a biografia de António Lobo Antunes nenhum, publicava a minha noção dele, dado que aquilo que somos, para nós mesmos, não passa da fantasia do que somos”, já que “a vida é um jogo de espectros sinceros” (ANTUNES 2012, p. 12).

Poder-se-á, pois, admitir que num livro de ficção um autor se revela mais do que num livro de memórias ou num diário – como sugeriu um dia um outro romancista português do século XX, Vergílio Ferreira. Creio que sim, se pensarmos que, num romance, a pluralidade de vozes torna mais fácil a expressão da intimidade, daquilo que num registo autobiográfico tende a ser mais facilmente autocensurado ou ocultado. O romance exprime a imaginação moral multiplicando experiências de vida e experiências vividas.

E a historiografia? Consegue dar vida às personalidades que retrata? Direi que com maior dificuldade, pois, como sabemos, os historiadores preocupam-se sobretudo com a veracidade. E ela tem os seus limites. Há sempre zonas obscuras e não esclarecidas na vida dos nossos antepassados. Como observou o historiador catalão Jordi Canal numa recente conferência em Lisboa, os historiadores tendem a ver as pessoas do passado de um modo mais lógico. Sem os constrangimentos da fundamentação e da verdade, os romancistas podem dar largas à imaginação, podem multiplicar as vidas – como um compositor num concerto multiplica sons. Nesse sentido, a multiplicidade de pontos de vista que encontramos num grande romance (incluindo o do narrador) pode ser vista como uma polifonia. E os próprios parâmetros éticos e de verdade são móveis. Onde está o bem e o mal em *Crime e castigo* de Dostoievsky? Ou na vida do estudante Rastignac, personagem principal de *Le père Goriot*, de Balzac? Este é um exercício evidentemente vedado ao historiador profissional dos nossos dias.

Ora, com o chamado *linguistic turn*, esbateram-se as fronteiras entre história e literatura, o que suscitou um debate muito frutuoso. A voga do estruturalismo levou a uma aproximação entre história e linguística – como, aliás, já se haviam verificado aproximações com outras ciências humanas. Um exemplo disso são os trabalhos de Régine Robin (ROBIN 1973). Admitia-se que toda a “realidade histórica” era mediatizada pelo discurso e, mais, que a história se reduzia à dimensão discursiva. Roland Barthes chegou a afirmar que “o discurso histórico é essencialmente elaboração ideológica ou, para sermos mais precisos, imaginária” (BARTHES 1987, p. 128). Só os discursos pareciam interessar na sua imanência, na sua autonomia. Desvalorizavam-se os autores

(FOUCAULT 1970). Um século depois do pico de voga do cientismo, o discurso da história voltava a aproximar-se – agora em novos termos – dos discursos da literatura. Os trabalhos de Hayden White (WHITE 1992) e de Paul Veyne (VEYNE 1983) para tanto contribuiriam decisivamente. White valorizava as estratégias linguísticas na estruturação e legitimação das diversas interpretações da história. Se é certo que negava à história um estatuto científico, não deve esquecer-se que estava bem consciente da distinção entre história e novela (WHITE 1992, p. 17). Por seu lado, Paul Veyne afirmava que a história é “romance verdadeiro” e também lhe recusava o estatuto de ciência. E no final dessa década de 1970, quando tanto mudou na vida da humanidade, Lawrence Stone procurava explicar a revalorização da dimensão narrativa da história a partir da influência da antropologia, da história intelectual e do interesse pelas estruturas mentais, sem esquecer a intenção de tornar a historiografia mais acessível ao público (STONE 1986). Em todas essas reflexões estava em causa a própria natureza da escrita da história e o estatuto da disciplina.

Outros iam bem mais longe, questionando a própria “realidade histórica”: tudo em história tendia a reduzir-se a representações – re(a)presentações de ausências. A realidade parecia deixar de existir fora da linguagem. Esquecia-se que as representações não são produzidas fora dos seus contextos e que o conhecimento desses contextos e dos seus autores é relevante. Como compreender, por exemplo, o complexo fenômeno da emigração europeia para as Américas sem ter em conta os problemas demográficos, econômicos e sociais das sociedades de origem, as motivações e expectativas de futuro dos emigrantes, as características das sociedades de destino e as suas necessidades – entre outros factores? Ou como compreender a prática da escravatura no espaço atlântico dos tempos modernos se nos ativermos apenas ao plano dos discursos – tanto mais que eles se limitam, majoritariamente, aos testemunhos dos senhores de escravos?

424

A reação ao *linguistic turn* não se fez esperar. O seu balanço crítico já foi empreendido (NOIRIEL 2005, p. 154-176; SPIEGEL 2009; DELACROIX 2011). Não voltarei a ele. Importa, sim, notar que, recentemente, diversos historiadores têm sublinhado as diferenças irreduzíveis entre os dois géneros – história e literatura – tendo em conta a fundamentação do primeiro na investigação científica (NORA 2011, p. 7). Noutra ângulo de abordagem, outros notam a incerteza de fronteiras e os diferentes pactos que esses géneros diversos estabelecem com os seus leitores, sem esquecer o quanto a história pode contribuir para a imaginação literária e, por outro lado, o quanto essa última pode fazer notar aos historiadores a dimensão da contingência e do acaso (OZOUF 2011, p. 18-24).

A história ajuda a compreender os problemas humanos do passado – e até do presente. Mas não deve preocupar-se em julgar os homens. O que menos interessa é o juízo de valor e a adjetivação, em que são tão férteis alguns historiadores. Esses exercícios, entre muitos outros, claro está, não estão vedados ao ficcionista e ao memorialista. Toda a história é narrativa. Quer isso dizer que se possa limitar a uma dimensão narrativa? De modo algum. Sempre haverá múltiplas historiografias. Mas será sempre desejável uma história reflexiva e problematizante, que rasgue novos horizontes de compreensão da experiência humana.

**Referências bibliográficas**

- BARTHES, Roland. O efeito de real. In: \_\_\_\_\_. **O rumor da língua**. Lisboa: Edições 70, 1987 [1968], p. 131-136.
- BELO, Ruy. Outono. In: \_\_\_\_\_. **Homem de palavras**. Obra poética. Lisboa: Presença, 1980.
- BUÑUEL, Luis. **O meu último suspiro**. Lisboa: Distri Editora, 1983.
- CARVALHO, Rómulo de. **Memórias**. Lisboa: FCG, 2010.
- CATROGA, Fernando. **Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história**. 2ª edição. Coimbra: Almedina, 2011.
- CERTEAU, Michel de. **L'écriture de l'histoire**. Paris: Gallimard, 1975.
- CHARTIER, Roger. **Au bord de la falaise: l'histoire entre certitudes et inquiétude**. Paris: Albin Michel, 2009.
- DELACROIX, C. Linguistic turn. In: DELACROIX, C. et al. (dir.). **Historiographies I: concepts et débats**. Paris: Gallimard, 2010. p. 476-490.
- FOUCAULT, Michel. **L'ordre du discours**. Paris: Gallimard, 1971.
- GIL, José. **Portugal, hoje: o medo de existir**. 5ª edição. Lisboa: Relógio de Água, 2005.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. Da dificuldade de pensar o nosso tempo. In: \_\_\_\_\_. **Estudos e ensaios**. V. I. Lisboa: João Sá da Costa, 2009, p. 25-76.
- HARTOG, François. **Regimes d'historicité: présentisme et expériences du temps**. Paris: Seuil, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Croire en l'histoire**. Paris: Flammarion, 2013.
- HERCULANO, Alexandre. Moral. Velhice. **O Panorama**, v. 4, p. 243-244, 1840.
- \_\_\_\_\_. Cartas sobre a História de Portugal. In: \_\_\_\_\_. **Opúsculos IV**. Lisboa: Ed. Presença, 1985 [1842], p. 189-239.
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (eds.). **The Invention of Tradition**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- JASPERS, Karl. **La situation spirituelle de notre époque**. Paris-Louvaina: D. De Brouwer/E.Nauwelaerts, 1953.
- KOSELLECK, Reinhart. **Le futur passé: contribution à la sémantique des temps historiques**. Paris: EHESS, 1990.
- JUDT, Tony. **O século XX esquecido: lugares e memórias**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Pós-Guerra: história da Europa desde 1945**. Lisboa: Presença, 2010 [2005].
- LACAPRA, Dominick. **Historia y memoria después de Auschwitz**. Buenos Aires: Prometeo, 2008.

- LE GOFF, Jacques. História. In: \_\_\_\_\_. **Enciclopédia Einaudi**. V. I: Memória-História. Lisboa: INCM, 1984.
- LUHMANN, Niklas. **A improbabilidade da comunicação**. Lisboa: Vega, 1999.
- MACAULAY. **The Task of the Modern Historian**. Disponível em: <http://www.blupete.com/Literature/Essays/Best/MacaulayModHis>. Acesso em: 4 dez. 2013.
- MICHELET, Jules. **Histoire de France: le Moyen Âge**. Apresentação de Claude Mettra. Paris: R. Laffont, 1981 [1869].
- NOIRIEL, Gérard. **Sur la "crise" de l'histoire**. Paris: Gallimard, 2005.
- NORA, Pierre. Mémoire collective. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques (dir.). **La Nouvelle Histoire**. Paris: CEPL, 1978, p. 298-401.
- \_\_\_\_\_. Entre mémoire et histoire. La problématique des lieux. In: \_\_\_\_\_. **Les lieux de la mémoire**. V. I. Paris: Gallimard, 1984, p. XVII-XLII.
- \_\_\_\_\_. Histoire et roman: où passent les frontières? **Le Débat**, n. 165, p. 6-12, 2011.
- OZOUF, Mona. Récit des romanciers, récit des historiens. **Le Débat**, n. 165, p. 13-25, 2011.
- PESSOA, Fernando. O caso mental português [1932]. In: SENA, Jorge de (ed.). **Páginas de doutrina e estética**. 2ª edição. Lisboa: Editorial Inquérito, [1946], p. 143-153.
- POMIAN, K. **Sobre la historia**. Madrid: Cátedra, 2007.
- RICOEUR, Paul. **La mémoire, l'histoire, l'oubli**. Paris: Seuil, 2000.
- ROBIN, Régine. **Histoire et Linguistique**. Paris: Armand Colin, 1973.
- SANFELIPPO, Luis El trauma en la historia. Razones y problemas de una importación conceptual. **Pasajes**. Valencia, n. 40, p. 24-37, 2012-2013.
- SPIEGEL, Gabrielle M. The Task of the Historian. **The American Historical Review**, n. 114, p. 1-15, 2009.
- STENDHAL. **Le Rouge et le Noir**. Paris: Gallimard, 1991 [1830].
- STONE, Lawrence. El resurgimiento de la narrativa: reflexiones acerca de una nueva y vieja historia. In: \_\_\_\_\_. **El pasado y el presente**. México: Fondo de Cultura Económica, 1986 [1979], p. 95-120.
- TRAVERSO, Enzo. **Le passé, modes d'emploi**.: histoire, mémoire, politique. Paris: La Fabrique Ed., 2005.
- VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Lisboa: Edições 70, 1983 [1971].
- WHITE, Hayden. **Metahistoria**: la imaginación histórica en la Europa del siglo XIX. México: Fondo de Cultura Económica, 1992 [1973].

# History, Memory and Fiction: What Boundaries?

---

**Sérgio Campos Matos**

sergiocamposmatos@gmail.com  
Associate Professor with Aggregation  
Universidade de Lisboa  
Alameda da Universidade  
1600-214 - Lisbon  
Portugal

---

## Abstract

20<sup>th</sup> century sociologists and historians established a clear distinction between history and memory. But in the last decades our attention has been called to what exists in common between these two fields that do not always coincide. In this article, I intend to problematize the complex relationship between history and memory: the critical demands of history writing and the register of the various memories (individual memory, collective memory), also equating the relationship between memory and -forgetfulness. And what about history? What distinguishes it from fiction? To what extent are memories permeable to imagination? We all fictionalize our past. Could we reduce the writing of history to a narrative dimension?

## Keywords

History; Memory; Fiction.

427

---

Received in: 12/6/2013

Approved in: 7/1/2014

## History and Memory

In the last decades the concept of memory has proliferated extraordinarily. It became trivialized and even turned into a crutch in scientific language and in ordinary speech. How to explain trivialization (but also revaluation) of memory that goes back to the 70s and 80s? It was around that time that evident signs of crisis emerged in the bipolar international system. It was a crisis (1973) and expansion of capitalism on a global scale, but also of what was called state socialism in Eastern Europe and the USSR.

Meanwhile, in the western world a neo-liberal theory was stated that spread the much purported conviction, according to which the market self-regulates, dismissing the restraining state intervention and sacrificing solidarity and social justice. Globalization gained new technological outlines - the era of affordable computing for the masses - and profoundly changed the experience of people. The notions of time and space have become deeply altered. Migration and immigration movements increased; the phenomena of uprooting and dissolution of ties grew in traditional societies. New memory supports have become common but have revealed their capacity of being a menace to the memory of minority human groups - such as rural communities that have become unpopulated. Koselleck alluded to the unprecedented acceleration of the modernity experience, acceleration of time, rupture with the past, rupture with the field of experience, with deep effects in the political and social vocabulary at the end of the 18<sup>th</sup> and beginning of the 19<sup>th</sup> centuries (KOSELLECK 1990). Keep in mind, moreover, that Karl Jaspers, a few decades ago, had already considered a new kind of historical consciousness from the time of the liberal revolutions: since the French Revolution, modern man began viewing his time as opposed to other times, generalizing the feeling of rupture with earlier times (JASPERS 1953, p. 10-24).

428

The narrowing of the idea of future and, specially, of the teleological narratives of history, is expressed into a reflux on the present - presentism (HARTOG 2003). The world threats - financial crisis, pollution, global warming, famines, epidemics, drug dealing - and the apocalyptic mentality associated to them, contribute decisively for this centralism of the present. Even for this same reason, the knowledge of the past continues to be indispensable to question the complexity and difficulty of understanding our time. And perhaps, never as much as today the search of historical memory, of collective and individual memories, is so evident. We live a vertiginous time at the rhythm of technological innovation and excess of instantaneous information that began spreading by the end of the 20<sup>th</sup> Century. It is true that the awareness of time acceleration is much lower and has remained well documented in the artistic experimentalism of modern vanguard, from cubism and futurism, at the beginning of this troubled century. But nowadays, when in Eastern Europe the peasants are gone and the rural world became empty, the feeling and the consciousness of that acceleration are much more generalized.

It is true that the places of memory and the rituals of memory have multiplied as never before - everything becomes patrimony, from natural places

to the old dead factories, from the ruins and their illusion of eternity to the experimentalism of artistic installations, without forgetting the multiplication of museums, monuments, memorials, archives – everything is commemorated. Memory has become an object of mass consumption. But it is also not less obvious that the non places referred to by Marc Augé have invaded our lives – motorways, apart-hotels, airports, hospitals and clinics that resemble offices, universities that resemble hospitals, restaurants reminiscent of offices. And the places of trauma – battle fields, prisons, concentration camps – are the object of renewed attention. Trauma translates itself as a break in memory (LACAPRA 2008, p. 22), producing amnesia, difficulty in verbalizing experience. What also entangles a break This also implies a break in the representations of a past that does not pass and does not cease to re-enroll in the present, “it returns the memory and the recounting, repetitive and incessant, of the dead” (SANFELIPPO 2013, p. 29).

In all this we can perceive one of the paradoxes of our time, divided between the almost obsessive culture of memory and, on the other hand, an accelerated culture of forgetfulness – the accelerated amnesia. Tony Judt already noticed this contrast at the beginning of the new millennia (JUDT 2009; 2010). And the philosopher Jose Gil applied to the Portuguese case the concept of “non-inscription”, this is the immediate forgetting of what happens in the present (GIL 2005, p. 15-18). Perhaps never as today the dead are forgotten and death is withdrawn from the frenzy of life. But the past always erupts in the present. As stated by Auguste Comte, the dead govern the living.

Hence, it can be asked, how do history and memory relate? What differences are there between the registries of history proper and the registries of memory? It is, after all, a question of limits. Michel de Certeau considered this problem of limits – that is to say: the differentiation, the alterity, the relation with other discourses – central to historical science (CERTEAU 1975, p. 64-69). In the 20<sup>th</sup> Century French sociology, from Durkheim to Maurice Halbwachs, the difference between history and memory was stressed. Maurice Halbwachs established a clear distinction between *collective memories* and *historical memory*. Collective memories would cover, in a very broad sense, what is left of the past in the experience lived by human communities, urban or rural communities, ethnic groups, professions, etc. Historical memory would be the product of a historiographical tradition constructed by historians, out of lived time (but would it be this way really?). Pierre Nora accepted this distinction (NORA 1978), characterizing collective memory as “globalizing and without boundaries”, “fluid” but divided. On one hand, historical memory would be “analytical and critical”, “precise and different”, relieving us from the exercise of reason and unifying. Nonetheless, Nora warned that, during a long time, history and memory had more or less become confused, constituting that “tradition of memory” (NORA 1984, p. XXII). On the other hand, Jacques Le Goff was able to distinguish, in very definitive and watertight terms, two histories: the one belonging to collective memory (“essentially mythical, deformed, anachronic”, constituting “the lived”) and that of the historians, where this latter history should “clarify”

and “rectify” the former (LE GOFF 1984, p. 166). He recognized, however, that history became much more exposed to the pressure of collective memories (LE GOFF 1984, p. 44): it is the case of life experiences in dictatorial regimes or, of the Holocaust.

As a matter of fact, since the 1980’s, and in particular in the papers gathered in *The invention of tradition* (HOBSBAWM; RANGER 1983) and in *Les lieux de la memoire* (NORA 1984), multiple forms of expression of memory became the object of historians attention – of course, we could go back to the works of Aby Warburg, of Maurice Halbwachs, and of Frances Yates, who have not had an immediate impact, comparable to those works of the 80’s yet. Also the history of history was cultivated as never before. And this movement contributed to reposition, the relationship between history and memory.

One could phrase the question from the differences and similarities between the two terms. Patrick Lacapra formulated the problem well: “memory is simultaneously, more or less what history is and vice-versa. History might not ever capture some elements of memory: the feeling of an experience, the intensity of happiness or of suffering” (LACAPRA 2008, p. 34). As we shall see, liberal and romantic historians were already aware of this difference – the novelist is able to capture what the historian is hardly able to do: the feeling, the imagination. On its side, history tests the memory, insofar as it constitutes a critical discourse that is based on requirements of documentary evidence and heuristic and hermeneutic rigor. It involves a relationship with alterity but it is also an exercise in taking distance in relation to the objects of study, in relation to each other. Does this mean it cannot involve empathy with the object? Certainly not. But within the limits of a certain caution and critical vigilance. If enthusiasm and even passion in the study of the past can favor the historian and the quality of his work, truth be said that, if the feelings are not controlled, he might fall into the practice of the courthouse history (in the famous words of Lucien Febvre), who feeds on value judgments decrying or, rather, weaving apologies. There are well known cases in which the feeling of patriotic loyalty deformed the reading of the past of nations and compromised historical rigueur.

Keeping a distance, the same is valid for poetic creation. The live expression of feeling, not mediatized by an intense intellectual and formal work, can compromise artistic quality. As Ruy Belo stated in one of his poems, “I do not usually as a rule say what I feel / but I take advantage of what I feel to say anything” (BELO 1980, p. 161). And Portuguese poets such as Fernando Pessoa, Jorge de Sena or António Gedeão, did they not call attention to the relevance of intellectual work in literary creation? In 1932, Pessoa criticized the Portuguese writers and artists for limiting themselves to voice simple emotions “without the aid of intelligence or culture”. He criticized them for their absence of “coordination for intellectual will of the elements supplied by emotion” (PESSOA [1946], p. 152).

Memory prolongs the past in the present but, as opposed to history, it is affective and magical” (TRAVERSO 2005, p. 28). It is next to experience lived – in this sense it is always partial, linked to the data of feelings, to imagination

and even to dreams (POMIAN 2007, p. 176). As the great Spanish film-maker Luis Buñuel admitted in the remarkable memoir he dictated to his friend Jean-Claude Carrière: "Memory is permanently invaded by the imagination and dreams" (BUÑUEL 1983, p. 9). Buñuel added:

If I was told: you have twenty years of life left, what do you want to do with the twenty four hours of each of those days you are going to live? He answered: give me two hours of active life and twenty two hours of dreams, with the condition I can remember them – *because dreams only exist through memory, that caresses them* (BUÑUEL 1983, p. 100).

And he refers to, as an example, one of the recurring dreams he had throughout his life, that of his return to his childhood house in Calanda (Aragon), where the apparition of his father's ghost, the night of his wake, after his death, repeated itself.

Individual memories – and collective memories – are always selective. We have all had that banal experience: we remember episodes we shared with friends or family which they have forgotten. Or vice-versa: they remember things we have forgotten. History is also selective – it is the result of choices, conscious or unconscious. We choose a subject, a question, a point of view – a view from a certain point. Why do we become interested in a certain subject and not in another? As Pomian recalls, history is selective in a different way to that of memory and selective in a controlled way: the historian chooses the problem, the method to which he will appeal (POMIAN 2007, p. 214). But the historian works with memories – transmitted orally, in writing, manifest or latent in the various vestiges left by men and women of the past. In this sense, he is a debtor to memory. On the other hand, he should not forget that those memories are sources, documents, that to effectively be so, need to be submitted to a critical questionnaire. As the Portuguese historian Vitorino Magalhães Godinho recalled, they are only sources if they are built and worked on by the historian (GODINHO 2009). This involves making an effort that involves critical distancing, decentring.

More recently, Fernando Catroga has highlighted the closer relationship between retrospective memory and retrospective historiography. In his view there are characteristics of memory that are also present in historiographical work: finalism, presentism, verisimilitude and representation. And resuming the reflections of Michel de Certeau, who approaches the writing of history to the cult of the dead – history as a "gesture of burial", comparable to the domestication of the dead and the language of cemeteries (CATROGA 2011, p. 34). It is a fact that both, history as memory, deal with absence, refer to absent objects. In both there are silences and repressions. But the work of the historian has cognitive and authenticity demands, limits that, obviously, are not present in the working of memory. Not being incompatible, memory and history however, live a creative tension relationship. Still, I do not believe, as Gerard Noiriel, that all written disclosures fall within the category of memory writings (NOIRIEL 2005, p. 340) – there is a vulgarization produced by experts who maintain the requirements of historical criticism.

On the other hand, based on Paul Ricoeur, Roger Chartier systematized the differences between history and memory: 1) the distinction between testimony and document; 2) the difference between the immediate character of reminiscence and the construction character of historical explanation; 3) the distance between the fidelity (or not) of memory and the truthful intention of history (CHARTIER 2009, p. 353-355), that has been underlined by so many historians.

As it has been suggested, memory is often commanded by affection and unexpected associations. The plain recollection – Aristoteles’ *mneme* – is in every case very different from *anamnésis* (*rappel, remémoration*), active search that is the result of a voluntary effort. Memories can be more permeable to imagination. As Paul Ricoeur noted, there is a memory that imagines, linked to dreams, as an abstraction of the present action, linked to the useless (RICOEUR 2000). We could give numerous examples of autobiographical texts of great writers and even historians who, in some way, idealized or reinvented their past. The enigma of the presence of the absent, as the French philosopher noticed, is something in common to imagination and to memory (RICOEUR 2000, p. 3). As a matter of fact, memory still is, to a large extent, a mystery. As the talent of artists is a mystery.

### **Memory and Fiction**

It is here that it is interesting to establish a relationship between memory and fiction. A Portuguese novelist of the 20<sup>th</sup> Century, Vergílio Ferreira, suggested that somebody’s longings are our longings. In this way, he underlined the intimate relationship between the self and the others in the actual construction of individual identity and memory. Between the individual memory and the collective memory there is an intermediate level where affections have great relevance, in which a relationship is established between the memories lived by individuals and the public memory of communities – the level of the relationship with those near us, with those who approve of us (RICOEUR 2000, p. 161).

A key question can be formulated: how to represent the past – that is to say, the absent? What can there be in common, in this respect, the records of history, of literature, of memory? History, memory and fiction represent absences in different ways.

In this sense, much earlier than the so called *linguistic turn*, romantic historians made very interesting contributions. And, nonetheless, they are many times forgotten. Let us take three examples. One of them is of the Englishman Macaulay, one of the harbingers of what would become known by the *wigh paradigm* – the model of liberal historiography in Great Britain. In 1828, Macaulay wrote a theoretical text about history writing, in which he raises a central problem: should the way of reconstituting the past that the historian adopts resemble the romance mode? If the author of the *History of England* (1848-1855) showed himself very critical in relation to rationalist philosophies of the 18<sup>th</sup> Century history, he did not stop outlining the “imaginary” concept of a history attentive to detail, to the singular but also to the collective, the part and the whole:

The perfect historian is he in whose work the character and spirit of an age is exhibited in miniature. He relates no fact, he attributes no expression to his character, which is not authenticated by sufficient testimony. But by judicious selection, rejection, and arrangement, *he gives to truth those attractions which have been usurped by fiction*. In his narrative a due subordination is observed; some transactions are prominent, others retire. But the scale on which he represents them is increased or diminished, not according to the dignity of the persons concerned in them, but according to the degree in which they elucidate the condition of society and the nature of man. *He shows us the court, the camp, and the senate. But he shows us also the nation*. He considers no anecdote, no peculiarity of manner, no familiar saying, as too insignificant for his notice, which is not too insignificant to illustrate the operation of laws, of religion, and of education, and to mark the progress of the human mind. Men will not merely be described, but will be made intimately known to us. The changes of manners will be indicated, not merely by a few general phrases, or a few extracts from statistical documents, but by appropriate images presented in every line (MACAULAY 1828, p. 4).

We can approximate this concept to that of Jules Michelet's history of intention: "*full resurrection of life*" of men of the past: "More complicated still, more frightening was my problem, placed as "*full resurrection of life*", not on its surfaces but in its deep organisms and interiors. No wise man would have imagined it. Fortunately I had not" (MICHELET 1981, p. 16).<sup>1</sup>

On his side, Herculano compared history to a "polygonal marble column" that the historian must contemplate from various angles.

History can be compared to a polygonal marble column. Whoever wishes to examine it, must walk around it, contemplate all its faces. What has been done among us, with honorable exceptions, is to look one way, count the grain of the stone, and measure its height in hand-spans, inches and lines (HERCULANO 1842, p. 220).

433

But in 1840, before embarking on the production of his *History of Portugal* (1846-53), Herculano recognized that, under certain conditions, a novelist "could be more veridical than the historian" in his approach to the past since he would be more conversant than the historian in establishing a parallelism between feelings and the "genius of the people". What conditions were these? In his view, when the available sources allowed knowing the national and individual character, to know "the intimate story of men who are no longer" the novel could scrutinize better than history. There were good examples, Herculano noted: Walter Scott, Victor Hugo, Alfred de Vigny (note that this last author had a good notion that history did not penetrate in the intimacy of what is human). And he stated, convinced that, in this respect, the novel "tells more truths than a good half-dozen good historians" (HERCULANO 1840, p. 243-244). In any case, in Macaulay, as well as in Michelet or in Herculano, there is the intention of achieving a totalizing history that represents life as a whole - without forgetting its intimate dimension.

<sup>1</sup> In the original: "Plus compliqué encore, plus effrayant était mon problème posé comme *réssurrection de la vie intégrale*, non pas dans ses surfaces, mais dans ses organismes intérieurs et profonds. Nul homme sage n'y eût songé. Par bonheur, je ne l'étais pas".

How to understand Herculano's position, he who, a few years later, with his *History of Portugal*, contributed as no-one to legitimate history as an autonomous scientific discipline in his country? In the first place it should be remembered that the greatest Portuguese historian of the 19<sup>th</sup> Century began his career as a historical journalist and novelist. In fact, with two great concerns: to broaden popular education and knowledge of the national past. In his concept of historical novel there already was the notion of veracity – the real depth of the facts presented as literature. Or rather verisimilitude. To the intentionality of experience and of verisimilitude, he added the worry of authenticity.<sup>2</sup> In the second place, the public reactions raised by the publication of the first volume of his *History of Portugal*, mainly from the conservative clergy, very much centered in the omission of the providential tradition of the miracle of Ourique as the moment of the foundation of independence and also the myth of the identity between Portuguese and Lucitanians, led the author to develop a systematic criticism towards "fabulous history" – that is to say, a mythical history that did not differentiate myth and history –, contributing in this way decisively to the empowerment of history in relation to literature.

The historical novel that was generalized in the first half of the 19<sup>th</sup> Century has the intention of representing and making the past be relived, inventorying human actions, characterizing characters, describing environments. Not an easy task, above all when the times which were sought to be revived were so distant and so diverse – the Middle Ages. But with novelists as Balzac or Stendhal, the novel became contemporary, addressed the present or the near past, in a wide observation field, in which horizons multiplied.

434

In the case of *Le rouge et le noir* (1830), Stendhal was inspired by and drew upon true facts reported – the Berthet trial – giving the work a significant sub-title: "Chronicle of 1830". It is sensitive to his concern of drawing a picture of society and the political habits of his time. Not by chance, the action takes place in three stages: a small provincial town in France (Verrières), a middle sized city (Besançon) and the capital city of the country – Paris. Although it is evident that the novelistic representation leads the Author to dive in the complex psychology of his characters and their behaviors – above all in the cases of Julien Sorel or of Mme de Rênal –, it is also true that there is in Stendhal an intention of representation of the real, that he theorizes himself:

A novel is a mirror that walks on a big road. Now it reflects to our eyes the blue of the heavens, now the mud bogs of the road. And the man who carries the mirror in his basket will be accused by you of being immortal. His mirror shows the mud, and you accuse the mirror (STENDHAL 1991, p. 254).<sup>3</sup>

<sup>2</sup> "Keep in mind very clearly, the distinction, that goes back to antiquity, between what is "real" – on the side of history – and what is "likely" – which refers to the 'order of narrative' – (of imitation or 'poetry')" (BARTHES 1987, p. 135-136)

<sup>3</sup> In the original: "...un roman est un miroir qui se promène sur une grande route. Tantôt il reflète à nos yeux l'azur des cieux, tantôt la fange des bourbiers de la route. Et l'homme qui porte le miroir dans sa hotte sera par vous accusé d'être immoral. Son miroir montre la fange, et vous accusez le miroir".

Julien Sorel, the son of a carpenter, excluded from high society, tutor of an aristocratic family, lives clandestinely his love for his lady employer and his admiration for Napoleon in the conservative France of the Restoration. He is a hero and an anti-hero. His path is tortuous, between love and the ambition of social climbing and power. Truth and fiction are indissolubly linked. And through his entering in the subjectivity of his characters, Stendhal represents the real. Napoleon, Julien's secret myth embodies, after all, that all dreams are possible.

In this way, we understand the capacity a great novelist has, of representing the absent in a more credible way than a historian would be able to. The attention to "details, uncertainties, the aleatory" (HARTOG 2013, p. 178), contribute decisively to this effect. As Roland Barthes perceived, with modernity a new verisimilitude emerged that was realism, in the sense that "all discourse that accepts enunciation credited only by the referent". It is true that history is endowed with the intention of capturing the "real" in an objective way - alongside other authentication tools such as photography, exhibitions of antiques or worship of places of memory - preceded realism in literature (BARTHES 1987, p. 136). But how could (and can) the historian "penetrate the intimate history of men who are no more" to which Herculano referred to, when there are no documents to sustain him? If the behavior of our contemporaries, who we live with, surprises us every day, for good or for bad, if the communication between friends and lovers is anything but linear and transparent<sup>4</sup>, how can we admit that the psychology of "men who are no more" become directly accessible to the historian? In fact, the psychological profile of someone who lived in the past is irreducible, he will only be able to offer himself to the historian in a mediate way, built through the testimonies he left or through coeval testimonies. And even so, insurmountable difficulties remain. What led the novelist António Lobo Antunes, in a recent chronicle, to ask himself if "the only possible biography of an artist would not be that of his work, page by page, chapter by chapter? It is the way of knowing the biographee, study his work because, after all, it is the only place the person is in". And, even though, to write a real biography, concluded Lobo Antunes, metaphorically, "only leaving many blank pages. All pages blank" (ANTUNES 2012, p. 13).

It may be asked: and self-biographies and memoirs? They can be of major interest, no doubt. For all what is in them - and also for what is not in them, that is. For the silences and forgetfulness. An example: in the recent and notable posthumous book by the Portuguese poet António Gedeão, alias Rómulo de Carvalho (1906-1997) (CARVALHO 2010) - an excellent source for an approximation to the way how people lived in a middle-class environment in Lisbon in the 20s and 30s - the absence of references to international occurrences that marked the time lived by the author: the Spanish Civil War, the Second World War, is surprising. On the other hand, there are many detailed pages dedicated to the family, to the surprising experiences of a middle-class family,

<sup>4</sup> For Niklas Luhmann (1999) it is really impossible to access the total knowledge of another person in all its fullness.

the relationship between the author and his peers, between the author and the editors. In this field it is a very revealing book of small miseries but also of human greatness. Yet, Lobo Antunes says that, if by any chance, hypothetically, he wrote his autobiography, "I would not be publishing the autobiography of António Lobo Antunes, no, I would publish my notion of him, since that, what we are for ourselves, are no more than fantasies of what we are" since life "is a game of sincere phantoms" (ANTUNES 2012, p. 12).

It can be admitted, then, that in a book of fiction, an author reveals himself more than in a book of memoirs or a diary – as another 20<sup>th</sup> Century Portuguese novelist, Vergílio Ferreira, suggested on one occasion. I believe so, yes, if we think that in a novel the plurality of voices makes it easier to express intimateness, of that which, in an autobiographical record, tends to be easier to be self-censored or concealed. Novels express moral imagination, multiplying life experiences and experiences lived.

And does historiography manage to give life to the personalities it portrays? I would say that with more difficulty, since, as we know, historians are concerned primarily with truth. And this has its limits. There are always zones which are obscure and not clarified in the lives of our ancestors. As the Catalan historian Jordi Canal observed in a recent lecture in Lisbon: historians tend to see people of the past in a more logical manner. Without the constraints of grounding and of truth, novelists can give free rein to imagination, can multiply lives – as a composer, at a concert, can multiply sounds. In this sense, the multiplicity of viewpoints that we find in a great novel (including the narrator) can be seen as polyphony. And the ethical parameters themselves, and truth, are mobile. Where are good and evil in Dostoevsky's *Crime and punishment*? Or in the life of the student Rastignac, principal character of *Le père Goriot*, by Balzac? This is an exercise, which evidently, is forbidden to the professional historian of our age.

436

Now, with the so called *linguistic turn*, the boundaries between history and literature have become blurred, which has led to a very fruitful discussion. The vogue of structuralism led to a rapprochement between history and linguistics – as other approximations have been verified between other human sciences. An example of this is the work of Régine Robin (ROBIN 1973). It was admitted that all "historical reality" was mediatized by discourse. Moreover, that history is reduced to the discursive dimension. Roland Barthes even claimed that "the historical discourse is essentially ideological elaboration or, to be more precise, imaginary" (BARTHES 1987, p. 128). Only the discourses seemed to interest in their immanence, in their autonomy. The authors became devaluated (FOUCAULT 1970). A century after the peak of the scientific vogue, the historic discourse returned, moving closer – now in new terms – to the discourses of literature. The works of Hayden White (WHITE 1992) and of Paul Veyne (VEYNE 1983) contributed decisively to both. White valued the linguistic strategies in structuring and legitimating of the different interpretations of history. While it is true he denied history a scientific stature, it must not be forgotten that he was well aware of the distinction between history and novel (WHITE 1992, p. 17). On the other hand, Paul Veyne stated that history is "real novel" and also

denied it the stature of science. And at the end of the decade of 1970, in which so many things changed in the life of humanity, Lawrence Stone tried to explain the revaluation of the narrative dimension of history, starting from the influence of anthropology, of intellectual history and to the interest for mental structures, without forgetting the intention of rendering historiography more accessible to the public (STONE 1986). In all these reflections, the nature of the writing of history and the statute of the discipline, were involved.

Some went much further, questioning the very “historical reality”: everything in history tended to reduce itself to representations – re-representations of absences. The reality seemed to cease to exist out of the language. It was forgotten that representations are not produced out of their contexts and that the knowledge of these contexts and of their authors is relevant. How to understand, for instance, the complex phenomena of European immigration to the Americas, without taking into account the demographic, economic and social problems of the original societies, the motives and expectations of a better future of the immigrants, the characteristics of the destination societies and of their needs – among other issues? Or how to understand the practice of slavery in the Atlantic space of modern times if we only kept to the plane of discourse – more so, since most of them limit themselves to the testimonies of the slave owners?

The reaction to the *linguistic turn* was immediate. Its critical balance has already begun (NOIRIEL 2005, p. 154-176; SPIEGEL 2009; DELACROIX 2011). I will not go back to it. But it is important to notice that recently, several historians have underlined the irreducible differences between the genders – history and literature – taking into account the fundamentals of the former in scientific research (NORA 2011, p. 7). In another angle of approach, some notice the uncertainties of the boundaries and the different alliances that these diverse genders establish with their readers. Without forgetting how much history can contribute to literary imagination and, on the other hand, how much the latter can make historians perceive the dimension of contingency and chance (OZOUF 2011, p. 18-24).

History helps to understand the human problems of the past – and even those of the present. But must not concern itself with judging men. What least matters is the judgment of values and adjectivation, in which some historians are so fertile. Those exercises, among many others, of course, are not forbidden to the fictionist or the memoirist. All history is narrative. Does this mean that it can be limited to a narrative dimension? By no means. There will always be multiple historiographies. But it will always be desirable to have a reflective and problematizing history that tears new horizons of understanding of human experience.

### Bibliographical References

- BARTHES, Roland. O efeito de real. In: \_\_\_\_\_. **O rumor da língua**. Lisboa: Edições 70, 1987 [1968], p. 131-136.
- BELO, Ruy. Outono. In: \_\_\_\_\_. **Homem de palavras**. Obra poética. Lisboa: Presença, 1980.

- BUÑUEL, Luis. **O meu último suspiro**. Lisboa: Distri Editora, 1983.
- CARVALHO, Rómulo de. **Memórias**. Lisboa: FCG, 2010.
- CATROGA, Fernando. **Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história**. 2ª edição. Coimbra: Almedina, 2011.
- CERTEAU, Michel de. **L'écriture de l'histoire**. Paris: Gallimard, 1975.
- CHARTIER, Roger. **Au bord de la falaise: l'histoire entre certitudes et inquiétude**. Paris: Albin Michel, 2009.
- DELACROIX, C. Linguistic turn. In: DELACROIX, C. et al. (dir.). **Historiographies I: concepts et débats**. Paris: Gallimard, 2010. p. 476-490.
- FOUCAULT, Michel. **L'ordre du discours**. Paris: Gallimard, 1971.
- GIL, José. **Portugal, hoje: o medo de existir**. 5ª edição. Lisboa: Relógio de Água, 2005.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. Da dificuldade de pensar o nosso tempo. In: \_\_\_\_\_. **Estudos e ensaios**. V. I. Lisboa: João Sá da Costa, 2009, p. 25-76.
- HARTOG, François. **Regimes d'historicité: présentisme et expériences du temps**. Paris: Seuil, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Croire en l'histoire**. Paris: Flammarion, 2013.
- HERCULANO, Alexandre. Moral. Velhice. **O Panorama**, v. 4, p. 243-244, 1840.
- \_\_\_\_\_. Cartas sobre a História de Portugal. In: \_\_\_\_\_. **Opúsculos IV**. Lisboa: Ed. Presença, 1985 [1842], p. 189-239.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (eds.). **The Invention of Tradition**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.
- JASPERS, Karl. **La situation spirituelle de notre époque**. Paris-Louvain: D. De Brouwer/E.Nauwelaerts, 1953.
- KOSELLECK, Reinhart. **Le futur passé: contribution à la sémantique des temps historiques**. Paris: EHESS, 1990.
- JUDT, Tony. **O século XX esquecido: lugares e memórias**. Lisboa: Edições 70, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Pós-Guerra: história da Europa desde 1945**. Lisboa: Presença, 2010 [2005].
- LACAPRA, Dominick. **Historia y memoria después de Auschwitz**. Buenos Aires: Prometeo, 2008.
- LE GOFF, Jacques. História. In: \_\_\_\_\_. **Enciclopédia Einaudi**. V. I: Memória-História. Lisboa: INCM, 1984.
- LUHMANN, Niklas. **A improbabilidade da comunicação**. Lisboa: Vega, 1999.

- MACAULAY. **The Task of the Modern Historian**. Disponível em: <http://www.blupete.com/Literature/Essays/Best/MacaulayModHis>. Access in: Dez. 4 2013.
- MICHELET, Jules. **Histoire de France**: le Moyen Âge. Apresentação de Claude Mettra. Paris: R. Laffont, 1981 [1869].
- NOIRIEL, Gérard. **Sur la "crise" de l'histoire**. Paris: Gallimard, 2005.
- NORA, Pierre. Mémoire collective. In: LE GOFF, Jacques; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques (dir.). **La Nouvelle Histoire**. Paris: CEPL, 1978, p. 298-401.
- \_\_\_\_\_. Entre mémoire et histoire. La problématique des lieux. In: \_\_\_\_\_. **Les lieux de la mémoire**. V. I. Paris: Gallimard, 1984, p. XVII-XLII.
- \_\_\_\_\_. Histoire et roman: où passent les frontières? **Le Débat**, n. 165, p. 6-12, 2011.
- OZOUF, Mona. Récit des romanciers, récit des historiens. **Le Débat**, n. 165, p. 13-25, 2011.
- PESSOA, Fernando. O caso mental português [1932]. In: SENA, Jorge de (ed.). **Páginas de doutrina e estética**. 2ª edição. Lisboa: Editorial Inquérito, [1946], p. 143-153.
- POMIAN, K. **Sobre la historia**. Madrid: Cátedra, 2007.
- RICOEUR, Paul. **La mémoire, l'histoire, l'oubli**. Paris: Seuil, 2000.
- ROBIN, Régine. **Histoire et Linguistique**. Paris: Armand Colin, 1973.
- SANFELIPPO, Luis El trauma en la historia. Razones y problemas de una importación conceptual. **Pasajes**. Valencia, n. 40, p. 24-37, 2012-2013.
- SPIEGEL, Gabrielle M. The Task of the Historian. **The American Historical Review**, n. 114, p. 1-15, 2009.
- STENDHAL. **Le Rouge et le Noir**. Paris: Gallimard, 1991 [1830].
- STONE, Lawrence. El resurgimiento de la narrativa: reflexiones acerca de una nueva y vieja historia. In: \_\_\_\_\_. **El pasado y el presente**. México: Fondo de Cultura Económica, 1986 [1979], p. 95-120.
- TRAVERSO, Enzo. **Le passé, modes d'emploi**: histoire, mémoire, politique. Paris: La Fabrique Ed., 2005.
- VEYNE, Paul. **Como se escreve a história**. Lisboa: Edições 70, 1983 [1971].
- WHITE, Hayden. **Metahistoria**: la imaginación histórica en la Europa del siglo XIX. México: Fondo de Cultura Económica, 1992 [1973].

# Hamlet Brasileiro: ensaio sobre giro linguístico e indeterminação historiográfica (1970-1980)\*

Brazilian Hamlet: Essay on Linguistic Turn and Historiographic Indeterminacy (1970-1980)

---

**Temístocles Cezar**

t.cezar@ufrgs.br

Professor Associado III

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Av. Bento Gonçalves, 9500

91509-900 - Porto Alegre - RS

Brasil

---

## Resumo

O objetivo deste ensaio é o de analisar os primeiros efeitos do giro linguístico na historiografia brasileira. Considerando a escassez de pesquisa na área, optei, em primeiro lugar, por fazer uma breve descrição da emergência do giro linguístico em termos mais gerais e, em segundo lugar, uma análise de alguns textos seminais de autores brasileiros que se relacionam, de formas distintas, à temática.

## Palavras-chave

440

Giro linguístico; Historiografia brasileira; Escrita da história.

## Abstract

This essay aims to analyze the first developments of the linguistic turn in the Brazilian historiography. Considering the shortage of research in this field, I chose to make, first of all, a brief description of the emergence of the linguistic turn in general terms and, then, an analysis of some primary texts of Brazilian authors that relate, in different ways, to this theme.

## Keywords

Linguistic turn; Brazilian historiography; History writing.

---

Recebido em: 20/2/2014

Aprovado em: 1/7/2014

---

\* Este ensaio foi apresentado, de forma embrionária, no 6º Seminário Brasileiro de História da Historiografia - SNHH, realizado em agosto de 2012 no campus de Mariana da UFOP, cujo tema geral foi "O Giro Linguístico e a Historiografia: balanço e perspectivas". Agradeço a gentileza dos meus colegas de mesa-redonda, intitulada "Contextos nacionais e Giro Linguístico: Experiências do tempo, narrativa e Memória" e integrada pelos professores Verónica Tozzi (UBA) e Sérgio Campos Matos (Universidade de Lisboa), e os comentários de Estevão de Rezende Martins, Valdeci Lopes de Araujo, Mateus Henrique Pereira e Sérgio da Mata. Tive a oportunidade de discutir o trabalho, um pouco mais desenvolvido, no Laboratório de Teoria e Historiografia da PUC-Rio, em agosto de 2013. Meus agradecimentos aos organizadores e participantes do evento, sobretudo, a Marcelo Jasmin, Ricardo Benzaquen de Araújo, Marcos Veneu e Henrique Estrada. Sou grato também a Edgar de Decca, com quem troquei impressões sobre o assunto em outubro de 2013, na Semana Acadêmica de História da Udesc. Expresso igualmente minha gratidão a Fernando Nicolazzi, Arthur Ávila e Benito Schmidt, colegas de Departamento, e a Alexandre Avelar, pela leitura rigorosa, críticas e sugestões, imprescindíveis para a composição final do texto, cuja pretensão continua a de ser, apesar das suas pertinentes observações, um mapeamento inicial sobre o tema. Finalmente, um agradecimento especial a Flávia Varella e a Bruno Franco Medeiros, incansáveis no apoio "logístico" desde o 6º SNHH, para a versão final do artigo. Agradeço a Vitor Batalhone Junior pela leitura da versão em inglês deste artigo.

Um tributo a Luiz Costa Lima

"In my view, relativism is the moral equivalent of epistemological skepticism; moreover, I conceive relativism to be the basis of social tolerance, not a license to 'do as you please'" (WHITE 1987, p. 226).

### Espectro, relativismo e indeterminação (I)

Na introdução à coletânea *The return of grand theory to the human sciences*, publicada em 1985, Quentin Skinner, prevenia-nos de "ameaças aos fundamentos das ciências humanas", assombradas que estavam pelo "espectro do relativismo epistemológico" (SKINNER 1985, p. 1-20).

Evocação clássica, que adquire reputação maior com Shakespeare, o espectro é a encarnação metafórica dos receios e medos coletivos ou individuais de uma sociedade.<sup>1</sup> Ao mesmo tempo em que ameaça, ele instaura a dúvida (sobre sua existência, sobre suas intenções). Assim, Marx, ávido leitor tanto dos antigos quanto dos modernos, em particular, do dramaturgo inglês, conjurou-o para a anunciação de um novo tempo no *Manifesto*: "um espectro ronda a Europa; o espectro do comunismo" (MARX 1848; DERRIDA 1994, p. 19-21).

Depois dele, Paul Valéry flagra outro espectro na sua triste Europa de 1919:

Agora, em um imenso terraço de Elsinor, que vai da Basiléia até Colônia, próximo às areias de Nieuport, aos pântanos do Soma, às gredas da Champagne, aos granitos da Alsácia – o Hamlet europeu olha milhares de espectros. Ele é, porém, um Hamlet intelectual. Medita sobre a vida e a morte das verdades. Tem por fantasmas todos os objetos de nossas controvérsias (VALÉRY 1957, p. 993).

441

As preocupações condensadas por Skinner, em seu próprio nome e de outros, relacionam-se a um dos desdobramentos vitais para a escrita da história do movimento intelectual que ficou conhecido como "giro linguístico": o fantasma do relativismo, figura gêmea de outro espectro, aquele do ceticismo, cujo limite parece rondar as bordas do irracionalismo. Embora possa parecer, à primeira vista, uma organização disciplinar, tal movimento caracteriza-se pela dispersão de ideias e a ausência de um centro aglutinador que as unifique de fato. Portanto, falar em "movimento" só não se constitui em abuso de linguagem se mantivermos certa tolerância teórica.

Por conseguinte, se todos, de alguma forma, reivindicam, com intensidades diferentes, o legado da linguística de Ferdinand de Saussure ou da filosofia da linguagem de Ludwig Wittgenstein, o alcance do giro linguístico cobre estratos de tempo diversos e espaços – acadêmicos ou não – múltiplos. Seu impacto, seus efeitos ou potencialidades não são facilmente mensuráveis. Cada cultura historiográfica o apropriou a sua maneira, algumas cedendo mais, outras, sem abrir mão de suas idiossincrasias epistemológicas, menos (LA CAPRA; KAPLAN 1982).

Assim, no mesmo ano em que Richard Rorty edita a coletânea *The linguistic turn: essays in philosophical method*, em 1967, Jacques Derrida publica *De la*

<sup>1</sup> Ver Canto 24 da *Odisséia*; SHAKESPEARE, William. *Hamlet*, Ato I, Cena 1.

*grammatologie* e *L'écriture et la différence* (RORTY 1967; DERRIDA 1967). A primeira obra insere-se no debate em torno da filosofia analítica como método e é posteriormente negada ou amenizada por Rorty. A segunda e a terceira angariaram, simultaneamente, fortes simpatias e ódios exasperados, que, contudo, não parecem ter abalado seu autor (talvez porque ele desconfiasse fortemente da própria noção autoral, considerando-a mais uma *função* discursiva do que uma identidade). Enquanto a obra organizada pelo americano se situa em um contexto marcado pelas teses narrativistas que incidem sobre a historiografia (Arthur Danto, cujo livro *Analytical philosophy of science* é de 1965; os artigos de Louis Mink, "The autonomy of historical understanding", publicado na revista *History and theory*, em 1966, e "History and fiction as modes of comprehension", de 1970; e o de William Dray, "On the nature and role of narrative in historiography", que também aparece na *History and theory*, em 1971),<sup>2</sup> o francês investe em nada menos do que em uma crítica, segundo ele, à metafísica ocidental e à sua tendência *logocêntrica*.

A perspectiva anglo-americana obterá um forte impulso no campo da historiografia a partir de 1973, com a publicação de *Meta-história*, de Hayden White, obra que se tornou referência do "movimento" ao ampliar os interlocutores. Além dos filósofos e críticos literários, agora, mais nitidamente, os historiadores são interpelados (VANN 1998; ANKERSMIT 2001, p. 29). Pessoalmente, considero um equívoco isolar *Meta-história* do conjunto da obra de White. Um exemplo, entre outros possíveis: no mesmo ano em que publica *Meta-história*, ele lança também um importante ensaio intitulado "The Greco-Roman tradition", em uma coleção sob sua direção desde 1966 intitulada *Major traditions of world civilizations*, que passou despercebido mesmo entre os helenistas e romanistas (WHITE 1973). Tal impressão ficou mais nítida após a releitura de diversos artigos do autor, editados por Robert Doran, que cobrem um período que vai de 1957 a 2007, abrangendo desde um texto sobre "Collingwood and Toynbee: transitions in English historical thought" até a resenha acerca do último livro de Paul Ricœur, *A memória, a história, o esquecimento*, intitulada de "Guilty of history? The *longue durée* of Paul Ricœur" (WHITE 2010a).

Trata-se de uma reflexão continuada sobre a história que durante muito tempo foi instigante para alguns (poucos) historiadores e incômoda para (muitos) outros. Esse desconforto parecia decorrer de uma avaliação precipitada: Hayden White, apesar de possuir uma sólida formação histórica, era percebido (e essa percepção não parece ter sido alterada de modo significativo em nossos dias) como um *outsider* da disciplina no mesmo sentido que Lévi-Strauss o fora nos anos 1950 e 1960. Acusados de atacar a história, o que eles tinham, na realidade, era outro questionário e/ou entendimento acerca do ofício do historiador, o que em alguns casos podia perturbar o sono, fosse ele dogmático ou não.<sup>3</sup> Nesse sentido, comenta Koselleck no prefácio que faz à tradução alemã de *Trópicos do discurso*: White não está interessado na história enquanto disciplina, nem na

<sup>2</sup> Para um balanço geral dessa recepção, ver o importante trabalho de Richard Vann (1995, p. 40-69).

<sup>3</sup> Sobre a relação de Lévi-Strauss com a história, ver o ensaio de François Hartog (2005, p. 175-189).

escrita da história como um gênero exclusivamente literário; não, ele interroga os historiadores, mantendo uma antiga tradição da retórica, ou para ser mais preciso, os seus textos, e a forma como eles podem mediar socialmente a sua pretensão de verdade (KOSELLECK 2002, p. 38-44).<sup>4</sup> Ou, nas palavras de Verónica Tozzi, a obra de White “não é um método para os historiadores, mas um alerta contra a ingenuidade da linguagem”.<sup>5</sup> Desse ponto de vista, à versão de que ele não passa de um relativista quase irresponsável, a distância é tão ampla quanto inconsequente.<sup>6</sup>

O famoso e tenso debate entre Carlo Ginzburg e Hayden White situa-se nesse contexto historiográfico (GINZBURG 1992; WHITE 1992).<sup>7</sup> Mesmo que a resposta a Ginzburg não seja satisfatória, até porque não se tratava de uma réplica, é preciso destacar que Hayden White jamais se furtou ao debate acerca do papel do irracionalismo, do relativismo e do ceticismo na história (WHITE 1992, p. 37-53). Antes mesmo de ter publicado *Meta-história*, em “O fardo da história”, de 1966, ele antecipa futuras objeções e refuta a condição de revisionista.<sup>8</sup> Em 1972, em um pequeno ensaio intitulado “O irracional e o problema do conhecimento histórico no Iluminismo”, advertia seus leitores da historicidade dessas categorias, bem como dos seus vínculos com as formas de representar o passado (WHITE 1994, p. 153-167). E, enfim, em *Meta-história*, White demonstra que a almejada historiografia realista do pensamento histórico do século XIX se caracterizava menos pelo que era de fato e mais pelo que rejeitava em seus predecessores setecentistas, ou seja, “o que mais reprovava na historiografia iluminista era sua *ironia essencial*, da mesma forma que o que mais reprovava na reflexão cultural era seu *ceticismo*” (WHITE 1992, p. 61, grifo do autor).<sup>9</sup>

Já a releitura ou a *desconstrução* de Derrida refluirá não apenas em solo francês como nos próprios Estados Unidos. A linguagem que visa, inicialmente, não apenas a invadir, mas também a fraturar a lógica dos chamados grandes

<sup>4</sup> Essa obra é, por sua vez, prefaciada pelo próprio Hayden White.

<sup>5</sup> Conferência pronunciada no 6º Seminário Brasileiro de História da Historiografia - SNHH, “O Giro Lingüístico e a Historiografia: balanço e perspectivas”. Nesse mesmo sentido, ver também a introdução que Tozzi escreve para a coletânea de artigos de White intitulada: *Ficción histórica, historia ficcional y realidad histórica* (WHITE 2010b, p. 13-29).

<sup>6</sup> Nesse sentido, a recente tese de Herman Paul pode ser considerada uma tentativa de romper com essa visão empobrecedora da obra de White (PAUL 2011). Pedro Spinola Caldas, na excelente resenha que faz do livro de H. Paul, não deixa de destacar esse aspecto (CALDAS 2013, p. 277).

<sup>7</sup> Ginzburg, antes e após o debate nos EUA, unilateralmente, já havia desenvolvido o tema em vários outros textos (GINZBURG 1989, p. 178-20; 1989, p. 44-45; 1997, p. 16-24). Outros autores participaram desse debate de modo intermitente. Seria desmesurado listá-los neste espaço. A já citada obra de Herman Paul oferece uma abordagem que analisa os efeitos dessa discussão, em um subcapítulo de sua tese sugestivamente intitulado “specter of fascism” (PAUL 2011, p. 119-124). François Hartog e Francisco Murari Pires, também mais recentemente, dedicaram-se à compreensão das críticas de Ginzburg a White, ainda que adotando perspectivas distintas (HARTOG 2011; PIRES 2013).

<sup>8</sup> “A metáfora que rege um relato histórico poderia ser tratada como uma *norma heurística que elimina autoconscientemente certos tipos de dados tidos como evidência*. Assim, o historiador que opera segundo essa concepção poderia ser visto como alguém que, a exemplo do artista e do cientista moderno, busca explorar certa perspectiva sobre o mundo que não pretende exaurir a descrição ou a análise de todos os dados contidos na totalidade do campo dos fenômenos, mas se oferece como *um meio entre muitos* de revelar certos aspectos desse campo. [...] O resultado dessa atitude não é o relativismo, mas o reconhecimento de que o estilo escolhido pelo artista para representar uma experiência interior ou uma exterior traz consigo, de um lado, critérios específicos para determinar quando uma dada representação é internamente consistente e, de outro, fornece um sistema de tradução que permite ao observador ligar a imagem à coisa representada em níveis de objetivação” (WHITE 1994, p. 59, grifo do autor).

<sup>9</sup> Em relação à história do ceticismo, ver o excepcional estudo de Richard Popkin (2003). Para uma abordagem mais diretamente da história, ver MUNSLOW 2010, p. 62-77.

relatos das ciências sociais, descentralizando a ideia da verdade como um valor universal e, na sua ausência, ou na inexistência de um núcleo ou de uma origem de definições, tornar tudo discurso adquire legitimidade acadêmica e institucional (o que não significa falta de crítica: basta ver, em relação a Derrida, por exemplo, a crítica devastadora de John Searle de 1990, que não ficou sem réplica) (SEARLE 1991).

Porém, seria ilusório achar que os franceses fecharam um acordo “nacionalista” em torno da relação entre história, linguagem, texto, narrativa ou discurso. Vejamos algumas datas: em 1967, Roland Barthes publica um pequeno artigo intitulado “Le discours de l’histoire” que rapidamente torna-se uma referência incontornável.<sup>10</sup> Em 1971, aparecem *Comment on écrit l’histoire: essai d’épistémologie*, de Paul Veyne, e a aula inaugural no Collège de France de Foucault, *L’ordre du discours*. Ambos são alvos de ácidas críticas de outro francês que também se torna conhecido pelo uso criativo da linguagem da e na história, Michel de Certeau (a crítica ao primeiro dos autores aparece nos *Annales*: “Une épistémologie de transition: Paul Veyne”, em 1972; e, a endereçada ao segundo, em 1973, em “Le noir soleil du langage par Michel Foucault”, *L’absent de l’histoire*); ainda em 1973, Régine Robin publica *Histoire et linguistique*, obra mais voltada para a metodologia da análise do discurso marcadamente francesa. Em 1974 surge *Faire de l’histoire*, coletânea dirigida por Jacques Le Goff e Pierre Nora, em três volumes, obra importante por abrir novas perspectivas de análise nas quais a linguagem ocupa um lugar de destaque, apesar de nela não haver nenhuma menção aos narrativistas americanos (muito menos a Hayden White, cuja obra, naquela época, como ainda hoje, não contava com uma tradução para o idioma francês)<sup>11</sup> e, praticamente, nenhuma gota de Paul Ricoeur. Por último, em 1975, aparece *L’écriture de l’histoire*, de Michel de Certeau.<sup>12</sup> De fato, se há ou houve uma terceira geração dos *Annales* – *A nova história francesa* – cuja produção teria reduzido a história, de acordo com um dos seus detratores de primeira hora, a “migalhas”, então seria preciso reavaliar se não é a própria noção de *escola* que se esfacela (DOSSE 1987).<sup>13</sup>

444

<sup>10</sup> Apesar de, nele, Barthes simplesmente propor o apagamento da narrativa! (BARTHES 1984, p. 164). Esse “detalhe” não escapou a François Hartog em obra recente (HARTOG 2013, p. 115-116).

<sup>11</sup> Isso não significa a falta de recepção da obra. Por exemplo, nos volumes I e III de *Temps et récit*, Ricoeur ocupa-se dos trabalhos de Hayden White, sobretudo de *Meta-história* (RICŒUR 1983, p. 286-301; 1985, p. 272-280).

<sup>12</sup> As referências completas dessas obras estão na bibliografia.

<sup>13</sup> No prefácio à segunda edição publicada dez anos depois, em 1997, Dosse relativiza consideravelmente suas críticas (ver 2ª. ed., p. I-VIII). Antes dele, François Furet já observava que “para falar a verdade, não há, desde a origem [dos *Annales*] escola de pensamento”, mas hegemonia de influência e de reputação (FURET 1982, p. 5-9). E em um misto de ironia e humor, em uma entrevista, arremata: “Eu sempre digo brincando que a *École des Annales* não tem outra definição, senão a de que ela é as pessoas que eu encontro de manhã no elevador. O que existe de comum entre Le Roy Ladurie, Le Goff, eu, Richet etc.? Como podem nos identificar sob uma mesma etiqueta?” (“Entrevista de François Furet concedida a Aspásia Camargo”; CAMARGO 2003, p. 69). De fato, muitos franceses consideram que não houve na França *giro linguístico*, mas um “tournant critique”, proveniente de dois editoriais publicados nos *Annales* (“Histoire et sciences sociales. Um tournant critique?”, *Annales*, 2, mars-avril, 1988, p. 291-293; “Histoire et sciences sociales: tentons l’expérience”, *Annales*, 6, nov-déc., 1989, p. 1317-1323). Para um mapeamento desse movimento e suas diferenças com o *giro linguístico*, ver o trabalho de Gérard Noiriel. A principal diferença é que a versão francesa do giro continuaria fiel a um pressuposto básico dos *Annales*: o estudo da sociedade; parece-me que essa peculiaridade mereceria uma argumentação mais desenvolvida (NOIRIEL 1996, p. 150-154). No mesmo sentido, para Christian Delacroix, o “tournant critique” pode ser interpretado como uma das respostas da história social, criticamente leal à tradição dos *Annales*, aos desafios do giro linguístico (DELACROIX 2010, p. 484-485).

Contudo, meu propósito é menos o de naturalizar uma cronologia do giro linguístico, como se fosse um *a priori* epistemológico, do que tentar demonstrar que ela é uma construção que ocorre nos anos 1960 e 1970 para os filósofos e críticos literários anglo-saxões e, *a posteriori*, para boa parte dos historiadores. Não parece outra a razão do sucesso do artigo de Laurence Stone, "The revival of narrative: reflections on a new old history", publicado na revista *Past and present* em 1979.

Aqui o conceito de narrativa remete para outro campo semântico que, embora possa ter se originado em uma atmosfera na qual os estudos sobre a linguagem tenham algum valor diferenciado, sustenta-se a partir de uma noção muito frágil: "a narrativa é a organização de materiais em uma ordem sequencial cronológica e a concentração do conteúdo em uma única história coerente" (STONE 1974, p. 19). Seu suposto retorno seria uma consequência da desilusão de parte da comunidade dos historiadores com a história econômica e social. Amparada na emergência de uma história das mentalidades voltada para os sentimentos, emoções e padrões de comportamento, logo mais antropológica e, conseqüentemente, mais atenta as suas formas de transmissão, a narrativa seria o vetor dessa nova ou outra história.

Não quero subestimar, nem superestimar, o artigo de Stone, que me parece mais importante pelo debate que suscitou do que pela sua consistência interna. Houve quem se identificasse com suas ideias, quem o refutasse e quem simplesmente o ignorasse, mas o historiador informado sabia da sua existência. Não é surpreendente que o *revival* da narrativa se faça acompanhar de tantos outros retornos, nem que ressurja com força nosso espectro – o relativismo –, desta feita, dos novos objetos, das novas abordagens, das novas perspectivas (a tríade de *Faire l'histoire* convertida em palavras de ordem dessa autointitulada nova historiografia).

A fim de não alongar esta breve contextualização, proponho um salto até as considerações de despedida da historiadora Gabrielle Spiegel do cargo de presidenta da *American Historical Association*, em 2009. Nessa conferência, intitulada sugestivamente "The task of the historian" (impossível não relacionar com a conferência de Humboldt de 1821!), os limites e potencialidades do giro linguístico são oficialmente expostos: "a crença – afirma a autora – de que a linguagem é a agente constitutiva da consciência humana e da produção social de sentido, e que nossa apreensão do mundo, tanto passado quanto presente, só é obtida através de percepções pré-codificadas pela linguagem" é o "desafio semiótico" que foi colocado para a historiografia nas últimas décadas. Ela analisa a contribuição de Richard Rorty, seu progressivo desânimo com a máquina de guerra que criara, avalia o que nomeia como "as possíveis raízes psíquicas do giro linguístico", e, assim, encontra argumentos para justificar a postura de Derrida como efeito inexorável da sua condição de filho de judeus franco-argelinos e da "consciência inescapável do Holocausto" (SPIEGEL 2009).

Para Spiegel, não seria difícil estabelecer um paralelo entre a psicologia do giro linguístico e os princípios básicos do que chama de pós-estruturalismo: "o sentimento de que a vida é um traço, assombrada por uma presença ausente;

seu sentido de indeterminação; uma crença na indecibilidade final da linguagem (sua aporia, no sentido de Derrida)”; ou seja, a dificuldade de falar e representar o indizível, na mesma perspectiva de Dominick La Capra.

A historiadora, por fim, se pergunta para onde caminha a história pós-giro linguístico? Baseando-se em Nancy Partner, para quem a história entrou em um período pós-pós-moderno, Spiegel argumenta que “é improvável que retornemos ao ‘realismo quase-científico’, à ‘empíria ingênua’ ou a qualquer dos postulados pré-pós-modernos que informavam a escrita da história”. Também não é provável que a maior parte dos historiadores vá responder “ao chamado a uma ‘experiência histórica sublime’ recentemente feito por F. R. Ankersmit”. O mais provável, segundo ela, desta vez seguindo Michael Roth, é que os temas preponderantes da agenda historiográfica não deixem de incluir questões como a “ética, pós-colonialismo, império, cosmopolitismo, traumas e os animais” (SPIEGEL 2009). Todos esses temas têm em comum a tentativa de restaurar uma conexão mais direta e imediata com o passado ou com algum aspecto central da experiência que não passe necessariamente pela preponderância da linguagem.

Finalmente, da desconstrução de Derrida, Spiegel guarda a fórmula, por vezes enigmática, de apreender e de escutar os silêncios da história a partir de narrativas fragmentadas:

446

vivemos em um momento de grande instabilidade e incerteza cultural. Enquanto historiadores, nós lutamos para conhecer o ausente e o outro, para afirmar um direito à palavra e à fala. Como Derrida, estamos “tentando escrever a questão: (o que) isto quer dizer?”. Precisamente, ainda não está totalmente claro quais instrumentos iremos utilizar na busca por nossos labores históricos. Mas insisto em acreditar que há algo que a desconstrução nos ensinou de forma mais poderosa do que qualquer estratégia de leitura que conheço: escutar o silêncio (SPIEGEL 2009).

Não poderiam esses silêncios significar, pergunto eu, uma sombra ou um efeito do nosso espectro, agora com quase 40 anos? Ou simplesmente uma possível forma de comprovar o ambiente de indeterminação do saber histórico quando relacionado às provocações do giro linguístico?<sup>14</sup>

### **O espectro ronda os marxistas**

Optei por iniciar a análise pelo que chamo de os “primeiros efeitos” do giro linguístico na historiografia brasileira. Seria prematuro falar de “impacto”, possibilidade de recepção que parece requerer não apenas uma maior quantidade de dados sociológicos, mas também uma duração mais ampla.<sup>15</sup> Esses desdobramentos

<sup>14</sup> Não quero com isso situar Spiegel em um contexto que não lhe pertence, ou ligá-la a uma afiliação que ela não reivindica. Em um artigo de 1992, a historiadora assumia a postura de “mediação”, reconhecendo, simultaneamente, a crença na realidade do passado e o fato de a história ser um discurso escrito, ou seja, de que a linguagem reconstrói o objeto (SPIEGEL 1992). Para uma análise mais aprofundada dessa posição de Spiegel, ver o livro de Alun Munslow (1997, p. 106-107). A propósito disso, o livro de Munslow desvela com rigor teórico o debate entre empiristas, reconstrucionistas e desconstrucionistas (não no sentido de Derrida, como explica o autor na p. 2) que tem por tema de fundo a discussão sobre as formas de objetivação do conhecimento histórico e suas figuras gêmeas, entre as quais se destaca a questão do relativismo.

<sup>15</sup> Agradeço a Fernando Nicolazzi por ter-me chamado a atenção para esta importante distinção, nem sempre

iniciais ocorreram em um momento difícil e potencialmente rico da história política do país: o fim da ditadura civil-militar. No Brasil, como em outros países, ele produziu simultaneamente querelas e brechas teóricas. Querelas de todas as ordens – ideológicas, epistemológicas, estéticas etc. – instauraram-se em vários campos de pesquisa e áreas de ensino, desde os mais consolidados àqueles em formação, gerando entendimentos díspares ou simples preconceitos acadêmicos. Se fosse me servir de uma imagem para representar essas disputas a litografia de M. C. Escher, *Relatividade*, de 1953 (Figura 1), não seria um disparate.<sup>16</sup>



**Figura 1** - M.C. Escher, *Relatividade*, 1953.

447

A recepção, de modo geral, foi basicamente dos franceses, com um ou outro infiltrado, como Laurence Stone e, um pouco mais tarde, Carlo Ginzburg. Ressalte-se que a obra de Derrida, neste momento, foi praticamente ignorada pelos historiadores (e, parece-me, com justas ou injustas razões, continua sendo, salvo raras exceções), em contraposição ao já citado artigo “Le discours de l’histoire” de Roland Barthes, também de 1967, que, com pouco mais de dez páginas, causou mais “efeito”. De fato, os conflitos e as diferenças de além-mar foram praticamente subsumidos em uma nova e abrangente identidade: a “teoria” da nova história, mais precisamente, a história das mentalidades.

Os historiadores marxistas (o campo e a área mais consolidados) revoltaram-se contra a tendência que se insinuava. Além da denúncia da fragmentação temática e teórica, existia o risco de o inevitável relativismo, consequência inexorável do abandono das “totalidades sociais significativas”, conduzir à irracionalidade epistemológica e à letargia política. Embora tenha havido respostas mais sofisticadas, como a de Sérgio Paulo Rouanet, entre os historiadores, preponderaram análises menos densas mas, certamente, mais impactantes (ROUANET 1987, p. 124-146).

percebida ou considerada pelos historiadores.

<sup>16</sup> Usar a litografia de Escher como uma metáfora relacionada ao *giro linguístico* não é uma ideia original. Elias Palti, no prólogo que faz à antologia de textos de Paul Rabinow, Stanley Fish, Dominick La Capra e Richard Rorty, serve-se dela, embora com objetivos diferentes e pressupostos teóricos mais amplos; seu ponto de partida seria uma já bicentenária crise da “representação”. Mesmo assim, acredito que existem pontos de contato com o que procuro estabelecer (PALTÍ 1998).

Ciro Flamarion Cardoso foi quem assumiu a posição de porta-voz e defensor dos perigos que essas “distorções ou inversões radicais de perspectivas” significariam para a historiografia. Em seus *Ensaio racionalistas*, de 1988, “sem ocultar” sua “oposição radical a uma ‘Nova História’ que se [lhe] afigura uma corrente retrógrada sob aparências de novidade e ousadia”, ele apresenta seus riscos e/ou erros: “1. a valorização do periférico em relação ao central;<sup>17</sup> 2. valorização, não da realidade social, das condições reais de existência, e sim do seu avesso – sonhos, imaginário, ideologias;<sup>18</sup> 3. o tecnicismo que valoriza o computador e outras técnicas de vanguarda oculta uma grande pobreza metodológica” (CARDOSO 1988, p. 94).<sup>19</sup> Em suma, a Nova História tem uma função ideológica poderosa: conquanto não se trate de uma “apologia aberta do capitalismo”, mas de uma “forma bem mais sutil” de apoio, “uma vez eliminados o racionalismo e em especial o marxismo, o que permanece, embora isto não se diga, é o próprio capitalismo – e uma série de concepções que não o incomodam” (CARDOSO 1988, p. 101).

Nessa primeira abordagem, embora Cardoso reconheça a validade de algumas temáticas “que são em muitos casos pertinentes e solicitadas pelo momento atual” (CARDOSO 1988, p. 114), desde que adequadamente trabalhadas, a sua crítica ainda é muito difusa: trata-se de um ataque generalizado a quase toda a produção recente que não seja orientada pelo marxismo. Não há, por exemplo, uma aproximação entre Nova História, pós-estruturalismo ou pós-modernidade, como na sequência se notará, e muito menos uma demonstração do que seria o irracionalismo, em termos de teoria ou filosofia da história, de tais tendências.<sup>20</sup>

448

Com esse propósito, em 1989, Michel Zaidan Filho, publica *A crise da Razão histórica*, coletânea de textos que visam a esclarecer “o papel do marxismo – enquanto teoria da história” e “a significação da sua atual crise” (ZAIDAN 1989, p. 15). Produto do Iluminismo e da razão moderna, o pensamento de Marx estaria acuado por “novas metodologias” marcadas pelo “fragmentário, o micrológico, o particular, o fortuito, o imaginário, o sexo etc.” e cujo resultado para a “cultura brasileira” seria o surgimento de “um novo surto de irracionalismo” (ZAIDAN 1989, p. 16, 19). A matriz filosófica dessa doença epistemológica é, segundo o autor, “um certo *neo-nietzschanismo*” provocado, sobretudo, pela obra de Michel Foucault e pela “sociedade pós-moderna” (ZAIDAN 1989, p. 19-20). A concepção irracionalista da história fundamenta-se assim em uma “desreferencialização do real, operada pela ação da mídia, ao reduzir tudo ao

<sup>17</sup> “Preferem-se, como objetos de estudo, os loucos, os marginais, os homossexuais, as bruxas, as prostitutas (ao sabor, na verdade, de modismos descartáveis)” (CARDOSO 1988, p. 100). É curioso que não seja citado aqui o importante estudo de Laura de Mello e Souza que reivindica claramente para si a inserção no campo da história das mentalidades (SOUZA 1986).

<sup>18</sup> “Numa ‘leitura’ que analisa o discurso verbal ou não-verbal (iconografia, por exemplo) partindo do princípio de um divórcio da evolução ideológica em relação à econômico-social; tematicamente, pululam as danças macabras, as ‘pulsões reprimidas do desejos’, os *sabbats*, os fantasmas e obsessões, e é frequente o anacronismo na forma de projeção de percepções atuais feitas em função da sociedade de hoje (feminismo, ‘problema gay’) a épocas em que eles carecem de qualquer sentido ou realidade” (CARDOSO 1988, p. 100).

<sup>19</sup> “As fontes são escolhidas em forma arbitrária, tratadas sem rigor, usadas de maneira pouco crítica e racional” (CARDOSO 1988, p. 100).

<sup>20</sup> Em trabalho anterior, destinado a um público estudantil, publicado em 1981, Ciro F. Cardoso deixa entrever sua reserva em relação à chamada Nova História com críticas endereçadas exclusivamente a Paul Veyne (CARDOSO 1981, p. 10-11, 39).

simulacro, à simulação, à representação da realidade” (ZAIDAN 1989, p. 21). Paralelamente, a pós-modernidade gera uma “dessubstancialização do sujeito – que afeta, de acordo com o autor, diretamente a teoria da história –, reduzido a um mero feixe de sensações hedonistas, administradas pela sociedade de consumo” (ZAIDAN 1989, p. 22).

Tal como Ciro Cardoso, Zaidan Filho preocupa-se com a recepção dessa moda pela historiografia brasileira e sua relação com o contexto político. Atuando em uma nação atrasada em relação aos países capitalistas desenvolvidos, vivendo a transição da ditadura para um regime mais aberto, os historiadores brasileiros estariam sendo presa fácil de um debate que se iniciara, tempos antes, nos EUA e na Europa sob a égide da “moderna e sofisticada indústria cultural: assim, não são de surpreender os rumos anti-iluministas, anti-intelectuais, enfim, anti-racionalistas que vem assumindo o debate cultural da ‘Nova República’” (ZAIDAN 1989, p. 23).

Ele cita como exemplos, a produção de dissertações de mestrado e de estudos que reclamam “o pensamento” de Foucault, de “um certo Foucault, aquele pós-estruturalista”, precisa o autor. A bem da verdade, os únicos historiadores brasileiros dignos de menção nominal, neste capítulo, em duas breves notas de rodapé, são Nicolau Sevcenko, cujo livro *Literatura como missão*, de 1983, seria uma demonstração da recepção equivocada de Walter Benjamin, principalmente do “conceito de crítica benjaminiano”, e Edgar de Decca, que, em seu *O silêncio dos vencidos*, de 1981, teria ido “longe demais numa apologia orgiástica do sentido, da desrazão” (ZAIDAN 1989, p. 25; SEVCENKO 1983; DECCA 1981).<sup>21</sup> As pré-noções e uma boa dose de leviandade acadêmica não impedem, contudo, que Zaidan Filho reconheça que “não se pode mais ignorar os limites irracionais e ideológicos do discurso político ou teórico” (ZAIDAN 1989, p. 25). A solução, no entanto, não estaria no abandono da razão “como tal”, mas na construção de outro paradigma racional: a “razão comunicativa”, afirma o autor (sem citar Habermas!).<sup>22</sup>

Além do certo Foucault, Zaidan Filho salienta que a historiografia brasileira vivia sob a influência de uma miríade de novidades temáticas – “frequentemente com projeções *anacrônicas* de questões bem atuais sobre o passado longínquo” (ZAIDAN 1989, p. 23, grifo do autor) – oriundas da “Nouvelle histoire”. Ele cita nominalmente apenas um desses historiadores que provocam o “fascínio pelo brilho dos temas não usuais, heterodoxos”, a fim de fazer “justiça”, pois é preciso distinguir, ainda segundo Zaidan Filho, “autores como Ginzburg ou Vovelle e aqueles como Philippe Ariès” (ZAIDAN 1989, p. 23-24).

Para sustentar sua tese, ele busca apoio nos *Ensaio racionalistas*, com uma ressalva: “sua abordagem [a de Ciro Cardoso] se ressent, contudo, da falta de uma teoria articulada *da crise da modernidade*. Daí o apego e a reiteração de velhos pressupostos: o materialismo dialético, a teoria do reflexo, a teoria dos modos de produção etc.” (ZAIDAN 1989, p. 24, grifo do autor). Seja como for,

<sup>21</sup> Ambos os estudos foram apresentados originalmente como teses de doutorado. Mais adiante, no artigo intitulado “Imaginário e História”, Zaidan Filho volta a citar Sevcenko e de Decca, acrescentando as historiadoras Margareth Rago (1985) e Maria Clementina Pereira Cunha (1987). O autor apontava, como crime das autoras, a influência de Foucault e da “Nouvelle histoire” (ZAIDAN 1989, p. 39).

<sup>22</sup> É justo dizer que ele o cita no artigo seguinte (ZAIDAN 1989, p. 27).

o leitor fica sem entender o porquê de ter de realizar tal distinção, ou seja, de saber qual a diferença entre os dois primeiros e Ariès.<sup>23</sup> De fato, o historiador italiano parece ser um modelo do novo e correto historiador, uma vez que é capaz de realizar a “reconstrução analítica da diferença entre o passado e o presente, tal como fez estudando a mentalidade de um moleiro medieval”, investigação na qual o autor faz uma “dura e pertinente crítica ao ‘irracionalismo’ estruturalista de M. Foucault” (ZAIDAN 1989, p. 74).

Diferentemente de Ciro Cardoso, Zaidan Filho apresenta-se ao mesmo tempo como um crítico do marxismo ortodoxo e como um interlocutor dos “novos” historiadores que não violentem a razão moderna.<sup>24</sup> No entanto, sua análise não deixa claro o que exatamente o incomoda em termos teóricos e mesmo políticos, nem, enfim, qual seria o grande mal que se dissimularia por trás do que chama de relativismo ou de irracionalismo.<sup>25</sup> Permaneceríamos em uma espécie de limbo epistemológico?

Carlos Fico e Ronald Polito, em trabalho de fôlego no qual procuraram mapear a produção historiográfica brasileira de 1980 a 1989, diagnosticaram essa ausência de conexão. A suposta crise da razão e suas contrapartidas pecam pelos “elos” frágeis: “a compreensão sobre o que seja a parte ‘irracional’ da História é sempre muito mal explicada”. Para eles, a subjetividade inerente a certos temas (a história do cotidiano, por exemplo) não é facilmente explicada por “uma razão científica que suponha determinações macroestruturais”. Por outro lado, isso não significa que os acontecimentos que se passam no dia a dia e que estão, portanto, sujeitos a condicionantes subjetivos “estejam definitivamente entregues a um mundo caótico e ininteligível de contingências” (FICO; POLITO 1992, p. 168).<sup>26</sup> Os autores identificam na falta de operadores conceituais e metodológicos e no “desapego à teoria por parte dos historiadores no Brasil”, seja marxistas ou

450

<sup>23</sup> Philippe Ariès volta a ser citado como referência incômoda no capítulo 5 – “O novo olhar do historiador” –, junto com Paul Veyne (ZAIDAN 1989, p. 72, 74). Por outro lado, Jacques Le Goff é poupado por criticar o “esfacelamento da sociedade” em certas investigações sobre o cotidiano (ZAIDAN 1989, p. 73).

<sup>24</sup> Embora o assunto escape a meu escopo neste momento, é preciso registrar que Ciro Cardoso, anos depois, em 1997, procura remediar este vazio na introdução a uma obra coletiva organizada em conjunto com Ronaldo Vainfas. Nela, o historiador sintetiza o debate entre dois grandes paradigmas: o iluminista e o pós-moderno. Enquanto o primeiro se caracteriza pelo bom uso da razão, o segundo é marcado e atravessado por posturas “céticas e irônicas”, pelo “culturalismo relativista”, pelo “método hermenêutico relativista”, pelo “subjetivismo”, “irracionalismo”, “misticismo”, enfim por um “império exclusivo do relativismo e da microanálise” (CARDOSO; VAINFAS 1997, p. 1-23). Ressalte-se, contudo, que o mérito do livro é não restringir a participação de um ou outro autor em função de sua suposta posição em relação a esses dois paradigmas. Nesse sentido, ver a ponderada conclusão de Ronaldo Vainfas intitulada “Caminhos e descaminhos da História” (CARDOSO; VAINFAS 1997, p. 441-449). Em 2012, os mesmos autores editaram os *Novos domínios da História* (CARDOSO; VAINFAS 2012). A introdução intitulada “História e conhecimento: uma abordagem epistemológica”, a cargo de Ciro Cardoso, centra-se nas “modalidades básicas ou principais da epistemologia da história”, subdivididas em três: reconstrucionismo (principalmente, concepções “empiristas” do século XIX); construcionismo (marxismo, weberianismo e “Escola” dos *Annales*); desconstrutivismo (basicamente, exemplificadas com Hayden White e Paul Veyne) (CARDOSO; VAINFAS 2012, p. 1-19). Mais uma vez, Ronaldo Vainfas, de modo elegante, faz o contraponto necessário na conclusão – “Avanços em xeque, retornos úteis” –, relativizando certos argumentos muito gerais de Ciro Cardoso (CARDOSO; VAINFAS 2012, p. 319-335). Além disso, é necessário acrescentar que, em 2005, Ciro Cardoso volta a atacar a “virada linguística” e a “desconstrução” baseando-se em um trabalho de David Carr (1991) no qual Hayden White e Hans Kellner são definidos como historiadores que negam a “existência, lá fora, de uma história que precise ser contada” (CARDOSO 2005, p. 64-66).

<sup>25</sup> Para uma análise mais ponderada, ver as “interrogações” de Sílvia Petersen (1992a, p. 108-126).

<sup>26</sup> Referência válida para as outras citações deste parágrafo. Na mesma conjuntura e especificamente acerca da história do cotidiano, Sílvia Petersen dedica uma série de artigos sobre o tema procurando cercá-lo em termos teóricos e metodológicos (PETERSEN 1992b, p. 108-126; 1993, p. 41-55; 1994, p. 112-125; 1995, p. 30-39).

adeptos de outras correntes historiográficas, fatores decisivos para o debate travado em termos tão insuficientes (FICO; POLITO 1992, p. 170-175).<sup>27</sup>

### **Espectro, relativismo e indeterminação (II)**

Uma história da historiografia atenta a movimentos intelectuais de descontinuidade não poderia deixar de notar que, apesar de tudo, houve tentativas de reflexões teóricas mais apuradas e críticas desse novo “bando de ideias novas” (certamente não tão novas como as que povoaram a geração de Sílvio Romero). É em função dessa possibilidade analítica que penso que o “impacto” do giro linguístico foi igualmente uma brecha, um *gap* no sentido que lhe atribui Hannah Arendt, ou seja, um “estranho entremeio no tempo histórico, onde se toma consciência de um intervalo no tempo inteiramente determinado por coisas que não são mais e por coisas que não são ainda” (ARENDRT 1992, p. 35-36).

Como ainda não temos um levantamento exaustivo da recepção do giro linguístico pela historiografia brasileira, optei por restringi-lo a alguns estudos seminais da década de 1980, sem ter o objetivo de fixar ou de determinar um começo ou uma origem nem querer com isso atribuir a esses estudos um estatuto que eles não reivindicavam nem se autoatribuíam; não por temor do anacronismo, mas por respeito intelectual.

A partir dessas considerações retomo aqui, sinteticamente, o texto de Luiz Costa Lima apresentado no “Colóquio Narrativa: ficção e história”, realizado no Rio de Janeiro em novembro de 1987. Em seu trabalho, intitulado “Clio em questão: a narrativa na escrita da história”, Costa Lima congrega, de modo até então inusitado, as concepções provenientes dos narrativistas anglo-americanos, com Hayden White, bem como da historiografia francesa, suas relações com a antropologia de Lévi-Strauss e com a obra de Paul Ricœur (LIMA 1988, p. 63-89).<sup>28</sup>

Interessa-me aqui a apropriação que faz Costa Lima da obra de White. Sem descartar inteiramente a *Meta-história*, o centro da crítica do brasileiro privilegia dois artigos publicados por White na primeira metade dos anos 1980.<sup>29</sup> Discutindo a questão da distinção entre a narrativa histórica e a ficcional e a função de prefácios em um ou outro gênero por W. Dray, cuja análise teria sido prejudicada pelo exemplo escolhido, Costa Lima busca em White uma alternativa que “constituía a hipótese de que toda a narrativa, desde o conto folclórico até o romance, supõe uma busca de ordenação, a partir de uma lei socialmente configurada” (LIMA 1988, p. 77).

Em consequência, a escrita de anais históricos no medievo, mencionada por White, seria um problema, não necessariamente uma objeção à tese narrativista. Costa Lima desloca o caso a fim de apresentar duas “soluções”: 1. considerando que a narrativa não encontra obstáculo na Antiguidade clássica, “deveríamos dizer

<sup>27</sup> Em 1997, Carlos Fico ainda lamentava a indiferença de boa parte dos historiadores em relação à reflexão teórica (FICO 2000, p. 27-40).

<sup>28</sup> A contribuição alemã para a discussão sobre as relações entre história e narrativa não era, segundo explica Costa Lima em uma nota, central, embora ele não deixe de observar a importância de dois livros que mereceriam atenção: um de K. Enlich, de 1980, sobre a narrativa do cotidiano e, principalmente, outro, sobre a teoria da história, organizado por R. Koselleck e J. Rüsen (LIMA 1988, p. 68).

<sup>29</sup> “The value of narrativity in the representation of reality” (*Critical inquiry*, 1980) e “The question of narrative in contemporary historical theory” (1984, *History and theory*), ambos reproduzidos em WHITE 1987.

que a tese não tem alcance universal porque a ordenação de princípio-meio-fim não se aplica aos exemplos medievais”; 2. em contraposição, se a ideia de lei social é elemento indispensável à ordenação narrativa, então os anais medievais estariam excluídos, pela análise de White, do âmbito da narrativa histórica. Faltariam a eles os conectores de linguagem necessários à estrutura da narração e estabelecidos por um centro social de poder. Costa Lima lembra que a ausência de Estado na Idade Média não significava anomia: “a comunidade humana ali se organizava em torno de uma lei que, inescrutável, impunha a impossibilidade de conexões causais explicativas dos eventos do mundo” (LIMA 1988, p. 78). Logo, por um lado, Costa Lima está de acordo com a ideia de que a narrativa histórica se relaciona notadamente com a instância política de uma dada sociedade e, por outro, e pela mesma razão, discorda de que os anais e crônicas medievais escapem da dimensão narrativa pela “ausência de qualquer consciência de um centro social”, como parece sugerir White (LIMA 1988, p. 77).

Para Costa Lima, “a posição de White não se inclui simplesmente na dos narrativistas; ao invés, abre uma sucursal divergente”. Segundo o autor, “os narrativistas falhariam por ver a escrita da história como determinada a fornecer apenas informações e, por conseguinte, por não suspeitarem de sua proximidade com a literatura”. Contudo, ele percebe em White – e isso não era fácil de ser percebido nos anos 80 (nem hoje) – que “a bem da verdade deve-se acrescentar que White não pretende estabelecer uma identidade absoluta” entre história e literatura. Para ele, continua Costa Lima, “a narrativa histórica assim não trata de objetos ficcionais senão que aborda eventos reais, configurando-os com a ajuda das formas ficcionais vigentes em uma cultura” (LIMA 1988, p. 85).<sup>30</sup>

Não obstante, ele não concorda com certas premissas de White (o exemplo para a discordância é a análise que o americano realiza do *18 Brumário* de Marx, iniciada em *Meta-história*).<sup>31</sup> Apesar do desacordo, para Costa Lima,

é inegável que sua reflexão [de White] é considerável para os interessados em melhor especificar os estatutos da história e da ficção. Por força da pressão em favor de uma história científica, os historiadores têm genericamente descurado o papel que, em seu trabalho, desempenha o imaginário e, pelo temor de se afastarem da “objetividade”, têm desperdiçado parte da riqueza de seu material (LIMA 1988, p. 85-86).

Eis que, mais uma vez, o espectro que nos ronda ressurgiu; no entanto, partindo de Costa Lima, não parece tão assustador.<sup>32</sup>

Coube a Ricardo Benzaquen de Araújo o comentário ao texto. Ele concentra-se na relação entre narrativa histórica e ficção. Para tanto,

<sup>30</sup> Referência para todas as citações do parágrafo.

<sup>31</sup> Infelizmente, por uma questão de espaço, não retomarei aqui a ainda procedente crítica de Costa Lima à abordagem de White acerca do *18 Brumário* de Marx. A divergência gira em torno do tema da “farsa” e da constituição do fato histórico. Apenas ressalto que também seria interessante e possivelmente produtivo considerar a temática a partir da figura da imitação.

<sup>32</sup> A análise da chamada “Trilogia do controle”, publicada na década de 1980, bem como o acerto de contas de Costa Lima com o debate sobre a história e os gêneros ficcionais, publicado em 2006, seriam, importantes para uma avaliação mais pormenorizada do impacto e importância destas questões, porém, em termos práticos, são inviáveis no espaço de um simples artigo (LIMA 2006; 2007).

reconstitui o argumento de Costa Lima a esse propósito, passando pelos narrativistas anglo-americanos, White e Ricœur, cotejando-os com os aspectos centrais da hipótese de Lawrence Stone. Especificamente acerca das críticas de Costa Lima a White quanto ao potencial narrativo dos anais medievais, Benzaquen pondera que não se trata de privilegiar uma ordem político-social em detrimento de outra, no caso “cosmo-teológica”, mas que essa última não seria capaz de conferir “no nível do próprio texto” uma “articulação específica dos eventos humanos”. Invertendo a conclusão de Costa Lima, Benzaquen argumenta que “talvez se pudesse indicar que é precisamente por supor uma explicação de fundo religioso, misterioso, ‘inacessível à pobre razão humana’ [frase de Costa Lima], que os anais afastam-se do modelo da narrativa, pelo menos desta narrativa escrita e moderna” (ARAÚJO 1988a, p. 102). Além disso, o comentador chama a atenção para a cautela que se deve ter a fim de não se naturalizar a vinculação do modo narrativo de escrita da história – “seu caráter singular, contextualizado, não universal” – a um “centro social” ou “ao mundo das nações”, sobretudo em se tratando do século XIX, evitando-se, dessa forma, a manipulação ou a instrumentalização da história (ARAÚJO 1988a, p. 102).<sup>33</sup>

Em relação ao debate sobre o retorno da narrativa, Benzaquen afirma:

boa parte dos trabalhos que compõem este *revival* acabam, pelo menos até certo ponto, por se distanciar de um compromisso absoluto com a totalidade, com uma exigência que lhes impusesse a construção de uma imagem coerente, exaustiva e sistemática da sociedade que estudam (ARAÚJO 1988a, p. 108).

453

Portanto, segue o comentador,

não é raro que suas análises possam dar a impressão de que falta “alguma coisa”, criando um clima de inacabamento e *indeterminação* que talvez aproxime esta nova narrativa de uma determinada concepção de ensaio. [...] Se essas especulações vierem a ser confirmadas, o *revival* da narrativa terá então um alcance e um significado maiores do que podíamos inicialmente supor (ARAÚJO 1988a, p. 108-109, grifos meus).

O retorno à narrativa poderia ser responsável por “certa mudança no *ethos* do historiador”, uma vez que os historiadores habitualmente empenhados na busca da verdade, dos fatos e das estruturas, tiveram sempre uma inclinação “pela transparência e pela limpidez, desprezando as possibilidades oferecidas pela polêmica, pelo confronto, por uma continua problematização” (ARAÚJO 1988a, p. 109). Finalmente, dessa forma se ampliaria “o espaço reservado à ironia para que ela possa conviver com uma certa medida de ceticismo” (ARAÚJO 1988a, p. 109). Agora, a figura gêmea do espectro, sob efeito controlado, parece ir ao encontro de certo neopirronismo como alternativa

<sup>33</sup> “Ela [a narrativa] precisa ser minimamente qualificada, até porque corremos o risco de que se imagine que o relato histórico servisse apenas para a glorificação dos estados nacionais, como se o relato histórico fosse meramente uma peça de propaganda ou algo parecido” (ARAÚJO 1988a, p. 102-103).

para a reflexão histórica. Não custa lembrar o título do comentário de Benzaquen: "As almas da história"!<sup>34</sup>

Um ano após o evento do Rio de Janeiro, em 1988, no primeiro volume da revista *Estudos históricos*, em um dossiê significativamente intitulado "Caminhos da historiografia", Manoel Salgado Guimarães e o próprio Ricardo Benzaquen Araújo publicam artigos que se tornarão fontes de inspiração para a história da historiografia e para a reflexão, à revelia deles, dos efeitos do giro linguístico entre nós (GUIMARÃES 1988; ARAÚJO 1988b). Contudo, não é possível neste momento realizar uma análise mais pormenorizada.<sup>35</sup> Apenas fazemos um breve comentário sobre cada um deles. O primeiro artigo "Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional", de Manoel Salgado Guimarães, como sabemos, é um resumo de sua tese apresentada um ano antes na Universidade de Berlim. A questão da escrita da história é estudada a partir de pressupostos que envolvem a semântica histórica de Koselleck, ancorada na leitura de Michel de Certeau e de Foucault, sem, entretanto, unificar esses autores artificialmente, mas servindo-se deles como instrumentos teóricos para pensar a narrativa historiográfica. Não se trata de cópia de modelos teóricos estrangeiros, mas de diálogo com outras culturas historiográficas.

Já o texto de Benzaquen, "Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu", reivindica explicitamente a contribuição de Hayden White (bem como as de Costa Lima, Koselleck, Momigliano, Ricœur, Benjamin) e, a partir dele (ou deles), a questão de fundo que emerge é a da objetividade histórica e seus modos:

454

[...] resta ainda a discussão do próprio tema da objetividade, ou seja, resta indagarmos como e por que o ideal de uma disciplina absolutamente realista e imparcial adquiriu tal prestígio entre os praticantes da concepção moderna de história que, com frequência, mal percebem o caráter "informado" das formulações que, quase como "aprendizes de feiticeiro" acostumaram-se a utilizar (ARAÚJO 1988b, p. 53).

E, na nota correspondente a esta afirmação (n. 15), o autor explica:

Se, de vez em quando, aprendizes de feiticeiro acertam a fórmula de transformar chumbo em ouro, creio que vale a pena assinalar que só muito recentemente, depois da "escola dos Anais" e de uma certa articulação da historiografia com a tradição sociológica, de um lado, e com a teoria literária, de outro, foi que se começou a encontrar historiadores dispostos a discutir de forma mais ampla o alcance e a profundidade dos seus

<sup>34</sup> No debate realizado na PUC-Rio, em 2013, tive a oportunidade de perguntar a Ricardo Benzaquen Araújo pela razão exata do título. Resposta: "para guardar a pluralidade do conceito de história". Fiquei para lá de satisfeito!

<sup>35</sup> Provavelmente, os grandes ausentes brasileiros desta análise sejam Arno Wehling e Afonso Carlos Marques dos Santos, cujos primeiros escritos se inserem neste contexto. Por razões distintas parece-me que ambos sinalizam para outro corte de recepção que não o do giro linguístico. Enquanto o primeiro participa de um movimento mais amplo da cultura historiográfica no qual a filosofia da história é um fator relevante na definição de códigos disciplinares e científicos (WEHLING 1994), o segundo, a meu ver, estaria mais próximo do que poderíamos chamar, na ausência de uma definição mais qualificada, de um engajamento erudito. Daí a relevância de autores como Cornelius Castoriadis, Michel Foucault e Paul Veyne em suas pesquisas, muito mais do que de Hayden White, por exemplo (SANTOS 2007). Agradeço a Valdeci Lopes de Araujo por ter me apontado essa omissão. A propósito, seu artigo – "O século XIX no contexto da redemocratização brasileira: a escrita da história oitocentista, balanços e perspectivas" – é, nesse sentido, revelador, independentemente de sua concordância com meu argumento (ARAÚJO 2012).

pressupostos. Acerca desta “mutação historiográfica”, pode-se procurar para uma primeira abordagem os trabalhos de Furet, 1982, e de White, 1984 (ARAÚJO 1988b, p. 53).

Houve, assim, um “impacto” (resguardando aqui as limitações analíticas e metodológicas mencionadas anteriormente) do giro linguístico no Brasil. É necessário que se realizem mais estudos para avaliar sua dimensão e consequências efetivas. Não basta acusá-lo de relativista, irracional ou de ceticismo, nem, simplesmente, negar a importância das formas da objetividade ou de objetivação do conhecimento histórico, entre as quais se inclui a própria ideia de verdade, cuja duração não se reduz aos últimos 40 anos.<sup>36</sup>

### **(In)determinação e (in)certezas cartesianas**

Sem querer ser prescritivo, por fim, não seria interessante colocarmos-nos um pouco na posição daquele Hamlet intelectual? Quem seria ou o que seria um Hamlet brasileiro? Uma pessoa? Várias? Uma corporação? Uma configuração epistemológica? Como meditarmos sobre a vida e a morte das verdades e fantasmas originados pelas nossas controvérsias? Difícil responder. Não obstante, gostaria de evocar dois poetas contemporâneos e, assim, tentar nos reaproximar do clima histórico marcado pela instabilidade, que, ao mesmo tempo, assusta e incita, e que talvez possa nos dar algumas pistas, além de nos reaproximar de um indisfarçável desejo aristotélico, contido na obra de Hayden White, de reunir poesia e história (WHITE 2010a, p. XI).

Ambos relacionam-se, paradoxalmente, não a Aristóteles, mas a Descartes. Primeiro, imaginemos Descartes no Brasil acompanhando a comitiva de Maurício de Nassau, que se instalava em Recife no século XVII. Paulo Leminski, em 1966, em uma aula de história do Brasil, teve exatamente esse *insight*. Um Descartes – Renatus Cartésius – nos trópicos! *Catatau*, a obra que trata dessa impossibilidade, foi publicada em edição independente em 1975, em plena ditadura civil-militar: “O *Catatau* é o fracasso da lógica cartesiana branca no calor” (LEMINSKI 1989, p. 208).<sup>37</sup> Seria uma metáfora concretista de seu tempo presente? Como ser claro e distinto em meio a obtusos gerais? Nada, contudo, autoriza-nos, em princípio, a tal interpretação; salvo, talvez, o tempo transcorrido e a forte tendência que dele decorre, da qual não estou inteiramente imune, e que leva os historiadores, consciente ou inconscientemente, a associar, de alguma maneira, toda e qualquer experiência artística, de vanguarda ou contracultural, à grande história política. Como se a descontinuidade fosse um bloqueio para a compreensão e não uma de suas formas de expressão. Logo, se aqui ou hoje, como lá e ontem, o *Catatau* (a) parece (como) um exemplo da instabilidade da palavra, do texto que perturba,

455

<sup>36</sup> “Difícilmente se encontrará um historiador que não almeje padrões de objetividade para seu conhecimento. Hoje, contudo, estão em jogo diversas opções de entendimento sobre o que seja tal objetividade, ou quais níveis de objetividade são possíveis serem atingidos em cada caso. São problemas teóricos complexos, maiores do que as antigas discussões sobre a possibilidade ou impossibilidade de um conhecimento histórico científico. Não enfrentá-los é retardar, ainda mais, a incorporação das discussões suscitadas pelas descobertas sobre o indeterminismo, sobre a relatividade e sobre as discrepâncias observáveis em diversos níveis do real” (FICO 1994, p. 115).

<sup>37</sup> Agradeço vivamente a Henrique Estrada por me lembrar a pertinência do *Catatau* para meu argumento.

da incerteza que desestrutura a ordem intelectual, então não seria um exagero pensar esse “romance-ideia”, na definição de seu autor, como uma espécie de manifestação estética que simboliza a indeterminação que tenho buscado apontar como indicador das possibilidades de se pensar a história da historiografia neste contexto do giro linguístico: “a lógica não é limpa, como pretende a Europa, desde Aristóteles. A lógica deles, aqui, é uma farsa, uma impossibilidade”. O *Catatau* não apenas quer superar essa lógica como “lançar bases de lógica nova”. Ele quer ser um tipo de entremeio entre “a eterna inadequação dos instrumentos consagrados, face à irrupção de realidades inéditas” (LEMINSKI 1989, p. 211).<sup>38</sup>

Já o *Sr. Cogito* é uma pessoa mais comum, um pouco como o Ulrich de Robert Musil, talvez apenas menos contemplativo, que, com o passar dos anos, converte a experiência do cotidiano em questões claras e distintas sobre a existência, para fazer jus à premissa cartesiana de seu nome. Personagem de inúmeras poesias do polonês Zbigniew Herbert, *O Sr. Cogito* teria surgido em 1974. Em um desses poemas, significativamente intitulado *Mr Cogito on the Need for Precision*, ele declara:<sup>39</sup>

Um espectro ronda  
o mapa da história  
o espectro da indeterminação  
quantos gregos pereceram em Troia  
Nós não sabemos (HERBERT 2007, p. 404-408).<sup>40</sup>

## 456 Referências bibliográficas

- ANKERSMIT, Frank. The linguistic turn: literary theory and historical theory. In: \_\_\_\_\_. **Historical representation**. Stanford: Stanford University Press, 2001.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. As almas da história – Cometário. In: RIEDEL, Dirce Côrtes (org.). **Narrativa, ficção & história**. Rio de Janeiro: Imago, 1988a, p. 90-111.
- \_\_\_\_\_. Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. **Estudos históricos**, n. 1, p. 28-54, 1988b.
- ARAÚJO, Valdei Lopes de. O século XIX no contexto da redemocratização brasileira: a escrita da história oitocentista, balanços e perspectivas. In: OLIVEIRA, Maria da Glória de; ARAÚJO, Valdei Lopes de. (orgs.) **Disputas pelo passado: história e historiadores no Império do Brasil**. Ouro Preto: Edufop/PPGHIST, 2012.

<sup>38</sup> Referência válida também para as duas citações anteriores.

<sup>39</sup> Agradeço a Paulo Faria, colega do Departamento de Filosofia da UFRGS, que há alguns anos me chamou a atenção para a obra de Zbigniew Herbert.

<sup>40</sup> *Sr. Cogito e a necessidade de precisão*. No original: “A specter is haunting /the map of history/the specter of indeterminacy/how many Greeks perished at Troy/– we don’t know” (tradução minha, revisão de Marina Araújo, a quem também devo a tradução do *Abstract*). Por coincidência, Troia também assombra o *Catatau* de Leminski: “Lembro do mapa, neste mapa falta Tróia mas Tróia não faz falta. [...] Por que esse medo de dizer Tróia, estória, destroyão? [...] Pleiteio uma empreitada, a estreita emboscada, introito in Tróia” (LEMINSKI 1989, p. 50, 63, 95). A aparente insignificância de Troia não dissimula, entretanto, a importância da presença do jogo da indeterminação histórica.

- ARENDR, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- BARTHES, Roland. Le discours de l'histoire. In: \_\_\_\_\_. **Bruissement de la langue**. Paris: Seuil, 1984, p. 163-177.
- CALDAS, Pedro Spinola Pereira. Para além do giro-linguístico: uma abordagem existencialista da obra de Hayden White. **História da historiografia**, n. 11, p. 272-278, 2013.
- CAMARGO, Aspásia. Entrevista François Furet concedida a Aspásia Camargo. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; FERREIRA, Marieta de Moraes; CASTRO, Celso. **Conversando com...** Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2003.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **Uma introdução à história**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- \_\_\_\_\_. Uma "Nova História"? In: \_\_\_\_\_. **Ensaio racionalistas**. Campus: Rio de Janeiro, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Um historiador fala de teoria e metodologia**. Ensaio. Bauru: Edusc, 2005.
- \_\_\_\_\_; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. (orgs.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 2012.
- CARR, David. **Time, narrative and history**. Bloomington : Indiana University Press, 1991.
- CERTEAU, Michel de. Une épistémologie de transition: Paul Veyne. **Annales**, n. 6, p. 1317-1327, 1972.
- \_\_\_\_\_. **L'absent de l'histoire**. Paris : Maison Mame, 1973.
- \_\_\_\_\_. **L'écriture de l'histoire**. Paris: Gallimard, 1975.
- \_\_\_\_\_. **Histoire et psychanalyse entre science et fiction**. Paris : Gallimard, 1987.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. **O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DANTO, Arthur. **Analytical philosophy of Science**. Cambridge: Cambridge University Press, 1965.
- DECCA, Edgar de. **O silêncio dos vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- DELACROIX, Christian. Linguistic turn. In : DELACROIX, C.; DOSSE, F.; GARCIA, P.; OFFENSTADT, N. **Historiographies, I**. Concepts et débats. Paris: Gallimard, 2010, p. 476-490.
- DERRIDA, Jacques. **De la grammatologie**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1967.
- \_\_\_\_\_. **Espectros de Marx**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- DRAY, William. On the Nature and Role of Narrative in Historiography. **History and theory**, v. 10, n. 2, p. 153-171, 1971.

- DOSSE, François. **L’histoire en miettes**: des “Annales” à la “nouvelle histoire”. Paris: Gallimard, 1987.
- FICO, Carlos. Alguns impasses da produção historiográfica recente no Brasil. **Anos 90**, n. 2, p. 111-126, maio 1994.
- \_\_\_\_\_. Algumas anotações sobre historiografia, teoria e método no Brasil dos anos 1990. In: GUAZZELLI, Cesar A. B. *et alii* (orgs.). **Questões de teoria e metodologia da história**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2000, p. 27-40.
- \_\_\_\_\_; POLITO, R. **A história no Brasil (1980-1989)**: elementos para uma avaliação historiográfica. V. 1. Ouro Preto: UFOP, 1992.
- FURET, François. **L’atelier de l’histoire**. Paris: Flammarion, 1982.
- GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, n. 1, p. 5-27, 1988.
- GINZBURG, Carlo. Just one Witness. In: FRIEDLANDER, Saul (ed.). **Probing the limits of representation**: nazism and the “final solution”. Cambridge: Harvard University Press, 1992, p. 82-96.
- \_\_\_\_\_. Provas e possibilidades à margem de “Il ritorno de Matin Guerre”, de Natalie Zemon Davis. In: \_\_\_\_\_. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989, p. 178-220.
- \_\_\_\_\_. Montrer et citer. La vérité de l’histoire. **Le Débat**, n. 56, p. 44-45, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Le juge et l’historien**. Lagrasse: Verdier, 1997.
- HARTOG, François. **Régimes d’historicité, présentisme et expérience du temps**. Paris: Seuil, 2003.
- \_\_\_\_\_. Le regard éloigné: Lévi-Strauss et l’histoire. In: \_\_\_\_\_. **Évidence de l’histoire**: ce que voient les historiens. Paris : Éd. de l’EHESS, 2005, p. 175-189.
- \_\_\_\_\_. **Croire en l’histoire**. Paris: Flammarion, 2013.
- HERBERT, Zbigniew. **The collected poems (1956-1998)**. New York: HarperCollins Publishers, 2007.
- KOSELLECK, Reinhart. Introduction to Hayden White’s *Tropics of discourse*. In: \_\_\_\_\_. **The practice of conceptual history**: timing history, spacing concepts. Stanford: Stanford University Press, 2002.
- LA CAPRA, Dominick; KAPLAN, Steven (eds.). **Modern European intellectual history**: reappraisals & new perspectives. London: Cornell University Press, 1982.
- LIMA, Luiz Costa. Clio em questão: a narrativa na escrita da história. In: RIEDEL, Dirce Côrtes (org.). **Narrativa, ficção & história**. Rio de Janeiro: Imago, 1988, p. 63-89.

- \_\_\_\_\_. **História. Ficção. Literatura.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Trilogia do controle:** o controle do imaginário. Sociedade e discurso ficcional. O fingidor e o censor. Rio de Janeiro: Ed. Topbooks, 2007.
- MINK, Louis. The autonomy of historical understanding. **History and theory**, v. 5, n. 1, p. 24-47, 1966.
- \_\_\_\_\_. History and fiction as modes of comprehension (1970). In: COHEN, Ralph (ed.). **New directions in literary history.** London: Routledge & Kegan Paul, 1974, p. 107-124.
- MUNSLOW, Alun. **Deconstructing history.** London and New York: Routledge, 1997.
- \_\_\_\_\_. **The future of history.** New York : Palgrave MacMillan, 2010.
- NOIRIEL, Gérard. **Sur la "crise" de l'histoire.** Paris: Belin, 1996.
- NORA, Pierre; LE GOFF, Jacques. (dir.). **Histoire.** T. 1 - Nouveaux problèmes ; t. 2 - Nouvelles approches ; t. 3 - Nouveaux objets. Paris: Gallimard, 1974.
- PALTI, Elias José. **"Giro lingüístico" e historia intelectual.** Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998.
- PAUL, Herman. **Hayden White:** the historical imagination. Cambridge: Polity Press, 2011.
- PETERSEN, Sílvia. Algumas interrogações sobre as tendências recentes da historiografia brasileira: a emergência do novo e a crítica ao racionalismo. **Revista de história**, v. 3, n. 1, p. 108-126, 1992a.
- \_\_\_\_\_. Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana. **História e perspectivas**, v. 6, p. 24-44, 1992b.
- \_\_\_\_\_. Michel Maffesoli: um teórico da vida cotidiana. **Biblos**, Rio Grande, v. 5, 1993, p. 41-55.
- \_\_\_\_\_. A renovação da historiografia e a temática da vida cotidiana: desfazendo alguns equívocos. In: MAUCH, Claudia (org.) **Porto Alegre na virada do século XIX:** cultura e sociedade. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994, p. 112-25.
- \_\_\_\_\_. O cotidiano como objeto teórico ou o impasse entre ciência e senso comum no conhecimento da vida cotidiana. MESQUITA, Zilá; BRANDÃO, Carlos R. (orgs.). **Territórios do cotidiano:** uma introdução a novos olhares e experiências. Porto Alegre: Ed. da Universidade da UFRGS/EDUNISC, 1995, p. 30-39.
- PIRES, Francisco Murari. Indagações sobre um método acima de qualquer suspeita. **História da Historiografia**, n. 13, p. 24-44, 2013.
- POPKIN, Richard. **The history of skepticism:** From Savonarola to Bayle. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

- ROBIN, Régine. **Histoire et linguistique**. Paris: Armand Colin, 1973.
- RORTY, Richard. **The linguistic turn: essays in Philosophical Method**. Chicago, London: University of Chicago Press, 1967.
- RICŒUR, Paul. **Temps et récit**. Tome I: L'intrigue et le récit historique. Paris: Éd. Seuil, 1983.
- \_\_\_\_\_. **Temps et récit**. Tome III: Les temps raconté. Paris: Éd. Seuil, 1985.
- ROUANET, Sérgio Paulo. O novo irracionalismo brasileiro. In: \_\_\_\_\_. **As razões do Iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 124-146.
- SANTOS, Afonso Carlos Marques. **A invenção do Brasil: ensaios de história e cultura**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.
- SEARLE, John. **Pour réitérer les différences, réponse à Derrida**. Paris: L'éclat, 1991.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SKINNER, Quentin (ed.). **The return of grand theory to the human sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- SOUZA, Laura Melo de. **O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- 460 SPIEGEL, Gabrielle. History and post-modernism. **Past and present**, n. 135, p. 189-208, 1992.
- \_\_\_\_\_. The task of the historian. Presidential address delivered at the 123rd annual meeting of the American Historical Association, held in New York City in 2009. Disponível em: <http://www.historians.org/about-aha-and-membership/aha-history-and-archives/presidential-addresses/gabrielle-m-spiegel>. Acesso em: 7 ago. 2014.
- STONE, Laurence. The revival of narrative. Reflections on a new old history. **Past and present**, n. 85, p. 3-24, 1979.
- VALÉRY, Paul. Essais quasi politiques. In: \_\_\_\_\_. **Œuvres**. Paris: Gallimard, 1957. (Bibl. De la Pléiade, t. I).
- VANN, Richard T. Turning Linguistic: History and theory and *History and theory*, 1960-1975 In: ANKERSMIT, Frank; KELLNER, Hans (eds.). **A new philosophy of history**. London: Reaktion Books, 1995, p. 40-69.
- \_\_\_\_\_. The Reception of Hayden White. **History and theory**, v. 37, n. 2, p. 143-161, 1998.
- VEYNE, Paul. **Comment on écrit l'histoire: essais d'épistémologie**. Paris: Seuil, 1971.
- WEHLING, Arno. **A invenção da história: estudos sobre o historicismo**. Rio de Janeiro: Ed. Central; Niterói: Ed. UFF, 1994.

- WHITE, Hayden. **The Greco-Roman tradition**. New York: Harper & Row, 1973.
- \_\_\_\_\_. The politics of historical interpretation: discipline and de-sublimation. In: \_\_\_\_\_. **The content of form: narrative discourse and historical representation**. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1987.
- \_\_\_\_\_. Historical emplotment and the problem of truth. In: FRIEDLANDER, Saul (ed.). **Probing the limits of representation: nazism and the "final solution"**. Cambridge: Harvard University Press, 1992, p. 37-53.
- \_\_\_\_\_. **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. São Paulo: Edusp, 1994.
- \_\_\_\_\_. **The fiction of narrative: essays on history, literature and theory (1957-2007)**. Edited and with an introduction by Robert Doran. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2010a.
- \_\_\_\_\_. **Ficción histórica, historia ficcional y realidad histórica**. Introducción de Verônica Tozzi. Buenos Aires: Prometeu Libros, 2010b.
- Z Aidan Filho, Michel. **A crise da razão histórica**. Campinas: Papirus, 1989.

# Brazilian Hamlet: Essay on Linguistic Turn and Historiographical Indeterminacy (1970-1980)\*

---

**Temístocles Cezar**

t.cezar@ufrgs.br

Associate Professor

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Av. Bento Gonçalves, 9500

91509-900 - Porto Alegre - RS

Brazil

---

## Abstract

This essay aims to analyze the first developments of the linguistic turn in the Brazilian historiography. Considering the shortage of research in this field, I have chosen to make, first of all, a brief description of the emergence of the linguistic turn in general terms and, then, an analysis of some primary texts of Brazilian authors that relate, in different ways, to this theme.

## Keywords

Linguistic turn; Brazilian historiography; History writing.

462

---

Received in: 2/20/2014

Approved in: 7/1/2014

---

\* The first version of this essay was presented the Seminário Brasileiro de História da Historiografia (Brazilian Seminar of History of Historiography – SNHH), which took place in August 2012 in the Mariana campus of UFOP, with the overall theme of “The Linguistic Turn and Historiography: Assessment and Perspectives”. I would like to thank the kindness of my colleagues in the round table named “National Contexts and Linguistic Turns: Experiences of Time, Narrative and Memory”, Professor Verónica Tozzi (UBA) and Professor Sérgio Campos Matos (University of Lisbon) and the comments by Estevão de Rezende Martins, Valdei Lopes de Araujo, Mateus Henrique Pereira and Sérgio da Mata. I had the opportunity to discuss the work more thoroughly in the Laboratory of Theory and Historiography at PUC-Rio in August 2013. I would also like to thank the organizers and participants of the event, in particular Marcelo Jasmin, Ricardo Benzaquen Araújo, Marcos Veneu and Henrique Estrada. I am grateful to Edgar De Decca, with whom I discussed my impressions on the subject in October 2013 during the “History Week” at Udesc. I would also like to express my gratitude to Fernando Nicolazzi, Arthur Ávila and Benito Schmidt, all of them my colleagues in the same department, and Alexandre Avelar for the careful reading, the critiques and suggestions, crucial for the final version of this text, which still aims to be, even in face of his valuable observations, an initial mapping over the theme. Finally, I would like to thank Flávia Varella and Bruno Franco Medeiros, tireless “logistical” supporters from the 6<sup>th</sup> SNHH to the final version of the article. I thank Vitor Batalhone Junior for reading the English version of this article.

An homage to Luiz Costa Lima

"In my view, relativism is the moral equivalent of epistemological skepticism; moreover, I conceive relativism to be the basis of social tolerance, not a license to 'do as you please'" (WHITE 1987, p. 226).

### Specter, Relativism and Indeterminacy (I)

In the introduction to the collection *The Return of Grand Theory in the Human Sciences*, published in 1985, Quentin Skinner warned us about "the threats to the fundamentals of human sciences", haunted as they were by the "specter of epistemological relativism" (SKINNER 1985, p. 1-20).

A classical evocation, acquiring its most famous rendition in Shakespeare, the specter is the metaphorical incarnation of collective or individual fears and apprehensions of a society.<sup>1</sup> At the same time that it threatens, it raises doubts (on existence, on its intentions). Thus, Marx, a voracious reader of both ancient and modern authors, and particularly of the English playwright, conjured him for announcing a new era in his *Manifesto*: "A specter is haunting Europe – the specter of communism" (MARX 1848; DERRIDA 1994, p. 19-21).

After Marx, Valéry highlights another specter in his sad Europe of 1919:

Now, in a big terrace in Elsinor, extending from Basel to Cologne, near the sands of Nieuport, to the swamps of Soma, to the loams of Champagne, to the granites of Alsace – the European Hamlet looks at thousands of specters. He is, nevertheless, an intellectual Hamlet. He meditates on the life and death of truths. His ghosts are all the objects of our controversies (VALÉRY 1957, p. 993).

463

The concerns summed up by Skinner, on his own behalf and on behalf of others, are related to a vital unfolding for writing the history of the intellectual movement that has become known as the "linguistic turn": the ghost of relativism, the twin figure of another specter, that of skepticism, whose limits seem to surround the outskirts of irrationalism. Although at first sight it may seem a disciplinary organization, this movement is characterized by the scattering of ideas and the lack of a coordinating center unifying them. Therefore, speaking of a "movement" can only be legitimate if we have some theoretical tolerance.

If everyone claims the legacy of Ferdinand de Saussure's linguistics or Ludwig Wittgenstein's philosophy of language, although with different intensities, the linguistic turn reaches over different and multiple stages of time and space, either scholarly or not. Its impact, its effects or potentialities are not easy to measure. Each historiographical culture has made it suit its purposes, some more flexibly; others, more attached to their epistemological idiosyncrasies, less (LA CAPRA; KAPLAN 1982).

Thus, in 1967, the same year that sees Richard Rorty's *The linguistic turn: essays in philosophical method*, Jacques Derrida publishes *De la grammatologie* and *L'écriture et la différence* (RORTY 1967; DERRIDA 1967). The former can be

<sup>1</sup> See Chant 24 of the *Odyssey*; SHAKESPEARE, William. *Hamlet*, Act I, Scene 1.

located within the debate on analytical philosophy as method, being afterwards denied or lessened by Rorty; the latter two works have aroused both sympathy and rejection, although their author does not seem to have been affected (perhaps because he was highly suspicious of the very notion of authorship, seeing it more in terms of a discursive *function* than an identity). Whereas the work organized by the American thinker is situated within a context marked by narrativist theses affecting historiography (Arthur Danto, whose book *Analytical philosophy of science* is published in 1965; Louis Mink's articles "The autonomia of historical understanding", published in *History and theory*, in 1966, and "History and fiction as modes of comprehension", of 1970; and the one by William Dray, "On the nature and role of narrative in historiography", which also appears in *History and theory*, in 1971),<sup>2</sup> the French author is concerned with a critique of Western metaphysics and its *logocentric* tendency, as he says.

The Anglo-American perspective would have a strong impulse in the field of historiography since 1973 with the publication of Hayden White's *Metahistory*, a book that became a reference in the "movement" to broaden the group of interlocutors. In addition to philosophers and literary critics, now historians are more markedly addressed (VANN 1998; ANKERSMIT 2001, p. 29). I personally see it as a mistake isolating *Metahistory* from Hayden White's other works. One example among others: the same year in which *Metahistory* comes to light, White publishes also an important essay named "The Greco-Roman Tradition", in the collection *Major traditions of world civilizations*, a collection directed by him since 1966. This essay received very little attention, even among Hellenists and Romanists (WHITE, 1973). This impression becomes clearer after rereading several articles by the historian, published among 1957 to 2007 and edited by Robert Doran, beginning with a text on "Collingwood and Toynbee: Transitions in English Historical Thought" up to "Guilty of History? The *Longue Durée* of Paul Ricœur" (WHITE 2010a), a review of Paul Ricœur's last book *La mémoire, l'histoire, l'oubli*.

464

It is an ongoing reflection on history that was instigating to some (few) historians and troublesome to (many) others. This troublesomeness seems to rest on a hasty assessment: even with his solid historical training, Hayden White was (and, to a great extent, still is) seen as an outsider in the history field as Lévi-Strauss was in the 1950s and 1960s. Accused of attacking history, they actually had other questionings and understandings on the task of the historian, which could be disturbing to dogmatists and others.<sup>3</sup> In this sense, Koselleck points out, in his preface to the German translation of White's *Tropics of discourse*, that White is not interested in history as a discipline, nor in the writing of history as an exclusively literary genre; he questions historians, in an old rhetorical tradition, or, more precisely, their texts and the way they can socially mediate their intention of truth (KOSELLECK 2002, p. 38-44).<sup>4</sup> In the words of Verónica Tozzi, White's work "is not a method for historians, but an

<sup>2</sup> For a general assessment of this reception, see the important work of Richard Vann (1995, p. 40-69).

<sup>3</sup> On Lévi-Strauss's relationship with history, see the essay by François Hartog (2005, p. 175-189).

<sup>4</sup> This book has received a preface by Hayden White himself.

alert against the naivety of language”.<sup>5</sup> From this point of view to that according to which White is nothing but an irresponsible relativist, the distance is as wide as it is thoughtless.<sup>6</sup>

The famous and tense debate between Carlo Ginzburg and Hayden White is situated within this historiographical context (GINZBURG 1992; WHITE 1992).<sup>7</sup> Even if the response to Ginzburg is not satisfactory, since it was not a reply, it should be remarked that Hayden White has never evaded the debate on the role of irrationalism, relativism and skepticism in history (WHITE 1992, p. 37-53). Even before *Metahistory* was published, he anticipates future objections in “The Burden of History” (1966) and denies the condition of revisionist.<sup>8</sup> In 1972, in a short essay named “The irrational and the problem of historical knowledge in the Enlightenment”, he warned his readers about the historicity of these categories as well as their links with forms of representing the past (WHITE 1994, p. 153-167). Finally, in *Metahistory*, White shows that the aimed at realist historiography of the 19<sup>th</sup> century historical thinking was characterized less by what it actually was than by what it rejected in its 18<sup>th</sup> century forebears, that is, “what it objected to most in Enlightenment historiography was its *essential irony*, just as what it objected to most in its *cultural reflection* was its *skepticism*” (WHITE 1992, p. 61, italics by the author).<sup>9</sup>

On its turn, Derrida’s *deconstruction* or rereading will impact not only on France, but also on the United States. The language that aims initially at not only invading, but also fracturing the logic of so called great narratives of social sciences, decentralizing the idea of truth as a universal value and, in its absence, or in the inexistence of a core or an origin to definitions, turning everything into discourse becomes academically and institutionally legitimate (which does not mean a lack of criticism: it suffices to invoke John Searle’s 1990 devastating critique of Derrida, which has been dully responded).

However, it would be misleading to think that French scholars had made a “nationalistic” deal around the relationship between history, language, text,

<sup>5</sup> Conference presented at the 6<sup>th</sup> Brazilian Seminar of History of Historiography – SNHH, “Linguistic Turn and Historiography: Assessment and Perspectives.” See also Tozzi’s introduction to White’s collection of essays named *Ficción histórica, historia ficcional y realidad histórica* (WHITE 2010b, p. 13-29).

<sup>6</sup> The recent thesis by Herman Paul may be seen as an attempt to break with this simplistic view of White’s work (PAUL 2011). Pedro Spinola Caldas, in his excellent review of H. Paul’s book, highlights these aspects (CALDAS 2013, p. 277).

<sup>7</sup> Before and after the debate in the USA, Ginzburg unilaterally developed the theme in many other texts (GINZBURG 1989, p. 178-20; 1989, p. 44-45; 1997, p. 16-24). Other authors have intermittently participated in this debate; their number does not allow us to cite them here. The already cited work by Herman Paul offers an analysis of the effects of this discussion in a subchapter of his thesis suggestively titled “Specter of Fascism” (PAUL 2011, p. 119-124). François Hartog and Francisco Murari Pires have also, more recently, discussed Ginzburg’s criticism of White, even if in different perspectives (HARTOG 2011; PIRES 2013).

<sup>8</sup> “The governing metaphor of an historical account could be treated as a *heuristic rule which self-consciously eliminates certain kinds of data from consideration as evidence*. The historian operating under such a conception could thus be viewed as one who, like the modern artist and scientist, seeks to exploit a certain perspective on the world that does not pretend to exhaust description or analysis of all of the data in the entire phenomenal field but rather offers itself as *one way among many* of disclosing certain aspects of the field. [...] The result of this attitude is not relativism but the recognition that the style chosen by the artist to represent either an inner or an outer experience carries with it, on the one hand, specific criteria for determining when a given representation is internally consistent and, on the other, provides a system of translation which allows the viewer to link the image with the thing represented on specific levels of objectification” (WHITE 1994, p. 59, italics by the author)

<sup>9</sup> In relation to the history of skepticism, see Richard Popkin’s excellent study (POPKIN 2003). For an approach more specifically directed to history, see (MUNSLow 2010, p. 62-77).

narrative or discourse. Let us look at the dates. In 1967, Roland Barthes publishes a short article called "Le discours de l'histoire" that quickly becomes an inescapable reference.<sup>10</sup> In 1971, Paul Veyne publishes his *Comment on écrit l'histoire: essai d'épistémologie*, and Michel Foucault delivers his inaugural lecture *L'ordre du discours* at the Collège de France. Both are harshly criticized by another French author who also becomes known by his creative use of language of and in history, Michel de Certeau (the first in the *Annales*, "Une épistémologie de transition: Paul Veyne," 1972; the second in "Le noir soleil du langage par Michel Foucault", *L'absent de l'histoire*, 1973); still in 1973, Régine Robin publishes *Histoire et linguistique*, dealing mainly with methodology of markedly French discourse analysis. In 1974, Jacques LeGoff and Pierre Nora direct *Faire de l'histoire*, in three volumes, important for opening new analytical perspectives in which language occupies an important place, even if American narrativists are not mentioned, in particular Hayden White, who is still not translated in French,<sup>11</sup> and almost no reference to Paul Ricœur. Finally, 1975 sees the publishing of Michel de Certeau's *L'écriture de l'histoire*.<sup>12</sup> If indeed there was a third generation of the *Annales* – French New History – whose production would have, according to one of its hasty detractors, shredded history into pieces, it should be asked whether it is not the very notion of *school* that is shredded into pieces (DOSSE 1987).<sup>13</sup>

466

However, my objective is not so much naturalizing a chronology of the linguistic turn, as an epistemological *a priori*, than attempting to demonstrate that it is a construction that occurs in the 1960s and 1970s for Anglo-Saxon philosophers and literary critics, and *a posteriori* for many historians. There does not seem to be another reason for the success of Lawrence Stone's article, "The revival of narrative. Reflections on a new old history," published in the *Past and present*, in 1979.

"Narrative" here refers to another semantic field that, although it may have originated in an atmosphere wherein studies on language have some differentiated value, is sustained by a very fragile notion: "Narrative is taken to mean the organization of material in a chronologically sequential order and

<sup>10</sup> For that matter, in this article Barthes simply proposes the rubbing out of narrative! (BARTHES 1984, p. 164). This "detail" has not escaped the attention of François Hartog in a recent work (HARTOG 2013, p. 115-116).

<sup>11</sup> This does not mean that the work received no attention. For example, in volumes I and III of *Temps et récit*, Ricœur focuses on Hayden White's work, mainly *Metahistory* (RICŒUR 1983, p. 286-301; 1985, p. 272-280).

<sup>12</sup> Complete references in the References section.

<sup>13</sup> In the preface to the second edition, published ten years later, in 1997, Dosse considerably relativizes his critiques (see 2<sup>nd</sup> ed., p. I-VIII). Before him, François Furet observed that "to speak the truth, since their origin [the *Annales*], there is no school of thought", but hegemony in influence and reputation (FURET 1982, p. 5-9). Mixing irony and humor, in an interview he ascertains: "I always say jokingly that the *École des Annales* has no other definition than the people I meet in the elevator by the morning. What common trait links Le Roy Ladurie, Le Goff, Richet, me etc.? How can we be put under a same umbrella term?" [Interviewed by Aspásia Camargo (CAMARGO 2003, p. 69)]. Indeed, many French scholars see no *linguistic turn* in France, but just a "tournant critique" resulting from two editorials published in the *Annales* ("Histoire et sciences sociales: tentons l'expérience", *Annales*, 2, mars-avril, 1988, p. 291-293; "Histoire et sciences sociales: tentons l'expérience", *Annales*, 6, nov-déc., 1989, p. 1317-1323). For a mapping of this movement and its differences with the *linguistic turn*, see the work of Gérard Noiriel. The main difference is that the French version of the turn would remain faithful to the basic presupposition of the *Annales*: the study of society, which seems to me a peculiarity that would need a more developed argumentation (NOIRIEL 1996, p. 150-154). In the same sense, for Christian Delacroix, the "tournant critique" may be interpreted as one of the responses of social history, which is critically loyal to the *Annales*, to the challenges posed by the linguistic turn (DELACROIX 2010, p. 484-485).

the focusing of the content into a single, coherent story" (STONE 1974, p. 19). Its supposed return would be a consequence of disillusionment of some of the historians with economic and social history. Supported by the emergence of a history of mentalities aimed at feelings, emotions and behavioral patterns, then anthropological and, accordingly, more attentive to its ways of transmission, the narrative would be the vector of this new, other story.

I would like neither to underestimate nor to overestimate Stone's article, which, seems to me, is more important due to the debate it opens up than for its inner consistency. There were those who identified with it, those who refuted it and those who simply ignored it, but the informed historian knew about its existence. It is not surprising that the revival of narrative is followed up by so many other revivals and that our specter reemerges with great strength: relativism of new objects, new approaches, new perspectives (the *Faire l'histoire* triad converted into slogans of this self-titled new historiography).

In order not to make this contextualization longer, we should jump at the last considerations of historian Gabrielle Spiegel when she left the presidency of the *American Historical Association*, in 2009. In this lecture, suggestively titled "The task of the historian" (impossible not to relate it to Humoldt's 1821 conference!), the limits and potentialities of the linguistic turn are officially exposed: "the belief that language is the constitutive agent of human consciousness and the social production of meaning, and that our apprehension of the world, both past and present, arrives only through the lens of language's precoded perceptions" is the "semiotic challenge" that has been posed to historiography in the last decades. Spiegel analyzes Rorty's contribution, his progressive despondency with the war machine he had created, as well as assesses what she names as "the possible psychical roots of the linguistic turn," and thus finds arguments to justify Derrida's position as the unavoidable effect of his condition as the son of Frank-Algerian Jews and "the inescapable consciousness of the Holocaust" (SPIEGEL 2009).

To Spiegel, it would not be difficult to establish a parallel between the psychology of the linguistic turn and the basic principles of what she calls "post-structuralism: "the feeling of life as a trace, haunted by an absent presence; its sense of indeterminacy; a belief in the ultimate undecidability of language (its aporia, in Derrida's sense)"; in other words, the difficulty of speaking and representing the unutterable in the same perspective as Dominick La Capra.

The historian finally wonders where is history heading after the linguistic turn. Based on Nancy Partner, for whom history has entered a post-post-modern period, Spiegel remarks that "it is highly unlikely that we will return to 'quasi-scientific realism, naïve empiricism, or any of the pre-postmodern assumptions that informed the writing of history'". It is also unlikely that most historians "will answer the call to 'sublime historical experience' recently issued by F. R. Ankersmit". What is likely, according to her, now following Michael Roth, is that the themes highlighted in the historiographical agenda will not leave issues such as "ethics, intensity, postcolonialism, empire, the sacred, cosmopolitanism, trauma and animals" aside (SPIEGEL 2009). What all these themes have in

common is the attempt to reestablish a more direct and immediate connection with the past or some central aspect of experience that does not necessarily goes through the predominance of language.

Finally, from Derrida's deconstruction, Spiegel keeps the often-enigmatic formula of grasping and listening to the silences of history from fragmented narratives:

We live in a moment of great cultural instability and uncertainty. As historians, we struggle to know the absent and the other, to affirm a right to words and to speech. Like Derrida, we are "trying to write the question: (what is) meaning to say?" Precisely what instruments we will deploy in the pursuit of our historical labors is not entirely clear. But I persist in believing that there is one thing that deconstruction has taught us, more powerfully than any other strategy of reading that I know of, and that is to listen to silence (SPIEGEL 2009).

Could not these silences, I ask, mean a shade or effect of our specter, now almost 40 years old? Or simply a possible way of reaffirming the ambience of indeterminacy of historical knowledge when related to the provocations of the linguistic turn?<sup>14</sup>

### **The Specter Surrounds the Marxists**

I have chosen to begin my analysis with what I call the "first effects" of the linguistic turn on Brazilian historiography. It would be hasty to speak of an "impact," a possibility of reception that seems to require not only a greater quantity of sociological data, but also a broader duration.<sup>15</sup> These first deployments occur in a difficult if potentially rich moment in the political history of the country: the end of civil-military dictatorship. In Brazil, as in other countries, it has produced, simultaneously, theoretical disputes and breaches. Disputes of all types – ideological, epistemological, aesthetic, and others – were set in many research fields and areas, from the most established to those being formed, yielding disparate understandings or mere academic prejudices. If I were to choose an image to depict these disputes, that will be M. C. Escher's 1953 lithograph *Relativity* (Figure 1).<sup>16</sup>

468

---

<sup>14</sup> It is not my intension to place Spiegel in a context that is strange to her or an affiliation that is not claimed by her. In a 1992 article, she acted like a "mediator," recognizing both the belief in the reality of the past and the fact that history is a written discourse, that is, that language rebuilds the object (SPIEGEL 1992). For a more thorough analysis of Spiegel's position, see Alun Munslow's book (1997, p. 106-017), which, with high theoretical rigor, exposes the debate between empiricists, reconstructionists and deconstructionists (not in Derrida's sense, as the author explains, p. 2) backed by the discussion on the forms of objectivation of historical knowledge and its twin figures, among which the issue of relativism stands out.

<sup>15</sup> I thank Fernando Nicolazzi for drawing my attention to this very relevant distinction, not always realized or considered by historians.

<sup>16</sup> Using Escher's lithograph as a metaphor related to the *linguistic turn* is not an original idea. Elias Palti, in the prologue to the anthology of texts by Paul Rabinow, Stanley Fish, Dominick La Capra and Richard Rorty, already draws on it, even if with different aims and broader theoretical presuppositions and from the standpoint of a two-hundred-year-old crisis of "representation." Even then, I believe there are points of contact with what I am trying to establish (PALTÍ 1998).



**Figure 1** - M.C. Escher, *Relativity*, 1953.

In general, response came from France, with but a few foreigners such as Lawrence Stone and, later on, Carlo Ginzburg. Derrida's work was at this moment virtually ignored by historians (and apparently it is still so, with rare exceptions) against the already cited "Le discours de l'histoire," by Roland Barthes, also of 1967, which, counting little more than ten pages, had a greater "effect." Indeed, conflicts and differences overseas were virtually subsumed in a new and comprehensive identity: the "theory" of new history, more precisely the history of mentalities.

Marxist historians, representing the best established field and area, have revolted against the trend that was insinuating itself. In addition to denouncing the thematic and theoretical fragmentation, there was the risk that the unavoidable relativism resulting from abandoning "significant social totalities" would conduce to epistemological irrationality and political lethargy. Although there were more sophisticated answers, such as the one by Sérgio Paulo Rouanet, among historians, less bold, even if more impacting, analyses prevail (ROUANET 1987, p. 124-146).

Ciro Flamarion Cardoso in particular warned us about the dangers that those "radical distortions or inversions of perspectives" would mean to historiography. In his *Ensaio Racionalista* (1998), "without concealing" his "radical opposition to a 'New History', which appeared" to him as "a reactionary trend disguised in novelty and boldness," he presents its risks and/or errors: "1. Valuing what is peripheral in relation to what is central;<sup>17</sup> 2. valuing not social reality, the actual conditions of existence, but its reverse – dreams, images, ideologies;<sup>18</sup> 3. technicism that values computer and other vanguard techniques conceals great methodological

<sup>17</sup> "Madmen, outcasts, homosexuals, witches, and whores are preferred as objects of study (according, actually, to disposable fashions)" (CARDOSO 1988, p. 100) It is curious that Laura de Mello e Souza's relevant study, which claims to belong within the field of history of mentalities, is not cited here (SOUZA 1986).

<sup>18</sup> "In a 'reading' that analyzes verbal or non verbal (e.g., iconography) discourse from the principle of a split between ideological and economical-social evolution, thematically, macabre dances, 'repressed drives of lust', *sabbats*, ghosts and obsessions are legion, and anachronism as a projection of current perceptions related to the society of nowadays (feminism, 'gay problem') into times when they are lacking in meaning and reality are frequent" (CARDOSO 1988, p. 100).

poverty" (CARDOSO 1988, p. 94).<sup>19</sup> In other words, New History has a powerful ideological function: although it is not an "open defense of capitalism," but a "far subtler form" of support, insofar as "once rationalism and especially Marxism are eliminated, that which remains, although it is not said, is capitalism – and a series of conceptions which are not troubling to it" (CARDOSO 1988, p. 101).

In this first approach, although Cardoso acknowledges the validity of some themes "which in many cases are pertinent and called for by the current moment" (CARDOSO 1988, p. 114) as long as they are properly dealt with, criticism is still very diffuse: a general attack on almost every current production which is not Marxist-oriented. For instance, there is no dialog between New History, post-structuralism or post-modernity, as it will soon be perceived, and even less a demonstration of what would be the irrationalism of these trends in terms of theory or philosophy of history.<sup>20</sup>

With this purpose, in 1989 Michel Zaidan Filho publishes *A crise da Razão histórica*, a collection of texts with the aim of understanding "the role of Marxism – as theory of history" and "the meaning of its current crisis" (ZAIDAN 1989, p. 15). Marx's thought, a product of Enlightenment and modern reason, is cornered by "new methodologies" marked by the "fragmentary, micrological, particular, fortuitous, imaginary, sex and other" whose result for "Brazilian culture" is the emergence of "a new surge of irrationalism" (ZAIDAN 1989, p. 16, 19). The philosophical matrix of this epistemological malaise is "some *neo-nietzschianism*" provoked mainly by the works of Michel Foucault and by "post-modern society" (ZAIDAN 1989, p. 19-20). The irrationalist conception of history is founded on a "dereferentialization of reality, effected by the action of the media, by reducing everything to simulacrum, simulation, representation of reality" (ZAIDAN 1989, p. 21). In parallel, post-modernity generates a "de-substantialization of the subject – which directly affects, according to the author, the theory of history –, reduced to a mere cluster of hedonistic sensations, administered by consumer society" (ZAIDAN 1989, p. 22).

Like Ciro Cardoso, Zaidan Filho is concerned with how this trend will be received by Brazilian historiography and its relationship with the political context. Delayed in relation to developed capitalist countries, due to the transition from dictatorship to a more open regime, Brazilian historians would be easy preys of a debate that has its roots long ago in the United States and in Europe under the "modern and sophisticated cultural industry": "Thus, the anti-enlightenment, anti-intellectual, and ultimately anti-rationalist forms that the cultural debate in the 'New Republic' are taking are not surprising" (ZAIDAN 1989, p. 23).

As examples, he cites the production of academic theses and studies that invoke Foucault's "thought", that of "a certain Foucault, the post-structuralist one", clarifies the author. Actually, the only Brazilian historians that deserve to be mentioned in this chapter, and in two brief footnotes, are Nicolau Sevcenko,

<sup>19</sup> "Sources are chosen arbitrarily, treated with no rigor, used with little judgment and reason" (CARDOSO 1988, p. 100).

<sup>20</sup> In a previous work, aimed at students, published in 1981, Ciro F. Cardoso reveals his misgivings in relation to so called New History with critiques addressed exclusively to Paul Veyne (CARDOSO 1981, p. 10-11, 39).

whose book *Literatura como Missão* (Literature as Mission), of 1983, would be a demonstration of the mistaken reception of Walter Benjamin, mainly of the “Benjaminian concept of criticism”, and Edgar de Decca, who would have gone “too far in an orgiastic defense of the meaning, of unreason”, in his *O silêncio dos vencidos*, published in 1981 (DECCA 1981; SEVCENKO 1983; ZAIDAN 1989, p. 25).<sup>21</sup> The pre-notions, and a considerable dose of academic thoughtlessness, do not, however, prevent Zaidan Filho from acknowledging “one can no longer ignore the irrational and ideological limits of political or theoretical discourse” (ZAIDAN 1989, p. 25). The solution would not be in the abandonment of reason “as such”, but in the construction of another rational paradigm—“communicative reason”, as he posits (without citing Habermas!).<sup>22</sup>

In addition to that certain Foucault, Zaidan Filho highlights that Brazilian historiography was under the influence of myriad thematic novelties—“frequently with *anachronistic* projections of very current issues on a far past” (ZAIDAN 1989 p. 23, author’s emphasis)—springing from the “Nouvelle histoire”. He quotes nominally only one of these historians who provoke the “fascination for the glow of unusual, heterodox themes”, in order to do “justice”, since one should distinguish “authors such as Ginzburg or Vovelle and those like Philippe Ariès” (ZAIDAN 1989, p. 23-24).

To support his thesis, he uses the book *Ensaio Racionalistas* with one remark: “his approach [that of Ciro Cardoso] lacks, nevertheless, an articulate theory of the crisis of modernity. Therefore, the attachment to and reiteration of old presuppositions: dialectical materialism, the reflection theory, the theory of the modes of production etc.” (ZAIDAN, 1989, p. 24, italics by the author). In any way, the reader ends up without understanding why to make such a distinction, that is, knowing the difference between the former two authors and Ariès.<sup>23</sup> Indeed, the Italian historian seems to be a model for the new and correct historian, since he is capable of effecting the “analytical reconstruction of the difference between past and present, such as he did studying the mentality of a medieval miller”, an enquiry wherein the author offers a “harsh and relevant critique to M. Foucault’s structuralist ‘irrationalism’” (ZAIDAN 1989, p. 74).

Unlike Ciro Cardoso, Zaidan Filho is both a critic of orthodox Marxism and an interlocutor to “new” historians who do not assault modern reason.<sup>24</sup> However,

471

<sup>21</sup> Both studies were presented originally as doctorate dissertations. Afterwards, in an article titled “Imaginário e História,” (Imaginary and History), Zaidan Filho once again criticizes Sevcenko and de Decca, including historians Margareth Rago (RAGO 1985) and Maria Clementina Pereira Cunha (CUNHA 1987). The crime of these authors is the influence of Foucault and the “Nouvelle histoire”, (ZAIDAN 1989, p. 39).

<sup>22</sup> It should be said that he cites him in the following article (ZAIDAN 1989, p. 27).

<sup>23</sup> Philippe Ariès is cited again as an uncomfortable reference in Chapter 5 – The new look of the historian – along with Paul Veyne (ZAIDAN 1989, p. 72, 74). On the other hand, Jacques LeGoff is spared for criticizing the “shredding of society” in certain investigations on daily life (ZAIDAN 1989, p. 73).

<sup>24</sup> Even though it is not my focus right now, it is important to remark that Ciro Cardoso, years after, in 1997, tries to counter this void in the introduction to a collective work organized jointly with Ronaldo Vainfas, where he summarizes the debate between two great paradigms: enlightenment and post-modernism. Whereas the first is characterized by the use of reason, the second is marked and crossed by “skeptical and ironic” stands, by “relativistic culturalism”, by “relativistic hermeneutical method”, by “subjectivism”, “irrationalism”, “mysticism”, an “exclusive empire of relativism and microanalysis” (CARDOSO; VAINFAS 1997, p. 1-23). It should be highlighted, however, that the book’s strength lies in not restricting the participation of one author or another due to their supposed position in relation to these two paradigms. In this vein, see Ronald Vainfas’s careful conclusion named “Caminhos e descaminhos da história” (CARDOSO; VAINFAS 1997, p. 441-449). In 2012, these authors edited *Novos domínios da história* (CARDOSO; VAINFAS 2012). The

his analysis does not clarify what exactly troubles him in theoretical, and even political, terms, and, finally, what is the great evil hiding behind what he calls relativism or irrationalism.<sup>25</sup> Have we remained in a sort of epistemological limbo?

Carlos Fico and Ronald Polito, in a painstaking mapping of Brazilian historiography from 1980 to 1989, have diagnosed this lack of connection. The supposed crisis of reason and its counterparts falter due to their weak "links": "The understanding on what is the 'irrational' part of History is always very poorly explained." For them, the subjectivity inherent to certain themes, the history of daily life, for example, is not easily explained by "a scientific reason that supposes macrostructural determinations". On the other hand, this does not mean that daily events, thus subjected to subjective conditions, "are definitely thrown into a chaotic and unintelligible world of contingencies" (FICO; POLITO 1992, p. 168).<sup>26</sup> In the lack of conceptual and methodological operators and in the "detachment to theory on the part of Brazilian historians", either Marxists or in other historiographical trends, the authors identify crucial factors for a debate pursued in such insufficient terms (FICO; POLITO 1992, p. 170-175).<sup>27</sup>

### **Specter, Relativism, and Indetermination (II)**

472

A history of historiography regardful of intellectual movements of discontinuity would have to realize that, despite everything, there were attempts toward more refined and critical theoretical reflections on this new "gang of new ideas" (certainly not as new as those that crowded the times of Sílvio Romero). It is due to this analytical possibility that I believe that the impact of the linguistic turn was a gap as well, in the sense attributed by Hannah Arendt, that is, "an in-between period which sometimes inserts itself into historical time, when not only the later historians but the actors and witnesses... become aware of an interval in time which is altogether determined by things that are no longer and by things which are not yet" (ARENDR 1992, p. 35-36).

Since an exhaustive survey on the reception of the linguistic turn by Brazilian historiography is still lacking, only some seminal studies of the 1980s will be addressed without fixating or determining a start or an origin or attributing to these studies a status they do not claim to have nor have attributed to themselves; not out of fear of anachronism, but out of intellectual respect.

---

introduction, titled "História e conhecimento: uma abordagem epistemológica", by Ciro Cardoso, is focused on "the basic or principal modalities of epistemology of history," subdivided into three: reconstructionism (mainly "empiristic" conceptions of the 19th century), constructionism (Marxism, Weberianism, and the Annales); deconstructivism (basically exemplified by Hayden White and Paul Veyne) (CARDOSO; VAINFAS 2012, p. 1-19). Once again, Ronaldo Vainfas elegantly counteracts in the conclusion – "Doomed advancements, helpful returns" – *relativizing* some excessively general arguments by Ciro Cardoso (CARDOSO; VAINFAS, 2012, p. 319-335). In addition, it should be added that, in 2005, Ciro Cardoso once again invests against the "linguistic turn" and "deconstruction", based on a work by David Carr (1991), in which Hayden White and Hans Kellner are defined as historians that deny the "existence, outside, of a history that needs to be told" (CARDOSO 2005, p. 64-66).

<sup>25</sup> For a closer analysis, see Sílvia Petersen's "interrogations" (PETERSEN 1992a, p. 108-126).

<sup>26</sup> This reference may be applied to other citations in this paragraph. Within the same context, and specifically in relation to the history of daily life, Sílvia Petersen dedicates a series of articles to the theme, attempting to approach it in theoretical and methodological terms (PETERSEN 1992b, p. 108-126; 1993, p. 41-55; 1994, p. 112-25; 1995, p. 30-39).

<sup>27</sup> In 1997, Carlos Fico still regretted the indifference of many historians in relation to theoretical reflection (FICO 2000, p. 27-40).

From these consideration, I synthetically resume to Luiz Costa Lima's paper named "Clio em questão: a narrativa na escrita da história" presented at the "Colóquio narrativa: ficção e história", which took place in Rio de Janeiro in November 1987. In this work, Costa Lima brings together in a most unexpected way conceptions arising from Anglo-American narrativists, such as Hayden White, and from French historiography as well, their relationship with the anthropology of Lévi-Strauss and the work of Paul Ricœur (LIMA 1988, p. 63-89).<sup>28</sup>

Costa Lima's use of White's work interests me here. Without rejecting *Metahistory* in its entirety, Costa Lima's criticism is focused on two articles published by White in the first half of the 1980s.<sup>29</sup> Discussing the distinction between historical and fictional narratives and the aim of prefaces in one or the other genre by W. Dray, whose analysis would have been undermined by the chosen example, Costa Lima is searching, in White's work, for an alternative that "had constituted the hypothesis that all narrative, from folk tale to the novel, presupposes a search for ordering from a socially configured rule" (LIMA 1988, p. 77).

Accordingly, the writing of historical annals during the Middle Ages, mentioned by White, would be a problem, but not necessarily an objection to the narrativist thesis. Costa Lima moves the case in order to present two "solutions": 1. Considering that narrative has no obstacle in Classical Antiquity, "we should say that the thesis has no universal reach since the ordering of beginning-middle-end does not apply to Medieval examples"; 2. On the other hand, if the idea of social rule is an indispensable element of narrative ordering, than Medieval annals would be excluded, by White's analysis, from the ambit of historical narrative. Linguistic links needed for the structure of a narration, established by a social center of power, would be lacking. Costa Lima points out that the absence of the State during the Middle Ages does not imply anomy: "Human community was organized there around a law, which, inscrutable, imposed the impossibility of explicative causal links to the events in the world" (LIMA 1988, p. 78). Then, on the one hand, Costa Lima agrees that historical narrative is evidently related to the political instance of a given society and, on the other, and for the same reason, he disagrees that Medieval annals and chronicles are out of the narrative scope due to the "absence of any awareness of a social center," as White seems to suggest (LIMA 1988, p. 77).

To Costa Lima, "White's position cannot be merely counted among those of the narrativists; it actually opens up a divergent path." Accordingly, "narrativists fail in seeing the writing of history as determined to provide nothing but information and, thus, in not suspecting of its proximity to literature". However, he sees in White, and this was not easy to see in the

<sup>28</sup> The German contribution for the discussion on the relationship between history and narrative was not, as explained by Costa Lima in a note, central, even though the importance of two books is remarked: one by K. Enlich (1980) on the narrative of daily life and mainly one organized by R. Koselleck and J. Rüsen on the theory of history (LIMA 1988, p. 68).

<sup>29</sup> "The value of narrativity in the representation of reality" (*Critical inquiry*, 1980) and "The question of narrative in contemporary historical theory" (1984, *History and theory*), both reproduced in WHITE 1987.

1980s (nor is it today), that “one should honestly add that White does not seek to establish an absolute identity” between history and literature. For him, “historical narrative is not concerned with fictional objects, but with real events, arranging them with the aid of fictional forms active within a culture” (LIMA 1988, p. 85).<sup>30</sup>

Nevertheless, he is not in agreement with some of White’s premises (e.g., the analysis of Marx’s *The Eighteenth Brumaire of Louis Napoleon*, which began in *Metahistory*).<sup>31</sup> In spite of this disagreement, Costa Lima believes

it is undeniable that [White’s] reflection is considerable for those interested in better specifying the statuses of history and fiction. Due to the pressure for a scientific history, historians in general have been neglectful of the role imagination plays in their work and, out of fear of moving away from ‘objectivity’, have wasted part of the wealth of their material (LIMA 1988, p. 85-86).

Once again, the specter that surrounds us reappears; however, coming from Costa Lima, it looks less frightening.<sup>32</sup>

474

Commenting on the text, Ricardo Benzaquen de Araújo focuses on the relationship between history and fiction. For such, he reconstructs Costa Lima’s argument, including the works of Anglo-American narrativists, White, and Ricœur, confronting them with central aspects of Lawrence Sterne’s hypotheses. Particularly in relation to Costa Lima’s critique of White’s opinions on the narrative potential of the Medieval annals, Benzaquen ascertains that it is not about privileging one political-social order instead of another, in this case “cosmo-teological”, but affirming that the latter would not be able to bestow, “in the level of the very text”, a “specific articulation of human events”. Reversing Costa Lima’s conclusion, Benzaquen argues that “perhaps it would be possible to point out that, precisely because of presupposing a religious, mysterious explanation, ‘inaccessible to meek human reason’ [in Costa Lima’s words], the annals have moved away from the narrative model, at least from this written and modern narrative” (ARAÚJO 1988a, p. 102). In addition, the commenter draws our attention to the prudence needed in order not to naturalize the linking of the narrative mode of writing history – “its unique, contextual, non universal character” – to a “social center” or “the world of nations”, above all when one is speaking of the 19<sup>th</sup> century, thus avoiding manipulating or instrumentalizing history (ARAÚJO 1988a, p. 102).<sup>33</sup>

<sup>30</sup> Reference to all citations in the paragraph.

<sup>31</sup> Unfortunately, I will not be able to discuss the still relevant critique by Costa Lima to White’s approach of Marx’s *The Eighteenth Brumaire*. The dissidence concerns the theme of the “farce” and the constitution of the historical fact. I only highlight that it would also be interesting and possibly productive to consider the theme from the figure of imitation.

<sup>32</sup> The analysis of the so called “Trilogy of control”, published in the 1980s as well as Costa Lima’s clearing with the debate on history and fictional genres, published in 2006, would be important for a more thorough evaluation of the impact and importance of these issue; however, in practical terms, this is not possible in the space of one article (LIMA 2006; 2007).

<sup>33</sup> “It [narrative] needs to be minimally qualified, especially as there is the risk of imagining the historical report as useful only for glorifying national states, as if it were merely a piece of propaganda or something similar” (ARAÚJO 1988a, p. 102-103).

In relation to the debate on the return of the narrative, Benzaquen reflects that

many of the works involved in this revival end up, at least in part, distancing themselves from an absolute commitment with totality as a requirement that imposed on them the building of a coherent, exhaustive, and systematic image of the society they are studying (ARAÚJO 1988a, p. 108).

Therefore, the commenter follows:

it is not rare that their analyses give the impression that 'something' is missing, creating a sense of something unfinished and *undetermined* that may draw this new narrative close to a certain concept of essay. [...] In case these speculations are confirmed, the revival of narrative will have a broader reach and a broader meaning than initially supposed (ARAÚJO 1988a, p. 108-109, italics added).

The return to narrative may be responsible for "a certain change in the *ethos* of the historian," since historians usually searching for truth, facts and structures, have always leaned toward "transparency and clarity, despising the possibilities offered by controversy, confrontation, by an ongoing problematization" (ARAÚJO 1988a, p. 109). Finally, this way, "the space reserved to irony" would be broadened "in order for it to cohabit with a certain skepticism" (ARAÚJO 1988a, p. 109). Now, the twin figure of the specter, under a controlled effect, seems to be going toward a kind of neopyrrhonism as an alternative to historical reflection. It is worth remembering the title of Benzaquen's commentary: "The souls of history!"<sup>34</sup>

One year after the event in Rio de Janeiro, in 1988, in the first volume of the journal *Estudos Históricos* (Historical Studies), in a dossier meaningfully titled "Caminhos da Historiografia" (Pathways of historiography), Manoel Salgado Guimarães and Ricardo Benzaquen Araújo himself published articles that would become an inspiration for the history of historiography and for reflection, in spite of them, of the effects of the linguistic turn among us (GUIMARÃES 1988; ARAÚJO 1988b). Even though a more thorough analysis is not possible right now,<sup>35</sup> I offer one comment on each of them. The first article, "Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional", by Manoel Salgado Guimarães is, as we know, a summary of his thesis, presented a year earlier at the University of Berlin. The writing of history is studied from presuppositions that involve Koselleck's historical

475

<sup>34</sup> At the 2013 debate at PUC-Rio, I had the opportunity to ask Ricardo Benzaquen Araújo what was the reason for the title. He answered: "To maintain the plurality of the concept of history". I was more than satisfied!

<sup>35</sup> It is probable that the great Brazilian absences in this analysis are Arno Wehling and Afonso Carlos Marques dos Santos, whose first writings are found within this context. For different reasons, it appears to me that both point to a type of reception other than the linguistic turn. Whereas the first participates in a broader movement in historiographical culture in which the philosophy of history is a relevant factor in defining disciplinary and scientific codes (WEHLING 1994), the second is, although I cannot be sure of this point of view, closer to what we could call, in the lack of a more qualified definition, an erudite-commitment. Hence the relevance of authors such as Cornelius Castoriadis, Michel Foucault and Paul Veyne in their research, far greater than that of Hayden White, for instance (SANTOS 2007). I thank Valdei Lopes de Araujo for indicating this omission to me. By the way, his article – "O Século XIX no Contexto da Redemocratização Brasileira: A Escrita da História Oitocentista, Balanços e Perspectivas" – is, in this sense, revealing, even though I am not sure he agrees with my line of thought (ARAÚJO 2012).

semantics sustained by the reading of Michel de Certeau and Foucault without, however, artificially unifying them, but using them as theoretical instruments to conceive of historiographical narrative. It is not a copy of foreign theoretical models, but a dialog with other historiographical cultures.

On its turn, Benzaquen's text, "Ronda Noturna: Narrativa, Crítica e Verdade em Capistrano de Abreu", explicitly claims the contribution of Hayden White (as well as Costa Lima, Koselleck, Momigliano, Ricœur, Benjamin) and hence the background question that emerges is that of historical objectivity and its modes:

The question of objectivity is still open to discussion, that is, we still have to ask how and why the ideal of an absolutely realist and impartial discipline has become so prestigious among those who work with the modern conception of history, who often can hardly perceive the 'informed' character of formulations that, almost as a "sorcerer's apprentices", they are used to employ (ARAÚJO 1988b, p. 53).

And in a footnote to this passage (n. 15) he explains:

If every now and then sorcerer's apprentices may get the formula to transform plumb into gold right, I believe it is worth pointing out that only very recently, after "the school of the Annals", and a certain articulation of historiography with the sociological tradition, on the one hand, and with literary theory, on the other, one can find historians willing to discuss the reach and depth of their presuppositions more broadly. On this "historiographical mutation", for a first approach, one should look for the works of Furet, 1982, and White, 1984 (ARAÚJO 1988b, p. 53).

476

Thus, there was an "impact" (one should be watchful of the analytical and methodological limitations previously mentioned) of the linguistic turn in Brazil. More studies should be undertaken to assess its real dimensions and consequences. It is not enough to denounce it as relativistic, irrational or skeptic, nor to deny the importance of the forms of objectivity or objectivation of historical knowledge, among which the very idea of truth, whose endurance, we know, predates the last 40 years.<sup>36</sup>

### **Cartesian (in)determination and (un)certainities**

Without being overly prescriptive, would it not be interesting if we put ourselves in the place of that intellectual Hamlet? Who or what would be a Brazilian Hamlet? A person? Many? A corporation? An epistemological configuration? How can we meditate on the life and death of truths and ghosts originated in our controversies? It is difficult to answer. Nevertheless, I would like to evoke two contemporary poets and try to bring us near the historical atmosphere marked by the instability that, at the same time, frightens and

---

<sup>36</sup> "One will hardly find a historian who does not aim at objectivity patterns for his or her knowledge. Today, however, there are many options of understanding what objectivity is or what levels of objectivity are possible to reach in each case. These are complex theoretical problems, greater than the old discussions on the possibility or impossibility of a historical or scientific knowledge. Not facing it is delaying the incorporation of discussions aroused by the discoveries on indeterminism, on relativity and on observable discrepancies in many levels of reality even more" (FICO 1994, p. 115).

incites, and that may give us some hints, in addition to bringing us near an undisguised Aristotelian desire found in Hayden White's work of uniting poetry and history (WHITE 2010a, p. XI).

Both are paradoxically related, not to Aristotle, but to Descartes. First, we can imagine Descartes in Brazil with the entourage of Maurice of Nassau in Recife in the 17<sup>th</sup> century. In 1966, Paulo Leminski had, while teaching a history class, this exact insight. A Descartes – Renatus Cartesius – in the tropics! *Catatau*, the work that deals with this impossibility, was independently published in 1975 during military rule: "*Catatau* is the failure of white Cartesian logic in the hot weather" (LEMINSKI 1989, p. 208).<sup>37</sup> Would it be a concretist metaphor of its present time? How to be clear and distinct among obtuse generals? However, nothing allows, in principle, this interpretation. Except perhaps time elapsed and the strong tendency that results from it, to which I am not entirely immune, that leads historians, wittingly or not, to somehow associate each and every artistic experience, avant-garde or countercultural, to grand political history. As if discontinuity was an obstacle to understanding and not one of its forms of expression. Thus, if here and today, as there and yesterday, *Catatau* appears as an example of the instability of the word, of the text that disturbs, of uncertainty that dismantles intellectual order, then it would not be an exaggeration to think of this "idea-novel", in the author's definition, as a kind of aesthetic manifestation that symbolizes the indeterminacy that I have been searching as pointing to possibilities of thinking the history of historiography in this context of the linguistic turn: "Logic is not clean, as Europe suggests, since Aristotle. Their logic, here, is a farce, an impossibility". *Catatau* not only wants to overcome this logic, but also "to place the bases of a new logic". It wants to be an interval of sorts between "the eternal inadequacy of the established instruments in face of the emergence of unheard of realities" (LEMINSKI 1989, p. 211).<sup>38</sup>

*Mr. Cogito*, on the other hand, is a more common person, a bit like Robert Musil's Ulrich, a little less contemplative perhaps, who, as years go by, converts day-to-day experience into clear and distinct questions about existence to be consistent with the Cartesian premise that names him. The character of numerous poems by the Polish poet Zbigniew Herbert, *Mr. Cogito* appeared probably in 1974. In one of these poems, significantly named *Mr. Cogito on the Need for Precision*, he claims:<sup>39</sup>

"A specter is haunting  
the map of history  
the specter of indeterminacy  
how many Greeks perished at Troy  
– we don't know" (HERBERT 2007, p. 404-408).<sup>40</sup>

<sup>37</sup> I warmly thank Professor Henrique Estrada for reminding me of *Catatau*'s relevance to my argument.

<sup>38</sup> This reference can be applied also to the two previous citations.

<sup>39</sup> I thank Professor Paulo Faria, my colleague in the Department of Philosophy at UFRGS, who, years ago, drew my attention to the work of Zbigniew Herbert.

<sup>40</sup> A coincidence: Troy also haunts Leminski's *Catatau*: "I remember the map, in this map Troy is missing, but no one is missing Troy. [...] Why this fear of saying Troy, story, Destroya? [...] I pledge a piecework, the strait bushwhack, introit in Troy" (LEMINSKI 1989, p. 50, 63, 95). Troy's seeming meaninglessness does not conceal, however, the importance of the presence of game in historical indeterminacy.

## Bibliographic References

- ANKERSMIT, Frank. The linguistic turn: literary theory and historical theory. In: \_\_\_\_\_. **Historical representation**. Stanford: Stanford University Press, 2001.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. As almas da história – Cometário. In: RIEDEL, Dirce Côrtes (org.). **Narrativa, ficção & história**. Rio de Janeiro: Imago, 1988a, p. 90-111.
- \_\_\_\_\_. Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. **Estudos históricos**, n. 1, p. 28-54, 1988b.
- ARAUJO, Valdei Lopes de. O século XIX no contexto da redemocratização brasileira: a escrita da história oitocentista, balanços e perspectivas. In: OLIVEIRA, Maria da Glória de; ARAUJO, Valdei Lopes de. (orgs.) **Disputas pelo passado: história e historiadores no Império do Brasil**. Ouro Preto: Edufop/PPGHIST, 2012.
- ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- BARTHES, Roland. Le discours de l’histoire. In: \_\_\_\_\_. **Bruissement de la langue**. Paris: Seuil, 1984, p. 163-177.
- CALDAS, Pedro Spinola Pereira. Para além do giro-linguístico: uma abordagem existencialista da obra de Hayden White. **História da historiografia**, n. 11, p. 272-278, 2013.
- 478 CAMARGO, Aspásia. Entrevista François Furet concedida a Aspásia Camargo. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; FERREIRA, Marieta de Moraes; CASTRO, Celso. **Conversando com...** Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2003.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **Uma introdução à história**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- \_\_\_\_\_. Uma “Nova História”? In: \_\_\_\_\_. **Ensaio racionalistas**. Campus: Rio de Janeiro, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Um historiador fala de teoria e metodologia**. Ensaio. Bauru: Edusc, 2005.
- \_\_\_\_\_; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. (orgs.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 2012.
- CARR, David. **Time, narrative and history**. Blooming: Indiana University Press, 1991.
- CERTEAU, Michel de. Une épistémologie de transition: Paul Veyne. **Annales**, n. 6, p. 1317-1327, 1972.
- \_\_\_\_\_. **L’absent de l’histoire**. Paris : Maison Mame, 1973.
- \_\_\_\_\_. **L’écriture de l’histoire**. Paris: Gallimard, 1975.

- \_\_\_\_\_. **Histoire et psychanalyse entre science et fiction**. Paris : Gallimard, 1987.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira. **O espelho do mundo**: Juquery, a história de um asilo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DANTO, Arthur. **Analytical philosophy of Science**. Cambridge: Cambridge University Press, 1965.
- DECCA, Edgar de. **O silêncio dos vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- DELACROIX, Christian. Linguistic turn. In : DELACROIX, C.; DOSSE, F.; GARCIA, P.; OFFENSTADT, N. **Historiographies, I**. Concepts et débats. Paris: Gallimard, 2010, p. 476-490.
- DERRIDA, Jacques. **De la grammatologie**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1967.
- \_\_\_\_\_. **Espectros de Marx**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- DRAY, William. On the Nature and Role of Narrative in Historiography. **History and theory**, v. 10, n. 2, p. 153-171, 1971.
- DOSSE, François. **L’histoire en miettes**: des “Annales” à la “nouvelle histoire”. Paris: Gallimard, 1987.
- FICO, Carlos. Alguns impasses da produção historiográfica recente no Brasil. **Anos 90**, n. 2, p. 111-126, maio 1994.
- \_\_\_\_\_. Algumas anotações sobre historiografia, teoria e método no Brasil dos anos 1990. In: GUAZZELLI, Cesar A. B. *et alii* (orgs.). **Questões de teoria e metodologia da história**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2000, p. 27-40.
- \_\_\_\_\_; POLITO, R. **A história no Brasil (1980-1989)**: elementos para uma avaliação historiográfica. V. 1. Ouro Preto: UFOP, 1992.
- FURET, François. **L’atelier de l’histoire**. Paris: Flammarion, 1982.
- GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, n. 1, p. 5-27, 1988.
- GINZBURG, Carlo. Just one Witness. In: FRIEDLANDER, Saul (ed.). **Probing the limits of representation**: nazism and the “final solution”. Cambridge: Harvard University Press, 1992, p. 82-96.
- \_\_\_\_\_. Provas e possibilidades à margem de “Il ritorno de Martin Guerre”, de Natalie Zemon Davis. In: \_\_\_\_\_. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989, p. 178-220.
- \_\_\_\_\_. Montrer et citer. La vérité de l’histoire. **Le Débat**, n. 56, p. 44-45, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Le juge et l’historien**. Lagrasse: Verdier, 1997.
- HARTOG, François. **Régimes d’historicité, présentisme et expérience du temps**. Paris: Seuil, 2003.

- \_\_\_\_\_. Le regard éloigné: Lévi-Strauss et l'histoire. In: \_\_\_\_\_. **Évidence de l'histoire**: ce que voient les historiens. Paris : Éd. de l'EHESS, 2005, p. 175-189.
- \_\_\_\_\_. **Croire en l'histoire**. Paris: Flammarion, 2013.
- HERBERT, Zbigniew. **The collected poems (1956-1998)**. New York: HarperCollins Publishers, 2007.
- KOSELLECK, Reinhart. Introduction to Hayden White's *Tropics of discourse*. In: \_\_\_\_\_. **The practice of conceptual history**: timing history, spacing concepts. Stanford: Stanford University Press, 2002.
- LA CAPRA, Dominick; KAPLAN, Steven (eds.). **Modern European intellectual history**: reappraisals & new perspectives. London: Cornell University Press, 1982.
- LIMA, Luiz Costa. Clio em questão: a narrativa na escrita da história. In: RIEDEL, Dirce Côrtes (org.). **Narrativa, ficção & história**. Rio de Janeiro: Imago, 1988, p. 63-89.
- \_\_\_\_\_. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Trilogia do controle**: o controle do imaginário. Sociedade e discurso ficcional. O fingidor e o censor. Rio de Janeiro: Ed. Topbooks, 2007.
- MINK, Louis. The autonomy of historical understanding. **History and theory**, v. 5, n. 1, p. 24-47, 1966.
- \_\_\_\_\_. History and fiction as modes of comprehension (1970). In: COHEN, Ralph (ed.). **New directions in literary history**. London: Routledge & Kegan Paul, 1974, p. 107-124.
- MUNSLOW, Alun. **Deconstructing history**. London and New York: Routledge, 1997.
- \_\_\_\_\_. **The future of history**. New York : Palgrave MacMillan, 2010.
- NOIRIEL, Gérard. **Sur la "crise" de l'histoire**. Paris: Belin, 1996.
- NORA, Pierre; LE GOFF, Jacques. (dir.). **Histoire**. T. 1 - Nouveaux problèmes ; t. 2 - Nouvelles approches ; t. 3 - Nouveaux objets. Paris: Gallimard, 1974.
- PALTI, Elias José. **"Giro lingüístico" e historia intelectual**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998.
- PAUL, Herman. **Hayden White**: the historical imagination. Cambridge: Polity Press, 2011.
- PETERSEN, Sílvia. Algumas interrogações sobre as tendências recentes da historiografia brasileira: a emergência do novo e a crítica ao racionalismo. **Revista de história**, v. 3, n. 1, p. 108-126, 1992a.
- \_\_\_\_\_. Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana. **História e perspectivas**, v. 6, p. 24-44, 1992b.

- \_\_\_\_\_. Michel Maffesoli: um teórico da vida cotidiana. **Biblos**, Rio Grande, v. 5, 1993, p. 41-55.
- \_\_\_\_\_. A renovação da historiografia e a temática da vida cotidiana: desfazendo alguns equívocos. In: MAUCH, Claudia (org.) **Porto Alegre na virada do século XIX: cultura e sociedade**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994, p. 112-25.
- \_\_\_\_\_. O cotidiano como objeto teórico ou o impasse entre ciência e senso comum no conhecimento da vida cotidiana. MESQUITA, Zilá; BRANDÃO, Carlos R. (orgs.). **Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre: Ed. da Universidade da UFRGS/EDUNISC, 1995, p. 30-39.
- PIRES, Francisco Murari. Indagações sobre um método acima de qualquer suspeita. **História da Historiografia**, n. 13, p. 24-44, 2013.
- POPKIN, Richard. **The history of skepticism: From Savonarola to Bayle**. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- ROBIN, Régine. **Histoire et linguistique**. Paris: Armand Colin, 1973.
- RORTY, Richard. **The linguistic turn: essays in Philosophical Method**. Chicago, London: University of Chicago Press, 1967.
- RICŒUR, Paul. **Temps et récit**. Tome I: L'intrigue et le récit historique. Paris: Éd. Seuil, 1983.
- \_\_\_\_\_. **Temps et récit**. Tome III: Les temps raconté. Paris: Éd. Seuil, 1985.
- ROUANET, Sérgio Paulo. O novo irracionalismo brasileiro. In: \_\_\_\_\_. **As razões do Iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 124-146.
- SANTOS, Afonso Carlos Marques. **A invenção do Brasil: ensaios de história e cultura**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.
- SEARLE, John. **Pour réitérer les différences, réponse à Derrida**. Paris: L'éclat, 1991.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SKINNER, Quentin (ed.). **The return of grand theory to the human sciences**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- SOUZA, Laura Melo de. **O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- SPIEGEL, Gabrielle. History and post-modernism. **Past and present**, n. 135, p. 189-208, 1992.
- \_\_\_\_\_. The task of the historian. Presidential address delivered at the 123rd annual meeting of the American Historical Association, held in New York

City in 2009. Disponível em: <http://www.historians.org/about-aha-and-membership/aha-history-and-archives/presidential-addresses/gabrielle-m-spiegel>. Acesso em: 7 ago. 2014.

STONE, Laurence. The revival of narrative. Reflections on a new old history. **Past and present**, n. 85, p. 3-24, 1979.

VALÉRY, Paul. Essais quasi politiques. In: \_\_\_\_\_. **Œuvres**. Paris: Gallimard, 1957. (Bibl. De la Pléiade, t. I).

VANN, Richard T. Turning Linguistic: History and theory and *History and theory*, 1960-1975 In: ANKERSMIT, Frank; KELLNER, Hans (eds.). **A new philosophy of history**. London: Reaktion Books, 1995, p. 40-69.

\_\_\_\_\_. The Reception of Hayden White. **History and theory**, v. 37, n. 2, p. 143-161, 1998.

VEYNE, Paul. **Comment on écrit l'histoire**: essais d'épistémologie. Paris: Seuil, 1971.

WEHLING, Arno. **A invenção da história**: estudos sobre o historicismo. Rio de Janeiro: Ed. Central; Niterói: Ed. UFF, 1994.

WHITE, Hayden. **The Greco-Roman tradition**. New York: Harper & Row, 1973.

\_\_\_\_\_. The politics of historical interpretation: discipline and de-sublimation. In: \_\_\_\_\_. **The content of form**: narrative discourse and historical representation. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1987.

\_\_\_\_\_. Historical emplotment and the problem of truth. In: FRIEDLANDER, Saul (ed.). **Probing the limits of representation**: nazism and the "final solution". Cambridge: Harvard University Press, 1992, p. 37-53.

\_\_\_\_\_. **Trópicos do discurso**: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Edusp, 1994.

\_\_\_\_\_. **The fiction of narrative**: essays on history, literature and theory (1957-2007). Edited and with an introduction by Robert Doran. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2010a.

\_\_\_\_\_. **Ficción histórica, historia ficcional y realidad histórica**. Introducción de Verónica Tozzi. Buenos Aires: Prometeu Libros, 2010b.

ZAIDAN FILHO, Michel. **A crise da razão histórica**. Campinas: Papyrus, 1989.

# Pareceristas deste número

reviewers of this issue

## Pareceristas deste número

---

- Adriana Barreto de Souza (UFRRJ)  
Adriane Vidal Costa (UFMG)  
Aitor Bolaños de Miguel (UNIR)  
Alessandra Soares Santos (UFMG)  
Alexandre Avelar (UFU)  
Álvaro Moreno Leoni (Universidad Nacional Autónoma de México)  
Andrea Werkema (UERJ)  
Anita Lucchesi (UFRJ)  
Ariel Guiance (Universidad Nacional de Córdoba)  
Arthur Alfaix Assis (UnB)  
Arthur Lima de Avila (UFRGS)  
Beatriz Helena Domingues (UFJF)  
Bruno Leal Pastor de Carvalho (UFRJ)  
Bruno Franco Medeiros (USP)  
Claudia Wasserman (UFRGS)  
Clóvis Gruner (UFPR)  
Cybele Crossetti de Almeida (UFRGS)  
Daniel Faria (UnB)  
Dilton Maynard (UFS)  
Éder da Silveira (UFCSPA)  
484 Edgard Leite Ferreira Neto (UERJ)  
Emilio Maciel (UERJ)  
Fábio Franzini (UNIFESP)  
Fernando Devoto (Universidad de Buenos Aires)  
Fernando Nicolazzi (UFRGS)  
Gilvan Ventura da Silva (UFES)  
Hans Ulrich Gumbrecht (Stanford University)  
Hélio Rebello Cardoso Jr. (UNESP-Assis)  
Henrique Estrada Rodrigues (PUC-Rio)  
Henrique Luiz Cukierman (UFRJ)  
Inés Yujnovsky (Universidad Nacional de San Martín)  
Janaina Cardoso de Mello (UFS)  
João Feres Júnior (UERJ)  
José Vasconcelos (USP)  
Julio Bentivoglio (UFES)  
Katia Pozzer (UFRGS)  
Leandro Morgenfeld (Universidad de Buenos Aires)  
Luís Filipe Silvério Lima (UNIFESP)  
Marçal Paredes (PUC-RS)  
Marcelo Abreu (UFOP)  
Marcelo de Mello Rangel (UFOP)  
Maria da Glória de Oliveira (UFRRJ)  
Eugenia Gay (PUC-Rio)

Maria Fernanda Vieira Martins (UFJF)  
María Gabriela Quiñonez (Universidad Nacional del Nordeste)  
María Inés Mudrovic (Universidad Nacional del Comahue)  
Maria Juliana Gambogi Teixeira (UFMG)  
Maro Martins (IUPERJ)  
Mateus Henrique de Faria Pereira (UFOP)  
Mathias Seibel Luce (UFRGS)  
Miguel Palmeira (USP)  
Murilo Sebe Bon Meihy (UFRJ)  
Nadia Weber Santos (Centro Universitário La Salle)  
Naiara Ribeiro (UFJF)  
Nora Pagano (Universidad de Buenos Aires)  
Pablo Sanchez Leon (Universidad del País Vasco)  
Paulo Knauss (UFF)  
Pedro Telles da Silveira (UFRGS)  
Pedro Spinola Pereira Caldas (UNIRIO)  
Rafael Benthien (UFPR)  
Ricardo Marques Mello (UNESPAR)  
Ricardo Salles (UNIRIO)  
Rodrigo Moreno (Universidad Nacional Autónoma de México)  
Silvia Petersen (UFRGS)  
Vitor Batalhone Jr (UFRGS)

# Normas de publicação

editorial guidelines

1) As colaborações poderão ser feitas sob as seguintes formas:

1.1. Artigo inédito e original (entre 28.000 e 54.000 caracteres com espaço, incluindo as notas e as referências bibliográficas).

1.2. Resenha de livro (máximo de 18.000 caracteres com espaço). As resenhas devem ter título, seguido pela referência bibliográfica completa da obra. Caso seja necessário, a bibliografia deve vir ao final da resenha, e as notas devem seguir os padrões editoriais da revista. Recomenda-se que as resenhas de livro escrito por um só autor apresentem uma avaliação crítica do trabalho à luz da literatura previamente existente sobre o tema.

1.3. Textos e documentos historiográficos. Os documentos devem ser antecidos por um pequeno texto de apresentação, escrito pelo autor da submissão. O conjunto (apresentação + documento) não deve ultrapassar os 80.000 caracteres com espaço. Recomenda-se entrar em contato com os editores antes de preparar a submissão.

1.4. Entrevistas. Devem contar com um texto introdutório acerca do entrevistado. O conjunto (apresentação + entrevista) deve conter de 27.000 a 54.000 caracteres com espaços. Recomenda-se entrar em contato com os editores antes de preparar a submissão.

2) A revista aceita três tipos de resenha:

2.1. Resenha resumo: texto que se limita a resumir ou descrever o conteúdo de um livro, sem qualquer crítica ou julgamento de valor, sem a preocupação de relacionar a obra resenhada a outras do mesmo gênero. Objetivo principal é informar o leitor e divulgar a obra.

2.2. Resenha crítica: além de resumir a obra, faz uma avaliação da mesma, apontando aspectos positivos e negativos, além de procurar situá-la em relação a outras do gênero ou que tratam do mesmo tema. Trata-se de um texto de opinião, também conhecido como recensão crítica. O objetivo da resenha crítica não é apenas informar o leitor sobre a obra, mas guiar o leitor no conjunto da produção historiográfica sobre um dado assunto, indicando parâmetros para o estudo de um tema, ao situar a obra em relação aos estudos e apontar suas contribuições e lacunas. Exige que o resenhista tenha conhecimentos da área e erudição suficiente para poder situar a obra em um contexto de estudos.

2.3. Resenha temática: trata de vários textos que tenham um assunto comum; é uma espécie de balanço bibliográfico sobre um tema. Tem caráter necessariamente crítico, pois demanda análise e opinião sobre os estudos tratados. Assim como no caso da resenha crítica de uma obra, a resenha temática também tem por objetivo guiar os leitores no conjunto dos estudos sobre um dado tema.

3) Os artigos devem conter, no início, resumo (de 700 a 1.050 caracteres com espaço) e três palavras-chave, ambos seguidos de traduções para língua inglesa.

4) Recomenda-se que os autores dividam os artigos em seções, que devem consistir em títulos explicativos, em negrito e com maiúscula apenas no início

(ou, se nele houver, substantivo próprio). Em hipótese alguma será aceita a divisão de seções por algarismo.

5) Serão aceitas resenhas de livros que tenham sido publicados, no máximo, há três anos ou então títulos há muito esgotados e com reedição recente. Recebemos, excepcionalmente, resenhas de obras publicadas em anos anteriores, desde que haja justificativa, considerando a relevância do livro e a atualidade das questões que aborda.

6) A contribuição deve ser original e inédita, não estar sendo avaliada por outra publicação e não ter indicação de autoria. Os autores devem excluir todas as informações do arquivo que possam identificá-los como tal.

7) Quando houver financiamento da pesquisa, o autor deve indicar, em nota de rodapé ligada ao título da contribuição, a instituição financiadora.

8) As resenhas, os textos e documentos historiográficos e as entrevistas deverão conter três palavras-chave em português e em inglês, assim como os respectivos títulos nos dois idiomas.

9) As citações em língua estrangeira devem ser traduzidas. O original constará em nota de rodapé, com a informação sobre a autoria da tradução.

488

10) Todos os artigos, inclusive os submetidos para publicação em dossiê, serão analisados por, pelo menos, dois membros do Conselho Consultivo ou assessores *ad hoc*, que podem, mediante consideração da temática abordada, seu tratamento, clareza da redação e concordância com as normas da revista, recusar a publicação ou sugerir modificações. Os pareceres têm caráter sigiloso. Ao Conselho Editorial fica reservado o direito de publicar ou não os textos enviados de acordo com a pertinência em relação à programação dos temas da revista.

11) Os artigos, resenhas, entrevistas e textos e documentos historiográficos passarão por uma pré-seleção do Conselho Editorial que avaliará sua pertinência com relação à temática do periódico. Uma vez aprovados na pré-seleção, serão encaminhados para pareceristas.

12) As resenhas, entrevistas, e textos e documentos historiográficos serão avaliados por um membro do Conselho Editorial ou Consultivo, que levará em conta os critérios de pertinência temática do material apresentado com relação à linha editorial do periódico e a qualidade e consistência do texto da resenha, entrevista ou texto e documento historiográfico.

13) As palavras-chave devem ser preferencialmente retiradas do banco de palavras-chave elaborado pelos editores da revista. Caso o autor considere recomendável inserir uma palavra-chave que não esteja contida no referido

banco, deve expressamente pedir sua inclusão no sistema de busca. A solicitação será avaliada pelos editores.

14) As colaborações devem ser enviadas em Times New Roman, corpo 12, espaçamento 1,5 e com margens de 3 cm. As citações com mais de três linhas devem ser destacadas do texto, sem aspas, compondo parágrafo com recuo, à direita, de 1,5 cm, corpo 11 e espaçamento simples.

15) Todos os textos deverão ser apresentados após revisão ortográfica e gramatical. A revista publica contribuições em português, espanhol, inglês, francês e italiano.

16) As notas de rodapé devem ser apenas de caráter explicativo. As referências devem vir em corpo de texto tendo o seguinte formato: (ABREU 2005, p. 36).

17) A referência à textos clássicos também deve ser feita no corpo do texto, com indicações do nome do autor, da primeira palavra do título da obra (em itálico) e da seção e/ou as linhas citadas, tal como nos seguintes exemplos: Aristóteles, *Poética* VII; Tucídides, *História* IV, 49. A referência completa à obra citada deve aparecer ao final do texto, na lista da bibliografia utilizada.

18) As referências bibliográficas, listadas em ordem alfabética, devem estar no final do texto e seguirem os modelos abaixo:

489

#### Livro

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.

#### Capítulo de livro

CASSIRER, Ernst. A linguagem. Introdução e exposição do problema. In: \_\_\_\_\_. **A filosofia das formas simbólicas**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 9-74.

#### Coletânea

CARDOSO, Ciro Flamarion; MALERBA, Jurandir (orgs.). **Representações**: contribuições a um debate transdisciplinar. Campinas: Papirus, 2000.

#### Artigos em periódico

RIGOLOT, François. The Renaissance Crisis of Exemplarity. **Journal of the History of Ideas**, v. 59, n. 4, p. 557-563, 1998.

#### Texto disponível na internet

HEGEL, Georg W. F. **Filosofia da História**. 2ª edição. Brasília: Editora UnB, 1995. Disponível em: <http://gutenberg.spiegel.de/buch/1657/1>. Acesso em: 20 set. 2013.

Artigo publicado em anais eletrônicos

ARAÚJO, Rodrigo Cardoso Soares de. O polêmico Corsário, um pasquim da Corte Imperial (1880-1883). In: **SEMINÁRIO DIMENSÕES DA POLÍTICA NA HISTÓRIA: ESTADO, NAÇÃO, IMPÉRIO, I**, 2007, Juiz de Fora. Anais... Juiz de Fora: Clio Edições, 2007, p. 500-501.

Tese acadêmica

RIBEIRO, Tatiana O. **A apódexis herodotiana**: um modo de dizer o passado. Tese (Doutorado em Letras Clássicas). Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

Artigo de jornal

GLEISER, Marcelo. Newton, Einstein e Deus. **Folha de S.Paulo**, 13 jun. 2010. Ilustrada, p. A23.

Pede-se os autores que indiquem, nas referências bibliográficas, a primeira edição de livros com várias reedições, seguindo o padrão: CROCE, Benedetto. Teoria e storia della storiografia. Bari: Laterza, 1973 [1913].

19) Desde o seu terceiro número, a revista **História da Historiografia** adotou a nova ortografia estabelecida no Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Recomenda-se aos colaboradores a adoção da nova ortografia nos materiais enviados para avaliação e publicação na revista.

490

20) O envio de manuscritos implica a cessão de direitos autorais e de publicação à **História da Historiografia**, que não se compromete com a devolução das colaborações recebidas. Os textos publicados na revista não podem ser republicados em outros meios e/ou formatos sem a autorização expressa dos editores. Os dados, conceitos e opiniões apresentados nos trabalhos, bem como a exatidão das referências documentais e bibliográficas, são de inteira responsabilidade dos autores.

21) Todas as colaborações devem ser enviadas exclusivamente pelo site da revista: <http://www.historiadahistoriografia.com.br>.

# Diretrizes para autores

guidelines for authors

## 1) Sugestões para a elaboração de resumo:

O resumo é um breve sumário do artigo. Ele não deve ser uma introdução do texto, mas uma descrição completa e sintética do conteúdo do artigo, indicando os objetivos e os aspectos centrais do argumento, a forma de abordagem do tema e as conclusões e/ou hipóteses do estudo. As informações devem ser expostas em um parágrafo, com narrativa contendo introdução (tema central do estudo e objetivos), meio (forma de abordagem do tema e fontes utilizadas) e fim (conclusões ou hipóteses principais).

### *1.1. Detalhamento das partes do resumo:*

**Introdução:** a parte inicial do resumo deve fornecer uma introdução ao tema ou problema do estudo. Ela deve identificar a questão central do trabalho. É preciso dizer em poucas palavras sobre o que é o artigo. A introdução deve ser seguida pelos objetivos (gerais e específicos) do estudo, sendo possível eliminar a introdução e expor os objetivos no início de forma mais direta.

**Meio:** apresenta de forma clara as questões, os objetivos, os argumentos centrais e a forma de abordagem do tema.

**Fim:** indica a conclusão principal do estudo ou a hipótese (quando houver).

### *1.2. O resumo deve poder responder às seguintes questões:*

492

Do que o texto trata?

Quais os objetivos?

Como o estudo foi conduzido?

Quais foram os resultados ou as conclusões da pesquisa?

Lembramos aos autores que o resumo é o primeiro contato do leitor com o estudo e pode ser o único elemento recuperado nas bases de dados científicos sobre um determinado tema. Além disso, se o resumo for bem escrito poderá auxiliar os avaliadores do artigo, esclarecendo possíveis dúvidas sobre os objetivos e conclusões do autor. Também poderá atrair leitores para o texto.

## 2) Sobre as palavras-chave

As palavras-chave devem comunicar os conceitos e/ou categoriais centrais do estudo. A seleção criteriosa das palavras-chave facilitará a recuperação das pesquisas, uma vez que tais palavras são utilizadas na indexação e busca de estudos nas bases de dados científicos.